

CEDENTE



Prospecto Definitivo de Distribuição Pública de Quotas Seniores do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CEEE III-GT

CNPJ/MF nº 09.151.203/0001-53

Administração - **UBS Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM**
Praia de Botafogo, nº 501, 5º andar, parte, Rio de Janeiro - RJ

Distribuição pública de 150.000 (cento e cinquenta mil) quotas seniores ("Quotas Seniores") do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE-GT ("Fundo"), totalizando:

R\$150.000.000,00

ISIN Quotas Seniores nº BRFCEICTF008
ISIN Quotas Subordinadas nº BRFCEICTF016



RATING DAS QUOTAS SENIORES Standard & Poor's: brAA-f

O Fundo destina-se a adquirir, preponderantemente, direitos de crédito de titularidade da **COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA** ("CEEE-GT" ou "**Cedente**"), originados da venda futura de energia elétrica pela CEEE-GT a determinadas distribuidoras de energia elétrica e da prestação futura de serviços de transmissão de energia elétrica pela CEEE-GT aos usuários da rede básica, excetuados aqueles (i) objeto de cessão incondicionada ao **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CEEE** ("FIDC CEEE") e (ii) objeto de cessão sob condição suspensiva ao FIDC CEEE e a ele transferidos em decorrência da verificação de qualquer condição suspensiva, até a verificação da condição resolutiva de que trata o item 11.7. da Cláusula Onze do Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças do FIDC CEEE, sendo os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo referidos como "Direitos de Crédito". Para maiores esclarecimentos e informações sobre os Direitos de Crédito, vide a Seção 5 deste Prospecto.

As Quotas Seniores serão objeto de distribuição pública ("**Oferta**"). A primeira emissão de quotas do Fundo compreende a emissão de (i) 150.000 (cento e cinquenta mil) Quotas Seniores com preço inicial de emissão de R\$1.000,00 (hum mil reais) cada uma, totalizando um montante de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) ("**Valor Inicial da Oferta**"), e (ii) 9.575 (nove mil, quinhentos e setenta e cinco) quotas subordinadas ("**Quotas Subordinadas**"), com preço inicial de emissão de R\$1.000,00 (hum mil reais) cada uma, totalizando o montante de R\$9.575.000,00 (nove milhões, quinhentos e setenta e cinco mil reais). As Quotas Subordinadas não são objeto da Oferta e serão subscritas e integralizadas pela CEEE-GT nos termos do Comomisso de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas e Outras Avenças celebrado entre a Cedente e o Fundo, este representado por seu administrador, **UBS PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM** ("**Administrador**"). Para os fins deste Prospecto, as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão designadas em conjunto como "Quotas".

O Fundo foi constituído em 22 de outubro de 2007, por meio do "Instrumento Particular de Constituição do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE III-GT" e seu regulamento está registrado no 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro sob nº 833.040. O Regulamento do Fundo foi alterado em 13 de novembro de 2007, tendo sido tal alteração registrada no 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro sob nº 885212 e em 10 de dezembro de 2007, sob nº 886767, ("**Regulamento**"). A Oferta foi registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") em [•] de [•] de 2007, sob o nº [•], nos termos da Instrução da CVM nº 356/01, conforme alterada.

Os investidores devem ler atentamente a Seção "**Fatores de Risco**" deste Prospecto, nas páginas 23 a 32. Ainda que o Administrador mantenha sistema de gerenciamento de riscos da carteira de investimentos do Fundo ("**Carteira**"), não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor. Além disso, qualquer rentabilidade que venha a ser obtida pelo Fundo não representará garantia de rentabilidade futura. O Fundo não conta com garantia do Administrador, da CEEE-GT, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Ainda, não há compromisso ou garantia por parte do Administrador de que o objetivo de investimento do Fundo será atingido.

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento do Fundo, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção às cláusulas do Regulamento relativas ao objetivo do Fundo, à sua política de investimento e à composição de sua Carteira, bem como às disposições deste Prospecto que tratam dos fatores de risco aos quais o Fundo e o investidor estão sujeitos.

Todo quotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar, por meio de termo de ciência de risco e de adesão ao Regulamento, que recebeu exemplar deste Prospecto e do Regulamento do Fundo, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, de sua política de investimento, da composição da Carteira, da taxa de administração devida pelo Fundo, dos riscos associados ao seu investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no patrimônio líquido do Fundo e, consequentemente, de perda, parcial ou total, do capital investido no Fundo.

"O Fundo busca manter a Carteira composta por Ativos Financeiros (conforme definido neste Prospecto) com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor das Quotas do Fundo se comparada à oscilação no valor de quota de fundos de investimento similares cuja carteira é representada por ativos financeiros com prazo médio inferior."

O tratamento tributário aplicável aos quotistas do Fundo depende do período de permanência dos respectivos investimentos no Fundo, bem como do prazo médio dos Ativos Financeiros que compõem a Carteira. Não há garantias de que o tratamento tributário aplicável aos Quotistas, quando da amortização e/ou resgate de suas Quotas, será o mais benéfico dentre os previstos na legislação tributária vigente. Para maiores informações sobre a tributação aplicável aos quotistas e ao Fundo, vide Seção 4 deste Prospecto, item "Regras de Tributação do Fundo."

"O Fundo utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para os quotistas."

Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID") para a Indústria de Fundos de Investimento e com as normas emanadas da CVM. O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM ou da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade do Fundo, do Administrador e demais instituições prestadoras de serviços ao Fundo e das quotas ofertadas."

Quaisquer solicitações de esclarecimentos sobre a Oferta e o Fundo devem ser feitas exclusiva e diretamente aos Coordenadores.

ESTRUTURADOR E AGENTE DE RECEBIMENTO

ESTRUTURADOR E COORDENADOR LÍDER

ESTRUTURADOR, ADMINISTRADOR E COORDENADOR



A data deste Prospecto Definitivo é 7 de dezembro de 2007

ÍNDICE

1. DEFINIÇÕES	7
2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA	15
• Características da Oferta	15
• Negociação das Quotas	17
• Modificação e Revogação da Oferta e Restituição de Valores	17
• Cronograma de Etapas da Oferta	18
• Demonstrativo do Custo da Distribuição Pública das Quotas	19
• Outras Informações	19
• Declarações do Administrador e do Coordenador Líder	20
3. FATORES DE RISCO	23
• Riscos Associados ao Investimento no Fundo	23
• Riscos Associados aos Direitos de Crédito.....	25
• Riscos Associados à Cedente e ao Setor Elétrico, que Podem Afetar a Origem e a Entrega dos Direitos de Crédito ao Fundo	27
• Riscos Diversos.....	30
• Informações Contidas neste Prospecto	30
4. O FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CEEE III-GT	33
• Base Legal.....	33
• Público Alvo e Investimento Inicial Mínimo	33
• Administração e Gestão.....	33
• Custódia, Controladoria e Escrituração das Quotas do Fundo	35
• Agência de Classificação de Risco das Quotas Seniores	36
• Auditoria	36
• Objetivo de Investimento	36
• Política de Investimento e Composição da Carteira	37
• Características, Direitos, Condições de Emissão, Subscrição e Integralização das Quotas.....	39
• Condições de Amortização e Resgate das Quotas.....	42
• Hipóteses e Procedimentos de Resgate de Quotas Mediante Dação em Pagamento de Direitos de Crédito e de Ativos Financeiros	44
• Assembleia Geral de Quotistas.....	45
• Avaliação dos Ativos do Fundo.....	47
• Fluxo dos Recursos Financeiros.....	48
• Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo.....	48
• Enquadramento da Razão de Garantia	53
• Constituição de Reserva de Amortização, dos Procedimentos para Pagamento das Parcelas de Amortização e do Resgate das Quotas e da Ordem dos Pagamentos do Fundo	53
• Índice de Cobertura	54
• Amortização Extraordinária para Fins de Reenquadramento da Razão de Garantia, da Alocação Mínima em Direitos de Crédito e da Política de Investimento.....	54
• Política de Divulgação de Informações relativas ao Fundo	55
• Forma de Divulgação de Informações	55
• Atendimento aos Quotistas.....	55
• Taxas e Encargos do Fundo.....	56
• Regras de Tributação do Fundo	57
• Contratos Relevantes do Fundo	58

5. OS DIREITOS DE CRÉDITO	61
• Introdução	61
• Principais Cláusulas dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica	61
• Principais Cláusulas dos Contratos de Prestação de Serviço de Transmissão – CPST	63
• Principais Cláusulas dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão – CUST	64
• Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito	65
• Procedimentos de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos	66
• Previsão de porcentagem de Direitos de Crédito para o FIDC CEEE e para o Fundo	66
• Informações estatísticas sobre inadimplimentos, perdas e pagamentos antecipados dos Direitos de Crédito	67
6. CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO AO FUNDO	71
• Cessão e Aquisição dos Direitos de Crédito	71
• Critérios de Elegibilidade dos Direitos de Crédito	72
• Procedimentos de Entrega dos Direitos de Crédito ao Fundo	72
• Procedimentos Aplicáveis Quando da Verificação de Condições Suspensivas	75
• Procedimentos de Pagamento dos Direitos de Crédito	77
7. VISÃO GERAL DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO	83
• Introdução	83
• Histórico da Regulamentação	84
• Concessões	85
• Constituição de Garantias Financeiras	86
• Penalidades	87
• Principais Entidades Regulatórias	87
• Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico	89
• O Leilão de 2004 e os Leilões de Energia Nova	93
• Desverticalização e o Novo Modelo de Setor Elétrico	94
• Tarifas e Encargos de Uso dos Sistemas de Distribuição e Transmissão	95
• Tarifas de Distribuição	96
• Comercialização de Energia	97
• Remuneração das Geradoras	97
• Aspectos Concorrenciais	98
• Programa Prioritário de Termelétrica	98
• Incentivos para Fontes Alternativas de Energia	98
• Encargos Setoriais	99
• Mecanismo de Realocação de Energia – MRE	100
• Universalização	100
• Escassez de Energia e Racionamento	101
• Legislação Ambiental	101

8. A CEDENTE DOS DIREITOS DE CRÉDITO - CEEE-GT	105
• Breve Descritivo da CEEE-GT	105
• Informações Financeiras e Operacionais Seleccionadas da Cedente	106
• Capital Social	108
• Concessões	109
• Atividades da Cedente.....	109
• Administração.....	111
• Experiência Prévia em Securitização.....	112
9. OS DEVEDORES DOS DIREITOS DE CRÉDITO	115
• As Distribuidoras Cedidas	115
• Os Usuários da Rede Básica.....	142
10. RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E A OFERTA	191
• Informações sobre as Partes	191
• Relacionamento entre as Partes.....	193
11. ANEXOS	195
• Anexo I - Deliberação do Administrador para constituir o Fundo e aprovar o Regulamento	197
• Anexo II - Súmula da Agência de Classificação de Risco das Quotas Seniores.....	279
• Anexo III - Compromisso de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas.....	291
• Anexo IV - Relatório da KPMG Structured Finance S.A.	305
• Anexo V - Declarações do Administrador e do Coordenador Líder nos termos da Instrução CVM nº 400	357
• Anexo VI – Primeiro Aditamento ao Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças (com consolidação do Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças)	361
• Anexo VII - Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE III-GT (versão atualizada e registrada)	435
• Anexo VIII - Despacho ANEEL nº 1.539 de 17 de maio de 2007.....	527

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

1. DEFINIÇÕES

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DEFINIÇÕES

Para fins deste Prospecto, os termos e expressões contidos nesta Seção, no singular ou no plural, terão o seguinte significado:

Administrador	UBS Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM.
Agência de Classificação de Risco	Standard & Poor's.
Agente de Recebimento	Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.
Agente de Recebimento do FIDC CEEE	Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.
Agente Escriturador	Banco Itaú S.A.
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.
Assembleia Geral de Quotistas	Assembleia Geral de Quotistas, ordinária e extraordinária, realizada nos termos do Capítulo Onze do Regulamento.
Ativos Financeiros	Títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional, títulos públicos de emissão do Bacen, créditos securitizados pelo Tesouro Nacional e operações compromissadas tendo como lastro os ativos ora referidos.
Bacen	Banco Central do Brasil.
<i>Benchmark</i>	Parâmetro de Rentabilidade das Quotas Sênior, conforme item 4.7. deste Prospecto.
Banrisul	Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social S.A.
CCEAR Cedidos	Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR, firmados pela Cedente com as Distribuidoras Ceditas e cedidos ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão.
CCEE	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
CDE	Conta de Desenvolvimento Energético, instituída pela Lei do Acordo Geral do Setor Elétrico.
CEEE-GT, Companhia ou Cedente	Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT.
Companhia Estadual de Energia Elétrica	Antiga denominação social da Companhia, alterada após a cisão ocorrida em 27 de novembro de 2006.
Cessão Incondicionada	Tem o significado que lhe é atribuído no item 6.1. deste Prospecto.
Cessão sob Condição Suspensiva	Tem o significado que lhe é atribuído no item 6.1. deste Prospecto.
CETIP	CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação.
CMN	Conselho Monetário Nacional.

CMSE	Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE.
CNPE	Conselho Nacional de Política Energética.
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.
Código Civil Brasileiro	Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e alterações posteriores.
Compromisso de Subscrição	Compromisso de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas e Outras Avenças, celebrado entre a Cedente e o Fundo, por meio do qual a Cedente obriga-se a subscrever e integralizar as Quotas Subordinadas de emissão do Fundo.
Contas Autorizadas da Cedente	Contas correntes de titularidade da Cedente para recebimento de valores que venham a ser nela depositados nos termos do Contrato de Cessão.
Conta Centralizadora CCEAR	Conta na qual serão depositados os pagamentos dos valores referentes aos Direitos de Créditos dos CCEAR.
Conta Centralizadora dos Contratos de Transmissão	Conta na qual serão depositados os pagamentos dos valores referentes aos Direitos de Créditos dos Contratos de Transmissão.
Contas Centralizadoras do Fundo	Contas correntes mantidas junto ao Banrisul nas quais serão depositados pagamentos dos valores referentes aos Direitos de Créditos.
Contas Centralizadoras FIDC CEEE	Contas correntes mantidas pelo FIDC CEEE junto ao Banrisul nas quais serão depositados pagamentos dos valores referentes aos Direitos de Créditos do FIDC CEEE.
Contrato de Cessão	Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças, celebrado entre o Fundo e a Cedente.
Contrato de Custódia	Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia de Direitos de Crédito, Valores Mobiliários e Ativos Financeiros para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, celebrado entre o Fundo, o Custodiante, com a interveniência da Cedente.
Contrato de Custódia de Documentos Comprobatórios	Contrato de Custódia de Documentos Comprobatórios e Outras Avenças, por meio do qual a Cedente assume a responsabilidade pela guarda e manutenção dos Documentos Comprobatórios.
Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores	Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores, no qual ficará o Agente de Recebimento autorizado, com exclusividade, em caráter irrevogável e irretratável, a movimentar as Contas Centralizadoras do Fundo.
Contratos Iniciais	Contratos de suprimento de energia elétrica com preços e quantidades aprovados pela ANEEL, celebrados entre as concessionárias de geração e distribuição de energia elétrica, cujos montantes de energia e demanda de potência contratados são reduzidos à razão de 25% ao ano, a partir de 2003, nos termos da Lei do Setor Elétrico.
Contratos de Transmissão Cedidos	CPST e CUST.
Coordenadores	Banco UBS Pactual S.A. e Banco Itaú BBA S.A.

CPST	Contrato de Prestação de Serviço de Transmissão firmado pela Cedente com o ONS, em 02 de dezembro de 1999.
CPMF	Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira.
CUST	Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST firmados ou que venham a ser firmados pela ONS, em nome da Cedente, com os Usuários da Rede Básica.
Custodiante	Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Apuração	Significa cada data de apuração do Fator de Cessão.
Data de Início da Entrega	Data de início de entrega de Direitos Creditórios ao Fundo, conforme definida no Suplemento.
Data de Resgate	Data em que houver o último pagamento de parcela de amortização das Quotas Seniores de cada série e emissão do Fundo.
Data de Amortização	Cada data em que houver pagamento de parcelas de amortização das Quotas Seniores.
Direitos de Crédito	Totalidade dos direitos de crédito cedidos pela Cedente ao Fundo, oriundos da venda futura de energia elétrica pela Cedente às Distribuidoras Cedidas, nos termos dos CCEAR Cedidos, bem como parcela equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) dos direitos de crédito oriundos da prestação futura de serviços de transmissão de energia elétrica pela Cedente aos Usuários da Rede Básica, nos termos dos Contratos de Transmissão Cedidos.
Distribuidoras Cedidas	São concessionárias de energia elétrica que firmaram os CCEAR Cedidos e que estão indicadas no Anexo I ao Contrato de Cessão.
Documentos Comprobatórios	CCEAR Cedidos, Contratos de Transmissão Cedidos, Faturas Mensais e os Instrumentos de Garantia, documentos que comprovam a existência dos Direitos de Crédito.
Eletrobrás	Centrais Elétricas Brasileiras – ELETROBRÁS.
Empresa de Auditoria	KPMG Auditores Independentes.
EPE	Empresa de Pesquisa Energética – EPE.
Faturas Mensais	Faturas Mensais de Energia Elétrica e Faturas Mensais de Transmissão.
Faturas Mensais de Energia Elétrica	Documento preparado na forma do Anexo III do Contrato de Cessão, emitida em razão da realização da venda de energia elétrica pela Cedente às Distribuidoras Cedidas.
Faturas Mensais de Transmissão	Documento preparado na forma do Anexo IV do Contrato de Cessão, emitida em razão da realização da transmissão de energia elétrica pela Cedente aos Usuários da Rede Básica.

FGC	Fundo Garantidor de Créditos, entidade privada, sem fins lucrativos, que administra um mecanismo de proteção aos correntistas, poupadores e investidores, permitindo-lhes recuperar depósitos ou créditos mantidos em instituição financeira em caso de falência ou de sua liquidação, mantida com recursos constituídos por contribuições das instituições financeiras correspondentes a uma porcentagem dos depósitos.
Fundo	Fundo de Investimento em Direitos de Crédito CEEE-GT.
GCE	Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica.
Governo Federal	Governo da República Federativa do Brasil.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IGP-M	Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.
Índice de Cobertura	Tem o significado que lhe é atribuído no item 4.18. deste Prospecto.
Instrução CVM 356/01	Instrução CVM nº. 356 de 17 de dezembro de 2001, com a redação dada pela Instrução CVM nº. 393, de 22 de julho de 2003.
Instrução CVM 409/04	Instrução da CVM nº. 409, de 18 de agosto de 2004, alterada pela Instrução da CVM nº. 411, de 26 de novembro de 2004, pela Instrução CVM nº. 413, de 30 de dezembro de 2004, pela Instrução nº. 450 de 30 de março de 2007 e pela Instrução nº. 456 de 22 de junho de 2007.
Instrumentos de Garantia	Instrumentos representativos das garantias, outorgadas ou contratadas pelas Distribuidoras Cedidas em favor da Cedente, descritos de forma resumida no Anexo I ao Contrato de Cessão e os instrumentos representativos das garantias, outorgadas ou contratadas em favor do ONS, nos termos do CPST, descritos de forma resumida no Anexo II ao Contrato de Cessão.
IOF/Títulos	Imposto sobre Operações relativas a Títulos ou Valores Mobiliários.
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE.
IR	Imposto de Renda.
Itaipu	Itaipu Binacional, usina hidrelétrica detida em partes iguais pelo Brasil e pelo Paraguai.
Lei de Concessões	Lei nº. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e alterações posteriores.
Lei do Acordo Geral do Setor Elétrico	Lei nº. 10.438, de 26 de abril de 2002, e alterações posteriores.
Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico	Lei nº. 10.848, de 15 de março de 2004.
Lei do Setor Elétrico	Lei nº. 9.648, de 27 de maio de 1998, e alterações posteriores.

MAE	Mercado Atacadista de Energia Elétrica, ou sua sucessora, a CCEE.
MDC	Módulo de Distribuição de Cotas, um sistema de distribuição primária de cotas de fundos de investimento fechados, entre os quais os fundos de investimento em direitos creditórios, da CETIP.
MME	Ministério de Minas e Energia.
MRE	Mecanismo de Realocação de Energia.
Novas Quotas	Novas quotas seniores e subordinadas de emissão do Fundo que venham a ser emitidas após o encerramento da Oferta.
Novas Quotas Seniores	Novas quotas seniores de emissão do Fundo que venham a ser emitidas após o encerramento da Oferta.
Novas Quotas Subordinadas	Novas quotas subordinadas de emissão do Fundo que venham a ser emitidas após o encerramento da Oferta.
ONS	Operador Nacional do Sistema Elétrico.
Parcela da Fatura	Cada parcela de cada uma das Faturas Mensais vencíveis no referido Período de Disponibilidade (sendo cada parcela equivalente a 1/3 (um terço) do valor da Fatura Mensal).
Partes Relacionadas	São (i) as pessoas físicas e jurídicas controladoras de determinada pessoa; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa; (iii) as sociedades coligadas com tal pessoa; e/ou (iv) sociedades sob controle comum com tal pessoa.
Período de Capitalização	Tem o significado que lhe é atribuído no item 4.9.9. deste Prospecto.
Período de Disponibilidade	Tem o significado que lhe é atribuído no item 6.3. deste Prospecto.
Poder Concedente	Governo Federal.
Primeira Data de Emissão	Data em que ocorrer a publicação do anúncio de início de distribuição pública das Quotas representativas do Patrimônio Inicial do Fundo.
Programa de Racionamento	Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia, instituído pela GCE em 2001, que durou de junho de 2001 a fevereiro de 2002.
PROINFA	Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica, instituído pela Lei do Acordo Geral do Setor Elétrico.
Prospecto	Este Prospecto e suas respectivas atualizações.
Quantidade Mínima Mensal	Quantidade de Direitos de Crédito a ser entregue para o Fundo objeto da Cessão Incondicionada, conforme definida no item 6.3.1 deste Prospecto, em cada Período de Disponibilidades.
Quotas	Quotas Seniores e Quotas Subordinadas emitidas pelo Fundo.
Quotas Seniores	Quotas seniores emitidas pelo Fundo.
Quotas Subordinadas	Quotas subordinadas emitidas pelo Fundo.

Quotistas	Titulares de Quotas.
Quotistas Seniores	Titulares de Quotas Seniores.
Quotistas Subordinados	Titulares de Quotas Subordinadas.
Rede Básica	Conjunto de linhas de transmissão, barramentos, transformadores de potência e equipamentos com tensão igual ou superior a 230 kV, ou instalações em tensão inferior definidas pela ANEEL.
Receita Anual Permitida	Receita anual a que a Cedente terá direito pela prestação de serviços de transmissão aos usuários da rede básica mediante controle e supervisão do ONS.
Resolução CMN 2.907/01	Resolução do CMN nº. 2.907 de 29 de novembro de 2001.
RGR	Reserva Global de Reversão, instituída pela Lei nº. 5.655, de 20 de maio de 1971.
SFF	Sistema de Fundos Fechados, administrado pela CETIP.
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia.
Sistema Interligado Nacional	Sistema composto pela Rede Básica e demais instalações de transmissão que interliga as unidades de geração e distribuição nos sistemas Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil.
SIN	Sistema Integrado Nacional.
<i>Take-or-Pay</i>	Cláusula contratual geralmente inserida em contratos de fornecimento de insumos, no qual o comprador tem a obrigação de pagar pelos insumos, independentemente do seu consumo efetivo.
Taxa DI	Taxa média diária do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, “over extra-grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP.
Termo de Ciência de Risco e de Adesão	Documento preparado sob a forma do Anexo IV do Regulamento, no qual o Quotista declara estar ciente (a) das disposições contidas no Regulamento do Fundo, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da Carteira do Fundo e à taxa de administração referida no Capítulo Vinte e Quatro abaixo e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo.
TUSD	Tarifa de uso do sistema de distribuição.
TUST	Tarifa de uso do sistema de transmissão.
UHE	Usina Hidrelétrica.
Usuários da Rede Básica	São os usuários que celebraram ou que venham a celebrar os CUST e que estão indicadas de forma exemplificativa no Anexo II ao Contrato de Cessão.
UTE	Usina Termelétrica.

Outros termos e expressões contidos neste Prospecto e que não tenham sido definidos nesta Seção terão o significado que lhes for atribuído no próprio Prospecto, ou nos demais documentos da Oferta.

2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

2.1. Características da Oferta

2.1.1. A Oferta

As Quotas Seniores do Fundo serão objeto de distribuição pública. A Oferta será conduzida pelos Coordenadores, contratados pelo Administrador para realizar a colocação das Quotas Seniores.

2.1.2. Público Alvo

O Fundo é destinado, exclusivamente, a investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM 409/04, conforme posteriormente alterada, e a fundos de investimentos regulados pela Instrução CVM 409/04 que sejam autorizados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimentos em direitos creditórios.

2.1.3. Registro da Oferta das Quotas Seniores

A Oferta foi registrada na CVM em [•] de [•] de 2007, sob o nº. [•], nos termos da Instrução CVM 356/01.

2.1.4. Quantidade de Quotas Objeto da Oferta

A Oferta compreende o total de 150.000 (cento e cinquenta mil) Quotas Seniores.

Adicionalmente, serão subscritas e integralizadas pela Cedente, nos termos do Compromisso de Subscrição, 9.575.000 (nove milhões, quinhentos e setenta e cinco mil) quotas subordinadas, as quais não são objeto da Oferta.

2.1.5. Preço de Emissão das Quotas Seniores e Preço de Integralização das Quotas Seniores no Âmbito da Oferta

O Preço de Emissão das Quotas Seniores foi fixado em R\$ 1.000,00 (um mil reais) por quota, na Primeira Data de Emissão, totalizando a Oferta o valor de R\$ 150.000.000 (cento e cinquenta milhões de reais), na Primeira Data de Emissão.

O Preço de Integralização das Quotas Seniores na Primeira Data de Emissão será correspondente ao Preço de Emissão. No primeiro dia útil seguinte à Primeira Data de Emissão, o Preço de Integralização das Quotas Seniores, no âmbito da Oferta, corresponderá ao Preço de Emissão, atualizado na forma do item 4.9.9. deste Prospecto.

2.1.6. Subscrição e Integralização das Quotas Seniores durante o Prazo de Colocação

As Quotas Seniores serão subscritas pelo Preço de Emissão atualizado de acordo com o disposto no item 4.9.9. deste Prospecto.

As Quotas Seniores serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, por meio do MDC da CETIP e/ou depósito em conta corrente de titularidade do Fundo, mediante a realização de transferência eletrônica disponível (TED) ou transferência de recursos imediatamente disponíveis de conta corrente de titularidade do Quotista para conta corrente de titularidade do Fundo.

A primeira aplicação de cada Quotista no Fundo deverá observar o valor estabelecido no item 2.1.7. abaixo.

No ato da primeira subscrição e integralização de Quotas do Fundo, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição e recibo de integralização, que será autenticado pelos Coordenadores e (ii) receberá exemplar do Regulamento e deste Prospecto, declarando, por meio da assinatura do Termo de Ciência de Risco e de Adesão, estar ciente (a) das disposições contidas no Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da Carteira do Fundo e à taxa de administração e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e no Prospecto.

2.1.7. Valor mínimo de investimento

O valor mínimo individual da primeira aplicação de cada investidor interessado em adquirir Quotas Seniores no âmbito da Oferta será de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

2.1.8. Contrato de Distribuição das Quotas

Os Coordenadores foram contratados pelo Administrador, por meio do Contrato de Coordenação e Colocação de Quotas Seniores da Primeira Série do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE III-GT, para realizar a distribuição pública das Quotas Seniores, sob o regime de garantia firme, que terá início após a publicação do anúncio de início da distribuição pública das Quotas Seniores e a disponibilização do prospecto definitivo aos investidores.

Somente poderão adquirir Quotas Seniores do Fundo, aqueles investidores que se enquadrem no público alvo do Fundo indicado no item 2.1.2. acima.

Os interessados na subscrição de Quotas Seniores deverão manifestar-se diretamente aos Coordenadores nos endereços a serem indicados no anúncio de início da distribuição pública das Quotas Seniores, devendo informar a quantidade de Quotas Seniores que pretendem adquirir.

A cópia do Contrato de Coordenação e Colocação de Quotas Seniores da Primeira Série do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE III-GT está à disposição para consulta na sede do Administrador.

2.1.9 Rentabilidade alvo das Quotas Seniores

O Fundo buscará atingir, para todas as Quotas Seniores, parâmetro de rentabilidade ("Benchmark") definido em processo de *bookbuilding* conduzido pelo Administrador e correspondente a variação acumulada das Taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, over Extra-Grupo, calculadas e divulgadas pela CETIP, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, (a "Taxa DI"), acrescida de uma sobre taxa de juros fixos ("Spread"). Para as Quotas Seniores de Primeira Emissão, o Spread foi fixado em 0,95% ao ano.

2.1.10 Data de resgate das Quotas

A ser definido no respectivo suplemento ao Regulamento. Para a presente série de quotas seniores, objeto desta oferta, o prazo será de 72 (setenta e dois) meses.

2.2. Negociação das Quotas

As Quotas Seniores do Fundo serão admitidas à negociação no SFF da CETIP.

Na hipótese de negociação das Quotas Seniores em operações no mercado secundário, o agente intermediário da respectiva negociação será responsável por comprovar a qualificação do investidor que estiver adquirindo tais Quotas Seniores, de forma a cumprir com o disposto no item 2.1.2. acima.

As Quotas Subordinadas não serão objeto da Oferta e serão subscritas e integralizadas exclusivamente pela CEEE-GT.

2.3. Modificação e Revogação da Oferta e Restituição de Valores

A eventual modificação ou revogação da Oferta será imediatamente divulgada pelo Coordenador Líder aos investidores, pelos mesmos meios utilizados para divulgação do Anúncio de Início.

Na hipótese de modificação das condições da Oferta, os investidores que já tiverem aderido à Oferta terão que confirmar, no prazo de 5 dias úteis contados do recebimento da comunicação do Coordenador Líder referida acima, seu interesse em manter a sua aceitação da Oferta, sendo presumida a manutenção da aceitação em caso de silêncio.

Na hipótese de modificação ou revogação da Oferta nos termos dos artigos 25 e 26 da Instrução CVM n.º 400/03, os montantes eventualmente entregues pelos investidores quando da subscrição e integralização de Quotas serão integralmente restituídos aos respectivos investidores no prazo de 5 dias contados do recebimento da comunicação do Coordenador Líder referida acima, sem qualquer remuneração ou atualização, deduzidos dos encargos e tributos devidos. Neste caso, os investidores deverão fornecer um recibo de quitação referente aos valores restituídos, bem como devolver os boletins de subscrição referentes às Quotas já integralizadas.

2.4. Cronograma de Etapas da Oferta

Início da Oferta	A Oferta, devidamente registrada perante a CVM, terá início após a publicação do Anúncio de Início nos jornais indicados no item 4.20. abaixo e após a disponibilização do prospecto definitivo aos investidores.
Prazo de Colocação das Quotas Seniores sob o regime de Garantia Firme	1º dia útil seguinte à data da publicação do Anúncio de Início.
Manifestação de aceitação da Oferta pelos investidores	Iniciada a Oferta, os investidores interessados poderão manifestar a sua intenção de adquirir Quotas Seniores no âmbito da Oferta aos Coordenadores a qualquer momento durante o prazo de colocação.
Subscrição e Integralização das Quotas Seniores	A subscrição das Quotas Seniores será formalizada por meio da assinatura dos respectivos boletins de subscrição. A integralização das Quotas Seniores deverá ser efetuada à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.
Restituição de Valores nos termos dos artigos 30 e 31 da Instrução CVM nº. 400	Na hipótese de não conclusão da Oferta, por qualquer motivo, os investidores que já tiverem subscrito e integralizado as Quotas Seniores receberão do Fundo os montantes utilizados na integralização de Quotas Seniores no prazo de 5 dias úteis, deduzidos dos encargos e tributos devidos, sem qualquer remuneração. Na hipótese de restituição de quaisquer valores aos investidores, conforme previsto acima, os investidores deverão fornecer recibo de quitação relativo aos valores restituídos, bem como efetuar a devolução dos boletins de subscrição das Quotas Seniores cujos valores tenham sido restituídos.
Modificação ou Revogação da Oferta	Os Coordenadores divulgarão imediatamente aos investidores notícia sobre eventual modificação ou revogação da Oferta, por meio dos mesmos meios utilizados para divulgação do Anúncio de Início.
Prazo para manifestação de aceitação da Oferta pelos investidores, na hipótese de modificação das condições da Oferta	Na hipótese de modificação das condições da Oferta, os investidores que já tiverem aceitado a Oferta terão que confirmar seu interesse em manter a sua aceitação da Oferta no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da comunicação do Coordenador Líder. A manutenção da aceitação da Oferta será presumida em caso de silêncio.
Prazo para restituição de valores aos investidores na hipótese de modificação ou revogação da Oferta	Em caso de (i) modificação da Oferta e não aceitação pelo investidor dessa modificação ou (ii) revogação da Oferta, os montantes eventualmente entregues pelos investidores na subscrição e integralização de Quotas Seniores serão integralmente restituídos aos respectivos investidores, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da manifestação do investidor nesse sentido, sem qualquer remuneração ou atualização, deduzidos dos encargos e tributos devidos.
Divulgação do Resultado da Oferta	O resultado da Oferta será divulgado ao seu término, por meio da publicação do anúncio de encerramento da Oferta nos jornais indicados no item 4.20. abaixo.

Segue abaixo cronograma indicativo das etapas da Oferta:

Evento	Datas
Protocolo do pedido de registro na CVM	1 de outubro de 2007
Publicação do Aviso ao Mercado	19 de outubro de 2007
Disponibilização do Prospecto Preliminar	19 de outubro de 2007
Início das apresentações para potenciais investidores	19 de outubro de 2007
Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	13 de novembro de 2007
Concessão do Registro da Oferta pela CVM	10 de dezembro de 2007
Publicação do Anúncio de Início	11 de dezembro de 2007
Liquidação da Oferta	12 de dezembro de 2007
Publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta	13 de dezembro de 2007

** As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas, e estão sujeitas a alterações e atrasos.*

2.5. Demonstrativo do Custo da Distribuição Pública das Quotas

As despesas abaixo indicadas serão de responsabilidade da Cedente:

Custos para o Fundo	Montante *(R\$)	% sobre o total da Oferta *
Apresentação a Investidores e Impressão de Prospectos	35.000,00	0,03%
Publicações Legais	125.000,00	0,08%
Comissão de Colocação	1.875.000,00	1,25%
Comissão de Estruturação	700.000,00	0,50%
Agência de <i>Rating</i>	R\$ 50.890,00 inicial + U\$ 20.000,00 revisão anual	0,04%
Auditores e Advogados	186.000,00	0,12%
Taxa para registro na CVM	82.870,00	0,05%
Total dos custos	2.868.760,00	1,91%

* Valores e percentuais arredondado

Preço por Quota Sênior (R\$)	Custo por Quota Sênior (R\$)	Montante líquido para o Fundo* (R\$)
1.000,00	19,10	980,90

* Tendo em vista que os custos serão pagos pela Cedente, o Fundo receberá o valor total da Oferta que, na Primeira Data de Emissão, corresponderá ao valor de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais).

2.6. Outras Informações

Para maiores esclarecimentos a respeito da Oferta e do Fundo, bem como para obtenção de cópias do Regulamento e deste Prospecto, os interessados deverão dirigir-se à CVM, à sede do Administrador, dos Coordenadores da Oferta ou da CETIP, nos endereços indicados abaixo, sendo que o Prospecto encontra-se à disposição dos investidores na CVM apenas para consulta e reprodução.

Administrador:

UBS Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM
Praia de Botafogo, 501, 5º andar – parte Rio de Janeiro – RJ
At.: Mariana Ramalho
Website: www.ubs.com/1/p/ubslatinamerica.html
Tel.: (21) 3262-9624
Fax.: (21) 3262-8600
Correio Eletrônico: mariana.cardoso@ubs.com

Coordenador Líder

Banco Itaú BBA S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 4º andar.
São Paulo - SP
At.: Eduardo Prado Santos
Website: www.itaubba.com.br
Tel.: (11) 3708-8717
Fax.: (11) 3708-8362
Correio Eletrônico: epsantos@itaubba.com.br

Coordenador:

Banco UBS Pactual S.A.
Praia de Botafogo, nº. 501, 6º andar, parte
Rio de Janeiro - RJ
At.: Marcos Wanderley Pereira
Website: www.ubs.com/1/p/ubslatinamerica.html
Tel.: (21) 3262-9759
Fax.: (21) 3262-8600
Correio Eletrônico: marcos.wanderley@ubs.com

Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

Rua Sete de Setembro, nº. 111 - 5º andar
Rio de Janeiro - RJ

Rua Formosa, 367 - 20º andar
São Paulo – SP
Website: www.cvm.gov.br

Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP

Avenida República do Chile, nº. 230, 11º andar
Rio de Janeiro - RJ

Rua Líbero Badaró, nº. 425, 24º andar
São Paulo - SP
Site: www.cetip.com.br

2.7. Declarações do Administrador e do Coordenador Líder

Declaração nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº. 400:

O Administrador declara que: (i) os documentos referentes ao registro do Fundo estão regulares e atualizados perante a CVM; (ii) este Prospecto contém as informações necessárias ao conhecimento, pelos investidores, das Quotas Seniores ofertadas, do Fundo, da Cedente e de suas atividades, situação econômico-financeira, bem como dos riscos inerentes às suas atividades e ao investimento no Fundo, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes; e (iii) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro do Fundo perante a CVM e fornecidas ao mercado durante o período de distribuição das Quotas Seniores, conforme declaração anexa ao presente, firmada pelo Diretor Executivo, Sr. Marcelo Kalim.

O Coordenador Líder declara que (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que (a) as informações prestadas pelo Administrador sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o período de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e aquelas que integram este Prospecto, sejam suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta e (ii) este Prospecto contém as informações necessárias ao conhecimento, pelos investidores, das Quotas Seniores ofertadas, do Fundo emissora, suas atividades, situação econômico-financeira e dos riscos inerentes às suas atividades e ao investimento no Fundo, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes., conforme declaração anexa a este Prospecto, firmada pelos Srs. Fábio Ferraz e Fernando Fontes Iunes, Diretores Executivos.

Independentemente do disposto acima, determinadas informações sobre o Brasil e o setor elétrico incluídas neste Prospecto foram compiladas a partir de fontes públicas disponíveis ao mercado.

Assunções, previsões e eventuais expectativas futuras constantes deste Prospecto estão sujeitas a incertezas de natureza econômica, política e competitiva e não devem ser interpretadas como promessa ou garantia de resultados futuros ou desempenho do Fundo. Os potenciais investidores deverão conduzir suas próprias investigações acerca de eventuais tendências ou previsões discutidas ou inseridas neste Prospecto, bem como acerca das metodologias e assunções em que se baseiam as discussões dessas tendências e previsões.

3. FATORES DE RISCO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

FATORES DE RISCO

Antes de tomar uma decisão de investimento no Fundo, os potenciais investidores devem, considerando sua própria situação financeira, seus objetivos de investimento e seu perfil de risco, avaliar cuidadosamente todas as informações disponíveis neste Prospecto e no Regulamento do Fundo, inclusive, mas não se limitando a, aquelas relativas à política de investimento, composição da Carteira do Fundo e aos fatores de risco aos quais o Fundo e os investidores estão sujeitos, incluindo, aqueles descritos a seguir.

3.1. Riscos Associados ao Investimento no Fundo

NÃO EXISTÊNCIA DE SEGURO DA PERFORMANCE DA CEDENTE.

Nos termos do Contrato de Cessão, os Direitos de Crédito cedidos e entregues ao Fundo são Direitos de Crédito futuros, a serem originados pela Cedente na consecução de seu objeto social. Não há contratação de seguro, pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, pela Cedente, ou por suas respectivas Partes Relacionadas, que garanta a entrega de Direitos de Crédito, no caso de a Cedente interromper, por qualquer motivo, a entrega de energia elétrica às Distribuidoras Cedidas e/ou a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica aos Usuários da Rede Básica e, conseqüentemente, a geração de Direitos de Crédito. O Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Quotas à medida em que os Direitos de Crédito sejam entregues pela Cedente e devidamente pagos pelas Distribuidoras Cedidas e/ou Usuários da Rede Básica, conforme o caso, não havendo garantia de que as amortizações e o resgate ocorrerão integralmente nas datas programadas. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante ou pela Cedente, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Modalidade de investimento recente e sofisticada.

Os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, como o Fundo, são uma modalidade de investimento recentemente instituída em nosso País. Os potenciais investidores devem avaliar minuciosamente suas peculiaridades, tais como riscos de liquidez dos Direitos de Crédito, eventos de amortização das Quotas e de liquidação do Fundo, dentre outros. Estas peculiaridades podem eventualmente trazer conseqüências negativas ao patrimônio do Fundo, ou podem tornar o investimento ilíquido. A necessidade de avaliação criteriosa por parte do investidor é decorrente igualmente da sofisticação e complexidade inerente a uma operação de securitização, tal como a concretizada por meio do Fundo.

Limitação de ativos do Fundo.

A única fonte de recursos do Fundo para efetuar o pagamento das amortizações e/ou resgate das Quotas é a liquidação (i) dos Direitos de Crédito pelas Distribuidoras Cedidas e/ou pelos Usuários da Rede Básica; e (ii) dos Ativos Financeiros pelos respectivos emissores. Após o recebimento desses recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Quotas.

Amortização e resgate condicionado das Quotas.

O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos de Crédito e aos Ativos Financeiros que compõem seu patrimônio líquido e aos mercados em que estes são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de o Administrador alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos de Crédito, devido à inexistência de mercado secundário ativo e organizado para a negociação deste tipo de ativo. Considerando-se que o Fundo somente procederá às amortizações e/ou ao resgate das Quotas na medida em que (i) os Direitos de Crédito sejam pagos pelas Distribuidoras Cedidas e/ou Usuários da Rede Básica, conforme o caso; e/ou (ii) os Ativos Financeiros sejam devidamente liquidados pelas respectivas contrapartes, tanto o Administrador, como o Custodiante, encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas ou mesmo antecipadamente na hipótese de um Evento de Liquidação, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, pela Cedente, ou por quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Risco de mercado e fatores macroeconômicos.

A ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas, poderão causar oscilações nos valores dos Ativos Financeiros que compõem a carteira do Fundo e resultar em perda, pelos Quotistas, do valor de principal de suas aplicações. Não será devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza, caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante do risco aqui descrito.

Inexistência de rendimento predeterminado.

O valor unitário das Quotas Seniores será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos no Regulamento do Fundo. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do patrimônio líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores na hipótese de amortização e/ou resgate de suas respectivas Quotas e não representa, nem deverá ser considerada, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Administrador, do Custodiante, ou da Cedente em assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do patrimônio líquido, os titulares das Quotas Seniores não farão jus, em qualquer circunstância, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor das mesmas na respectiva data de amortização ou data de resgate, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para esta classe de Quotas.

Risco de descontinuidade e possibilidade de resgate ou amortização antecipada das Quotas.

O Fundo poderá resgatar antecipadamente as Quotas nas hipóteses previstas no Capítulo Dezoito do Regulamento do Fundo. Caso isto ocorra, os Quotistas poderão não receber a rentabilidade esperada e, ainda que consigam recuperar o capital investido no Fundo, terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pela Cedente, pelo Custodiante ou qualquer pessoa, incluindo o Administrador, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

Risco de liquidez do mercado secundário brasileiro de valores mobiliários.

O mercado secundário existente no Brasil para negociação de valores mobiliários em geral, e de quotas de fundos de investimento em Direitos de Crédito especificamente, apresenta atualmente baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Quotas que possibilite aos Quotistas sua alienação caso estes assim decidam. Adicionalmente, em razão da não existência de um mercado secundário ativo e organizado para negociação dos Direitos de Crédito, os Quotistas devem possuir condição financeira para levar ao vencimento os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros na hipótese de liquidação antecipada do Fundo. Dessa forma, os Quotistas podem ter dificuldade em realizar a venda das Quotas no mercado secundário, sendo que o Fundo, o Administrador, a Cedente e o Custodiante não estão obrigados a adquirir qualquer quantidade de Quotas dos Quotistas que manifestarem intenção de resgatar os valores por eles investidos no Fundo.

Risco decorrente da precificação dos Ativos Financeiros.

Os Ativos Financeiros estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços dos Ativos Financeiros poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Ativos Financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional. A precificação dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários, instrumentos derivativos e demais operações estabelecidos na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações nos valores dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução no valor das Quotas do Fundo.

Risco de descasamento.

O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras preponderantemente em Direitos de Crédito e nos Ativos Financeiros. Considerando-se que o valor das Quotas Seniores será atualizado na forma estabelecida no item 4.9.9 deste Prospecto, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros e (ii) das Quotas Seniores. O Fundo poderá sofrer perdas em razão de tais descasamentos, não sendo a Cedente, o Administrador e o Custodiante responsáveis por quaisquer perdas que venham a ser impostas aos Quotistas, em razão dos descasamentos de que trata este subitem.

Risco proveniente do uso de derivativos.

A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu patrimônio líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas.

Risco da Originação dos Direitos de Crédito por um Único Cedente.

A totalidade dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão é originada pela Cedente. Além do Fundo, a Cedente está obrigada a ceder direitos de crédito ao FIDC CEEE. Caso a Cedente não seja capaz de gerar direitos de crédito em volume suficiente para suprir o FIDC CEEE e o Fundo, o Fundo e, conseqüentemente, seus Quotistas poderão sofrer perdas significativas.

Risco da concentração da Carteira.

Tendo em vista que, de acordo com os Critérios de Elegibilidade, os recursos do Fundo poderão ser alocados para adquirir Direitos de Crédito contra poucas Distribuidoras Cedidas e/ou Usuários da Rede Básica, o Fundo está sujeito ao risco de concentração nas referidas Distribuidoras Cedidas e/ou Usuários da Rede Básica. Caso uma das Distribuidoras Cedidas e/ou Usuários da Rede Básica deixe de cumprir com as suas obrigações referentes a Direitos de Crédito cedidos ao Fundo e os Direitos de Crédito contra tais Distribuidoras Cedidas e/ou Usuários da Rede Básica representarem percentual significativo da Carteira do Fundo, os resultados do Fundo poderão ser afetados negativamente.

Risco de Concentração dos Ativos Financeiros.

Nos termos da política de investimentos do Fundo, até 100% (cem por cento) da parcela do patrimônio líquido do Fundo alocada em Ativos Financeiros poderá ser representada por Ativos Financeiros de emissão e/ou coobrigação de um mesmo emissor, sujeitando o Fundo a riscos relacionados ao referido emissor e a eventos que o Fundo e o Administrador não controlam.

3.2. Riscos Associados aos Direitos de Crédito

Subordinação do Fundo ao FIDC CEEE.

Conforme descrito acima, o Fundo adquire Direitos de Crédito dos CCEAR e Direitos de Crédito dos Contratos de Transmissão, excetuados os créditos objeto de (i) cessão incondicionada ao FIDC CEEE e (ii) cessão sob condição suspensiva que venham a ser entregues ao FIDC CEEE em decorrência da verificação de qualquer condição suspensiva, nos termos da Cláusula Onze do Contrato de Cessão do FIDC CEEE. Dessa forma, ainda que já tenha efetuado o pagamento do preço de aquisição à Cedente, o Fundo somente receberá Direitos de Crédito após o recebimento pelo FIDC CEEE dos Direitos de Crédito FIDC CEEE. Dessa forma, na hipótese de verificação de uma condição suspensiva, como conseqüente liquidação, do FIDC CEEE, antecipada, a entrega de Direitos de Crédito ao Fundo poderá ser reduzida, atrasada ou suspensa, até o pagamento integral dos valores devidos aos Quotistas Seniores do FIDC CEEE.

Cessão Parcial dos Direitos de Crédito dos Contratos de Transmissão.

O Contrato de Cessão prevê a cessão ao Fundo de parcela equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) dos direitos de crédito oriundos da prestação futura de serviços de transmissão de energia elétrica pela Cedente aos Usuários da Rede Básica, nos termos do CPST e dos CUST existentes ou que venham a ser celebrados pelo ONS com os Usuários da Rede Básica. Por tratar-se de cessão parcial de direitos de crédito, não há como assegurar que não haverá dificuldades operacionais no futuro com relação à identificação de quais 25% de Faturas Mensais são ou não de titularidade do Fundo.

Risco de liquidez e inexistência de mercado secundário para os Direitos de Crédito.

Em razão da não existência de um mercado secundário ativo e organizado para negociação dos Direitos de Crédito, e da conseqüente falta de liquidez dos Direitos de Crédito, os Quotistas Seniores devem possuir condição financeira para levar ao vencimento os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros na hipótese de liquidação antecipada do Fundo.

Risco de crédito das Distribuidoras Cedidas e Usuários da Rede Básica, em virtude da não existência de obrigação ou garantia da Cedente pela solvência das Distribuidoras Cedidas e dos Usuários da Rede Básica e/ou insuficiência dos mecanismos de garantia do Fundo.

A Cedente somente tem responsabilidade pela originação e formalização dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, não assumindo qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou pela solvência das Distribuidoras Cedidas e Usuários da Rede Básica. Ademais, os mecanismos de garantia de que dispõe o Fundo (tais como a Reserva de Amortização, a Razão de Garantia, o Índice de Cobertura e os Instrumentos de Garantia vinculados aos Direitos de Crédito cedidos) podem não ser suficientes para que o Fundo proceda às amortizações e/ou resgate das Quotas integral e/ou tempestivamente. Desta forma, o Fundo poderá sofrer o impacto do inadimplemento das Distribuidoras Cedidas e/ou dos Usuários da Rede Básica, cujos mercados de energia elétrica apresentam diferentes níveis de demanda. O Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos de Crédito sejam entregues pela Cedente e devidamente pagos pelas Distribuidoras Cedidas e pelos Usuários da Rede Básica, conforme o caso, não havendo garantia de que as amortizações e o resgate ocorrerão integralmente nas datas programadas. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador ou pelo Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Redução e cessão do volume de energia elétrica contratada pelas Distribuidoras Cedidas.

Os CCEAR Cedidos cujos Direitos de Crédito foram cedidos ao Fundo contêm dispositivo contratual que permite às Distribuidoras Cedidas reduzirem a energia elétrica contratada da Cedente nas hipóteses de (i) exercício da opção, por determinados consumidores, denominados consumidores potencialmente livres (aqueles cuja demanda é igual ou maior que 3 MW em níveis de tensão iguais ou superiores a 69 kV ou, no caso de novos consumidores que entraram no mercado a partir de julho de 1995, aqueles cuja demanda é igual ou superior a 3 MW em qualquer nível de tensão) de escolha de novo fornecedor de energia elétrica; (ii) variações de mercado da respectiva Distribuidora Cedida, limitado à redução de 4% (quatro por cento) da energia elétrica contratada por ano; ou (iii) em razão de acréscimos na aquisição de energia elétrica por parte das Distribuidoras Cedidas decorrentes de contratos celebrados até 16 de março de 2004, observado o disposto na Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico. A redução da energia contratada deve ser precedida de mecanismo de compensação de sobras e déficits de energia no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, por meio do qual as Distribuidoras Cedidas poderão ceder a parcela da energia contratada que sofreu redução. Adicionalmente, os CCEAR Cedidos têm um mecanismo contratual, chamado sazonalização, que permite às Distribuidoras Cedidas determinar os montantes mensais de energia a ser consumida durante o ano numa variação de 15% (quinze por cento). Assim, caso a energia elétrica contratada no âmbito dos CCEAR Cedidos seja reduzida por uma ou mais Distribuidoras Cedidas, poderá haver uma redução de Direitos de Crédito a serem entregues ao Fundo, o que poderá comprometer a capacidade de pagamento do Fundo. Nestes casos, o Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos de Crédito sejam devidamente pagos pelas Distribuidoras Cedidas em montante suficiente para tanto, não havendo garantia de que as amortizações e o resgate ocorrerão integralmente nas datas programadas. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Necessidade de aporte de recursos para proceder à cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros.

O Fundo somente poderá adotar e/ou manter os procedimentos judiciais ou extrajudiciais de cobrança dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros, uma vez ultrapassado o limite de seu patrimônio líquido, caso os Quotistas Seniores adiantem os valores necessários para a sua adoção e/ou manutenção. Dessa forma, havendo necessidade de cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros, os Quotistas poderão ser solicitados a aportar recursos ao Fundo, na forma prevista no Capítulo Dezenove do Regulamento, para assegurar a adoção e manutenção das medidas cabíveis para a salvaguarda de seus interesses. Caso quaisquer dos Quotistas não aportem os recursos suficientes para tanto, o Administrador não será responsável por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e por seus Quotistas em decorrência da não propositura ou manutenção de medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à cobrança dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros ou à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas.

Regularidade dos Direitos de Crédito.

O Custodiante realizou a verificação periódica dos Direitos de Crédito com base em análise dos documentos que constituem o lastro dos Direitos de Crédito, e continuará a fazê-lo trimestralmente com relação aos novos Usuários da rede Básica que venham a ser inseridos na lista de que trata o Anexo III do Regulamento do Fundo. Mesmo após a realização dessa auditoria, a carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito.

Riscos operacionais.

O envio das Faturas Mensais pela Cedente, o recebimento, pelo Agente de Recebimento, do pagamento dos Direitos de Crédito, a transferência dos Direitos de Crédito objeto da Cessão Incondicionada para o Fundo (conforme definida no item 6.1. deste Prospecto), a troca de informações a respeito da caracterização da inadimplência das Distribuidoras Cedidas e/ou dos Usuários da Rede Básica, dentre outras rotinas e procedimentos estabelecidos no Contrato de Cessão e no Regulamento, estão sujeitos a falhas operacionais nos mecanismos de comunicação entre a Cedente, o Custodiante, o Agente de Recebimento e o Administrador.

Manutenção dos Documentos Comprobatórios pela Cedente.

A Cedente será a responsável pela guarda dos Documentos Comprobatórios, na qualidade de fiel depositária, nos termos do Contrato de Cessão. A guarda destes pela Cedente pode representar uma limitação em eventual necessidade do Fundo ter que realizar a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito, caso estes não sejam pagos pontualmente pelas Distribuidoras Cedidas e/ou pelos Usuários da Rede Básica.

Inexistência de jurisprudência consolidada acerca da validade da Cessão sob Condição Suspensiva dos Direitos de Crédito em caso de insolvência da Cedente.

A Cedente é uma sociedade de economia mista e não está sujeita à Lei nº. 11.101/05 ("Nova Lei de Falências"), nos termos de seu artigo 2º, inciso II. Não obstante esse fato, caso a Nova Lei de Falências venha, no futuro, a ser aplicada às sociedades de economia mista, o §1º do artigo 136 da Nova Lei de Falências estabelece que, na hipótese de securitização de créditos do devedor, não será declarada a ineficácia ou revogado o ato de cessão em prejuízo dos direitos dos titulares de valores mobiliários neles lastreados. Segundo a opinião dos assessores legais da Cedente e dos Coordenadores, manifestada em pareceres escritos, tal regra se aplicaria aos Direitos de Crédito a serem cedidos ao Fundo. Contudo, como a cessão dos créditos ao Fundo tem por objeto recebíveis não performados, relativos à contraprestação por fornecimento de energia ainda não efetuado, e considerando, ademais, que não há jurisprudência sobre a aplicação da referida norma legal, os Quotistas devem analisar o risco de eventual contencioso judicial sobre a aplicação da referida norma aos recebíveis objeto de Cessão sob Condição Suspensiva ao Fundo.

3.3. Riscos Associados à Cedente e ao Setor Elétrico, que Podem Afetar a Origem e a Entrega dos Direitos de Crédito ao Fundo:

Término antecipado da Concessão.

No caso do término antecipado dos Contratos de Concessão, foi considerado que o Fundo poderá manter o direito ao recebimento do produto da cobrança dos Direitos de Crédito. No entanto, a ANEEL, ao se manifestar sobre a questão, apresentou comentários nos quais reproduz o parágrafo 6º, do Artigo 38, da Lei de Concessões, que dispõe que, declarada a caducidade da concessão, não resultará para o Poder Concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou empregados da respectiva concessionária. Portanto, não há como garantir que, ocorrido o término antecipado da concessão da Cedente, o Fundo receberá o pagamento dos Direitos de Crédito.

Vinculação e Penhor de Direitos de Crédito como garantia de obrigações assumidas pela Cedente.

Alguns dos contratos financeiros celebrados pela Cedente são garantidos por mecanismo de vinculação de receitas, que consiste na vinculação das receitas auferidas pela Cedente ao pagamento da dívida objeto do contrato. Tal mecanismo é operacionalizado por meio da outorga de procuração a uma instituição financeira por meio da qual a Cedente confere poderes à referida instituição para, em caso de não pagamento pela Cedente dos valores devidos nos termos dos referidos contratos, acessar as contas da Cedente, transferindo os recursos nelas disponíveis para o credor respectivo, até o cumprimento total da obrigação devida. Outros contratos financeiros celebrados pela Cedente são garantidos por (i) penhor de direitos creditórios decorrentes da venda, presente ou futura, de energia elétrica e da prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica ("Direitos de Crédito"); (ii) penhor do produto de arrecadação dos Direitos de Crédito depositados em contas centralizadoras mantidas junto a um banco centralizador; e (iii) penhor dos direitos creditórios contra o banco centralizador, relativos às contas centralizadoras. Esse mecanismo é operacionalizado por meio da outorga de procuração a outra parte, por meio da qual a Cedente confere poderes a ela, para que em caso de não pagamento dos valores devidos nos termos dos referidos contratos ela receba diretamente do banco centralizador. Dessa forma, caso a Cedente venha a atrasar ou deixar de pagar qualquer valor devidos aos credores nos termos dos contratos ora referidos, as instituições financeiras que possuem procuração da Cedente, poderão direcionar o pagamento proveniente de direitos de crédito oriundos da venda de energia elétrica ou da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica para o pagamento de credores, o que poderá afetar a entrega de Direitos de Crédito ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão.

A Cedente atua no mercado brasileiro, estando sujeita, portanto, aos efeitos da política econômica do Governo Federal.

Ocasionalmente, o Governo Federal intervém na economia realizando mudanças drásticas e repentinas em suas políticas. Medidas do Governo Brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária têm envolvido, desde passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, controle de tarifas, controles no consumo de eletricidade, alteração na política fiscal e tributária, dentre outras. Tais medidas podem impactar os negócios da Cedente e/ou das Distribuidoras Cedidas, bem como sua condição financeira, seus resultados operacionais e a originação e entrega dos Direitos de Crédito ao Fundo.

A Cedente atua no setor elétrico brasileiro, o qual vem sendo reestruturado pelo Governo Federal. Os efeitos do novo modelo do setor elétrico para as empresas sujeitas às suas regras, como a Cedente, ainda são incertos.

Em 15 de março de 2004, foi promulgada a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico que promoveu profundas modificações na atual estrutura do setor elétrico, dentre as quais (i) a alteração das regras sobre a compra e venda de energia elétrica entre as empresas geradoras de energia e as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica; (ii) novas regras para licitação de empreendimentos de geração; (iii) a criação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; (iv) a criação de novos órgãos setoriais; e (v) a alteração nas competências do Ministério de Minas e Energia e da ANEEL. A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico continua sujeita a regulamentação, e, atualmente, tem sua constitucionalidade contestada perante o Supremo Tribunal Federal, por meio das Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº. 3090 e nº. 3100. Não existe ainda uma decisão sobre este mérito. Na data deste Prospecto, não é possível se prever os eventuais possíveis efeitos adversos da regulamentação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico e do resultado do julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade no setor em que a Cedente atua e de que forma isso afetaria o cumprimento das obrigações da Cedente para com as Distribuidoras Cedidas, bem como na originação e entrega dos Direitos de Crédito ao Fundo.

A geração de energia elétrica pela Cedente depende de condições hidrológicas favoráveis.

O setor elétrico brasileiro, muito concentrado em geração hidráulica de energia, enfrenta uma restrição natural à sua capacidade de geração. As usinas hidrelétricas não podem gerar energia além da capacidade possibilitada pelos recursos hídricos do País. Chuvas escassas, enchentes ou qualquer outro fator natural podem causar impacto na capacidade geradora da Cedente e das demais empresas geradoras de energia elétrica, aumentando ou reduzindo o nível de seus reservatórios. A limitação à capacidade de geração de energia elétrica pela Cedente poderá ter impacto negativo sobre os seus resultados e condição financeira e no cumprimento das obrigações da Cedente para com as Distribuidoras Cedidas, o que pode comprometer a originação e entrega dos Direitos de Crédito ao Fundo.

O impacto de uma escassez e/ou racionamento de energia elétrica, como ocorrido em 2001 e 2002, poderá afetar de maneira adversa a geração de energia elétrica pela Cedente.

Em junho de 2001, devido à escassez de energia elétrica no mercado brasileiro, que poderia se agravar durante o período de inverno por falta de chuvas, o Governo Federal implementou um programa de racionamento. As medidas adotadas incluíam a suspensão do fornecimento de energia para fins ornamentais e de propaganda e para realização de eventos esportivos noturnos, regimes especiais de tarifa, o estabelecimento de metas de consumo e multas, além da possibilidade de corte no fornecimento caso os limites estabelecidos não fossem atendidos. Em fevereiro de 2002, o Governo Federal decidiu pelo fim do racionamento de energia elétrica. Com o fim do racionamento, os níveis de consumo de energia elétrica aumentaram, mas não voltaram aos patamares observados antes do racionamento. Adicionalmente, o nível de água dos reservatórios pode cair novamente, obrigando o Governo Federal a tomar novas medidas para redução do consumo de energia, que poderiam ter um impacto negativo na economia brasileira. Alguns analistas do setor acreditam que o nível dos investimentos direcionados para o setor de energia elétrica não seja o suficiente para acompanhar o crescimento econômico do Brasil e prevêem a possibilidade de nova crise do setor a partir de 2010. Caso as projeções de consumo de energia elétrica feitas pelas Distribuidoras Cedeiras quando da contratação dos CCEAR Cedeiros não se verifiquem corretas ou caso novas medidas de redução de consumo de energia elétrica venham a ser impostas ao setor elétrico, a geração de receita operacional e a capacidade de originação dos Direitos de Crédito da Cedente poderão ser negativamente afetados.

A Cedente, na qualidade de concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, está sujeita à regulação e à fiscalização da ANEEL, a qual pode impor sanções em caso de descumprimento dos contratos de concessão ou da Lei de Concessões, e, dependendo da gravidade do descumprimento, a caducidade da respectiva concessão.

A ANEEL pode impor penalidades à Cedente caso esta deixe de cumprir qualquer disposição da Lei de Concessões. Dependendo da gravidade do descumprimento, as penalidades aplicáveis incluem: (i) advertências; (ii) multas, sendo que cada multa está limitada a, no máximo, 2,0% da receita da Cedente no exercício encerrado imediatamente antes da data da respectiva infração; (iii) embargo à construção de novas instalações e equipamentos; (iv) restrições à operação das instalações e equipamentos existentes; (v) suspensão temporária de participação em processos licitatórios de novas concessões; (vi) intervenção da ANEEL; e (vii) extinção da concessão por caducidade. Ademais, o Poder Concedente detém poderes para extinguir qualquer das concessões da Cedente antes do final de seu prazo, no caso de falência ou liquidação da Cedente, ou por meio de encampação. A Cedente, o Administrador, ou qualquer de suas Partes Relacionadas, não podem garantir que a Cedente não será penalizada pela ANEEL por descumprimentos dos contratos de concessão ou que as concessões de que a Cedente é titular não serão extintas no futuro. A indenização a que a Cedente tem direito na ocorrência de eventual extinção da concessão pode não ser suficiente para recuperar o valor integral de certos ativos. Caso qualquer das concessões da Cedente seja rescindida em virtude de descumprimento das obrigações da Cedente, o valor efetivo de compensação pelo Poder Concedente pode ser reduzido de maneira significativa por meio da imposição de multas ou outras penalidades. Por conseguinte, a imposição de multas ou penalidades à Cedente, ou a extinção de qualquer de suas concessões, pode afetar negativamente a originação e entrega dos Direitos de Crédito ao Fundo.

Os equipamentos, instalações e operações da Cedente estão sujeitos à regulamentação ambiental, no âmbito federal, estadual e municipal, que poderá se tornar mais rigorosa no futuro, podendo acarretar aumento de responsabilidade e aumento de despesa de capital.

As atividades e instalações da Cedente estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como a diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. Leis ou regulamentos adicionais mais rigorosos poderão ser aprovados e a aplicação, assim como a interpretação da legislação vigente, poderá tornar-se mais severa. Além disso, os órgãos ambientais poderão fazer exigências adicionais com relação às operações da Cedente, obrigando-a a despendar recursos em investimentos relacionados a questões ambientais, aumentando, assim, as despesas e, conseqüentemente, reduzindo o resultado da Cedente. As penalidades que poderiam ser impostas à Cedente, no âmbito ambiental, podem ser tanto de cunho reparatório quanto indenizatório, não sendo possível mensurar qual seria o exato custo, para a Cedente, no caso de atuação de caráter ambiental. Adicionalmente, eventual impossibilidade de a Cedente operar suas usinas em virtude de atuações ambientais poderá comprometer a originação e a entrega de Direitos de Crédito ao Fundo.

Impenhorabilidade de Ativos da Cedente.

Os bens da Cedente essenciais à prestação de serviços de geração e distribuição de energia elétrica não podem ser objeto de penhora ou execução judicial. Assim, em caso de inadimplemento da Cedente com relação às obrigações previstas no Regulamento e no Contrato de Cessão, esses bens da Cedente não poderão ser utilizados para pagamento ao Fundo e aos Quotistas das penalidades pecuniárias e da indenização advindas do inadimplemento.

3.4. Riscos Diversos

Propriedade das Quotas e não dos Direitos de Crédito.

Apesar de a Carteira do Fundo ser constituída, predominantemente, pelos Direitos de Crédito, a propriedade das Quotas não confere aos Quotistas propriedade direta sobre os Direitos de Crédito. Os direitos dos Quotistas são exercidos sobre todos os ativos da Carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Quotas possuídas.

Emissão de Novas Quotas Subordinadas e diluição.

Em determinadas situações previstas no Regulamento do Fundo, o Administrador poderá realizar diversas emissões de Novas Quotas Subordinadas sem a emissão de Novas Quotas Seniores, para fins de enquadramento da Razão de Garantia ou os critérios de composição e diversificação da Carteira do Fundo. Por conta desse fato, o patrimônio líquido do Fundo poderá vir a ser representado por uma quantidade maior de Quotas Subordinadas do que Quotas Seniores. Nesta hipótese, poderá haver uma diluição dos quotistas titulares de Quotas Seniores no patrimônio do Fundo.

Ausência de garantia.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia da Cedente, do Administrador, do Custodiante ou do FGC, podendo ocorrer perda total do capital investido pelos Quotistas.

3.5. Informações Contidas neste Prospecto

Este Prospecto contém informações acerca do Fundo, da Cedente, das Distribuidoras Cedidas, dos Usuários da Rede Básica, bem como perspectivas de desempenho do Fundo que envolvem riscos e incertezas.

Embora as informações constantes deste Prospecto tenham sido obtidas de fontes idôneas e confiáveis e as perspectivas do Fundo sejam baseadas em convicções e expectativas razoáveis, não há garantia de que o desempenho futuro do Fundo seja consistente com essas perspectivas. Os eventos futuros poderão diferir sensivelmente das tendências aqui indicadas.

4. O FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CEEE III-GT

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

O FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CEEE III-GT

Os termos utilizados nesta Seção do Prospecto terão o mesmo significado que lhes for atribuído no Regulamento, no Contrato de Cessão e na Seção "Definições" deste Prospecto. Esta Seção traz um breve resumo dos capítulos do Regulamento, mas sua leitura não substitui a leitura cuidadosa do Regulamento.

4.1. Base Legal

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE III-GT, constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração determinado de 6 (seis) anos contados da Primeira Data de Emissão, tem como base legal a Resolução CMN 2.907/01 e a Instrução CVM 356/01. O Fundo é regulado pelo CMN e pela CVM, estando sujeito aos termos e condições de seu Regulamento.

4.2. Público Alvo e Investimento Inicial Mínimo

O Fundo é destinado, exclusivamente, a investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM 409/04, conforme posteriormente alterada, e a fundos de investimentos regulados pela Instrução CVM 409/04 que sejam autorizados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimentos em direitos creditórios.

A primeira aplicação de cada Quotista no Fundo deverá ser equivalente ao montante de, no mínimo, R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

4.3. Administração e Gestão

O Fundo é administrado e gerido por UBS Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, 501, 5º andar – parte, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 59.281.253/0001-23, devidamente autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários.

Observadas a regulamentação em vigor e as limitações do Regulamento, o Administrador tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos direitos de crédito, demais ativos financeiros e modalidades operacionais que integrem a Carteira do Fundo.

Incluem-se entre as obrigações do Administrador:

- i) registrar, às expensas do Fundo, o documento de constituição do Fundo e do Regulamento e seus anexos, bem como qualquer alteração e consolidação que venha a ser feita, em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul;
- ii) manter atualizados e em perfeita ordem: (i) a documentação relativa às operações do Fundo, (ii) o registro dos condôminos, (iii) o livro de atas de assembleias gerais, (iv) o livro de presença dos condôminos, (v) o Prospecto, (vi) os demonstrativos trimestrais relativos ao fundo, (vii) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo, e (viii) os relatórios do auditor independente;
- iii) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente ou por meio de instituição contratada;
- iv) entregar ao condômino, gratuitamente, exemplar do Regulamento, bem como cientificá-lo do nome do periódico utilizado para divulgação de informações e da taxa de administração praticada;
- v) divulgar, na periodicidade prevista no Regulamento, no periódico utilizado pelo Fundo, além de manter disponíveis em sua sede e agência(s) e nas instituições que coloquem quotas desse, o valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor das quotas de cada classe, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da Agência Classificadora de Risco;

- vi) divulgar todas as informações exigidas pela regulamentação pertinente ou pelo Regulamento;
- vii) custear as despesas de propaganda do Fundo;
- viii) fornecer anualmente aos condôminos, documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de quotas de sua propriedade e respectivo valor;
- ix) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na Instrução CVM 356/01, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre o Administrador e o Fundo;
- x) providenciar, no mínimo trimestralmente, a atualização da classificação de risco relativa às Quotas;
- xi) informar aos quotistas sobre eventual rebaixamento da classificação de risco das quotas do Fundo, dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis contado da sua ciência de tal fato; e
- xii) no caso de pedido ou decretação de concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção ou liquidação extrajudicial, ou ainda de regimes similares, do Agente de Recebimento, requerer o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes de tais direitos de crédito para outra conta de depósitos de titularidade do Fundo.

É vedado ao Administrador:

- i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestada em operações realizadas em mercados de derivativos;
- ii) utilizar ativos de sua própria emissão ou co-obrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- iii) efetuar aportes de recursos do Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de quotas desse.

As vedações acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras do Administrador, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou co-obrigação dessas.

Excetuam-se do disposto acima os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central do Brasil e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional.

É vedado ao Administrador, em nome do Fundo:

- i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercado de derivativos;
- ii) realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos no Regulamento;
- iii) aplicar recursos diretamente no exterior;
- iv) adquirir quotas do próprio Fundo;
- v) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas no Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes;

- vi) vender quotas do Fundo a prestação;
- vii) vender quotas do Fundo a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de Direitos de Crédito;
- viii) prometer rendimento predeterminado aos condôminos;
- ix) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio, ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- x) delegar poderes de gestão da carteira do Fundo, ressalvado o disposto no art. 39, II, da Instrução CVM 356/01;
- xi) obter ou conceder empréstimos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidades por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos; e
- xii) efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercado de derivativos.

O Administrador, por meio de carta com aviso de recebimento, sempre com aviso prévio de 30 (trinta) dias endereçado a cada Quotista, pode renunciar à administração e/ou à gestão do Fundo, desde que o Administrador convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral de Quotistas para decidir sobre a sua substituição ou sobre a liquidação antecipada do Fundo, devendo ser observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Onze do Regulamento.

Na hipótese de o Administrador renunciar às suas funções e a Assembléia Geral de Quotistas (i) não nomear instituição administradora habilitada para substituir o Administrador ou (ii) não obtiver quorum suficiente, observado o disposto no Capítulo Onze do Regulamento, para deliberar sobre a substituição do Administrador ou a liquidação do Fundo, o Administrador procederá à liquidação automática do Fundo, no prazo máximo de 40 (quarenta) dias, observado, se for o caso, o disposto no Capítulo Treze do Regulamento.

Na hipótese de renúncia do Administrador e nomeação de nova instituição administradora em Assembléia Geral de Quotistas, o Administrador continuará obrigado a prestar os serviços de administração e gestão do Fundo até que a nova instituição administradora venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de realização da respectiva Assembléia Geral de Quotistas.

Caso a nova instituição administradora nomeada nos termos do subitem 23.03.02 do Regulamento não substitua o Administrador dentro do prazo de 30 (trinta) dias corridos mencionado acima, o Administrador procederá à liquidação automática do Fundo até o 40º (quadragésimo) dia corrido contado da data de realização da Assembléia Geral de Quotistas que nomear a nova instituição administradora, devendo ser observado, se for o caso, o disposto no Capítulo Treze do Regulamento.

4.4. Custódia, Controladoria e Escrituração das Quotas do Fundo

Para prestação dos serviços de escrituração das Quotas do Fundo, de custódia e controle dos Direitos de Crédito e demais Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, de forma a cumprir com o artigo 38 da Instrução CVM 356/01, o Fundo contratou o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, instituição financeira com sede na Rua Alexandre Dumas, nº. 2.200, 1º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 62.331.228/0001-11.

O custodiante é responsável pelas seguintes atividades:

- i) receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos direitos creditórios representados por operações financeiras, comerciais e de serviços;

- ii) validar os direitos creditórios em relação aos critérios de elegibilidade estabelecidos no regulamento do fundo;
- iii) realizar a liquidação física e financeira dos direitos creditórios, evidenciados pelo instrumento de cessão de direitos e documentos comprobatórios da operação;
- iv) fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda de documentação relativos aos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do fundo;
- v) diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos direitos creditórios, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para auditoria independente, agência classificadora de risco contratada pelo fundo e órgãos reguladores; e
- vi) cobrar e receber, por conta e ordem de seus clientes, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos dos mesmos.

O Custodiante realizou a análise da documentação que evidencie o lastro da totalidade dos Direitos Creditórios pela totalidade dos Direitos Creditórios.

Adicionalmente, o Custodiante realizará, trimestralmente, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de encerramento de cada trimestre civil, diretamente ou por meio de terceiro que venha a ser por ele contratado, a análise da documentação que evidencie o lastro dos novos Usuários da Rede Básica que venham a ser inseridos na lista de que trata o Anexo III ao presente Contrato.

4.5. Agência de Classificação de Risco das Quotas Seniores

As Quotas Seniores do Fundo são avaliadas pela Standard & Poor's. A avaliação das Quotas Seniores do Fundo será revisada trimestralmente e divulgada aos Quotistas na forma prevista no Regulamento.

4.6. Auditoria

A KPMG Auditores Independentes prestará os serviços de auditoria das contas do Fundo.

4.7. Objetivo de Investimento

O objetivo do Fundo é buscar proporcionar rendimento aos Quotistas, por meio do investimento preponderante de seus recursos em Direitos de Crédito originados por e de titularidade da CEEE-GT.

Somente poderão compor a Carteira do Fundo Direitos de Crédito que atendam às características descritas na Seção "Os Direitos de Crédito" abaixo.

Sem prejuízo do disposto acima, o Fundo também aplicará parcela de seus recursos nos Ativos Financeiros, conforme indicado no item 4.8. abaixo.

O Fundo buscará atingir, para todas as Quotas Seniores, parâmetro de rentabilidade ("*Benchmark*") definido em processo de *bookbuilding*, conduzido pelo Administrador e com rentabilidade alvo equivalente correspondente a variação acumulada das Taxas DI, acrescida de um Spread. Para as Quotas Seniores de Primeira Emissão, o Spread foi fixado em 0,95% ao ano.

O *Benchmark* não representa nem deve ser considerado como uma promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade aos Quotistas. Independentemente do valor do patrimônio líquido do Fundo, os Quotistas titulares das Quotas Seniores não farão jus a uma rentabilidade superior ao *Benchmark*, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para as Quotas Seniores.

4.8. Política de Investimento e Composição da Carteira

Os recursos do Fundo serão utilizados para a aquisição de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo em Direitos de Crédito (conforme descritos na Seção 5 deste Prospecto).

A parcela do patrimônio líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos de Crédito ("Recursos Livres"), a qual não poderá ser superior a 50% (cinquenta por cento), será necessariamente alocada pelo Administrador nos Ativos Financeiros a seguir descritos, de acordo com a ordem de prioridade e critérios de diversificação estabelecidos abaixo:

- (i) títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional;
- (ii) títulos públicos de emissão do Bacen;
- (iii) créditos securitizados pelo Tesouro Nacional; e
- (iv) operações compromissadas tendo como lastro os ativos indicados acima.

Para os fins de que trata este item, até 100% (cem por cento) da parcela do patrimônio líquido do Fundo alocada em Ativos Financeiros poderá ser representada por Ativos Financeiros de emissão e/ou coobrigação de um mesmo emissor.

O Fundo não realizará aplicações em direitos creditórios de responsabilidade do Administrador e/ou de sua coobrigação, bem como de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas, ou outras sociedades sob controle comum.

O Administrador envidará seus melhores esforços para adquirir Ativos Financeiros cujos vencimentos propiciem à Carteira classificação de investimento de "longo prazo", para fins de tributação dos Quotistas.

Durante o prazo de até 90 (noventa) dias contados da Primeira Data de Emissão, até 100% (cem por cento) dos recursos do Fundo poderão ser aplicados nos Ativos Financeiros. Após o prazo de 90 (noventa) dias contados da Primeira Data de Emissão, no mínimo 50% (cinquenta por cento) da Carteira do Fundo deverá ser representada por Direitos de Crédito.

Considerando a composição da Carteira e o fato de que o valor das Quotas Seniores será atualizado na forma estabelecida no item 4.9.9. deste Prospecto, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros e (ii) das Quotas Seniores. Para proteger as posições da Carteira detidas à vista, a fim de adequar a remuneração proporcionada pelos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo ao *Benchmark*, e exclusivamente para este fim, o Administrador poderá utilizar instrumentos derivativos de renda fixa, em bolsa de valores e/ou em bolsa de mercadorias e de futuros, exclusivamente na modalidade "com garantia". O Fundo não realizará operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo Ativo Financeiro.

Os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo serão mantidos em custódia pelo Custodiante, bem como registrados e/ou mantidos (i) em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, ou (ii) em contas específicas abertas no SELIC, ou (iii) em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Bacen ou (iv) em outras entidades autorizadas à prestação de serviços de custódia pelo Bacen e/ou pela CVM.

O Fundo poderá contratar operações de sua Carteira com empresas controladoras, controladas, coligadas e/ou subsidiárias do Administrador e do Administrador do Fundo ou ainda com carteiras e/ou fundos de investimento administrados pelo Administrador, pelo Administrador ou pelas pessoas a ele ligadas acima mencionadas. As operações descritas neste item serão objeto de registro segregado das demais operações da Carteira do Fundo, de modo a serem facilmente identificáveis.

Os percentuais de composição, concentração e diversificação da Carteira do Fundo referidos neste item serão cumpridos diariamente, com base no patrimônio líquido do Fundo do dia útil imediatamente anterior de cada cálculo dos percentuais de composição, concentração e diversificação da Carteira do Fundo.

Serão considerados, para efeito de cálculo do patrimônio líquido do Fundo, os dispêndios efetivamente incorridos com operações no mercado de derivativos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

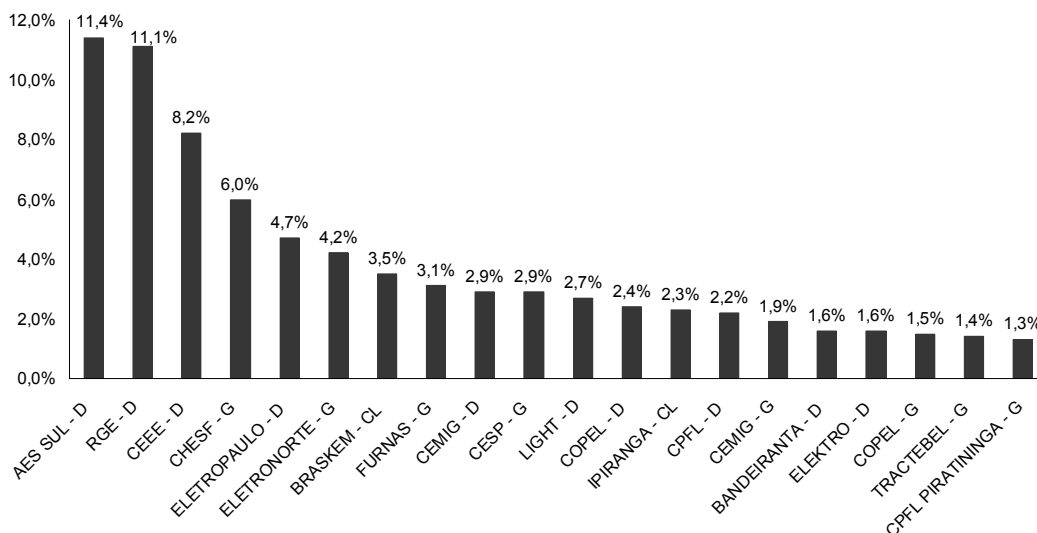
Os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo serão mantidos em custódia pelo Custodiante, bem como registrados e/ou mantidos (i) em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, ou (ii) em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic, ou (iii) em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Bacen ou (iv) em outras entidades autorizadas à prestação de serviços de custódia pelo Bacen e/ou pela CVM.

O Fundo não contará com garantia do Administrador, da Cedente, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

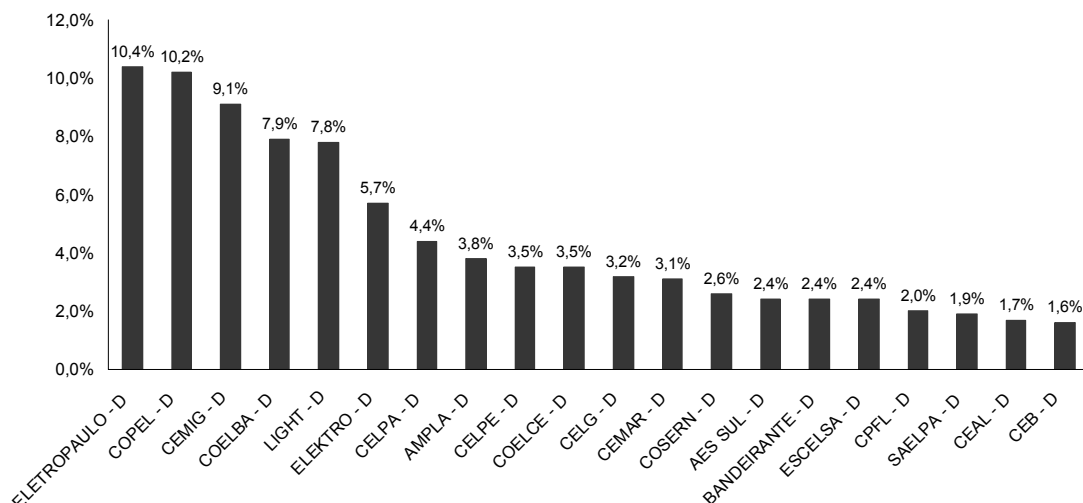
O Administrador declara não estar em situação de conflito de interesses no exercício das funções de Administrador do Fundo, declarando a sua independência em relação à Cedente e ao seu controlador comum na condução das atividades relativas à administração do Fundo, inclusive com relação à cessão dos Direitos de Crédito.

4.8.1. Concentração dos Principais Usuários Cedidos e Distribuidoras Cedidas

O gráfico abaixo ilustra a concentração dos principais Usuários Cedidos na data da Cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo. Esta concentração refere-se ao volume total dos Direitos de Crédito dos Contratos de Transmissão cedidos ao Fundo, podendo sofrer alterações quando da efetiva entrega dos Direitos de Crédito ao Fundo uma vez que, a menos que haja uma Condição Suspensiva nos termos do Contrato de Cessão, somente serão entregues ao Fundo os Direitos de Crédito dos Contratos de Transmissão objeto da Cessão Incondicionada.



O gráfico abaixo ilustra a concentração das principais Distribuidoras Cedidas na data da cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo. Esta concentração refere-se ao volume total dos Direitos de Crédito dos CCEAR cedidos ao Fundo, podendo sofrer alterações quando da efetiva entrega dos Direitos de Crédito ao Fundo uma vez que, a menos que haja uma Condição Suspensiva nos termos do Contrato de Cessão, somente serão entregues ao Fundo os Direitos de Crédito dos CCEAR objeto da Cessão Incondicionada.



4.9. Características, Direitos, Condições de Emissão, Subscrição e Integralização das Quotas

4.9.1. Patrimônio Inicial

O patrimônio inicial do Fundo ("Patrimônio Inicial") após a primeira emissão de Quotas ("Primeira Emissão") será de R\$ 159.575.000,00 (cento e cinquenta e nove milhões, quinhentos e setenta e cinco mil reais) e será formado por 150.000 (cento e cinquenta mil) Quotas Seniores e 9.575 (nove mil, quinhentos e cinquenta e cinco) Quotas Subordinadas, com preço de emissão, na Primeira Data de Emissão (conforme abaixo definida), de R\$1.000,00 (um mil reais) para cada Quota, totalizando R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) em Quotas Sêniores e R\$ 9.575.000,00 (nove milhões, quinhentos e setenta e cinco mil reais) em Quotas Subordinadas.

4.9.2. Características das Quotas

As Quotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio e são divididas em 2 (duas) únicas classes, sendo uma classe de Quotas Seniores e uma classe de Quotas Subordinadas.

Todas as Quotas do Fundo terão forma escritural e serão mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, mantida pelo Custodiante.

4.9.3. Direitos Patrimoniais

As Quotas Seniores terão prioridade nos pagamentos de amortização e/ou resgate sobre as Quotas Subordinadas, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os Quotistas titulares de Quotas Seniores. Sem prejuízo do disposto no item 4.10.2. abaixo, como regra geral, as Quotas Subordinadas somente serão amortizadas e/ou resgatadas após o último pagamento de amortização ou resgate das Quotas Seniores e após o pagamento de despesas e encargos do Fundo.

4.9.4. Direitos de Voto das Quotas

As Quotas Seniores terão direito de voto, correspondendo cada Quota Sênior a um voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo.

Até a amortização ou resgate total das Quotas Seniores, as Quotas Subordinadas somente terão direito a voto de acordo com o disposto no item 4.12. abaixo.

Após o resgate integral das Quotas Seniores do Fundo, as Quotas Subordinadas terão direito de voto em todas as deliberações das Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo. Quando e se os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas tiverem direito a voto nos termos deste item, cada Quota Subordinada terá direito a um voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo.

4.9.5. Razão de Garantia das Quotas Subordinadas

Até o resgate integral de todas as Quotas Seniores, o valor das Quotas Seniores representativas do patrimônio do Fundo deverá corresponder a, no máximo, 94% (noventa e quatro) do valor total do patrimônio líquido do Fundo ("Razão de Garantia").

A Razão de Garantia será apurada diariamente pelo Custodiante, enquanto o Fundo estiver em funcionamento (qualquer data de apuração e controle da Razão de Garantia, uma "Data de Verificação") e informada ao Administrador. Na hipótese de desenquadramento da Razão de Garantia em qualquer Data de Verificação, aplicar-se-á o disposto nos itens 4.15. e/ou 4.16. e/ou 4.19. deste Prospecto, conforme o caso. O Custodiante calculará a razão da garantia em sistema próprio, demonstrando-a no relatório de carteira diária.

4.9.6. Distribuição das Quotas Seniores do Fundo

As Quotas Seniores do Fundo serão objeto de distribuição pública, a ser conduzida pelo Administrador e/ou por terceiros devidamente habilitados, contratados pelo Administrador para tanto, nos termos da Instrução da CVM nº. 356/01, conforme alterada. As Quotas Seniores do Fundo deverão ser subscritas e integralizadas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da data de publicação do respectivo Anúncio de Início de Distribuição.

O anúncio de início de distribuição pública de cada série e emissão de Quotas Seniores do Fundo apresentará os termos e condições da distribuição de tais quotas, bem como informará as condições e os prazos para subscrição e integralização das Quotas Seniores, observado o disposto no Regulamento.

Na hipótese de emissão de novas Quotas Seniores do Fundo, o Administrador determinará as condições específicas de colocação das Novas Quotas Seniores, que serão especificadas em Suplemento a ser elaborado pelo Administrador de acordo com o modelo estabelecido no Anexo III ao Regulamento, e que será levado a registro, às expensas do Fundo, no Cartório de Títulos e Documentos em que estiver registrado o Regulamento.

4.9.7. Colocação das Quotas Subordinadas do Fundo e Compromisso de Subscrição pela CEEE-GT

As Quotas Subordinadas representativas do Patrimônio Inicial do Fundo e eventuais Novas Quotas Subordinadas que venham a ser emitidas de acordo com o disposto no item 4.15. abaixo serão subscritas de forma privada, pela Cedente, nos termos do Compromisso de Subscrição.

4.9.8. Subscrição e Integralização das Quotas do Fundo

No ato da primeira subscrição de Quotas do Fundo, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição e recibo de integralização, que será autenticado pelos Coordenadores e (ii) receberá exemplar do Regulamento e deste Prospecto, declarando, por meio da assinatura de Termo de Adesão, estar ciente (a) das disposições contidas no Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da Carteira do Fundo e à taxa de administração referida no item 4.23. abaixo e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e neste Prospecto.

As Quotas do Fundo representativas do Patrimônio Inicial serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, pelo Preço de Emissão indicado no item 4.9.1. acima, atualizado desde a Primeira Data de Emissão até a data de integralização, na forma dos itens 4.9.9. e 4.9.10. abaixo.

Na hipótese de emissão de quaisquer Novas Quotas do Fundo, as Novas Quotas serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, pelo valor da Nova Quota na data da integralização, calculado de acordo com o disposto nos itens 4.9.9. e 4.9.10. abaixo.

A integralização das Quotas Seniores será efetuada por meio do MDC da Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP e/ou depósito em conta corrente de titularidade do Fundo, mediante a realização de transferência eletrônica disponível (TED) ou transferência de recursos de conta corrente de titularidade do Quotista para conta corrente de titularidade do Fundo.

4.9.9. Critérios para Apuração do Valor das Quotas Seniores

A partir do primeiro dia útil seguinte à Primeira Data de Emissão, cada Quota Sênior do Fundo terá seu valor unitário calculado diariamente, para fins de pagamento de integralização, amortização ou resgate (conforme o caso), sendo que tal valor será correspondente ao menor dos seguintes valores: (i) o patrimônio líquido do Fundo dividido pelo número de Quotas Seniores existentes na ocasião; e (ii) a variação acumulada das Taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, over Extra-Grupo, calculadas e divulgadas pela CETIP, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, (a "Taxa DI"), acrescida de uma sobre taxa de juros fixos ("Spread"), incidentes sobre o valor da Quota Sênior de cada Série, ou seu saldo não amortizado, contados a partir da respectiva Primeira Data de Emissão e de integralização das Quotas do Fundo, e incorporados simultânea e proporcionalmente ao valor de cada Quota Sênior de cada Período de Capitalização, de acordo com a fórmula abaixo.

Define-se:

Período de Capitalização - intervalo de tempo que se inicia (i) para o primeiro Período de Capitalização, na data de subscrição e integralização das Quotas Sênior do Fundo, inclusive e (ii) para os demais Períodos de Capitalização, em cada data prevista para distribuição de resultados pelo Fundo, inclusive, e termina na data prevista para distribuição de resultados pelo Fundo imediatamente subsequente, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os rendimentos correspondentes aos Períodos de Capitalização serão incorporados ao valor da Quota no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data.

O cálculo do valor a ser distribuído a cada Quota Sênior, e desde que os resultados da carteira do Fundo permitam, obedecerá à seguinte fórmula:

$$Re = VNe \times [(FatorSpread \times FatorDI) - 1]$$

onde:

Re = valor apurado a ser distribuído a cada Quota Sênior no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe = valor da Quota Sênior, ou seu saldo não amortizado, no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

Fator Spread = sobretaxa de juros fixos, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$Fator Spread = (1 + Spread)^{\frac{1}{252}}$$

Fator DI = fator correspondente à taxa DI Over, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte expressão:

$$Fator DI = (1 + Taxa DI)^{\frac{1}{252}}$$

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

O valor do *Spread* das Quotas Seniores da Primeira Emissão foi fixado em 0,95% ao ano. O *Spread* das Novas Quotas será determinado pelo Administrador mediante processo de *Bookbuilding* e disposto em Suplemento, que será aprovado pela Assembléia Geral de Quotistas protocolado na Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

No caso de indisponibilidade da Taxa DI, o Administrador deverá convocar Assembléia Geral de Quotistas para definir o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer distribuições de rendimentos previstas no Regulamento, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida na data de encerramento do último Período de Capitalização, até a data da deliberação da Assembléia Geral de Quotistas.

4.9.10. Critérios para Apuração do Valor das Quotas Subordinadas

A partir do primeiro dia útil seguinte à Primeira Data de Emissão, cada Quota Subordinada do Fundo terá seu valor unitário calculado diariamente, para fins de integralização, amortização ou resgate (conforme o caso), sendo que tal valor será equivalente ao resultado da divisão do valor do patrimônio líquido do Fundo, apurado para o respectivo dia, deduzido do valor atualizado de todas as Quotas Seniores existentes na ocasião, apurado conforme o disposto no item 4.9.9. acima, pelo número total de Quotas Subordinadas existentes na respectiva data de apuração.

4.9.11. Negociação das Quotas do Fundo

As Quotas Seniores do Fundo serão admitidas à negociação no SFF da CETIP.

Na hipótese de negociação das Quotas Seniores em operações no mercado secundário, o agente intermediário da respectiva negociação será responsável por comprovar a qualificação do novo Quotista que estiver adquirindo tais Quotas Seniores, de forma a cumprir com o disposto no 4.2. deste Prospecto.

4.9.12. Classificação de Risco das Quotas Seniores

As Quotas Seniores do Fundo serão trimestralmente avaliadas pela Agência de Classificação de risco especializada contratada pelo Fundo, qual seja, Standard & Poor's ("Agência de Classificação de Risco").

A Agência de Classificação de Risco não realizará avaliação das Quotas Subordinadas.

4.10. Condições de Amortização e Resgate das Quotas

4.10.1. Condições Gerais e Forma de Pagamento das Amortizações

Cada Suplemento ao Regulamento, referente a cada nova série de Quotas do Fundo, indicará o cronograma de amortização de cada série de Quotas do Fundo, bem como a data de resgate das Quotas. O Primeiro Suplemento indicará os termos e condições das Quotas da Primeira Emissão, representativas do Patrimônio Inicial.

A distribuição de quaisquer ganhos e rendimentos do Fundo aos Quotistas será feita exclusivamente mediante a amortização de suas Quotas, observado o disposto neste item e nos itens 4.11. e 4.18. abaixo.

Quaisquer pagamentos aos Quotistas a título de amortização de Quotas do Fundo deverão abranger, proporcionalmente e sem direito de preferência ou prioridade, todas as Quotas de uma mesma classe de Quotas do Fundo, em benefício de todos os Quotistas titulares de cada classe de Quotas do Fundo.

Exceção feita às hipóteses previstas nas Condições Especiais Aplicáveis às Amortizações das Quotas descritas no item 4.10.2. abaixo, as Quotas Subordinadas do Fundo serão resgatadas na Data de Resgate da última Quota Sênior do Fundo em circulação, sendo que o pagamento do resgate das Quotas Subordinadas está condicionado ao pagamento integral de todas as parcelas de amortização, do resgate das Quotas Seniores de todas as séries do Fundo e do pagamento de todas as despesas e encargos do Fundo.

Os pagamentos das parcelas de amortização das Quotas do Fundo serão efetuados por meio de depósito em conta corrente de titularidade dos Quotistas, mediante qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen.

Na data de liquidação do Fundo (antecipada ou não), os titulares de Quotas do Fundo poderão receber Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros no resgate de suas Quotas, conforme o disposto no item 4.11. abaixo.

Durante a vigência da CPMF, pagamentos de amortizações e resgate de Quotas do Fundo que sejam realizados mediante a entrega de Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros compreenderão o pagamento aos Quotistas de recursos, por qualquer meio de transferência de recursos autorizado pelo Bacen, concomitantemente à compra, pelos respectivos Quotistas, de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros em valor correspondente ao valor líquido amortizado ou resgatado.

4.10.2. Condições Especiais Aplicáveis às Amortizações das Quotas

Quando do pagamento das amortizações e do resgate das Quotas Seniores deverão ser observadas as seguintes disposições, sem prejuízo do disposto no item 4.10.1. acima:

- (i) Na hipótese de liquidação antecipada do FIDC CEEE, os pagamentos devidos aos titulares das Quotas do Fundo podem ser afetados até a liquidação dos valores devidos aos Quotistas do FIDC CEEE, tendo em vista que haverá retenção de volume maior de Direitos de Crédito do FIDC CEEE pelo FIDC CEEE;
- (ii) na hipótese de a Razão de Garantia do Fundo ser inferior a 94% (noventa e quatro por cento), poderá ser realizada amortização extraordinária das Quotas Subordinadas, mediante solicitação por escrito da CEEE-GT, exclusivamente em relação às Quotas Subordinadas, desde que, (i) nos últimos 90 (noventa) dias consecutivos anteriores à Data de Amortização, a Razão de Garantia não tenha sido desenquadrada em qualquer momento, sendo que, após o pagamento extraordinário de amortização, a Razão de Garantia permanecerá mantida e (ii) a Reserva de Amortização atenda ao disposto no item 4.16. abaixo.
- (iii) na hipótese do patrimônio líquido do Fundo sofrer perdas em decorrência de não pagamento dos Direitos de Crédito ou dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, tais perdas serão arcadas prioritariamente pelas Quotas Subordinadas até o limite do valor correspondente aos Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros não pagos, tal como se as Quotas Subordinadas tivessem sido amortizadas no valor correspondente a tais perdas, até o montante correspondente ao valor total das Quotas Subordinadas. Uma vez excedido o valor total das Quotas Subordinadas, o efeito da inadimplência dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros repercutirá na capacidade do Fundo de efetuar o pagamento das parcelas de amortização das Quotas Seniores.

4.10.3. Valor das Quotas Seniores para Fins de Pagamento de Amortização

Para os fins de pagamento das parcelas de amortização e do resgate das Quotas Seniores será sempre utilizado o valor da Quota do dia do pagamento, sendo que, nos casos de pagamento de amortização, o valor da Quota será reduzido proporcionalmente ao valor amortizado.

O valor a ser pago em cada Data de Amortização, para cada Quota Sênior será apurado da seguinte forma:

- (i) O valor das 30 primeiras parcelas de amortização para cada uma das Quotas Seniores será equivalente aos juros apurados no período acrescido de 1% do valor da Quota Sênior na Data de Subscrição e Integralização das Quotas do Fundo;
- (ii) O valor das 41 parcelas de amortização remanescentes será equivalente aos juros apurados no período acrescido de 1,667% do valor da Quota Sênior na Data de Subscrição e Integralização das Quotas do Fundo;
- (iii) O valor da última parcela (parcela de resgate) será equivalente aos juros apurados no período acrescido de 1,653% do valor da Quota Sênior na Data de Subscrição e Integralização das Quotas do Fundo.

4.10.4. Valor das Quotas Subordinadas para Fins de Pagamento de Amortização

Para os fins de pagamento das parcelas de amortização e do resgate das Quotas Subordinadas será sempre utilizado o valor da Quota do dia do pagamento, sendo que, nos casos de pagamento de amortização, o valor da Quota será reduzido proporcionalmente ao valor amortizado.

4.11. Hipóteses e Procedimentos de Resgate de Quotas Mediante Dação em Pagamento de Direitos de Crédito e de Ativos Financeiros

Observado o disposto abaixo, caso no último dia útil anterior à Data de Resgate o Fundo não detenha recursos em moeda corrente nacional para efetuar o pagamento do resgate da totalidade das Quotas, as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas existentes poderão ser resgatadas mediante a dação em pagamento da totalidade dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo.

Qualquer entrega de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate aos titulares de Quotas do Fundo será realizada mediante a utilização de procedimento de rateio, considerando o número de Quotas detido por cada Quotista na ocasião e observados os procedimentos definidos neste item 4.11.

De acordo com o disposto no Regulamento, as Quotas Seniores terão prioridade no pagamento de resgate sobre todas as Quotas Subordinadas, sendo que as Quotas Subordinadas somente serão resgatadas após o pagamento integral de todas as Quotas Seniores, observado o disposto neste item 4.11.

Antes da realização de qualquer procedimento referente à entrega de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros aos Quotistas do Fundo, de acordo com o disposto neste item, a Cedente terá o direito, mas nunca a obrigação, de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, a totalidade dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, na Data de Resgate, pelo preço indicado abaixo.

Na hipótese de a Cedente decidir exercer a faculdade de que trata este item, a totalidade dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo serão adquiridos por preço equivalente ao valor atualizado de todas as Quotas Seniores ainda em circulação, calculado de acordo com o disposto no item 4.9.9. deste Prospecto.

Na hipótese de a Cedente decidir não exercer a faculdade de que trata o item anterior, a Assembléia Geral de Quotistas deverá deliberar sobre os procedimentos de dação em pagamento dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate das Quotas do Fundo ainda em circulação, observado o quorum de deliberação de que trata o item 4.12. abaixo.

Na hipótese da Assembléia Geral de Quotistas referida neste item não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate das Quotas, os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros serão dados em pagamento aos Quotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção de Quotas detida por cada titular sobre o valor total das Quotas em circulação à época. Após a constituição do condomínio acima referido, o Administrador estará desobrigado em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento, ficando autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

O Administrador deverá notificar os Quotistas, (i) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos de Crédito, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, (ii) informando a proporção de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros a que cada Quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Quotistas após a constituição do referido condomínio.

Caso os titulares das Quotas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido nos subitens acima, essa função será exercida pelo titular de Quotas Seniores que detenha a maioria das Quotas Seniores em circulação.

O Custodiante e/ou empresa por ele contratada fará a guarda dos Direitos de Crédito e dos respectivos Documentos Comprobatórios pelo prazo improrrogável de 30 (trinta) dias (contado da notificação referida acima), dentro do qual o administrador do condomínio, eleito pelos Quotistas ou ao qual essa função tenha sido atribuída nos termos acima, indicará ao Administrador e ao Custodiante, hora e local para que seja feita a entrega dos Direitos de Crédito e Documentos Comprobatórios respectivos. Expirado este prazo, o Administrador poderá promover a consignação dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros, na forma do Artigo 334 do Código Civil Brasileiro.

4.12. Assembléia Geral de Quotistas

Nos termos do Regulamento do Fundo, é da competência da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo:

- (i) examinar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelo Administrador, em até 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social do Fundo;
- (ii) alterar o Regulamento, além das hipóteses de alteração do Regulamento mencionadas nos demais subitens do item 4.12. do Regulamento, com exceção da atualização da lista de Usuários Cedidos a que se refere o item 4.08.01 do Regulamento, que será realizada independentemente de alteração do Regulamento;
- (iii) deliberar sobre a substituição do Administrador;
- (iv) eleger e destituir o(s) representante(s) dos Quotistas, nomeado(s) conforme o item abaixo;
- (v) deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pelo Administrador, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (vi) deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão e prorrogação do prazo de duração do Fundo;
- (vii) deliberar sobre a liquidação do Fundo, sem prejuízo do disposto nos itens (x) e (xi) abaixo;
- (viii) deliberar sobre a emissão de Novas Quotas Seniores do Fundo;
- (ix) deliberar sobre proposta de alteração dos termos e condições das Cláusulas Terceira, Quarta, Sexta e Onze do Contrato de Cessão;
- (x) resolver, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação (conforme definidos no item 4.14. abaixo), se tais Eventos de Avaliação devem ser considerados como um Evento de Liquidação (conforme definido no item 4.14. abaixo);
- (xi) resolver, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação (conforme definidos no item 4.14. abaixo), se tais Eventos de Liquidação devem acarretar na liquidação antecipada do Fundo;
- (xii) elevar o *Benchmark* das Quotas Seniores;
- (xiii) substituir o *Benchmark* na hipótese de indisponibilidade, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI como parâmetro de rentabilidade das Quotas Seniores;
- (xiv) alterar os critérios para apuração do valor das Quotas Seniores de que trata o item 4.9.9. deste Prospecto;
- (xv) aprovar o aporte adicional de recursos no Fundo para a adoção dos procedimentos referidos no item 4.24. abaixo, na forma ali estabelecida;

- (xvi) aprovar os procedimentos a serem adotados no resgate das Quotas do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros, de acordo com o disposto no item 4.11. acima;
- (xvii) alterar os quoruns de deliberação das Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo, conforme previsto neste item; e
- (xviii) caso o Contrato de Cessão seja resilido e/ou terminado, deliberar sobre a eventual continuidade do Fundo, mediante alteração do Regulamento e, se for o caso, da denominação do Fundo, de modo que o Fundo passe a ter como objetivo de investimento a aquisição de outros direitos de crédito originados pela Cedente.

Os Quotistas titulares de Quotas Seniores terão direito a voto em todas as matérias indicadas neste item. Enquanto houver quaisquer Quotas Seniores em circulação, os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas somente terão direito a voto para deliberar sobre as matérias indicadas nos subitens (i), (iii), (v), (vi), (viii), (xii) e (xvii) acima. Quando não mais houver Quotas Seniores em circulação, os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas terão direito a voto para deliberar sobre todas as matérias indicadas neste item. Os quoruns de deliberação das matérias ora indicadas seguem descritos nos subitens a seguir.

Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (i), (iv) (x), (xi), (xiii), (xv) e (xvi) deste item e sobre quaisquer outras matérias que venham a ser objeto de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas, que não expressamente indicadas neste item, dependerão de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas que representem a maioria das Quotas presentes com direito a voto.

Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (iii), (v), (vi) e (vii) deste item, dependerão de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas que representem a maioria das Quotas emitidas, em primeira convocação, e a maioria das Quotas presentes, em segunda convocação.

Deliberações sobre a matéria indicada no subitem (xii) deste item dependerão de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas que representem 90% (noventa por cento) das Quotas Seniores em circulação e 100% (cem por cento) das Quotas Subordinadas em circulação.

Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (viii) e (xvii) deste item dependerão de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Quotas Seniores em circulação e 100% (cem por cento) das Quotas Subordinadas em circulação.

Deliberações sobre as matérias indicadas no subitem (xviii) deste item dependerão de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas que representem 90% (noventa por cento) das Quotas Seniores em circulação.

Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (ii), (ix) e (xiv) deste item dependerão de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) dos titulares de Quotas Seniores presentes.

Para fins deste Prospecto, define-se "Quotas Seniores em circulação" ou "Quotas em circulação" a totalidade das Quotas Seniores emitidas ou a totalidade das Quotas emitidas, respectivamente, excetuadas as Quotas Seniores que sejam de propriedade da Cedente, ou que pertençam a qualquer de suas controladas, subsidiárias, bem como respectivos diretores, conselheiros ou acionistas.

A Assembléia Geral de Quotistas pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes dos Quotistas para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Quotistas ("Representante dos Quotistas").

4.13. Avaliação dos Ativos do Fundo

Entende-se por patrimônio líquido do Fundo a soma algébrica dos valores correspondentes aos Direitos de Crédito e aos Ativos Financeiros disponíveis na Carteira, menos as exigibilidades do Fundo.

Os Ativos Financeiros e os Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, observando o disposto no Contrato de Custódia. O valor dos Direitos de Crédito apurado nos termos deste item será definido como o "Valor de Mercado dos Direitos de Crédito".

Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito, inclusive o ágio ou o deságio apurado na sua aquisição, serão reconhecidos em razão da fluência de seus prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Caso qualquer Direito de Crédito não seja pago em até 10 (dez) dias corridos da data de seu vencimento ("Direitos de Crédito Inadimplidos"), o Custodiante deverá constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor equivalente ao valor contábil do referido Direito de Crédito, conforme previsto no item abaixo. A provisão será constituída individualmente para cada Direito de Crédito vencido e não pago, não sendo considerados os valores relativos a outros Direitos de Crédito contra a mesma Distribuidora Cedida e/ou Usuário da Rede Básica, que não tenham vencido há um prazo igual ou superior a 10 (dez) dias corridos.

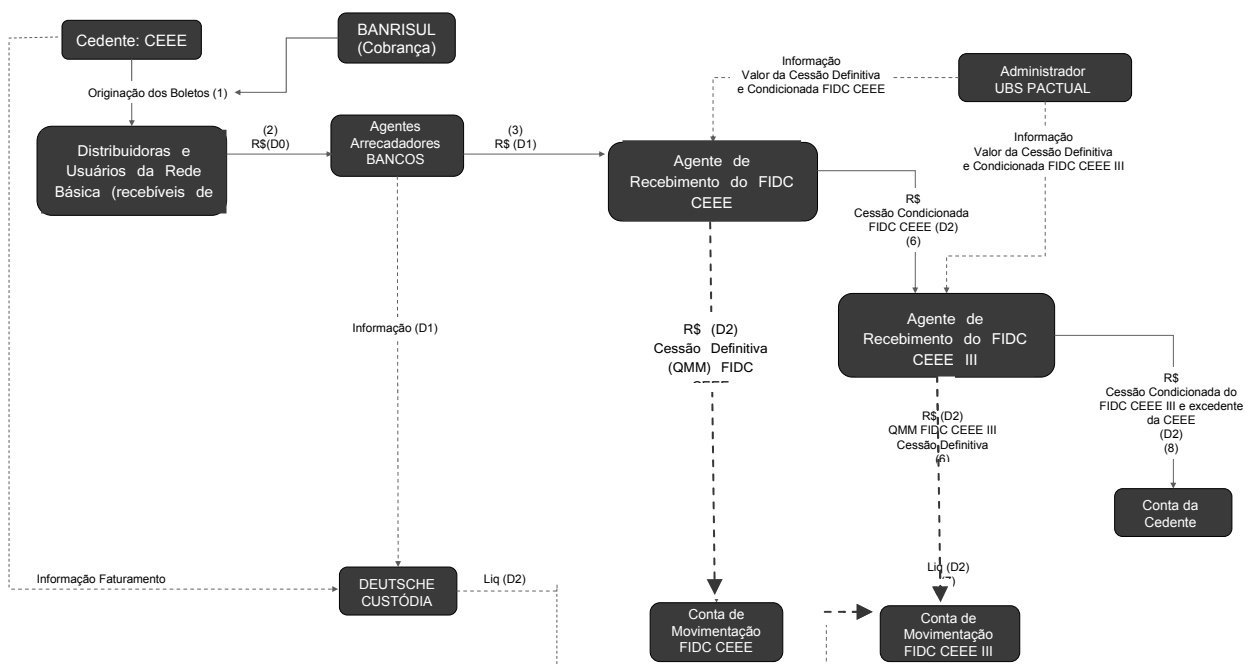
Os Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo, vencidos e não pagos, permanecerão contabilizados sem qualquer desconto ou dedução, por seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até sua respectiva data de vencimento, até o 180º (centésimo octogésimo) dia contado a partir do respectivo vencimento ("Data de Baixa"). Rendimentos adicionais relativos a tais Direitos de Crédito, que venham a ser auferidos pelo Fundo após a data de vencimento, somente serão reconhecidos contabilmente por ocasião da efetiva realização financeira.

O Custodiante deverá baixar contabilmente o valor dos Direitos de Crédito que não tiverem sido pagos até a respectiva Data de Baixa contra a correspondente provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída na forma deste item, devendo os valores relativos a tais Direitos de Crédito vencidos e não pagos ser transferidos contabilmente para a conta de compensação do Fundo, na qual passarão a ser controlados. Quaisquer valores relativos aos Direitos de Crédito vencidos e não pagos transferidos para as contas de compensação do Fundo somente serão reconhecidos contabilmente como receita do Fundo por ocasião da sua efetiva realização financeira.

Em qualquer hipótese de liquidação antecipada do Fundo e amortização de Quotas mediante a entrega de Direitos de Crédito (na forma descrita no item 4.11.), todos os Direitos de Crédito Inadimplidos (independentemente do número de dias corridos a partir do respectivo vencimento) serão considerados, para fins contábeis e de cálculo do patrimônio líquido do Fundo, como sem valor para fins de dação em pagamento aos Quotistas.

4.14. Fluxo dos Recursos Financeiros

Fluxograma da Operação:



- (1) A Cedente emite periodicamente Boletos Bancários (Cobrança: Banrisul) contra as Distribuidoras Cedidas e Usuários da Rede Básica de transmissão.
- (2) Os Agentes Arrecadores (Bancos) são responsáveis pela arrecadação da totalidade do produto da liquidação dos Direitos de Crédito oriundos do fornecimento e transmissão de energia elétrica pela Cedente as distribuidoras e consumidores livres;
- (3) Os Agentes Arrecadores transferem diariamente os recursos indicados em (2) acima para a Conta Centralizadora do FIDC CEEE no Banrisul;
- (4) O Agente de Recebimento do FIDC CEEE transfere o valor do QMM do FIDC CEEE da Conta Centralizadora do FIDC CEEE para a Conta Autorizada;
- (5) O Custodiante realiza a conciliação dos valores depositados na Conta Centralizadora do FIDC CEEE.
- (6) O Agente de Recebimento do FIDC CEEE transfere os recursos da Conta Centralizadora do FIDC CEEE para o Fundo;
- (7) O Custodiante realiza a conciliação dos valores depositados na Conta Centralizadora do Fundo.
- (8) O Agente de Recebimento do Fundo transfere da Conta Centralizadora do Fundo para a Conta Autorizada do Fundo os valores da QMM do Fundo e, para a Conta Autorizada da Cedente os valores excedentes.

4.15. Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo

4.15.1. Eventos de Avaliação

São considerados eventos de avaliação do Fundo ("Eventos de Avaliação") quaisquer das seguintes ocorrências:

- (i) utilização, por 2 (dois) Períodos de Disponibilidade consecutivos ou 3 (três) Períodos de Disponibilidade alternados num período de 6 (seis) meses, da Reserva de Amortização sem que seja recomposta no Período de Disponibilidade imediatamente subsequente (i) ao segundo Período de Disponibilidade consecutivo em que a Reserva de Amortização tenha sido utilizada ou (ii) ao Período de Disponibilidade imediatamente subsequente àquele em que a Reserva de Amortização tenha sido utilizada pela terceira vez no período de 6 (seis) meses;
- (ii) caso o Índice de Cobertura seja por 2 (dois) meses consecutivos ou 3 (três) meses alternados em um período de 12 (doze) meses inferior a 250% no respectivo Período de Disponibilidade;

- (iii) descumprimento, pela Cedente, de qualquer das obrigações de fazer e/ou não fazer decorrentes do Contrato de Cessão que não seja um Evento de Revisão e que, a critério do Administrador, possa comprometer a capacidade do Fundo de cumprir com seus compromissos perante os Quotistas, desde que a Cedente tenha sido notificada pelo Administrador para regularizar tal descumprimento e não o faça no prazo de 5 (cinco) dias úteis, excetuado o disposto nos itens (v), (vi) e (vii) abaixo;
- (iv) descumprimento, pela Cedente, das obrigações assumidas nos termos da Cláusula Terceira do Contrato de Cessão, desde que, notificada pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contado do recebimento da referida notificação;
- (v) não observância pela Cedente dos deveres e das obrigações previstas na Cláusula Sexta do Contrato de Cessão, desde que, notificada pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado do recebimento da referida notificação;
- (vi) descumprimento, pela Cedente, da obrigação assumida nos termos do subitem (w) do item 9.1. da Cláusula Nona do Contrato de Cessão;
- (vii) não observância pela Cedente dos deveres e das obrigações previstos no Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores, desde que, notificada pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado do recebimento da referida notificação;
- (viii) modificações estatutárias que alterem o objeto social da Cedente;
- (ix) alteração do controle acionário, direto ou indireto, da Cedente;
- (x) desconstratação, por qualquer das Distribuidoras Cedidas, de CCEAR Cedidos em valor que represente mais do que 4% (quatro por cento) da Quantidade Mínima Mensal média dos últimos 3 (três) Períodos de Disponibilidade anteriores à referida rescisão;
- (xi) vencimento antecipado e/ou inadimplemento de quaisquer operações de natureza financeira em que a Cedente seja mutuária ou garantidora, cujo valor presente das obrigações de pagamento seja superior a R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), que será atualizado, na menor periodicidade admitida em lei, a partir da data de assinatura do Contrato de Cessão, pela variação acumulada do IGP-M, ou o equivalente em outras moedas; para os fins desta alínea, são consideradas operações de natureza financeira, (i) quaisquer operações de empréstimo em moeda; (ii) financiamentos a projetos de investimento, ainda que não reconhecidos em seus balanços (*off-balance*); (iii) repasses de empréstimos em moeda nacional ou estrangeira, registrados ou não no Bacen; (iv) operações de abertura de crédito em conta-corrente; (v) adiantamento a depositantes, na forma definida nas normas do Bacen; (vi) operações de arrendamento mercantil; (vii) emissão pública ou privada de debêntures ou de quaisquer outros valores mobiliários, no Brasil ou no exterior; (viii) concessão de garantias, pessoais ou reais, em operações de qualquer natureza, em especial as de natureza financeira; (ix) operações de adiantamento de receitas futuras, realizadas por meio de permuta, cessão, transferência parcial, venda à vista com compromisso de recompra em prazo determinado, venda a termo, emissão de opções de qualquer natureza ou desconto de títulos; (x) desconto bancário, com ou sem cláusula de co-responsabilidade; e (xi) qualquer outra espécie de negócio jurídico cujo efeito financeiro seja captação de recursos financeiros e/ou a antecipação de receitas decorrentes da consecução do objeto social da Cedente;
- (xii) caso a classificação de risco das Quotas do Fundo seja rebaixada pela Agência de Classificação de Risco para uma nota inferior à nota obtida na Data de Emissão, ou equivalente, emitida por agência de classificação de risco de atuação internacional que eventualmente substituir a Agência de Classificação de Risco;
- (xiii) adoção, por qualquer das Distribuidoras Cedidas, de quaisquer medidas judiciais, inclusive aquelas que tenham por objeto a discussão do preço de compra dos CCEAR Cedidos que possam, a critério do Administrador, comprometer o fluxo de receita dos CCEAR Cedidos;

- (xiv) revogação, pela Cedente, dos mandatos outorgados ao Custodiante, ao Agente de Recebimento e/ou ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão e do Compromisso de Subscrição;
- (xv) não observância pelo Custodiante dos deveres e das obrigações previstos no Regulamento, no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia, desde que, notificado pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado do recebimento da referida notificação;
- (xvi) não observância pelo Agente de Recebimento dos deveres e das obrigações previstos no Regulamento, no Contrato de Cessão e no Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores, desde que, notificado pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado do recebimento da referida notificação;
- (xvii) caso o Fundo deixe de atender à Razão de Garantia, nas respectivas Datas de Verificação, e (i) tal evento não seja sanado ou (ii) não tenham sido iniciados os procedimentos de reenquadramento definidos nos Capítulos Quatorze e/ou Quinze do Regulamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da Data de Verificação em que se verificar o desenquadramento;
- (xviii) caso a Carteira do Fundo deixe de estar enquadrada ao percentual mínimo de alocação em Direitos de Crédito, conforme determinado no Capítulo Sete do Regulamento, por período superior a 20 (vinte) dias consecutivos;
- (xix) na ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão, conforme definidos no Contrato de Cessão, que não estejam definidos como Eventos de Liquidação nos termos do item 4.15.2. abaixo;
- (xx) inobservância, pelo Administrador, de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento, que não seja um Evento de Liquidação, verificado pelo Custodiante, desde que, se notificado por este para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado do recebimento da referida notificação;
- (xxi) amortização de Quotas Subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento; e
- (xxii) resilição do Contrato de Contrato de Custódia de Documentos Comprobatórios.

Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação descritos acima, o Administrador, independentemente de qualquer procedimento adicional, convocará imediatamente Assembleia Geral de Quotistas, a qual decidirá se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um evento de liquidação antecipada do Fundo, bem como se haverá liquidação antecipada do Fundo e quais os procedimentos a serem adotados.

No caso da Assembleia Geral de Quotistas deliberar que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um evento de liquidação antecipada do Fundo, o Administrador observará os procedimentos de que trata o item 4.15.2. abaixo, sem que, para tanto, seja necessária a convocação de uma nova Assembleia Geral de Quotistas, podendo a referida Assembleia Geral de Quotistas deliberar sobre os procedimentos envolvendo a liquidação do Fundo, independentemente da notificação dos Quotistas ausentes.

Caso a Assembleia Geral de Quotistas delibere que o Evento de Avaliação não constitui um evento de liquidação antecipada do Fundo, o Administrador deverá adotar as medidas tomadas pelos Quotistas na referida Assembleia Geral de Quotistas para manutenção das atividades regulares do Fundo e eventual cura do Evento de Avaliação.

O direito da Cedente ao recebimento de qualquer pagamento de amortização das Quotas Subordinadas ficará suspenso durante o período compreendido entre a data de ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação até data da deliberação, pela Assembleia Geral de Quotistas acima, de que (i) o referido Evento de Avaliação constitui um evento de liquidação antecipada do Fundo, sem prejuízo da prioridade dos titulares de Quotas Seniores no recebimento de pagamento de resgate de suas Quotas Seniores na hipótese de liquidação antecipada do Fundo; ou (ii) o referido Evento de Avaliação não dá causa à liquidação antecipada do Fundo, independentemente da implementação de eventuais ajustes aprovados pelos Quotistas na Assembleia Geral de Quotistas.

Sem prejuízo do disposto acima, na ocorrência de um Evento de Avaliação, a Cedente terá a faculdade, no prazo de 2 dias contados do recebimento da notificação enviada pelo Fundo acerca da referida ocorrência, apresentar ao Fundo

novos Direitos de Crédito, para consideração dos titulares das Quotas Seniores na Assembléia Geral de Quotistas que será realizada para a deliberação sobre o Evento de Avaliação, conforme acima referido.

Caso a Cedente apresente novos Direitos de Crédito para sanar o Evento de Avaliação, a Assembléia Geral de Quotistas, acima referida, a ser realizada para deliberar sobre o Evento de Avaliação, deverá deliberar sobre os critérios de elegibilidade e eventuais condições precedentes para aceitação dos referidos Direitos de Crédito, assegurando-se, no caso de decisão pela aceitação de novos Direitos de Crédito, o resgate das Quotas Seniores detidas pelos Quotistas dissidentes.

4.15.2. Eventos de Liquidação Antecipada

Além das hipóteses previstas na regulamentação, são considerados eventos de liquidação antecipada do Fundo (os "Eventos de Liquidação"), quaisquer das seguintes ocorrências:

- (i) caso o Contrato de Cessão seja resilido e/ou terminado e dentro de até 30 (trinta) dias úteis contados da data da referida rescisão a Assembléia Geral não delibere pela continuidade do Fundo, mediante alteração do Regulamento, de modo que o Fundo passe a ter como objetivo de investimento a aquisição de outros direitos de crédito que não os Direitos de Crédito;
- (ii) caso seja deliberado em Assembléia Geral de Quotistas que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;
- (iii) não pagamento, em até 2 (dois) dias úteis contados das Datas de Amortização e/ou da Data de Resgate, do valor da amortização e/ou do valor de resgate das Quotas Seniores;
- (iv) existência de evidências de que a Cedente tenha (i) emitido ou, por comprovada negligência, tenha permitido a terceiros emitir Faturas Mensais sem lastro e/ou em duplicidade ou (ii) oferecido ao Fundo CCEAR Cedidos ou Contratos de Transmissão Cedidos sobre os quais recaiam quaisquer ônus, encargos ou gravames, que tenham sido constituídos prévia ou concomitantemente à oferta ao Fundo incluindo, sem limitação, obrigações relativas a vinculação de receita em garantia de qualquer empréstimo ou dívida;
- (v) ocorrência de qualquer das hipóteses de término da concessão para geração ou para a transmissão de energia elétrica previstas em lei ou nos Contratos de Concessão;
- (vi) decretação de falência da Cedente, requerimento de autofalência ou protocolização de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial pela Cedente;
- (vii) decretação de intervenção na concessão ou declaração judicial da dissolução e/ou liquidação da Cedente;
- (viii) caso não seja determinado pela Assembléia Geral de Quotistas, um novo parâmetro de apuração do valor das Quotas Seniores, na hipótese de indisponibilidade, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI;
- (ix) caso os Quotistas titulares de Quotas Seniores não disponibilizem ao Fundo os recursos aprovados em Assembléia Geral de Quotistas para a adoção dos procedimentos referidos no Capítulo Dezenove do Regulamento, na forma ali estabelecida;
- (x) rescisão do Contrato de Custódia ou renúncia do Custodiante, sem a assunção das funções do Custodiante por uma nova instituição, nos termos ali definidos;
- (xi) rescisão do Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores, sem a assunção das funções da Cedente por outra entidade, nos termos ali definidos;
- (xii) início da liquidação antecipada do FIDC CEEE;
- (i) descumprimento pela Cedente de suas obrigações nos termos do Contrato de Cessão do FIDC CEEE;
- (ii) ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão, nos termos do Contrato de Cessão do FIDC CEEE;
- (xiii) ocorrência de qualquer alteração nos termos e condições do Contrato de Cessão do FIDC CEEE; e
- (xiv) rescisão do Contrato de Prestação de Serviços relativo ao do FIDC CEEE.

Na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, o Administrador imediatamente notificará tal fato aos Quotistas e convocará Assembleia Geral de Quotistas para aprovar a liquidação antecipada do Fundo e deliberar sobre os procedimentos ora descritos e, se for o caso, iniciar os procedimentos de liquidação antecipada do Fundo.

Na Assembleia Geral de Quotistas mencionada neste item, os titulares de Quotas Seniores poderão optar, de acordo com o quorum de deliberação previsto no item 4.12. acima, por não liquidar antecipadamente o Fundo.

Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral de Quotistas mencionada neste item, por falta de quorum, ou (ii) de aprovação pelos Quotistas sobre a liquidação antecipada do Fundo, o Administrador deverá iniciar os procedimentos referentes à liquidação do Fundo.

Na hipótese de ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação e a Assembleia Geral de Quotistas deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, será concedido aos Quotistas titulares de Quotas Seniores do Fundo, que não concordarem com a decisão ("Quotistas Dissidentes"), o resgate antecipado de suas Quotas Seniores, conforme instruções a serem definidas pela própria Assembleia Geral de Quotistas que deliberar pela não liquidação antecipada, que não poderá estabelecer prazo superior a 90 (noventa) dias para efetuação de tal resgate, pelo valor da Quota Sênior do dia do pagamento, calculado na forma do item 4.9.9 deste Prospecto.

Na hipótese descrita no subitem anterior, caso o Fundo não tenha recursos, em moeda corrente nacional, suficientes para efetuar o pagamento integral do resgate de Quotas Seniores aos Quotistas Dissidentes, no prazo mencionado acima, todos os recursos em moeda corrente nacional disponíveis no patrimônio líquido do Fundo serão prioritariamente alocados para o pagamento de resgate aos Quotistas Dissidentes, de forma *pro rateada* e mediante a observância de igualdade de condições entre os Quotistas Dissidentes. Caso seja necessário, os Quotistas Dissidentes reunir-se-ão em Assembleia Geral de Quotistas para aprovar o pagamento do resgate de suas Quotas Seniores mediante a entrega de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, de acordo com os princípios estabelecidos no item 4.11. acima, no que couber.

Na hipótese de ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação ou dos Eventos de Avaliação e a Assembleia Geral de Quotistas de que tratam os itens acima, conforme o caso, deliberar pela liquidação antecipada do Fundo, todas as Quotas do Fundo serão resgatadas, dentro de até 90 (noventa) dias contados da data de encerramento do fundo nos termos do item 1.02 do Regulamento e 4.1. deste Prospecto ("Prazo para Resgate Antecipado"), pelo valor da Quota do dia do pagamento, calculado na forma dos itens 4.9.9. e 4.9.10. deste Prospecto e mediante a observância do seguinte procedimento e da seguinte ordem:

- (i) as Quotas Seniores terão prioridade no pagamento de resgate sobre as Quotas Subordinadas;
- (ii) as Quotas Subordinadas somente serão resgatadas após o pagamento integral de todas as Quotas Seniores;
- (iii) durante o Prazo para Resgate Antecipado, os pagamentos de resgate das Quotas somente serão realizados após o alcance, pelo Fundo de montantes de no mínimo R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para cada pagamento de amortização das Quotas;
- (iv) todos os recursos em moeda corrente nacional disponíveis no patrimônio do Fundo serão prioritariamente alocados para o pagamento do resgate das Quotas Seniores, de forma *pro rateada* e mediante a observância de igualdade de condições entre todos os Quotistas;
- (v) se no último dia útil do Prazo para Resgate Antecipado a totalidade das Quotas Seniores não tiver sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente nacional, os Quotistas receberão Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros em pagamento pelo resgate de suas Quotas Seniores, entrega essa que será realizada de acordo com o disposto no item 4.11.; e
- (vi) assegurada a prioridade de pagamento de resgate das Quotas Seniores, nos termos indicados nos subitens acima, as Quotas Subordinadas serão resgatadas prioritariamente em moeda corrente nacional, e, na hipótese de insuficiência de recursos em moeda corrente nacional, em Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros, observado o disposto no item 4.11.

Caso a Assembleia Geral de Quotistas, mesmo diante da rescisão do Contrato de Cessão, decida pela continuidade do Fundo através da aquisição de outros direitos de crédito, o termo "CEEE-GT" deverá ser excluído da denominação do Fundo.

4.16. Enquadramento da Razão de Garantia

Na hipótese de desenquadramento da Razão de Garantia em qualquer das Datas de Verificação, o Administrador deverá informá-lo à Cedente, na forma do Anexo V ao Regulamento ("Aviso de Desenquadramento"), no mesmo dia em que receber tal informação do Custodiante. A Cedente deverá devolver o Aviso de Desenquadramento ao Administrador, com cópia para o Custodiante, impreterivelmente até o 2º (segundo) dia útil subsequente à data do seu recebimento, informando sua decisão com relação a uma das seguintes providências:

- (i) a Cedente poderá, a seu exclusivo critério, integralizar Novas Quotas Subordinadas, de acordo com os termos e condições do Compromisso de Subscrição, com pagamento em moeda corrente nacional, dentro de um dos prazos previstos abaixo, conforme o caso:
 - a. caso a integralização de Novas Quotas Subordinadas seja necessária em decorrência da inadimplência de Direitos de Crédito Integrantes da Carteira, a integralização referida no item (i) acima deverá ser realizada no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento do Aviso de Desenquadramento;
 - b. caso a integralização de Novas Quotas Subordinadas seja necessária em decorrência de outro motivo que não a inadimplência de Direitos de Crédito Integrantes da Carteira, a integralização referida no item (i) acima deverá ser realizada no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento do Aviso de Desenquadramento; ou
- (iv) a Cedente poderá resilir o Contrato de Cessão, dentro de no máximo 5 (cinco) dias úteis, quando será aplicado o disposto abaixo.

Na hipótese descrita no subitem (i) acima, o Administrador poderá deliberar pela emissão de Novas Quotas Subordinadas, sem necessidade de autorização da Assembléia Geral de Quotistas, hipótese em que o Regulamento será complementado por Suplemento.

Na hipótese de a Cedente não informar o Administrador sobre qual medida pretende tomar nos termos e prazos descritos acima, o Administrador aplicará, automaticamente, o disposto no item 4.18. ou 4.14., conforme o caso.

4.17. Constituição de Reserva de Amortização, dos Procedimentos para Pagamento das Parcelas de Amortização e do Resgate das Quotas e da Ordem dos Pagamentos do Fundo

A partir da Primeira Data de Emissão e até o final do prazo de duração do Fundo, o Administrador deverá constituir e manter uma reserva de amortização (a "Reserva de Amortização") de forma que, em cada Data de Apuração, esta corresponda à soma dos valores estimados para a amortização das Quotas Seniores dos três próximos Períodos de Disponibilidade, de acordo com a fórmula abaixo:

$$RA_i = A_i + C_i + A_{i+1} + C_{i+1} + A_{i+2} + C_{i+2},$$

onde:

- RA_i = é a Reserva de Amortização para cada período de capitalização.
- A_i = Valor estimado da amortização das Quotas Seniores do Fundo na Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso, subsequente à Data de Apuração i .
- C_i = Custos mensais estimados dos Encargos do Fundo referentes à taxa de administração, despesas com a prestação de serviços do Custodiante, empresa de auditoria contratada pelo Fundo e Agência de Classificação de Risco, para o Período de Disponibilidade i .

Para os fins deste item, entende-se por período de capitalização o intervalo de tempo medido em dias úteis, compreendido entre o 1º dia útil imediatamente subsequente a uma dada Data de Amortização (inclusive) e a Data de Amortização imediatamente subsequente (inclusive). Para o primeiro Período de Capitalização considerar-se-á como data de início o dia útil subsequente à Data da Primeira Emissão.

A Reserva de Amortização será constituída com os recursos provenientes da subscrição e integralização das Quotas Subordinadas e com o produto do pagamento dos Direitos de Crédito.

O valor da Reserva de Amortização será calculado pelo Administrador em cada Data de Apuração e informado ao Administrador até o dia útil imediatamente subsequente.

Diariamente, a partir da Primeira Data de Emissão e até a liquidação do Fundo, o Administrador obriga-se a utilizar as disponibilidades do Fundo para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (i) pagamento dos encargos do Fundo, conforme descritos no item 4.23. abaixo;
- (ii) formação de reserva equivalente ao montante estimado dos encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente àquele em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- (iii) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Seniores;
- (iv) constituição da Reserva de Amortização, observado o disposto acima;
- (v) formação de reserva para pagamento das despesas relacionadas à liquidação do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- (vi) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas.

Os recursos da Reserva de Amortização serão aplicados em Ativos Financeiros, observado o disposto no item 4.8. acima.

4.18. Índice de Cobertura

Até o 6º (sexto) dia útil após o encerramento de cada Período de Disponibilidade, enquanto o Fundo estiver em funcionamento, o Administrador deverá calcular a divisão do (i) somatório dos valores das Faturas Mensais subtraído das Parcelas das Faturas inadimplidas do FIDC CEEE, referentes ao mesmo Período de Disponibilidade, subtraídos os valores (i) objeto de cessão incondicionada ao FIDC CEEE e (ii) objeto de cessão sob condição suspensiva ao FIDC CEEE e a ele transferidos em decorrência da verificação de qualquer condição suspensiva, até a verificação da condição resolutiva de que trata o item 11.7. da Cláusula Onze do Contrato de Cessão do FIDC CEEE, pelo (ii) valor da Amortização acrescidos dos Encargos do Fundo, ambos referentes ao respectivo Período de Disponibilidade ("Índice de Cobertura").

Caso o Índice de Cobertura seja por 2 (dois) meses consecutivos ou 3 (três) meses alternados em um período de 12 (doze) meses inferior a 250% no respectivo Período de Disponibilidade, aplicar-se-á o disposto no Capítulo Dezoito do Regulamento.

4.19. Amortização Extraordinária para Fins de Reenquadramento da Razão de Garantia, da Alocação Mínima em Direitos de Crédito e da Política de Investimento

O Administrador poderá realizar, mediante autorização da Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata o item 4.12. acima, a amortização extraordinária das Quotas Seniores em circulação (a "Amortização Extraordinária"), pelo valor atualizado das Quotas Seniores em circulação, calculado de acordo com o disposto no item 4.9.9. acima, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo (i) à Razão de Garantia, caso a Cedente não o tenha efetuado nos termos do item 4.15 acima, e/ou (ii) à alocação mínima em Direitos de Crédito estabelecida no item 4.8. deste Prospecto.

A Assembléia Geral de Quotistas referida acima será convocada pelo Administrador dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data prevista para a devolução do Aviso de Desenquadramento estabelecida no item 4.15 deste Prospecto, quando se tratar de desenquadramento da Razão de Garantia ou, no caso de desenquadramento da alocação mínima em Direitos de Crédito, contados da data em que for verificado o desenquadramento.

Na hipótese de realização de Amortização Extraordinária das Quotas Seniores nos termos deste item, todos os Quotistas serão informados, inclusive sobre o valor total envolvendo cada Amortização Extraordinária.

Qualquer Amortização Extraordinária afetará todos os Quotistas titulares de Quotas Seniores, de forma proporcional e em igualdade de condições.

4.20. Política de Divulgação de Informações Relativas ao Fundo

O Administrador divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir aos Quotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influenciar as decisões dos Quotistas quanto à permanência no mesmo ou, no caso de potenciais investidores, quanto à aquisição de Quotas do Fundo. Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao Fundo, considera-se fato relevante a alteração da classificação de risco das Quotas Seniores.

A divulgação de informações de que trata este item será feita no jornal utilizado para veicular as informações relativas ao Fundo, devendo todos os documentos e informações correspondentes ser remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação. Tal divulgação será feita sempre no mesmo periódico e qualquer alteração deverá ser precedida de aviso aos Quotistas.

O Administrador colocará à disposição dos Quotistas, em sua sede e nas instituições que coloquem Quotas do Fundo, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, as seguintes informações, além de outras exigidas nos termos do Regulamento e da regulamentação aplicável:

- (i) o número de Quotas de propriedade de cada Quotista e o respectivo valor;
- (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referirem; e
- (iii) dados acerca do comportamento da Carteira, abrangendo discussão quanto ao desempenho obtido e o esperado.

O Administrador deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de quaisquer interessados que as solicitarem em sua sede social, observados os seguintes prazos máximos:

- (i) 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- (ii) 60 (sessenta) dias após o encerramento do exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

4.21. Forma de Divulgação de Informações

A divulgação de informações previstas no Regulamento deve ser feita por meio de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo, o jornal "Monitor Mercantil" da cidade do Rio de Janeiro, ou por meio de correio eletrônico. Qualquer mudança com relação ao periódico deverá ser precedida de aviso aos Quotistas.

4.22. Atendimento aos Quotistas

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, os Quotistas poderão entrar em contato conforme dados a seguir:

Durante a Oferta:

Coordenador Líder

Banco Itaú BBA S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 – Torre Conceição – 9º Andar - São Paulo - SP

At.: Eduardo Prado Santos

Website: www.itaubba.com.br

Tel.: (11) 3708-8717

Fax.: (11) 3708-8362

Correio Eletrônico: epsantos@itaubba.com.br

Coordenador:

Banco UBS Pactual S.A.

Praia de Botafogo, nº. 501, 6º andar – parte - Rio de Janeiro - RJ

At.: Marcos Wanderley Pereira

Website: www.ubs.com/1/p/ubslatinamerica.html

Tel.: (21) 3262-9759

Fax.: (21) 3262-8600

Correio Eletrônico: marcos.wanderley@ubs.com

Administrador:

UBS Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM
Praia de Botafogo, 501, 5º andar – parte
Rio de Janeiro – RJ
At.: Mariana Ramalho
Website: www.ubs.com/1/p/ubslatinamerica.html
Tel.: (21) 3262-9624
Fax.: (21) 3262-8600
Correio Eletrônico: mariana.cardoso@ubs.com

Após o encerramento da Oferta:

Administrador, no endereço acima indicado.

4.23. Taxas e Encargos do Fundo

Pelas atividades de administração e gestão do Fundo, o Administrador receberá taxa de administração mensal, que deverá ser paga até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao dos serviços prestados.

A taxa de administração devida ao Administrador será apurada conforme a seguinte fórmula:

$$TA = \left(X \times \frac{1}{252} \times PL_{(D-1)} \right), \text{ onde,}$$

TA = Taxa de Administração, calculada todo dia útil;

X = percentual anual fixo, correspondente a 0,30% (trinta centésimos por cento); e

$PL_{(D-1)}$ = PL do Fundo no dia útil anterior à data do cálculo.

O Administrador não receberá taxa de desempenho, taxa de ingresso e/ou saída.

A remuneração acima não inclui as despesas previstas no item 4.23. abaixo, a serem debitadas do Fundo pelo Administrador.

O Administrador pode estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração acima fixada.

Por prestar os serviços de custódia ao Fundo, o Custodiante fará jus a uma remuneração no valor de R\$ 15.500,00 (quinze mil e quinhentos reais) ao mês ou aproximadamente 0,10% ao ano.

A Agência de Classificação de Risco receberá remuneração de R\$ 50.890,00 (cinquenta mil e oitocentos e noventa reais) iniciais e U\$ 20.000,00 (vinte mil dólares) de revisão anual.

O Auditor fará jus a uma remuneração de R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais) iniciais e R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) de revisão anual.

Constituem encargos do Fundo, além da taxa de administração referida acima, as seguintes despesas:

- (i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais, ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos ou obrigações do Fundo;
- (ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;

- (iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (iv) honorários e despesas com auditores encarregados do exame das demonstrações financeiras e contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação do Administrador;
- (v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas realizadas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- (vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral de Quotistas;
- (viii) taxas de custódia de ativos integrantes da Carteira do Fundo;
- (ix) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha as suas Quotas admitidas à negociação;
- (x) despesas com a contratação de Agência de Classificação de Risco; e
- (xi) despesas com eventual profissional contratado para zelar pelos interesses dos quotistas.

As despesas decorrentes de serviços de consultoria para seleção de Ativos Financeiros, aquelas decorrentes da delegação de poderes para a gestão da Carteira do Fundo, bem como quaisquer outras não previstas no Regulamento como encargos do Fundo, correrão por conta do Administrador.

O pagamento das despesas acima pode ser efetuado diretamente pelo Fundo à pessoa contratada, desde que os correspondentes valores sejam computados para efeito da taxa de administração cobrada pelo Administrador.

O Fundo não cobrará taxa de ingresso ou taxa de saída dos Quotistas.

4.24. Regras de Tributação do Fundo

O disposto nesta Seção foi elaborado com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas do Fundo e ao Fundo. Existem algumas exceções e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivo pelo qual os Quotistas do Fundo devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no Fundo.

4.24.1. Tributação Aplicável aos Quotistas do Fundo

De acordo com razoável interpretação da legislação e regulamentação acerca da matéria em vigor nesta data, e a despeito de eventuais interpretações diversas das autoridades fiscais, a tributação aplicável aos Quotistas do Fundo, como regra geral, é a apresentada a seguir.

IOF/Títulos

O IOF/Títulos é cobrado à alíquota de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do resgate, liquidação ou repactuação das Quotas do Fundo, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 4.494/02, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias. Outras operações não abrangidas anteriormente, realizadas com Quotas do Fundo, estão sujeitas, atualmente, à alíquota de 0% (zero por cento) do IOF/Títulos. Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimo por cento) ao dia.

IOF/Câmbio

Conversões de moeda estrangeira para a moeda Brasileira, bem como de moeda Brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento em Quotas do Fundo, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. A exceção de situações bastante específicas e não aplicáveis ao caso, a alíquota do IOF/Câmbio, atualmente é de 0% (zero por cento). De toda forma, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

CPMF

A CPMF incide nas aquisições das Quotas do Fundo efetuadas com recursos detidos pelos (i) Quotistas do Fundo residentes no Brasil (a) nas contas correntes de depósito a vista, à alíquota de 0,38% (trinta e oito centésimos por cento); ou (b) nas contas investimento, à alíquota de 0% (zero por cento); e (ii) Quotistas do Fundo residentes no exterior, em contas de sua titularidade, até o limite dos valores ingressados, registrados no Banco Central do Brasil.

Imposto de Renda

O Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo tomará por base (i) a residência dos Quotistas do Fundo (a) no Brasil ou (b) no exterior; e (ii) três eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimento e a sua consequente tributação: (a) a cessão ou alienação de Quotas do Fundo, (b) o resgate de Quotas do Fundo, e (c) a amortização de Quotas do Fundo.

4.25. Contratos Relevantes do Fundo

4.25.1. Contrato de Coordenação e Colocação

O Fundo, o Coordenador Líder e o Banco UBS Pactual S.A., com interveniência da Cedente, celebraram em 09 de novembro de 2007, o "Contrato de Coordenação e Colocação de Quotas Seniores da Primeira Série do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE III-GT", cujos principais termos estão descritos abaixo.

Nos termos do Contrato de Coordenação e Colocação, o Administrador deliberará a constituição e, conseqüentemente, aprovará o Regulamento do Fundo e a distribuição pública das Quotas Seniores, que serão levados a registro na CVM, nos termos da Instrução CVM 400 e da Instrução CVM 356. Ainda de acordo com os termos e condições do Contrato, o Administrador, em nome do Fundo, e a Cedente contratam o Coordenador Líder e o Banco UBS Pactual para realizar a distribuição pública das Quotas Seniores.

4.25.2. Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores

O Fundo, a Cedente e o Agente de Recebimento, com interveniência do Custodiante, celebraram, em 9 de novembro de 2007, o "Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores e Outras Avenças", cujos principais termos são descritos abaixo.

Por intermédio do Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores, o Fundo e a Cedente nomearam o Agente de Recebimento para a prestação, em caráter não discricionário, de serviços de recebimento e pagamento de valores, compreendendo a execução e operacionalização de todos os procedimentos e rotinas descritos, e incluindo (i) o recebimento, conciliação e transferência de valores referentes aos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão e (ii) a prestação, pelo Agente de Recebimento, de serviços de cobrança de títulos representados por boletos bancários sacados contra as Distribuidoras Cédidas e os Usuários Cédidos.

4.25.3. Contrato de Cessão

O Fundo e a Cedente, com interveniência do Banrisul, celebraram, em 09 de novembro de 2007, o "Contrato De Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças".

Nos termos do Contrato de Cessão, a Cedente cedeu ao Fundo a totalidade dos Direitos de Crédito dos CCEAR e dos Direitos de Crédito dos Contratos de Transmissão, excetuados aqueles (i) objeto de cessão incondicionada ao FIDC CEEE e (ii) objeto de cessão sob condição suspensiva ao FIDC CEEE e a ele transferidos em decorrência da verificação de qualquer condição suspensiva, até a verificação da condição resolutive de que trata o item 11.7. da Cláusula Onze do Contrato de Cessão do FIDC CEEE. Para maiores informações sobre o Contrato de Cessão vide seção "Cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo" na pág. 74 deste Prospecto.

5. OS DIREITOS DE CRÉDITO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

OS DIREITOS DE CRÉDITO

5.1. Introdução

A CEEE-GT é concessionária de serviços públicos de geração e transmissão de energia elétrica, nos termos, respectivamente, do (i) Contrato de Concessão de Geração nº. 25/2000, datado de 05 de abril de 2000, celebrado entre a Cedente e a ANEEL, conforme aditado, alterado e ratificado a qualquer tempo; e dos (ii) Contrato de Concessão de Transmissão nº. 55/2001, datado de 01 de outubro de 2001 e nº. 80/2002, datado de 18 de dezembro de 2002, celebrados entre a Cedente e a União Federal, por meio da ANEEL, conforme aditados, alterados e ratificados a qualquer tempo.

No âmbito de suas atividades de geração de energia elétrica, a Cedente firmou CCEAR com concessionárias de distribuição de energia elétrica, por meio dos quais foram estabelecidos os termos e condições para venda de energia elétrica pela Cedente a distribuidoras de energia elétrica.

No âmbito de suas atividades de transmissão de energia elétrica, a Cedente celebrou CPST com o ONS, o qual, por sua vez, celebrou, em nome da Cedente, com os Usuários da Rede Básica, os CUST, por meio dos quais foram estabelecidos os termos e condições para a transmissão de energia elétrica pela Cedente aos Usuários da Rede Básica.

Os Direitos de Crédito compreendem (i) os direitos de crédito decorrentes da venda futura de energia elétrica às Distribuidoras Cedidas e (ii) parcela dos direitos de crédito decorrentes da prestação futura de serviços de transmissão de energia elétrica aos Usuários da Rede Básica. Para maiores informações sobre a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, ver seção "Cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo".

Os Direitos de Crédito cedidos nos termos do Contrato de Cessão são:

- (a) no caso dos Direitos de Crédito dos CCEAR (i) aqueles representados por Notas Fiscais Fatura de Energia Elétrica emitidas na forma estabelecida na Cláusula 9ª dos CCEAR celebrados entre a Cedente e as Distribuidoras Cedidas ("Faturas Mensais de Energia Elétrica") e (ii) os respectivos instrumentos de garantia representativos das garantias, outorgadas ou contratadas pelas Distribuidoras Cedidas em favor da Cedente, descritos de forma resumida no Anexo I ao Regulamento ("Instrumentos de Garantia dos CCEAR");
- (b) no caso dos Direitos de Crédito dos Contratos de Transmissão (i) aqueles indicados nos avisos de crédito emitidos pelo ONS à Cedente, na forma estabelecida na Cláusula 13ª dos CUST ("Avisos de Crédito"), representados por Notas Fiscais Fatura de Transmissão emitidas pela Cedente com base nos Avisos de Crédito ("Faturas Mensais de Transmissão") e (ii) os respectivos instrumentos de garantia representativos das garantias, outorgadas ou contratadas pelos Usuários da Rede Básica em favor do ONS, descritos de forma resumida no Anexo II ao Regulamento ("Instrumentos de Garantia dos Contratos de Transmissão").

A aquisição dos Direitos de Crédito pelo Fundo será realizada com base nas regras e condições estabelecidas (a) no Contrato de Cessão, cuja cópia faz parte integrante deste Prospecto, (b) no Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores e (c) no Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia de Direitos de Crédito, Valores Mobiliários e Ativos Financeiros para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.

5.2. Principais Cláusulas dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica

Os CCEAR foram firmados entre a Cedente e as Distribuidoras Cedidas, em decorrência da realização do leilão de "energia velha" (assim considerada a energia decorrente de empreendimentos existentes) promovido pela ANEEL e conduzido pela CEEE-GT em 14 de dezembro de 2006. Os CCEAR são um contrato padrão firmado por todas as geradoras e distribuidoras que participaram do referido leilão.

Após a conclusão do leilão, as geradoras e as distribuidoras celebraram os CCEAR estabelecendo os termos, condições, preços e montantes de energia contratada. A Cedente contratou a venda de MW médios, estipulando-se preço para o Produto 2005/2012, bem como para o Produto 2006/2013 e Produto 2007/2012. O preço será reajustado anualmente com base na variação do IPCA a partir de janeiro de 2005, 2006 e 2007 respectivamente.

O pagamento mensal devido pelas Distribuidoras Cedidas é realizado em 3 parcelas, com vencimento (i) no dia 15 do mês seguinte ao mês de suprimento, (ii) dia 25 do mês seguinte ao de fornecimento e (iii) dia 5 do segundo mês seguinte ao mês do suprimento.

Abaixo segue uma breve descrição das principais cláusulas dos CCEAR Cedidos ao Fundo.

Objeto

O objeto dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica é a compra e venda da energia contratada, com potência associada, realizada entre a Cedente e a Distribuidora Cedida, em decorrência do leilão de energia ocorrido em 14 de dezembro de 2006.

Modalidade

Os CCEAR Cedidos foram firmados na modalidade de quantidade elétrica, com potência associada, ou seja, os custos decorrentes dos riscos hidrológicos serão assumidos pela Cedente.

Sazonalização

As Distribuidoras Cedidas, desde que mantenham o consumo médio contratado para o ano, podem efetuar a sazonalização mensal da energia contratada, a fim de estabelecer a energia contratada para determinado mês, até os limites mínimo e máximo de 85% e 115% da média anual da energia contratada, respeitado os limites de potência associada.

Mora no Pagamento e seus efeitos

Caso a Distribuidora Cedida deixe de efetuar o pagamento de qualquer Fatura Mensal de Energia Elétrica, o valor devido será atualizado pelo IPCA, acrescido de multa de 2% sobre o montante do débito e juros de mora de 1% ao mês, calculados *pro rata die*.

Cessão e Redução da Energia Contratada e Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits

Os CCEAR Cedidos contêm dispositivo contratual que permite às Distribuidoras Cedidas reduzirem a energia elétrica contratada da Cedente nas hipóteses de (i) exercício da opção, por determinados consumidores, denominados consumidores potencialmente livres (aqueles cuja demanda é igual ou maior que 3 MW em níveis de tensão iguais ou superiores a 69 kV ou, no caso de novos consumidores que entraram no mercado a partir de julho de 1995, aqueles cuja demanda é igual ou superior a 3 MW em qualquer nível de tensão) de escolha de novo fornecedor de energia elétrica; (ii) variações de mercado da respectiva Distribuidora Cedida, limitado à redução de 4% (quatro por cento) da energia elétrica contratada por ano; ou (iii) em razão de acréscimos na aquisição de energia elétrica por parte das Distribuidoras Cedidas decorrentes de contratos celebrados até 16 de março de 2004, observado o disposto na Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico.

A redução da energia contratada deve ser precedida de Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de energia no Ambiente de Contratação Regulada – ACR. Este mecanismo permite Distribuidoras Cedidas ceder parcela da energia contratada que foi objeto de redução, mediante um termo de cessão com outra distribuidora que esteja com déficit de energia, a qual passará a ser compradora de energia da Cedente. A redução da energia contratada afetará proporcionalmente todos os CCEAR de que a respectiva distribuidora seja parte, não cabendo a esta optar em qual CCEAR incidirá a redução, uma vez que o Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits seguirá procedimentos de comercialização estabelecidos pela CCEE.

As Distribuidoras Cedidas que cederam parcela de energia contratada e as distribuidoras cessionárias que compraram tal parcela da Cedente deverão registrar na ANEEL e na CCEE os termos de cessão de direitos e obrigações contratuais, os que equivalerão ao respectivo CCEAR cedido, para todos os fins.

Nos termos do Contrato de Cessão, a Cedente está obrigada a notificar as distribuidoras cessionárias que adquiram parcela da energia contratada dos CCEAR Cedidos de que os Direitos de Crédito a ela subjacentes foram cedidos ao Fundo.

Força Maior

Caso alguma das partes não possa cumprir qualquer de suas obrigações, por motivo de caso fortuito ou de força maior, nos termos do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, o respectivo CCEAR Cedido permanecerá em vigor, mas a parte afetada pelo evento não responderá pelas consequências do não cumprimento das obrigações durante o tempo de duração do evento e proporcionalmente aos seus efeitos.

Consequências da Rescisão

Os CCEAR Cedidos estabelecem uma multa rescisória para a parte que der causa à rescisão, em montante equivalente a 30% (trinta por cento) do resultado da multiplicação do preço da energia contratada pelo volume de energia contratada remanescente em MWh até o final do período de fornecimento.

Responsabilidade e Indenização

A responsabilidade de cada uma das partes está limitada, em qualquer hipótese, aos montantes de danos a que der causa, inclusive danos morais ou qualquer outra modalidade de indenização dessa mesma natureza.

Solução de Controvérsias

As partes que firmaram os CCEAR Cedidos optaram por solucionar suas eventuais controvérsias por meio da arbitragem prevista na Convenção de Comercialização da CCEE.

Da Constituição de Garantias pelas Distribuidoras

De acordo com os CCEAR Cedidos, as Distribuidoras Cedidas devem apresentar garantias financeiras do cumprimento de suas obrigações, podendo optar entre fiança bancária, vinculação de recebíveis em um montante equivalente a 110% da média do valor das últimas três faturas relativas ao CCEAR Cedido e cessão de CDB – Certificado de Depósito Bancário. Se a garantia vincular recebíveis das Distribuidoras, a aceitação obrigatória da CEEE-GT estará condicionada à aprovação prévia da ANEEL quanto à vinculação de recebíveis.

5.3. Principais Cláusulas dos Contratos de Prestação de Serviço de Transmissão – CPST

O CPST é um contrato padrão homologado pela ANEEL, celebrado pela concessionária de transmissão (detentoras de instalações componentes da Rede Básica) e o ONS, por meio do qual se estabelece os termos e condições para a prestação de serviços de transmissão de energia elétrica aos usuários, sob a administração e coordenação do ONS.

Por meio do CPST, a concessionária transmissora autoriza o ONS a praticar todos os atos necessários para (i) representar a transmissora perante os usuários nos CUST, (ii) administrar a cobrança e liquidação dos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão e (iii) representá-la perante os usuários nos Contratos de Constituição de Garantia de Pagamento.

Em caso de atraso na data de entrada em operação comercial ou atraso no reforço, autorizado, da Rede Básica, por motivo imputável à transmissora, a instalação de transmissão será considerada indisponível, arcando a transmissora com o custo desse atraso, que será descontado a partir da entrada em operação comercial.

No CPST é ratificado o dever da transmissora de permitir que novas conexões sejam feitas às suas instalações, quando instruída pelo ONS.

O CPST prevê todas as condições que a transmissora deve atender para explorar o serviço de transmissão de energia elétrica, definindo sua responsabilidade pela integridade das instalações e pela sua operação e manutenção.

A transmissora, pela prestação do serviço de transmissão, terá direito a receber dos usuários, por meio dos CUST, um duodécimo da Receita Anual Permitida referente à Rede Básica.

Para a cobrança pela prestação dos serviços, o ONS apresentará, mensalmente, às transmissoras os Avisos de Crédito, bem como os dados utilizados nos cálculos dos valores neles refletidos, com base nos quais as transmissoras emitirão as respectivas notas fiscais/faturas aos usuários.

O pagamento mensal pela prestação dos serviços será realizado em 3 (três) vencimentos, cada um equivalente a 1/3 (um terço) do valor global devido, nas datas e condições definidas nos CUST.

5.4. Principais Cláusulas dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST

O CUST é um contrato padrão, no qual são elencadas todas as concessionárias transmissoras, que, por meio da representação do ONS, o firmam com cada usuário acessante.

Objeto

O CUST é um contrato celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão (listadas no anexo ao CUST por meio da representação pelo ONS – sendo que entre as concessionárias de transmissão está a Cedente) e os Usuários da Rede Básica, por meio do qual se estabelece os termos e condições para o uso da Rede Básica por um usuário, incluindo a prestação do serviço de transmissão, sob o controle e supervisão do ONS, bem como a prestação, pelo ONS, dos serviços de coordenação e controle da operação dos sistemas interligados.

Montantes de Uso

Por meio do CUST, os Usuários da Rede Básica contratam montantes de uso em MW, da potência média integralizada em intervalos de 15 minutos ("Montantes de Uso") de acordo com regulamentação específica da ANEEL. Esses montantes poderão ser incrementados, condicionados à disponibilidade do sistema de transmissão, observado o Procedimento de Rede estabelecido pelo ONS.

Pelo uso do sistema de transmissão, os Usuários da Rede Básica pagarão mensalmente os Encargos de Uso do Sistema de Transmissão, bem como eventuais ultrapassagens do Montante de Uso e sobrecargas em instalações e equipamentos das concessionárias de transmissão.

Encargo de Uso do Sistema de Transmissão

O pagamento referido no item *Montante de Uso* acima é composto por quatro partes: (i) pagamento pela prestação do serviço de transmissão; (ii) pagamento ao ONS pelos serviços por ele prestados; (iii) pagamento as transmissoras por eventual ultrapassagem do Montante de Uso; e (iv) por eventuais sobrecargas em suas instalações e equipamentos.

Condições de Cobrança e Pagamento

Os Encargos de Transmissão são devidos a partir da contratação do uso do sistema de transmissão. O ONS emitirá mensalmente aos Usuários Cedidos os avisos de débito, tal como especificados acima. Paralelamente, o ONS emitirá às transmissoras um aviso de crédito, com base no qual estas emitirão uma fatura ao usuário, conforme a seguir detalhado.

O ONS encaminhará à Cedente, 8 (oito) dias úteis antes do vencimento da primeira parcela da cobrança mensal dos encargos de uso da transmissão, um aviso de crédito discriminando os valores devidos pelos Usuários Cedidos pela prestação de serviços de transmissão.

De posse do aviso de crédito, as concessionárias de transmissão emitirão os documentos de cobrança cabíveis aos Usuários Cedidos, a serem encaminhados com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência, de forma coincidente com os valores constantes do aviso de crédito.

O pagamento mensal dos encargos de uso da transmissão, objeto da cobrança acima definida, será desdobrado em 3 (três) parcelas, cada uma equivalente a 1/3 (uma terça parte) do valor global devido, e deverá ser efetuado pela usuária dentro dos seguintes prazos: (i) 1º Vencimento: até o dia 15 (quinze) do mês seguinte ao mês da prestação do serviço; (ii) 2º Vencimento: até o dia 25 (vinte e cinco) do mês seguinte ao mês da prestação do serviço; e (iii) 3º Vencimento: até o dia 05 (cinco) do segundo mês seguinte ao mês da prestação do serviço.

Mora no Pagamento dos Encargos e seus Efeitos

Pelo atraso no pagamento da fatura emitida, em decorrência do uso das instalações de transmissão, além da atualização monetária (variação do IGP-M *pro rata die*) serão devidos juros de mora de 12% ao ano, calculados *pro rata die* e multa de 2%.

Garantias do Pagamento dos Encargos

Pelo fiel cumprimento das obrigações do usuário, a transmissora pode ter como garantia, ou um Contrato de Constituição de Garantia – CCG ou uma Carta de Fiança Bancária, à escolha do Usuário Cedente. E quando o usuário for consumidor livre, a transmissora poderá efetuar ainda o corte no fornecimento do serviço.

Solução de Controvérsias

O CUST estabelece que qualquer controvérsia entre as partes será submetida, preliminarmente, ao Comitê de Arbitragem do ONS, cabendo recurso à ANEEL. Somente quando a controvérsia referir-se ao faturamento do serviço, cuja competência é do próprio ONS, é que esta não será submetida ao Comitê de Arbitragem.

5.5. Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito

A Cedente será a depositária dos Documentos Comprobatórios, nos termos do “Contrato de Custódia de Documentos Comprobatórios e Outras Avenças” (“Contrato de Custódia de Documentos Comprobatórios”), responsabilizando-se por sua guarda e manutenção. Até a liquidação integral das obrigações do FIDC CEEE com os titulares das quotas seniores de sua emissão e dos encargos por este devidos, a Cedente atuará como depositária dos Documentos Comprobatórios em nome do FIDC CEEE e do Fundo. A partir da data de liquidação do FIDC CEEE, a Cedente passará a atuar como depositária dos Documentos Comprobatórios exclusivamente em nome do Fundo.

A Cedente compromete-se a entregar ao Fundo os Documentos Comprobatórios que venham a ser por este solicitados para a defesa de seus direitos na qualidade de credor dos Direitos de Crédito.

O Custodiante poderá realizar, a qualquer momento e desde que nos horários normais de funcionamento da Cedente, auditoria na Cedente e nos estabelecimentos em que os Documentos Comprobatórios sejam mantidos, de forma a verificar a existência dos Documentos Comprobatórios e o cumprimento das obrigações da Cedente com relação à guarda e organização dos Documentos Comprobatórios, nos termos do Contrato de Custódia de Documentos Comprobatórios.

5.6. Procedimentos de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos

Os Direitos de Crédito cedidos e entregues ao Fundo e não pagos no seu respectivo vencimento ("Direitos de Crédito Inadimplidos"), serão objeto de cobrança pelo Fundo, que contratou a Cedente para prestar tais serviços, tendo em vista a sua experiência na cobrança de direitos de crédito das Distribuidoras Cédidas e dos Usuários da Rede Básica.

A contratação da Cedente como agente de cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos não resulta e não resultará, de qualquer forma, em qualquer ingerência ou controle, pela Cedente, sobre os Direitos de Crédito Inadimplidos.

No segundo dia útil seguinte ao seu vencimento, a Cedente iniciará o processo de cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos.

A Cedente deverá observar os procedimentos estabelecidos nos CCEAR Cédidos, nos Contratos de Transmissão Cédidos e nos respectivos Instrumentos de Garantia, conforme o caso, assim como as demais disposições da regulamentação aplicável para efetuar a cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos.

A Cedente não poderá renegociar ou acordar qualquer alteração aos termos e condições dos Direitos de Crédito Inadimplidos sem a prévia anuência, por escrito, do Fundo.

Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros serão de inteira responsabilidade do Fundo ou dos Quotistas, não estando a Cedente, o Administrador ou o Custodiante, de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros. A Cedente, o Administrador e o Custodiante não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos que o Fundo venha a iniciar em face de terceiros ou da Cedente, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo ou diretamente pelos Quotistas.

As despesas relacionadas com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros serão suportadas diretamente pelo Fundo. O Administrador somente utilizará recursos em valores superiores a 1% (hum por cento) do valor atualizado das Quotas Seniores em circulação, à época de decisão sobre a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros, para tomar medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Fundo mediante autorização prévia da Assembléia Geral de Quotistas, de acordo com o disposto no item 4.12 deste Prospecto.

Fica desde já estabelecido que, observada a manutenção do regular funcionamento do Fundo, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Fundo antes (i) do recebimento integral do adiantamento a que se refere o item anterior; e (ii) da assunção, pelos Quotistas, em Assembléia Geral de Quotistas, de acordo com o disposto acima, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de eventual verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser condenado. O Administrador, a Cedente e o Custodiante não serão responsáveis por qualquer dano ou prejuízo sofrido pelo Fundo e/ou por qualquer dos Quotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento), pelo Fundo, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas, inclusive caso os Quotistas não aportem os recursos suficientes para tanto na forma deste item.

Todos os valores aportados pelos Quotistas ao Fundo nos termos do item acima deverão ser feitos em moeda corrente nacional, se qualquer dedução de impostos, taxas ou quaisquer outros valores.

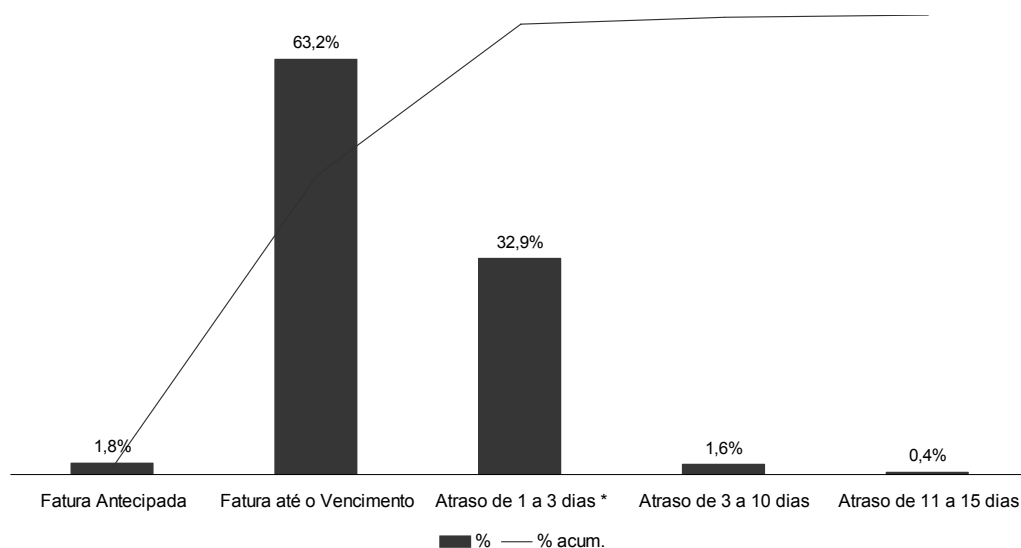
5.7. Previsão de Porcentagem de Direitos de Crédito para o FIDC CEEE e para o Fundo

Os Direitos de Crédito objeto da cessão incondicionada para o FIDC CEEE representam aproximadamente 5,4% da receita bruta da Cedente e os Direitos de Crédito objeto da cessão incondicionada para o Fundo deverão representar 5% da receita bruta da cedente. A soma das cessões para os fundos representará aproximadamente R\$ 5,8 milhões ou 10,4% da receita bruta da Cedente.

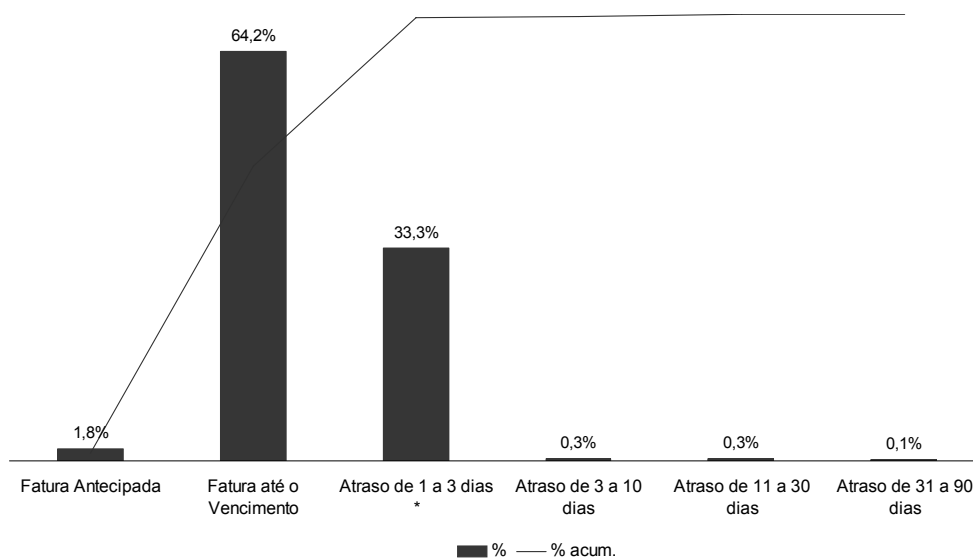
5.8. Informações estatísticas sobre inadimplimentos, perdas e pagamentos antecipados dos Direitos de Crédito

Seguem indicadores das perdas, inadimplimentos e pagamentos antecipados dos Direitos de Crédito:

Histórico de Inadimplência dos CCEARs no Período de 18 meses (fevereiro 2006 a julho 2007)



Histórico de Inadimplência dos Contratos de Transmissão no Período de 18 meses (fevereiro 2006 a julho 2007)



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

6. CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO AO FUNDO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO AO FUNDO

Esta Seção traz um breve resumo dos termos e condições do Contrato de Cessão, mas sua leitura não substitui a leitura cuidadosa do Contrato de Cessão, anexo a este Prospecto.

6.1. Cessão e Aquisição dos Direitos de Crédito

Nos termos do Contrato de Cessão, a Cedente cedeu ao Fundo a totalidade dos Direitos de Crédito dos CCEAR e dos Direitos de Crédito dos Contratos de Transmissão, excetuados aqueles (i) objeto de cessão incondicionada ao FIDC CEEE e (ii) objeto de cessão sob condição suspensiva ao FIDC CEEE e a ele transferidos em decorrência da verificação de qualquer condição suspensiva, até a verificação da condição resolutiva de que trata o item 11.7. da Cláusula Onze do Contrato de Cessão do FIDC CEEE.

A parcela equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) dos Direitos de Créditos dos Contratos de Transmissão foi calculada com base na Receita Anual Permitida da Cedente em fevereiro de 2006 no valor mensal de R\$ 6.321.601,25 (seis milhões, trezentos e vinte e um milhões, seiscentos e um reais e vinte e cinco centavos. Caso a Receita Anual Permitida da Cedente apresente crescimento real, desconsiderados os acréscimos decorrentes de recomposição inflacionária, o valor da parcela dos Direitos de Créditos dos Contratos de Transmissão cedida ao Fundo será ajustada proporcionalmente, de forma que o Fundo tenha, a qualquer tempo, direitos de crédito em valor equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) da Receita Anual Permitida da Cedente em vigor em fevereiro de 2006, acrescida da variação do IGP-M.

Os Contratos de Transmissão Cedidos abrangem, além do CPST e dos CUST existentes, os CUST que venham a ser celebrados pelo ONS, em nome da Cedente, com os Usuários da Rede Básica.

A cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão não abrange os Direitos de Crédito FIDC CEEE.

Dispõe a cláusula 11.7 do Contrato de Cessão do FIDC CEEE que, caso após (i) a ocorrência de qualquer condição suspensiva e a conseqüente transferência ao FIDC CEEE da totalidade dos Direitos de Crédito FIDC CEEE objeto da cessão sob condição suspensiva; (ii) o pagamento integral dos valores devidos aos titulares das quotas de emissão do FIDC CEEE e (iii) o pagamento ou a constituição de reserva para o pagamento integral de todas as demais despesas devidas pelo FIDC CEEE, inclusive aquelas relativas à sua liquidação, ainda restem Direitos de Crédito FIDC CEEE em poder do FIDC CEEE, será considerada resolvida a cessão dos Direitos de Crédito FIDC CEEE que permanecerem no patrimônio do FIDC CEEE, os quais serão automaticamente transferidos à Cedente.

Conforme disposto no item 6.3. abaixo, uma parcela dos Direitos de Crédito, correspondente à Quantidade Mínima Mensal, foi cedida ao Fundo de forma incondicionada ("Cessão Incondicionada"), e a parcela restante dos Direitos de Crédito, sob condição suspensiva ("Cessão sob Condição Suspensiva"), ficando a sua eficácia sujeita à verificação de qualquer das Condições Suspensivas de que trata o item 6.4. abaixo.

Independentemente de uma parcela dos Direitos de Crédito ser objeto da Cessão Incondicionada e de a parcela restante ser objeto da Cessão sob Condição Suspensiva, a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo abrange a totalidade dos Direitos de Crédito, os quais ficam, por esta razão, vinculados ao Contrato de Cessão e indisponíveis até o término do Contrato de Cessão.

Cada uma das Faturas Mensais de Energia Elétrica e parte das Faturas Mensais de Transmissão possuem duas datas distintas de vencimento, quais sejam o dia 15 e o dia 25 do mês subsequente ao mês da venda de energia ou da prestação dos serviços de transmissão, conforme o caso, e o dia 05 do segundo mês subsequente ao mês da venda de energia ou da prestação dos serviços de transmissão, conforme o caso, qualquer parcela da Fatura Mensal equivalente a 1/3 (um terço) do valor da referida fatura ("Parcela da Fatura"), será considerada, para os fins do Contrato de Cessão, como um Direito de Crédito independente, no valor da respectiva parcela. As Faturas Mensais de Transmissão sacadas contra consumidores livres e potencialmente livres, nos termos da regulamentação aplicável, que tenham vencimento em uma única data (cada, uma "Fatura de Vencimento Único"), serão consideradas, para os fins deste Contrato, como um Direito de Crédito independente, no valor da respectiva Fatura Mensal de Transmissão.

A Cedente é responsável pela correta constituição dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo e, quando constituídos, pela sua existência, liquidez e certeza, não respondendo pela solvência das Distribuidoras Cedidas e/ou dos Usuários da Rede Básica.

Pela cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, o Fundo pagará à Cedente o valor de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), até o dia útil imediatamente seguinte à integralização da totalidade das Quotas Seniores. O valor pago pelo Fundo pela aquisição dos Direitos de Crédito equivale à soma do preço de emissão das Quotas Seniores do Fundo. O Fundo tem como obrigações o pagamento dos encargos de sua responsabilidade (tais como alguns prestadores de serviços) e o resgate das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas. Por essa razão, serão entregues efetivamente ao Fundo (ou seja, serão objeto da Cessão Incondicionada), Direitos de Crédito em valor necessário ao pagamento desses valores. Assim, a taxa de desconto aplicada à aquisição dos Direitos de Crédito pelo Fundo é dada pela diferença entre o valor necessário ao pagamento dos encargos do Fundo, acrescido do valor necessário para pagamento da remuneração das Quotas Seniores e o valor dos Direitos de Crédito efetivamente entregues ao Fundo (ou seja, dos Direitos de Crédito objeto da Cessão Incondicionada).

É importante destacar que, embora o Fundo adquira um valor de Direitos de Crédito superior ao valor necessário ao pagamento dos encargos e à amortização das Quotas, o montante adicional de Direitos de Crédito (cedido ao Fundo sob Condição Suspensiva) é cedido com o objetivo de garantir o pagamento aos Quotistas. Assim, ainda que se verifique uma Condição Suspensiva, os recursos que excederem o montante necessário ao pagamento dos encargos do Fundo e do resgate das Quotas de sua emissão será restituído à Cedente. Por essa razão, esses Direitos de Crédito não são considerados para os fins de cálculo da taxa de desconto.

6.2. Critérios de Elegibilidade dos Direitos de Crédito

O Fundo somente adquirirá os Direitos de Crédito dos CEEAR e os Direitos de Crédito dos Contratos de Transmissão que não tenham sido entregues ao FIDC CEEE nos termos do Contrato de Cessão do FIDC CEEE.

O Fundo não poderá adquirir, em nenhuma hipótese, direitos creditórios vencidos e não pagos nas respectivas datas de vencimento.

A cessão de Direitos de Créditos ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão é definitiva e em nenhuma hipótese os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo (e/ou os recursos decorrentes de seu pagamento) serão transferidos ou realocados para o FIDC CEEE.

Os requisitos ora indicados constituem os critérios de elegibilidade dos Direitos de Créditos, cabendo ao Custodiante a verificação do atendimento ao critério de elegibilidade pelos Direitos de Crédito entregues pela Cedente ao Fundo.

6.3. Procedimentos de Entrega dos Direitos de Crédito ao Fundo

6.3.1. Entrega dos Direitos de Crédito ao Fundo

A partir da data de início de entrega indicada no Suplemento ("Data de Início da Entrega"), a Cedente entregará ao Custodiante (que os receberá em nome do Fundo), os Direitos de Crédito objeto da Cessão Incondicionada e, na hipótese de verificação de qualquer uma das Condições Suspensivas, Direitos de Crédito objeto da Cessão sob Condição Suspensiva.

As entregas de Direitos de Crédito ao Fundo serão realizadas mensalmente durante 72 (setenta e dois) meses consecutivos, contados a partir da Data de Início da Entrega ou até o pagamento da última parcela da amortização das Quotas Seniores, o que ocorrer por último.

O período de tempo compreendido entre o dia 20 de cada mês, inclusive, e o dia 20 do mês imediatamente seguinte, exclusive, será considerado, para fins de entrega dos Direitos de Crédito ao Fundo, como um "Período de Disponibilidade". A quantidade de Direitos de Crédito objeto da Cessão Incondicionada a ser entregue em cada Período de Disponibilidade ("Quantidade Mínima Mensal") será calculada pelo Administrador nos termos do item 6.3.2. abaixo.

Uma vez atingida a Quantidade Mínima Mensal, todos os Direitos de Crédito entregues no referido Período de Disponibilidade serão considerados como objeto da Cessão sob Condição Suspensiva e não integrarão o patrimônio líquido do Fundo.

Até o 6º (sexto) dia útil anterior ao dia 15 do mês subsequente ao respectivo fornecimento de energia às Distribuidoras Cedidas e/ou à prestação de serviços de transmissão aos Usuários da Rede Básica, conforme o caso ("Data de Disponibilização"), a Cedente deverá disponibilizar, por meio eletrônico, ao Custodiante, e ao Agente de Recebimento e para o Administrador, lista contendo, separadamente, os dados das Faturas Mensais de Energia Elétrica e das Faturas Mensais de Transmissão ("Lista de Direitos de Crédito Disponíveis"), acompanhada de uma via eletrônica de cada uma das Faturas Mensais indicadas na referida lista.

A quantidade de Direitos de Crédito objeto da Cessão Incondicionada a ser entregue em cada Período de Disponibilidade ("Quantidade Mínima Mensal") deverá ser equivalente ao resultado do produto do valor nominal de cada uma das Parcelas da Fatura/Faturas de Vencimento Único pelo respectivo Fator de Cessão (conforme definido abaixo), representado pelo símbolo φ abaixo ("Fator de Cessão"). O Administrador será responsável pelo cálculo da Quantidade Mínima Mensal, em cada Data de Apuração (conforme definido abaixo).

Com relação aos Direitos de Crédito dos Contratos de Transmissão, fica estabelecido que serão entregues ao Fundo, observado o procedimento estabelecido neste item, Parcelas da Fatura/Faturas de Vencimento Único inteiras (e não 25% (vinte e cinco por cento) de cada Parcela da Fatura/Faturas de Vencimento Único), até que totalizem o valor total dos Direitos de Crédito dos Contratos de Transmissão Cedidos ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão. A Cedente obriga-se a assegurar que o Fundo receba as Parcelas da Fatura/Faturas de Vencimento Único relativas aos Contratos de Transmissão Cedidos com prioridade sobre qualquer terceiro, com exceção do FIDC CEEE.

A Quantidade Mínima Mensal será calculada separadamente para os Direitos de Crédito dos CCEAR e para os Direitos de Crédito dos Contratos de Transmissão, mediante aplicação dos procedimentos de que tratam os itens abaixo.

Conforme estabelecido na cláusula 3.5.1 do Contrato de Cessão, na hipótese de ocorrência de uma condição suspensiva nos termos do Contrato de Cessão do FIDC CEEE (ainda que, por qualquer razão, tal evento somente ocorra após a verificação de uma Condição Suspensiva nos termos do Contrato de Cessão) o Fundo somente terá direito de receber Direitos de Crédito após o implemento da Condição Resolutiva do FIDC CEEE.

Os Direitos de Crédito objeto da Quantidade Mínima Mensal entregues ao Fundo durante cada Período de Disponibilidade, devem atender à seguinte alocação:

- (i) 35% (trinta e cinco por cento) do valor dos Direitos de Crédito efetivamente entregues ao Fundo em cada Período de Disponibilidade deverá corresponder a Direitos de Crédito dos CCEAR; e
- (ii) 65% (sessenta e cinco por cento) do valor dos Direitos de Crédito efetivamente entregues ao Fundo em cada Período de Disponibilidade deverá corresponder a Direitos de Crédito dos Contratos de Transmissão.

Os limites acima indicados estarão sujeitos a uma tolerância de 10% (dez por cento), para mais ou para menos, em cada Período de Disponibilidade, sendo certo que, quando da entrega ao Fundo de todos os Direitos de Créditos por este adquiridos nos termos do Contrato de Cessão, o resultado deverá atender à divisão estabelecida acima.

Na ocorrência de qualquer das Condições Suspensivas, o Administrador comunicará imediatamente o Custodiante, o Agente de Recebimento e a Cedente sobre a verificação da condição, determinando a adoção dos procedimentos para entrega ao Fundo dos Direitos de Crédito objeto da Cessão sob Condição Suspensiva nos termos do item 6.4. abaixo, uma vez que os Direitos de Crédito objeto da Cessão sob Condição Suspensiva entregues ao Fundo serão considerados como Direitos de Crédito objeto da Cessão Incondicionada.

Com relação aos Direitos de Crédito dos Contratos de Transmissão, fica estabelecido que serão entregues ao Fundo, Parcelas da Fatura/Faturas de Vencimento Único inteiras (e não 25% (vinte e cinco por cento) de cada Parcelas da Fatura/Faturas de Vencimento Único) até que totalizem o valor total dos Direitos de Crédito dos Contratos de Transmissão cedidos ao Fundo.

A Cedente será responsável por assegurar que o Fundo receberá as Parcelas da Fatura/Faturas de Vencimento Único relativas aos Contratos de Transmissão cedidos com prioridade sobre qualquer terceiro, com exceção do FIDC CEEE.

Para os fins de cálculo da QMM nos termos desta cláusula, os Direitos de Crédito serão considerados pelo seu valor de face.

6.3.2. Cálculo da Quantidade Mínima Mensal

O Administrador será responsável pelo cálculo da Quantidade Mínima Mensal, em cada Data de Apuração, com base nas informações fornecidas pelo Agente de Recebimento, sendo que a Quantidade Mínima Mensal será calculada separadamente para os Direitos de Crédito dos CCEAR e para os Direitos de Crédito dos Contratos de Transmissão.

A Quantidade Mínima Mensal deverá ser equivalente ao resultado do somatório (i) do produto do valor nominal de cada uma das Parcelas da Fatura/Faturas de Vencimento Único pelo (ii) respectivo Fator de Cessão (conforme definido abaixo), representado pelo símbolo φ abaixo ("Fator de Cessão").

O Fator de Cessão a ser utilizado em cada uma das Parcelas da Fatura/Faturas de Vencimento Único será apurado em cada data de apuração ("Data de Apuração"), conforme indicado abaixo:

(i) no dia útil anterior à data de vencimento de cada Parcela da Fatura/Fatura de Vencimento Único com vencimento no dia 25 de cada mês ("Primeira Data de Apuração"), correspondente ao Período de Disponibilidade i, o Administrador calculará o primeiro Fator de Cessão dos Direitos de Crédito a ser aplicado sobre a referida parcela/fatura (φ_{i1}), de acordo com a seguinte fórmula:

$$\varphi_{i1} = \frac{QMM_i}{FT_{i1}}$$

(ii) no dia útil anterior à data de vencimento de cada Parcela da Fatura/Fatura de Vencimento Único com vencimento no dia 5 de cada mês ("Segunda Data de Apuração"), correspondente ao Período de Disponibilidade i, o Administrador calculará o segundo Fator de Cessão dos Direitos de Crédito a ser aplicado sobre a referida parcela/fatura (φ_{i2}), de acordo com a seguinte fórmula:

$$\varphi_{i2} = \frac{(QMM_i + \Delta RA_p - RT_i)}{FT_{i2}}$$

(iii) no dia útil anterior à data de vencimento de cada Parcela da Fatura/Fatura de Vencimento Único com vencimento no dia 15 de cada mês ("Terceira Data de Apuração"), correspondente ao Período de Disponibilidade i, o Administrador calculará o terceiro Fator de Cessão dos Direitos de Crédito a ser aplicado sobre a referida parcela/fatura (φ_{i3}), de acordo com a seguinte fórmula:

$$\varphi_{i3} = \frac{\Delta RA_i}{FT_{i3}}$$

sendo que, para as fórmulas contidas nos itens acima:

i = cada Período de Disponibilidade;

φ_{i1} = Fator de Cessão a ser aplicado sobre cada primeira Parcela da Fatura/Fatura de Vencimento Único com vencimento no Período de Disponibilidade i. Se o Fator de Cessão apurado for maior que 1 ou menor que 0, o Administrador deverá considerar o Fator de Cessão como sendo 1 ou 0, respectivamente;

φ_{i2} = Fator de Cessão a ser aplicado sobre cada segunda Parcela da Fatura/Fatura de Vencimento Único com vencimento no Período de Disponibilidade i. Se o Fator de Cessão apurado for maior que 1 ou menor que 0, o Administrador deverá considerar o Fator de Cessão como sendo 1 ou 0, respectivamente;

ϕ_{i3} = Fator de Cessão a ser aplicado sobre cada terceira Parcela da Fatura/Fatura de Vencimento Único com vencimento no Período de Disponibilidade i. Se o Fator de Cessão apurado for maior que 1 ou menor que 0, o Administrador deverá considerar o Fator de Cessão como sendo 1 ou 0, respectivamente;

$QMM_i = A_i + C_i + \Delta RA_i$ = Quantidade Mínima Mensal prevista no Período de Disponibilidade i, que deverá ser calculada e apurada pelo Administrador nas Datas de Apuração aplicáveis;

FT_{i1} = Somatório dos valores dos Direitos de Crédito correspondentes à primeira Parcela das Faturas com vencimento no Período de Disponibilidade i;

FT_{i2} = Somatório dos valores dos Direitos de Crédito correspondentes à segunda Parcela das Faturas com vencimento no Período de Disponibilidade i;

FT_{i3} = Somatório dos valores dos Direitos de Crédito correspondentes à terceira Parcela das Faturas com vencimento no Período de Disponibilidade i;

RT_i = Somatório dos valores pagos pelas Distribuidoras Cedidas/Usuários da Rede Básica e efetivamente recebidos pelo Fundo referentes aos Direitos de Crédito correspondentes à primeira Parcela das Faturas com vencimento no Período de Disponibilidade i;

RA_i = Reserva de Amortização no Período de Disponibilidade i, calculado em cada Data de Apuração;

D_i = Recursos Livres no Período de Disponibilidade i, calculado em cada Data de Apuração;

$\Delta RA_i = RA_i - D_i$ = Diferença entre a Reserva de Amortização para o Período de Disponibilidade i e os Recursos Livres no Período de Disponibilidade i, calculada em cada Data de Apuração;

$\Delta RA_p = A_{i+3} - A_i$ = Diferença entre a Reserva de Amortização projetada para o Período de Disponibilidade i+3 e a Reserva de Amortização para o Período de Disponibilidade i, o Administrador deverá considerar o ΔRA_p como sendo 0 caso A_i seja maior do que A_{i+3} ;

A_i = Montante calculado conforme disposto no item 12.09 para o Período de Disponibilidade i, calculado em cada Data de Apuração; e

C_i = Custos mensais estimados dos Encargos do Fundo referentes à taxa de administração, despesas com a prestação de serviços do Custodiante, Empresa de Auditoria e Agência de Classificação de Risco e outros encargos do Fundo nos termos da regulamentação em vigor, para o Período de Disponibilidade i.

O cálculo do Fator de Cessão, conforme indicado acima, será realizado separadamente para os Direitos de Crédito dos CCEAR e para os Direitos de Crédito dos Contratos de Transmissão.

6.4. Procedimentos Aplicáveis Quando da Verificação de Condições Suspensivas

Os eventos abaixo indicados são considerados "Condições Suspensivas", para os fins do Contrato de Cessão:

(i) utilização, por 2 (dois) Períodos de Disponibilidade consecutivos ou 3 (três) Períodos de Disponibilidade alternados num período de 6 (seis) meses, da Reserva de Amortização que não vier a ser recomposta no Período de Disponibilidade imediatamente subsequente (i) ao segundo Período de Disponibilidade consecutivo em que a Reserva de Amortização tenha sido utilizada ou (ii) ao Período de Disponibilidade imediatamente subsequente àquele em que a Reserva de Amortização tenha sido utilizada pela terceira vez no período de 6 (seis) meses;

(ii) caso o Índice de Cobertura seja por 2 (dois) meses consecutivos ou 3 (três) meses alternados em um período de 12 (doze) meses inferior a 250% no respectivo Período de Disponibilidade;

(iii) descumprimento, pela Cedente, de qualquer das obrigações de fazer e/ou não fazer decorrentes do Contrato de Cessão que não seja um evento de revisão nos termos do Contrato de Cessão e que, a critério do Administrador, possa comprometer a capacidade do Fundo de cumprir

com seus compromissos perante os Quotistas, desde que a Cedente tenha sido notificada pelo Administrador para regularizar tal descumprimento e não o faça no prazo de 5 (cinco) dias úteis, excetuado o disposto nos itens (iv), (v) e (iv) abaixo;

(iv) descumprimento, pela Cedente, das obrigações assumidas nos termos da Cláusula Terceira do Contrato de Cessão, desde que, notificada pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contado do recebimento da referida notificação;

(v) não observância pela Cedente dos deveres e das obrigações previstas na Cláusula Sexta do Contrato de Cessão, desde que, notificada pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado do recebimento da referida notificação;

(vi) descumprimento, pela Cedente, da obrigação assumida nos termos do subitem (w) do item 9.1. da Cláusula Nona do Contrato de Cessão;

(vii) alteração do controle acionário, direto ou indireto, da Cedente;

(viii) vencimento antecipado e/ou inadimplemento de quaisquer operações de natureza financeira em que a Cedente seja mutuária ou garantidora, cujo valor presente das obrigações de pagamento seja superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), que será atualizado, na menor periodicidade admitida em lei, a partir da data de assinatura do Contrato de Cessão, pela variação acumulada do IGP-M, ou o equivalente em outras moedas; para os fins desta alínea, são consideradas operações de natureza financeira, (i) quaisquer operações de empréstimo em moeda; (ii) financiamentos a projetos de investimento, ainda que não reconhecidos em seus balanços (*off-balance*); (iii) repasses de empréstimos em moeda nacional ou estrangeira, registrados ou não no Bacen; (iv) operações de abertura de crédito em conta-corrente; (v) adiantamento a depositantes, na forma definida nas normas do Bacen; (vi) operações de arrendamento mercantil; (vii) emissão pública ou privada de debêntures ou de quaisquer outros títulos ou valores mobiliários, no Brasil ou no exterior; (viii) concessão de garantias, pessoais ou reais, em operações de qualquer natureza, em especial as de natureza financeira; (ix) operações de adiantamento de receitas futuras, realizadas por meio de permuta, cessão, transferência parcial, venda à vista com compromisso de recompra em prazo determinado, venda a termo, emissão de opções de qualquer natureza ou desconto de títulos; (x) desconto bancário, com ou sem cláusula de co-responsabilidade; e (xi) qualquer outra espécie de negócio jurídico cujo efeito financeiro seja captação de recursos financeiros e/ou a antecipação de receitas decorrentes da consecução do objeto social da Cedente;

(ix) adoção, por qualquer das Distribuidoras Cedidas, de quaisquer medidas judiciais, inclusive aquelas que tenham por objeto a discussão do preço de compra dos CCEAR Cedidos que possam, a critério do Cessionário, comprometer o fluxo de receita dos CCEAR Cedidos;

(x) descumprimento pela Cedente de suas obrigações nos termos do Contrato de Custódia de Documentos Comprobatórios;

(xi) início da liquidação antecipada do FIDC CEEE;

(xii) rescisão do Contrato de Prestação de Serviços do FIDC CEEE e/ou do Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores;

(xiii) caso ocorra qualquer dos Eventos de Liquidação, nos termos do Regulamento;

(xiv) deliberação, pelos titulares das Quotas Seniores, da liquidação antecipada do Fundo; e

(xv) rescisão ou rescisão do Contrato de Cessão.

Na verificação de qualquer Condição Suspensiva, o Administrador deverá adotar, além das providências referidas no Capítulo Dezoito do Regulamento, as providências descritas a seguir.

Na hipótese de ocorrência de qualquer Condição Suspensiva, os Direitos de Crédito objeto da Cessão sob Condição Suspensiva serão imediatamente transferidos da Cedente para o Fundo, independentemente de qualquer aviso ou notificação à Cedente, observado o disposto nos parágrafos a seguir.

O Agente de Recebimento, mediante comunicação recebida do Administrador, entregará ao Fundo a totalidade dos valores creditados nas Contas Centralizadoras em virtude do pagamento dos Direitos de Crédito para a Conta Autorizada do Fundo, em cada Período de Disponibilidade. O Administrador deverá aplicar os pagamentos referentes aos Direitos de Crédito cujo valor exceda à Quantidade Mínima Mensal no investimento em ativos financeiros disponíveis no mercado, de acordo com a política de investimento do Fundo até que haja deliberação pelos titulares das Quotas do Fundo.

Caso os titulares das Quotas do Fundo, reunidos em Assembléia Geral de Quotistas realizada nos termos do Regulamento, deliberem pela liquidação do Fundo, os recursos deverão ser aplicados no resgate das Quotas Seniores, e caso os titulares das Quotas do Fundo deliberem pela não liquidação do Fundo, os recursos serão aplicados na amortização de Quotas Subordinadas.

Os Direitos de Crédito que venham a ser entregues ao Cessionário nos termos deste item serão considerados como entregas antecipadas de Direitos de Crédito cedidos pela Cedente ao Cessionário, nos termos do Contrato de Cessão.

Independentemente do disposto neste item, a Cedente permanecerá obrigada a entregar Direitos de Crédito ao Cessionário nos termos do Contrato de Cessão até a amortização integral das Quotas Seniores emitidas pelo Cessionário.

Caso os titulares das Quotas do Fundo deliberem, em Assembléia Geral de Quotistas realizada nos termos do Regulamento, pela continuidade do Fundo, a Quantidade Mínima Mensal voltará a ser calculada, a partir do mês subsequente à regularização do evento que constituiu a Condição Suspensiva e desde que o Contrato de Cessão não tenha sido rescindido.

Caso após (i) a ocorrência de qualquer Condição Suspensiva e a conseqüente transferência ao Fundo da totalidade dos Direitos de Crédito objeto da Cessão sob Condição Suspensiva; (ii) o pagamento integral dos valores devidos aos titulares das Quotas de emissão do Fundo e (iii) o pagamento ou a constituição de reserva para o pagamento integral de todas as demais despesas devidas pelo Fundo, inclusive aquelas relativas à sua liquidação, ainda restem Direitos de Crédito em poder do Fundo, será considerada resolvida a cessão dos Direitos de Crédito que permanecerem no patrimônio do Fundo, os quais serão automaticamente transferidos à Cedente.

6.5. Procedimentos de Pagamento dos Direitos de Crédito

A partir da Data de Início da Entrega e até o pagamento integral das Quotas Seniores, a Cedente deve assegurar que o recebimento da totalidade dos valores decorrentes do pagamento (i) dos Direitos de Crédito dos CCEAR seja direcionado para a Conta Centralizadora CCEAR FIDC CEEE e (ii) dos Direitos de Crédito dos Contratos de Transmissão seja direcionado para a Conta Centralizadora dos Contratos de Transmissão FIDC CEEE, ambas definidas no Contrato de Cessão FIDC CEEE, ambas movimentadas pelo Agente de Recebimento do FIDC CEEE (sendo a Conta Centralizadora CCEAR e a Conta Centralizadora dos Contratos de Transmissão, em conjunto, referidas como "Contas Centralizadoras FIDC CEEE").

As Contas Centralizadoras serão movimentadas pelo Agente de Recebimento, nos termos do Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores.

Recebidos os recursos provenientes do pagamento dos Direitos de Crédito dos CCEAR e dos Direitos de Crédito dos Contratos de Transmissão nas Contas Centralizadoras FIDC CEEE, o Agente de Recebimento transferirá para a conta mantida pelo FIDC CEEE no Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão sob o n. 24097.4, na agência nº. 1.0 ("Conta Autorizada do FIDC CEEE"), no dia útil imediatamente seguinte ao seu recebimento nas Contas Centralizadoras FIDC CEEE, os recursos relativos aos Direitos de Crédito FIDC CEEE.

Na mesma data da transferência ao FIDC CEEE dos valores referentes ao pagamento de Direitos de Crédito FIDC CEEE e salvo se informado por escrito pelo administrador do FIDC CEEE sobre a ocorrência de uma condição suspensiva com relação ao FIDC CEEE, o Agente de Recebimento transferirá das Contas

Centralizadoras FIDC CEEE, em fundos imediatamente disponíveis, a totalidade dos valores creditados nas referidas contas, conforme segue:

- (i) os valores depositados na Conta Centralizadora CCEAR FIDC CEEE serão direcionados para a conta "FIDC CEEE III-GT Geração", mantida pelo Banrisul sob o código 4980 92 1240.57 ("Conta Centralizadora do Fundo III para CCEAR"), e
- (ii) os valores depositados na Conta Centralizadora dos Contratos de Transmissão FIDC CEEAR serão direcionados para a conta "FIDC CEEE III-GT Transmissão", mantida pelo Banrisul sob o código 4980 92 1250.45 ("Conta Centralizadora do Fundo III para Contratos de Transmissão" e, em conjunto com a Conta Centralizadora do Fundo para CCEAR, as "Contas Centralizadoras do Fundo III").

Caso venha a ser informado acerca do implemento de uma condição suspensiva nos termos do Contrato de Cessão do FIDC CEEE, o Agente de Recebimento FIDC CEEE procederá conforme estabelecido nos termos do referido contrato e do regulamento do FIDC CEEE. Uma vez verificada a Condição Resolutiva do FIDC CEEE, entretanto, deverá o Agente de Recebimento FIDC CEEE imediatamente voltar a observar o disposto nesta Cláusula.

A partir da Data de Início da Entrega, a totalidade dos valores transferidos pelo Agente de Recebimento do FIDC CEEE para as Contas Centralizadoras do Fundo será movimentada pelo Agente de Recebimento de acordo com os termos, condições e procedimentos estabelecidos no Contrato de Cessão e no Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores.

Considerando que, nos termos do Contrato de Cessão, até o advento de uma Condição Suspensiva, o produto do recebimento dos Direitos de Crédito objeto da Cessão Incondicionada pertencerá ao Fundo e o produto do recebimento dos Direitos de Crédito objeto da Cessão sob Condição Suspensiva pertencerá à Cedente, os recursos recebidos nas Contas Centralizadoras, serão creditados pelo Agente de Recebimento, respectivamente, na Conta Autorizada do Fundo e na Conta Autorizada da Cedente.

O Agente de Recebimento transferirá das Contas Centralizadoras para a Conta Autorizada do Fundo) (cada data de transferência em cada Período de Disponibilidade, uma "Data de Transferência"), no dia útil imediatamente seguinte a seu recebimento, em fundos imediatamente disponíveis, os valores creditados nas Contas Centralizadoras referentes ao pagamento de Direitos de Crédito objeto da Cessão Incondicionada.

Após a transferência dos recursos para a Conta Autorizada do Fundo, o Agente de Recebimento entregará ao Administrador, com cópia para o Custodiante e para a Cedente, por meio eletrônico, relatório indicando o montante financeiro dos Direitos de Crédito transferidos ao Fundo.

O saldo das Contas Centralizadoras do Fundo não transferido para a Conta Autorizada do Fundo em cada Data de Transferência corresponde aos Direitos de Crédito cedidos sob Condição Suspensiva e, não tendo sido verificada qualquer das Condições Suspensivas, será transferido pelo Agente de Recebimento, na mesma data da transferência ao FIDC CEEE, em fundos imediatamente disponíveis e com base nas informações prestadas pelo Administrador, conforme segue:

- (iii) os valores depositados na Conta Centralizadora CCEAR FIDC CEEE serão direcionados para a conta "FIDC CEEE III-GT Geração", mantida pelo Banrisul sob o código 4980 92 1240.57 ("Conta Centralizadora do Fundo III para CCEAR"), e
- (iv) os valores depositados na Conta Centralizadora dos Contratos de Transmissão FIDC CEEAR serão direcionados para a conta "FIDC CEEE III-GT Transmissão", mantida pelo Banrisul sob o código 4980 92 1250.45 ("Conta Centralizadora do Fundo III para Contratos de Transmissão" e, em conjunto com a Conta Centralizadora do Fundo para CCEAR, as "Contas Centralizadoras do Fundo III").

Somente após a transferência de recursos à Conta Autorizada do Fundo poderá o Agente de Recebimento transferir quaisquer valores às Contas Autorizadas da Cedente.

O Cessionário e a Cedente nomearam, nos termos do Contrato de Cessão, o Banrisul, em caráter irrevogável e irretratável, durante todo o prazo de vigência e como condição essencial para a celebração do Contrato de Cessão, nos termos do artigo 684 do Código Civil Brasileiro, como agente de recebimento da totalidade dos recursos provenientes do pagamento dos Direitos de Crédito. O Agente de Recebimento foi autorizado, ainda, com exclusividade, em caráter irrevogável e irretratável, a movimentar as Contas Centralizadoras do Fundo nos termos descritos na Cláusula Quarta do Contrato de Cessão e no Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores.

O Agente de Recebimento manterá sistema de controle que permita a identificação, a qualquer momento, dos pagamentos dos Direitos de Crédito recebidos nas Contas Centralizadoras que forem transferidos para a Conta Autorizada do Fundo e para as Contas Autorizadas da Cedente.

Nos termos do Contrato de Cessão, ficou certo e ajustado entre as Partes que, após a liquidação integral de todos os valores devidos pelo FIDC CEEE aos titulares das Quotas Seniores de sua emissão e aos seus prestadores de serviço, bem como após a quitação de todos os demais valores devidos pelo FIDC CEEE a título de custos, encargos ou tributos os valores correspondentes aos Direitos de Crédito depositados nas Contas Centralizadoras FIDC CEEE passarão a ser movimentados, sem necessidade de qualquer autorização ou aprovação adicional, pelo Agente de Recebimento do Fundo, nos termos do Contrato de Cessão e do Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores, passando as Contas Centralizadoras FIDC CEEE a ser consideradas, para todos os fins deste Contrato, como as Contas Centralizadoras do Fundo.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

7. VISÃO GERAL DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

VISÃO GERAL DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

7.1. Introdução

Em 31 de maio de 2006, o MME aprovou o Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica - PDEE 2006-2015, por meio da Portaria nº. 121, o qual estabelece critérios para a expansão do sistema de energia elétrica brasileiro relativo aos mercados de distribuição, geração e transmissão de energia elétrica para o período compreendido entre os anos de 2006 e 2015.

O PDEE visa à expansão do Sistema Interligado Nacional por meio de um planejamento que oriente as ações governamentais futuras e forneça uma correta sinalização a todos os agentes do setor elétrico brasileiro, a fim de garantir o suprimento de energia de forma sustentável para o meio ambiente, a minimização dos custos totais, os quais incluem os custos sócio-ambientais e os custos de operação, e a alocação eficiente dos investimentos, base para modicidade tarifária futura.

Os estudos de planejamento feitos pelo PDEE abrangem o horizonte dos próximos dez anos, sendo objeto de revisões anuais que considerarão, entre outras, as mudanças nas previsões de crescimento do consumo de energia elétrica e as reavaliações da economicidade e viabilidade dos projetos de geração.

De acordo com estudos realizados em razão da elaboração do PDEE, em dezembro de 2005, considerando o parque gerador existente, as interligações internacionais já em operação e ainda a parcela de energia de Itaipu importada do Paraguai, o Brasil tinha capacidade instalada de 102,9 GW, dos quais aproximadamente 70,23% correspondiam à geração hidrelétrica, 19,85% à geração termelétrica (gás natural, petróleo, biomassa, e carvão mineral), 1,95% à energia nuclear, 0,03% à energia eólica, e 7,94% à importação de energia elétrica pelo SIN.

Com objetivo de alcançar expressiva redução da CCC Sistemas Isolados, o PDEE contempla ainda a integração dos sistemas isolados ao SIN, por intermédio da construção das linhas de transmissão Jauru/Vilhena, em 230kV, Tucuruí/Manaus (Cariri), em 500kV, e Jurapari/Macapá, em 230kV, no menor prazo possível, tendo em vista que as análises econômicas para a implementação do projeto de integração já foram efetuadas.

Atualmente, o SIN é dividido em quatro subsistemas elétricos: Sudeste/Centro-Oeste, Sul, Nordeste e Norte. O PDEE objetiva também a integração dos sistemas isolados Acre-Rondônia e Manaus-Macapá aos subsistemas Sudeste/Centro-Oeste até janeiro de 2012.

Além da integração dos sistemas isolados, o PDEE também prevê, para a expansão da geração de energia elétrica, a repotenciação, definida pela PDEE como a execução de um conjunto de obras que visam à geração de potência e rendimento, e à modernização das usinas existentes, o que, embora possa não representar muito em termos de energia assegurada, contribuirá para o atendimento do crescimento da demanda máxima de energia prevista.

De acordo com a ANEEL, existe hoje um total de 1.544 empreendimentos de geração em operação no Brasil, gerando 94.798.343 kW de potência. A adição de 26.924.185 kW na capacidade de geração do país é esperada para os próximos anos, proveniente dos 70 empreendimentos atualmente em construção e mais 503 empreendimentos com concessão e/ou autorização outorgada.

Aproximadamente 42% da capacidade instalada de geração de energia dentro do Brasil é atualmente de propriedade da Eletrobrás, empresa controlada pelo Governo Federal. Por meio de suas subsidiárias, a Eletrobrás é responsável ainda por 70% da capacidade instalada de transmissão acima de 230 kV. Além disso, alguns Estados brasileiros controlam empresas envolvidas na geração, transmissão e distribuição de energia, tais como a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica ("CEEE-D") e a CEEE-GT, a Companhia Paranaense de Energia - COPEL, e a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, dentre outras.

7.2. Histórico da regulamentação

A Constituição brasileira prevê que a exploração dos serviços e instalações de energia elétrica pode ser realizada diretamente pelo Governo Federal ou, indiretamente, por meio da outorga de concessões, permissões ou autorizações. Historicamente, o setor elétrico brasileiro foi explorado principalmente por concessionárias de geração, transmissão e distribuição controladas pelo Governo Federal. Nos últimos anos, no entanto, o Governo Federal adotou diversas medidas para reformular o setor elétrico. Em geral, essas medidas visavam ao aumento do investimento privado e à eliminação das restrições aos investimentos estrangeiros, ampliando, por conseguinte, a concorrência como um todo no setor elétrico. Em particular, o Governo Federal adotou as seguintes medidas:

Em 13 de fevereiro de 1995, foi promulgada a Lei de Concessões, e, em 7 de julho de 1995, a Lei de Concessões de Serviços de Energia Elétrica que, em conjunto, (i) exigiram que todas as concessões para prestação de serviços relacionados à energia elétrica fossem outorgadas por meio de processos licitatórios; (ii) gradualmente permitiram que certos consumidores de energia elétrica que apresentassem demanda significativa, designados consumidores livres, adquirissem energia elétrica diretamente de fornecedores a sua escolha; (iii) disciplinaram a criação dos Produtores Independentes de Energia Elétrica, que, por meio de concessão, permissão ou autorização, podem gerar e vender, por sua conta e risco, a totalidade ou parte de sua energia elétrica a consumidores livres, distribuidoras, geradoras, distribuidoras e comercializadores, entre outros; (iv) concederam aos consumidores livres e fornecedores de energia elétrica livre acesso aos sistemas de distribuição e transmissão; e (v) eliminaram a necessidade, por parte das concessionárias, de obter concessão, por meio de licitações, para construção e operação de usinas hidrelétricas com capacidade de 1 MW a 30 MW, as chamadas Pequenas Centrais Hidrelétricas.

Em 15 de agosto de 1995, por meio da Emenda Constitucional nº. 06, permitiu-se o investimento estrangeiro no aproveitamento de potenciais de energia hidráulica, sendo a autorização ou a concessão para exploração desses potenciais outorgada a empresas brasileiras ou constituídas sob as leis brasileiras, com sede e administração situadas no Brasil.

Além disso, a partir de 1995, uma parcela das participações representativas do bloco de controle de geradoras e distribuidoras detidas pela Eletrobrás e por vários Estados foi vendida a investidores privados. Paralelamente, alguns Governos Estaduais também venderam suas participações em importantes distribuidoras.

Em 27 de maio de 1998, o Governo Federal promulgou a Lei do Setor Elétrico, destinada a reformar a estrutura básica do setor. A Lei do Setor Elétrico dispôs sobre as seguintes matérias: (i) criação de um órgão auto-regulado responsável pela operação do mercado atacadista de energia elétrica e pela determinação dos preços de curto prazo, o MAE, que substituiu o sistema anterior de preços de geração e contratos de fornecimento regulados (o MAE foi posteriormente substituído pela CCEE); (ii) exigência de que as distribuidoras e geradoras firmassem os Contratos Iniciais, via de regra compromissos de *Take-or-Pay*, com preços e quantidades aprovados pela ANEEL. A principal finalidade dos Contratos Iniciais era assegurar que as distribuidoras tivessem acesso a fornecimento estável de energia elétrica por preços que garantissem uma taxa de retorno fixa às geradoras de energia elétrica durante o período de transição que culminaria no estabelecimento de um mercado de energia elétrica livre e competitivo; (iii) criação do ONS, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, responsável pela administração operacional das atividades de geração e transmissão do SIN; e (iv) estabelecimento de processos licitatórios para outorga de concessões para construção e operação de usinas e instalações de transmissão de energia elétrica.

Em 2001, o país enfrentou uma grave crise energética que perdurou até o final do primeiro bimestre de 2002. Em consequência, o Governo Federal implementou medidas que incluíram: (i) a instituição do Programa de Racionamento nas regiões mais afetadas pela escassez de energia elétrica, a saber, as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil; e (ii) a criação da GCE, que aprovou uma série de medidas de emergência prevendo metas de redução do consumo de energia elétrica para consumidores residenciais, comerciais e industriais situados nas regiões afetadas pelo Programa do Racionamento, por meio da introdução de regimes tarifários especiais que incentivavam a redução do consumo de energia elétrica, pois as metas de redução de consumo para as classes residenciais e industriais chegavam a 20%.

Em março de 2002, a GCE suspendeu as medidas emergenciais e o Programa de Racionamento, em razão do aumento da oferta, graças à elevação significativa dos níveis dos reservatórios, e da redução moderada da demanda. A economia de energia durante o período em que o racionamento esteve em vigor foi de 26 mil MWh, incluindo a redução no consumo registrada na Região Norte, que saiu do racionamento no dia 1º de janeiro. O total de energia economizada correspondeu ao consumo, durante um ano, de 7,2 milhões de residências, as quais consomem, em média, 300 KWh por mês.

Em 26 de abril de 2002, a com a promulgação da Lei do Acordo Geral do Setor Elétrico, novas medidas foram implementadas, dentre as quais o estabelecimento de regras relativas às metas para universalização dos serviços públicos de energia elétrica a serem cumpridas pelas concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica; de previsão da Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE para compensação de perdas financeiras às distribuidoras, provenientes do racionamento; de diretrizes para o enquadramento de consumidores na subclasse Residencial Baixa Renda, bem como a criação do PROINFA e da CDE.

Em 15 de março de 2004, o Governo Federal promulgou a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, em um esforço para reestruturar o setor elétrico, tendo por meta proporcionar aos consumidores fornecimento seguro de energia elétrica com modicidade tarifária. A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico foi regulamentada por diversos decretos editados pelo Governo Federal em julho e agosto de 2004 e continua sujeita a regulamentação adicional a ser editada no futuro. Para obter informações adicionais sobre a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, veja "Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico".

Em 30 de julho de 2004, os principais aspectos relativos à Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico e à comercialização de energia elétrica foram regulamentados por decreto presidencial. Ainda, no mês de agosto do mesmo ano, foram promulgados os demais decretos presidenciais regulando a constituição da CCEE, do CMSE e da EPE.

7.3. Concessões

As companhias ou consórcios que pretenderem construir ou operar instalações de geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica no Brasil deverão solicitar a outorga de concessão, permissão ou autorização, conforme o caso, ao MME ou à ANEEL, na posição de representante do Poder Concedente. As concessões conferem direitos para gerar, transmitir ou distribuir energia elétrica na respectiva área de concessão durante um período determinado. Tal período tem geralmente a duração de 35 anos para novas concessões de geração e de 30 anos para novas concessões de transmissão ou distribuição. Uma concessão existente pode ser renovada discricionariamente pelo Poder Concedente.

A Lei de Concessões estabelece, dentre outras disposições, as condições que a concessionária deverá cumprir para a prestação de serviços de energia elétrica, os direitos dos consumidores de energia elétrica, e as obrigações da concessionária e do Poder Concedente. Ademais, a concessionária deverá cumprir o regulamento vigente do setor elétrico. As principais disposições da Lei de Concessões estão descritas de forma resumida, abaixo:

- *Serviço adequado.* A concessionária deve prestar serviço adequado a fim de satisfazer parâmetros de regularidade, continuidade, eficiência, segurança e acesso ao serviço.
- *Servidões.* O Poder Concedente pode declarar os bens necessários à execução de serviço ou obra pública de necessidade ou utilidade pública para fins de instituição de servidão administrativa, em benefício de uma concessionária. Neste caso, a responsabilidade pelas indenizações cabíveis é da concessionária.
- *Responsabilidade Objetiva.* A concessionária é responsável por todos os danos diretos ou indiretos resultantes da prestação de seus serviços.
- *Mudanças no controle societário.* O Poder Concedente deverá aprovar qualquer mudança direta ou indireta no controle societário da concessionária.

- *Intervenção pelo Poder Concedente.* O Poder Concedente poderá intervir na concessão, por meio de um processo administrativo, a fim de garantir o desempenho adequado dos serviços e o cumprimento integral das disposições contratuais e regulatórias.
- *Término antecipado da concessão.* O término do contrato de concessão poderá ser antecipado por meio de encampação e/ou caducidade e/ou rescisão do contrato. A encampação é a retomada do serviço pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão, por razões relativas ao interesse público que deverão ser expressamente declaradas por lei autorizativa específica. A caducidade consiste na declaração pelo Poder Concedente após a ANEEL ou o MME terem expedido um ato normativo indicando a falha da concessionária em (i) cumprir adequadamente com suas obrigações estipuladas no contrato de concessão; (ii) não ter mais a capacidade técnica, financeira ou econômica de prestar o serviço de forma adequada; ou (iii) não cumprir as penalidades eventualmente impostas pelo Poder Concedente. A concessionária tem o direito à ampla defesa no procedimento administrativo que declarar a caducidade da concessão e poderá recorrer judicialmente contra tal ato. Além disso, a concessionária tem o direito de ser indenizada pelos investimentos realizados nos bens reversíveis que não tenham sido integralmente amortizados ou depreciados, descontando-se o valor das multas contratuais e dos danos por ela causados. Por fim, a rescisão contratual pode ser feita de comum acordo entre as partes ou em decorrência de decisão judicial irrecurável, proferida em processo proposto pelo concessionário.
- *Advento do termo contratual.* Quando do advento do termo contratual, todos os bens, direitos e privilégios transferidos à concessionária que sejam materialmente relativos à prestação dos serviços de energia elétrica serão revertidos ao Poder Concedente. Assim como na encampação e na caducidade, com o advento do termo contratual, a concessionária tem o direito de ser indenizada pelos investimentos realizados em bens reversíveis que não tenham sido integralmente amortizados ou depreciados.

7.4. Constituição de Garantias Financeiras

A Lei nº. 10.604, de 17 de dezembro de 2002, estabeleceu que as concessionárias e permissionárias de serviço público de energia elétrica somente poderão oferecer os direitos emergentes da concessão, permissão ou autorização e qualquer outro ativo vinculado à prestação de serviço público, em garantia de empréstimo, financiamento ou qualquer outra operação vinculada ao objeto da respectiva concessão e, excepcionalmente, poderão oferecer garantias a financiamentos de empreendimentos de geração de energia elétrica de que participem direta ou indiretamente, outorgados antes da vigência da lei em questão.

A Resolução ANEEL nº. 521, de 17 de setembro de 2002, determinou que as concessionárias de serviço público de energia elétrica interessadas em constituir garantias em favor de empreendimentos de geração de energia elétrica, com outorga já concedida, encaminhem solicitação de autorização à ANEEL, indicando o valor, o prazo e demais condições da operação. As referidas garantias somente poderão ser constituídas para lastrear financiamento dos bens e serviços destinados à implantação dos empreendimentos de geração de energia elétrica de que se trata e desde que esses pertençam ao mesmo grupo controlador da concessionária de serviço público de energia elétrica garantidora.

Os agentes integrantes da CCEE deverão apresentar garantias financeiras com o objetivo de dar segurança ao mercado de energia elétrica, minimizando o risco de inadimplência no processo de liquidação financeira da energia vendida na CCEE.

Em 28 de fevereiro de 2005, a ANEEL editou a Resolução Normativa que altera a forma de cálculo das garantias financeiras previstas na comercialização de energia elétrica. Os novos critérios instituídos por essa resolução, no que concerne à comercialização, levam em conta a apuração dos três últimos saldos devedores por empresa, nos 24 meses precedentes à contabilização das transações de compra e venda de energia na CCEE. Períodos atípicos como os de racionamento e os de redução, em níveis críticos, da capacidade de armazenamento dos reservatórios de usinas hidrelétricas não serão considerados no histórico desses 24 meses de contabilização. A ANEEL já sinalizou que está analisando uma proposta de regra de mercado com a caracterização definitiva dos períodos atípicos.

7.5. Penalidades

A regulamentação da ANEEL que rege a imposição de sanções aos operadores do setor elétrico, define as condutas que configuram violação da lei e da regulamentação e classifica as penalidades com base na natureza e gravidade da violação (inclusive advertências, multas, suspensão temporária do direito de participar de processos licitatórios para novas concessões, permissões ou autorizações e caducidade). Para cada violação, as multas podem ser de até 2% (dois por cento) da receita oriunda da venda de energia elétrica e prestação de serviços (deduzidos o ICMS e o ISS) das concessionárias verificada no período de 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração. Determinadas infrações, que podem resultar em multas, referem-se à falha das concessionárias em solicitar a prévia e expressa autorização da ANEEL em relação a certas condutas, tais como:

- (i) celebração de contratos entre partes relacionadas;
- (ii) venda ou cessão de ativos relacionados a serviços prestados, bem como dação dos ativos em garantia, em especial na concessão de aval, fiança, penhor, hipoteca ou qualquer outro comprometimento do patrimônio relacionado à concessão ou permissão ou à receita dos serviços de energia elétrica; e
- (iii) proceder à alteração do estatuto social, transferir ações que implique a mudança de seu controle acionário, assim como efetuar reestruturação societária da concessionária.

7.6. Principais Entidades Regulatórias

7.6.1. Ministério de Minas e Energia - MME

O MME é o principal órgão regulador do setor energético do Governo Federal, atuando como Poder Concedente em nome do governo federal, e tendo como principal atribuição o estabelecimento das políticas, diretrizes e da regulamentação do setor. Subseqüentemente à aprovação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, o Governo Federal, atuando principalmente por intermédio do MME, assumiu certas atribuições anteriormente de responsabilidade da ANEEL, incluindo a elaboração de diretrizes que regem a outorga de concessões e a expedição de normas que regem o processo licitatório para concessões de serviços públicos e instalações de energia elétrica.

7.6.2. Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

O setor elétrico brasileiro é regulado pela ANEEL, autarquia federal autônoma. Com a promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, as principais responsabilidades da ANEEL passaram a ser (i) regular e fiscalizar o setor elétrico segundo a política determinada pelo MME e (ii) responder a questões a ela delegadas pelo Governo Federal e pelo MME. As atuais responsabilidades da ANEEL incluem, entre outras, (i) fiscalização de concessões para atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, inclusive aprovação de tarifas de energia elétrica; (ii) promulgação de regulamentos para o setor elétrico; (iii) implementação e regulamentação da exploração das fontes de energia, incluindo a utilização de energia hidrelétrica; (iv) promoção do processo licitatório para novas concessões; (v) solução de litígios administrativos entre os agentes do setor elétrico; e (vi) definição dos critérios e metodologia para determinação das tarifas de transmissão.

7.6.3. Conselho Nacional de Política Energética - CNPE

Em agosto de 1997, foi criado o CNPE para o desenvolvimento e criação da política nacional de energia. Presidido pelo MME, sendo a maioria de seus membros ministros do Governo Federal. Sua finalidade consiste em otimizar a utilização dos recursos energéticos do Brasil e assegurar o fornecimento de energia elétrica ao País.

7.6.4. Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS

O ONS foi criado em 1998 e se caracteriza como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, formada pelos consumidores livres e empresas que se dedicam à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, além de outros agentes privados, tais como importadores e exportadores. O principal papel do ONS é coordenar e controlar as operações de geração e transmissão no SIN, de acordo com a regulamentação e supervisão da ANEEL. Os objetivos e principais responsabilidades do ONS incluem: (i) planejamento da operação da geração e transmissão de energia elétrica; (ii) a organização e controle da utilização do SIN e interconexões internacionais; (iii) a garantia de acesso à rede de transmissão de maneira não discriminatória a todos os agentes do setor; (iv) o fornecimento de subsídios para o planejamento da expansão do sistema elétrico; apresentação ao MME de propostas de ampliações da Rede Básica (propostas estas que serão levadas em consideração no planejamento da expansão do sistema de transmissão); (v) proposição de normas relativas à operação do sistema de transmissão para aprovação pela ANEEL; e (vi) a elaboração de um programa de despacho otimizado com base na disponibilidade declarada pelos agentes geradores.

7.6.5. Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Em 12 de agosto de 2004, o Governo Federal editou um decreto estabelecendo a regulamentação aplicável à CCEE, que, em 10 de novembro de 2004, sucedeu o MAE, absorvendo todas as suas atividades e ativos.

Uma das atribuições da CCEE é viabilizar a comercialização de energia elétrica no SIN, conduzindo os leilões públicos de energia elétrica no Ambiente Regulado. Ainda, é também responsável, entre outras coisas, (i) pelo registro de todos os CCEARs, dos contratos resultantes dos leilões de ajustes de mercado, bem como do volume de energia contratado no Ambiente Livre, e (ii) pela contabilização e liquidação das transações de curto prazo e das diferenças referentes aos contratos bilaterais registrados.

A CCEE é composta por detentores de concessões, permissões e autorizações do setor elétrico, bem como por Consumidores Livres e consumidores que adquirem energia por meio de fonte solar, eólica e biomassa, e o seu Conselho de Administração é formado por quatro membros, nomeados por tais agentes, e por um membro nomeado pelo MME, que ocupa o cargo de Presidente do Conselho de Administração.

De acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, o cálculo do preço da energia elétrica comprada ou vendida no mercado spot (Preço de Liquidação de Diferenças – PLD) é de responsabilidade da CCEE que leva em conta, dentre outros fatores, (i) a otimização do uso dos recursos eletroenergéticos para atendimento das cargas do sistema, (ii) as necessidades de energia elétrica dos agentes e (iii) o custo do déficit de energia elétrica.

Em 26 de outubro de 2004, por meio da Resolução Normativa nº. 109, a ANEEL instituiu a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica, que estabelece a estrutura e a forma de funcionamento da CCEE, dispondo, entre outros assuntos, sobre as obrigações e direitos dos agentes da CCEE, a forma de solução dos conflitos, as condições de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado e no ambiente livre e o processo de contabilização e liquidação financeira das operações realizadas no mercado de curto prazo.

7.6.6. Empresa de Pesquisa Energética – EPE

Em 16 de agosto de 2004, o Governo Federal criou a EPE e aprovou o seu estatuto social por meio do Decreto nº. 5.189. A EPE é uma empresa pública federal, cuja autorização para criação foi concedida pela Lei nº. 10.847, de 15 de março de 2004, sendo responsável pela condução de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, incluindo as indústrias de energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis, bem como na área de eficiência energética. Os estudos e pesquisas desenvolvidos pela EPE subsidiarão a formulação, o planejamento e a implementação de ações do MME no âmbito da política energética nacional.

7.6.7. Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE

Em 9 de agosto de 2004, o Governo Federal promulgou o decreto que cria o CMSE, que será presidido e coordenado pelo MME e composto por representantes da ANEEL, da Agência Nacional do Petróleo, da CCEE, da EPE e do ONS. As principais atribuições do CMSE são (i) acompanhar as atividades do setor energético, (ii) avaliar as condições de abastecimento e atendimento ao mercado de energia elétrica e (iii) elaborar propostas de ações preventivas ou saneadoras visando à manutenção ou restauração da segurança no abastecimento e no atendimento eletroenergético, encaminhando-as ao CNPE.

7.7. Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico introduziu alterações relevantes nas normas do setor elétrico com o objetivo (i) de proporcionar incentivos a empresas privadas e públicas para construção e manutenção da capacidade de geração; e (ii) assegurar o fornecimento de energia elétrica no Brasil, por meio de processos licitatórios. As principais modificações introduzidas pela Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico incluem:

- (i) criação de dois ambientes paralelos para comercialização de energia elétrica, sendo (i) um mercado de venda de energia elétrica para distribuidores, de forma a garantir o fornecimento de energia elétrica para consumidores cativos, o Ambiente de Contratação Regulada; e (ii) um mercado especificamente destinado aos demais agentes do setor elétrico (por exemplo, produtores independentes, consumidores livres e agentes comercializadores), que permitirá certo grau de competição em relação ao Ambiente de Contratação Regulada, denominado Ambiente de Contratação Livre;
- (ii) a obrigatoriedade, por parte das empresas de distribuição, de adquirir energia suficiente para satisfazer 100% da sua demanda;
- (iii) existência de lastro físico de geração para toda a energia comercializada em contratos;
- (ii) restrição de atividades para distribuidoras, que inclui a proibição de venda de eletricidade aos consumidores livres a preços não regulamentados e de desenvolver atividades de geração e transmissão de energia elétrica, de modo a assegurar que as distribuidoras se concentrem exclusivamente na prestação do serviço público de distribuição, para garantir um serviço mais eficiente e confiável aos consumidores cativos;
- (iii) eliminação do direito à chamada auto-contratação, de forma a incentivar as distribuidoras a comprar energia elétrica pelos menores preços disponíveis, ao invés de adquirir energia elétrica de partes a ela relacionadas; e
- (iv) respeito aos contratos firmados anteriormente à promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, de forma a garantir segurança jurídica às operações realizadas antes da sua promulgação.

Ademais, a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico excluiu a Eletrobrás e suas controladas Furnas, CHESF, ELETROSUL, ELETRONORTE e CGTEE do Plano Nacional de Desestatização, que é um programa criado pelo Governo Federal em 1990 visando promover o processo de privatização das empresas estatais.

7.7.1. Questionamentos sobre a constitucionalidade da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico tem, atualmente, sua constitucionalidade contestada perante o Supremo Tribunal Federal. O Governo Federal recorreu arguindo que as Ações Diretas de Inconstitucionalidade haviam perdido o objeto uma vez que a Medida Provisória que estabelecia o novo modelo do setor elétrico já havia se convertido em lei. Embora os Ministros do Supremo Tribunal Federal já tenham, negado, por maioria, pedido de medida liminar que buscava suspender os efeitos da Medida Provisória que deu origem à Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a decisão final sobre o mérito da questão depende dos votos da maioria dos membros do Supremo Tribunal Federal, em sessão cujo quorum mínimo seja de oito Ministros. Não existe ainda uma decisão sobre este mérito e, enquanto isso, a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico continua em vigor. Independentemente da decisão do Supremo Tribunal Federal, espera-se que certas disposições da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico relacionadas à proibição de atividades não atinentes à distribuição de energia elétrica pelas distribuidoras, de venda de energia elétrica para consumidores livres e a eliminação do direito à auto-contratação, continuem em vigor.

Se a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico for considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, o marco regulatório introduzido pela Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico poderá perder a sua eficácia, gerando incertezas a respeito de quando e como o Governo Federal introduzirá novas mudanças no setor elétrico.

7.7.2. Ambientes paralelos para comercialização de energia elétrica

Nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, as operações de compra e venda de energia elétrica serão realizadas em dois diferentes segmentos de mercado: (i) o Ambiente de Contratação Regulada, que prevê a compra pelas distribuidoras, por meio de licitações, de toda a energia elétrica que for necessária para o atendimento de seus consumidores cativos; e (ii) o Ambiente de Contratação Livre, que compreende a compra de energia elétrica por agentes não-regulados, tais como os consumidores livres e comercializadores de energia elétrica.

A energia elétrica proveniente (i) de projetos de geração de baixa capacidade localizados próximo a centrais de consumo, tais como usinas de co-geração e as Pequenas Centrais Hidrelétricas; (ii) de usinas qualificadas nos termos do PROINFA; e (iii) de Itaipu, não ficará sujeita ao processo licitatório para fornecimento de energia elétrica ao Ambiente de Contratação Regulada. A energia elétrica gerada pela Itaipu, situada na fronteira entre Brasil e Paraguai, é comercializada pela Eletrobrás e a quantidade a ser adquirida por cada distribuidora é determinada pelo Governo Federal por meio da ANEEL. O preço pelo qual a energia elétrica gerada em Itaipu é comercializada é denominado em dólar norte-americano e estabelecido de acordo com tratado celebrado entre o Brasil e Paraguai. Em consequência, o preço da energia elétrica de Itaipu aumenta ou diminui de acordo com a variação da taxa de câmbio entre o real e o dólar. A aquisição pelas distribuidoras de energia proveniente de processos de geração distribuída, fontes eólicas e PCHs, devem observar um processo competitivo de chamada pública que garanta publicidade, transparência e igualdade de acesso.

7.7.3. Ambiente de Contratação Regulada – ACR

No Ambiente de Contratação Regulada, as distribuidoras comprem suas necessidades projetadas de energia elétrica para distribuição a seus consumidores cativos. As distribuidoras deverão contratar a compra de energia elétrica de geradoras por meio de leilões públicos regulados pela ANEEL e organizados pela CCEE. As compras de energia elétrica poderão ser realizadas por meio de dois tipos de contratos bilaterais: (i) Contratos de Quantidade de Energia; e (ii) Contratos de Disponibilidade de Energia.

Nos termos dos Contratos de Quantidade de Energia, a unidade geradora compromete-se a fornecer certa quantidade de energia elétrica e assume o risco de o fornecimento de energia elétrica ser, por ventura, prejudicado por condições hidrológicas e baixo nível dos reservatórios, entre outras, que poderiam interromper ou reduzir o fornecimento de energia elétrica, caso em que a unidade geradora ficará obrigada a comprar a energia elétrica de outra fonte para atender seus compromissos de fornecimento.

De outra forma, nos termos dos Contratos de Disponibilidade de Energia, a unidade geradora compromete-se a disponibilizar certa capacidade ao Ambiente de Contratação Regulada. Se o gerador tiver um Contrato de Disponibilidade de Energia, não haverá liquidação de diferenças para o gerador, pois o resultado líquido da contabilização das diferenças de todos os geradores contratados nessa modalidade será alocado ao “pool”, para repasse aos consumidores cativos. Neste caso, a receita da unidade geradora está garantida e as distribuidoras enfrentam o risco hidrológico. No entanto, o eventual aumento dos preços de energia elétrica devido a condições hidrológicas será repassado aos consumidores pelas distribuidoras. Em conjunto, esses contratos constituem os CCEARs no Ambiente Regulado.

A Lei no Novo Modelo do Setor Elétrico estabelece que a previsão de mercado de cada distribuidora é o principal fator na determinação do volume de energia a ser contratado pelo sistema. As distribuidoras são obrigadas a contratar 100% de suas necessidades projetadas de energia, e não mais os 95% estabelecidos no modelo anterior. O não atendimento da contratação da totalidade dos seus mercados pode resultar em multas para as concessionárias de distribuição.

7.7.4. Ambiente de Contratação Livre – ACL

O Ambiente de Contratação Livre engloba as vendas de energia elétrica livremente negociadas entre concessionárias geradoras, produtores independentes de energia elétrica, autoprodutores, comercializadores de energia elétrica, importadores de energia elétrica e consumidores livres. O Ambiente de Contratação Livre também inclui contratos bilaterais existentes entre geradoras e distribuidoras até a respectiva expiração, quando deverão ser celebrados nos termos das diretrizes da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico.

Consumidores Livres são aqueles cuja demanda supere 3 MW ao ano, atendidos em tensão igual ou superior a 69 kV ou em qualquer tensão (desde que o suprimento tenha sido iniciado após 07 de julho de 1995), e que, em virtude desse critério de elegibilidade, podem ser atendidos por outros fornecedores, além da Distribuidora local. Adicionalmente, consumidores com demanda contratada igual ou superior a 500 kW também poderão ser atendidos por outros fornecedores de energia, se tais consumidores passarem a ser supridos por fontes incentivadas de energia alternativa, tais como usinas de biomassa, energia eólica, Pequenas Centrais Hidrelétricas ou sistemas de cogeração qualificada.

O consumidor que puder escolher seu fornecedor, cujo contrato com a distribuidora tenha prazo indeterminado, somente poderá rescindir seu contrato com a distribuidora local por meio de notificação à distribuidora com antecedência mínima de quinze dias da data limite para a declaração feita pela distribuidora ao MME de suas necessidades de energia para o leilão de compra referente ao ano subsequente.

O consumidor livre em potencial, caso exerça a sua prerrogativa de se tornar livre, somente poderá voltar ao sistema regulado se entregar à distribuidora de sua região um aviso com cinco anos de antecedência, ficando estipulado que a distribuidora poderá reduzir esse prazo a seu critério. O prazo de aviso tem por finalidade assegurar que, se necessária, a construção de novas unidades geradoras possa ser finalizada para suprir os consumidores livres que voltarem ao Ambiente de Contratação Regulada.

A fim de minimizar os efeitos de perdas resultantes de consumidores que escolhem se tornar consumidores livres, as distribuidoras podem reduzir o montante de energia contratado junto a geradoras de acordo com o volume de energia que não será distribuído aos consumidores livres. As geradoras estatais, tais como as geradoras privadas, poderão vender energia elétrica aos consumidores livres, contudo estas unidades deverão fazê-lo por meio de processos públicos que garantam a transparência e igualdade de acesso aos interessados.

7.7.5. Redução do Nível de Energia Contratada

O Decreto nº. 5.163, de 30 de julho de 2004, que regula a comercialização de energia de acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, permite que empresas de distribuição reduzam seus CCEARs (i) para compensar o exercício da opção de compra de energia proveniente de outro fornecedor, pelos consumidores que se tornarem consumidores livres atendidos de forma regulada, conforme declaração de necessidade de contratação encaminhada ao MME, (ii) de outras variações de mercado, hipótese na qual poderá haver, em cada ano, redução de até 4% do montante inicial contratado, independentemente do prazo de vigência contratual, do início do suprimento e dos montantes efetivamente reduzidos nos anos anteriores e (iii) na hipótese de aumentos nos montantes de energia adquirida nos termos dos contratos firmados antes de 17 de março de 2004.

7.7.6. Contratação antes da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico estabelece que contratos assinados por empresas de distribuição e aprovados pela ANEEL antes da edição da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico não podem ser alterados em seus prazos, preços ou volumes já contratados, com exceção dos Contratos Iniciais, conforme descrito abaixo.

Durante o período de transição (1998-2005) para o mercado de energia livre e competitivo estabelecido pela legislação anterior, a compra e venda de energia entre concessionárias de geração e de distribuição deveriam ocorrer por meio dos Contratos Iniciais. O objetivo do período de transição era o de permitir a introdução gradual da concorrência no setor e proteger os participantes do mercado contra a exposição aos preços do mercado de curto prazo, potencialmente voláteis. Durante esse período, os Contratos Iniciais foram sendo reduzidos em 25% a cada ano, a partir de 2003, encerrando-se em 31 de dezembro de 2005.

De acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, as empresas de geração podem comercializar sua energia não contratada no Ambiente de Contratação Regulado ou Livre. Quando os Contratos Iniciais venceram no fim de 2005, toda a energia descontratada passou a ser negociada no Ambiente de Contratação Regulado ou Livre. Entretanto, a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico permitiu que empresas públicas e privadas de geração, inclusive produtoras independentes de energia, aditassem seus Contratos Iniciais em vigor em março de 2004, recontratando suprimento até 31 de dezembro de 2004. Empresas de geração, públicas e privadas, inclusive produtoras independentes de energia que aditaram seus Contratos Iniciais, não foram obrigadas a reduzir 25% do montante de energia comprometido de acordo com tais contratos.

7.7.7. Contratação de acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico

Em 30 de julho de 2004, o Governo Federal promulgou o Decreto nº. 5.163, que (i) regulamenta a comercialização de energia elétrica nos Ambientes de Contratação Regulada e Livre; e (ii) dispõe sobre o processo de outorga de concessões e autorizações para geração de energia elétrica. Suas principais disposições versam sobre:

- (i) regras gerais de comercialização de energia elétrica;
- (ii) comercialização de energia elétrica no Ambiente de Contratação Regulada (incluindo as regras sobre informações e declarações de necessidades de energia elétrica, leilões para compra de energia elétrica, contratos de compra e venda de energia elétrica e repasse às tarifas dos consumidores);
- (iii) comercialização de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre;
- (iv) contabilização e liquidação de diferenças no mercado de curto prazo; e
- (v) outorgas de concessão.

Dentre as principais regras, destaca-se a obrigatoriedade de (i) todo agente consumidor de energia elétrica contratar toda a demanda necessária para o atendimento de 100% de seus mercados ou cargas, e (ii) todo agente vendedor de energia elétrica apresentar o correspondente lastro para a venda de energia (mediante Energia Assegurada por empreendimento de geração próprio ou de terceiros). Os agentes que descumprirem esta obrigação ficarão sujeitos às penalidades impostas pela ANEEL.

As regras sobre a comercialização de energia elétrica no Ambiente de Contratação Regulada, estabelecidas pelo Decreto acima citado, referem-se à forma pela qual as distribuidoras devem cumprir a obrigação de atender à totalidade de seu mercado, qual seja, principalmente, por meio dos leilões de compra de energia. Adicionalmente, as distribuidoras poderão adquirir a energia elétrica para atendimento de seu mercado por meio de aquisição de energia proveniente (i) de geração distribuída, (ii) de usinas participantes da primeira etapa do PROINFA, (iii) de contratos de compra e venda de energia firmados anteriormente à Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, e (iv) de Itaipu. Caberá ao MME a definição do montante total de energia a ser contratado no Ambiente de Contratação Regulada e a relação de empreendimentos de geração aptos a integrar os leilões a cada ano.

Em linhas gerais, a partir de 2005, todo agente, seja o Distribuidor, Gerador, Comercializador, Autoprodutor ou Consumidor Livre deverá declarar ao MME, até 1º de agosto de cada ano, sua estimativa de mercado, para cada um dos cinco anos subseqüentes. Cada agente de distribuição deverá declarar, até sessenta dias antes de cada leilão de energia proveniente de empreendimentos existentes ou de energia proveniente de novos empreendimentos, os montantes de energia que deverá contratar nos leilões. Além disto, as distribuidoras devem especificar a parcela de contratação que pretendem dedicar ao atendimento a consumidores potencialmente livres, quais sejam aqueles que apresentam os requisitos regulatórios para se tornarem consumidores livres, mas que ainda não exerceram essa opção.

A cada ano, o MME estabelece o montante total de energia a ser comercializado no Ambiente de Contratação Regulado e a lista das instalações de geração que têm permissão para participar dos leilões.

A nova regulamentação determina que as empresas de distribuição de energia cumpram suas obrigações de contratação de energia basicamente por meio de leilões públicos. Os leilões de compra, pelas distribuidoras, de energia proveniente de novos empreendimentos de geração serão realizados (i) cinco anos antes do início da entrega da energia (denominados leilões "A-5"), e (ii) três anos antes do início da entrega (denominados leilões "A-3"). Haverá, ainda, leilões de compra de energia provenientes de empreendimentos de geração existentes (i) realizados no ano anterior ao de início da entrega da energia (denominados leilões "A-1") e (ii) para ajustes de mercado, com início de entrega em até 4 meses posteriores ao respectivo leilão.

Os editais dos leilões serão elaborados pela ANEEL, com observância das diretrizes estabelecidas pelo MME, notadamente a utilização do critério de menor tarifa no julgamento. Os vencedores de cada leilão de energia realizado no Ambiente de Contratação Regulada ("ACR") deverão firmar os CCEAR com cada distribuidora, em proporção às respectivas declarações de necessidade das distribuidoras. A única exceção a esta regra se refere ao leilão de ajuste, onde os contratos são específicos entre agente vendedor e agente de distribuição.

Os CCEARs provenientes dos leilões "A-5" ou "A-3" terão prazo de 15 a 30 anos, enquanto os CCEARs provenientes dos leilões "A-1" terão prazo de 5 a 15 anos. Os contratos provenientes do leilão de ajuste terão prazo máximo de dois anos.

Para os CCEARs decorrentes de leilões de energia proveniente de empreendimentos existentes, o Decreto estabelece três possibilidades de redução das quantidades contratadas, quais sejam (i) compensação pela saída de consumidores potencialmente livres, (ii) redução, a critério da distribuidora, de até 4% ao ano do montante contratado para adaptar-se aos desvios do mercado face às projeções de demanda, a partir do segundo ano subsequente ao da declaração que deu origem à respectiva compra e (iii) adaptação às variações de montantes de energia estipuladas nos contratos de geração firmados até 11 de dezembro de 2003.

Além dos leilões públicos referidos e de contratos celebrados anteriormente à vigência da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a empresa de distribuição pode comprar energia de geração distribuída (empresas de geração ligadas diretamente ao sistema da empresa de distribuição) e, compulsoriamente, adquirir quotas de energia proveniente da fase inicial do PROINFA e de Itaipu.

7.8. O Leilão de 2004 e os Leilões de Energia Nova

Em 07 de dezembro de 2004, a CCEE conduziu o primeiro leilão com base nos procedimentos previstos pela Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico. As distribuidoras e geradoras entregaram, até o dia 2 de dezembro de 2004, suas estimativas de projeção de demanda de energia elétrica para os cinco anos subsequentes e os montantes a serem adquiridos para atendimento de suas demandas em relação a contratos com início de suprimento nos anos de 2005, 2006 e 2007. Baseado nessas informações, o MME estabeleceu o montante total de energia a ser negociado no leilão de 2004 e a lista de empresas geradoras participantes do leilão. O leilão ocorreu em duas fases, por meio de um sistema eletrônico.

Após a conclusão do leilão de 2004, as geradoras e as distribuidoras celebraram CCEAR estabelecendo os termos, condições, preços e montantes de energia contratada. As distribuidoras apresentaram garantias de forma a assegurar o pagamento do montante devido às geradoras, podendo optar entre fiança bancária, dação de recebíveis em montante equivalente a 100% (cem por cento) da média do valor das últimas três faturas relativas ao CCEAR e cessão de CDB – Certificado de Depósito Bancário.

Em complemento ao leilão inicial de energia realizado em dezembro de 2004, visando à contratação de energia para os anos de 2008 e 2009 e a cobertura da demanda não contratada no 1º leilão, foram realizados 3 leilões em 2005.

Assim, ao longo do ano de 2005, buscou-se uma consolidação do Novo Modelo do Setor Elétrico em relação à garantia de suprimento e modicidade tarifária, por meio da realização de leilões de energia existente e de energia nova no Ambiente de Contratação Regulada, e na regulação específica de artigos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico e do Decreto nº. 5.163, de 30 de julho de 2004.

O segundo leilão, ocorrido em abril de 2005, manteve um preço de reserva para cada produto, independentemente da oferta e demanda, ocasionando um novo corte na demanda no produto 2008-2015, implicando a contratação de apenas 42% da demanda necessária e a exclusão do produto 2009-2016 por meio da não contratação dos 2.530 MW-médios declarados pelas distribuidoras.

Nos leilões realizados em outubro de 2005, necessários para atender a energia não contratada nos leilões anteriores, incluindo o produto 2009-2016, foram implementados alguns aperfeiçoamentos de procedimento, dentre os quais o principal foi a eliminação do preço reserva.

Mesmo com as inovações na sistemática, foi mantido o controle absoluto de único leiloeiro pelo Governo Federal. Desta forma, a demanda não contratada nos referidos leilões anteriores foi consolidada num produto de 3 anos, com vigência de 2006 a 2008, sendo negociados 102 MW-médios a um preço médio de R\$ 62,95 por MWh. Considerando que a modelagem para contratação de energia nova e energia existente não possibilitou o reingresso da energia não contratada, há um montante de energia existente da ordem de 800 MW-médios sem contratação.

Em dezembro de 2005 foi realizado o primeiro leilão de energia nova, o qual foi dividido em 3 fases. A segmentação do mercado em hidrelétrico e termoeletrico possibilitou a expansão e contratação de montantes de energia térmica a preços superiores ao da energia hidráulica, deslocada por falta de espaço no mercado. A primeira fase do leilão, em função de tais fatos, acabou por definir o preço marginal de expansão único em R\$ 116,00 por MWh, objetivando estabelecer o vínculo entre o proponente que ofertasse o maior desconto em relação ao preço marginal e o empreendimento, recebendo uma concessão condicionada ao desempenho das outras duas fases do leilão.

A partir da segunda fase do leilão, além dos novos empreendimentos hidrelétricos, foram também incorporados os demais empreendimentos, incluindo termoeletricas, pequenas centrais hidrelétricas e usinas botox, conforme as definições contidas nos artigos 17 e 22 da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico e no Decreto nº. 5.163, de 30 de julho de 2004. Durante a segunda e a terceira fases do leilão foram estabelecidas rodadas visando ao estabelecimento de disputa entre os ofertantes de energia. Tais rodadas tiveram como objetivo atender à demanda de energia nova das distribuidoras a partir dos anos de 2008, 2009 e 2010, por 15 e 30 anos, segundo a fonte térmica e hidráulica, respectivamente. Foram negociados 3.286 MW-médios, sendo 69% térmicos e 31% hídricos, a um preço médio de R\$ 123,30/MW, e foi observado um preço marginal do leilão de R\$ 139,00/MW. O preço médio hidrelétrico foi R\$ 114,30/MWh, ao passo que o preço médio termoeletrico foi de R\$ 127,30/MWh. Aproximadamente 28% da energia elétrica disponível neste leilão não foi contratada. Tal leilão de energia nova não despertou grande interesse no setor privado, sendo 69% das vendas realizadas por empresas estatais.

Em 29 de junho de 2006, foi realizado o segundo Leilão de Energia Nova, no qual foi transacionado um total de 1.682 MW-médios, através de contratos com maturidade de 30 anos para os empreendimentos hidrelétricos e de 15 anos para os termoeletricos. O preço médio ficou em R\$ 128,13/MWh. A energia contratada será entregue a partir de 01 de janeiro de 2009.

No terceiro Leilão de Energia Nova, realizado em 10 de outubro de 2006, foi transacionado um total de 1.104 MW-médios através de contratos com maturidade de 30 anos para os empreendimentos hidrelétricos, e de 15 anos para os termoeletricos. O preço médio ficou em R\$ 126,16/MWh. A energia contratada será entregue a partir de 01 de janeiro de 2011.

7.9. Desverticalização e o Novo Modelo de Setor Elétrico

A desverticalização no setor de energia elétrica é um processo aplicável às empresas que atuam de forma verticalmente integrada, como a Antiga CEEE, visando à segregação das atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e vem sendo implementada no Brasil desde 1995.

O processo de desverticalização tem como objetivos: (i) preservar a identidade de cada concessão, evitando a contaminação na formação dos custos e da base de remuneração da atividade de serviço público, permitindo a aferição do equilíbrio econômico-financeiro de cada concessão, ensejando a transparência da gestão e permitindo ao mercado e à sociedade o pleno conhecimento dos resultados da concessão; e (ii) efetivar e estimular a competição no setor elétrico nos segmentos nos quais a competição é possível (geração e comercialização), bem como aprimorar o sistema de regulação dos segmentos nos quais há monopólio de rede (transmissão e distribuição).

A Lei do Novo Modelo de Setor Elétrico, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, determina que as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica que atuem no SIN, não poderão desenvolver atividades: (i) de geração; (ii) de transmissão, (iii) de venda de energia a consumidores livres; (iv) de participação em outras sociedades, direta ou indiretamente, ressalvado quando para captação, aplicação e gerência de recursos financeiros necessários à prestação do serviço e quando disposto nos contratos de concessão; ou (v) estranhas ao objeto social, exceto nos casos previstos em lei e nos respectivos contratos de concessão. As restrições expostas não se aplicam (i) ao fornecimento de energia a sistemas elétricos isolados; (ii) ao arrendamento de seu próprio mercado desde que inferior a 500 GWh/ano e (iii) na captação, aplicação ou empréstimo destinados à própria distribuidora ou a sociedade do mesmo grupo econômico, mediante prévia anuência da ANEEL.

As atividades estranhas aos serviços públicos de distribuição de energia elétrica desenvolvidas por concessionárias, de acordo com os respectivos contratos de concessão, deverão ser incluídas como fontes alternativas de receita da concessionária e os rendimentos advindos de tais atividades serão considerados para a determinação dos valores das tarifas aplicáveis, com vistas à modicidade tarifária dos serviços de energia elétrica. Da mesma forma, as concessionárias e as autorizadas de geração ou transmissão que atuem no SIN

não poderão ser coligadas ou controladoras de sociedades que desenvolvam atividades de distribuição de energia elétrica no SIN.

Visando ao atendimento às exigências legais, a Companhia Estadual de Energia Elétrica reestruturou suas atividades, criando uma “holding” controlada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, com duas subsidiárias: uma de geração e transmissão de energia elétrica e outra de distribuição.

As concessionárias, permissionárias e autorizadas de distribuição, transmissão e de geração de energia elétrica deveriam adaptar-se às regras de desverticalização referidas acima no prazo de até 18 meses a contar da publicação da Lei do Novo Modelo de Setor Elétrico, isto é, setembro de 2005. O prazo acima estabelecido poderia ser prorrogado pela ANEEL, uma única vez, por igual período, se efetivamente comprovada a impossibilidade do cumprimento das disposições decorrentes de fatores alheios à vontade das concessionárias, permissionárias e autorizadas.

7.10. Tarifas e Encargos de Uso dos Sistemas de Distribuição e Transmissão

A ANEEL fiscaliza e regulamenta o acesso aos sistemas de distribuição e transmissão e estabelece as tarifas e encargos pelo uso e acesso a tais sistemas. As tarifas são (i) a TUSD, tarifa cobrada pelo uso da rede de distribuição exclusiva de cada distribuidora e (ii) a TUST, a tarifa cobrada pelo uso da Rede Básica e demais instalações de transmissão. Além disso, as distribuidoras do sistema interligado Sul/Sudeste pagam encargo pelo transporte da energia de Itaipu e algumas distribuidoras que acessam o sistema de transmissão de uso compartilhado pagam encargo de Conexão.

7.10.1. TUSD

A TUSD é paga por geradoras e consumidores livres pelo uso do sistema de distribuição da concessionária no qual estejam conectados e é reajustada anualmente, levando-se em conta principalmente dois fatores: a inflação verificada no ano e os investimentos em expansão, manutenção e operação da rede verificadas no ano anterior. A TUSD compreende os custos de operação e manutenção da rede, encargos setoriais, remuneração dos investimentos e suas depreciações. Atualmente a TUSD é composta por duas parcelas. Uma denominada “TUSD encargos” cobrada com base no consumo de energia, e outra, a “TUSD fio” cobrada pela demanda contratada. O encargo mensal a ser pago pelo respectivo agente conectado ao sistema de distribuição, por ponto de conexão, é calculado pela multiplicação do montante de uso, em KW, pela tarifa estabelecida pela ANEEL, em R\$/KW.

A diminuição da arrecadação decorrente da saída do consumidor livre não impõe necessariamente à distribuidora redução nas suas margens de lucro, uma vez que a remuneração dos investimentos se dá por meio da TUSD, tarifa que continua sendo auferida pela distribuidora. Porém, os clientes que se tornam clientes livres deixam de pagar a Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE criada para compensar distribuidores e geradores de eletricidade pelas perdas sofridas durante o racionamento. Assim, a saída do cliente livre pode afetar a capacidade de uma distribuidora de recuperar o valor integral da recomposição tarifária referida.

Os consumidores especiais, com carga entre 500 kW e 3 MW, que contratem energia de geradores a partir de fontes alternativas, podem ter de 50% a 100% de desconto na TUSD.

Além disso, o Decreto nº. 5.597, de 26 de novembro de 2005, contendo, autorizou os consumidores livres a se conectarem à rede básica por meio de rede própria. Como resultado, caso um consumidor livre se conecte diretamente à rede básica, sem utilizar o sistema de distribuição da concessionária, o pagamento da TUSD não será mais devido.

7.10.2. TUST

A TUST é paga por distribuidoras, geradoras e consumidores livres pela utilização da Rede Básica e é reajustada anualmente de acordo com (i) a inflação; e (ii) as receitas anuais permitidas para as empresas concessionárias de transmissão, determinadas pela ANEEL, receitas estas que incorporam os custos de expansão da rede. Segundo os critérios estabelecidos pela ANEEL, os proprietários das diferentes partes da rede de transmissão principal transferiram a coordenação de suas instalações ao ONS em troca do recebimento de pagamentos regulados dos usuários de sistemas da transmissão. Os usuários de rede, incluindo empresas de geração, de distribuição e consumidores livres, assinaram contratos com o ONS que lhes conferem o direito de utilizar a rede de transmissão em troca do pagamento de tarifas publicadas. Outras

partes da rede detidas por empresas de transmissão, mas que não são consideradas parte integrante do SIN, são disponibilizadas diretamente aos usuários interessados que pagam uma taxa específica para a empresa.

7.10.3. Tarifa de Transporte de Itaipu

A usina de Itaipu possui uma rede de transmissão exclusiva operada em corrente contínua e alternada, que não é considerada como parte da Rede Básica ou do sistema de conexão intermediário. O uso deste sistema é remunerado por uma tarifa específica, chamada de tarifa de transporte de Itaipu, paga pelas empresas que compulsoriamente compram energia de Itaipu, proporcionalmente às respectivas quotas.

7.10.4. Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão CCT – Encargo de conexão

Para fazer uso das instalações de transmissão e/ou de distribuição, e pagar a TUST e/ou a TUSD acima referidas, o usuário deve se conectar a essas instalações de transmissão e/ou de distribuição, os acessantes deverão assinar Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão – CCTs com as concessionárias de transmissão que detêm essas instalações e/ ou Contratos de Conexão ao Sistema de Distribuição - CCDs, com as distribuidoras locais, conforme o caso. Os encargos de conexão são de livre negociação entre as partes, devendo cobrir os custos incorridos com o projeto, a construção, os equipamentos, a medição, a operação e a manutenção do ponto de conexão do usuário.

7.11. Tarifas de Distribuição

O valor das tarifas de distribuição é determinado pela ANEEL, que tem autoridade para reajustar e rever tarifas em resposta a alterações nos custos de compra de energia e nas condições de mercado. Ao reajustar tarifas de distribuição, a ANEEL divide o custo das distribuidoras entre (i) custos que estão fora do controle das distribuidoras, ou os chamados custos da Parcela A, e (ii) custos que estão sob o controle das distribuidoras, ou custos denominados Parcela B. O reajuste de tarifas é baseado em uma fórmula que leva em consideração a divisão de custos entre duas categorias:

Custos da Parcela A incluem, entre outros, os seguintes:

- (i) custos relativos à energia comprada para revenda de acordo com o previsto nos Contratos Iniciais;
- (ii) custos com a compra de energia de Itaipu;
- (iv) custos com a compra de energia nos termos de contratos bilaterais que foram livremente negociados entre as partes;
- (v) determinados encargos tarifários (taxas regulatórias); e
- (iv) custos de conexão e transmissão.

O repasse dos custos com a compra de energia prevista em contratos de fornecimento negociados anteriormente à promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico está sujeito a um teto baseado em um valor normativo estabelecido pela ANEEL para cada fonte de energia (tais como hidrelétrica, termelétrica e fontes alternativas de energia). O valor normativo aplicado aos contratos de fornecimento é ajustado anualmente de forma a refletir os aumentos nos custos incorridos pelas Geradoras. Tais reajustes levam em consideração (i) a inflação, (ii) os custos incorridos em moeda conversível, e (iii) custos relativos a combustíveis (tais como fornecimento de gás natural). Os custos incorridos deverão corresponder a pelo menos 25% de todos os custos incorridos pelas geradoras.

A Parcela B compreende os custos de itens sob controle da concessionária, tais como os custos operacionais. Estes custos da Parcela B são determinados subtraindo-se os custos da Parcela A da receita da distribuidora. O contrato de concessão de cada distribuidora prevê um reajuste anual de tarifas. Em geral, os custos da Parcela A são integralmente repassados aos consumidores por meio das tarifas. Os custos da Parcela B, todavia, são corrigidos pela inflação em conformidade com o IGP-M.

As distribuidoras têm também direito à revisão periódica a cada quatro ou cinco anos, dependendo do seu respectivo contrato de concessão. Estas revisões têm o objetivo de (i) assegurar receitas suficientes para cobrir os custos operacionais da Parcela B e uma compensação adequada pelos investimentos essenciais em serviços dentro do escopo da concessão de cada empresa, e (ii) determinar o fator X, que é baseado em três componentes: (a) ganhos esperados de produtividade a partir do aumento de escala, (b) avaliações pelos consumidores (verificadas pela ANEEL) e (c) custos de mão-de-obra.

O fator X é usado para ajustar a proporção da alteração no IGP-M que é utilizada nos reajustes anuais. Assim sendo, após a conclusão de cada revisão periódica, a aplicação do fator X determina que as empresas distribuidoras compartilhem seus ganhos de produtividade com os consumidores finais.

Além disso, as concessionárias de distribuição de energia elétrica têm direito à revisão extraordinária de tarifas caso a caso, de forma a assegurar seu equilíbrio financeiro e compensar as concessionárias por custos imprevisíveis, incluindo tributos, que tragam alterações significativas em sua estrutura de custos.

Desde 2002, clientes de baixa renda têm se beneficiado de uma tarifa especial estabelecida pelo Governo Federal por meio da ANEEL. Durante o ano de 2002, o déficit gerado pela aplicação desta tarifa especial foi financiado pela Eletrobrás com fundos da RGR. Em 2002, de acordo com o Decreto nº. 4.336, de 15 de agosto de 2002, foi determinado que as empresas de distribuição seriam compensadas pela perda de receitas resultante da tarifa especial pelo Governo Federal com fundos derivados de dividendos pagos pela Eletrobrás e outras empresas estatais federais e da CDE. Desde então, a diferença entre o valor efetivamente faturado pelas distribuidoras de energia com a aplicação da tarifa especial aos clientes de baixa renda e o valor que teria sido fatura com a aplicação das tarifas normais é pago diretamente às distribuidoras de energia mensalmente pela ELETROBRAS com recursos oriundos da CDE.

7.12. Comercialização de Energia

A comercialização de energia como atividade autônoma está prevista na Lei nº. 9.648, de 27 de maio de 1998, conforme alterada, e no Decreto nº. 2.655 de 02 de julho de 1998, conforme alterado, estando sujeita a um regime competitivo, do qual diversos agentes podem participar, entre os quais as geradoras, atuando no regime de serviço público ou no de produção independente, os agentes comercializadores e/ou importadores de energia. Diferentemente da prestação dos serviços de distribuição e transmissão, cujos preços são regulados, na comercialização de energia elétrica os preços são fixados livremente, balizados pelas condições de mercado.

7.13. Remuneração das Geradoras

Ao contrário das concessionárias de distribuição de energia elétrica, as concessionárias de geração não têm, em seus contratos de concessão, a fixação de tarifas, tampouco mecanismos de reajuste e revisão destas.

Anteriormente ao Novo Modelo do Setor Elétrico, as geradoras comercializavam a sua energia por meio de Contratos Iniciais, os quais tinham tarifas fixadas pela ANEEL, conforme previsto na Lei do Setor Elétrico ou por meio de contratos bilaterais cujos preços eram livremente negociados entre as partes.

Desde a promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, as geradoras somente podem vender sua energia para as distribuidoras por meio de leilões públicos conduzidos pela ANEEL e operacionalizados pela CCEE. No ACL, as geradoras podem vender sua energia a preços livremente negociados a comercializadoras, distribuidoras com mercado inferior a 500GWh/ano e clientes livres.

Nos contratos bilaterais firmados e homologados pela ANEEL anteriormente à promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, os preços negociados entre as empresas geradoras e distribuidoras eram, geralmente, influenciados pela limitação de repasse dos custos de aquisição de energia às tarifas cobradas pelas distribuidoras de seus consumidores finais. O repasse de energia adquirida por meio desses contratos é limitado por um valor estabelecido pela ANEEL chamado de "Valor Normativo".

Para os contratos bilaterais celebrados sob a vigência da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a limitação ao repasse de custos pelas distribuidoras é baseada no Valor de Referência Anual, que corresponde à média apurada dos preços de energia elétrica nos leilões "A-5" e "A-3", calculados para todas as empresas distribuidoras. O Valor de Referência Anual cria um incentivo para que as empresas distribuidoras contratem suas demandas esperadas de energia nos leilões "A-5", nos quais se esperam preços mais baixos do que nos leilões "A-3", e será aplicado nos três primeiros anos dos contratos de compra da energia produzida por novos projetos de geração. Após o quarto ano, os custos de aquisição da energia produzida por tais projetos poderão ser integralmente repassados aos consumidores.

Essas limitações ao repasse pelas distribuidoras dos custos de aquisição de energia acabam influenciando os preços de energia ofertados pelas geradoras, uma vez que estes devem ser superiores ao Valor Normativo ou ao Valor de Referência Anual para serem competitivos e passíveis de aprovação pela ANEEL.

As geradoras contam, ainda, com o MRE para ter assegurada a receita correspondente à sua Energia Assegurada.

7.14. Aspectos Concorrenciais

Em um esforço para promover o aumento da concorrência, a ANEEL, em março de 1998, estabeleceu limites à concentração de certos serviços e atividades do setor elétrico. Da mesma forma, em 2000, novos limites foram estabelecidos. De acordo com esses limites, com exceção de empresas que participam do Programa Nacional de Privatização (que precisam apenas cumprir tais limites desde que sua reestruturação societária final seja consumada):

- (i) nenhuma distribuidora, isoladamente ou em conjunto com seus controladores diretos e indiretos, poderá responder por mais de 20% do mercado de distribuição do Brasil, 25% do mercado de distribuição na região sul/sudeste/centro-oeste ou 35% do mercado de distribuição na região norte/nordeste;
- (ii) nenhuma companhia de comercialização, isoladamente ou em conjunto com seus controladores diretos e indiretos, poderá negociar mais de 20% da energia comercial final do Brasil (consumidores finais), 20% da energia elétrica comercial intermediária do Brasil (entre empresas), e 25% do mercado comercial total do Brasil (consumidores e empresas); e
- (iii) nenhuma distribuidora poderá adquirir de geradora afiliada ou gerar por si mais de 30% das necessidades de energia total de seus consumidores cativos (denominado limite de auto-contratação).

A ANEEL, por meio da Resolução Normativa nº. 252, de 06 de fevereiro de 2007, extinguiu o limite anteriormente estabelecido para geradoras, que impedia a detenção de mais de 20% da capacidade instalada do Brasil, 25% da capacidade instalada da região sul/sudeste/centro-oeste ou 35% da capacidade instalada da região norte/nordeste.

As geradoras e distribuidoras sujeitas aos limites acima são companhias ou consórcios detentores de concessões, permissões ou autorizações, conforme o caso, para gerar ou distribuir energia elétrica, ou agentes que detêm ações do grupo de controle da empresa geradora ou distribuidora. No caso de agente que detenha ações do grupo de controle de empresa geradora ou distribuidora, o cálculo de tais limites toma por base o número de ações ordinárias da companhia detidas pelo agente nestas empresas. No caso de sociedade de responsabilidade limitada, o cálculo toma por base a participação do agente no capital da companhia.

A chamada auto-contratação ou *self-dealing*, autorização para as distribuidoras comprarem até 30% de suas necessidades de energia elétrica contratando energia elétrica de empreendimento de geração própria, não será mais permitida, exceto em relação a contratos devidamente aprovados pela ANEEL assinados antes da promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico. As distribuidoras poderão, no entanto, comprar energia elétrica de partes relacionadas quando participarem dos processos licitatórios para compra de energia elétrica no Ambiente de Contratação Regulado e a geradora vencedora da licitação for uma parte ligada à distribuidora.

7.15. Programa Prioritário de Termelétricidade

Em 2000, um decreto federal criou o Programa Prioritário de Termelétricidade, com a finalidade de diversificar a matriz energética brasileira e diminuir sua forte dependência das usinas hidrelétricas. Os benefícios conferidos às usinas termelétricas nos termos do Programa referido incluem (i) fornecimento garantido de gás durante 20 anos; (ii) garantia do repasse de seu custo de aquisição pelas distribuidoras, até o limite do valor normativo de acordo com a regulamentação da ANEEL; e (iii) acesso garantido a programa de financiamento especial do BNDES para o setor elétrico.

7.16. Incentivos para Fontes Alternativas de Energia

Em 2000, um decreto federal criou o Programa Prioritário de Termelétricidade, com a finalidade de diversificar a matriz energética brasileira e diminuir sua forte dependência das usinas hidrelétricas. Os benefícios conferidos às usinas termelétricas nos termos do Programa referido incluem (i) fornecimento garantido de gás durante 20 anos; (ii) garantia do repasse de seu custo de aquisição pelas distribuidoras, até o limite do valor normativo de acordo com a regulamentação da ANEEL; e (iii) acesso garantido a programa de financiamento especial do BNDES para o setor elétrico.

Desde a promulgação da Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, vêm sendo criados alguns incentivos às fontes alternativas de geração de energia elétrica, tais como: (i) o PROINFA, administrado pelo MME, que garante aos empreendimentos habilitados a compra, pela Eletrobrás, da energia elétrica gerada pelo prazo de 20 anos e apoio financeiro do BNDES; (ii) Redução nas tarifas de uso dos sistemas de distribuição e/ou transmissão de energia elétrica (na produção e no consumo), com desconto não inferior a 50%; e (iii) Condição especial para migração para o mercado livre de consumidores com carga entre 500 kW e 3 MW, desde que tais consumidores adquiram energia elétrica de geradores a partir de fontes alternativas de energia elétrica, aumentando assim o mercado consumidor desses produtores.

Além desses incentivos, no dia 15 de fevereiro de 2007, o MME editou a Portaria nº. 31 por meio da qual ficou estabelecido que a ANEEL deverá promover um leilão de energia proveniente de fontes alternativas no dia 24 de maio de 2007.

7.17. Encargos Setoriais

7.17.1. Reserva Global de Reversão – RGR

Em determinadas circunstâncias, as empresas do setor elétrico são indenizadas em caso de revogação ou encampação da concessão. Em 1971, o Governo Federal criou a Reserva Global de Reversão concebida para prover fundos para tal indenização. Em fevereiro de 1999, a ANEEL instituiu a cobrança de uma taxa exigindo que todas as distribuidoras e determinadas Geradoras que operassem sob o regime de serviços públicos fizessem contribuições mensais à RGR, a uma taxa anual equivalente a 2,5% dos ativos fixos da empresa em operação, porém não podendo exceder 3,0% do total de sua receita operacional em qualquer exercício. Nos últimos anos, a RGR tem sido usada principalmente para financiar projetos de geração e distribuição em virtude da não revogação ou encampação de qualquer concessão. A RGR está programada para se esgotar em 2010, e a ANEEL deverá rever a tarifa de forma que o consumidor venha ser de alguma maneira beneficiado pelo fim da RGR.

O Governo Federal passou a cobrar uma remuneração dos Produtores Independentes pelo uso recursos hidrológicos, exceto as Pequenas Centrais Hidrelétricas, semelhante à remuneração cobrada de empresas do setor público em relação à RGR. Os Produtores Independentes devem fazer contribuições para o Fundo de Uso do Bem Público, conforme as regras do respectivo processo de licitação pública para outorga das concessões.

7.17.2. Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC

A CCC foi criada em 1973 como uma subvenção econômica para cobertura do custo do combustível utilizado pelas usinas termelétricas, sendo inicialmente gerida pela Eletrobrás.

Em fevereiro de 1998, o Governo Federal determinou a extinção da CCC, de forma que os subsídios da CCC encontram-se em fase final de extinção para as usinas termelétricas construídas anteriormente a fevereiro de 1998 e pertencentes ao SIN, deixando de existir a partir de dezembro de 2005.

Em abril de 2002, o Governo Federal determinou que os subsídios da CCC continuariam a ser pagos às usinas termelétricas localizadas em sistemas isolados por um período de 20 anos, de forma a promover a geração de energia nestas regiões.

Até dezembro de 2003, todos os agentes do setor elétrico, sejam distribuidoras, geradoras ou comercializadoras, que negociavam energia com consumidores finais realizavam contribuições mensais à CCC. Essas contribuições eram calculadas com base nas estimativas do custo do combustível a ser utilizado pelas usinas de energia termelétrica no ano subsequente. Ao longo de 2004, o recolhimento da parcela destinada à cobertura dos custos da CCC passou a ser realizado diretamente pelas distribuidoras e transmissoras junto aos consumidores finais, por meio de parcela da TUSD e da TUST.

7.17.3. Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

Em 2002, o Governo Federal instituiu a Conta de Desenvolvimento Energético, como sucessora da CCC no que se refere à subvenção dos custos de combustíveis às usinas de geração termelétrica que utilizam carvão mineral nacional, cujos fundos são providos por meio de pagamentos anuais feitos por concessionárias pelo uso de bens públicos, penalidades e multas impostas pela ANEEL e, desde 2003, pelos valores anuais pagos pelos agentes que comercializam energia com consumidores finais, por meio da inclusão do encargo às tarifas de uso dos sistemas de transmissão e/ou de distribuição. Estes encargos são reajustados anualmente. A CDE

foi criada para apoiar (i) o desenvolvimento da produção de energia em todo o país; (ii) a produção de energia por meio de fontes alternativas de energia, e (iii) objetivos sociais, tais como a universalização dos serviços de energia em todo o país, a redução do custo da eletricidade para cidadãos de baixa renda e a preservação da indústria a carvão mineral na região sul do Brasil. A CDE deverá permanecer em vigor por 25 anos, sendo regulada pela ANEEL e administrada pela Eletrobrás.

7.17.4. Contribuição para Pesquisa e Desenvolvimento

As concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição, geração e transmissão de energia elétrica devem investir a cada ano um mínimo de 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico. Pequenas Centrais Hidrelétricas, projetos de energia solar, eólica e biomassa estão isentos de tal exigência.

7.17.5. Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia - TFSEE

A Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia foi instituída pela Lei nº. 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e regulamentada pelo Decreto nº. 2.410, de 28 de novembro de 1997. Trata-se de uma taxa anual, diferenciada em função da modalidade de serviço e proporcional ao porte da concessão, permissão ou autorização (aqui incluídas a produção independente e a autoprodução de energia).

A TFSEE alcança 0,5% do benefício econômico anual auferido pelo concessionário, permissionário ou autorizado e deve ser recolhida diretamente à ANEEL, em doze quotas mensais.

7.17.6. Inadimplemento de Encargos Setoriais

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico estabelece que a falta de pagamento da contribuição à RGR, ao PROINFA, à CDE, à CCC, ou dos pagamentos devidos em virtude de compra de energia elétrica no Ambiente de Contratação Regulado ou de Itaipu, impedirá a parte inadimplente de receber reajustes de tarifas (exceto a revisão extraordinária) ou de receber recursos advindos da RGR, da CDE ou da CCC.

7.18. Mecanismo de Realocação de Energia – MRE

No MAE, a proteção contra riscos hidrológicos para usinas hidrelétricas com despacho centralizado é proporcionada pelo MRE, que procura mitigar os riscos inerentes à geração de energia elétrica, determinando que geradoras hidrelétricas compartilhem os riscos hidrológicos do SIN, não dependendo a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras da energia efetivamente gerada, mas sim da energia assegurada de cada usina, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando no respectivo Contrato de Concessão. As diferenças entre a energia gerada e a energia assegurada são cobertas pelo MRE.

O principal propósito do MRE é mitigar, por meio de despacho centralizado, os riscos hidrológicos, assegurando que todas as usinas participantes recebam pelo seu nível de energia assegurada, independentemente da quantidade de energia elétrica por elas efetivamente gerado. Em outras palavras, o MRE realoca a energia, transferindo o excedente daqueles que geraram além da quantidade de energia fixada, para aqueles que geraram abaixo do previsto.

A geração efetiva é determinada pelo ONS, tendo em vista a demanda de energia, as condições hidrológicas do SIN e as limitações da transmissão e a quantidade de energia efetivamente gerada pelas usinas, seja ela acima ou abaixo da energia assegurada, é precificada por uma tarifa denominada Tarifa de Energia de Otimização - TEO, que cobre somente os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional será contabilizada mensalmente para cada gerador.

7.19. Universalização

Criada pela Lei do Acordo Geral do Setor Elétrico, a universalização refere-se à obrigação do atendimento a todos os pedidos de nova ligação para fornecimento de energia elétrica a unidades consumidoras com carga instalada menor ou igual a 50 kW, em tensão inferior a 2,3 kV, ainda que necessária a extensão de rede de tensão inferior ou igual a 138 kV, sem ônus para o solicitante.

7.20. Escassez de Energia e Racionamento

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico estabelece que, em situação na qual o Governo Federal decreta redução compulsória do consumo de energia elétrica em certa região, todos os Contratos de Energia no Ambiente de Contratação Regulada, registrados na CCEE, na qual o comprador estiver localizado, terão suas quantidades ajustadas na mesma proporção da redução de consumo.

7.21. Legislação Ambiental

A Emissora está sujeita à abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação.

As violações à legislação ambiental podem ainda caracterizar crime ambiental, atingindo tanto os administradores, que podem até ser presos, como a própria pessoa jurídica da Companhia. Podem, ainda, acarretar penalidades administrativas, como multas de até R\$ 50 milhões (aplicáveis em dobro ou no seu triplo, em caso de reincidência) e suspensão temporária ou definitiva de atividades. Tais sanções serão aplicadas independentemente da obrigação de reparar a degradação causada ao meio ambiente e a terceiros afetados.

Na esfera civil, os danos ambientais implicam responsabilidade solidária e objetiva, direta e indireta. Isto significa que a obrigação de reparar a degradação causada poderá afetar a todos os direta ou indiretamente envolvidos, independentemente da comprovação de culpa dos agentes. Como consequência, a contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção nas operações da Companhia, como a disposição final de resíduos, não exime a contratante da responsabilidade por eventuais danos ambientais causados pela contratada.

A legislação ambiental brasileira determina que o regular funcionamento de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. Este procedimento é necessário tanto para a instalação inicial e operação do empreendimento quanto para as ampliações nele procedidas, sendo que as licenças emitidas precisam ser renovadas periodicamente. O licenciamento ambiental de atividades cujos impactos ambientais são considerados significativos está sujeito ao Estudo Prévio de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), assim como à implementação de medidas mitigadoras e compensatórias dos impactos ambientais causados pelo empreendimento. No caso das medidas compensatórias, a legislação ambiental impõe ao empreendedor a obrigação de destinar recursos à implantação e manutenção de unidades de conservação, no montante de, pelo menos, 0,5% do custo total previsto para a implantação do empreendimento.

O processo de licenciamento ambiental compreende, basicamente, a emissão de três licenças, todas com prazos determinados de validade: licença prévia, licença de instalação e licença de operação. Cada uma destas licenças é emitida conforme a fase em que se encontra a implantação do empreendimento e a manutenção de sua validade depende do cumprimento das condicionantes que forem estabelecidas pelo órgão ambiental licenciador. A ausência de licença ambiental, independentemente da atividade estar ou não causando danos efetivos ao meio ambiente, caracteriza a prática de crime ambiental, além de sujeitar o infrator a penalidades administrativas, tais como multas que, no âmbito federal, podem chegar a R\$ 10 milhões (aplicáveis em dobro ou no seu triplo, em caso de reincidência) e interdição de atividades.

As demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação dessas licenças, assim como a eventual impossibilidade da Companhia de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos seus empreendimentos.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

8. A CEDENTE DOS DIREITOS DE CRÉDITO – CEEE-GT

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

A CEDENTE DOS DIREITOS DE CRÉDITO - CEEE-GT

8.1. Breve Descritivo da CEEE-GT

A CEEE-GT é sociedade de economia mista resultante da cisão parcial da Companhia Estadual de Energia Elétrica, sociedade de economia mista que atuou, durante mais de 60 anos, nas atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

A Companhia Estadual de Energia Elétrica foi organizada em substituição à Comissão Estadual de Energia Elétrica, cuja fundação ocorreu em 1º de fevereiro de 1943. A referida organização, realizada a partir da Lei nº. 4.136 de 13 de setembro de 1961 (a "Lei nº. 4.136"), sancionada pelo então Governador Leonel Brizola, autorizou o Governo do Estado Rio Grande do Sul a organizar uma sociedade por ações, destinada a projetar, construir e explorar sistemas de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como serviços correlatos.

De forma a cumprir com a exigência de segregação de suas atividades de distribuição (desverticalização - para maiores informações, vide a seção "Visão Geral do Setor Elétrico Brasileiro"), nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, foi deliberada, em 27 de novembro de 2006, a cisão parcial da Companhia Estadual de Energia Elétrica, com versão da parcela do patrimônio líquido relacionada às atividades de distribuição de energia elétrica para a constituição da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica CEEE-D. As atividades de geração e transmissão de energia elétrica, assim como os ativos, passivos, contratos e obrigações relacionados a essas atividades, foram mantidas na CEEE, que passou a ser denominada Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT.

Assim sendo, a partir da cisão, a Cedente passou a operar, de maneira exclusiva, as atividades de geração e transmissão de energia elétrica, nos termos (i) do Contrato de Concessão nº. 025/2000, datado de 05 de abril de 2000, celebrado entre a Cedente e a União Federal, por meio da ANEEL e (ii) dos Contratos de Concessão nº. 055/2001, datado de 1º de outubro de 2001 e nº. 080/2002, datado de 18 de dezembro de 2002, também celebrados entre a Cedente e a União Federal, por meio da ANEEL (em conjunto, os "Contratos de Concessão").

Logo após a cisão, em conformidade com o respectivo balanço-base, de 30 de setembro de 2006, o capital social da CEEE-GT passou a ser de R\$ 588.447.186,06, sem a extinção de ações:

Antes da Cisão Parcial		
Capital Social (R\$)	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais
612.150.148,23	380.669.270.000	6.560.558.547
Após a Cisão Parcial		
Capital Social (R\$)	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais
588.447.186,06	380.669.270.000	6.560.558.547

Os principais acionistas da Cedente são (i) o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que detém 65,92% das ações da CEEE-GT, por meio da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-Par e (ii) a Eletrobrás que possui 32,59% das ações de emissão da Companhia.

Em 30 de junho de 2007, o capital social da CEEE-GT encontrava-se assim distribuído entre seus acionistas:

Capital Social em 30.6.2007		
Capital Social (R\$)	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais
588.447.186,06	380.669.270.000	6.560.558.547

8.2. Informações Financeiras e Operacionais Selecionadas da Cedente

O quadro a seguir exibe as informações financeiras selecionadas da Cedente. As informações financeiras selecionadas originaram-se das Demonstrações Financeiras auditadas da Cedente para os exercícios encerrados em 31 de dezembro dos anos de 2004, 2005 e 2006 e para os períodos encerrados em 30 de junho de 2006 e 2007, elaboradas de acordo com a legislação societária. Ressalte-se que os dados das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006 em razão do processo de desverticalização da Cedente, contemplam os resultados dos segmentos de distribuição, transmissão e geração, respectivamente, até 30 de setembro de 2006. A partir de 30 de setembro de 2006, são contemplados apenas os resultados dos serviços de transmissão e da geração de energia elétrica. As Demonstrações Financeiras referentes aos períodos apresentados abaixo foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

O potencial investidor deverá ler essas informações financeiras selecionadas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas e respectivas notas explicativas.

	Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de*			Período Encerrado em 30 de junho de*	
	2004	2005	2006	2006	2007
	<i>(em milhares de reais)</i>				
Demonstração de Resultados					
Receita Bruta de Vendas ou Serviços	2.230.042	2.559.440	2.286.050	1.414.495	293.218
Deduções da Receita Bruta	(568.057)	(681.700)	(615.137)	(511.284)	(40.626)
Receita Líquida de Vendas ou Serviços	1.661.985	1.877.740	1.670.913	903.211	252.592
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(934.309)	(1.230.512)	(954.775)	(602.593)	(117.161)
Resultado Bruto	727.676	647.228	716.138	300.618	135.431
Despesas/Receitas Operacionais	(712.469)	(604.293)	(723.546)	(193.285)	(80.269)
Com Vendas	(47.938)	(59.844)	(62.138)	(40.988)	(542)
Gerais e Administrativas	(63.650)	(58.492)	(59.858)	(31.882)	(14.610)
Financeiras	(43.554)	46.313	(32.220)	(9.874)	(19.540)
Outras Receitas Operacionais	25.343	96.372	(18.310)	11.304	1.903
Outras Despesas Operacionais	(583.560)	(632.929)	(554.389)	(124.254)	(49.646)
Resultado da Equivalência Patrimonial	890	4.287	3.369	2.409	2.166
Resultado Operacional	15.207	42.935	(7.408)	107.333	55.162
Resultado não Operacional	(13.642)	7.108	(40.921)	791	355
Receitas	10.829	12.265	16.540	5.854	1.042
Despesas	(24.471)	(5.157)	(57.461)	(5.063)	(687)
Resultado Antes Tributação/ Participações	1.565	50.043	(48.329)	108.124	55.517
Provisão para IR e Contribuição Social	-	(9.523)	1.055	(11.822)	(14.164)
IR Diferido	-	-	-	-	-
Item extraordinário Líquido de Tributos	-	-	-	-	-
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-
Lucro/prejuízo do Exercício	1.565	40.520	(47.274)	96.302	41.353
Lucro/prejuízo por Ação	0,00000	0,00010	(0,00012)	0,00025	0,00011

* As colunas dos anos de 2004, 2005, 2006 e junho 2006 referem-se à CEEE. Somente a coluna referente a junho 2007 refere-se à CEEE GT.

	Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de*			Período Encerrado em 30 de junho de*	
	2004	2005	2006	2006	2007
	(em milhares de reais)				
Balanco Patrimonial Ativo					
Ativo total	3.251.054	3.402.166	1.694.348	3.487.102	1.700.559
Ativo Circulante	491.062	652.980	111.346	606.333	107.578
Disponibilidades	61.217	49.850	6.619	80.928	5.143
Créditos	326.614	428.291	69.533	417.429	69.127
Estoques	11.276	13.935	4.459	16.294	4.164
Outros	91.955	160.904	30.735	91.682	29.144
Ativo Realizável a Longo Prazo	721.845	665.762	251.396	749.764	230.980
Créditos Diversos	46.908	48.373	53.634	56.001	53.741
Créditos com coligadas e controladas	-	-	-	-	-
Outros	674.937	617.389	197.762	693.763	177.239
Ativo Permanente	2.038.147	2.083.424	1.331.606	2.131.005	1.362.001
Investimentos	243.321	255.364	213.936	283.039	248.810
Participações em Controladas	-	-	-	-	-
Outros Investimentos	243.321	255.364	213.936	283.039	77.626
Imobilizado	1.769.779	1.797.466	1.085.474	1.847.366	1.080.885
Diferido	593	600	-	600	-

* As colunas dos anos de 2004, 2005, 2006 e junho 2006 referem-se à CEEE. Somente a coluna referente a junho 2007 refere-se à CEEE GT.

	Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de*			Período Encerrado em 30 de junho de*	
	2004	2005	2006	2006	2007
Balanco Patrimonial Passivo					
Passivo Total	3.251.054	3.402.166	1.694.348	3.487.102	1.700.559
Passivo Circulante	777.955	962.685	441.451	897.271	410.326
Empréstimos e Financiamentos	139.530	156.180	127.439	188.314	125.738
Debêntures	-	-	-	-	-
Fornecedores	178.378	174.977	44.760	123.941	27.793
Impostos, Taxas e Contribuições	29.380	63.504	16.458	52.457	14.480
Dividendos a Pagar	-	-	-	-	-
Provisões	-	-	-	-	-
Dívidas com Pessoas Ligadas	-	-	-	-	-
Outros	430.667	568.024	252.794	532.559	242.315
Passivo Exigível a Longo Prazo	2.187.709	2.139.755	1.024.148	2.193.803	1.020.131
Empréstimos e Financiamentos	721.454	328.659	282.394	618.819	242.389
Debêntures	-	-	-	-	-
Provisões	-	-	-	-	-
Outros	1.466.255	1.811.096	741.754	1.574.984	777.742
Patrimônio Líquido	285.390	299.726	228.749	396.028	270.102
Capital Social Realizado	612.150	612.150	588.447	612.150	588.447
Reservas de Capital	620	620	620	620	620
Reserva de Lucro	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	-	-	-
Lucros / Prejuízos Acumulados	(327.380)	(313.044)	(360.318)	(216.742)	(318.965)

* As colunas dos anos de 2004, 2005, 2006 e junho 2006 referem-se à CEEE. Somente a coluna referente a junho 2007 refere-se à CEEE GT.

O quadro a seguir apresenta os dados da Demonstração de Resultado da Cedente segregados para os anos de 2004, 2005 e 2006 exclusivamente com relação aos segmentos de geração e transmissão. Tais dados foram apresentados na Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Padronizadas da Companhia para os exercícios indicados, em razão de exigência da ANEEL e estão disponíveis para consulta no site da CVM.

	Geração			Transmissão		
	2004	2005	2006	2004	2005	2006
	<i>(em milhares de reais)</i>					
Receita Operacional	229.896	223.040	229.103	292.122	343.466	352.380
Deduções da Receita Operacional	(4.748)	(11.461)	(18.571)	(10.981)	(16.604)	(22.886)
Receita Operacional Líquida	225.148	211.579	210.532	281.141	326.862	329.494
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(74.293)	(79.232)	(105.446)	(106.886)	(123.569)	(128.154)
Lucro Operacional Bruto	150.855	132.347	105.084	174.255	203.293	201.340
Despesas Operacionais	(76.710)	(74.411)	(61.689)	(115.285)	(139.275)	(129.141)
Resultado do Serviço	77.299	57.936	43.395	67.244	64.018	72.199
Resultado de Participações Societárias	890	4.287	3.369	-	-	-
Receita/Despesa Financeira	(8.188)	16.879	(19.145)	(9.146)	3.682	(5.562)
Resultado Operacional	70.001	9.102	27.619	58.098	67.700	66.637
Resultado Não Operacional	(258)	1.997	(43.755)	(706)	(2.081)	(2.955)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	69.741	77.318	(28.105)	57.392	59.877	39.517
Lucro (Prejuízo) por lote de Mil Ações – R\$	0,18	0,20	(0,07)	0,15	0,15	0,10

8.3. Capital Social

O capital social da Cedente, em 30 de junho de 2007, era de R\$ 588.447.186,06 totalmente integralizado e dividido em 387.229.828.547 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal. As ações da CEEE-GT são divididas em 380.669.270.000 ações ordinárias e 6.560.558.547 ações preferenciais, conforme descrito no quadro abaixo, que destaca a participação total dos principais acionistas da CEEE-GT em 30 de junho de 2007:

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA						
Acionistas	Número de Ações Ordinárias	Participação %	Número de Ações Preferenciais	Participação %	Número Total de Ações	Participação %
Estado do Rio Grande do Sul	255.232.851.043	67,05	43.495.536	0,66	255.276.346.579	65,92
Eletrobrás	122.681.436.671	32,23	3.505.584.087	53,43	126.187.020.758	32,59
Prefeituras Municipais	1.470.393.591	0,39	2.260.904.738	34,46	3.731.298.329	0,96
Companhia Brasileira de Custódia	1.160.718.498	0,30	538.935.350	8,21	1.699.653.848	0,44
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	--
Outros	123.870.197	0,03	211.638.836	3,23	335.509.033	0,09
TOTAL	380.669.270.000	100,00	6.560.558.547	100,00	387.229.828.547	100,00

8.4. Concessões

A Cedente é concessionária de serviços públicos de geração e transmissão de energia elétrica.

Geração

Em 05 de abril de 2000, a CEEE-GT assinou com a ANEEL o Contrato de Concessão de Geração nº. 25/2000, garantindo à CEEE-GT a prestação do serviço público de geração de energia elétrica, com prazo de concessão para suas usinas encerrando entre 2015 e 2021, prorrogáveis por mais 20 anos, conforme Portaria do MME nº. 278 de 11 de agosto de 1999.

Transmissão

Em 01 de outubro de 2001, a CEEE-GT celebrou com a ANEEL o Contrato de Concessão de Transmissão de energia elétrica nº. 55/2001, garantindo à Cedente a prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica, com prazo de vigência até 07 de julho de 2015, prorrogáveis por mais 20 anos.

Em 19 de dezembro de 2002, a CEEE-GT assinou com a ANEEL o Contrato de Concessão de Transmissão de energia elétrica nº. 80/2002, referente à linha LT 230kV UTPM x Pelotas 3, com prazo de vigência até 18 de dezembro de 2032, prorrogáveis por mais 30 anos.

8.5. Atividades da Cedente

8.5.1 Geração

Em 30 de junho de 2007, o parque gerador da CEEE - GT era composto por 15 usinas hidrelétricas, agrupadas nos Sistemas Salto e Jacuí e algumas pequenas centrais hidrelétricas situadas na região Norte do Estado, totalizando uma potência efetiva de 910,6 MW. Visando à expansão da geração de energia elétrica do Estado, a CEEE-GT está participando como sócia em diversos empreendimentos notadamente, UHE Dona Francisca, UHE Machadinho, Complexo Energético Rio das Antas – CERAN (que inclui as UHE Monte Claro, Castro Alves e 14 de julho), PCH Furnas do Segredo e UTE Piratini.

A partir de 1997, o programa de expansão do parque gerador da CEEE-GT foi baseado na política de participação na construção de empreendimentos através de sociedades específicas ou consórcios de empresas.

Os empreendimentos de geração em operação nos quais a CEEE-GT possui participação são as UHE Machadinho, com potência instalada de 1140 MW, UHE Dona Francisca, com potência instalada de 125 MW, UHE Monte Claro, com potência instalada de 130 MW, UHE Campos Novos, com potência instalada de 880 MW e PCH Jaguari, com potência instalada de 9,8 MW.

As usinas em construção com participação da CEEE-GT são a UHE Foz do Chapecó, que terá capacidade de 855 MW, UHE Castro Alves, com capacidade prevista de 130 MW e UHE 14 de Julho, com capacidade de 100 MW.

O gráfico abaixo apresenta a área de concessão de geração da Cedente:

Área de concessão da Geração da CEEE

USINAS HIDRELÉTRICAS DA CEEE		
Sistema Jacuí	Potência MW	Localização
UHE Itaúba	500	Pinhal Grande
UHE Passo Real	158	Salto do Jacuí
UHE Jacuí	180	Salto do Jacuí
UHE Ernestina	3,7	Tio Hugo
UHE Capigui	4	Passo Fundo
UHE Ivaí	0,7	Júlio de Castilhos
UHE Guarita	1,7	Erval Soco
UHE Santa Rosa	1,5	Três do Maio
UHE Ijuizinho	1,0	Eugênio de Castro
UHE Forquilha	1,1	Maximiliano de Almeida
TOTAL	851,7	
Sistema Salto	Potência MW	Localização
UHE Canastra	44	Canela
UHE Bugres	11,5	Canela
UHE Passo do Inferno	1,1	São Francisco de Paula
UHE Toca	1,1	São Francisco de Paula
UHE Herval	1,2	São Francisco de Paula
TOTAL	58,9	
POTÊNCIA TOTAL	910,6	
EXPANSÃO DA GERAÇÃO COM PARTICIPAÇÃO CEEE		
	MW	Operação
UHE Dona Francisca	125	Nova Palma - RS 2001
UTE Piratini	10	Piratini - RS 2002
UHE Machadinho	1140	Max. Almeida - RS / Piratuba - SC 2002
UHE Monte Claro	130	B. Gonçalves / Veranópolis - RS 2005
UHE Jaguarí	10	Jaguarí - RS 2005
UHE Campos Novos	880	Campos Novos - SC 2006
UHE Castro Alves	130	Nova Roma / Veranópolis - RS 2006
UHE Foz do Chapecó	855	Alpestro - RS / F. De Chapecó - SC 2006
UHE 14 de Julho	100	B. Gonçalves / Colipori - RS 2007
TOTAL	3380	



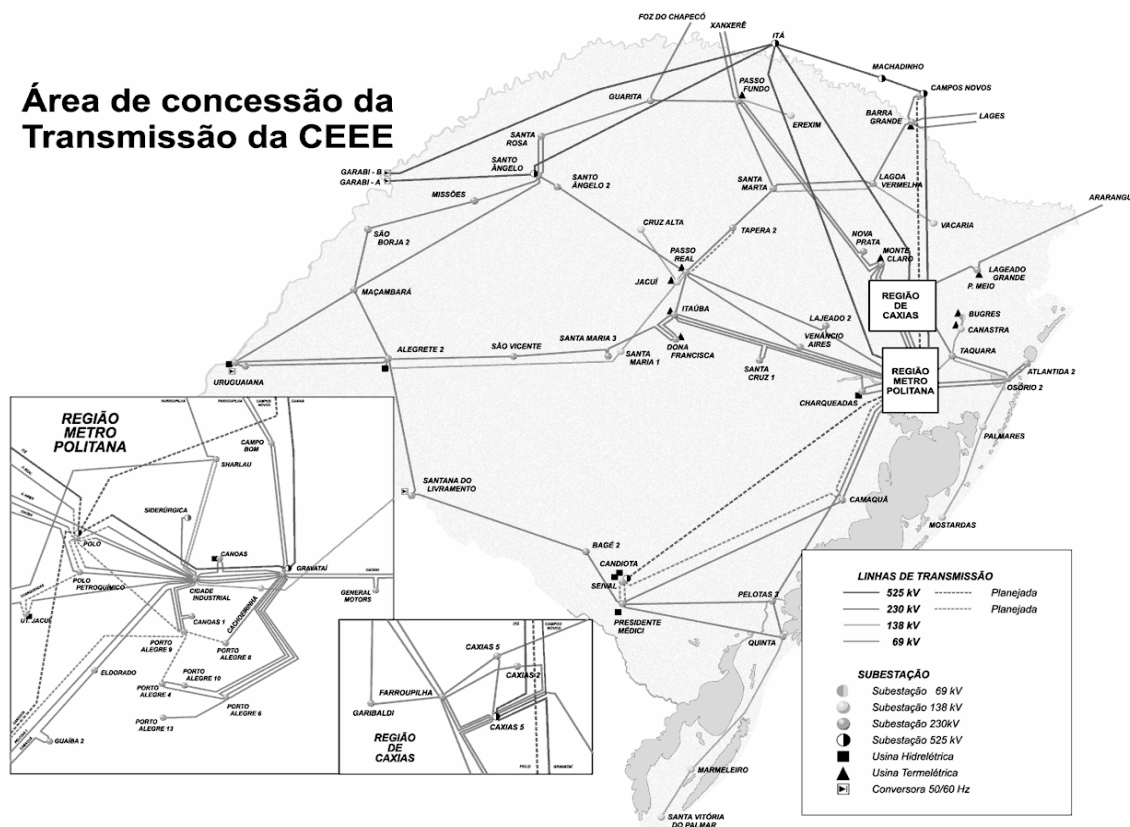
8.5.2. Transmissão

A CEEE-GT é a responsável pela maior parte das instalações, em 230kV, disponibilizada no Estado para a rede básica do Sistema Interligado Brasileiro e também das instalações de conexão, em tensão menor ou igual a 138kV, que são de uso exclusivo de geradoras e distribuidoras de energia. Estas instalações viabilizam o transporte e suprimento de energia às concessionárias de distribuição que atuam no Estado do Rio Grande do Sul: CEEE-D, AES Sul, RGE, concessionárias municipais, cooperativas de eletrificação rural e também a consumidores livres e a produtores independentes.

As instalações de propriedade da CEEE-GT e aquelas sob sua responsabilidade, disponibilizadas para o Estado do Rio Grande do Sul, são compostas por 59 subestações, totalizando uma potência de 7.069,46 MVA. Adicionalmente, a CEEE-GT possui 5.960,75 km de extensão de linhas de transmissão que são suportadas por 14.988 estruturas nas tensões de 230 kV (4.975,7 km) e 138 e 69 kV (985,0 km).

O gráfico abaixo apresenta a área de concessão da transmissão da Cedente:

Área de concessão da Transmissão da CEEE



8.6. Administração

A CEEE-GT é administrada por um Conselho de Administração, formado por 8 membros titulares e respectivos suplentes, eleitos e destituíveis pela Assembléia Geral, e por uma Diretoria composta por 7 membros, sendo um destes Diretor-Presidente, e os demais Diretores.

8.6.1. Conselho de Administração

Na data deste prospecto, o Conselho de Administração da Cedente era formado pelos seguintes membros efetivos, com mandato de 2 anos até a Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em abril de 2009:

Nome do Conselheiro	Data da Eleição	Função
Daniel de Moraes Andrade	27/04/2007	Presidente
Delson Luiz Martini	27/04/2007	Titular
Adalberto Caino Silveira Netto	27/04/2007	Titular
Edmundo Fernandes da Silva	27/04/2007	Titular
Márcio Baldino Karam	27/04/2007	Titular
Cláudio Antonio Manfrói	27/04/2007	Titular
Sidney do Lago Júnior	27/04/2007	Titular
Vicente José Rauber	27/04/2007	Titular
José Carlos Elmer Brack	27/04/2007	Suplente
Vilson Filippin	27/04/2007	Suplente
Mauro Ramos Massa	27/04/2007	Suplente
Francisco Antônio Brandão Seger	27/04/2007	Suplente
José Marcos Müller Del Fabbro	27/04/2007	Suplente
Érico André Pegoraro	27/04/2007	Suplente
Julio Meinhardt	27/04/2007	Suplente
Egídio Schoenberger	27/04/2007	Suplente

8.6.2. Diretoria

A Diretoria da Cedente é composta por 7 membros: Diretor-Presidente, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Diretor Administrativo, Diretor de Geração, Diretor de Transmissão, Diretor Executivo e Diretor de Planejamento e Projetos Especiais, eleitos pelo Conselho de Administração com mandato de 2 anos, permitida a reeleição.

O Estatuto Social da Cedente estabelece as atribuições e poderes dos Diretores. Na data deste Prospecto, a Diretoria da Emissora era formada pelos seguintes Diretores, com mandato de 2 anos, para o biênio de 2007 à 2009:

Nome do Diretor	Data da Eleição	Cargo
Delson Luiz Martini	30/04/2007	Diretor-Presidente
Antonio Dorneu Cardoso Maciel	30/04/07	Diretor
Caio Tibério Dornelles da Rocha	30/04/2007	Diretor de Relações com Investidores
José Francisco Pereira Braga	30/04/2007	Diretor
Rogério Sele da Silva	18/06/2007	Diretor
Sérgio Campos de Moraes	30/04/2007	Diretor
Ricieri Dalla Valentina Júnior	30/04/2007	Diretor

8.6.3. Conselho Fiscal

Na data deste prospecto, o Conselho Fiscal da Cedente era formado pelos seguintes membros efetivos, com mandato até a Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em abril de 2008:

Nome do Conselheiro	Data da Eleição	Função
Argeu da Silva Brum	27/04/07	Titular
Fernando Magalhães Coronel	27/04/07	Titular
Luiz Carlos Dias Garcia	27/04/07	Titular
Antonio Gregório Goidanich	27/04/07	Titular
João Vicente Amato Torres	27/04/07	Titular
Hélio Levi da Silva	27/04/07	Suplente
Ademir José Schneider	27/04/07	Suplente
José Carlos Patrício	27/04/07	Suplente
Moacir Bortolon Silva	27/04/07	Suplente
Arlindo Soares Castanheira	27/04/07	Suplente

8.7. Experiência Prévia em Securitização

A Cedente já cedeu direitos creditórios para o FIDC CEEE, outro fundo.

O FIDC CEEE foi constituído em 20 de janeiro de 2006, por meio do “Instrumento Particular de Constituição do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE” e seu regulamento está registrado no Serviço de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul sob o nº. 1491381. O FIDC CEEE está inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 07.818.028/0001-80 e é administrado pelo Banrisul. A oferta pública de suas 11.545 Quotas Seniores, todas com preço inicial de R\$ 10.000,00, foi registrada na CVM em 13 de fevereiro de 2006, totalizando o montante de R\$ 115.450.000,00.

9. OS DEVEDORES DOS DIREITOS DE CRÉDITO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

OS DEVEDORES DOS DIREITOS DE CRÉDITO

9.1. As Distribuidoras Cedidas

As Distribuidoras Cedidas são concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, estando sujeitas à fiscalização da ANEEL. As Distribuidoras Cedidas fornecem energia elétrica em quase todo o território brasileiro. As Distribuidoras Cedidas são controladas por diversos grupos do setor elétrico, nacionais e estrangeiros, e também por governos estaduais.

Abaixo seguem informações financeiras e dados de consumo de energia das Distribuidoras Cedidas:

9.1.1. Ampla Energia e Serviços S/A – Ampla

A Ampla Energia e Serviços S/A, cuja denominação era Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro - CERJ, é uma sociedade por ações de capital aberto, concessionária autorizada a prestar serviços de geração, transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica. A Ampla é uma empresa controlada pelo grupo espanhol Endesa.

O total de energia distribuída até 30 de setembro de 2007 foi de aproximadamente 5.198 GWh. O número de clientes atendidos pela Ampla Energia e Serviços S/A, em 30 de setembro de 2007, era de aproximadamente 2.371.932.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da Ampla Energia e Serviços S/A, que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras

Balanco – Período encerrado em 30 de setembro de 2007			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	4.363.885	Passivo Total	4.363.885
Ativo Circulante	1.147.573	Passivo Circulante	1.039.300
Disponibilidades	100.310	Empréstimos e financiamentos	116.580
Créditos	1.031.094	Debêntures	307.217
Estoques	5.144	Fornecedores	159.931
Outros	11.025	Impostos, Taxas e Contribuições	89.265
Ativo Realizável a Longo Prazo	741.311	Dividendos a pagar	-
Créditos Diversos	597.464	Provisões	415
Créditos com Pessoas Ligadas	141.225	Dívidas com Pessoas Ligadas	28.368
Outros	2.622	Outros	337.524
Ativo Permanente	2.475.001	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.756.206
Investimentos	1.477	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.756.206
Imobilizado	2.417.047	Empréstimos e financiamentos	550.351
Diferido	1.369	Debêntures	489.395
		Provisões	417.926
		Dívidas com Pessoas Ligadas	2.934
		Outros	295.600
		Resultados de Exercícios Futuros	-
		Patrimônio Líquido	1.568.379

Demonstração do Resultado - 01/01/07 a 30/09/07

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	1.573.837
Custo de Bens e/ou Serviços	(986.834)
Resultado Bruto	587.003
Despesas/Receitas Operacionais	(411.505)
Resultado Operacional	175.498
Resultado Não Operacional	(17.872)
Resultado antes da Tributação/Participação	157.626
Lucro/Prejuízo do Período	103.258

Informações Relativas ao consumo de Energia(acumulado até 30 de setembro de 2007

	GWh	R\$ mil
Residencial	1.811	842.615
Industrial	464	183.314
Comércio, Serviços e Outros	885	436.446
Rural	111	28.953
Poder Público	217	72.465
Iluminação Pública	187	53.604
Serviços Públicos	143	37.061
Total	3.818	1.654.458

9.1.2. Bandeirante Energia S.A. - Bandeirante

Bandeirante Energia S.A. atua na distribuição de energia elétrica, atendendo 28 municípios no Estado de São Paulo. A companhia é subsidiária integral da EDP - Energias do Brasil S.A. A Bandeirante faturou 3.977.439 MWh para os clientes até 30 de setembro de 2007.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da Bandeirante, que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras

Balanco - Período encerrado em 30 de setembro de 2007			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	2.361.230	Passivo Total	2.361.230
Ativo Circulante	1.012.630	Passivo Circulante	756.359
Disponibilidades	245.004	Empréstimos e financiamentos	96.822
Créditos	579.879	Debêntures	1.980
Estoques	2.123	Fornecedores	208.759
Outros	185.624	Impostos, Taxas e Contribuições	159.137
Ativo Realizável a Longo Prazo	428.092	Dividendos a pagar	44.344
Créditos Diversos	258.199	Provisões	1.545
Créditos com Pessoas Ligadas	2.050	Dívidas com Pessoas Ligadas	-
Outros	167.843	Outros	243.772
Ativo Permanente	920.508	Passivo Exigível a Longo Prazo	704.855
Investimentos	681	Empréstimos e financiamentos	212.893
Imobilizado	860.338	Debêntures	250.000
Diferido	-	Provisões	112.478
		Dívidas com Pessoas Ligadas	352
		Outros	129.132
		Resultados de Exercícios Futuros	-
		Patrimônio Líquido	900.016

Demonstração do Resultado - 01/01/07 a 30/09/07

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	1.485.671
Custo de Bens e/ou Serviços	(1.103.347)
Resultado Bruto	382.324
Despesas/Receitas Operacionais	(170.112)
Resultado Operacional	212.212
Resultado Não Operacional	(3.871)
Resultado antes da Tributação/Participação	208.341
Lucro/Prejuízo do Período	134.985

Informações Relativas ao consumo de Energia (acumulado até 30 de junho de 2007)

	MWh	R\$ mil
Residencial	1.298.962	420.198
Industrial	1.446.251	323.757
Comercial	784.925	222.281
Rural	48.799	9.143
Outros	398.502	88.177
Total	3.977.439	1.063.556

9.1.3. Companhia Energética de Alagoas - Ceal

A CEAL, sociedade de economia mista, é uma concessionária federal do serviço público de energia elétrica, cujo acionista controlador é a Eletrobrás. A Ceal, em sua área de atuação, atende a aproximadamente 734 mil consumidores.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da Ceal que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras

Balanco - Período encerrado em 31 de dezembro de 2006			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	628.324	Passivo Total	628.324
Ativo Circulante	259.266	Passivo Circulante	214.197
Disponibilidades	11.334	Fornecedores	47.586
Aplicações no mercado aberto	933	Energia livre	6.073
Consumidores e Concessionárias	281.145	Folha de pagamento	3.859
Tarifa Social de consumidores de baixa renda	7.018	Tributos e contribuições sociais	25.111
Devedores diversos	2.539	Empréstimos e Financiamentos	26.852
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(82.370)	Provisões para férias e respectivos encargos sociais	5.822
Outros Créditos	7.589	Provisões para contingências	32.075
Tributos e contribuições sociais a compensar	5.787	Taxas regulamentares	4.557
Estoques	4.124	Tarifa social de consumidores de baixa renda	1.646
Programa de redução do consumo de energia elétrica	4.526	Programa de redução do consumo de energia elétrica	2.450
Encargos Tarifários	1.516	Encargos Tarifários	1.314
Energia livre	-	Outros	10.396
Programa de efficientização energética	-	Programa de efficientização energética	23.276
Valores tarifários não gerenciáveis a compensar	15.125	Valores tarifários não gerenciáveis a compensar	19.956
Ativo Realizável a Longo Prazo	98.830	Outros	3.879
Consumidores	41.176	Passivo Exigível a Longo Prazo	308.203
Energia Livre	-	Energia livre	-
Tributos e contribuições a compensar	3.613	Tributos e contribuições sociais	17.125
Créditos fiscais	-	Empréstimos e Financiamentos	287.199
Cauções e depósitos vinculados	42.861	Programa de efficientização energética	-
Valores tarifários não gerenciáveis a compensar	4.580	Outros	3.879
Outros	6.600	Patrimônio Líquido	105.924
Ativo Permanente	270.228		
Investimentos	169		
Imobilizado	268.773		
Diferido	1.286		

Demonstração do Resultado – 31/12/2006

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	503.301
Custo de Bens e/ou Serviços	(344.443)
Resultado Bruto	158.858
Despesas/Receitas Operacionais	(137.420)
Resultado Operacional	23.924
Resultado Não Operacional	(1.516)
Resultado antes da Tributação/Participação	(25.440)
Lucro/Prejuízo do Período	136.050

9.1.4. Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba

A Coelba, sociedade por ações controlada pela Neoenergia S.A., é uma concessionária de serviços públicos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica cuja principal atividade é a distribuição de energia elétrica no Estado da Bahia. A Coelba atende 415 dos 417 municípios do Estado da Bahia.

O total de energia distribuída pela Coelba até 30 de junho de 2007 foi de aproximadamente 5.682.838 MWh.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da Coelba, que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras

Balanco – Período encerrado em 30 de setembro de 2007			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	4.431.563	Passivo Total	4.431.563
Ativo Circulante	1.853.494	Passivo Circulante	1.182.726
Disponibilidades	268.340	Empréstimos e financiamentos	195.000
Créditos	1.579.212	Debêntures	127.617
Estoques	5.942	Fornecedores	226.262
Outros	-	Impostos, Taxas e Contribuições	175.630
Ativo Realizável a Longo Prazo	576.535	Dividendos a pagar	142.239
Créditos Diversos	573.545	Provisões	14.421
Créditos com Pessoas Ligadas	2.990	Dívidas com Pessoas Ligadas	-
Outros	-	Outros	301.557
Ativo Permanente	2.001.534	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.377.741
Investimentos	6.296	Empréstimos e financiamentos	756.238
Imobilizado	1.936.832	Debêntures	516.814
Diferido	-	Provisões	38.279
		Dívidas com Pessoas Ligadas	-
		Outros	66.410
		Resultados de Exercícios Futuros	-
		Patrimônio Líquido	1.871.096

Demonstração do Resultado - 01/01/07 a 30/09/07

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	2.120.575
Custo de Bens e/ou Serviços	(1.078.184)
Resultado Bruto	1.042.391
Despesas/Receitas Operacionais	(383.829)
Resultado Operacional	658.562
Resultado Não Operacional	(3.312)
Resultado antes da Tributação/Participação	655.250
Lucro/Prejuízo do Período	474.465

Informações Relativas ao consumo de Energia (acumulado até 30 de junho de 2007)

	MWh	R\$ mil
Residencial	2.012.749	863.911
Industrial	1.028.550	311.349
Comercial	1.158.488	570.772
Rural	439.005	90.009
Poder Público	249.427	100.669
Iluminação Pública	321.923	63.884
Serviço Público	356.072	83.022
Consumo Próprio	7.935	-
Suprimento	-	13
Fornecimento não Faturado	-	(12.574)
Total	5.574.149	2.071.055

9.1.5. Companhia Energética da Borborema - Celb

A Celb é a concessionária responsável pela distribuição de energia elétrica em sete municípios da região de Campina Grande, no Estado da Paraíba, uma área de 1.789 Km², mercado formado por aproximadamente 135.333 consumidores. A Celb é controlada pela Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da Celb, que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras

Balanco - Período encerrado em 30 de setembro de 2007			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	146.691	Passivo Total	146.691
Ativo Circulante	67.983	Passivo Circulante	45.934
Estoques	149	Empréstimos e financiamentos	11.706
Outros	4.808	Fornecedores	10.799
Ativo Realizável a Longo Prazo	42.512	Tributos e contribuições sociais	6.271
Títulos e Créditos a Receber	1.494	Dividendos a pagar/Juros sobre capital próprio	8.469
Depósitos Judiciais e Outros		Outras	3.647
Ativo Permanente	146.691	Passivo Exigível a Longo Prazo	16.692
Investimentos	-	Empréstimos e financiamentos	9.604
Imobilizado	35.413	Impostos a Recolher	1.386
		Patrimônio Líquido	84.065

Demonstração do Resultado – Nove meses findos em 30 setembro de 2007	
Receita Bruta	122.182
Receita Líquida	65.585
Pessoal	6.218
Material	776
Serviços de Terceiros	5.650
Energia Comprada	32.192
Transporte de potência elétrica	6.315
Depreciação e amortização	2.800
Outras (CCC, CDE, PEE e P&D)	5.558
Provisão para contingências/Devedores duvidosos	9.145
Outras Despesas	2.489
Despesas Operacionais	-
Resultado Operacional	14.614
Receita Não Operacional	91
Lucro do Período	10.762

Informações Relativas ao consumo de Energia (acumulado – primeiro trimestre de 2007)

	R\$ mil
Residencial	13.421
Industrial	11.348
Comercial	7.603
Rural	795
Outras Classes	3.510
Suprimento + Outras Receitas	3.503
Total	40.180

9.1.6. Companhia Energética do Maranhão – Cemar

A Cemar, empresa de economia privada de capital aberto, controlada pela Equatorial Energia S.A., tem como atividades principais a distribuição e a comercialização de energia elétrica, além da construção e a operação de sistemas de geração, em pequena escala. Sua área de concessão é o Estado do Maranhão, atendendo a aproximadamente 1.397.795 consumidores e cobrindo uma área superior a 333.000 km².

O total de energia distribuída pela Cemar até 30 de setembro de 2007 foi de aproximadamente 2.347.203 MWh.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da Cemar, que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras

Balanco - Período encerrado em 30 de setembro de 2007			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	1.682.936	Passivo Total	1.682.936
Ativo Circulante	506.713	Passivo Circulante	280.608
Disponibilidades	198.412	Empréstimos e financiamentos	15.850
Créditos	223.467	Debêntures	2.145
Estoques	6.031	Fornecedores	121.089
Outros	78.803	Impostos, Taxas e Contribuições	74.084
Ativo Realizável a Longo Prazo	378.124	Dividendos a pagar	127
Créditos Diversos	378.124	Provisões	18.252
Créditos com Pessoas Ligadas	-	Dívidas com Pessoas Ligadas	-
Outros	-	Outros	49.061
Ativo Permanente	798.099	Passivo Exigível a Longo Prazo	798.900
Investimentos	221	Empréstimos e financiamentos	440.553
Imobilizado	797.878	Debêntures	267.300
Diferido	-	Provisões	32.771
		Dívidas com Pessoas Ligadas	-
		Outros	58.276
		Resultados de Exercícios Futuros	-
		Patrimônio Líquido	603.428

Demonstração do Resultado - 01/01/07 a 30/09/07

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	635.431
Custo de Bens e/ou Serviços	(317.769)
Resultado Bruto	317.662
Despesas/Receitas Operacionais	(107.917)
Resultado Operacional	209.745
Resultado Não Operacional	(1.158)
Resultado antes da Tributação/Participação	208.587
Lucro/Prejuízo do Período	138.321

Informações Relativas ao consumo de Energia (acumulado até 30 de junho de 2007)

	MWh	R\$ mil
Residencial	989.520	370.287
Industrial	335.674	105.953
Comercial	461.500	197.888
Rural	91.577	22.433
Poder Público	157.246	66.844
Iluminação Pública	159.297	35.570
Serviço Público	149.156	44.977
Consumo Próprio	3.233	-
Suprimento - MAE e CEPISA	-	1.826
Baixa Renda	-	52.804
Enc. Capacidade Emergencial	-	-
Outras	-	11.887
RTD	-	11.368
CVA – PLPT	-	(20.630)
Total	2.347.203	901.207

9.1.7. Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig

A Cemig, sociedade de capital aberto, atua única e exclusivamente como *holding* a partir de 1º de janeiro de 2005, com participação societária em empresas controladas individualmente e em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comércio de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

Em 30 de junho de 2007, a Cemig possuía participação societária nas seguintes empresas em operação:

- Cemig Geração e Transmissão S.A. (controlada - participação de 100,00%) – subsidiária integral de capital aberto, com geração e transmissão de energia elétrica, através de 46 usinas, sendo 43 usinas hidrelétricas, 1 eólica e 2 termelétricas e linhas de transmissão pertencentes, em sua maior parte, à rede básica do sistema brasileiro de geração e transmissão;
- Cemig Distribuição S.A. (controlada - participação de 100,00%) – subsidiária integral de capital aberto, com distribuição de energia elétrica através de redes e linhas de distribuição em aproximadamente 97,00% do Estado de Minas Gerais;
- Rio Minas Energia Participações S.A. ("RME") (controlada em conjunto – participação de 25,00%) – Empresa que detém 54,17% do capital social da Light S.A. ("Light"), holding que detém o controle integral da concessionária de distribuição Light Serviços de Eletricidade S.A, com 3,8 milhões de consumidores em 31 municípios do estado do Rio de Janeiro e da geradora Light Energia S.A, com que detém 852 MW de capacidade instalada;
- Sá Carvalho S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da usina hidrelétrica de Sá Carvalho;
- Usina Térmica Ipatinga S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização, em regime de produção independente, de energia termelétrica, através da usina térmica de Ipatinga, localizada nas instalações das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS;

O total de energia distribuída até 30 de junho de 2007 foi de aproximadamente 28.169.992 MWh.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da Cemig, que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras

Balanço Consolidado - Período encerrado em 30 de junho de 2007			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	24.379.439	Passivo Total	24.379.439
Ativo Circulante	7.388.526	Passivo Circulante	6.118.449
Disponibilidades	1.638.668	Empréstimos e financiamentos	1.286.849
Créditos	5.430.208	Debêntures	-
Estoques	34.479	Fornecedores	70.453
Outros	285.171	Impostos, Taxas e Contribuições	1.387.989
Ativo Realizável a Longo Prazo	5.006.227	Dividendos a pagar	693.445
Créditos Diversos	4.966.355	Provisões	639.364
Créditos com Pessoas Ligadas	-	Dívidas com Pessoas Ligadas	-
Outros	39.872	Outros	1.211.737
Ativo Permanente	11.984.686	Passivo Exigível a Longo Prazo	9.368.873
Investimentos	1.034.771	Empréstimos e financiamentos	4.991.737
Imobilizado	10.359.014	Debêntures	1.262.716
Diferido	92.964	Provisões	533.037
		Dívidas com Pessoas Ligadas	-
		Outros	2.581.383
		Resultados de Exercícios Futuros	-
		Patrimônio Líquido	8.444.082

Demonstração do Resultado – 01/01/07 a 30/06/07

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	474
Custo de Bens e/ou Serviços	-
Resultado Bruto	474
Despesas/Receitas Operacionais	972.300
Resultado Operacional	972.774
Resultado Não Operacional	(3.931)
Resultado antes da Tributação/Participação	968.843
Lucro/Prejuízo do Período	921.629

Informações Relativas ao consumo de Energia (acumulado até 30 de junho de 2007)

	MWh	R\$ mi
Residencial	4.405.064	2.201.447
Industrial	11.838.179	1.567.082
Comercial	2.815.002	1.252.897
Rural	933.543	262.036
Poder Público	484.149	189.167
Iluminação Pública	613.032	157.293
Serviço Público	650.540	174.389
Consumo Próprio	27.391	-
Fornecimento não faturado Líquido	-	(25.728)
Suprimento	6.403.092	457.768
Transações MAE	-	66.167
Total	28.169.992	6.344.180

9.1.8. Companhia Energética de Pernambuco - Celpe

A Celpe presta serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica no Estado de Pernambuco atendendo 2.700 mil clientes em 186 municípios. A Celpe é controlada pela Neoenergia S.A.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da Celpe, que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras

Balanco – Período encerrado em 30 de setembro de 2007			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	3.311.730	Passivo Total	3.311.730
Ativo Circulante	1.262.533	Passivo Circulante	783.869
Disponibilidades	22.988	Empréstimos e financiamentos	101.671
Créditos	1.234.683	Debêntures	9.843
Estoques	4.862	Fornecedores	159.521
Outros	-	Impostos, Taxas e Contribuições	221.718
Ativo Realizável a Longo Prazo	835.713	Dividendos a pagar	59.667
Créditos Diversos	835.713	Provisões	11.860
Créditos com Pessoas Ligadas	-	Dívidas com Pessoas Ligadas	-
Outros	-	Outros	219.589
Ativo Permanente	1.213.484	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.178.328
Investimentos	218	Empréstimos e financiamentos	316.133
Imobilizado	1.157.052	Debêntures	631.007
Diferido	-	Provisões	2.881
		Dívidas com Pessoas Ligadas	-
		Outros	228.307
		Resultados de Exercícios Futuros	-
		Patrimônio Líquido	1.349.533

Demonstração do Resultado - 01/01/07 a 30/09/07

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	1.462.350
Custo de Bens e/ou Serviços	(946.280)
Resultado Bruto	516.070
Despesas/Receitas Operacionais	(244.425)
Resultado Operacional	271.645
Resultado Não Operacional	3.114
Resultado antes da Tributação/Participação	274.759
Lucro/Prejuízo do Período	216.954

Informações Relativas ao consumo de Energia (acumulado até 30 de de 2007)

	MWh	R\$ mi
Residencial	1.544.502	625.896
Industrial	731.877	234.080
Comercial	877.004	383.073
Rural	252.014	51.317
Poder Público	231.119	101.722
Iluminação Pública	195.580	50.310
Serviço Público	238.054	70.388
Total	4.226.881	1.601.779

9.1.9. Companhia Energética do Ceará - Coelce

A Coelce é uma sociedade por ações de capital aberto, controlada pela Investluz S/A, e concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica. A Coelce é responsável pela distribuição de energia elétrica do Estado do Ceará, atendendo a aproximadamente 2.456 mil consumidores.

O total de energia distribuída até 30 de junho de 2007 foi de aproximadamente 1,72 mil GWh.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da Coelce, que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras

Balanco - Período encerrado em 30 de setembro de 2007			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total		Passivo Total	
Ativo Circulante		Passivo Circulante	
Disponibilidades		Empréstimos e financiamentos	
Créditos		Debêntures	
Estoques		Fornecedores	
Outros		Impostos, Taxas e Contribuições	
Ativo Realizável a Longo Prazo		Dividendos a pagar	
Créditos Diversos		Provisões	
Créditos com Pessoas Ligadas		Dívidas com Pessoas Ligadas	
Outros		Outros	
Ativo Permanente		Passivo Exigível a Longo Prazo	
Investimentos		Empréstimos e financiamentos	
Imobilizado		Debêntures	
Diferido		Provisões	
		Dívidas com Pessoas Ligadas	
		Outros	
		Resultados de Exercícios Futuros	
		Patrimônio Líquido	

Demonstração do Resultado - 01/01/07 a 30/09/07

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços

Custo de Bens e/ou Serviços

Resultado Bruto

Despesas/Receitas Operacionais

Resultado Operacional

Resultado Não Operacional

Resultado antes da Tributação/Participação

Lucro/Prejuízo do Período

Informações Relativas ao consumo de Energia (acumulado – primeiro semestre de 2007)

	MWh	R\$ mil
Residencial Normal	601.568	317.618
Residencial Baixa Renda	596.862	126.738
Industrial	548.336	170.353
Comércio, Serviços e outros	660.249	289.421
Rural	272.706	54.982
Serviços Públicos	121.439	34.541
Poder Público	181.481	76.291
Iluminação Pública	168.461	45.603
Total	3.151.102	1.115.547

9.1.10. Companhia Energética do Piauí - Cepisa

A Cepisa, concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica atendendo todo o Estado do Piauí. A Cepisa é controlada pela Eletrobrás.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da Cepisa, que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras

Balanço - Período encerrado em 31 de dezembro de 2006			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	581.988	Passivo Total	581.988
Ativo Circulante	298.807	Passivo Circulante	269.105
Ativo Realizável a Longo Prazo	36.676	Passivo Exigível a Longo Prazo	440.987
Títulos a Receber	6.697	Empréstimos e financiamentos	339.850
Depósitos Judiciais e Outros	26.913	Energia Livre	17.593
Ativo Permanente	246.505	Outras contas a pagar	1.547
Investimentos	146	Passivo a descoberto	(128.104)
Imobilizado	246.359		

Demonstração do Resultado – 31/12/2006

Receita Bruta	46.646
Impostos / Contribuições Sociais	-
Receita Líquida	418.762
Custo com energia elétrica	(187.775)
Custo de operação	(184.237)
Serviços de Terceiros	(104)
Resultado Operacional	72.004
Resultado Não Operacional	2.883
Prejuízo do Exercício	(69.121)

Informações Relativas ao consumo de Energia (exercício findo em 31 de dezembro de 2006)

	R\$ mil
Residencial	73.359
Industrial	22.663
Comércio, Serviços e Outras Atividades	36.137
Rural	9.567
Poder Público (federal, estadual municipal)	29.757
Iluminação Pública	11.563
Serviço Público	130.687
Total	313.733

9.1.11. Companhia Energética do Rio Grande do Norte - Cosern

A Cosern presta serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica no Estado do Rio Grande do Norte. A Cosern é controlada pela Neoenergia S.A.

O total de energia distribuída pela Cosern em 2006 foi de aproximadamente 1.686.247MWh. O número de clientes atendidos pela Cosern, em 2006, era de 933.643.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da Cosern, que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras

Balanco - Período encerrado em 30 de setembro de 2007			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	1.254.377	Passivo Total	1.254.377
Ativo Circulante	359.125	Passivo Circulante	254.645
Disponibilidades	19.189	Empréstimos e financiamentos	37.516
Créditos	337.779	Debêntures	37.409
Estoques	2.157	Fornecedores	50.454
Outros	-	Impostos, Taxas e Contribuições	66.163
Ativo Realizável a Longo Prazo	489.112	Dividendos a pagar	419
Créditos Diversos	489.112	Provisões	61
Créditos com Pessoas Ligadas	-	Dívidas com Pessoas Ligadas	-
Outros	-	Outros	62.623
Ativo Permanente	406.140	Passivo Exigível a Longo Prazo	390.953
Investimentos	1.030	Empréstimos e financiamentos	183.897
Imobilizado	384.194	Debêntures	143.200
Diferido	-	Provisões	17.382
		Dívidas com Pessoas Ligadas	-
		Outros	46.474
		Resultados de Exercícios Futuros	-
		Patrimônio Líquido	608.779

Demonstração do Resultado – 01/01/2007 a 30/09/2007

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	542.207
Custo de Bens e/ou Serviços	(278.702)
Resultado Bruto	263.505
Despesas/Receitas Operacionais	(98.218)
Resultado Operacional	165.287
Resultado Não Operacional	(1.379)
Resultado antes da Tributação/Participação	163.908
Lucro/Prejuízo do Período	120.779

Informações Relativas ao consumo de Energia (acumulado em 2006)

	MWh	R\$ mil
Residencial	584.797	185.912
Industrial	323.655	82.276
Comercial	342.348	120.241
Rural	152.954	28.011
Serviços Públicos	109.594	26.230
Poder Público	92.442	38.263
Iluminação Pública	66.638	12.499
Consumo Próprio	2.280	-
Total	1.686.247	527.947

9.1.12. Companhia Luz e Força Santa Cruz – CLFSC

A CLFSC, integrante do Grupo Votorantim, é concessionária de serviços públicos de geração e distribuição de energia elétrica em 41 localidades situadas em 27 municípios dos Estados de São Paulo e Paraná. O total de energia distribuída pela CLFSC no ano de 2005 foi de aproximadamente 746 GWh.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da CLFSC, que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras

Balanco – Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	156.715	Passivo Total	156.715
Ativo Circulante	72.245	Passivo Circulante	51.147
Disponibilidades	12.559	Empréstimos e financiamentos	3.111
Consumidores, Concessionárias e Permissionários	43.478	Folha de Pagamento	369-
Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica	10	Tributos e Contribuições Sociais	7.907
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.376)	Obrigações Estimadas	7.505
Impostos e contribuições sociais compensáveis	1.169	Taxas Regulamentares	1.249
Estoques	409	Fornecedores	15.545
Conta de Compensação de variação dos custos da Parcela A	6.872	Conta de Compensação de variação dos custos da Parcela A	3.787
Ativo Regulatório – PIS e COFINS – aumento tarifário	7.569	Outras Contas a Pagar	6.671
Despesas pagas antecipadamente	31	Dividendos	5.004
Devedores Diversos	2.524	Passivo Exigível a Longo Prazo	16.328
Ativo Realizável a Longo Prazo	8.370	Fornecedores – Energia Livre	-
Consumidores, concessionárias e permissionárias	180-	Tributos e Contribuições Sociais	64
Conta de compensação de variações de custos da Parcela A	5.540-	Empréstimos e Financiamentos	8.404
Ativo Regulatório – PIS e COFINS – aumento tarifário	669	Conta de Compensação de variação dos custos da Parcela A	344
Incentivos Fiscais e Outros	1.981	Provisão para contingências	2.323
Ativo Permanente	76.100	Outras Contas pagar	1.430
Investimentos	-	Reserva para reversão e amortização	3.763
Imobilizado	76.100	Patrimônio Líquido	89.240
		Capital Social	77.895
		Reserva de Capital	1.133
		Reserva de lucros	3.025
		Lucros Acumulados	7.187
		Total do Passivo e patrimônio líquido	156.175

Demonstração do Resultado

Receitas Operacionais	230.569
Deduções da Receita Operacional	(57.480)
Resultado Não Operacional	(2.443)
Lucro/Prejuízo do Período	28.626

Informações Relativas ao consumo de Energia (acumulado no ano de 2005)

	GWh	R\$ mil
Residencial	229	88.300
Industrial	139	38.160
Comercial	107	38.515
Outros	221	43.075
Total	746	182.509

9.1.13. Companhia Nacional de Energia Elétrica - CNEE

A CNEE é concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, atuando em uma área de concessão que engloba 15 municípios da região de Catanduva e Novo Horizonte, no interior do Estado de São Paulo, num total de 4.500 km². A CNEE é controlada pelo Grupo Rede.

O total de energia distribuída pela CNEE no ano de 2006 foi de aproximadamente 423 GWh.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da CNEE, que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras

Balanco – Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	251.185	Passivo Total	251.185
Ativo Circulante	37.499	Passivo Circulante	54.084
Numerário Disponível	6.737	Fornecedores	16.686
Consumidores	19.031	Folha de pagamento	97
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(699)	Tributos, contribuições sociais e parcelamentos	5.463
Rendas a receber	753	Dividendos propostos	4.611
Tributos e contribuições sociais a compensar	3.311	Juros sobre capital próprio	2.551
Títulos a receber	1.167	Participações nos lucros	69
Estoque	604	Empréstimos, financiamentos e encargos	17.944
Serviços em curso	718	Taxa de Iluminação Pública	408
Redução da receita – Baixa Renda	130	Taxas regulamentares	3.534
Despesas pagas antecipadamente	3.224	Obrigações Estimadas	568
Outros	2.523	Benefícios pós emprego	31
Ativo Não Circulante – Realizável a longo prazo	118.686	Outros	2.122
Consumidores	1.005	Passivo Não Circulante	91.565
Empresas Relacionadas	100.314	Fornecedores	26
Títulos a receber	7.486	Tributos, contribuições sociais e parcelamentos	52.137
Depósitos Judiciais	386	Empréstimos, financiamentos e encargos	14.356
Créditos Tributários diferidos	143	Empresas relacionadas	179
Despesas pagas antecipadamente	2.188	Provisão para passivos contingentes	356
Tributos e contribuições sociais a compensar	280	Encargos Tributários s/reserva de reavaliação	20.473
Outros	6.884	Outros	4.038
Ativo Permanente	95.000	Patrimônio Líquido	105.536
Imobilizado – Líquido	94.296	Capital Social	28.000
Intangível – Líquido	704	Reserva de Capital	1.304
		Reserva de Reavaliação	51.520
		Reserva de lucros	24.172

Demonstração do Resultado – 31/12/2006

Receita Operacional Líquida	97.497
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(50.428)
Lucro Operacional Bruto	33.590
Despesas Operacionais	(24.017)
Resultado Operacional	6.822
Resultado Não Operacional	(741)
Lucro antes do IR e da Contribuição Social	6.081
Lucro Líquido do Exercício	3.934

Informações Relativas ao consumo de Energia (acumulado no ano de 2006)

	GWh	R\$ mil
Residencial	153	58.469
Industrial	87	24.579
Comercial	70	25.484
Outros	111	20.545
Total	423	131.030

9.1.14. Copel Distribuição S.A. - Copel

A Copel é uma sociedade de economia mista, que presta serviços de distribuição de energia elétrica no Estado do Paraná. A Copel é controlada pelo Estado do Paraná.

O total de energia distribuída pela Copel no ano de 2006 foi de 883.255 GWh.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da Copel, que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras

Balanco – Período encerrado em 31 de dezembro de 2006			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	4.014.179	Passivo Total	4.014.179
Ativo Circulante	1.284.945	Passivo Circulante	1.700.675
Disponibilidades	132.854	Empréstimos e financiamentos	14.802
Consumidores e Revendedores	829.997	Debêntures	637.329
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(98.263)	Fornecedores	335.237
Serviços executados para terceiros, líquidos	45	Impostos e Contribuições Sociais	184.127
Serviços em curso	12.322	Folha de Pagamento e provisões trabalhistas	82.562
Repasse CRC ao Gov. Estado do Paraná	35.205	Benefícios pós-emprego	77.143
Impostos e contribuições sociais a compensar	186.679	Conta de compensação da parcela "A"	110.498
Conta de compensação da parcela "A"	90.048	Taxas Regulamentares	48.570
Ativo Regulatório – Pasep/Cofins	3.408	Outras contas a pagar	24.212
Cauções e depósitos vinculados	33.714	Passivo Exigível a Longo Prazo	624.218
Estoques	32.333	Empréstimos e financiamentos	98.667
Outros Créditos	26.603	Debêntures	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.557.784	Provisões para contingências	133.317
Consumidores e Revendedores	81.048	Dívidas com Pessoas Ligadas	-
Repasse CRC ao Gov. Estado do Paraná	1.158.898	Fornecedores	62.863
Impostos e contribuições sociais	213.232	Impostos e Contribuições Sociais	15.126
Depósitos Judiciais	67.297	Benefícios pós-emprego	262.202
Conta de compensação da parcela "A"	12.273	Conta de compensação da parcela "A"	52.053
Ativo Regulatório – Pasep/Cofins	-	Patrimônio Líquido	1.689.286
Cauções e depósitos vinculados	19.490	Capital Social	1.607.168
Outros Créditos	5.546	Prejuízos Acumulados	-
Ativo Permanente	2.729.234		
Investimentos	419		
Imobilizado	1.157.613		

Demonstração do Resultado

Receita Operacional Líquida	(2.170.778)
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(2.170.778)
Lucro Operacional Bruto	1.113.974
Despesas Operacionais	(810.329)
Resultado Operacional	387.824
Resultado Não Operacional	(6.201)
Lucro antes do IR e da Contribuição Social	381.623
Lucro Líquido do Exercício	284.679

Informações Relativas ao consumo de Energia (acumulado no ano de 2006)

	GWh
Residencial	154.840
Industrial	134.970
Comercial	89.037
Rural	17.232
Poder Público	50.668
Iluminação Pública	13.031
Serviços Públicos	11.975
Total	883.255

9.1.15. Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina – Cataguazes-Leopoldina

A Cataguazes-Leopoldina é uma concessionária distribuidora de energia elétrica integrante do sistema Cataguazes-Leopoldina, que atua em 65 municípios no Estado de Minas Gerais e 1 no Estado do Rio de Janeiro, atendendo a aproximadamente 336.675 consumidores.

O total de energia distribuída pela Cataguazes-Leopoldina até 30 de junho de 2007 foi de aproximadamente 587,2 GWh. O número de clientes atendidos pela Cataguazes-Leopoldina, em 2006, foi de 1.935.455.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da Cataguazes-Leopoldina, que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras

Balanco - Período encerrado em 30 de junho de 2007			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	440.600	Passivo Total	440.600
Ativo Circulante	135.915	Passivo Circulante	229.520
Disponibilidades	16.535	Empréstimos e financiamentos	169.828
Créditos	46.934	Debêntures	-
Estoques	300	Fornecedores	21.458
Outros	72.146	Impostos, Taxas e Contribuições	19.324
Ativo Realizável a Longo Prazo	182.775	Dividendos a pagar	-
Créditos Diversos	15.225	Provisões	1.347
Créditos com Pessoas Ligadas	-	Dívidas com Pessoas Ligadas	-
Outros	167.550	Outros	17.563
Ativo Permanente	121.910	Passivo Exigível a Longo Prazo	69.028
Investimentos	329	Empréstimos e financiamentos	49.109
Imobilizado	117.279	Debêntures	-
Diferido	-	Provisões	-
		Dívidas com Pessoas Ligadas	-
		Outros	19.919
		Resultados de Exercícios Futuros	-
		Patrimônio Líquido	142.052

Demonstração do Resultado

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	148.829
Custo de Bens e/ou Serviços	(84.640)
Resultado Bruto	64.189
Despesas/Receitas Operacionais	(27.769)
Resultado Operacional	36.420
Resultado Não Operacional	991
Resultado antes da Tributação/Participação	37.411
Lucro/Prejuízo do Período	29.448

Informações Relativas ao consumo de Energia (acumulado até 30 de junho de 2007)

	MWh	R\$ mil
Residencial	965.462	90.465
Industrial	639.844	39.141
Comercial	500.674	37.281
Rural	195.968	18.365
Poder Público (federal, estadual municipal)	11.974	5.567
Iluminação Pública	30.778	8.364
Serviço Público	17.171	5.475
Consumo Próprio	1.067	-
Total	481.413	204.658

9.1.16. Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL Paulista

A CPFL Paulista é uma concessionária de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, que atua na região do interior do Estado de São Paulo, abrangendo 234 municípios, numa área geográfica superior a 90.400 mil km². A CPFL Paulista é controlada pela CPFL Energia S.A.

O total de energia distribuída pela CPFL Paulista até 30 de junho de 2007 foi de aproximadamente 9.938 GWh. O número de clientes atendidos pela CPFL Paulista, até 30 de junho de 2007, foi de 3,4 milhões.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da CPFL Paulista, que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras

Balanco - Período encerrado em 30 de junho de 2007			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	4.672.759	Passivo Total	4.672.759
Ativo Circulante	2.064.198	Passivo Circulante	2.048.133
Disponibilidades	352.813	Empréstimos e financiamentos	395.008
Créditos	1.656.757	Debêntures	27.613
Estoques	4.830	Fornecedores	398.247
Outros	49.798	Impostos, Taxas e Contribuições	300.145
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.155.469	Dividendos a pagar	406.406
Créditos Diversos	1.059.869	Provisões	-
Créditos com Pessoas Ligadas	-	Dívidas com Pessoas Ligadas	-
Outros	95.600	Outros	520.714
Ativo Permanente	1.453.092	Passivo Exigível a Longo Prazo	2.118.351
Investimentos	2.082	Empréstimos e financiamentos	476.438
Imobilizado	1.443.507	Debêntures	905.945
Diferido	7.503	Provisões	37.951
		Dívidas com Pessoas Ligadas	-
		Outros	698.017
		Resultados de Exercícios Futuros	-
		Patrimônio Líquido	506.275

Demonstração do Resultado

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	2.086.199
Custo de Bens e/ou Serviços	(1.319.756)
Resultado Bruto	766.443
Despesas/Receitas Operacionais	(190.881)
Resultado Operacional	575.562
Resultado Não Operacional	434
Resultado antes da Tributação/Participação	575.996
Lucro/Prejuízo do Período	406.848

Informações Relativas ao consumo de Energia (acumulado até 30 de junho de 2007)

	GWh	R\$ mil
Residencial	3.039	1.276.955
Industrial	2.728	848.470
Comercial	1.907	699.403
Rural	461	96.686
Serviços Públicos	269	141.211
Poder Público	149	98.442
Iluminação Pública	182	75.149
Consumo Próprio	10	-
Total	9.938	3.236.316

9.1.17. Companhia Piratininga de Força e Luz – CPFL Piratininga

A CPFL Piratininga é uma concessionária de serviços públicos de distribuição e comercialização de energia elétrica, que atua na região do interior paulista e na baixada santista, abrangendo 27 municípios. A CPFL Piratininga é controlada pela CPFL Paulista.

A CPFL Piratininga tinha aproximadamente 1.312.000 de consumidores até 30 de junho de 2007. No segundo semestre de 2007, a CPFL Piratininga distribuiu 4.330 GWh de energia elétrica.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da CPFL Piratininga, que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras

Balanco - Período encerrado em 30 de junho de 2007			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	1.717.100	Passivo Total	1.717.100
Ativo Circulante	745.665	Passivo Circulante	730.949
Disponibilidades	71.323	Empréstimos e financiamentos	34.137
Créditos	659.267	Debêntures	24.816
Estoques	1.454	Fornecedores	169.371
Outros	13.621	Impostos, Taxas e Contribuições	110.754
Ativo Realizável a Longo Prazo	255.080	Dividendos a pagar	164.375
Créditos Diversos	237.999	Provisões	-
Créditos com Pessoas Ligadas	-	Dívidas com Pessoas Ligadas	-
Outros	17.081	Outros	227.496
Ativo Permanente	716.355	Passivo Exigível a Longo Prazo	755.613
Investimentos	-	Empréstimos e financiamentos	140.826
Imobilizado	715.310	Debêntures	400.000
Diferido	1.045	Provisões	13.461
		Dívidas com Pessoas Ligadas	-
		Outros	201.326
		Resultados de Exercícios Futuros	-
		Patrimônio Líquido	230.538

Demonstração do Resultado

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	973.413
Custo de Bens e/ou Serviços	(645.426)
Resultado Bruto	327.987
Despesas/Receitas Operacionais	(87.744)
Resultado Operacional	240.243
Resultado Não Operacional	(1.584)
Resultado antes da Tributação/Participação	238.659
Lucro/Prejuízo do Período	164.487

Informações Relativas ao consumo de Energia (acumulado até 30 de junho de 2007)

	GWh	R\$ mil
Residencial	1.347	559.237
Industrial	1.473	445.493
Comercial	800	307.251
Rural	90	16.226
Serviços Públicos	136	33.774
Poder Público	89	27.834
Iluminação Pública	124	36.462
Consumo Próprio	2	-
Total	4.330	1.426.277

9.1.18. Elektro Eletricidade e Serviços S.A. – Elektro

A Elektro, concessionária de serviço público, atua na distribuição de energia elétrica em 228 municípios, dos quais 223 no Estado de São Paulo e 5 no Estado do Mato Grosso do Sul. É controlada diretamente pelas empresas *holdings* EPC – Empresa Paranaense Comercializadora Ltda., ETB – Energia Total do Brasil Ltda., Prisma Energy Investimentos Energéticos Ltda. e Prisma Energy Brazil Finance Ltd.

Até 30 de junho de 2007, o número total de clientes da Elektro atingiu 1.979.364, tendo distribuído 4.863.886 MWh de energia elétrica.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da Elektro, que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras

Balanco - Período encerrado em 30 de junho de 2007			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	3.095.598	Passivo Total	3.095.598
Ativo Circulante	1.308.867	Passivo Circulante	842.019
Disponibilidades	521.669	Empréstimos e financiamentos	33.506
Créditos	742.825	Debêntures	54.239
Estoques	3.677	Fornecedores	191.038
Outros	40.696	Impostos, Taxas e Contribuições	116.316
Ativo Realizável a Longo Prazo	405.077	Dividendos a pagar	236.816
Créditos Diversos	402.507	Provisões	54.227
Créditos com Pessoas Ligadas	-	Dívidas com Pessoas Ligadas	49.438
Outros	2.570	Outros	106.439
Ativo Permanente	1.381.654	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.180.963
Investimentos	4.348	Empréstimos e financiamentos	166.968
Imobilizado	1.338.429	Debêntures	771.834
Diferido	9.047	Provisões	126.944
		Dívidas com Pessoas Ligadas	-
		Outros	115.217
		Resultados de Exercícios Futuros	-
		Patrimônio Líquido	1.072.616

Demonstração do Resultado

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	1.129.759
Custo de Bens e/ou Serviços	(692.828)
Resultado Bruto	436.931
Despesas/Receitas Operacionais	(85.989)
Resultado Operacional	350.942
Resultado Não Operacional	(8.095)
Resultado antes da Tributação/Participação	342.847
Lucro/Prejuízo do Período	249.277

Informações Relativas ao consumo de Energia (acumulado até 30 de junho de 2007)

	MWh	R\$ mil
Residencial	1.597.721	743.286
Industrial	21.530	435.552
Comercial	744.186	307.065
Rural	364.890	85.906
Serviços Públicos	181.071	45.459
Poderes Públicos	128.346	57.348
Iluminação Pública	194.625	52.527
Total	4.921.755	1.838.982

9.1.19. Empresa Elétrica Bragantina - EEB

A EEB presta serviços de distribuição de energia elétrica em uma área de 3.453 Km², atendendo mais de 100.443 consumidores distribuídos em 15 municípios dos estados de Minas Gerais e São Paulo. A EEB é controlada pelo Grupo Rede.

O total de energia distribuída pela EEB no ano de 2006 foi de aproximadamente 568 GWh.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da EEB, que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras

Balanco – Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	370.989	Passivo Total	370.989
Ativo Circulante	49.047	Passivo Circulante	95.977
Numerário Disponível	5.146	Fornecedores	20.504
Aplicações no mercado aberto	1.300	Folha de pagamento	113
Consumidores	27.106	Tributos, contribuições sociais e parcelamentos	7.043
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.841)	Dividendos propostos	322
Tributos e contribuições sociais a compensar	6.723	Juros sobre capital próprio	451
Títulos a receber	1.088	Empréstimos, financiamentos e encargos	56.652
Estoque	562	Taxas regulamentares	5.771
Serviços em curso	693	Outros	5.121
Redução da receita – Baixa Renda	150	Passivo Não Circulante	145.768
Despesas pagas antecipadamente	4.538	Tributos, contribuições sociais e parcelamentos	63.444
Outros	3.582	Empréstimos, financiamentos e encargos	50.469
Ativo Não Circulante – Realizável a longo prazo	177.989	Empresas relacionadas	82
Consumidores	2.160	Provisão para passivos contingentes	905
Empresas Relacionadas	160.898	Encargos Tributários s/reserva de reavaliação	28.471
Depósitos Judiciais	1.098	Outros	2.397
Créditos Tributários diferidos	712	Patrimônio Líquido	129.244
Despesas pagas antecipadamente	4.019	Capital Social	40.948
Tributos e contribuições sociais a compensar	558	Reserva de Capital	1.825
Outros	8.544	Reserva de Reavaliação	56.697
Ativo Permanente	143.953	Reserva de lucros	29.774
Imobilizado – Líquido	140.875		
Intangível – Líquido	2.412		
Diferido – Líquido	215		

Demonstração do Resultado

Receita Operacional Líquida	136.135
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(77.945)
Lucro Operacional Bruto	40.747
Despesas Operacionais	(38.367)
Resultado Operacional	(2.215)
Resultado Não Operacional	(287)
Lucro antes do IR e da Contribuição Social	(2.502)
Lucro Líquido do Exercício	(4.193)

Informações Relativas ao consumo de Energia (acumulado no ano de 2006)

	GWh	R\$ mil
Residencial	171	70.136
Industrial	225	57.243
Comercial	72	25.343
Rural	46	10.230
Serviços Públicos	7	2.929
Poder Público	24	4.703
Iluminação Pública	19	4.596
Consumo Próprio	0,5	-
Total	568	188.123

9.1.20. Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. - EEPV

A EEPV presta serviços de distribuição de energia elétrica a mais de 138.000 mil clientes no Estado de São Paulo, numa área de concessão de 11.770 km². A EEPV é controlada pelo Grupo Rede.

O total de energia distribuída no ano de 2006 foi de aproximadamente 645 GWh.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da EEPV, que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras

Balanco – Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	267.597	Passivo Total	267.597
Ativo Circulante	47.443	Passivo Circulante	73.501
Numerário Disponível	2.616	Fornecedores	9.864
Aplicações no mercado aberto	6.365	Folha de pagamento	139
Consumidores	27.718	Tributos, contribuições sociais e parcelamentos	8.682
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(894)	Participações nos lucros	321
Rendas a receber	126	Empréstimos, financiamentos e encargos	44.792
Tributos e contribuições sociais a compensar	1.787	Taxa de Iluminação Pública	577
Títulos a receber	363	Taxas regulamentares	5.929
Estoque	707	Obrigações estimadas	1.011
Serviços em curso	973	Benefícios pós-emprego	48
Redução de receita – Baixa Renda	696	Outros	2.138
Despesas pagas antecipadamente	5.179	Passivo Não Circulante	79.495
Outros	1.807	Tributos, contribuições sociais e parcelamentos	29.227
Ativo Não Circulante – Realizável a longo prazo	34.226	Empréstimos, financiamentos e encargos	30.269
Consumidores	7.666	Empresas relacionadas	13.453
Empresas Relacionadas	13.074	Provisão para passivos contingentes	391
Depósitos Judiciais	3.796	Outros	6.155
Créditos Tributários diferidos	2.845	Patrimônio Líquido	114.601
Títulos a receber	2.379	Capital Social	115.905
Despesas pagas antecipadamente	4.204	Prejuízos acumulados	(1.327)
Tributos e contribuições sociais a compensar	152		
Outros	110		
Ativo Permanente	185.928		
Imobilizado – Líquido	184.722		
Intangível – Líquido	1.111		
Diferido – Líquido	95		

Demonstração do Resultado

Receita Operacional Líquida	157.294
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(80.797)
Lucro Operacional Bruto	50.748
Despesas Operacionais	(34.223)
Resultado Operacional	4.926
Resultado Não Operacional	(345)
Lucro antes do IR e da Contribuição Social	4.581
Lucro Líquido do Exercício	2.887

Informações Relativas ao consumo de Energia (acumulado no ano de 2006)

	GWh	R\$ mil
Residencial	222	84.512
Industrial	138	35.771
Comercial	102	37.262
Rural	78	14.935
Serviços Públicos	26	8.259
Poder Público	44	9.176
Iluminação Pública	32	8.234
Consumo Próprio	0,6	-
Total	645	204.885

9.1.21. Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S.A. – Enersul

A Enersul, companhia de capital aberto, concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A., detém a concessão de distribuição de energia elétrica pelo prazo de 30 anos, válidos até dezembro de 2027 e atua em 73 municípios no Estado de Mato Grosso do Sul, sendo que dentro dos 328.316 km² da área de concessão, a Enersul atende a 92% da área total do Estado.

O total de energia distribuída pela Enersul até 30 de setembro de 2007 foi de 1.635.014 MWh. O número de clientes atendidos pela Enersul, até 30 de junho de 2007, foi de aproximadamente 694.707.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da Enersul, que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras

Balanco - Período encerrado em 30 de setembro de 2007			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	1.731.706	Passivo Total	1.731.706
Ativo Circulante	491.731	Passivo Circulante	340.789
Disponibilidades	44.949	Empréstimos e financiamentos	60.280
Créditos	305.128	Debêntures	16.648
Estoques	2.425	Fornecedores	105.404
Outros	139.229	Impostos, Taxas e Contribuições	67.957
Ativo Realizável a Longo Prazo	406.159	Dividendos a pagar	24.503
Créditos Diversos	98.735	Provisões	85.013
Créditos com Pessoas Ligadas	14.903	Dívidas com Pessoas Ligadas	7.328
Outros	139.229	Outros	30.422
Ativo Permanente	833.816	Passivo Exigível a Longo Prazo	632.317
Investimentos	-	Empréstimos e financiamentos	172.054
Imobilizado	792.963	Debêntures	337.500
Diferido	-	Provisões	85.013
		Dívidas com Pessoas Ligadas	7.328
		Outros	30.422
		Resultados de Exercícios Futuros	-
		Patrimônio Líquido	758.600

Demonstração do Resultado (01/01/2007 a 30/09/2007)

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	626.808
Custo de Bens e/ou Serviços	(455.085)
Resultado Bruto	171.723
Despesas/Receitas Operacionais	(106.778)
Resultado Operacional	64.945
Resultado Não Operacional	(1.220)
Resultado antes da Tributação/Participação	63.725
Lucro/Prejuízo do Período	41.819

Informações Relativas ao consumo de Energia (acumulado até 30 de junho de 2007)

	MWh	R\$ mil
Residencial	480.197	254.469
Industrial	229.554	80.869
Comercial	320.517	161.290
Rural	164.987	52.349
Poder Público	85.503	46.069
Iluminação Pública	83.216	23.522
Serviço Público	52.306	15.573
Consumo Próprio	3.673	-
Total	1.635.014	422.733

9.1.22. Empresa Energética de Sergipe S.A. - Energipe

A Energipe é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, que atua em 63 municípios no Estado de Sergipe, atendendo a 503.361 consumidores. A Energipe é controlada indiretamente pela Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina, através de sua controlada Energisa S/A.

O total de energia distribuída até junho de 2007 foi de aproximadamente 900.782 MWh. O número de clientes atendidos pela Energipe, até junho de 2007, foi de 503.661.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da Energipe, que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras

Balanço - Período encerrado em 30 de junho de 2007			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	952.246	Passivo Total	952.246
Ativo Circulante	179.930	Passivo Circulante	246.195
Disponibilidades	37.718	Empréstimos e financiamentos	134.909
Créditos	82.499	Debêntures	-
Estoques	1.345	Fornecedores	32.393
Outros	58.368	Impostos, Taxas e Contribuições	22.336
Ativo Realizável a Longo Prazo	113.770	Dividendos a pagar	100
Créditos Diversos	25.826	Provisões	4.278
Créditos com Pessoas Ligadas	35.986	Dívidas com Pessoas Ligadas	-
Outros	51.958	Outros	52.179
Ativo Permanente	658.546	Passivo Exigível a Longo Prazo	460.802
Investimentos	-	Empréstimos e financiamentos	417.401
Imobilizado	224.748	Debêntures	-
Diferido	-	Provisões	-
		Dívidas com Pessoas Ligadas	-
		Outros	417.401
		Resultados de Exercícios Futuros	-
		Patrimônio Líquido	245.249

Demonstração do Resultado

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	203.560
Custo de Bens e/ou Serviços	(97.933)
Resultado Bruto	105.627
Despesas/Receitas Operacionais	(57.420)
Resultado Operacional	48.207
Resultado Não Operacional	1.057
Resultado antes da Tributação/Participação	49.264
Lucro/Prejuízo do Período	34.083

Informações Relativas ao consumo de Energia (acumulado até 30 de junho de 2007)

	GWh	R\$ mil
Residencial	284.534	116.424
Industrial	151.186	40.644
Comercial	168.526	68.359
Rural	37.653	8.312
Serviços Públicos	77.015	13.320
Poder Público		
Federal	12.698	4.612
Estadual	25.903	9.584
Municipal	12.188	4.510
Iluminação Pública	51.237	8.657
Consumo Próprio	1.400	-
Total	900.782	308.380

9.1.23. Espírito Santo Centrais Elétricas S. A. - Escelsa

A Escelsa, companhia de capital aberto, concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A., detém a concessão de distribuição de energia elétrica pelo prazo de 30 anos, válidos até julho de 2025 e atua em 70 dos 78 municípios no Estado do Espírito Santo (90% da área total do Estado), sendo que dentro dos 41.241 km² da área de concessão a Companhia atende a 94% dos consumidores do Estado.

A energia distribuída pela Escelsa até 30 de setembro de 2007 foi de aproximadamente 6.292.285 MWh.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da Escelsa, que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras

Balanco - Período encerrado em 30 de setembro de 2007			
ATIVO	R\$ mil	PASSIVO	R\$ mil
Ativo Total	2.108.238	Passivo Total	2.108.238
Ativo Circulante	814.889	Passivo Circulante	520.338
Disponibilidades	199.277	Empréstimos e financiamentos	32.408
Créditos	278.281	Debêntures	17.303
Estoques	4.130	Fornecedores	130.698
Outros	228.123	Impostos, Taxas e Contribuições	112.102
Ativo Realizável a Longo Prazo	369.375	Dividendos a pagar	38.647
Créditos Diversos	226.851	Provisões	-
Créditos com Pessoas Ligadas	871	Dívidas com Pessoas Ligadas	-
Outros	141.653	Outros	189.180
Ativo Permanente	923.974	Passivo Exigível a Longo Prazo	733.919
Investimentos	4.982	Empréstimos e financiamentos	82.658
Imobilizado	847.883	Debêntures	514.000
Diferido	-	Provisões	70.299
		Dívidas com Pessoas Ligadas	5.693
		Outros	61.269
		Resultados de Exercícios Futuros	-
		Patrimônio Líquido	853.981

Demonstração do Resultado (01/01/2007 a 30/09/2007)

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	912.832
Custo de Bens e/ou Serviços	(673.548)
Resultado Bruto	(239.374)
Despesas/Receitas Operacionais	(112.445)
Resultado Operacional	126.929
Resultado Não Operacional	140
Resultado antes da Tributação/Participação	127.069
Lucro/Prejuízo do Período	80.748

Informações Relativas ao consumo de Energia (acumulado até 30 de setembro de 2007)

	MWh	R\$ mil
Residencial	1.115.657	493.767
Industrial	778.882	266.916
Comercial	726.219	310.485
Rural	345.158	69.314
Poder Público	128.785	51.896
Iluminação Pública	157.019	35.188
Serviços Públicos	123.556	34.993
Consumo Próprio	6.183	-
Total	3.381.459	1.262.559

9.1.24. S.A. de Eletrificação da Paraíba - Saelpa

Adquirida em leilão público pelo Sistema Cataguazes-Leopoldina em novembro de 2000, a Saelpa atua em 96% do Estado da Paraíba e atende um universo de aproximadamente 838 mil consumidores, distribuídos em 216 municípios, numa área de 54.595km².

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da Saelpa, que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras

Balanco - Período encerrado em 30 de junho de 2007			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	1.010.301	Passivo Total	1.010.301
Ativo Circulante	310.451	Passivo Circulante	286.608
Caixa e Bancos	41.789	Empréstimos e financiamentos	133.761
Contas a Receber	129.714	Fornecedores	55.788
Estoques	294	Salários, Contribuições Sociais e Impostos a Recolher	40.954
Outros	114.223	Outros	56.105
Ativo Realizável a Longo Prazo	343.723	Passivo Exigível a Longo Prazo	320.569
Empresas Controladas e Coligadas	26.028	Empréstimos e financiamentos	244.226
Créditos Renegociados	-	Impostos a Recolher	7.931
Depósitos Judiciais e Outros	317.695	Outros	68.412
Ativo Permanente	355.774	Patrimônio Líquido	403.124
Investimentos	25		
Imobilizado	344.327		
Diferido	353		

Demonstração do Resultado

Receita Bruta	448.453
Impostos/Contribuições Sociais	(43.009)
RGR	(2.795)
Receita Líquida	281.041
Pessoal	26.538
Material	3.193
Serviços de Terceiros	27.644
Energia Comprada	115.330
Transporte de potência elétrica	21.953
Depreciação	14.343
CCC	-
Provisão para contingências/Devedores duvidosos	5.249
Outras Despesas	10.037
Despesas Operacionais	224.297
Margem Operacional	56.744
Resultado Financeiro	(16.405)
Resultado Não Operacional	302
Lucro/Prejuízo do Período	26.907

9.2. Os Usuários da Rede Básica

Os Usuários da Rede Básica são os usuários que celebraram os CUST para uso do Sistema de Transmissão da Rede Básica. Os CUST são celebrados entre o ONS, na qualidade de representante da Cedente, e os usuários da Rede Básica, podendo ser estes usuários: (i) agentes detentores de concessão ou permissão para distribuição de energia elétrica; (ii) agentes geradores conectados diretamente à Rede Básica ou, apesar de não conectados à Rede Básica, centralmente despachados, sejam eles concessionários ou autorizados; (iii) consumidores conectados à Rede Básica; e (iv) importadores e exportadores de energia elétrica conectados diretamente à Rede Básica.

Abaixo seguem informações financeiras dos Usuários da Rede Básica:

9.2.1. AES - Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. - AES Sul

A AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A., sociedade anônima de capital aberto é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, tendo sido constituída em 28 de julho de 1997, sob a denominação de Companhia Centro-Oeste de Distribuição de Energia Elétrica. A Companhia concentra as suas operações na exploração do direito de concessão para distribuição de energia elétrica em 118 municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da AES Sul, que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras

Balanco – Período encerrado em 30 de junho de 2007			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	2.025.787	Passivo Total	2.025.787
Ativo Circulante	405.803	Passivo Circulante	521.846
Disponibilidades	87.324	Empréstimos e financiamentos	34.383
Créditos	221.220	Debêntures	-
Estoques	1.354	Fornecedores	249.023
Outros	95.905	Impostos, Taxas e Contribuições	33.974
Ativo Realizável a Longo Prazo	228.451	Dividendos a pagar	-
Créditos Diversos	-	Provisões	34.991
Créditos com Pessoas Ligadas	-	Dívidas com Pessoas Ligadas	-
Outros	228.451	Outros	169.475
Ativo Permanente	1.391.533	Passivo Exigível a Longo Prazo	867.031
Investimentos	1.377	Empréstimos e financiamentos	682.544
Imobilizado	665.378	Debêntures	-
Diferido	2.552	Provisões	60.689
		Dívidas com Pessoas Ligadas	-
		Outros	123.798
		Resultados de Exercícios Futuros	-
		Patrimônio Líquido	636.910

Demonstração do Resultado 01/01/2007 a 30/06/2007

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	661.064
Custo de Bens e/ou Serviços	(497.548)
Resultado Bruto	163.516
Despesas/Receitas Operacionais	(111.499)
Resultado Operacional	52.017
Resultado Não Operacional	(6.575)
Resultado antes da Tributação/Participação	45.442
Lucro/Prejuízo do Período	34.702

9.2.2. AES Tietê S.A. – AES Tietê

A AES Tietê, companhia de capital aberto e suas controladas, estão autorizadas a operar como concessionária de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia. O controle da AES Tietê é detido pela *holding* Brasileira Energia S/A.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da AES Tietê, que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras

Balanço Consolidado – Período encerrado em 30 de junho de 2007			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	2.516.931	Passivo Total	2.516.931
Ativo Circulante	1.074.989	Passivo Circulante	680.061
Disponibilidades	578.087	Empréstimos e financiamentos	174.023
Créditos	194.031	Debêntures	-
Estoques	1.169	Fornecedores	84.848
Outros	301.702	Impostos, Taxas e Contribuições	166.173
Ativo Realizável a Longo Prazo	203.744	Dividendos a pagar	1.487
Créditos Diversos	175.607	Provisões	52.238
Créditos com Pessoas Ligadas	-	Dívidas com Pessoas Ligadas	192.829
Outros	28.137	Outros	8.463
Ativo Permanente	1.238.198	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.219.400
Investimentos	2.099	Empréstimos e financiamentos	1.131.182
Imobilizado	1.213.866	Debêntures	-
Diferido	21.901	Provisões	37.626
		Dívidas com Pessoas Ligadas	-
		Outros	50.592
		Resultados de Exercícios Futuros	-
		Patrimônio Líquido	617.470

Demonstração do Resultado

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	740.418
Custo de Bens e/ou Serviços	(253.114)
Resultado Bruto	487.304
Despesas/Receitas Operacionais	(18.891)
Resultado Operacional	468.413
Resultado Não Operacional	31
Resultado antes da Tributação/Participação	468.444
Lucro/Prejuízo do Período	302.529

Informações Relativas ao consumo de Energia (acumulado até 30 de junho de 2007)

	R\$ mil
Residencial	185.790
Industrial	61.890
Comercial	87.757
Outros	71.722
Total	488.453

9.2.3. Alunorte – Alumina do Norte do Brasil S.A.

A Alunorte – Alumina do Norte do Brasil S.A., localizada no Estado do Pará, atua na industrialização de alumina, matéria-prima na produção de alumínio. A Alunorte é controlada pela Companhia Vale do Rio Doce S.A.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da Alunorte, que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras

Balanço – Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	4.975.720	Passivo Total	4.975.720
Ativo Circulante	833.105	Passivo Circulante	590.523
Disponibilidades	41.172	Empréstimos e financiamentos	240.783
Depósitos em garantia	31.786	Fornecedores e empreiteiros	161.452
Clientes parte relacionadas	378.651	Salários e encargos sociais	6.155
Estoques	203.168	Tributos e contribuições	32.400
Imposto de renda e contribuição social diferidos	44.230	Dividendos propostos	147.411
Impostos a recuperar	126.893	Outros	2.322
Adiantamentos a fornecedores	468	Passivo Exigível a Longo Prazo	935.390
Outros	6.737	Empréstimos e financiamentos	934.202
Ativo Realizável a Longo Prazo	100.179	Provisões para contingências	1.152
Depósitos em garantia	43.103	Outros	36
IR e contribuição social diferidos	16.997	Patrimônio Líquido	2.517.707
Impostos a recuperar	21.877	Capital Social	1.526.988
Despesas antecipadas	7.553	Reservas de capital	202.657
Depósitos judiciais	10.293	Reservas de lucro	729.443
Outros	356		
Ativo Permanente	4.042.436		
Investimentos	63		
Imobilizado	3.942.197		
Diferido	100.176		

Demonstração do Resultado

Receita Operacional Líquida	2.711.121
Custo dos Produtos Vendidos	(1.568.543)
Lucro Operacional Bruto	1.142.578
Despesas Operacionais	(71.950)
Resultado Operacional	995.240
Resultado Não Operacional	383
Lucro antes do IR e da Contribuição Social	995.623
Lucro Líquido do Exercício	620.264

9.2.4. Baesa - Energética Barra Grande S.A.

A Baesa - Energética Barra Grande S.A. tem como objeto social explorar, na qualidade de concessionária, o Aproveitamento Hidrelétrico de Barra Grande, localizado no Rio Pelotas, divisa dos municípios de Pinhal da Serra, no Estado do Rio Grande do Sul, e Anita Garibaldi, no Estado de Santa Catarina. A Baesa tem como acionista controlador a Alcoa Alumínio S.A.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da Baesa que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras

Balço – Período encerrado em 30 de setembro de 2007			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	1.545.400	Passivo Total	1.545.400
Ativo Circulante	160.767	Passivo Circulante	119.781
Disponibilidades	130.569	Empréstimos e financiamentos	71.644
Créditos	30.198	Debêntures	20.434
Estoques	-	Fornecedores	2.812
Outros	-	Impostos, Taxas e Contribuições	14.992
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.850	Dividendos a pagar	-
Créditos Diversos	2.585	Provisões	-
Créditos com Pessoas Ligadas	-	Dívidas com Pessoas Ligadas	-
Outros	813	Outros	9.899
Ativo Permanente	1.382.783	Passivo Exigível a Longo Prazo	919.606
Investimentos	-	Empréstimos e financiamentos	757.295
Imobilizado	1.382.482	Debêntures	134.401
Diferido	-	Provisões	27.910
		Dívidas com Pessoas Ligadas	-
		Outros	-
		Resultados de Exercícios Futuros	-
		Patrimônio Líquido	506.013

Demonstração do Resultado (01/01/2007 a 30/09/2007)

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	216.319
Custo de Bens e/ou Serviços	(50.096)
Resultado Bruto	166.223
Despesas/Receitas Operacionais	(70.113)
Resultado Operacional	96.110
Resultado Não Operacional	17
Resultado antes da Tributação/Participação	96.127
Lucro/Prejuízo do Período	62.941

9.2.5. Braskem S.A.

A Braskem, com sede em Camaçari – BA e detentora de 14 unidades de produção localizadas nos Estados de Alagoas, Bahia, São Paulo e Rio Grande do Sul, produz petroquímicos básicos como eteno, benzeno e caprolactama, além de gasolina e GLP (gás de cozinha). Além desse, a Braskem tem como objeto social a importação e exportação de produtos químicos, petroquímicos, combustíveis e a produção e fornecimento de insumos consumidos pelas empresas do Pólo Petroquímico de Camaçari. A Braskem faz parte do Grupo Odebrecht.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da Braskem, que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras (consolidado)

Balanço Consolidado– Período encerrado em 30 de junho de 2007			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	19.931.717	Passivo Total	19.931.717
Ativo Circulante	7.121.762	Passivo Circulante	5.308.563
Disponibilidades	2.086.887	Empréstimos e financiamentos	1.400.843
Créditos	2.660.331	Debêntures	109.674
Estoques	2.374.544	Fornecedores	2.790.279
Outros	-	Impostos, Taxas e Contribuições	502.323
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.997.211	Dividendos a pagar	8.1591
Créditos Diversos	1.760.165	Provisões	-
Créditos com Pessoas Ligadas	85.122	Dívidas com Pessoas Ligadas	-
Outros	151.924	Outros	497.285
Ativo Permanente	10.812.744	Passivo Exigível a Longo Prazo	7.423.879
Investimentos	616.497	Empréstimos e financiamentos	4.960.745
Imobilizado	8.127.516	Debêntures	832.190
Diferido	1.942.591	Provisões	190
		Dívidas com Pessoas Ligadas	640
		Outros	1.630.114
		Resultados de Exercícios Futuros	28.107
		Patrimônio Líquido	5.844.280

Demonstração do Resultado

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	8.259.371
Custo de Bens e/ou Serviços	(6.651.732)
Resultado Bruto	1.607.639
Despesas/Receitas Operacionais	(929.739)
Resultado Operacional	677.900
Resultado Não Operacional	(23.449)
Resultado antes da Tributação/Participação	654.451
Lucro/Prejuízo do Período	387.987

9.2.6. Caiuá – Serviços de Eletricidade S.A. – Caiuá

A Caiuá atua na distribuição e comercialização de energia elétrica, atendendo uma área 9.149 km² e uma população de mais de 600.000 habitantes em 24 municípios da Alta Sorocabana e Alta Paulista. A Caiuá é controlada pela Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A., fazendo parte do Grupo Rede.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da Caiuá, que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras (consolidado)

Balanço – Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	383.463	Passivo Total	383.463
Ativo Circulante	51.859	Passivo Circulante	84.365
Numerário Disponível	1.960	Fornecedores	11.979
Aplicações no mercado aberto	888	Folha de pagamento	158
Consumidores	31.191	Tributos, contribuições sociais e parcelamentos	11.223
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.093)	Empréstimos, financiamentos e encargos	48.502
Rendas a receber	200	Taxa de Iluminação Pública	463
Tributos e contribuições sociais a compensar	2.260	Taxas regulamentares	7.700
Títulos a receber	3.009	Obrigações estimadas	1.390
Estoque	813	Benefícios pós-emprego	116
Serviços em curso	1.700	Outros	2.834
Redução de receita – Baixa Renda	702	Passivo Não Circulante	200.625
Alienação de bens e direitos	477	Fornecedores	13.981
Adiantamento a fornecedor	1.973	Tributos, contribuições sociais e parcelamentos	28.671
Despesas pagas antecipadamente	2.476	Empréstimos, financiamentos e encargos	127.225
Outros	5.303	Empresas relacionadas	22.978
Ativo Não Circulante – Realizável a longo prazo	68.897	Provisão para passivos contingentes	162
Consumidores	40.670	Outros	7.608
Empresas Relacionadas	2.002	Patrimônio Líquido	98.473
Cauções e depósitos vinculados	10.394	Capital Social	111.267
Depósitos Judiciais	693	Prejuízos acumulados	(12.816)
Créditos Tributários diferidos	7.440		
Despesas pagas antecipadamente	2.271		
Tributos e contribuições sociais a compensar	472		
Outros	4.955		
Ativo Permanente	262.707		
Imobilizado – Líquido	260.882		
Intangível – Líquido	1.743		
Diferido – Líquido	82		

Demonstração do Resultado

Receita Operacional Líquida	194.689
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(97.421)
Lucro Operacional Bruto	65.497
Despesas Operacionais	(47.274)
Resultado Operacional	(9.619)
Resultado Não Operacional	(167)
Lucro antes do IR e da Contribuição Social	(9.786)
Lucro Líquido do Exercício	(6.651)

9.2.7. Camargo Corrêa Cimentos S.A.

A Camargo Corrêa Cimentos S.A. tem por objeto social a industrialização e o comércio de cimentos cinza e branco e de seus derivados, tais como sílica, concreto e argamassas, bem como a exploração, o beneficiamento e a comercialização de pedra britada.

Suas fábricas estão localizadas em Apiaí no Estado de São Paulo, Bodoquena no Estado do Mato Grosso do Sul, Pedro Leopoldo, Santana do Paraíso e Ijaci no Estado de Minas Gerais. A Camargo Corrêa Cimentos S.A. é uma empresa do Grupo Camargo Corrêa.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da Camargo Corrêa Cimentos S.A., que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras

Balanço – Período encerrado em 30 de junho de 2007			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	3.488.719	Passivo Total	3.488.719
Ativo Circulante	216.516	Passivo Circulante	264.056
Disponibilidades	80.605	Empréstimos e financiamentos	50.100
Créditos	-	Debêntures	103.210
Estoques	77.086	Fornecedores	30.466
Outros	58.825	Impostos, Taxas e Contribuições	57.095
Ativo Realizável a Longo Prazo	142.354	Dividendos a pagar	820
Créditos Diversos	25.037	Provisões	-
Créditos com Pessoas Ligadas	14.858	Dívidas com Pessoas Ligadas	-
Outros	102.459	Outros	22.365
Ativo Permanente	3.129.849	Passivo Exigível a Longo Prazo	581.003
Investimentos	1.436.522	Empréstimos e financiamentos	311.641
Imobilizado	419.834	Debêntures	260.000
Diferido	1.377.050	Provisões	4.382
		Dívidas com Pessoas Ligadas	1.693
		Outros	3.287
		Resultados de Exercícios Futuros	-
		Patrimônio Líquido	2.643.660

Demonstração do Resultado

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	250.886
Custo de Bens e/ou Serviços	(229.945)
Resultado Bruto	20.941
Despesas/Receitas Operacionais	50.733
Resultado Operacional	71.714
Resultado Não Operacional	3
Resultado antes da Tributação/Participação	71.717
Lucro/Prejuízo do Período	71.717

9.2.8. Caraíba Metais S.A.

A Caraíba Metais S.A. possui como objetivos principais a exploração e metalurgia do cobre, seu beneficiamento, transformação e comercialização, incluindo importação de minério e exportação de seus produtos e subprodutos. A Caraíba Metais S.A. é controlada pelo Grupo Paranapanema, o qual é formado por um grupo de fundos de pensão liderados pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da Caraíba Metais S.A., que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras (consolidado)

Balanço – Período encerrado em 30 de setembro de 2007			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	2.591.082	Passivo Total	2.591.082
Ativo Circulante	1.999.062	Passivo Circulante	921.396
Disponibilidades	368.440	Empréstimos e financiamentos	140.652
Créditos	567.205	Debêntures	-
Estoques	1.060.293	Fornecedores	634.457
Outros	3.124	Impostos, Taxas e Contribuições	6.718
Ativo Realizável a Longo Prazo	102.711	Dividendos a pagar	303
Créditos Diversos	20.025	Provisões	18.931
Créditos com Pessoas Ligadas	-	Dívidas com Pessoas Ligadas	112.392
Outros	82.686	Outros	7.943
Ativo Permanente	489.309	Passivo Exigível a Longo Prazo	801.759
Investimentos	1.880	Empréstimos e financiamentos	156.610
Imobilizado	471.623	Debêntures	-
Diferido	11.332	Provisões	588.013
		Dívidas com Pessoas Ligadas	55.167
		Outros	1.969
		Resultados de Exercícios Futuros	-
		Patrimônio Líquido	867.927

Demonstração do Resultado (01/01/2007 a 30/09/2007)

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	2.329.641
Custo de Bens e/ou Serviços	(2.298.566)
Resultado Bruto	31.075
Despesas/Receitas Operacionais	15.862
Resultado Operacional	46.937
Resultado Não Operacional	(456)
Resultado antes da Tributação/Participação	46.481
Lucro/Prejuízo do Período	37.727

9.2.9. Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - Cemat

A Cemat distribui energia elétrica para o Estado do Mato Grosso, numa área de concessão de 906.807 km², abrangendo mais de 854.904 consumidores em 138 municípios do Estado. A Cemat é controlada pelo Grupo Rede.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da Cemat, que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras (consolidado)

Balanco – Exercício encerrado em 30 de junho de 2007			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	2.691.117	Passivo Total	2.691.117
Ativo Circulante	527.758	Passivo Circulante	429.255
Numerário Disponível	36.687	Fornecedores	155.626
Aplicações no mercado aberto	48.888	Folha de pagamento	599
Consumidores	302.358	Tributos, contribuições sociais e parcelamentos	85.454
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(19.924)	Juros sobre capital próprio	1.497
Rendas a receber	2.955	Empréstimos, financiamentos e encargos	116.552
Tributos e contribuições sociais a compensar	59.761	Taxa de Iluminação Pública	7.516
Títulos a receber	9.004	Taxas regulamentares	50.025
Estoque	13.922	Obrigações estimadas	6.802
Serviços em curso	4.608	Benefícios pós-emprego	12.824
Aquisição de combustível por conta da CCC	4.522	Outros	13.978
Cauções e depósitos vinculados	17.555	Passivo Não Circulante	1.148.592
Despesas pagas antecipadamente	57.349	Fornecedores	48.502
Outros	16.956	Tributos, contribuições sociais e parcelamentos	233.741
Ativo Realizável a longo prazo	621.554	Empréstimos, financiamentos e encargos	503.800
Consumidores	199.532	Empresas relacionadas	6.683
Créditos Diversos	487.850	Sub-rogação CCC	44.344
Cauções e depósitos vinculados	17.555	Benefícios pós-emprego	27.868
Depósitos Judiciais	11.276	Plano de aposentadoria e pensão	353
Créditos Tributários diferidos	197.608	Taxas Regulamentares	-
Despesas pagas antecipadamente	16.249	Provisão para passivos contingentes	6.259
Tributos e contribuições sociais a compensar	31.992	Encargos tributários s/reserva de reavaliação	193.189
Outros	16.956	Outros	83.853
Ativo Permanente	1.541.805	Patrimônio Líquido	1.005.192
Investimentos	2.726	Capital Social	589.891
Imobilizado – Líquido	1.528.540	Reserva de capital	145.373
Intangível – Líquido	3.915	Reserva de reavaliação	388.405
Diferido – Líquido	6.624	Prejuízos acumulados	(238.783)
Demonstração do Resultado			
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços			565.970
Custo de Bens e/ou Serviços			(404.325)
Resultado Bruto			161.645
Despesas/Receitas Operacionais			(47.697)
Resultado Operacional			113.948
Resultado Não Operacional			(5.942)
Resultado antes da Tributação/Participação			108.006
Lucro/Prejuízo do Período			68.412

Informações Relativas ao consumo de Energia (acumulado – primeiro semestre de 2007)

	MWh	R\$ mil
Residencial	705.147	283.114
Industrial	425.680	169.849
Comercial	495.832	232.174
Rural	204.931	55.817
Poder Público	107.960	45.752
Iluminação Pública	92.157	17.046
Serviço Público	68.956	24.366
Consumo Próprio	6.144	-
Total	2.107.772	828.118

9.2.10. Centrais Elétricas do Pará S.A. - Celpa

A Celpa distribui energia elétrica para uma área de concessão de 1.247.690 km², abrangendo 143 municípios do Estado do Pará. Atualmente, a concessionária atende a mais de 5 milhões de habitantes em todo o Pará, por meio de mais de 1.435.900 de unidades consumidoras cadastradas. A Celpa é controlada pelo Grupo Rede.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da Celpa, que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras

Balanco – Exercício encerrado em 30 de junho de 2007			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	3.585.165	Passivo Total	3.585.165
Ativo Circulante	738.363	Passivo Circulante	528.224
Numerário Disponível	42.543	Fornecedores	139.553
Aplicações no mercado aberto	165.264	Folha de pagamento	1.623
Consumidores	319.174	Tributos, contribuições sociais e parcelamentos	108.532
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(35.287)	Dividendos a pagar	19.959
Tributos e contribuições sociais a compensar	94.389	Provisões	38.649
Estoque	23.418	Empréstimos, financiamentos e encargos	94.401
Serviços em curso	26.273	Taxas regulamentares	26.037
Aquisição de combustível por conta da CCC	33.116	Indenização trabalhista – Plano Bresser	43.821
Redução da Receita – baixa renda	7.451	Obrigações estimadas	38.649
Despesas pagas antecipadamente	2.189	Benefícios pós-emprego	2.885
Outros	48.048	Outros	127.130
Ativo Realizável a longo prazo	1.058.738	Passivo Não Circulante	1.728.628
Consumidores e revendedores	42.359	Fornecedores	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(16.790)	Tributos, contribuições sociais e parcelamentos	520.883
Créditos com pessoas ligadas	761.214	Empréstimos, financiamentos e encargos	486.612
Cauções e depósitos vinculados	15.864	Empresas relacionadas	2.378
Depósitos Judiciais	20.472	Indenização trabalhista – Plano Bresser	273.777
Créditos Tributários diferidos	129.039	Plano de aposentadoria e pensão	15.368
Despesas pagas antecipadamente	17.725	Benefícios pós-emprego	7.867
Outros	2.089	Provisão para passivos contingentes	12.305
Ativo Permanente	1.788.064	Encargos tributários s/reserva de reavaliação	255.003
Investimentos	23.108	Outros	1.239.638
Imobilizado – Líquido	1.745.699	Patrimônio Líquido	1.328.313
Intangível – Líquido	18.868	Capital Social	518.932
Diferido – Líquido	389	Reserva de capital	37.834
		Reserva de reavaliação	509.126
		Reserva de lucros	192.077

Demonstração do Resultado

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	525.798
Custo de Bens e/ou Serviços	(351.318)
Resultado Bruto	174.480
Despesas/Receitas Operacionais	(99.003)
Resultado Operacional	75.477
Resultado Não Operacional	(3.109)
Resultado antes da Tributação/Participação	72.368
Lucro/Prejuízo do Período	44.300

Informações Relativas ao consumo de Energia (acumulado – primeiro semestre de 2007)

	MWh	R\$ mil
Residencial	932.294	347.660
Industrial	514.377	147.042
Comercial	538.436	210.488
Rural	49.245	13.889
Poder Público	175.488	65.053
Iluminação Pública	123.626	28.238
Serviço Público	102.576	22.690
Consumo Próprio	13.360	-
Total	2.449.402	793.978

9.2.11. Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc

A Celesc é uma sociedade de economia mista, cujo acionista controlador é o Estado de Santa Catarina. A Celesc é uma concessionária autorizada a planejar, projetar, construir e explorar sistemas de produção, transmissão, transporte, armazenamento, transformação, distribuição e comercialização de energia a elétrica.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da Celesc, que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras

Balanço - Período encerrado em 30 de junho de 2007			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	1.740.997	Passivo Total	1.740.997
Ativo Circulante	139.442	Passivo Circulante	60.699
Disponibilidades	80.192	Empréstimos e financiamentos	-
Créditos	51.085	Debêntures	-
Estoques	-	Fornecedores	4.484
Outros	8.165	Impostos, Taxas e Contribuições	52.747
Ativo Realizável a Longo Prazo	525.099	Dividendos a pagar	115
Créditos Diversos	204.249	Provisões	132
Créditos com Pessoas Ligadas	320.799	Dívidas com Pessoas Ligadas	-
Outros	51	Outros	3.221
Ativo Permanente	1.076.456	Passivo Exigível a Longo Prazo	259.224
Investimentos	1.076.456	Empréstimos e financiamentos	-
Imobilizado	-	Debêntures	-
Diferido	-	Provisões	222.239
		Dívidas com Pessoas Ligadas	3.242
		Outros	39.977
		Resultados de Exercícios Futuros	-
		Patrimônio Líquido	1.337.805

Demonstração do Resultado

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	5.422
Custo de Bens e/ou Serviços	(5.422)
Resultado Bruto	(2.565)
Despesas/Receitas Operacionais	172.179
Resultado Operacional	169.614
Resultado Não Operacional	85.024
Resultado antes da Tributação/Participação	254.638
Lucro/Prejuízo do Período	215.094

Informações Relativas ao consumo de Energia (acumulado – primeiro semestre de 2007)

	MWh	R\$ mil
Residencial	1.935.955	658.138
Industrial	2.408.586	601.566
Comercial	1.240.400	357.424
Rural	836.181	133.921
Poder Público	171.070	50.609
Iluminação Pública	215.757	34.720
Serviço Público	133.671	26.705
Total	6.941.620	1.863.083

9.2.12. Companhia Energética de Brasília – Ceb

A Ceb é uma sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pelo Governo do Distrito Federal, com objetivo principal de atuar como *holding*, participando de outras sociedades ou de consórcios, desenvolvendo atividades nos diferentes campos de energia, em quaisquer de suas formas, sobretudo a elétrica, serviços de telecomunicações, transmissão de dados e prestação de serviços de consultoria.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da Ceb, que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras

Balanco - Período encerrado em 30 de junho de 2007			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	335.407	Passivo Total	335.407
Ativo Circulante	44.987	Passivo Circulante	35.128
Disponibilidades	1.450	Empréstimos e financiamentos	16.143
Créditos	42.948	Debêntures	-
Estoques	578	Fornecedores	4.779
Outros	11	Impostos, Taxas e Contribuições	3.653
Ativo Realizável a Longo Prazo	496	Dividendos a pagar	-
Créditos Diversos	496	Provisões	-
Créditos com Pessoas Ligadas	-	Dívidas com Pessoas Ligadas	10.479
Outros	-	Outros	51
Ativo Permanente	289.924	Passivo Exigível a Longo Prazo	64.066
Investimentos	289.880	Empréstimos e financiamentos	11.261
Imobilizado	44	Debêntures	-
Diferido	-	Provisões	52.805
		Dívidas com Pessoas Ligadas	-
		Outros	-
		Resultados de Exercícios Futuros	-
		Patrimônio Líquido	236.213

Demonstração do Resultado

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	15.648
Custo de Bens e/ou Serviços	-
Resultado Bruto	15.648
Despesas/Receitas Operacionais	47.717
Resultado Operacional	63.365
Resultado Não Operacional	19.392
Resultado antes da Tributação/Participação	82.757
Lucro/Prejuízo do Período	79.533

9.2.13. Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - Celtins

A Celtins atende a todo o Estado do Tocantins em uma área total de 278.421 Km², distribuindo energia a 139 municípios. A Celtins é controlada pelo Grupo Rede.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da Celtins, que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras

Balanco – Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	925.632	Passivo Total	925.632
Ativo Circulante	241.718	Passivo Circulante	138.644
Numerário Disponível	5.904	Fornecedores	24.647
Aplicações no mercado aberto	90.701	Folha de pagamento	309
Consumidores	85.957	Tributos, contribuições sociais e parcelamentos	20.503
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.796)	Dividendos Propostos	6.033
Rendas a receber	252	Juros sobre capital próprio	10.132
Tributos e contribuições sociais a compensar	5.323	Empréstimos, financiamentos e encargos	56.206
Tributos a receber	5.439	Taxa de Iluminação Pública	1.344
Estoque	3.025	Taxas regulamentares	8.924
Serviços em curso	5.663	Obrigações estimadas	3.037
Redução da Receita – baixa renda	3.361	Benefícios pós-emprego	155
Despesas pagas antecipadamente	32.214	Outros	7.354
Outros	5.675	Passivo Não Circulante	228.150
Ativo Não Circulante – Realizável a longo prazo	215.427	Tributos, contribuições sociais e parcelamentos	47.445
Consumidores	13.457	Empréstimos, financiamentos e encargos	69.074
Empresas Relacionadas	155.906	Empresas relacionadas	13.474
Cauções e depósitos vinculados	1.098	Provisão para passivos contingentes	1.486
Depósitos Judiciais	768	Encargos tributários s/reserva de reavaliação	88.788
Créditos Tributários diferidos	939	Outros	7.883
Despesas pagas antecipadamente	30.398	Patrimônio Líquido	558.838
Tributos e contribuições sociais a compensar	6.801	Capital Social	189.367
Outros	6.060	Reserva de capital	39.960
Ativo Permanente	468.487	Reserva de reavaliação	184.115
Investimentos	728	Reserva de lucros	145.396
Imobilizado – Líquido	466.303		
Intangível – Líquido	1.106		
Diferido – Líquido	350		

Demonstração do Resultado

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	321.833
Custo de Bens e/ou Serviços	(63.829)
Resultado Bruto	146.438
Despesas/Receitas Operacionais	(75.006)
Resultado Operacional	82.723
Resultado Não Operacional	(15.542)
Resultado antes da Tributação/Participação	67.181
Lucro/Prejuízo do Período	47.340

9.2.14. Companhia Energética de Goiás - Celg

A Celg, sociedade de capital aberto é concessionária de serviço público de energia elétrica e seu acionista controlador é a Companhia Goiás de Participação, que detém o controle de 98,33% do capital votante. Seus principais objetivos sociais são as atividades de execução dos empreendimentos constantes do Plano de Eletrificação do Estado de Goiás e a realização de estudos, projetos, construção e operação de linhas de transmissão e subestações inferiores a 230 KV, e redes de distribuição de energia elétrica, bem como a prática dos atos de comércio decorrentes dessas atividades. A área de concessão da Celg é de 337.008 Km², atendendo 237 municípios e 391 distritos e povoados no Estado de Goiás, com 2.012.829 consumidores.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da Celg, que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras

Balanco - Período encerrado em 30 de junho de 2007			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	5.059.951	Passivo Total	5.059.951
Ativo Circulante	1.203.533	Passivo Circulante	2.219.232
Disponibilidades	82.640	Empréstimos e financiamentos	391.448
Créditos	961.956	Debêntures	-
Estoques	15.302	Fornecedores	612.754
Outros	143.635	Impostos, Taxas e Contribuições	142.384
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.784.453	Dividendos a pagar	-
Créditos Diversos	1.574.062	Provisões	126.205
Créditos com Pessoas Ligadas	-	Dívidas com Pessoas Ligadas	-
Outros	210.391	Outros	946.441
Ativo Permanente	2.071.965	Passivo Exigível a Longo Prazo	2.311.192
Investimentos	5.031	Empréstimos e financiamentos	700.531
Imobilizado	2.062.729	Debêntures	-
Diferido	-	Provisões	-
		Dívidas com Pessoas Ligadas	-
		Outros	1.610.661
		Resultados de Exercícios Futuros	-
		Patrimônio Líquido	529.527

Demonstração do Resultado

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	834.317
Custo de Bens e/ou Serviços	(715.002)
Resultado Bruto	119.315
Despesas/Receitas Operacionais	(272.859)
Resultado Operacional	(153.544)
Resultado Não Operacional	(6.084)
Resultado antes da Tributação/Participação	(159.628)
Lucro/Prejuízo do Período	(103.739)

9.2.15. Companhia Energética de São Paulo - Cesp

A Cesp é uma sociedade de economia mista, cujo controlador é o Estado de São Paulo. A Cesp é uma concessionária autorizada a planejar, construir e a operar sistemas de geração e comercialização de energia elétrica.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da Cesp que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras

Balanço - Período encerrado em 30 de junho de 2007			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	19.986.886	Passivo Total	19.986.886
Ativo Circulante	1.627.676	Passivo Circulante	1.935.374
Disponibilidades	1.008.476	Empréstimos e financiamentos	822.233
Créditos	384.842	Debêntures	61.690
Estoques	13.388	Fornecedores	110.098
Outros	220.970	Impostos, Taxas e Contribuições	79.442
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.032.973	Dividendos a pagar	-
Créditos Diversos	686.570	Provisões	126.969
Créditos com Pessoas Ligadas	41.593	Dívidas com Pessoas Ligadas	72.287
Outros	304.810	Outros	662.655
Ativo Permanente	17.326.237	Passivo Exigível a Longo Prazo	7.829.973
Investimentos	77.532	Empréstimos e financiamentos	3.424.025
Imobilizado	17.248.705	Debêntures	-
Diferido	-	Provisões	293.447
		Dívidas com Pessoas Ligadas	655.382
		Outros	3.457.119
		Resultados de Exercícios Futuros	-
		Patrimônio Líquido	10.221.539

Demonstração do Resultado

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	1.030.562
Custo de Bens e/ou Serviços	(664.589)
Resultado Bruto	365.973
Despesas/Receitas Operacionais	(169.334)
Resultado Operacional	196.639
Resultado Não Operacional	(6.365)
Resultado antes da Tributação/Participação	190.274
Lucro/Prejuízo do Período	75.077

9.2.16. Companhia Brasileira de Alumínio

A Companhia Brasileira de Alumínio é uma empresa integrante do Grupo Votorantim, que atua na exploração e no aproveitamento de jazidas de bauxita no território nacional, produzindo e comercializando, no Brasil e no Exterior, alumínio primário e transformado.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da Companhia Brasileira de Alumínio, que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras

Balanço - Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	6.050.208	Passivo Total	6.050.208
Ativo Circulante	2.309.430	Passivo Circulante	1.049.410
Disponibilidades	1.824	Financiamentos	206.947
Títulos e valores mobiliários	1.244.882	Fornecedores	264.334
Contas a receber de clientes	358.928	Impostos e Contribuições a recolher	170.818
Estoques	444.733	Juros sobre o capital próprio	229.500
Impostos a recuperar	122.079	Provisões para férias	33.477
Demais contas a receber	136.984	Demais contas a pagar	132.410
Ativo Realizável a Longo Prazo	125.536	Passivo Exigível a Longo Prazo	705.953
Impostos a recuperar	89.199	Financiamentos	663.649
IR e contribuição social diferidos	31.098	Provisões para contingências	9.426
Adiantamento a fornecedores	-	Demais contas a pagar	32.878
Demais contas a receber	5.239	Patrimônio Líquido	4.294.845
Ativo Permanente	3.615.242	Capital social	3.012.785
Investimentos	660.375	Reserva de reavaliação	2.968
Imobilizado	2.852.199	Reserva de lucros	220.032
Diferido	102.668	Lucros acumulados	1.059.060

Demonstração do Resultado

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	2.723.421
Custo de Bens e/ou Serviços	(1.854.673)
Resultado Bruto	868.748
Resultado Operacional	1.090.280
Resultado Não Operacional	24.442
Resultado antes da Tributação/Participação	1.114.722
Lucro/Prejuízo do Período	892.484

9.2.17. Companhia Energética Meridional - CEM

A CEM é autorizada a atuar como produtor independente de energia, e detém a concessão da Usina Hidrelétrica Cana Brava, localizada no Rio Tocantins, entre os Municípios de Minaçu e Cavalcante, no Estado de Goiás, com potência instalada de 450 MW e energia assegurada de 273,5 MW médios. A CEM é controlada pela Tractebel Energia S.A.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da CEM, que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras

Balanco - Período encerrado em 30 de junho de 2007			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	964.513	Passivo Total	964.513
Ativo Circulante	72.328	Passivo Circulante	80.263
Disponibilidades	35.993	Empréstimos e financiamentos	15.238
Créditos	36.129	Debêntures	12.185
Estoques	-	Fornecedores	3.368
Outros	206	Impostos, Taxas e Contribuições	21.226
Ativo Realizável a Longo Prazo	47.783	Dividendos a pagar	20.806
Créditos Diversos	25.824	Provisões	91
Créditos com Pessoas Ligadas	-	Dívidas com Pessoas Ligadas	-
Outros	21.959	Outros	7.349
Ativo Permanente	844.402	Passivo Exigível a Longo Prazo	355.721
Investimentos	-	Empréstimos e financiamentos	71.980
Imobilizado	769.639	Debêntures	69.115
Diferido	111	Provisões	953
		Dívidas com Pessoas Ligadas	-
		Outros	213.673
		Resultados de Exercícios Futuros	-
		Patrimônio Líquido	528.529

Demonstração do Resultado	
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	135.757
Custo de Bens e/ou Serviços	(21.364)
Resultado Bruto	114.393
Despesas/Receitas Operacionais	(36.927)
Resultado Operacional	77.466
Resultado Não Operacional	-
Resultado antes da Tributação/Participação	77.466
Lucro/Prejuízo do Período	47.971

9.2.18. Companhia de Ferro Ligas da Bahia – Ferbasa

A Ferbasa, localizada em Pojuca, Estado da Bahia, atua nas áreas de siderurgia e a metalurgia, industrializando e comercializando ferro-ligas e a exploração de jazidas minerais. A Ferbasa tem como acionista controlador a Fundação José Carvalho.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da Ferbasa, que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras (consolidado)

Balanco - Período encerrado em 30 de junho de 2007			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	601.121	Passivo Total	601.121
Ativo Circulante	331.237	Passivo Circulante	32.893
Disponibilidades	178.045	Empréstimos e financiamentos	-
Créditos	50.415	Debêntures	-
Estoques	94.593	Fornecedores	15.548
Outros	8.184	Impostos, Taxas e Contribuições	7.219
Ativo Realizável a Longo Prazo	14.056	Dividendos a pagar	485
Créditos Diversos	-	Provisões	7.225
Créditos com Pessoas Ligadas	790	Dívidas com Pessoas Ligadas	-
Outros	13.266	Outros	2.416
Ativo Permanente	255.828	Passivo Exigível a Longo Prazo	9.325
Investimentos	34.515	Empréstimos e financiamentos	-
Imobilizado	221.313	Debêntures	-
Diferido	-	Provisões	2.056
		Dívidas com Pessoas Ligadas	-
		Outros	7.269
		Resultados de Exercícios Futuros	-
		Patrimônio Líquido	558.903

Demonstração do Resultado

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	224.373
Custo de Bens e/ou Serviços	(178.527)
Resultado Bruto	45.846
Despesas/Receitas Operacionais	(3.086)
Resultado Operacional	42.760
Resultado Não Operacional	(649)
Resultado antes da Tributação/Participação	42.111
Lucro/Prejuízo do Período	27.070

9.2.19. Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE

A CGTEE é uma concessionária autorizada a prestar serviços de geração de energia elétrica através de suas usinas termelétricas instaladas no Estado do Rio Grande do Sul. A CGTEE é controlada pela Eletrobrás.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da CGTEE, que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras

Balanço - Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	773.908	Passivo Total	773.908
Ativo Circulante	321.111	Passivo Circulante	52.082
Disponibilidades	1.876	Fornecedores	22.885
Aplicações no mercado aberto	232.048	Folha de pagamento	3.078
Concessionárias	22.865	Tributos e Contribuições sociais	7.683
Impostos a recuperar	33.714	Participações nos lucros	4.590
Aquisição de combustível a recuperar	9.357	Encargos do consumidor a recolher	1.409
Almoxarifado	18.579	Obrigações estimadas	2.571
Despesas pagas antecipadamente	2.226	Provisões p/ aposentadoria incentivada	2.116
Outros créditos	836	Provisões p/ contingências	2.630
Ativo Realizável a Longo Prazo	13.746	Outras obrigações	2.328
Concessionárias	3.611	Passivo Exigível a Longo Prazo	10.469
Impostos a recuperar	5.124	Provisões p/ aposentadoria incentivada	3.489
Depósitos vinculados a Litígios	5.011	Provisões para passivo atuarial	6.980
Ativo Permanente	439.051	Patrimônio Líquido	711.357
Imobilizado em serviço	342.307		
Imobilizado em curso	96.744		

Demonstração do Resultado – 31/12/2006

Custo de Bens e/ou Serviços	(47.768)
Despesas/Receitas Operacionais	(33.136)
Resultado Operacional	4.634
Receitas Não Operacionais	115
Lucro/Prejuízo do Período	1.216

9.2.20. Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF

A CHESF é uma concessionária autorizada a prestar serviços de geração e a transmissão de energia elétrica, sendo pela Eletrobrás. Seu principal mercado está situado na Região Nordeste, onde atende diretamente aos Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí, cobrindo uma área superior a 1.200.000 de km².

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da CHESF, que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras

Balanco - Período encerrado em 30 de junho de 2007			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	18.165.192	Passivo Total	18.165.192
Ativo Circulante	1.586.072	Passivo Circulante	1.283.370
Disponibilidades	255.189	Empréstimos e financiamentos	526.130
Créditos	1.012.295	Debêntures	-
Estoques	66.975	Fornecedores	143.407
Outros	251.613	Impostos, Taxas e Contribuições	82.094
Ativo Realizável a Longo Prazo	179.227	Dividendos a pagar	14
Créditos Diversos	25.501	Provisões	151.607
Créditos com Pessoas Ligadas	-	Dívidas com Pessoas Ligadas	-
Outros	153.726	Outros	380.118
Ativo Permanente	16.399.893	Passivo Exigível a Longo Prazo	5.112.864
Investimentos	126.061	Empréstimos e financiamentos	4.289.386
Imobilizado	16.142.986	Debêntures	-
Diferido	370	Provisões	300.321
		Dívidas com Pessoas Ligadas	-
		Outros	523.157
		Resultados de Exercícios Futuros	-
		Patrimônio Líquido	11.768.958

Demonstração do Resultado (01/01/2007 a 30/06/2007)

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	1.839.164
Custo de Bens e/ou Serviços	(772.430)
Resultado Bruto	1.066.734
Despesas/Receitas Operacionais	(590.030)
Resultado Operacional	476.704
Resultado Não Operacional	(1.517)
Resultado antes da Tributação/Participação	475.187
Lucro/Prejuízo do Período	315.584

9.2.21. Companhia Mineira de Metais

A Companhia Mineira de Metais é uma empresa integrante do Grupo Votorantim, que atua na extração, no beneficiamento e na metalurgia de metais não ferrosos.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da Companhia Mineira de Metais, que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras

Balço - Período encerrado em 31 de dezembro de 2004			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	1.632.831	Passivo Total	1.632.831
Ativo Circulante	212.595	Passivo Circulante	255.735
Caixa e bancos	10.200	Empréstimos e financiamentos	63.952
Aplicações financeiras	9.285	Fornecedores	24.869
Contas a receber de clientes	50.487	Impostos e Taxas a recolher	12.152
Estoques	69.482	IR e Contribuição social	9.784
Impostos a recuperar	9.493	Obrigações Trabalhistas	11.553
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	58.471	Dividendos a pagar	115.849
Demais contas a receber	5.177	Dívidas com Pessoas Ligadas	17.576
Ativo Realizável a Longo Prazo	31.437	Outros	
Partes relacionadas	3.289	Passivo Exigível a Longo Prazo	336.549
IR e contribuição social diferidos	15.328	Empréstimos e financiamentos	162.153
Impostos a recuperar	9.377	Partes relacionadas	140.168
Depósitos Judiciais	3.042	Provisões	34.222
Demais contas a receber	401	Dívidas com Pessoas Ligadas	-
Ativo Permanente	1.388.799	Outros	6
Investimentos	705.694	Patrimônio Líquido	1.040.547
Imobilizado	613.054		
Diferido	70.051		

Demonstração do Resultado

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	673.318
Custo de Bens e/ou Serviços	(429.856)
Resultado Bruto	243.462
Despesas/Receitas Operacionais	278.396
Resultado Operacional	521.858
Despesas Não Operacionais	(8.663)
Resultado antes da Tributação/Participação	513.195
Lucro/Prejuízo do Período	477.467

9.2.22. Companhia Petroquímica do Sul - Copesul

A Copesul, com sede em Triunfo, Rio Grande do Sul, é uma sociedade anônima de capital aberto, em fase de cancelamento de registro de companhia aberta, e tem por objetivo: (a) a fabricação, comércio, importação e exportação de produtos químicos e petroquímicos e de combustíveis; (b) a produção e a distribuição de bens, assim como a prestação de serviços utilizáveis pelas empresas componentes do Pólo Petroquímico do Sul e a gestão dos serviços de logística pertinentes a seus terminais hidroviários e terrestres; (c) a participação em outras sociedades na qualidade de sócia-quotista ou acionista. Seus principais acionistas são Braskem S.A., Ipirange Petroquímica S.A. e Petrobras Química S.A. - Petroquisa.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da Copesul, que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras (consolidado)

Balanco Consolidado- Período encerrado em 30 de junho de 2007			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	2.795.267	Passivo Total	2.795.267
Ativo Circulante	1.642.971	Passivo Circulante	869.683
Disponibilidades	581.872	Empréstimos e financiamentos	72.040
Créditos	315.944	Debêntures	-
Estoques	565.508	Fornecedores	487.830
Outros	179.647	Impostos, Taxas e Contribuições	71.083
Ativo Realizável a Longo Prazo	162.823	Dividendos a pagar	4.258
Créditos Diversos	158.057	Provisões	204.974
Créditos com Pessoas Ligadas	-	Dívidas com Pessoas Ligadas	-
Outros	4.766	Outros	29.498
Ativo Permanente	989.473	Passivo Exigível a Longo Prazo	290.850
Investimentos	2.716	Empréstimos e financiamentos	205.445
Imobilizado	977.371	Debêntures	-
Diferido	9.386	Provisões	85.405
		Dívidas com Pessoas Ligadas	-
		Outros	-
		Resultados de Exercícios Futuros	-
		Patrimônio Líquido	1.634.734

Demonstração do Resultado

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	3.827.775
Custo de Bens e/ou Serviços	(3.187.449)
Resultado Bruto	640.326
Despesas/Receitas Operacionais	(113.697)
Resultado Operacional	526.629
Resultado Não Operacional	(6.423)
Resultado antes da Tributação/Participação	520.206
Lucro/Prejuízo do Período	336.574

9.2.23. Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira

A Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, atua na fabricação de aço, de laminados e trefilados. Seus produtos são destinados principalmente aos setores da construção civil, setores da produção industrial e agropecuário e incluem, dentre outros, vergalhões, fio máquina e arames. Com usinas integrada e semi-integrada além de trefilarias no Brasil e Argentina, a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira possui capacidade para produção anual de, aproximadamente, 5.100.000 milhões de toneladas de aço bruto.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras (consolidado)

Balanco - Período encerrado em 30 de setembro de 2005			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	17.539.790	Passivo Total	17.539.790
Ativo Circulante	5.790.560	Passivo Circulante	2.021.244
Disponibilidades	1.502.459	Empréstimos e financiamentos	495.763
Créditos	1.215.365	Debêntures	44.568
Estoques	2.359.222	Fornecedores	578.394
Outros	713.514	Impostos, Taxas e Contribuições	302.813
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.537.099	Dividendos a pagar	4.369
Créditos Diversos	1.537.099	Provisões	97.817
Créditos com Pessoas Ligadas	-	Dívidas com Pessoas Ligadas	24.717
Outros	-	Outros	472.803
Ativo Permanente	10.212.131	Passivo Exigível a Longo Prazo	2.838.969
Investimentos	173.032	Empréstimos e financiamentos	1.658.337
Imobilizado	9.749.637	Debêntures	216.922
Diferido	289.462	Provisões	602.544
		Dívidas com Pessoas Ligadas	-
		Outros	361.166
		Resultados de Exercícios Futuros	-
		Participações minoritárias	602.045
		Patrimônio Líquido	12.077.532

Demonstração do Resultado

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	7.751.533
Custo de Bens e/ou Serviços	(4.808.583)
Resultado Bruto	2.942.950
Despesas/Receitas Operacionais	(469.906)
Resultado Operacional	2.473.044
Resultado Não Operacional	(113.195)
Resultado antes da Tributação/Participação	2.359.849
Lucro/Prejuízo do Período	1.786.071

9.2.24. Companhia Siderúrgica Nacional - CSN

A CSN produz aços planos, tendo como principal instalação industrial a Usina Presidente Vargas, localizada no município de Volta Redonda.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da CSN, que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras (consolidado)

Balanco Consolidado - Período encerrado em 30 de junho de 2007			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	25.875.196	Passivo Total	25.875.196
Ativo Circulante	8.666.002	Passivo Circulante	3.994.960
Disponibilidades	446.567	Empréstimos e financiamentos	611.847
Créditos	2.097.270	Debêntures	98.584
Estoques	2.541.889	Fornecedores	1.235.209
Outros	3.580.276	Impostos, Taxas e Contribuições	952.312
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.912.642	Dividendos a pagar	738.576
Créditos Diversos	1.001.199	Provisões	34.014
Créditos com Pessoas Ligadas	-	Dívidas com Pessoas Ligadas	-
Outros	911.425	Outros	324.418
Ativo Permanente	15.296.570	Passivo Exigível a Longo Prazo	13.499.833
Investimentos	220.575	Empréstimos e financiamentos	7.048.620
Imobilizado	14.847.034	Debêntures	995.935
Diferido	228.961	Provisões	5.053.295
		Dívidas com Pessoas Ligadas	-
		Outros	401.983
		Resultados de Exercícios Futuros	-
		Patrimônio Líquido	8.375.378

Demonstração do Resultado

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	5.459.448
Custo de Bens e/ou Serviços	(3.155.349)
Resultado Bruto	2.304.099
Despesas/Receitas Operacionais	(149.541)
Resultado Operacional	2.154.558
Resultado Não Operacional	180.369
Resultado antes da Tributação/Participação	2.334.927
Lucro/Prejuízo do Período	1.715.077

9.2.25. Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas

A Coteminas produz e comercializa fios, tecidos acabados e não acabados, confeccionados para cama, mesa e banho, e produtos em malha para vestuário, como camisetas, meias e cuecas. Seus produtos confeccionados são comercializados através das seguintes marcas: Artex, Santista, Paládio, Calfat, Garcia, Attitude e Jamm.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da Coteminas, que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras (consolidado)

Balanco – Período encerrado em 30 de junho de 2007			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	1.703.560	Passivo Total	1.703.560
Ativo Circulante	381.389	Passivo Circulante	26.755
Disponibilidades	294.642	Empréstimos e financiamentos	23.966
Créditos	3.139	Debêntures	-
Estoques	-	Fornecedores	89
Outros	83.608	Impostos, Taxas e Contribuições	693
Ativo Realizável a Longo Prazo	236.530	Dividendos a pagar	1.508
Créditos Diversos	7.009	Provisões	-
Créditos com Pessoas Ligadas	162.545	Dívidas com Pessoas Ligadas	-
Outros	66.976	Outros	499
Ativo Permanente	1.085.641	Passivo Exigível a Longo Prazo	42.737
Investimentos	1.039.303	Empréstimos e financiamentos	34.353
Imobilizado	45.660	Debêntures	-
Diferido	678	Provisões	-
		Dívidas com Pessoas Ligadas	7.122
		Outros	1.262
		Resultados de Exercícios Futuros	-
		Patrimônio Líquido	1.634.068

Demonstração do Resultado

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	-
Custo de Bens e/ou Serviços	-
Resultado Bruto	-
Despesas/Receitas Operacionais	(97.686)
Resultado Operacional	(53.775)
Resultado Não Operacional	(97.686)
Resultado antes da Tributação/Participação	(97.686)
Lucro/Prejuízo do Período	(104.575)

9.2.26. Companhia Vale do Rio Doce – CVRD

A CVRD tem como atividades preponderantes a extração, o beneficiamento e a venda de minério de ferro, pelotas, cobre e potássio, a prestação de serviços logísticos, a geração de energia elétrica e a pesquisa e desenvolvimento mineral. Através de suas controladas diretas, indiretas e de controle compartilhado, a CVRD opera nas áreas de minério de ferro, pelotas, manganês, ferro, ligas, caulim, produtos siderúrgicos, produtos da cadeia de alumínio e serviços de logística.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da CVRD, que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras (consolidado)

Balanco - Período encerrado em 30 de setembro de 2007			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	130.508.598	Passivo Total	130.508.598
Ativo Circulante	23.271.107	Passivo Circulante	13.263.399
Disponibilidades	4.878.055	Empréstimos e financiamentos	2.101.981
Créditos	7.639.240	Debêntures	-
Estoques	7.062.825	Fornecedores	4.143.018
Outros	3.690.987	Impostos, Taxas e Contribuições	2.784.342
Ativo Realizável a Longo Prazo	5.435.843	Dividendos a pagar	1.645.709
Créditos Diversos	42.501	Provisões	1.109.136
Créditos com Pessoas Ligadas	5.321	Dívidas com Pessoas Ligadas	46.919
Outros	5.187.331	Outros	1.432.294
Ativo Permanente	101.801.648	Passivo Exigível a Longo Prazo	54.122.486
Investimentos	1.496.775	Empréstimos e financiamentos	33.275.239
Imobilizado	88.008.908	Debêntures	-
Diferido	117.288	Provisões	6.555.242
		Dívidas com Pessoas Ligadas	1.288
		Outros	14.290.717
		Resultados de Exercícios Futuros	80.469
		Patrimônio Líquido	57.756.571

Demonstração do Resultado (01/01/2006 a 30/09/2007)

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	49.678.572
Custo de Bens e/ou Serviços	(21.923.591)
Resultado Bruto	27.754.981
Despesas/Receitas Operacionais	(5.444.170)
Resultado Operacional	22.310.811
Resultado Não Operacional	1.457.636
Resultado antes da Tributação/Participação	23.768.447
Lucro/Prejuízo do Período	15.595.894

9.2.27. CPFL Geração de Energia S.A.

A CPFL Geração de Energia S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto, que atuava até 2006 como *holding* do negócio de geração de energia do Grupo CPFL Energia. A partir de 2007, com as incorporações da CPFL Centrais Elétricas S.A. e Semesa S.A., a sociedade passou a ter o seguinte objeto social: (i) a prestação de serviço público de geração de energia elétrica; (ii) a comercialização de energia elétrica; (iii) a participação no capital de outras sociedades; (iv) a exploração de atividades e a prestação de serviços derivados direta ou indiretamente da utilização de bens, direitos e tecnologias de que é detentora; (v) realizar estudos, projetos de construções de usinas produtoras e de linhas de transmissão; (vi) intermediar ou operacionalizar negócios no país ou no exterior; e (vii) prestar consultoria e assessoria de negócio, inclusive para importação e exportação de bens e serviços.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da CPFL Geração de Energia S.A., que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras (consolidado)

Balanço - Período encerrado em 30 de junho de 2007			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	3.391.503	Passivo Total	3.391.503
Ativo Circulante	267.134	Passivo Circulante	730.602
Disponibilidades	115.473	Empréstimos e financiamentos	289.758
Créditos	113.600	Debêntures	150.788
Estoques	-	Fornecedores	42.663
Outros	38.061	Impostos, Taxas e Contribuições	23.806
Ativo Realizável a Longo Prazo	138.456	Dividendos a pagar	153.230
Créditos Diversos	118.165	Provisões	-
Créditos com Pessoas Ligadas	-	Dívidas com Pessoas Ligadas	-
Outros	20.291	Outros	70.357
Ativo Permanente	2.985.913	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.546.311
Investimentos	753.663	Empréstimos e financiamentos	1.275.214
Imobilizado	2.202.512	Debêntures	193.933
Diferido	29.738	Provisões	-
		Dívidas com Pessoas Ligadas	-
		Outros	77.164
		Resultados de Exercícios Futuros	-
		Patrimônio Líquido	1.114.590

Demonstração do Resultado (01/01/2007 a 30/06/2007)

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	313.346
Custo de Bens e/ou Serviços	(62.919)
Resultado Bruto	250.427
Despesas/Receitas Operacionais	(131.044)
Resultado Operacional	119.383
Resultado Não Operacional	(380)
Resultado antes da Tributação/Participação	119.003
Lucro/Prejuízo do Período	158.568

9.2.28. Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A.

A Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A., é uma concessionária de uso de bem público, na condição de produtora independente, com sede em São Paulo, tem como atividades principais a geração e a comercialização de energia elétrica. A companhia faz parte do grupo Duke Energy.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A, que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras

Balanco – Período encerrado em 30 de setembro de 2007			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	3.361.170	Passivo Total	3.361.170
Ativo Circulante	269.060	Passivo Circulante	252.213
Disponibilidades	137.131	Empréstimos e financiamentos	143.628
Créditos	79.321	Debêntures	-
Estoques	58	Fornecedores	44.163
Outros	52.550	Impostos, Taxas e Contribuições	30.653
Ativo Realizável a Longo Prazo	108.069	Dividendos a pagar	347
Créditos Diversos	108.069	Provisões	6.187
Créditos com Pessoas Ligadas	-	Dívidas com Pessoas Ligadas	-
Outros	-	Outros	-
Ativo Permanente	2.984.041	Passivo Exigível a Longo Prazo	913.589
Investimentos	26	Empréstimos e financiamentos	872.688
Imobilizado	2.973.321	Debêntures	-
Diferido	10.694	Provisões	19.468
		Dívidas com Pessoas Ligadas	16.486
		Outros	4.947
		Resultados de Exercícios Futuros	-
		Patrimônio Líquido	2.195.368

Demonstração do Resultado

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	470.239
Custo de Bens e/ou Serviços	(211.582)
Resultado Bruto	258.657
Despesas/Receitas Operacionais	(166.233)
Resultado Operacional	92.424
Resultado Não Operacional	106
Resultado antes da Tributação/Participação	92.530
Lucro/Prejuízo do Período	64.491

9.2.29. Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

A Eletropaulo é uma companhia de capital aberto, de direito privado, autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo. A Eletropaulo é controlada pela AES Corporation.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da Eletropaulo, que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras (consolidado)

Balanço Consolidado - Período encerrado em 30 de junho de 2007			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	12.899.793	Passivo Total	12.899.793
Ativo Circulante	4.367.823	Passivo Circulante	3.175.326
Disponibilidades	453.275	Empréstimos e financiamentos	57.290
Créditos	3.506.409	Debêntures	200.000
Estoques	29.945	Fornecedores	922.175
Outros	378.194	Impostos, Taxas e Contribuições	691.332
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.825.308	Dividendos a pagar	703
Créditos Diversos	1.529.931	Provisões	98.764
Créditos com Pessoas Ligadas	-	Dívidas com Pessoas Ligadas	-
Outros	295.377	Outros	1.205.062
Ativo Permanente	6.706.662	Passivo Exigível a Longo Prazo	5.894.544
Investimentos	48.120	Empréstimos e financiamentos	823.007
Imobilizado	6.572.539	Debêntures	850.000
Diferido	7.681	Provisões	1.215.763
		Dívidas com Pessoas Ligadas	-
		Outros	3.005.774
		Resultados de Exercícios Futuros	-
		Patrimônio Líquido	3.829.923

Demonstração do Resultado

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	3.490.340
Custo de Bens e/ou Serviços	(2.653.636)
Resultado Bruto	836.704
Despesas/Receitas Operacionais	8.926
Resultado Operacional	845.630
Resultado Não Operacional	(10.924)
Resultado antes da Tributação/Participação	834.706
Lucro/Prejuízo do Período	505.536

9.2.30. Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A. - EMAE

A EMAE é uma sociedade de economia mista controlada pelo Estado de São Paulo. A EMAE é uma concessionária autorizada a prestar serviços de geração de energia elétrica. A EMAE tem como atividades principais o planejamento, a construção, a operação e manutenção de sistemas de produção, armazenamento, conservação e comercialização de energia, bem como de barragens e outros empreendimentos, destinados ao aproveitamento múltiplo das águas.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da EMAE, que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras

Balanco - Período encerrado em 30 de junho de 2007			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	960.597	Passivo Total	960.597
Ativo Circulante	56.488	Passivo Circulante	63.025
Disponibilidades	20.686	Empréstimos e financiamentos	8.063
Créditos	16.373	Debêntures	-
Estoques	5.776	Fornecedores	3.522
Outros	13.653	Impostos, Taxas e Contribuições	4.168
Ativo Realizável a Longo Prazo	105.921	Dividendos a pagar	-
Créditos Diversos	29.484	Provisões	8.964
Créditos com Pessoas Ligadas	-	Dívidas com Pessoas Ligadas	17.208
Outros	76.437	Outros	21.100
Ativo Permanente	798.188	Passivo Exigível a Longo Prazo	192.821
Investimentos	1.695	Empréstimos e financiamentos	-
Imobilizado	775.338	Debêntures	-
Diferido	-	Provisões	17.257
		Dívidas com Pessoas Ligadas	101.288
		Outros	74.276
		Resultados de Exercícios Futuros	-
		Patrimônio Líquido	704.751

Demonstração do Resultado

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	45.377
Custo de Bens e/ou Serviços	(91.873)
Resultado Bruto	(46.496)
Despesas/Receitas Operacionais	(6.022)
Resultado Operacional	(52.518)
Resultado Não Operacional	6.512
Resultado antes da Tributação/Participação	(46.006)
Lucro/Prejuízo do Período	(49.035)

9.2.31. Furnas Centrais Elétricas S.A.

A Furnas Centrais Elétricas S.A. é uma sociedade de economia mista de capital fechado controlada pela Eletrobrás, tendo como atividade principal a geração, transmissão e comercialização de energia elétrica, atuando na região abrangida pelo Distrito Federal e os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso e Tocantins.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da Furnas, que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras

Balço - Período encerrado em 30 de junho de 2007			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	18.649.109	Passivo Total	18.649.109
Ativo Circulante	2.380.307	Passivo Circulante	2.381.772
Disponibilidades	22.877	Empréstimos e financiamentos	281.827
Aplicações financeiras	402.179	Debêntures	-
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.020.185	Obrigações estimadas	59.860
Outros	35.039	Impostos e Contribuições Sociais	446.846
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.537.470	Juros sobre o capital próprio	95.769
Créditos de energia financiados	1.016.151	Provisões	200.038
Cauções e depósitos vinculados	206.491	Outras captações	445.315
Outros	80.959	Outros	122.004
Ativo Permanente	14.731.332	Passivo Exigível a Longo Prazo	3.105.621
Investimentos	420.407	Empréstimos e financiamentos	942.158
Imobilizado	14.423.409	Debêntures	-
Diferido	56	Provisões	-
		Impostos e contribuições sociais	898.620
		Patrimônio Líquido	13.161.716

Demonstração do Resultado

Receita Operacional Líquida	2.878.741
Resultado Operacional	368.492
Resultado Não Operacional	(2.851)
Resultado antes da Tributação/Participação	366.382
Lucro/Prejuízo do Período	241.231

9.2.32. Gerdau S.A.

A Gerdau S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede no Rio de Janeiro, capital, empresa *holding* integrante do Grupo Gerdau, dedicada, principalmente, à produção e à comercialização de produtos siderúrgicos em geral, através de usinas localizadas no Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Peru, Uruguai, Venezuela, Estados Unidos, Canadá, México e República Dominicana, Espanha e Índia.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da Gerdau, que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras (consolidado)

Balanço - Período encerrado em 30 de junho de 2007			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	27.702.889	Passivo Total	27.702.889
Ativo Circulante	13.507.105	Passivo Circulante	5.527.390
Disponibilidades	770.423	Empréstimos e financiamentos	1.942.125
Créditos	7.523.370	Debêntures	1.074
Estoques	4.781.501	Fornecedores	2.112.989
Outros	431.811	Impostos, Taxas e Contribuições	426.741
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.352.842	Dividendos a pagar	-
Créditos Diversos	-	Provisões	-
Créditos com Pessoas Ligadas	8.696	Dívidas com Pessoas Ligadas	-
Outros	1.344.146	Outros	1.044.461
Ativo Permanente	12.842.842	Passivo Exigível a Longo Prazo	8.210.956
Investimentos	32.317	Empréstimos e financiamentos	5.889.617
Imobilizado	12.046.571	Debêntures	821.114
Diferido	60.392	Provisões	-
		Dívidas com Pessoas Ligadas	-
		Outros	1.500.225
		Resultados de Exercícios Futuros	-
		Patrimônio Líquido	11.086.102

Demonstração do Resultado

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	13.200.970
Custo de Bens e/ou Serviços	(9.807.648)
Resultado Bruto	3.393.322
Despesas/Receitas Operacionais	(1.099.285)
Resultado Operacional	2.294.037
Resultado Não Operacional	(5.560)
Resultado antes da Tributação/Participação	2.288.477
Lucro/Prejuízo do Período	1.345.743

9.2.33. Investco S.A.

A Investco S.A. é uma sociedade de capital aberto e que tem por objetivo principal estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especificamente através da construção e exploração da Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães, localizada nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, e do Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº. 05/97 - ANEEL.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da Investco, que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras

Balanço - Período encerrado em 30 de junho de 2007			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	1.466.399	Passivo Total	1.466.399
Ativo Circulante	51.859	Passivo Circulante	128.807
Disponibilidades	5.475	Empréstimos e financiamentos	60.970
Créditos	17.908	Debêntures	47.865
Estoques	4.771	Fornecedores	1.516
Outros	23.705	Impostos, Taxas e Contribuições	12.667
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.603	Dividendos a pagar	2.095
Créditos Diversos	-	Provisões	2.697
Créditos com Pessoas Ligadas	-	Dívidas com Pessoas Ligadas	-
Outros	1.603	Outros	997
Ativo Permanente	1.412.937	Passivo Exigível a Longo Prazo	373.857
Investimentos	-	Empréstimos e financiamentos	241.630
Imobilizado	1.412.206	Debêntures	129.276
Diferido	1.466.399	Provisões	-
		Dívidas com Pessoas Ligadas	-
		Outros	2.951
		Resultados de Exercícios Futuros	1.466.399
		Patrimônio Líquido	128.807

Demonstração do Resultado

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	98.948
Custo de Bens e/ou Serviços	(31.446)
Resultado Bruto	67.502
Despesas/Receitas Operacionais	(28.525)
Resultado Operacional	38.977
Resultado Não Operacional	233
Resultado antes da Tributação/Participação	39.210
Lucro/Prejuízo do Período	29.677

9.2.34. Ipiranga Petroquímica S.A.

A Ipiranga Petroquímica S.A. é uma sociedade de capital aberto, porém suas ações são negociadas em Bolsas de Valores. É controlada pela Ipiranga Química S.A.; cujos controladores, até o dia 17 de abril de 2007, eram as famílias Bastos, Mello, Ormazabal, Tellechea e Gouvêa Vieira.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da Ipiranga Petroquímica S.A. que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras (consolidado)

Balanço - Período encerrado em 31 de março de 2007			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	2.200.099	Passivo Total	2.200.099
Ativo Circulante	985.438	Passivo Circulante	961.958
Disponibilidades	116.217	Empréstimos e financiamentos	191.086
Créditos	522.973	Debêntures	-
Estoques	324.078	Fornecedores	600.467
Outros	22.170	Impostos, Taxas e Contribuições	70.433
Ativo Realizável a Longo Prazo	301.541	Dividendos a pagar	52.075
Créditos Diversos	284.898	Provisões	4.215
Créditos com Pessoas Ligadas	3	Dívidas com Pessoas Ligadas	12.590
Outros	16.640	Outros	31.092
Ativo Permanente	913.120	Passivo Exigível a Longo Prazo	661.298
Investimentos	3.115	Empréstimos e financiamentos	580.020
Imobilizado	898.719	Debêntures	-
Diferido	11.286	Provisões	16.920
		Dívidas com Pessoas Ligadas	-
		Outros	64.358
		Resultados de Exercícios Futuros	-
		Patrimônio Líquido	576.678

Demonstração do Resultado

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	894.607
Custo de Bens e/ou Serviços	(681.181)
Resultado Bruto	213.426
Despesas/Receitas Operacionais	(75.193)
Resultado Operacional	138.233
Resultado Não Operacional	(851)
Resultado antes da Tributação/Participação	137.382
Lucro/Prejuízo do Período	93.929

9.2.35. Itá Energética S/A – Itasa

A Itasa tem como objetivo a exploração da Usina Hidrelétrica Itá em parceria, através de consórcio, mediante concessão outorgada pela União Federal, por intermédio da ANEEL, cujo prazo se encerrará em outubro de 2030.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da Itasa que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras

Balanco - Período encerrado em 30 de junho de 2007			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	1.074.556	Passivo Total	1.074.556
Ativo Circulante	73.634	Passivo Circulante	105.369
Disponibilidades	46.353	Empréstimos e financiamentos	56.852
Créditos	27.267	Debêntures	21.572
Estoques	-	Fornecedores	16.248
Outros	14	Impostos, Taxas e Contribuições	4.963
Ativo Realizável a Longo Prazo	3.857	Dividendos a pagar	-
Créditos Diversos	3.857	Provisões	1.357
Créditos com Pessoas Ligadas	-	Dívidas com Pessoas Ligadas	-
Outros	-	Outros	4.377
Ativo Permanente	997.065	Passivo Exigível a Longo Prazo	388.899
Investimentos	-	Empréstimos e financiamentos	291.289
Imobilizado	936.244	Debêntures	92.400
Diferido	60.821	Provisões	5.210
		Dívidas com Pessoas Ligadas	-
		Outros	-
		Resultados de Exercícios Futuros	-
		Patrimônio Líquido	580.288

Demonstração do Resultado

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	98.419
Custo de Bens e/ou Serviços	(26.394)
Resultado Bruto	72.025
Despesas/Receitas Operacionais	(42.613)
Resultado Operacional	29.412
Resultado Não Operacional	93
Resultado antes da Tributação/Participação	29.505
Lucro/Prejuízo do Período	19.447

9.2.36. Itapebi Geração de Energia S/A – Itapebi

A Itapebi, sociedade por ações de capital aberto, controlada pela Neoenergia S.A., é detentora da concessão federal para construir e explorar a Usina Hidrelétrica de Itapebi tendo firmado junto à ANEEL o Contrato de Concessão de Uso de Bem Público.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da Itapebi, que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras

Balanço - Período encerrado em 30 de setembro de 2007			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	720.838	Passivo Total	720.838
Ativo Circulante	147.408	Passivo Circulante	90.089
Disponibilidades	112.607	Empréstimos e financiamentos	28.578
Créditos	34.801	Debêntures	18.854
Estoques	-	Fornecedores	4.614
Outros	-	Impostos, Taxas e Contribuições	1.139
Ativo Realizável a Longo Prazo	51.556	Dividendos a pagar	6.574
Créditos Diversos	51.299	Provisões	13.787
Créditos com Pessoas Ligadas	-	Dívidas com Pessoas Ligadas	-
Outros	257	Outros	16.543
Ativo Permanente	521.874	Passivo Exigível a Longo Prazo	341.483
Investimentos	565	Empréstimos e financiamentos	168.753
Imobilizado	501.210	Debêntures	166.742
Diferido	20.035	Provisões	5.048
		Dívidas com Pessoas Ligadas	-
		Outros	940
		Resultados de Exercícios Futuros	3
		Patrimônio Líquido	289.263

Demonstração do Resultado (01/01/2007 a 30/09/2007)

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	178.964
Custo de Bens e/ou Serviços	(54.964)
Resultado Bruto	124.000
Despesas/Receitas Operacionais	(45.526)
Resultado Operacional	78.474
Resultado Não Operacional	5
Resultado antes da Tributação/Participação	78.479
Lucro/Prejuízo do Período	60.058

9.2.37. ITIQUIRA ENERGÉTICA S/A - Itisa

A Itisa atua na geração de energia elétrica para atendimento próprio e comercialização com terceiros. A Itisa é controlada pela empresa holandesa Tosli Acquisition B.V., subsidiária indireta da empresa norte-americana NRG Energy Inc.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da Itisa que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras

Balanço - Período encerrado em 30 de junho de 2007			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	339.047	Passivo Total	339.047
Ativo Circulante	57.740	Passivo Circulante	17.043
Disponibilidades	46.703	Empréstimos e financiamentos	7.407
Créditos	9.385	Debêntures	-
Estoques	913	Fornecedores	4.636
Outros	739	Impostos, Taxas e Contribuições	4.557
Ativo Realizável a Longo Prazo	34.075	Dividendos a pagar	47
Créditos Diversos	34.075	Provisões	396
Créditos com Pessoas Ligadas	-	Dívidas com Pessoas Ligadas	-
Outros	-	Outros	-
Ativo Permanente	247.232	Passivo Exigível a Longo Prazo	28.340
Investimentos	-	Empréstimos e financiamentos	25.982
Imobilizado	244.208	Debêntures	-
Diferido	2.360	Provisões	2.358
		Dívidas com Pessoas Ligadas	-
		Outros	-
		Resultados de Exercícios Futuros	-
		Patrimônio Líquido	293.664

Demonstração do Resultado

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	47.498
Custo de Bens e/ou Serviços	(21.131)
Resultado Bruto	26.367
Despesas/Receitas Operacionais	(904)
Resultado Operacional	25.463
Resultado Não Operacional	166
Resultado antes da Tributação/Participação	25.629
Lucro/Prejuízo do Período	16.980

9.2.38. Light Serviços de Eletricidade S.A. - Light

A Light é uma concessionária de serviço público de eletricidade, resultado da nova denominação dada à empresa São Paulo Light S.A. – Serviços de Eletricidade na mesma data em que incorporou a “The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company, Limited”, ocasião em que passou a atuar nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Em 1981 a Light deixou de atuar no Estado de São Paulo com a venda de parte de seus sistemas elétricos para a Eletropaulo.

A Light é controlada pelo Grupo EDF - Electricité de France.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da Light, que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras (consolidado)

Balanço - Período encerrado em 30 de junho de 2007			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	9.646.802	Passivo Total	9.646.802
Ativo Circulante	2.682.917	Passivo Circulante	1.728.358
Disponibilidades	436.349	Empréstimos e financiamentos	455.114
Créditos	2.004.124	Debêntures	40.293
Estoques	10.583	Fornecedores	450.989
Outros	231.861	Impostos, Taxas e Contribuições	182.610
Ativo Realizável a Longo Prazo	2.017.449	Dividendos a pagar	-
Créditos Diversos	1.012.473	Provisões	157.081
Créditos com Pessoas Ligadas	-	Dívidas com Pessoas Ligadas	-
Outros	1.004.976	Outros	442.271
Ativo Permanente	4.946.436	Passivo Exigível a Longo Prazo	5.152.418
Investimentos	1.670.074	Empréstimos e financiamentos	1.847.229
Imobilizado	3.041.905	Debêntures	1.094.570
Diferido	52.735	Provisões	966.833
		Dívidas com Pessoas Ligadas	-
		Outros	1.243.786
		Resultados de Exercícios Futuros	-
		Patrimônio Líquido	2.766.026

Demonstração do Resultado

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	2.637.635
Custo de Bens e/ou Serviços	(1.748.782)
Resultado Bruto	888.853
Despesas/Receitas Operacionais	(332.819)
Resultado Operacional	556.034
Resultado Não Operacional	7.036
Resultado antes da Tributação/Participação	563.070
Lucro/Prejuízo do Período	697.461

9.2.39. Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás

A Petrobrás é uma sociedade de economia mista, que atua na extração, refinamento e distribuição de petróleo, seu controle é detido pela a União Federal.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da Petrobrás, que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras

Balanco Consolidado - Período encerrado em 30 de junho de 2007			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	210.885.447	Passivo Total	210.885.447
Ativo Circulante	57.591.646	Passivo Circulante	40.607.951
Disponibilidades	17.853.942	Empréstimos e financiamentos	10.254.308
Créditos	12.419.002	Debêntures	0
Estoques	16.965.190	Fornecedores	11.728.310
Outros	10.353.512	Impostos, Taxas e Contribuições	9.088.721
Ativo Realizável a Longo Prazo	17.724.218	Dividendos a pagar	2.193.519
Créditos Diversos	3.112.779	Provisões	2.117.461
Créditos com Pessoas Ligadas	354.540	Dívidas com Pessoas Ligadas	-
Outros	14.256.899	Outros	5.225.632
Ativo Permanente	135.569.583	Passivo Exigível a Longo Prazo	55.385.342
Investimentos	4.815.230	Empréstimos e financiamentos	27.585.827
Imobilizado	123.009.446	Debêntures	-
Diferido	2.255.625	Provisões	22.896.496
		Dívidas com Pessoas Ligadas	98.907
		Outros	4.804.112
		Resultados de Exercícios Futuros	-
		Patrimônio Líquido	107.278.909

Demonstração do Resultado

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	80.692.122
Custo de Bens e/ou Serviços	(48.181.022)
Resultado Bruto	32.511.100
Despesas/Receitas Operacionais	(14.587.104)
Resultado Operacional	17.923.996
Resultado Não Operacional	51.503
Resultado antes da Tributação/Participação	17.975.499
Lucro/Prejuízo do Período	10.931.071

9.2.40. Rio Grande Energia S.A. - RGE

A RGE, sociedade anônima de capital aberto, é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, autorizada a operar nas Regiões Norte e Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, tendo sido constituída em 28 de julho de 1997, sob a denominação de Companhia Norte-Nordeste de Distribuição de Energia Elétrica, privatizada em 21 de outubro de 1997 e sua denominação foi alterada para Rio Grande Energia S.A. naquele ano. A RGE é controlada pela Companhia Paulista de Força e Luz.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da RGE, que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras

Balanco - Período encerrado em 30 de junho de 2007			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	2.490.718	Passivo Total	2.490.718
Ativo Circulante	573.373	Passivo Circulante	720.230
Disponibilidades	95.094	Empréstimos e financiamentos	248.325
Créditos	361.053	Debêntures	6.830
Estoques	6.737	Fornecedores	152.731
Outros	110.489	Impostos, Taxas e Contribuições	56.140
Ativo Realizável a Longo Prazo	175.672	Dividendos a pagar	164.838
Créditos Diversos	175.051	Provisões	7.649
Créditos com Pessoas Ligadas	621	Dívidas com Pessoas Ligadas	-
Outros	-	Outros	83.717
Ativo Permanente	1.741.673	Passivo Exigível a Longo Prazo	637.337
Investimentos	-	Empréstimos e financiamentos	223.604
Imobilizado	1.723.850	Debêntures	230.000
Diferido	17.823	Provisões	57.804
		Dívidas com Pessoas Ligadas	-
		Outros	125.929
		Resultados de Exercícios Futuros	-
		Patrimônio Líquido	1.133.151

Demonstração do Resultado

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	801.526
Custo de Bens e/ou Serviços	(555.511)
Resultado Bruto	246.015
Despesas/Receitas Operacionais	(101.814)
Resultado Operacional	144.201
Resultado Não Operacional	(8.454)
Resultado antes da Tributação/Participação	135.747
Lucro/Prejuízo do Período	89.388

9.2.41. Termopernambuco S.A. - Termope

A Termope é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de Ipojuca, Complexo Portuário de Suape, Estado de Pernambuco, tendo por objeto social estudar, projetar, construir e explorar sistemas de produção, transmissão, transformação e comercialização de energia elétrica ou termelétrica, de gás, vapor e água, bem como prestar os serviços associados a esta atividade.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da Termope que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras

Balanco – Período encerrado em 30 de setembro de 2007			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	1.245.464	Passivo Total	1.245.464
Ativo Circulante	268.667	Passivo Circulante	205.536
Disponibilidades	95.491	Empréstimos e financiamentos	29.304
Créditos	171.653	Debêntures	61.153
Estoques	1.200	Fornecedores	79.544
Outros	323	Impostos, Taxas e Contribuições	8.573
Ativo Realizável a Longo Prazo	69.917	Dividendos a pagar	13.100
Créditos Diversos	69.278	Provisões	-
Créditos com Pessoas Ligadas	51	Dívidas com Pessoas Ligadas	-
Outros	588	Outros	13.862
Ativo Permanente	906.880	Passivo Exigível a Longo Prazo	563.195
Investimentos	1.315	Empréstimos e financiamentos	203.019
Imobilizado	761.390	Debêntures	351.480
Diferido	144.134	Provisões	-
		Dívidas com Pessoas Ligadas	-
		Outros	8.696
		Resultados de Exercícios Futuros	-
		Patrimônio Líquido	476.733

Demonstração do Resultado (01/01/2007 a 30/09/2007)

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	357.287
Custo de Bens e/ou Serviços	(189.117)
Resultado Bruto	168.170
Despesas/Receitas Operacionais	(85.123)
Resultado Operacional	83.047
Resultado Não Operacional	-
Resultado antes da Tributação/Participação	83.047
Lucro/Prejuízo do Período	70.965

9.2.42. Tractebel Energia S/A- Tractebel

A Tractebel é concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, que tem como atividade a geração e comercialização de energia elétrica. O controle acionário da Tractebel pertence à Tractebel EGI South America Ltda., empresa constituída no Brasil sob o controle da Suez-Tractebel Société Anonyme, com sede em Bruxelas, Bélgica, integrante do Grupo Suez, sediado na França.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da Tractebel, que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras (consolidado)

Balanco Consolidado - Período encerrado em 30 de junho de 2007			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	6.082.547	Passivo Total	5.206.684
Ativo Circulante	957.810	Passivo Circulante	958.014
Disponibilidades	471.573	Empréstimos e financiamentos	268.512
Créditos	434.143	Debêntures	29.259
Estoques	20.586	Fornecedores	232.100
Outros	31.508	Impostos, Taxas e Contribuições	180.216
Ativo Realizável a Longo Prazo	465.186	Dividendos a pagar	78.250
Créditos Diversos	128.302	Provisões	42.054
Créditos com Pessoas Ligadas	-	Dívidas com Pessoas Ligadas	-
Outros	336.884	Outros	126.853
Ativo Permanente	4.659.551	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.976.312
Investimentos	97.252	Empréstimos e financiamentos	686.654
Imobilizado	4.452.242	Debêntures	665.654
Diferido	33.271	Provisões	62.722
		Dívidas com Pessoas Ligadas	-
		Outros	561.282
		Resultados de Exercícios Futuros	-
		Patrimônio Líquido	3.148.221

Demonstração do Resultado

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	1.407.230
Custo de Bens e/ou Serviços	(516.013)
Resultado Bruto	891.217
Despesas/Receitas Operacionais	(222.188)
Resultado Operacional	669.029
Resultado Não Operacional	(1.116)
Resultado antes da Tributação/Participação	667.913
Lucro/Prejuízo do Período	471.649

9.2.43. Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - Usiminas

A Usiminas tem por objetivo a exploração da indústria siderúrgica e correlatas. Nas Usinas Intendente Câmara e José Bonifácio de Andrada e Silva, localizadas em Ipatinga/Minas Gerais e Cubatão/São Paulo, respectivamente, a Usiminas e sua subsidiária integral Cosipa produzem aços laminados planos destinados ao mercado interno e à exportação.

A estratégia utilizada pela Companhia inclui centros de serviços e de distribuição localizados em várias regiões do país, além dos portos de Cubatão em São Paulo e de Praia Mole no Espírito Santo.

A tabela abaixo apresenta os principais dados financeiros da Usiminas, que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas.

Informações Financeiras (consolidado)

Balanco - Período encerrado em 30 de junho de 2007			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$ mil		R\$ mil
Ativo Total	15.340.917	Passivo Total	15.340.917
Ativo Circulante	4.218.831	Passivo Circulante	1.609.060
Disponibilidades	1.620.622	Empréstimos e financiamentos	202.205
Contas a receber	998.078	Debêntures	-
Estoques	1.395.939	Fornecedores	311.223
Outros	204.192	Impostos, Taxas e Contribuições	350.581
Ativo Realizável a Longo Prazo	763.469	Dividendos a pagar	336.814
Impostos Diferidos	21.478	Provisões	64.209
Créditos com Controladas	5.719	Dívidas com Controladas	241.287
Outros	736.272	Outros	102.741
Ativo Permanente	10.358.617	Passivo Exigível a Longo Prazo	2.159.199
Investimentos	6.847.886	Empréstimos e financiamentos	484.243
Imobilizado	3.510.731	Debêntures	-
Diferido	-	Provisões	1.485.523
		Dívidas com Controladas	7.493
		Outros	181.940
		Resultados de Exercícios Futuros	-
		Patrimônio Líquido	11.572.658

Demonstração do Resultado

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	3.531.963
Custo de Bens e/ou Serviços	(2.246.003)
Resultado Bruto	1.285.960
Despesas/Receitas Operacionais	433.327
Resultado Operacional	1.719.287
Resultado Não Operacional	9.763
Resultado antes da Tributação/Participação	1.729.050
Lucro/Prejuízo do Período	1.443.732

As informações financeiras referentes aos Usuários da Rede Básica abaixo não foram encontradas.

9.2.44. ALBRAS - Alumínio Brasileiro S.A.

A ALBRAS é uma empresa produtora de alumínio primário, tendo como principais acionistas a Companhia Vale do Rio Doce e a NAAC - Nippon Amazon Aluminium Co. Ltd.

9.2.45. Alcoa Alumínio S.A.

A Alcoa Alumínio S.A. é subsidiária integral da Alcoa Inc., atuando na produção e transformação do alumínio. A Alcoa Alumínio S.A atua nos mercados aeroespacial, automotivo, de embalagens, construção civil e transportes entre outros.

9.2.46. Anglo American Brasil Ltda.

A Anglo American Brasil Ltda. atua na produção de metais básicos e ferrosos e minerais industriais através das empresas Codemin S.A., Mineração Catalão de Goiás Ltda. e Copebrás Ltda.

9.2.47. Caramuru Alimentos Ltda.

A Caramuru Alimentos Ltda., dedica-se à industrialização de grãos, desde a produção de semente, armazenagem, degerminação, pré-cozimento de milho, extração e refino de óleos especiais de soja, milho, girassol e canola como também na produção de farelos. A Caramuru Alimentos Ltda. está presente nos Estados de Goiás, Paraná, Mato Grosso, São Paulo, Bahia, Pernambuco e Ceará.

9.2.48. Carbocloro S.A. Indústrias Químicas - Carbocloro SFE

A Carbocloro é hoje uma joint-venture formada pela UNIPAR - União de Indústrias Petroquímicas S/A (grupo nacional privado com atuação nas áreas química e petroquímica), com a norte-americana Occidental Chemical Corporation (fornecedor de cloro-soda dos Estados Unidos). A Carbocloro atua na produção e comercialização de Cloro-Alcalis. Os produtos da Carbocloro são componentes fundamentais para fabricação de sabões, detergentes, remédios, plásticos, comestíveis, tecidos, entre outros.

9.2.49. Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S/A

A Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S/A atua na operação e exploração de usinas geradoras de energia elétrica, bem como a prática dos atos de comércio decorrentes dessas atividades. A Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S/A é controlada pela Companhia Endesa Chile.

9.2.50. CEB - Lajeado S/A - CEB Lajeado

A CEB Lajeado é controlada pela Companhia Elétrica de Brasília - CEB, a qual é uma sociedade de economia mista controlada pelo Governo do Distrito Federal, que atua na geração e distribuição de energia elétrica.

9.2.51. Companhia Energética Petrolina - Cep

A Cep, localizada próxima do rio São Francisco no estado do Pernambuco, foi constituída dentro do programa da Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial, empresa pública vinculada ao MME, criada por meio da Medida Provisória nº. 2.209 e Decreto nº. 3.900, de 29 de agosto de 2001 Cep possui como principais acionistas a Cisa Trading S.A., Caraíva Participações Ltda., Vale do Lobo Participações S/C Ltda. e o Grupo Coimex.

9.2.52. Companhia Energética Santa Clara - Cesc

A Cesc é uma empresa controlada pelo Grupo Queiroz Galvão, tendo como atividades principais a geração e a transmissão de energia elétrica.

9.2.53. Ceran - Companhia Energética Rio das Antas

A Ceran, sociedade anônima de capital fechado, controlada pela CPFL – Geração de Energia S.A., pela Cedente e pela Desenvix S.A., atua na implantação e operação dos aproveitamentos hidrelétricos do Complexo Energético Rio das Antas. O Complexo é formado pelas usinas Monte Claro, Castro Alves e 14 de Julho.

9.2.54. Companhia de Interconexão Energética - CIEN

A CIEN é um empreendimento que permite que a importação e a exportação de energia entre o Brasil e a Argentina, por meio de suas estações conversoras de 50 Hz e 60 Hz (Interconexão Energética Garabi I e Garabi II). A CIEN também opera como comercializadora de energia e localizada estrategicamente no município de Garruchos (RS), cerca de 5 km distante da fronteira do Brasil com a Argentina, ocupando uma área de aproximadamente 600 mil m². A CIEN é controlada pela Endesa Internacional e pela Companhia Endesa Chile.

9.2.55. Consórcio de Alumínio do Maranhão - Alumar

O Consórcio de Alumínio do Maranhão, Alumar, é formado pelas empresas, Alcoa Alumínio S.A., Alcan Alumínio do Brasil Ltda., Bhpbilliton Group e Abalco S.A. e atua na produção de alumínio e alumina.

9.2.56. DSM Elastômeros Brasil - DSM

A DSM é uma produtora de polímero sintético EPM/EPDM, utilizado nos mercados de construção civil, automotivo, lubrificantes e plásticos. A DSM pertence à DSM Elastomers B.V., com unidades produtoras na Holanda, Estados Unidos, Japão e Brasil.

9.2.57. Eka Chemicals

A Eka Chemicals, subsidiária da Eka Chemicals AB da Suécia, unidade de negócios do Grupo Akzo Nobel, oferece principalmente serviços e produtos especializados para a indústria de celulose e papel.

9.2.58. Eletrobrás Termonuclear S/A.- Eletronuclear

As atividades da Eletronuclear compreendem a operação da Usina Nuclear Angra 1 e Angra 2. Estas Usinas, em conjunto com Angra 3, prevista para operar também com 1350 MW, constituem a Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAAB, situada na praia de Itaorna, no Município de Angra dos Reis.

9.2.59. Enertrade S.A.

A Enertrade é uma comercializadora de energia elétrica, que tem atuação direcionada, sobretudo, ao atendimento de consumidores livres. A Enertrade é controlada pela Energias do Brasil, holding ligada ao Grupo EDP - Energias de Portugal.

9.2.60. Fafen Energia S/A – Fafen

A Fafen tem por finalidade o fornecimento garantido de energia elétrica e vapor para a fábrica da Fafen – Fábricas de Fertilizantes Nitrogenados, empresa do pertencente ao Grupo Petrobrás. A Fafen esta localizada no município de Camaçari, na Bahia.

9.2.61. Innova S.A. – Innova

As principais atividades da Innova são a fabricação e comercialização de estireno e poliestireno. A Innova tem sede no Pólo Petroquímico de Triunfo no Estado do Rio Grande do Sul e é controlada pela Petrobrás Energia S.A.

9.2.62. Oxiteno S.A. – Oxiteno

A Oxiteno é uma das empresas do Grupo Ultra, que também atua nos setores de armazenagem, distribuição e comercialização de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e no transporte, armazenamento e operação de terminais para produtos especiais. A Oxiteno atua em mais de quarenta países, nos cinco continentes. Cerca de 30% da sua produção é exportada para uma vasta gama de empresas, no mundo inteiro, por meio de uma rede de distribuidores, representantes e agentes.

9.2.63. Petroquímica Triunfo S.A.

A Triunfo é controlada pela Petrobrás Química S.A. – Petroquisa. A planta da Triunfo é composta de duas unidades de polimerização com capacidade instalada total de 160 mil toneladas/ano de Polietileno de Baixa Densidade, Copolímero de Etileno e Acetato de Vinila e misturas diversas.

9.2.64. Ponte de Pedra Energética S.A. - PPE

A PPE, sociedade anônima constituída com o propósito específico de explorar o aproveitamento hidrelétrico Ponte de Pedra, localizado no Rio Correntes, divisa entre os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A PPE é controlada por duas empresas: a Impregilo SpA. e a Skanska Bot do Brasil Ltda., as quais detém participações iguais de 50% do capital votante.

9.2.65. Queiroz Galvão Energética S.A.

A Queiroz Galvão Energética S.A. é uma empresa integrante do Grupo Queiroz Galvão que atua nas áreas de exploração de petróleo e gás; Siderurgia, Agropecuária e Alimentos; Transportes Urbanos; Concessões de Serviços Públicos.

9.2.66. Rosal Energia S.A.

A Rosal Energia S.A. é uma usina de energia elétrica, localizada divisa entre Rio de Janeiro e Espírito Santo, controlada pela Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig.

9.2.67. Siderúrgica Barra Mansa S.A.

A Siderúrgica Barra Mansa é uma empresa produtora e comercializadora de aços longos, pertencente ao Grupo Votorantim.

9.2.68. TermoRio S/A – Termorio

A Termorio é uma sociedade privada por ações, com o objetivo de desenvolver, financiar, construir e operar unidades de geração termelétrica. A Usina Termelétrica da Termorio localiza-se no município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro. A Termorio é controlada pela Petrobras S.A.

9.2.69. Termobahia S.A. - Termobahia

A Termobahia é uma empresa produtora independente de energia (IPP) proprietária de uma usina termelétrica, localizada no Município de São Francisco do Conde, Distrito de Mataripe, Estado da Bahia, Brasil.

9.2.70. UTE Norte Fluminense - UTE NF

A UTE NF é uma sociedade de propósito específico (SPE), criada com a finalidade de gerar energia elétrica através de uma usina termelétrica construída no município de Macaé, a partir da utilização de gás natural da Bacia de Campos. A UTE NF é controlada pelo Grupo EDF (Electricité de France).

9.2.71. Veracel Celulose S/A

A Veracel está localizada no Sul do Estado da Bahia, atuando na produção de celulose. A Veracel tem como principais acionistas Aracruz e Stora Enso.

9.2.72. Votorantim Cimentos Ltda.

A Votorantim Cimentos Ltda. é uma holding integrante do Grupo Votorantim, que reúne empresas de cimento, cal, concreto e argamassa no Brasil e no exterior.

9.2.73. White Martins Gases Industriais Ltda.

A White Martins atua no setor de gases industriais da América do Sul, presente em nove países do continente. Seu portfólio de produtos inclui gases atmosféricos (oxigênio, nitrogênio e argônio), gases de processo (gás carbônico, acetileno, hidrogênio, misturas para soldagem), gases especiais e medicinais, cilindros de aço sem costura e equipamentos para aplicação, transporte e armazenamento de gases.

9.2.74 Companhia Luz e Força de Mococa

A Companhia Luz e Força de Mococa possui uma base de 36.595 clientes, distribuídos em quatro municípios da região leste do Estado de São Paulo e região sul do Estado de Minas Gerais, numa área de 1.844 mil km quadrados. A CLFM atende a 30.027 clientes residenciais, 377 clientes industriais, 2.975 clientes comerciais e 3.216 outros clientes.

9.2.75 Companhia Sul Paulista de Energia

A Companhia Sul Paulista de Energia possui uma base de 63.236 clientes, distribuídos em cinco municípios na região centro sul do Estado de São Paulo, numa área de 3.802 mil km quadrados. A CSPE atende a 52.911 clientes residenciais, 372 clientes industriais, 4.383 clientes comerciais e 5.570 outros clientes.

9.2.76 Companhia Paulista de Energia Elétrica

A Companhia Paulista de Energia Elétrica possui uma base de 46.571 clientes, distribuídos em sete municípios na região leste do Estado de São Paulo, numa área de 2.589 mil km quadrados. A CPEE atende a 36.594 clientes residenciais, 558 clientes industriais, 3.991 clientes comerciais e 5.428 outros clientes.

9.2.77 Cimento Rio Branco S.A.

A Cimento Rio Branco S.A. é a principal empresa da companhia Votorantim Cimentos, que, por sua vez, faz parte do Grupo Votorantim, um dos maiores conglomerados empresariais brasileiros. Sua sede fica em Rio Branco do Sul, na região metropolitana de Curitiba, Paraná.

Adicionalmente, são Usuários da Rede Básica as seguintes empresas:

Acesita S.A.
AES Uruguaiana Empreendimentos Ltda.
Anglogold Ashanti Brasil Mineração
Brasympe Energia S.A.
Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A.
CGTF – Central Geradora Termoelétrica Fortaleza
Cinco Estrelas Agropecuária e Participação Ltda.
Companhia Luz e Força de Mococa
Companhia Siderúrgica de Tubarão
Companhia Sul Sergipana de Eletrecidade
DME – Departamento Municipal de Eletricidade de Poços de Caldas
Dow Brasil Nordeste Ltda.
El Paso Rio Claro Ltda.
Eletronorte – Sociedade Fluminense de Energia Ltda.
Eletronorte – Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.
Enerbrasil Energias Renováveis do Brasil
Energest S.A.
Enerpeixe S.A.
Engebra Ltda.
Fibraplac Chapas de MDF Ltda.
Globe Metais Indústria e Comércio S.A.
Libra Ligas do Brasil Ltda.
Linde Gases Ltda.
Mineração Caraíba S/A
Mineração Maracá Indústria e Comércio S.A.
Mineração Morro Velho
MPX Termoelétrica Ltda.
Nova Era Silicon S.A.
Novelis do Brasil Ltda.
Paulista Lajeado Energia S.A.
Primo Schincariol Inds. de Cervejas e Refrigerantes do Nordeste S.A.
Rede Lajeado Energia S.A.
Rio Doce Manganês S.A.
Samarco Mineração S.A.
Tangará Energia S.A.
Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A.

Para maiores informações referentes aos Usuários da Rede Básica relacionados abaixo, favor ver item 9.1. “As Distribuidoras Cedidas” acima.

Bandeirante Energia S.A. – Bandeirante
Companhia Energética de Alagoas - Ceal
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – Coelba
Companhia Energética da Borborema – Celb
Companhia Energética do Maranhão – Cemar
Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig
Companhia Energética de Pernambuco – Celpe
Companhia Energética do Ceará – Coelce
Companhia Energética do Piauí – Cepisa
Companhia Energética do Rio Grande do Norte – Cosern
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D
Companhia Luz e Força Santa Cruz – CLFSC
Companhia Nacional de Energia Elétrica – Cnee – Grupo Rede
Copel Distribuição S.A. - Copel
Companhia Força e Luz Cataguazes Leopoldina
Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL Paulista
Companhia Piratininga de Força e Luz – CPFL Piratininga
Elektro Eletricidade e Serviços S.A. – Elektro
Empresa Elétrica Bragantina – EEB
Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. – EEVP
Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S.A. – Enersul
Empresa Energética de Sergipe S.A. - Energipe
Espírito Santo Centrais Elétricas S. A. - Escelsa
S.A. de Eletrificação da Paraíba - Saelpa

10. RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E A OFERTA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E A OFERTA

10.1. Informações sobre as Partes

10.1.1. A Cedente dos Direitos de Crédito

A CEEE-GT, Companhia Estadual de Energia Elétrica, é uma sociedade de economia mista que vem, há mais de 60 anos, atuando nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica destinados ao suprimento do Rio Grande do Sul.

Os principais acionistas da Cedente são o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que detém 65,92% das ações da CEEE-GT e a Eletrobrás que possui 32,59% da participação, além de outros sócios minoritários.

Para maiores informações acerca de Cedente, ver Seção "A Cedente".

10.1.2. O Administrador

O UBS Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM ("UBS Pactual") foi criado com foco exclusivo na gestão de recursos financeiros de terceiros. Atualmente, o Grupo UBS Pactual administra em torno de R\$ 65 bilhões (dados de julho de 2007, que incluem Fundos de Aplicação em Cotas – FICs), estando na liderança de administração de recursos entre os bancos de investimento e de atacado, e na quarta posição entre os maiores administradores de recursos por volume de ativos (dados da Associação Nacional dos Bancos de Investimento - Anbid, de julho de 2007).

O UBS Pactual adota estrutura de organização ligeiramente diferente das outras empresas de gestão. Ao invés de os portfólios dos fundos de investimento serem delegados a gestores individuais, ficam sob responsabilidade de uma equipe de gestão especializada. Na prática é como se existisse um único portfólio para todos os fundos. As posições são alocadas aos fundos em função de seus perfis de risco e objetivos de rentabilidade, sempre respeitando os mandatos específicos, não sendo possível haver posições direcionais opostas entre os fundos.

A filosofia de gestão adotada pelo UBS Pactual busca resultados melhores e mais consistentes no longo prazo, através de investimentos que congreguem alta relação retorno/risco e preservação da liquidez. Como resultado desta filosofia, os fundos do UBS Pactual têm se destacado na indústria de fundos mútuos.

O acompanhamento do risco das posições dos fundos é realizado por uma estrutura on-line e outra off-line. A estrutura on-line visa a tornar mais ágil a simulação dos prováveis impactos das posições assumidas, bem como dos cenários vislumbrados pelos operadores sobre o desempenho dos portfólios. Assim, é possível que, em curto espaço de tempo, sejam tomadas as medidas de adequação eventualmente necessárias para enquadramento dos portfólios.

A estrutura off-line, centralizada no Banco UBS Pactual, é responsável pela consolidação das exposições, emissão de relatórios de VaR, simulação de cenários históricos, projetados e de ruptura ("stress"), e pelo desenvolvimento das ferramentas de análise e monitoramento de risco.

Finalmente, a área de pesquisa macroeconômica e política é responsável por análises criteriosas da situação econômica internacional e posterior formulação de cenários macroeconômicos e políticos domésticos. Tais análises permitem a antecipação de movimentos de mercado.

A UBS Pactual é subsidiária integral do Banco UBS Pactual, um dos principais bancos de investimento brasileiros, cujo histórico e as atividades estão detalhadamente descritos no item de descrição dos Coordenadores abaixo.

10.1.4. O Custodiante

O Deutsche Bank vem prestando os serviços de custódia desde 1870 através de suas centrais estabelecidas em Nova York, Cingapura, Londres e Frankfurt sendo considerados atualmente um dos maiores custodiantes no mundo, com ativos totais sob custódia no montante aproximado de EUR 1,2 trilhões. No Brasil, o Deutsche Bank atua desde agosto de 1911, através do "Deutsche Ueberseeische Bank" (neste mês houve a abertura de

uma filial no Rio de Janeiro, sob o nome de Banco Alemão Transatlântico). Em 1930 o Deutsche Bank expandiu seus negócios no Brasil com a fusão do "Disconto -Gesellschaft AG". No decorrer da 2ª guerra, entretanto o Banco teve suspensa suas operações retornando a atuar no mercado financeiro brasileiro em 1968 quando da recuperação de sua carta patente.

Desde 18 de março de 1994, o Deutsche Bank atua como subsidiária independente no Brasil, sob o nome de Deutsche Bank S.A. -Banco Alemão que pertence inteiramente ao Deutsche Bank AG, Frankfurt. No início de outubro de 1994, o Deutsche Bank S.A. -Banco Alemão, recebeu do Banco Central do Brasil, licença de banco múltiplo, podendo atuar nos mais diversos segmentos do mercado financeiro brasileiro. No Mundo o Deutsche Bank oferece seus serviços em 73 países para seus clientes em 1.717 filiais ou agências e é uma das maiores instituições financeiras do mundo possuindo excelente reputação, o que se reflete nas excelentes avaliações concedidas pelas empresas de rating internacional como a Moody's, Standart & Poors e Fitch IBCA. O Serviço de Custódia é um dos focos de atuação do Deutsche Bank, com posição de destaque no cenário mundial. No Brasil, o Banco é uma instituição credenciada pela CVM para a prestação de serviços de custódia de títulos escriturais(dentre outros, Títulos Públicos Federais, Títulos Privados e de Renda Variável). O início dessa atividade data de 1994. Inicialmente oferecendo os serviços para investidores estrangeiros e em 1996, para administradores locais de recursos e investidores institucionais tais como fundos de previdência.

10.1.3. Os Coordenadores

Banco Itaú BBA S.A.

O Itaú BBA é o maior banco de atacado do Brasil, com ativos de R\$ 77,6 bilhões e patrimônio líquido de R\$ 5,5 bilhões em 30 de junho de 2007. O banco faz parte do grupo Itaú, que possui 95,8% do total de ações e 50,0% das ações ordinárias de emissão do Itaú BBA, sendo o restante detido por executivos do próprio banco. O Itaú BBA se caracteriza pelo foco no atendimento aos clientes corporativos, com ênfase em crédito e operações estruturadas, atuando, assim, como banco corporativo e banco de investimento.

De acordo com o ranking ANBID, o Itaú BBA é um dos líderes de distribuição de operações de renda fixa no mercado doméstico, ocupando o primeiro lugar em 2004, 2005, 2006 e 2007 (até Outubro) com participações de mercado de 26,0%, 20,0%, 19,2% e 27,3% respectivamente.

Em 2006, entre as operações coordenadas pelo Itaú BBA destacam-se as debêntures da Telemar Norte Leste S.A., no valor R\$ 2,1 bilhões; Itauseg Participações S.A., no valor de R\$ 1,5 bilhão; Vivax S.A., no valor de R\$ 220 milhões; Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga, no valor de R\$ 350 milhões; Brasil Telecom, no valor de R\$ 1,1 bilhão; Concessionária do Sistema Anhanguera Bandeirantes S.A. - Autoban, no valor de R\$ 510 milhões, ALL - América Latina Logística - S.A., no valor de R\$ 700 milhões; TAM S.A., no valor de R\$ 500 milhões; Ampla Energia e Serviços S.A., no valor de R\$ 370 milhões; Gafisa S.A., no valor de R\$ 240 milhões; Lupatech S.A., no valor de R\$ 227 milhões; Energisa S.A. no valor de R\$ 350 milhões; Companhia Vale do Rio Doce, no valor de R\$ 5,5 bilhões; Light Serviços de Eletricidade S.A., no valor de R\$ 1,0 bilhão; NET Serviços de Comunicação S.A., no valor de R\$ 580 milhões; e o FIDC CESP III, no valor de R\$ 650 milhões.

Em 2007, em operações de renda fixa no mercado de capitais local, destacam-se as emissões de debêntures da Telemar Participações S.A., no valor de R\$ 250 milhões; da Companhia Energética do Maranhão – CEMAR, no valor de R\$ 267,3 milhões; da Companhia Brasileira de Distribuição S.A, no valor de R\$ 779 milhões; da Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações, no valor de R\$ 500 milhões; da Tractebel Energia S.A., no valor de R\$ 350 milhões; da Nova América S.A. Agroenergia, no valor de R\$ 306,9 milhões; da BR Malls Participações S.A., no valor de R\$ 320 milhões; da Concessionária de Rodovias do Oeste de SP – Via Oeste S.A., no valor de R\$ 650 milhões; da BFB Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, no valor de R\$ 10 bilhões; da J.Macêdo S.A., no valor de R\$ 104 milhões; da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., no valor de R\$ 600 milhões; da Zain Participações S.A., no valor de R\$ 368 milhões; da Itauseg Participações S.A., no valor de R\$ 2,03 bilhões; e da Klabin Segall S.A., no valor de R\$ 202,5 milhões. Em operações de Notas Promissórias, destacam-se as operações da Nova América S.A. Agroenergia, no valor de R\$ 100 milhões, e da Zain Participações S.A., no valor de R\$ 350 milhões. Destacam-se, ainda, a emissão de Notas do IFC - *International Finance Corporation*, no valor de R\$ 200 milhões, e as operações FIDC CESP IV, no valor de R\$1,25 bilhão, e FIDC Panamericano Veículos I, no valor de R\$ 350 milhões.

Banco UBS Pactual S.A.

O Banco UBS Pactual é o sucessor do Banco Pactual, especializado nas áreas de administração de recursos, tesouraria, finanças corporativas, distribuição de ativos, corretagem e Private Banking.

O Banco Pactual foi fundado em 1983, como distribuidora de títulos e valores mobiliários. Atualmente como banco múltiplo, o Banco UBS Pactual tem patrimônio líquido de R\$ 1,2 bilhões (dados de dezembro de 2006). Nos últimos exercícios, os ativos do banco concentravam-se principalmente em títulos públicos federais e de emissão de instituições financeiras de primeira linha e, em menor extensão, em títulos de renda variável negociados em mercados organizados e com elevado grau de liquidez. A despeito de ser banco múltiplo, o Banco UBS Pactual praticamente não opera com crédito direto.

Em termos de desempenho, a capacidade de antecipação dos cenários da economia brasileira e a análise apurada dos riscos envolvidos nos diversos mercados fizeram com que o Banco Pactual obtivesse destacado histórico de performance ao longo de seus 24 anos de existência. Desde o começo de suas atividades, é característica do banco de manter rigoroso controle de risco, com foco na preservação de capital.

Com a aquisição do Banco Pactual S.A. pelo UBS, o Banco UBS Pactual aumentou significativamente a escala das atividades no Brasil, sendo atualmente um dos principais prestadores de serviços de banco de investimento, gestão de patrimônio e gestão de ativos do país.

10.2. Relacionamento entre as Partes

10.2.1. Relacionamento da Cedente com o Administrador

O Administrador atua como gestor do FIDC CEEE e como administrador do Fundo, ambos possuindo a Cedente como originadora dos respectivos direitos de crédito.

O Administrador também atua como administrador do Fundo FIDC CEEE NP II, que possui a CEEE-D como cedente.

10.2.2. Relacionamento da Cedente com o Custodiante

O relacionamento entre Custodiante e Cedente limita-se à prestação de serviços de custódia dos valores mobiliários e ativos financeiros relativos ao Fundo e também ao FIDC CEEE.

10.2.3. Relacionamento da Cedente com os Coordenadores

Além do relacionamento referente à Oferta, a Cedente manteve e mantém relacionamento comercial, de acordo com as práticas usuais do mercado financeiro com o Itaú BBA ou com sociedades de seu conglomerado econômico, incluindo a administração de recursos da Cedente por sociedade do conglomerado econômico do Itaú BBA e poderá, no futuro, contratar o Itaú BBA ou sociedades de seu conglomerado econômico para assessorá-la, inclusive na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades. O Banco Itaú BBA é credor de notas promissórias comerciais de emissão da Cedente no valor de R\$ 50.000.000,00 e desde 2003 lhe presta serviços de arrecadação.

10.2.4. Relacionamento entre o Administrador e o Custodiante

O Custodiante presta serviços de custódia para dois fundos de investimento administrados pelo Administrador, relativos a direitos creditórios decorrentes de operações de crédito consignado.

10.2.5. Conflitos

Entende-se inexistir conflito de interesse decorrente do fato de a Cedente figurar como responsável pela guarda dos Documentos Comprobatórios e pela cobrança dos Direitos de Crédito do Fundo, em razão de a Cedente ser patrimonialmente afetada em caso de falha no cumprimento de suas atividades, tendo em vista a titularidade das quotas subordinadas. Não obstante, o fator de risco "Manutenção dos documentos comprobatórios pela Cedente" evidencia, aos investidores, os riscos decorrentes de tal limitação.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

11. ANEXOS

- **ANEXO I** - Deliberação do Administrador para constituir o Fundo e aprovar o Regulamento
- **ANEXO II** - Súmula da Agência de Classificação de Risco das Quotas Seniores
- **ANEXO III** - Compromisso de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas
- **ANEXO IV** - Relatório da KPMG Structured Finance S.A.
- **ANEXO V** - Declaração do Administrador e do Coordenador Líder nos termos da Instrução CVM nº 400
- **ANEXO VI** - Primeiro Aditamento ao Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças (com consolidação do contrato de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças)
- **ANEXO VII** - Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE III-GT (versão atualizada e registrada)

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO I

- Deliberação do Administrador para constituir o Fundo e aprovar o Regulamento

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

UBS PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM
CNPJ/MF nº 59.281.253/0001-23

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CEEE III-GT**

883040

22 OUT 2003
883040
AGÊNCIA ESPECIALIZADA EM
NÚCLEO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

RECEBIMENTO DE
DEPARTAMENTO DE
REGISTRO E
DEPARTAMENTO DE
REGISTRO E

Pelo presente instrumento particular, **UBS PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM**, instituição financeira devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, 501, 5º andar - parte, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.281.253/0001-23, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, nos termos da legislação e regulamentação vigentes ("Administrador"), resolve:

1. Constituir, nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pelas Instruções nº 393, de 22 de julho de 2003, nº 435, de 5 de julho de 2006, e nº 442, de 8 de dezembro de 2006, todas da CVM ("Instrução CVM nº 356/2001"), um fundo de investimento em direitos creditórios, na forma de condomínio fechado, que será denominado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE III-GT ("Fundo");
2. Designar como responsável pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo o Sr. Marcelo Kalim, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, economista, com endereço profissional na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3729 - 10º andar, CEP 04538-905, portador da Cédula de Identidade RG nº 9037096, expedida pela SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 185.178.498-50, diretor da instituição Administradora;
3. Aprovar o Regulamento do Fundo, o qual faz parte integrante do presente instrumento particular de constituição;
4. Assumir as funções de administração do Fundo;
5. Deliberar a contratação, nos termos da Instrução CVM nº 356/2001, das seguintes pessoas jurídicas para prestar serviços ao Fundo:
 - (i) Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Capitão Montanha, 177, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 92.702.067/0001-96, para prestação dos serviços de agente de recebimento do Fundo ("Agente de Recebimento");
 - (ii) Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Alexandre Dumas, nº 2.200, 1º andar, inscrita no CNPJ/MF sob

3ºRTD-RJ-Reg. nº 883040
Emolumentos.....R\$ 259,00
Distribuidor.....R\$ 11,32
Módulo/Atividade.....R\$ 7,82
Feli/Fundperj/Funperj.....R\$ 78,76
Total.....R\$ 357,90



n.º 62.331.228/0001-11, para prestação dos serviços de custódia e controladoria de ativos do Fundo ("Custodiante");

- (iii) Standard & Poor's - Macgraw-Hill Interamericana do Brasil, agência classificadora de risco, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, 1.53, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.295.585/0002-20, para prestar os serviços de classificação de risco (*rating*) das quotas do Fundo ("Agência Classificadora de Risco"); e
- (iv) KPMG Auditores Independentes, empresa de auditoria, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Renato Paes de Barros, 33, inscrita no CRC sob o nº 2SP014428/o-6 e no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29, para prestar serviços de auditoria independente para o Fundo.

6. Determinar que as publicações do Fundo previstas no Regulamento e na regulamentação em vigor serão feitas no Jornal do Comércio do Estado do Rio Grande do Sul.

7. Submeter à aprovação da CVM a presente deliberação de constituição do Fundo e os demais documentos exigidos pela regulamentação para a obtenção de aprovação da CVM relativa ao funcionamento do Fundo e à distribuição pública das quotas de sua emissão.

Estando assim deliberada a constituição do Fundo, vai a presente assinada em 5 (cinco) vias de igual teor e forma.

Rio de Janeiro, 22 de outubro de 2007.

UBS PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM.

2.º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Rua da Quitanda, 52 / 8º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ
Registrado, digitalizado e microfilmado sob o número de protocolo e data apostas mecanicamente. - O QUE CERTIFICAR

<input checked="" type="checkbox"/> Bel. RAULITO ALVES DA SILVA	- Oficial Tit. Ia.
<input checked="" type="checkbox"/> Miriam Sant'Ana Costa Roggi	- Escrevente Substituto
<input checked="" type="checkbox"/> Cristina M. I. Macedes da Silva	- Escrevente Substituto
<input checked="" type="checkbox"/> Ricardo V. Mozzinho Antunes	- Escrevente Substituto
<input checked="" type="checkbox"/> Rosane Tavares Santos	- Escrevente Substituto



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

3º OFÍCIO

22 OUT 883040

ARQUIVADA EM MICROFILME

Anexo I ao Instrumento Particular de Constituição do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE III-GT, datado de 22 de outubro de 2007.

REGULAMENTO

REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CEEE III-GT

CAPÍTULO UM - DA DENOMINAÇÃO, FORMA, PRAZO DE DURAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO FUNDO

1.01. - O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE III-GT (o "Fundo"), constituído sob a forma de condomínio fechado, é regido pelo presente Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

1.02. - O Fundo terá prazo de duração determinado de 6 (seis) anos, contados da Primeira Data de Emissão, conforme definida abaixo (o "Prazo de Duração"). O Prazo de Duração do Fundo poderá ser prorrogado por decisão da Assembleia Geral de Quotistas do Fundo, observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Onze abaixo.

1.03. - O patrimônio do Fundo será formado por quotas da classe sênior (as "Quotas Seniores" e, individualmente, Quota Sênior) e por quotas da classe subordinada (respectivamente, as "Quotas Subordinadas" e, individualmente, "Quota Subordinada", sendo as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas em conjunto denominadas simplesmente como as "Quotas").

1.03.01. - As características e os direitos, bem como as condições de emissão, subscrição, integralização, remuneração, amortização e resgate das Quotas estão descritos nos Capítulos Dez a Quinze deste Regulamento.

CAPÍTULO DOIS - DO PÚBLICO ALVO DO FUNDO E DO INVESTIMENTO INICIAL MÍNIMO NO FUNDO

2.01. - O Fundo é destinado a investidores qualificados, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº. 409/04 quotas (sendo os investidores que adquiriram Quotas de emissão do Fundo denominados simplesmente como "Quotistas").

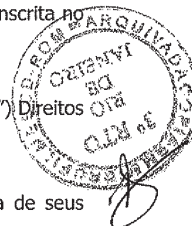
2.01.01. - A primeira aplicação de cada Quotista no Fundo deverá ser equivalente ao montante de, no mínimo, R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

CAPÍTULO TRÊS - DO OBJETIVO DE INVESTIMENTO DO FUNDO E DO PARÂMETRO DE RENTABILIDADE

3.01. - O objetivo do Fundo é proporcionar rendimento aos Quotistas, por meio do investimento preponderante dos recursos do Fundo na aquisição, pelo Fundo, de Direitos de Crédito (conforme abaixo definido) originados pela Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica



CEEE-GT, sociedade por ações, com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Joaquim Porto Villanova, nº. 201, Prédio A1, 7º andar, sala 722, Jardim Carvalho, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 92.715.812/0001-31 ("Cedente").



3.01.01. - Somente poderão compor a carteira de investimentos do Fundo ("Carteira") Direitos de Crédito que atendam às características descritas no Capítulo Cinco abaixo.

3.02. - Sem prejuízo do disposto no item 3.01. acima, o Fundo também aplicará parcela de seus recursos em determinados ativos financeiros e modalidades operacionais disponíveis no mercado, em estrita observância aos critérios de seleção, composição e diversificação admitidos no Capítulo Sete abaixo.

3.03. - Respeitando o disposto no item 9.02. abaixo, o Fundo buscará atingir, para as Quotas Seniores, parâmetro de rentabilidade ("Benchmark") definido em processo de *bookbuilding*, em que será verificada a demanda pelas Quotas Seniores. A definição da taxa final será determinada pelo Administrador (conforme abaixo definido) e posteriormente informada à CVM.

3.03.01. - O Benchmark não representa nem deve ser considerado como uma promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade aos Quotistas por parte do Administrador, do Custodiante (conforme abaixo definido) do Administrador (conforme abaixo definido) e/ou da Cedente e seus controladores.

3.03.02 - Independentemente do valor do patrimônio líquido do Fundo, os Quotistas titulares das Quotas Seniores não farão jus a uma rentabilidade superior ao Benchmark, que representa o limite máximo de remuneração possível para as Quotas Seniores.

3.04. - As Quotas Subordinadas não têm parâmetro de remuneração definido, sendo que o pagamento de amortização e/ou resgate das Quotas Subordinadas será subordinado ao pagamento de amortização e/ou resgate das Quotas Seniores do FIDC CEEE, das Quotas Seniores do Fundo e das Quotas Subordinadas do FIDC CEEE, em conformidade com o disposto no Capítulo Doze abaixo.

CAPÍTULO QUATRO – DA NATUREZA E DA ORIGEM DOS DIREITOS DE CRÉDITO

4.01. - A Cedente é concessionária de serviços públicos de geração e de transmissão de energia elétrica, nos termos, respectivamente, do (i) Contrato de Concessão nº. 025/2000, datado de 05 de abril de 2000, celebrado entre a Cedente e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL ("ANEEL"), conforme aditado, alterado e ratificado a qualquer tempo, e dos (ii) Contratos de Concessão nº. 055/2001, datado de 1º de outubro de 2001 e nº. 080/2002, datado de 18 de dezembro de 2002, celebrados entre a Cedente e a União Federal, por meio da ANEEL, conforme aditados, alterados e ratificados a qualquer tempo, (em conjunto, os "Contratos de Concessão").

4.01.01. - No âmbito de suas atividades de geração e de transmissão de energia elétrica, a Cedente firmou, respectivamente, (i) Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no



Ambiente Regulado – CCEAR (“CCEAR”) com concessionárias de distribuição de energia elétrica, por meio dos quais foram estabelecidos os termos e condições para venda de energia elétrica pela Cedente a sociedades distribuidoras de energia elétrica e (ii) Contrato de Prestação de Serviço de Transmissão (“CPST”) com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS (“ONS”) e o ONS celebra, em nome da Cedente, Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (“CUST”) e, em conjunto com o CPST, os “Contratos de Transmissão”) com os usuários da rede básica de transmissão de energia elétrica (“Usuários da Rede Básica”).



4.02. – Em 15 de fevereiro de 2006, a Cedente firmou o Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças, conforme aditado pelo “Instrumento Particular de Primeiro Aditamento ao Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças”, datado de 5 de setembro de 2006, com o Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios CEEE, fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 07.818.028/0001-80 (respectivamente, “Contrato de Cessão do FIDC CEEE” e “FIDC CEEE”), administrado pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Capitão Montanha, 177, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 92.702.067/0001-96, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social (“Banrisul” ou “Agente de Recebimento”);

4.03. – Por meio do Contrato de Cessão do FIDC CEEE, a Cedente cedeu ao FIDC CEEE (i) a totalidade dos direitos de crédito oriundos da venda futura de energia elétrica pela Cedente a determinadas concessionárias de distribuição de energia elétrica, nos termos dos CCEAR indicados no Anexo I ao presente (respectivamente, as “Distribuidoras Cedidas” e os “CCEAR Cedidos”) e (ii) a parcela equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) dos direitos de crédito oriundos da prestação futura de serviços de transmissão de energia elétrica pela Cedente aos Usuários da Rede Básica, nos termos do CPST e dos CUST existentes ou que venham a ser celebrados pelo ONS com os Usuários da Rede Básica (os “Contratos de Transmissão Cedidos”), sendo os direitos de crédito oriundos dos CCEAR Cedidos referidos como “Direitos de Crédito dos CCEAR” e os direitos de crédito oriundos dos Contratos de Transmissão Cedidos referidos como “Direitos de Crédito dos Contratos de Transmissão” e sendo os Direitos de Crédito dos CCEAR e os Direitos de Crédito dos Contratos de Transmissão objeto de cessão incondicionada ao FIDC CEEE nos termos do Contrato de Cessão do FIDC CEEE (ainda que em virtude da verificação de condição suspensiva), referidos como “Direitos de Crédito FIDC CEEE”;

4.04. – Nos termos do Contrato de Cessão (conforme abaixo definido), a Cedente cederá ao Fundo, em caráter irrevogável e irretratável, a totalidade dos Direitos de Crédito dos CCEAR e dos Direitos de Crédito dos Contratos de Transmissão, excetuados aqueles (i) objeto de cessão incondicionada ao FIDC CEEE e (ii) objeto de cessão sob condição suspensiva ao FIDC CEEE e a ele transferidos em decorrência da verificação de qualquer condição suspensiva, até a verificação da condição resolutiva de que trata o item 11.7. da Cláusula Onze do Contrato de Cessão do FIDC CEEE (“Condição Resolutiva do FIDC CEEE”), sendo os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão referidos como “Direitos de Crédito”.





4.04.01. – A parcela dos Contratos de Transmissão Cedidos cedida ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão abrange, além da parcela de 25% (vinte e cinco por cento) dos direitos de crédito originados nos termos do CPST e dos CUST existentes, os direitos de crédito originados a partir dos CUST que venham a ser celebrados após a presente data pelo ONS, na qualidade de representante da Cedente, com Usuários da Rede Básica, que serão automaticamente incorporados ao Contrato de Cessão e à definição de Contratos de Transmissão Cedidos, observados os termos e condições do Contrato de Cessão do FIDC CEEE. O Anexo II ao presente Regulamento contém lista dos Usuários da Rede Básica com os quais foram celebrados os CUST existentes na data da assinatura do Contrato de Cessão. A lista de que trata o Anexo II é meramente exemplificativa e será atualizada pela Cedente trimestralmente.

4.02.02. - A parcela equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) dos direitos de crédito oriundos dos Contratos de Transmissão foi calculada com base no valor da receita anual permitida, definida nos termos da Resolução Normativa da ANEEL nº. 230, de 12 de setembro de 2006 ("Receita Anual Permitida") da Cedente em fevereiro de 2006,, no valor mensal de R\$ 6.321.601,25 (seis milhões trezentos e vinte e um mil seiscentos e um reais e vinte e cinco centavos). Caso a Receita Anual Permitida da Cedente apresente crescimento real, desconsiderados os acréscimos decorrentes de recomposição inflacionária, o valor da parcela dos direitos de crédito oriundos dos Contratos de Transmissão cedida ao Fundo será ajustado proporcionalmente, de forma que o Fundo tenha, a qualquer tempo, direitos de crédito em valor equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) da Receita Anual Permitida da Cedente em vigor em fevereiro de 2006, acrescido da variação do Índice Geral de Preços ao Mercado – IGP-M, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M").

4.05. - Os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo serão:

- (a) no caso dos Direitos de Crédito dos CCEAR (i) aqueles representados por Notas Fiscais Fatura de Energia Elétrica emitidas na forma estabelecida na Cláusula 9ª dos CCEAR celebrados entre a Cedente e as Distribuidoras Cedidas (as "Faturas Mensais de Energia Elétrica") e (ii) os instrumentos representativos das garantias outorgadas ou contratadas pelas Distribuidoras Cedidas em favor da Cedente para assegurar o cumprimento das obrigações assumidas nos CCEAR, descritos de forma resumida no Anexo I ao presente Regulamento ("Instrumentos de Garantia dos CCEAR");
- (b) no caso dos Direitos de Crédito dos Contratos de Transmissão (i) aqueles indicados nos avisos de crédito emitidos pelo ONS à Cedente, na forma estabelecida na Cláusula 13ª dos CUST ("Avisos de Crédito"), representados por Notas Fiscais Fatura de Transmissão emitidas pela Cedente com base nos Avisos de Crédito (as "Faturas Mensais de Transmissão") e (ii) os instrumentos representativos das garantias outorgadas ou contratadas pelos Usuários da Rede Básica em favor do ONS para assegurar o cumprimento das obrigações assumidas nos CUST, descritos de forma resumida no Anexo II ao presente Regulamento ("Instrumentos de Garantia dos Contratos de Transmissão").





4.05.01. - As Faturas Mensais de Energia Elétrica e as Faturas Mensais de Transmissão serão referidas, em conjunto, como "Faturas Mensais" e os Instrumentos de Garantia dos CCEAR e os Instrumentos de Garantia dos Contratos de Transmissão serão referidos, em conjunto, como "Instrumentos de Garantia".

4.05.02. - Tendo em vista que cada uma das Faturas Mensais de Energia Elétrica e parte das Faturas Mensais de Transmissão possuem três datas distintas de vencimento, quais sejam o dia 15 e o dia 25 do mês subsequente ao mês da venda de energia ou da prestação dos serviços de transmissão, conforme o caso, e o dia 05 do segundo mês subsequente ao mês da venda de energia ou da prestação dos serviços de transmissão, conforme o caso, qualquer parcela da Fatura Mensal equivalente a 1/3 (um terço) do valor da referida fatura ("Parcela da Fatura"), será considerada, para os fins do Contrato de Cessão, como um Direito de Crédito independente, no valor da respectiva parcela. As Faturas Mensais de Transmissão sacadas contra consumidores livres e potencialmente livres, nos termos da regulamentação aplicável, que tenham vencimento em uma única data (cada, uma "Fatura de Vencimento Único"), serão consideradas, para os fins do Contrato de Cessão, como um Direito de Crédito independente, no valor da respectiva Fatura Mensal de Transmissão.

4.06. - A aquisição e entrega dos Direitos de Crédito ao Fundo e o recebimento dos valores deles decorrentes serão realizados com base nos termos e condições estabelecidos no (a) Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças, celebrado entre o Fundo e a Cedente, cuja cópia faz parte integrante do Prospecto do Fundo (o "Contrato de Cessão"), (b) Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores, a ser devidamente celebrado ("Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores") e (c) Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia de Direitos de Crédito, Valores Mobiliários e Ativos Financeiros para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, celebrado entre o Fundo e o Custodiante ("Contrato de Custódia").

CAPÍTULO CINCO - DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DOS DIREITOS DE CRÉDITO E DAS DEMAIS CONDIÇÕES DA CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

5.01. - O Fundo adquirirá Direitos de Crédito da Cedente, que serão entregues ao Fundo de tempos em tempos, durante o Prazo de Duração do Fundo e de acordo com os termos e condições do Contrato de Cessão. Somente poderão ser entregues ao Fundo os Direitos de Crédito dos CCEAR e os Direitos de Crédito dos Contratos de Transmissão que não tenham sido entregues ao FIDC CEEE nos termos do Contrato de Cessão do FIDC CEEE.

5.02. - A parcela dos Direitos de Crédito equivalente à Quantidade Mínima Mensal (conforme definida abaixo) será cedida e entregue ao Fundo de forma incondicionada ("Cessão Incondicionada") e a parcela restante dos Direitos de Crédito será cedida ao Fundo sob condição suspensiva e entregue na hipótese de verificação de qualquer Condição Suspensiva (conforme abaixo definido) ("Cessão sob Condição Suspensiva"). A eficácia da Cessão sob Condição Suspensiva ficará sujeita à verificação de



qualquer das condições suspensivas, nos termos e para os efeitos do artigo 125 do Código Civil Brasileiro, de que trata a Cláusula Onze do Contrato de Cessão ("Condições Suspensivas" ou, quando referidas individualmente, "Condição Suspensiva").



5.03. – Nos termos do Contrato de Cessão, na hipótese (i) da ocorrência de qualquer Condição Suspensiva e a conseqüente transferência ao Fundo da totalidade dos Direitos de Crédito objeto da Cessão sob Condição Suspensiva; (ii) do pagamento integral dos valores devidos aos titulares das Quotas de emissão do Fundo e (iii) do pagamento ou da constituição de reserva para o pagamento integral de todas as demais despesas devidas pelo Fundo, inclusive aquelas relativas à sua liquidação, e caso ainda restem Direitos de Crédito em poder do Fundo em decorrência da entrega de Direitos de Crédito objeto da Cessão sob Condição Suspensiva, será considerada resolvida a cessão de tais Direitos de Crédito, os quais (ou cujos pagamentos) serão automaticamente transferidos à Cedente, observado o disposto no Contrato de Cessão.

CAPÍTULO SEIS – DOS PROCEDIMENTOS E DA FORMALIZAÇÃO DE ENTREGA DOS DIREITOS DE CRÉDITO CEDIDOS

6.01. – A partir da data de início de entrega indicada no Suplemento ("Data de Início da Entrega"), a Cedente entregará ao Custodiante (que os receberá em nome do Fundo), tão logo sejam constituídos, de acordo com o disposto abaixo e com os procedimentos descritos no Contrato de Cessão, os Direitos de Crédito objeto da Cessão Incondicionada e, eventualmente, na hipótese de verificação de uma Condição Suspensiva, Direitos de Crédito objeto da Cessão sob Condição Suspensiva.

6.01.01. – As entregas de Direitos de Crédito serão realizadas mensalmente (no período referido abaixo), durante 72 (setenta e dois) meses consecutivos, contados a partir da Data de Início da Entrega, ou até o pagamento da última parcela da amortização das Quotas Seniores, o que ocorrer por último.

6.01.02. – A quantidade de Direitos de Crédito a ser entregue mensalmente ao Fundo será calculada de acordo com o disposto no Contrato de Cessão e os procedimentos abaixo.

6.01.03. – Para os fins de que trata este Regulamento, o período de tempo compreendido entre o dia 20 de cada mês, inclusive, e o dia 20 do mês imediatamente seguinte, exclusive, será considerado como um "Período de Disponibilidade".

6.02. – Até o 6º (sexto) dia útil anterior ao dia 15 do mês subsequente ao respectivo fornecimento de energia às Distribuidoras Cedidas e/ou à prestação de serviços de transmissão aos Usuários da Rede Básica, conforme o caso ("Data de Disponibilização"), a Cedente deverá disponibilizar, por meio eletrônico, ao Custodiante e ao Agente de Recebimento (conforme abaixo definido) lista contendo, separadamente, os dados das Faturas Mensais de Energia Elétrica e das Faturas Mensais de Transmissão ("Lista de Direitos de Crédito Disponíveis").



6.03. - A quantidade de Direitos de Crédito objeto da Cessão Incondicionada a ser entregue em cada Período de Disponibilidade ("Quantidade Mínima Mensal") deverá ser equivalente ao resultado do produto do valor nominal de cada uma das Parcelas da Fatura/Faturas de Vencimento Único pelo respectivo Fator de Cessão (conforme definido abaixo), representado pelo símbolo φ abaixo ("Fator de Cessão"). O Administrador será responsável pelo cálculo da Quantidade Mínima Mensal, em cada Data de Apuração (conforme definido abaixo).



6.03.01. - Com relação aos Direitos de Crédito dos Contratos de Transmissão, fica estabelecido que serão entregues ao Fundo, observado o procedimento estabelecido neste Capítulo Seis, Parcelas da Fatura/Faturas de Vencimento Único inteiras (e não 25% (vinte e cinco por cento) de cada Parcela da Fatura/Faturas de Vencimento Único), até que totalizem o valor total dos Direitos de Crédito dos Contratos de Transmissão Cedidos ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão. A Cedente obriga-se a assegurar que o Fundo receba as Parcelas da Fatura/Faturas de Vencimento Único relativas aos Contratos de Transmissão Cedidos com prioridade sobre qualquer terceiro, com exceção do FIDC CEEE.

6.03.2. - A Quantidade Mínima Mensal será calculada separadamente para os Direitos de Crédito dos CCEAR e para os Direitos de Crédito dos Contratos de Transmissão, mediante aplicação dos procedimentos de que trata o item 6.04. abaixo.

6.04. - O Fator de Cessão a ser utilizado em cada uma das Parcelas da Fatura/Faturas de Vencimento Único será apurado em cada data de apuração ("Data de Apuração"), conforme indicado abaixo:

6.04.01. - No dia útil anterior à data de vencimento de cada Parcela da Fatura/Faturas de Vencimento Único com vencimento no dia 25 de cada mês ("Primeira Data de Apuração"), correspondente ao Período de Disponibilidade i, o Administrador calculará, com base nas informações fornecidas pelo Agente de Recebimento, o primeiro Fator de Cessão dos Direitos de Crédito a ser aplicado sobre a referida parcela/fatura (φ_{i1}), de acordo com a seguinte fórmula:

$$\varphi_{i1} = \frac{QMM_i}{FT_{i1}}$$

6.04.02. - No dia útil anterior à data de vencimento de cada Parcela da Fatura/Faturas de Vencimento Único com vencimento no dia 05 de cada mês ("Segunda Data de Apuração"), correspondente ao Período de Disponibilidade i, o Administrador calculará, com base nas informações fornecidas pelo Agente de Recebimento, o segundo Fator de Cessão dos Direitos de Crédito a ser aplicado sobre a referida parcela/fatura (φ_{i2}), de acordo com a seguinte fórmula:

$$\varphi_{i2} = \frac{(QMM_i + \Delta RA_p - RT_i)}{FT_{i2}}$$



6.04.03. - No dia útil anterior à data de vencimento de cada Parcela da Fatura/Faturas de Vencimento Único com vencimento no dia 15 de cada mês ("Terceira Data de Apuração"), correspondente ao Período de Disponibilidade i, o Administrador calculará, com base nas informações fornecidas pelo Agente de Recebimento, o terceiro Fator de Cessão dos Direitos de Crédito a ser aplicado sobre a referida parcela/fatura (φ_{i3}), de acordo com a seguinte fórmula:

$$\varphi_{i3} = \frac{\Delta RA_i}{FT_{i3}}$$

sendo que, para as fórmulas contidas nos itens 6.04.01, 6.04.02 e 6.04.03 acima:

i = cada Período de Disponibilidade;

φ_{i1} = Fator de Cessão a ser aplicado sobre cada primeira Parcela da Fatura/Faturas de Vencimento Único com vencimento no Período de Disponibilidade i. Se o Fator de Cessão apurado for maior que 1 ou menor que 0, o Administrador deverá considerar o Fator de Cessão como sendo 1 ou 0, respectivamente;

φ_{i2} = Fator de Cessão a ser aplicado sobre cada segunda Parcela da Fatura/Faturas de Vencimento Único com vencimento no Período de Disponibilidade i. Se o Fator de Cessão apurado for maior que 1 ou menor que 0, o Administrador deverá considerar o Fator de Cessão como sendo 1 ou 0, respectivamente;

φ_{i3} = Fator de Cessão a ser aplicado sobre cada terceira Parcela da Fatura/Faturas de Vencimento Único com vencimento no Período de Disponibilidade i. Se o Fator de Cessão apurado for maior que 1 ou menor que 0, o Administrador deverá considerar o Fator de Cessão como sendo 1 ou 0, respectivamente;

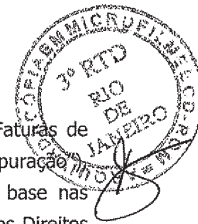
$QMM_i = A_i + C_i + \Delta RA_i$ = Quantidade Mínima Mensal prevista no Período de Disponibilidade i, que deverá ser calculada e apurada pelo Administrador nas Datas de Apuração aplicáveis;

FT_{i1} = Somatório dos valores dos Direitos de Crédito correspondentes à primeira Parcela da Fatura/Faturas de Vencimento Único com vencimento no Período de Disponibilidade i;

FT_{i2} = Somatório dos valores dos Direitos de Crédito correspondentes à segunda Parcela da Fatura/Faturas de Vencimento Único com vencimento no Período de Disponibilidade i;

FT_{i3} = Somatório dos valores dos Direitos de Crédito correspondentes à terceira Parcela da Fatura/Faturas de Vencimento Único com vencimento no Período de Disponibilidade i;

RT_i = Somatório dos valores pagos pelas Distribuidoras Cedidas/Usuário da Rede Básica e efetivamente recebidos pelo Fundo referentes aos Direitos de Crédito correspondentes à



primeira Parcela da Fatura/Faturas de Vencimento Único com vencimento no Período de Disponibilidade i ;

RA_i = Reserva de Amortização no Período de Disponibilidade i , calculado em cada Data de Apuração, conforme definida no Capítulo Dezesseis;

D_i = Recursos Livres (conforme definido no Capítulo Sétimo) no Período de Disponibilidade i , calculado em cada Data de Apuração;

$\Delta RA_i = RA_i - D_i$ = Diferença entre a Reserva de Amortização e Resgate para o Período de Disponibilidade i e os Recursos Livres no Período de Disponibilidade i , calculada em cada Data de Apuração;

$\Delta RA_p = A_{i+3} - A_i$ = Diferença entre a Reserva de Amortização projetada para o Período de Disponibilidade $i+3$ e a Reserva de Amortização para o Período de Disponibilidade i , o Administrador deverá considerar o ΔRA_p como sendo 0 caso A_i seja maior do que A_{i+3} ;

A_i = Montante calculado conforme disposto no item 12.09 para o Período de Disponibilidade i , calculado em cada Data de Apuração; e

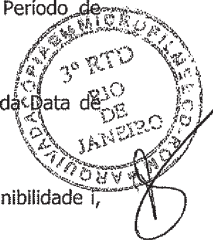
C_i = Custos mensais estimados dos Encargos do Fundo referentes à taxa de administração, despesas com a prestação de serviços do Custodiante, Empresa de Auditoria e Agência de Classificação de Risco e outros encargos do Fundo nos termos da regulamentação em vigor, para o Período de Disponibilidade i .

6.04.04. - Para os fins de cálculo dos valores dos Direitos de Crédito que serão entregues ao Fundo, os Direitos de Crédito serão avaliados pelo seu valor de face.

6.04.05. - O procedimento a que se refere este item 6.04. será realizado separadamente para os Direitos de Crédito dos CCEAR e para os Direitos de Crédito dos CUST.

6.05. - Os Direitos de Crédito da Lista de Direitos de Crédito Disponíveis serão considerados objeto da Cessão Incondicionada e, conseqüentemente, de propriedade do Fundo, por ordem cronológica de vencimento, até que totalizem a Quantidade Mínima Mensal. Uma vez atingida a Quantidade Mínima Mensal, todos os demais Direitos de Crédito entregues no mesmo Período de Disponibilidade serão considerados como objeto da Cessão sob Condição Suspensiva e não integrarão o patrimônio líquido do Fundo.

6.05.1 A entrega de Direitos de Crédito ao Fundo nos termos do item 6.05. acima somente será realizada após a entrega de Direitos de Crédito ao FIDC CEEE, porém na mesma data, observados os termos do Contrato de Cessão do FIDC CEEE.



6.06. - Os Direitos de Crédito objeto da Quantidade Mínima Mensal entregues ao Fundo durante cada Período de Disponibilidade, devem atender à seguinte alocação:



- (i) 35% (trinta e cinco por cento) do valor dos Direitos de Crédito efetivamente entregues ao Fundo em cada Período de Disponibilidade deverá corresponder a Direitos de Crédito dos CCEAR; e
- (ii) 65% (sessenta e cinco por cento) do valor dos Direitos de Crédito efetivamente entregues ao Fundo em cada Período de Disponibilidade deverá corresponder a Direitos de Crédito dos Contratos de Transmissão.

6.06.1. Os limites acima estarão sujeitos a uma tolerância de 10% (dez por cento), para mais ou para menos, em cada Período de Disponibilidade, sendo certo que, quando da entrega ao Fundo de todos os Direitos de Créditos por ele adquiridos nos termos do Contrato de Cessão, o resultado deverá atender à divisão estabelecida acima.

6.07. - Na ocorrência de qualquer das Condições Suspensivas, o Administrador comunicará imediatamente ao Custodiante, ao Agente de Recebimento e à Cedente sobre a ocorrência da referida condição, determinando a adoção dos procedimentos para entrega ao Fundo dos Direitos de Crédito objeto da Cessão sob Condição Suspensiva, que observará o disposto nas Cláusulas Terceira e Quarta do Contrato de Cessão.

6.07.1. - Fica desde já estabelecido que, na hipótese de verificação de uma Condição Suspensiva, os Direitos de Crédito objeto da Cessão sob Condição Suspensiva entregues ao Fundo serão considerados, para todos os fins do Contrato de Cessão, observado o disposto no item 6.07.2 abaixo, como Direitos de Crédito objeto da Cessão Incondicionada.

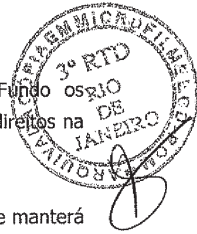
6.07.2. - Caso seja verificada, a qualquer tempo, uma condição suspensiva nos termos do Contrato de Cessão do FIDC CEEE (ainda que, por qualquer razão, tal evento somente ocorra após a verificação de uma Condição Suspensiva nos termos do Contrato de Cessão) o Fundo somente terá direito de receber Direitos de Crédito após o implemento da Condição Resolutiva do FIDC CEEE.

6.09. - Nos termos do Contrato de Cessão, o Preço de Aquisição (conforme definido no Contrato de Cessão) dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo será pago pelo Fundo à Cedente até o dia útil imediatamente seguinte à integralização da totalidade das Quotas Seniores.

6.10. - Até a liquidação integral das obrigações do FIDC CEEE com os titulares das quotas seniores de sua emissão e dos encargos por este devidos, o depósito dos Documentos Comprobatórios obedecerá ao disposto na Cláusula Sétima do Contrato de Cessão do FIDC CEEE e nos itens 7.1.1. e 7.3. e 7.4. desta Cláusula Sétima. Após a Liquidação do FIDC CEEE, o depósito dos Documentos Comprobatórios será regulado exclusiva e integralmente pelo disposto nesta Cláusula.



6.10.1. Sem prejuízo do disposto acima, a Cedente compromete-se a entregar ao Fundo os Documentos Comprobatórios que venham a ser por este solicitados para a defesa de seus direitos na qualidade de credor dos Direitos de Crédito.



6.11. – Observado o disposto acima, a partir da data de Liquidação do FIDC CEEE, a Cedente manterá os Documentos Comprobatórios sob sua custódia, na qualidade de fiel depositária, de acordo com o disposto no “Contrato de Custódia de Documentos Comprobatórios e Outras Avenças” (“Contrato de Contrato de Custódia de Documentos Comprobatórios”), nos termos e para os efeitos do artigo 627 e seguintes do Código Civil Brasileiro, responsabilizando-se sua guarda em nome do Custodiante e do Fundo durante todo o prazo de duração do Fundo.

6.11.01. - A Cedente garantirá, nos seus horários normais de funcionamento, o acesso irrestrito do Fundo e/ou do Custodiante, e/ou de terceiros por eles indicados, aos Documentos Comprobatórios. Em caso de descumprimento do Contrato de Depósito, a Cedente compromete-se, sem prejuízo de outras penalidades previstas no Contrato de Depósito, a proceder à entrega, mediante solicitação por escrito e de acordo com as instruções do Fundo, de todos os Documentos Comprobatórios sob sua guarda no prazo de até 5 (cinco) dias úteis (ou prazo menor, se assim exigido pelas autoridades competentes), sendo que, após referido prazo, será facultado ao Fundo a apreensão de tais Documentos Comprobatórios.

6.11.02. - Independentemente do disposto no item anterior, o Custodiante poderá realizar, a qualquer momento e desde que nos horários normais de funcionamento da Cedente, auditoria na Cedente e nos estabelecimentos em que os Documentos Comprobatórios sejam mantidos, de forma a verificar a existência dos Documentos Comprobatórios e o cumprimento das obrigações da Cedente com relação à guarda e organização dos Documentos Comprobatórios, nos termos do Contrato de Depósito.

CAPÍTULO SETE – DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA DO FUNDO

7.01. – Tendo em vista que o objetivo do Fundo é proporcionar aos Quotistas a valorização de suas Quotas mediante a aquisição de Direitos de Créditos, os recursos do Fundo serão utilizados para a aplicação, desde que sem prejuízo do disposto neste Capítulo e no Capítulo Dezesseis abaixo, de no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo em Direitos de Crédito.

7.02. - A parcela do patrimônio líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos de Crédito (“Recursos Livres”), a qual não poderá ser superior a 50% (cinquenta por cento), exceto nas hipóteses previstas neste Capítulo e no Capítulo Dezesseis abaixo, será necessariamente alocada pelo Administrador nos ativos financeiros a seguir descritos, de acordo com a ordem de prioridade e critérios de diversificação estabelecidos abaixo (“Ativos Financeiros”):

- (i) títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional;



- (ii) títulos públicos de emissão do Banco Central do Brasil ("Bacen");
- (iii) créditos securitizados pelo Tesouro Nacional; e
- (iv) operações compromissadas tendo como lastro os ativos indicados acima.



7.02.01. O Administrador envidará seus melhores esforços para adquirir Ativos Financeiros cujos vencimentos propiciem à Carteira classificação de investimento de "longo prazo", para fins de tributação dos Quotistas.

7.03. - Observado o disposto no item 7.02. acima, até 100% (cem por cento) da parcela do patrimônio líquido do Fundo alocada em Ativos Financeiros poderá ser representada por Ativos Financeiros de emissão e/ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica, financeira ou não, de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum ou fundo de investimento.

7.04 - Durante o prazo de até 90 (noventa) dias contados da Primeira Data de Emissão (conforme abaixo definida), até 100% (cem por cento) dos recursos do Fundo poderão ser aplicados nos Ativos Financeiros. Após o prazo de 90 (noventa) dias contados da Primeira Data de Emissão, no mínimo 50% (cinquenta por cento) da Carteira do Fundo deverá ser representada por Direitos de Crédito.

7.05. - Considerando a composição da Carteira e o fato de que o valor das Quotas Seniores será atualizado na forma estabelecida no item 10.17. deste Regulamento, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros e (ii) das Quotas Seniores. Para proteger as posições da Carteira detidas à vista, a fim de adequar a remuneração proporcionada pelos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo ao Benchmark, e exclusivamente para este fim, o Administrador poderá utilizar instrumentos derivativos de renda fixa, em bolsa de valores e/ou em bolsa de mercadorias e de futuros, exclusivamente na modalidade "com garantia". O Fundo não realizará operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo Ativo Financeiro.

7.06. - O Fundo poderá contratar operações de sua Carteira com empresas controladoras, controladas, coligadas e/ou subsidiárias do Administrador e do Administrador do Fundo (conforme definido abaixo) ou ainda com carteiras e/ou fundos de investimento administrados pelo Administrador, pelo Administrador ou pelas pessoas a ele ligadas acima mencionadas. As operações descritas neste item serão objeto de registro segregado das demais operações da Carteira do Fundo, de modo a serem facilmente identificáveis.

7.07. - Os percentuais de composição, concentração e diversificação da Carteira do Fundo referidos neste Capítulo serão cumpridos diariamente, com base no patrimônio líquido do Fundo do dia útil imediatamente anterior de cada cálculo dos percentuais de composição, concentração e diversificação da Carteira do Fundo.





7.07.01. - Serão considerados, para efeito de cálculo do patrimônio líquido do Fundo, os dispêndios efetivamente incorridos com operações no mercado de derivativos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

7.08. - Os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo serão mantidos em custódia pelo Custodiante, bem como registrados e/ou mantidos (i) em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, ou (ii) em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic, ou (iii) em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Bacen ou (iv) em outras entidades autorizadas à prestação de serviços de custódia pelo Bacen e/ou pela CVM.

7.09. - O Fundo não contará com garantia do Administrador, da Cedente, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

7.10. O Administrador declara não estar em situação de conflito de interesses no exercício das funções de Administrador do Fundo, declarando a sua independência em relação à Cedente e ao seu controlador comum na condução das atividades relativas à administração do Fundo, inclusive com relação à cessão dos Direitos de Crédito.

CAPÍTULO OITO – DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO E DOS ATIVOS FINANCEIROS INTEGRANTES DA CARTEIRA

8.01. - Entende-se por patrimônio líquido do Fundo a soma algébrica dos valores correspondentes aos Direitos de Crédito e aos Ativos Financeiros disponíveis na Carteira, menos as exigibilidades do Fundo.

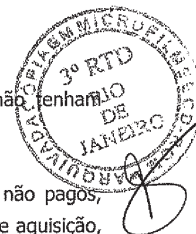
8.02. - Os Ativos Financeiros e os Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, observando o disposto no Contrato de Custódia. O valor dos Direitos de Crédito apurado nos termos desta Cláusula será definido como o "Valor de Mercado dos Direitos de Crédito".

8.03. Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito, inclusive o ágio ou o deságio apurado na sua aquisição, serão reconhecidos em razão da fluência de seus prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

8.04. - Caso qualquer Direito de Crédito não seja pago em até 10 (dez) dias corridos da data de seu vencimento ("Direitos de Crédito Inadimplidos"), o Custodiante deverá constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor equivalente ao valor contábil do referido Direito de Crédito, conforme previsto no item 8.04.01. abaixo. A provisão será constituída individualmente para cada Direito de Crédito vencido e não pago, não sendo considerados os valores relativos a outros Direitos



de Crédito contra a mesma Distribuidora Cedida e/ou Usuário da Rede Básica, que não tenha sido pago, vencido há um prazo igual ou superior a 10 (dez) dias corridos.



8.04.01. - Os Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo, vencidos e não pagos, permanecerão contabilizados sem qualquer desconto ou dedução, por seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até sua respectiva data de vencimento, até o 180º (centésimo octogésimo) dia contado a partir do respectivo vencimento ("Data de Baixa"). Rendimentos adicionais relativos a tais Direitos de Crédito, que venham a ser auferidos pelo Fundo após a data de vencimento, somente serão reconhecidos contabilmente por ocasião da efetiva realização financeira.

8.04.02. - O Custodiante deverá baixar contabilmente o valor dos Direitos de Crédito que não tiverem sido pagos até a respectiva Data de Baixa contra a correspondente provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída na forma deste item 8.04., devendo os valores relativos a tais Direitos de Crédito vencidos e não pagos ser transferidos contabilmente para a conta de compensação do Fundo, na qual passarão a ser controlados. Quaisquer valores relativos aos Direitos de Crédito vencidos e não pagos transferidos para as contas de compensação do Fundo somente serão reconhecidos contabilmente como receita do Fundo por ocasião da sua efetiva realização financeira.

8.05. - Em qualquer hipótese de liquidação antecipada do Fundo e amortização de Quotas mediante a entrega de Direitos de Crédito (na forma descrita no Capítulo Treze), todos os Direitos de Crédito Inadimplidos (independentemente do número de dias corridos a partir do respectivo vencimento) serão considerados, para fins contábeis e de cálculo do patrimônio líquido do Fundo, como sem valor para fins de dação em pagamento aos Quotistas.

8.06. O Custodiante realizará, diretamente ou por meio da contratação de terceiros, a análise da documentação que evidencie o lastro dos direitos creditórios pela totalidade dos direitos creditórios contidos na carteira do fundo e ao final de cada trimestre civil, caso haja novas aquisições de direitos creditórios no trimestre sob análise.

CAPÍTULO NOVE – DO PATRIMÔNIO INICIAL E DAS EMISSÕES DE NOVAS QUOTAS DO FUNDO

9.01. - O patrimônio inicial do Fundo ("Patrimônio Inicial"), após a primeira emissão de Quotas ("Primeira Emissão"), totalizará R\$ 159.574.468,00 (cento e cinquenta e nove milhões, setecentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e oito reais) e será formado por Quotas Seniores e Quotas Subordinadas, com preço de emissão, na Primeira Data de Emissão (conforme abaixo definida), de R\$1.000,00 (um mil reais) para cada Quota Sênior ("Preço de Emissão de cada Quota Sênior"), totalizando um total de Quotas Seniores de até R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) e de R\$ 1,00 (um real) para cada Quota Subordinada, totalizando um total de Quotas Subordinadas de R\$ 9.574.468,00 (nove milhões, quinhentos e setenta e quatro mil e quatrocentos e sessenta e oito reais).





9.01.01. - As Quotas do Fundo serão emitidas, distribuídas, subscritas, integralizadas, amortizadas e resgatadas de acordo com o disposto nos Capítulos Dez a Quinze abaixo, sendo que cada série de Quotas do Fundo será descrita em Suplemento a este Regulamento, preparado de acordo com o modelo constante do Anexo III. O Primeiro Suplemento indicará os termos e condições das Quotas representativas do Patrimônio Inicial.

9.02. - Emissões de novas Quotas Subordinadas do Fundo poderão ser realizadas a exclusivo critério do Administrador, sem necessidade de aprovação em Assembleia Geral de Quotistas. Emissões de novas Quotas Seniores somente poderão ser realizadas mediante prévia aprovação da Assembleia Geral de Quotistas. Para os fins deste Regulamento as novas Quotas Subordinadas e as novas Quotas Seniores do Fundo serão referidas, indistintamente, como "Novas Quotas".

9.02.01. - Nas emissões de Novas Quotas do Fundo o valor das Novas Quotas Subordinadas deverá sempre representar, no mínimo, 6% (seis por cento) do valor total das Novas Quotas que estiverem sendo emitidas pelo Fundo.

9.02.02. - Na hipótese de emissão de Novas Quotas, o valor das Novas Quotas, para fins de emissão, subscrição, integralização, amortização e resgate será calculado de acordo com o disposto nos Capítulos Dez a Quinze abaixo.

9.02.03. - Na hipótese de emissão de Novas Quotas do Fundo os atuais Quotistas não terão qualquer direito de preferência na aquisição de tais Novas Quotas.

9.02.04. - Cada emissão de Novas Quotas do Fundo será previamente registrada na CVM, nos termos da Instrução CVM nº 356/01, conforme alterada.

CAPÍTULO DEZ - DAS CARACTERÍSTICAS, DIREITOS, CONDIÇÕES DE EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DAS QUOTAS

Características das Quotas

10.01. - As Quotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio e são divididas em duas únicas classes, sendo uma classe de Quotas Seniores e uma classe de Quotas Subordinadas.

10.02. - Todas as Quotas do Fundo terão forma escritural e serão mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, mantida pelo Custodiante.

Direitos Patrimoniais

10.03. - As Quotas Seniores terão prioridade nos pagamentos de amortização e/ou resgate sobre as Quotas Subordinadas, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os Quotistas titulares de Quotas Seniores. Sem prejuízo do disposto no item 12.7. abaixo, como regra



geral, as Quotas Subordinadas somente serão amortizadas e/ou resgatadas após o último pagamento de amortização ou resgate das Quotas Seniores e após o pagamento de despesas e encargos do Fundo.

Direitos de Voto das Quotas

10.04. - As Quotas Seniores terão direito de voto, correspondendo cada Quota Sênior a um voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo.

10.05. - Enquanto houver Quotas Seniores em circulação, as Quotas Subordinadas somente terão direito a voto de acordo com o disposto no Capítulo Quinze.

10.05.01. - Após o resgate integral das Quotas Seniores do Fundo, as Quotas Subordinadas ainda em circulação terão direito de voto em todas as deliberações das Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo. Quando e se os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas tiverem direito a voto nos termos deste item, cada Quota Subordinada terá direito a um voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo.

Razão de Garantia das Quotas Subordinadas

10.06. - Até o resgate integral de todas as Quotas Seniores, o valor das Quotas Seniores representativas do patrimônio do Fundo deverá corresponder a, no máximo, 94% (noventa e quatro por cento) do valor total do patrimônio líquido do Fundo ("Razão de Garantia").

10.07. - A Razão de Garantia será apurada diariamente pelo Custodiante, enquanto o Fundo estiver em funcionamento (qualquer data de apuração e controle da Razão de Garantia, uma "Data de Verificação") e informada ao Administrador. Na hipótese de desenquadramento da Razão de Garantia em qualquer Data de Verificação, aplicar-se-á o disposto nos Capítulos Quatorze e/ou Quinze e/ou Dezoito deste Regulamento, conforme o caso. O Custodiante calculará a razão da garantia em sistema próprio, demonstrando-a no relatório de carteira diária.

Distribuição das Quotas Seniores do Fundo

10.08 - As Quotas Seniores do Fundo serão objeto de distribuição pública, a ser conduzida pelo Administrador e/ou por terceiros devidamente habilitados, contratados pelo Administrador para tanto, nos termos da Instrução da CVM nº. 356/01, conforme alterada. As Quotas Seniores do Fundo deverão ser subscritas e integralizadas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da data do registro junto à CVM da distribuição de cada emissão de Quotas Seniores.

10.08.01. - Exceto se de outra forma autorizado pela CVM, as Quotas Seniores que venham a ser emitidas pelo Fundo e que não sejam subscritas e integralizadas dentro do prazo máximo de colocação de 180 (cento e oitenta) dias corridos acima referido serão canceladas pelo Administrador.





10.09. - O anúncio de início de distribuição pública de cada série e emissão de Quotas Seniores do Fundo apresentará os termos e condições da distribuição de tais quotas, bem como informará as condições e os prazos para subscrição e integralização das Quotas Seniores, observado o disposto neste Regulamento.

10.10. - Na hipótese de emissão de novas Quotas Seniores do Fundo, o Administrador determinará as condições específicas de colocação das Novas Quotas Seniores, que serão especificadas em Suplemento a ser elaborado pelo Administrador de acordo com o modelo estabelecido no Anexo III a este Regulamento, e que será levado a registro, às expensas do Fundo, no Cartório de Títulos e Documentos em que estiver registrado este Regulamento.

Colocação das Quotas Subordinadas do Fundo e Compromisso de Subscrição pela Cedente

10.11. - As Quotas Subordinadas representativas do Patrimônio Inicial do Fundo e eventuais Novas Quotas Subordinadas que venham a ser emitidas de acordo com o disposto no Capítulo Quinze abaixo serão subscritas de forma privada, pela Cedente, nos termos de "Compromisso de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas e Outras Avenças" celebrado entre o Fundo e a Cedente, na data de constituição do Fundo ("Compromisso de Subscrição").

Subscrição e Integralização das Quotas do Fundo

10.12. - No ato da primeira subscrição de Quotas do Fundo, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição e recibo de integralização, que será autenticado pelo terceiro devidamente habilitado que venha a ser contratado pelo Administrador para distribuir Quotas do Fundo e (ii) receberá exemplar deste Regulamento e do Prospecto do Fundo, declarando, por meio da assinatura de termo de ciência de risco e adesão a este Regulamento, na forma do Anexo IV deste Regulamento, estar ciente (a) das disposições contidas neste Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da Carteira do Fundo e à taxa de administração referida no Capítulo Vinte e Quatro abaixo e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos neste Regulamento e no Prospecto.

10.13. - As Quotas do Fundo representativas do Patrimônio Inicial serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, pelo Preço de Emissão indicado no item 9.01 acima, atualizado desde a Primeira Data de Emissão (conforme definido abaixo) até a data de integralização, na forma dos itens 10.17. e 10.18. abaixo.

10.13.01. - A primeira aplicação de cada Quotista no Fundo deverá observar o valor estabelecido no item 2.01.01. do Capítulo Dois acima.

10.14. - Para os fins de que trata este Regulamento, a Primeira Data de Emissão será a data em que ocorrer a publicação do anúncio de início de distribuição pública das Quotas representativas do Patrimônio Inicial ("Primeira Data de Emissão").





10.15. - Na hipótese de emissão de quaisquer Novas Quotas do Fundo (inclusive emissões de que trata o Capítulo Quinze abaixo), tais Novas Quotas serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, pelo valor da Nova Quota na data da integralização, calculado de acordo com o disposto nos itens 10.17. e 10.18. abaixo.

10.16. - A integralização das Quotas Seniores será efetuada por meio do Módulo de Distribuição de Quotas - MDC da Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP e/ou depósito em conta corrente de titularidade do Fundo, mediante a realização de transferência eletrônica disponível (TED) ou transferência de recursos imediatamente disponíveis de conta corrente de titularidade do Quotista para conta corrente de titularidade do Fundo. .

CrITÉRIOS para Apuração do Valor das Quotas Seniores

10.17. - A partir do primeiro dia útil seguinte à Primeira Data de Emissão, cada Quota Sênior do Fundo terá seu valor unitário calculado diariamente, para fins de pagamento de integralização, amortização ou resgate (conforme o caso), sendo que tal valor será correspondente ao menor dos seguintes valores: (i) o patrimônio líquido do Fundo dividido pelo número de Quotas Seniores em circulação na ocasião; e (ii) a variação acumulada das Taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, over Extra-Grupo, calculadas e divulgadas pela CETIP– Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, (a "Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa de juros fixos ("Spread"), incidentes sobre o valor da Quota Sênior de cada Série, ou seu saldo não amortizado, contados a partir da respectiva Primeira Data de Emissão e de integralização das Quotas do Fundo, e incorporados simultânea e proporcionalmente ao valor de cada Quota Sênior de cada Período de Capitalização, de acordo com a fórmula abaixo.

10.17.01. - Define-se:

Período de Capitalização - intervalo de tempo que se inicia na data de subscrição e integralização das Quotas do Fundo, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para distribuição de resultados imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista da distribuição de resultados correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os rendimentos correspondentes aos Períodos de Capitalização serão incorporados ao valor da Quota no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data. Os Períodos de Capitalização têm seus prazos definidos de acordo com as Taxas DI apuradas, sendo que:

- a) o primeiro Período de Capitalização inicia-se na data de subscrição e integralização das Quotas do Fundo, e termina no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data; e



- b) os Períodos de Capitalização seguintes são definidos apurando-se a Taxa DI no vencimento do período anterior, entendendo-se como o novo período em vigor o prazo desta taxa.

10.17.02. O cálculo do valor a ser distribuído a cada Quota Sênior, e desde que os resultados da carteira do Fundo permitam, obedecerá à seguinte fórmula:

$$Re = VNe \times [(FatorSpread \times FatorDI) - 1]$$

onde:

Re = valor apurado a ser distribuído a cada Quota Sênior no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe = valor da Quota Sênior, ou seu saldo não amortizado, no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

Fator Spread = sobretaxa de juros fixos, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$Fator Spread = (1 + Spread)^{\frac{1}{252}}$$

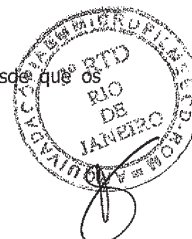
Fator DI = fator correspondente à taxa DI Over, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte expressão:

$$Fator DI = (1 + Taxa DI)^{\frac{1}{252}}$$

10.17.03. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

10.17.04. O valor do Spread será determinado pelo Administrador, mediante processo de *Bookbuilding*, e posteriormente informado à Comissão de Valores Mobiliários – CVM por meio de atualização do Suplemento, conforme o modelo constante no Anexo III deste Regulamento.

10.17.05. No caso de indisponibilidade da Taxa DI, o Administrador deverá convocar assembleia geral de Quotistas para definir o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer distribuições de rendimentos previstas no Regulamento, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida na data de encerramento do último Período de Capitalização, até a data da deliberação da assembleia geral de Quotistas.





Crerios para Apurao do Valor das Quotas Subordinadas

10.18. – A partir do primeiro dia til seguinte à Primeira Data de Emissao, cada Quota Subordinada do Fundo tera seu valor unitario calculado diariamente, para fins de integralizacao, amortizacao ou resgate (conforme o caso), sendo que tal valor sera equivalente ao resultado da divisao do valor do patrimonio liquido do Fundo, apurado para o respectivo dia, deduzido do valor atualizado de todas as Quotas Seniores em circulacao na ocasio, apurado conforme o disposto no item 10.17. acima, pelo numero total de Quotas Subordinadas em circulacao na respectiva data de apuracao.

Negociao das Quotas do Fundo

10.19. - As Quotas Seniores do Fundo serao admitidas a negociacao no Sistema de Fundo Fechado – SFF da CETIP.

10.19.01. - Na hipotese de negociacao das Quotas Seniores em operacoes no mercado secundario, o agente intermediario da respectiva negociacao sera responsavel por comprovar a qualificacao do novo Quotista que estiver adquirindo tais Quotas Seniores, de forma a cumprir com o disposto no Capitulo Dois deste Regulamento.

Classificacao de Risco das Quotas Seniores

10.20. - As Quotas Seniores do Fundo serao trimestralmente avaliadas pela Agencia de Classificacao de risco especializada contratada pelo Fundo, qual seja, Standard & Poor's ("Agencia de Classificacao de Risco").


10.21. A Agencia de Classificacao de Risco nao realizara avaliacao das Quotas Subordinadas.

CAPITULO ONZE – DA ASSEMBLEIA GERAL DE QUOTISTAS

11.01. - E da competencia da Assembleia Geral de Quotistas do Fundo:

- (i) examinar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstracoes financeiras apresentadas pelo Administrador, em ate 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercicio social do Fundo;
- (ii) alterar este Regulamento, alem das hipoteses de alteracao deste Regulamento mencionadas nos demais subitens deste item 11.01.;
- (iii) deliberar sobre a substituicao do Administrador;
- (iv) eleger e destituir o(s) representante(s) dos Quotistas, nomeado(s) conforme o item 11.03. abaixo;



- 
- (v) deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pelo Administrador, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
 - (vi) deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão e prorrogação do prazo de duração do Fundo;
 - (vii) deliberar sobre a liquidação do Fundo, sem prejuízo do disposto nos itens (x) e (xi) abaixo;
 - (viii) deliberar sobre a emissão de Novas Quotas Seniores do Fundo;
 - (ix) deliberar sobre proposta de alteração dos termos e condições das Cláusulas Terceira, Quarta, Sexta e Onze do Contrato de Cessão;
 - (x) resolver, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação (conforme definidos no Capítulo Dezoito abaixo), se tais Eventos de Avaliação devem ser considerados como um Evento de Liquidação (conforme definido no Capítulo Dezoito abaixo);
 - (xi) resolver, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação (conforme definidos no Capítulo Dezoito abaixo), se tais Eventos de Liquidação devem acarretar na liquidação antecipada do Fundo;
 - (xii) elevar o Benchmark das Quotas Seniores;
 - (xiii) substituir o Benchmark na hipótese de indisponibilidade, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI como parâmetro de rentabilidade das Quotas Seniores;
 - (xiv) alterar os critérios para apuração do valor das Quotas Seniores de que trata o item 10.17. deste Regulamento;
 - (xv) aprovar o aporte adicional de recursos no Fundo para a adoção dos procedimentos referidos no Capítulo Dezenove, na forma ali estabelecida;
 - (xvi) aprovar os procedimentos a serem adotados no resgate das Quotas do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros, de acordo com o disposto no Capítulo Treze abaixo;
 - (xvii) alterar os quoruns de deliberação das Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo, conforme previsto neste Capítulo; e
 - (xviii) caso o Contrato de Cessão seja resilido e/ou terminado, deliberar sobre a eventual continuidade do Fundo, mediante alteração deste Regulamento, de modo que o Fundo passe a ter como objetivo de investimento a aquisição de outros direitos de crédito que não os Direitos de Crédito.





11.02. - Os Quotistas titulares de Quotas Seniores terão direito a voto em todas as matérias indicadas no item 11.01. acima. Enquanto houver quaisquer Quotas Seniores em circulação, os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas somente terão direito a voto para deliberar sobre as matérias indicadas nos subitens (i), (iii), (v), (vi), (xii) e (xvii) acima. Quando não mais houver Quotas Seniores em circulação, os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas terão direito a voto para deliberar sobre todas as matérias indicadas no item 11.01. acima. Os quoruns de deliberação das matérias indicadas no item 11.01. acima seguem descritos nos subitens a seguir.

11.02.01. – Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (i), (iv) (x), (xi), (xiii), (xv) e (xvi) do item 11.01. acima e sobre quaisquer outras matérias que venham a ser objeto de aprovação em Assembleia Geral de Quotistas, que não expressamente indicadas neste Capítulo, dependerão de aprovação em Assembleia Geral de Quotistas que representem a maioria das Quotas presentes com direito a voto nos termos do item 11.02. acima.

11.02.02. – Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (iii), (v), (vi) e (vii) do item 11.01. acima dependerão de aprovação em Assembleia Geral de Quotistas que representem a maioria das Quotas emitidas, em primeira convocação, e a maioria das Quotas presentes, em segunda convocação.

11.02.03. – Deliberações sobre as matérias indicadas no subitem (xii) do item 11.01. acima dependerão de aprovação em Assembleia Geral de Quotistas que representem 90% (noventa por cento) das Quotas Seniores em circulação e 100% (cem por cento) das Quotas Subordinadas em circulação.

11.02.04. – Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (viii) e (xvii) do item 11.01. acima dependerão de aprovação em Assembleia Geral de Quotistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Quotas Seniores em circulação e 100% (cem por cento) das Quotas Subordinadas em circulação.

11.02.05. – Deliberações sobre as matérias indicadas no subitem (xviii) do item 11.01. acima dependerão de aprovação em Assembleia Geral de Quotistas que representem 90% (noventa por cento) das Quotas Seniores em circulação.

11.02.06. – Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (ii), (ix) e (xiv) do item 11.01. acima dependerão de aprovação em Assembleia Geral de Quotistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) dos titulares de Quotas Seniores presentes.

11.02.07. - Para fins deste Capítulo, define-se "Quotas Seniores em circulação" ou "Quotas em circulação" a totalidade das Quotas Seniores emitidas ou a totalidade das Quotas emitidas, respectivamente, excetuadas as Quotas Seniores que se encontrem em tesouraria da Cedente, ou que sejam pertencentes a qualquer de suas controladas, subsidiárias, bem como respectivos diretores, conselheiros ou acionistas.



11.03. - A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes dos Quotistas para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Quotistas ("Representante dos Quotistas").

11.03.01. - Somente pode exercer as funções de Representante dos Quotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- (i) ser Quotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas;
- (ii) não ser titular de Quotas Subordinadas;
- (iii) não exercer cargo ou função no Administrador, em seus controladores, em sociedades por eles direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum;
- (iv) não exercer cargo da administração ou ser funcionário da Cedente ; e
- (v) não exercer cargo de administração ou ser funcionário dos controladores, diretos ou indiretos, da Cedente.

11.04. - Este Regulamento será alterado independentemente de deliberação da Assembléia Geral de Quotistas em casos de alterações nas normas legais e regulamentares vigentes, mediante ciência aos Quotistas da referida alteração no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da alteração deste Regulamento perante a CVM.

11.05. - A convocação de Assembléia Geral de Quotistas será feita pelo Administrador, por meio eletrônico, por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista ou por meio de publicação no periódico utilizado pelo Fundo para realizar divulgação de suas informações, com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo. A convocação indicará dia, hora e local em que será realizada a Assembléia Geral de Quotistas e os assuntos a serem tratados.

11.05.01. - Não se realizando a Assembléia Geral de Quotistas na data estipulada na convocação acima referida, será novamente providenciada convocação para a Assembléia Geral, com antecedência de 5 (cinco) dias, de acordo com o procedimento de convocação acima referido, conforme o caso. Para efeito do disposto neste item, a segunda convocação da Assembléia Geral de Quotistas poderá ser providenciada juntamente com a primeira convocação.

11.05.02. - Independentemente das formalidades previstas neste Regulamento, será considerada regular a Assembléia Geral de Quotistas a que comparecerem todos os Quotistas com direito a voto para deliberar sobre todos os assuntos constantes da ordem do dia.



11.06. - Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral de Quotistas será realizada na sede do Administrador. Quando a Assembléia Geral de Quotistas não for realizada na sede do Administrador, as comunicações enviadas aos Quotistas deverão indicar, com clareza, o local da reunião, que, em hipótese alguma, poderá ser realizada fora do Estado do Rio Grande do Sul.



11.07. - Os titulares de Quotas Subordinadas terão direito de comparecer em toda e qualquer Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, independentemente de terem ou não direito a voto com relação à matéria objeto de deliberação.

11.08. - Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembléia Geral de Quotistas poderá reunir-se por convocação do Administrador, a seu exclusivo critério, ou mediante solicitação ao Administrador, de Quotistas titulares de Quotas com direito a voto que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas com direito a voto, sendo que, na última hipótese, o Administrador será responsável por convocar a Assembléia Geral solicitada pelos Quotistas do Fundo.

11.09. - As Assembléias Gerais de Quotistas serão instaladas com a presença de pelo menos um Quotista com direito a voto.

11.10. - Poderão votar nas Assembléias Gerais de Quotistas os procuradores dos Quotistas legalmente constituídos há menos de um ano.

11.11. - Não terão direito a voto na Assembléia Geral de Quotistas o Administrador e seus empregados.

11.12. - Quaisquer decisões tomadas em Assembléia Geral de Quotistas serão divulgadas aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

CAPÍTULO DOZE - DA AMORTIZAÇÃO E DO RESGATE DAS QUOTAS

Condições Gerais e Forma de Pagamento das Amortizações

12.01. - Cada Suplemento a este Regulamento, referente a cada nova série e emissão de Quotas do Fundo, inclusive o Primeiro Suplemento, indicará o cronograma de amortização de cada série e emissão de Quotas do Fundo, bem como a data de resgate das Quotas.

12.01.01. - As Quotas do Fundo somente serão resgatadas (i) após o pagamento integral das parcelas de amortização das Quotas Seniores emitidas e em circulação e das Quotas Subordinadas ou (ii) na data de liquidação (antecipada ou não) do Fundo.

12.02. - Para os fins de que trata este Regulamento, cada data em que houver pagamento de parcelas de amortização das Quotas Seniores será designada uma "Data de Amortização" e a data em que houver o último pagamento de parcela de amortização das Quotas Seniores de cada série e emissão do Fundo será designada a "Data de Resgate" de tais Quotas Seniores.





12.02.01. A distribuição de quaisquer ganhos e rendimentos do Fundo aos Quotistas será feita exclusivamente mediante a amortização de suas Quotas, observado o disposto neste Capítulo e nos Capítulos Treze e Quatorze abaixo.

12.03. - Quaisquer pagamentos aos Quotistas a título de amortização de Quotas do Fundo deverão abranger, proporcionalmente e sem direito de preferência ou prioridade, todas as Quotas de uma mesma classe de Quotas do Fundo, em benefício de todos os Quotistas titulares de cada classe de Quotas do Fundo.

12.04. - Exceção feita à hipótese prevista no item 12.7 abaixo, as Quotas Subordinadas do Fundo serão resgatadas na Data de Resgate da última Quota Sênior do Fundo em circulação, sendo que o pagamento do resgate das Quotas Subordinadas está condicionado ao pagamento integral de todas as parcelas de amortização, do resgate das Quotas Seniores de todas as séries e emissões do Fundo e do pagamento de todas as despesas e encargos do Fundo.

12.05. - Os pagamentos das parcelas de amortização e/ou resgate das Quotas do Fundo serão efetuados por meio de depósito em conta corrente de titularidade dos Quotistas, mediante qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen.

12.05.01. - Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização e/ou resgate aos Quotistas não cair em dia útil, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor originalmente devido, sendo que nenhum acréscimo será devido aos Quotistas. Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização e/ou resgate aos Quotistas cair em dia que seja feriado na sede da instituição financeira em que for mantida, pelo Quotista, conta corrente na qual serão depositados os pagamentos referentes às Quotas, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor originalmente devido, sendo que nenhum acréscimo será devido aos Quotistas.

12.06. - Na data de liquidação do Fundo (antecipada ou não), os titulares de Quotas do Fundo poderão receber Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros na amortização e no resgate de suas Quotas, conforme o disposto no Capítulo Treze abaixo.

12.06.01. - Durante a vigência da Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, pagamentos de amortizações e resgate de Quotas do Fundo que sejam realizados mediante a entrega de Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros compreenderão o pagamento aos Quotistas de recursos, por qualquer meio de transferência de recursos autorizado pelo Bacen, concomitantemente à compra, pelos respectivos Quotistas, de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros em valor correspondente ao valor líquido amortizado ou resgatado.





Condições Especiais Aplicáveis à Amortizações das Quotas

12.07. - Quando do pagamento das amortizações e do resgate das Quotas Seniores deverão ser observadas as seguintes disposições, sem prejuízo do disposto nos itens 12.01 a 12.06 acima:

- (i) Na hipótese de liquidação antecipada do FIDC CEEE, os pagamentos devidos aos titulares das Quotas do Fundo estarão sujeitos à liquidação dos valores devidos aos Quotistas do FIDC CEEE;
- (ii) *na hipótese de a Razão de Garantia do Fundo ser inferior a 94% (noventa e quatro por cento), poderá ser realizada amortização extraordinária das Quotas Subordinadas, mediante solicitação por escrito da Cedente, exclusivamente em relação às Quotas Subordinadas, sem prejuízo do disposto no item 12.04. acima e desde que (i) nos últimos 90 (noventa) dias consecutivos anteriores à Data de Amortização acima referida, a Razão de Garantia não tenha sido desequilibrada em qualquer momento, sendo que, após o pagamento extraordinário de amortização, a Razão de Garantia permanecerá mantida e (ii) a Reserva de Amortização atenda ao disposto no Capítulo Dezesesseis abaixo.*
- (iii) *na hipótese do patrimônio líquido do Fundo sofrer perdas em decorrência de não pagamento dos Direitos de Crédito ou dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, tais perdas serão arcadas prioritariamente pelas Quotas Subordinadas até o limite do valor correspondente aos Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros não pagos, tal como se as Quotas Subordinadas tivessem sido amortizadas no valor correspondente a tais perdas, até o montante correspondente ao valor total das Quotas Subordinadas. Uma vez excedido o valor total das Quotas Subordinadas, o efeito da inadimplência dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros repercutirá na capacidade do Fundo de efetuar o pagamento das parcelas de amortização das Quotas Seniores.*

Valor das Quotas Seniores para Fins de Pagamento de Amortização

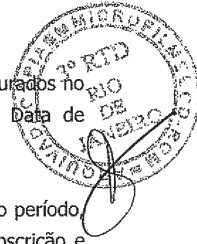
12.08. – Para os fins de pagamento das parcelas de amortização e do resgate das Quotas Seniores será sempre utilizado o valor da Quota do dia do pagamento, sendo que, nos casos de pagamento de amortização, o valor da Quota será reduzido proporcionalmente ao valor amortizado.

12.08.01 - O valor a ser pago em cada Data de Amortização, para cada Quota Sênior será apurado da seguinte forma:

O valor das 30 primeiras parcelas de amortização para cada uma das Quotas Seniores será equivalente aos juros apurados no período, conforme 10.17.02, acrescido de 1% do valor da Quota Sênior na Data de Subscrição e Integralização das Quotas do Fundo;



O valor das 41 parcelas de amortização remanescentes será equivalente aos juros apurados no período, conforme 10.17.02, acrescido de 1,667% do valor da Quota Sênior na Data de Subscrição e Integralização das Quotas do Fundo;



O valor da última parcela (parcela de resgate) será equivalente aos juros apurados no período, conforme 10.17.02, acrescido de 1,653% do valor da Quota Sênior na Data de Subscrição e Integralização das Quotas do Fundo.

Valor das Quotas Subordinadas para Fins de Pagamento de Amortização

12.09. - Para os fins de pagamento das parcelas de amortização e do resgate das Quotas Subordinadas será sempre utilizado o valor da Quota do dia do pagamento, calculado nos termos do item 10.18 do Capítulo Dez acima, sendo que, nos casos de pagamento de amortização, o valor da Quota será reduzido proporcionalmente ao valor amortizado.

**CAPÍTULO TREZE – DAS HIPÓTESES E PROCEDIMENTOS DE RESGATE DE QUOTAS
MEDIANTE DAÇÃO EM PAGAMENTO DE DIREITOS DE CRÉDITO
E DE ATIVOS FINANCEIROS**

13.01. - Observado o disposto no item 13.02. abaixo, caso no último dia útil anterior à Data de Resgate o Fundo não detenha recursos em moeda corrente nacional para efetuar o pagamento do resgate da totalidade das Quotas, as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas em circulação poderão ser resgatadas mediante a dação em pagamento da totalidade dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo.

13.01.01. - Qualquer entrega de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate aos titulares de Quotas do Fundo será realizada mediante a utilização de procedimento de rateio, considerando o número de Quotas detido por cada Quotista na ocasião e observados os procedimentos definidos neste Capítulo.

13.01.02. - De acordo com o disposto neste Regulamento, as Quotas Seniores terão prioridade no pagamento de resgate sobre todas as Quotas Subordinadas, sendo que as Quotas Subordinadas somente serão resgatadas após o pagamento integral de todas as Quotas Seniores, observado o disposto neste Capítulo.

13.02. - Antes da realização de qualquer procedimento referente à entrega de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros aos Quotistas do Fundo, de acordo com o disposto neste Capítulo, a Cedente terá o direito, mas nunca a obrigação, de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, a totalidade dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, na Data de Resgate, pelo preço indicado no item abaixo.

13.02.01. - Na hipótese de a Cedente decidir exercer a faculdade de que trata este item, a totalidade dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo serão adquiridos por



preço equivalente ao valor atualizado de todas as Quotas Seniores ainda em circulação, calculado de acordo com o disposto no item 10.17. deste Regulamento.



13.03. - Na hipótese de a Cedente decidir não exercer a faculdade de que trata o item anterior, a Assembleia Geral de Quotistas deverá deliberar sobre os procedimentos de dação em pagamento dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate das Quotas do Fundo ainda em circulação, observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Onze acima.

13.03.01. - Na hipótese da Assembleia Geral de Quotistas referida neste item não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate das Quotas, os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros serão dados em pagamento aos Quotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção de Quotas detida por cada titular sobre o valor total das Quotas em circulação à época. Após a constituição do condomínio acima referido, o Administrador estará desobrigado em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

13.03.02. - O Administrador deverá notificar os Quotistas, (i) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos de Crédito, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, (ii) informando a proporção de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros a que cada Quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Quotistas após a constituição do referido condomínio.

13.03.03. - Caso os titulares das Quotas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido nos subitens acima, essa função será exercida pelo titular de Quotas Seniores que detenha a maioria das Quotas Seniores em circulação.

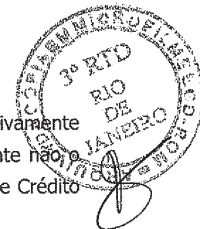
13.03.04. - O Custodiante e/ou empresa por ele contratada fará a guarda dos Direitos de Crédito e dos respectivos Documentos Comprobatórios pelo prazo improrrogável de 30 (trinta) dias (contado da notificação referida no subitem 13.03.02. acima), dentro do qual o administrador do condomínio, eleito pelos Quotistas ou ao qual essa função tenha sido atribuída nos termos do subitem 13.03.03. acima, indicará ao Administrador e ao Custodiante, hora e local para que seja feita a entrega dos Direitos de Crédito e Documentos Comprobatórios respectivos. Expirado este prazo, o Administrador poderá promover a consignação dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros, na forma do Artigo 334 do Código Civil Brasileiro.

CAPÍTULO QUATORZE - DA AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA PARA FINS DE REENQUADRAMENTO DA RAZÃO DE GARANTIA, DA ALOCAÇÃO MÍNIMA EM DIREITOS DE CRÉDITO E DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO

14.01. - O Administrador poderá realizar, mediante autorização da Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Onze acima, a amortização extraordinária das Quotas Seniores em circulação (a "Amortização Extraordinária"), pelo valor atualizado das Quotas



Seniores em circulação, calculado de acordo com o disposto no item 10.17. acima, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo (i) à Razão de Garantia caso a Cedente não a tenha feito nos termos do Capítulo Quinze abaixo e/ou (ii) à alocação mínima em Direitos de Crédito estabelecida no Capítulo Sete deste Regulamento.



14.01.01. A Assembléia Geral de Quotistas referida acima será convocada pelo Administrador dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data prevista para a devolução do Aviso de Desenquadramento estabelecida no Capítulo Quinze deste Regulamento, quando se tratar de desenquadramento da Razão de Garantia ou, no caso de desenquadramento da alocação mínima em Direitos de Crédito, contados da data em que for verificado o desenquadramento.

14.02. - Na hipótese de realização de Amortização Extraordinária das Quotas Seniores nos termos deste Capítulo, todos os Quotistas serão informados, inclusive sobre o valor total envolvendo cada Amortização Extraordinária.

14.03. - Qualquer Amortização Extraordinária afetará todos os Quotistas titulares de Quotas Seniores, de forma proporcional e em igualdade de condições.

CAPÍTULO QUINZE – DO ENQUADRAMENTO DA RAZÃO DE GARANTIA

15.01. - Na hipótese de desenquadramento da Razão de Garantia em qualquer das Datas de Verificação, o Administrador deverá informá-lo à Cedente, na forma do Anexo V deste Regulamento ("Aviso de Desenquadramento"), no mesmo dia em que receber a informação do Custodiante. A Cedente deverá devolver o Aviso de Desenquadramento ao Administrador, com cópia para o Custodiante, imprimeiramente até o 2º (segundo) dia útil subsequente à data do seu recebimento, informando sua decisão com relação a uma das seguintes providências:

- (i) a Cedente poderá, a seu exclusivo critério, integralizar Novas Quotas Subordinadas, de acordo com os termos e condições do Compromisso de Subscrição, com pagamento em moeda corrente nacional, dentro de um dos prazos previstos abaixo, conforme o caso:
 - a. caso a integralização de Novas Quotas Subordinadas seja necessária em decorrência da inadimplência de Direitos de Crédito Integrantes da Carteira, a integralização referida no item (i) acima deverá ser realizada no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento do Aviso de Desenquadramento;
 - b. caso a integralização de Novas Quotas Subordinadas seja necessária em decorrência de outro motivo que não a inadimplência de Direitos de Crédito Integrantes da Carteira, a integralização referida no item (i) acima deverá ser realizada no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento do Aviso de Desenquadramento; ou



- (ii) a Cedente poderá resilir o Contrato de Cessão, dentro de no máximo 5 (cinco) dias úteis, quando será aplicado o disposto no Capítulo Dezoito abaixo.



15.02. - Na hipótese descrita no subitem (i) do item 15.01. acima, o Administrador poderá deliberar pela emissão de Novas Quotas Subordinadas, sem necessidade de autorização da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, hipótese em que esse Regulamento será complementado por Suplemento na forma do Anexo III.

15.03. - Na hipótese de a Cedente não informar o Administrador sobre qual medida pretende tomar nos termos e prazo descritos no item 15.01 acima, o Administrador aplicará, automaticamente, o disposto no Capítulo Quatorze ou Dezoito, conforme o caso.

**CAPÍTULO DEZESSEIS – DA CONSTITUIÇÃO DE RESERVA DE AMORTIZAÇÃO, DOS
PROCEDIMENTOS PARA PAGAMENTO DAS PARCELAS DE AMORTIZAÇÃO E DO RESGATE
DAS QUOTAS E DA ORDEM DOS PAGAMENTOS DO FUNDO**

16.01. – A partir da Primeira Data de Emissão e até o final do prazo de duração do Fundo, o Administrador deverá constituir e manter uma reserva de amortização (a “Reserva de Amortização”) de forma que, em cada Data de Apuração, esta corresponda à soma dos valores estimados para a amortização das Quotas Seniores dos três próximos Períodos de Disponibilidade, de acordo com a fórmula abaixo:

$$RA_i = A_i + C_i + A_{i+1} + C_{i+1} + A_{i+2} + C_{i+2},$$

onde:

RA_i = é a Reserva de Amortização para cada período de capitalização.

A_i = Valor estimado da amortização das Quotas Seniores do Fundo na Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso, subsequente à Data de Apuração i .

C_i = Custos mensais estimados dos Encargos do Fundo referentes à taxa de administração, despesas com a prestação de serviços do Custodiante, empresa de auditoria contratada pelo Fundo e Agência de Classificação de Risco, para o Período de Disponibilidade i .

16.01.01. - Para os fins deste item 16.01., entende-se por período de capitalização o intervalo de tempo medido em dias úteis, compreendido entre o 1º dia útil imediatamente subsequente a uma dada Data de Amortização (inclusive) e a Data de Amortização imediatamente subsequente (inclusive). Para o primeiro Período de Capitalização considerar-se-á como data de início o dia útil subsequente à Data da Primeira Emissão.

16.01.02. - A Reserva de Amortização será constituída com os recursos provenientes da subscrição e integralização das Quotas Subordinadas e com o produto do pagamento dos Direitos Creditórios.



16.01.03. - O valor da Reserva de Amortização será calculado pelo Administrador em cada Data de Apuração e informado ao Administrador até o dia útil imediatamente subsequente.



16.02. - Diariamente, a partir da Primeira Data de Emissão e até a liquidação do Fundo, o Administrador obriga-se a utilizar as disponibilidades do Fundo para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (i) pagamento dos encargos do Fundo, conforme descritos no Capítulo Vinte abaixo;
- (ii) formação de reserva equivalente ao montante estimado dos encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente àquele em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- (iii) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Seniores;
- (iv) constituição da Reserva de Amortização, observado o disposto no item 16.01. acima;
- (v) formação de reserva para pagamento das despesas relacionadas à liquidação do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- (vi) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas.

16.03. – Os recursos da Reserva de Amortização serão aplicados em Ativos Financeiros, observado o disposto no Capítulo Sete acima.

CAPÍTULO DEZESSETE – DO ÍNDICE DE COBERTURA

17.01 - Até o 6º (sexto) dia útil após o encerramento de cada Período de Disponibilidade, enquanto o Fundo estiver em funcionamento, o Administrador deverá calcular a divisão do (i) somatório dos valores das Faturas Mensais subtraído das Parcelas da Fatura/Faturas de Vencimento Único inadimplidas do FIDC CEEE, referentes ao mesmo Período de Disponibilidade, subtraídos os valores (i) objeto de cessão incondicionada ao FIDC CEEE e (ii) objeto de cessão sob condição suspensiva ao FIDC CEEE e a ele transferidos em decorrência da verificação de qualquer condição suspensiva, até a verificação da condição resolutive de que trata o item 11.7. da Cláusula Onze do Contrato de Cessão do FIDC CEEE, pelo (ii) valor da Amortização acrescido dos Encargos do Fundo, ambos referentes ao respectivo Período de Disponibilidade ("Índice de Cobertura").

17.02 - Caso o Índice de Cobertura seja por 2 (dois) meses consecutivos ou 3 (três) meses alternados em um período de 12 (doze) meses inferior a 250% no respectivo Período de Disponibilidade, aplicar-se-á o disposto no Capítulo Dezoito deste Regulamento.



CAPÍTULO DEZOITO – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO E DE LIQUIDAÇÃO DO FUNDO



Dos Eventos de Avaliação

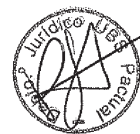
18.01. - São considerados eventos de avaliação do Fundo (os "Eventos de Avaliação") quaisquer das seguintes ocorrências:


- (i) utilização, por 2 (dois) Períodos de Disponibilidade consecutivos ou 3 (três) Períodos de Disponibilidade alternados num período de 6 (seis) meses, da Reserva de Amortização sem que seja recomposta no Período de Disponibilidade imediatamente subsequente (i) ao segundo Período de Disponibilidade consecutivo em que a Reserva de Amortização tenha sido utilizada ou (ii) ao Período de Disponibilidade imediatamente subsequente àquele em que a Reserva de Amortização tenha sido utilizada pela terceira vez no período de 6 (seis) meses;
- (ii) caso o Índice de Cobertura (conforme definido no Regulamento) seja por 2 (dois) meses consecutivos ou 3 (três) meses alternados em um período de 12 (doze) meses inferior a 250% no respectivo Período de Disponibilidade;
- (iii) descumprimento, pela Cedente, de qualquer das obrigações de fazer e/ou não fazer decorrentes do Contrato de Cessão que não seja um Evento de Revisão e que, a critério do Administrador, possa comprometer a capacidade do Fundo de cumprir com seus compromissos perante os Quotistas, desde que a Cedente tenha sido notificada pelo Administrador para regularizar tal descumprimento e não o faça no prazo de 5 (cinco) dias úteis, excetuado o disposto nos itens (v), (vi) e (vii) abaixo;
- (iv) descumprimento, pela Cedente, das obrigações assumidas nos termos da Cláusula Terceira do Contrato de Cessão, desde que, notificada pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contado do recebimento da referida notificação;
- (v) não observância pela Cedente dos deveres e das obrigações previstas na Cláusula Sexta do Contrato de Cessão, desde que, notificada pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado do recebimento da referida notificação;
- (vi) descumprimento, pela Cedente, da obrigação assumida nos termos do subitem (w) do item 9.1. da Cláusula Nona do Contrato de Cessão;
- (vii) não observância pela Cedente dos deveres e das obrigações previstos no Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores ("Contrato de Prestação



de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores”) desde que, notificada pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado do recebimento da referida notificação

- (viii) modificações estatutárias que alterem o objeto social da Cedente;
- (ix) alteração do controle acionário, direto ou indireto, da Cedente;
- (x) desconstrução, por qualquer das Distribuidoras Cedidas, de CCEAR Cedidos em valor que represente mais do que 4% (quatro por cento) da Quantidade Mínima Mensal média dos últimos 3 (três) Períodos de Disponibilidade anteriores à referida rescisão;
- (xi) vencimento antecipado e/ou inadimplemento de quaisquer operações de natureza financeira em que a Cedente seja mutuária ou garantidora, cujo valor presente das obrigações de pagamento seja superior a R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), que será atualizado, na menor periodicidade admitida em lei, a partir da data de assinatura do Contrato de Cessão, pela variação acumulada do IGP-M, ou o equivalente em outras moedas; para os fins desta alínea, são consideradas operações de natureza financeira, (i) quaisquer operações de empréstimo em moeda; (ii) financiamentos a projetos de investimento, ainda que não reconhecidos em seus balanços (*off-balance*); (iii) repasses de empréstimos em moeda nacional ou estrangeira, registrados ou não no Bacen; (iv) operações de abertura de crédito em conta-corrente; (v) adiantamento a depositantes, na forma definida nas normas do Bacen; (vi) operações de arrendamento mercantil; (vii) emissão pública ou privada de debêntures ou de quaisquer outros valores mobiliários, no Brasil ou no exterior; (viii) concessão de garantias, pessoais ou reais, em operações de qualquer natureza, em especial as de natureza financeira; (ix) operações de adiantamento de receitas futuras, realizadas por meio de permuta, cessão, transferência parcial, venda à vista com compromisso de recompra em prazo determinado, venda a termo, emissão de opções de qualquer natureza ou desconto de títulos; (x) desconto bancário, com ou sem cláusula de co-responsabilidade; e (xi) qualquer outra espécie de negócio jurídico cujo efeito financeiro seja captação de recursos financeiros e/ou a antecipação de receitas decorrentes da consecução do objeto social da Cedente;
- (xii) caso a classificação de risco das Quotas do Fundo seja rebaixada pela Agência de Classificação de Risco para uma nota inferior à nota obtida na Data de Emissão, ou equivalente, emitida por agência de classificação de risco de atuação internacional que eventualmente substituir a Agência de Classificação de Risco;
- (xiii) adoção, por qualquer das Distribuidoras Cedidas, de quaisquer medidas judiciais, inclusive aquelas que tenham por objeto a discussão do preço de compra dos CCEAR Cedidos que possam, a critério do Administrador, comprometer o fluxo de receita dos CCEAR Cedidos;



- 
- (xiv) revogação, pela Cedente, dos mandatos outorgados ao Custodiante, ao Agente de Recebimento e/ou ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão e do Compromisso de Subscrição;
 - (xv) não observância pelo Custodiante dos deveres e das obrigações previstos neste Regulamento, no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia, desde que, notificado pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado do recebimento da referida notificação;
 - (xvi) não observância pelo Agente de Recebimento dos deveres e das obrigações previstos neste Regulamento, no Contrato de Cessão e no Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores, desde que, notificado pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado do recebimento da referida notificação;
 - (xvii) caso o Fundo deixe de atender à Razão de Garantia, nas respectivas Datas de Verificação, e (i) tal evento não seja sanado ou (ii) não tenham sido iniciados os procedimentos de reenquadramento definidos nos Capítulos Quatorze e/ou Quinze deste Regulamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da Data de Verificação em que se verificar o desenquadramento;
 - (xviii) caso a Carteira do Fundo deixe de estar enquadrada ao percentual mínimo de alocação em Direitos de Crédito, conforme determinado no Capítulo Sete deste Regulamento, por período superior a 20 (vinte) dias consecutivos;
 - (xix) na ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão, conforme definidos no Contrato de Cessão, que não estejam definidos como Eventos de Liquidação nos termos deste Regulamento;
 - (xx) inobservância, pelo Administrador, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento, que não seja um Evento de Liquidação, verificado pelo Custodiante, desde que, se notificado por este para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado do recebimento da referida notificação;
 - (xxi) amortização de Quotas Subordinadas em desacordo com o disposto neste Regulamento; e
 - (xxii) resilição do Contrato de Custódia de Documentos Comprobatórios.

18.01.01. - Sem prejuízo do disposto no subitem 18.01.02. abaixo, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação descritos acima, o Administrador, independentemente de qualquer procedimento adicional, convocará imediatamente Assembleia Geral de Quotistas, a qual decidirá se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um evento de liquidação antecipada do Fundo, bem como se haverá liquidação antecipada do Fundo e quais os procedimentos a serem adotados.





18.01.02. - No caso da Assembléia Geral de Quotistas deliberar que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um evento de liquidação antecipada do Fundo, o Administrador observará os procedimentos de que trata o item 18.02. abaixo, sem que, para tanto, seja necessária a convocação de uma nova Assembléia Geral de Quotistas, podendo a referida Assembléia Geral de Quotistas deliberar sobre os procedimentos envolvendo a liquidação do Fundo, independentemente da notificação dos Quotistas ausentes.

18.01.03. - Caso a Assembléia Geral de Quotistas delibere que o Evento de Avaliação não constitui um evento de liquidação antecipada do Fundo, o Administrador deverá adotar as medidas tomadas pelos Quotistas na referida Assembléia Geral para manutenção das atividades regulares do Fundo e eventual cura do Evento de Avaliação.

18.01.04. - O direito da Cedente ao recebimento de qualquer pagamento de amortização das Quotas Subordinadas ficará suspenso durante o período compreendido entre a data de ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação até data da deliberação, pela Assembléia Geral de Quotistas referida no subitem 18.01.01. acima, de que (i) o referido Evento de Avaliação constitui um evento de liquidação antecipada do Fundo, sem prejuízo da prioridade dos titulares de Quotas Seniores no recebimento de pagamento de resgate de suas Quotas Seniores na hipótese de liquidação antecipada do Fundo; ou (ii) o referido Evento de Avaliação não dá causa à liquidação antecipada do Fundo, independentemente da implementação de eventuais ajustes aprovados pelos Quotistas na Assembléia Geral de Quotistas.

18.01.05. - Sem prejuízo do disposto acima, na ocorrência de um Evento de Avaliação, a Cedente terá a faculdade, no prazo de 2 dias contados do recebimento da notificação enviada pelo Fundo acerca da referida ocorrência, apresentar ao Fundo novos Direitos de Crédito, para consideração dos titulares das Quotas Seniores na Assembléia Geral que será realizada para a deliberação sobre o Evento de Avaliação, conforme acima referido.

18.01.06. - Caso a Cedente apresente novos Direitos de Crédito para sanar o Evento de Avaliação, a Assembléia Geral de Quotistas, acima referida, a ser realizada para deliberar sobre o Evento de Avaliação, deverá deliberar sobre os critérios de elegibilidade e eventuais condições precedentes para aceitação dos referidos Direitos de Crédito, assegurando-se, no caso de decisão pela aceitação de novos Direitos de Crédito, o resgate das Quotas Seniores devidas pelos Quotistas dissidentes, nos termos do item 18.02.04. abaixo.

Dos Eventos de Liquidação Antecipada

18.02. - Além das hipóteses previstas na regulamentação, são considerados eventos de liquidação antecipada do Fundo (os "Eventos de Liquidação"), quaisquer das seguintes ocorrências:

- (i) caso o Contrato de Cessão seja resilido e/ou terminado e dentro de até 30 (trinta) dias úteis contados da data da referida resilição a Assembléia Geral de Quotistas do Fundo não




delibere pela continuidade do Fundo, mediante alteração deste Regulamento, de modo que o Fundo passe a ter como objetivo de investimento a aquisição de outros direitos de crédito que não os Direitos de Crédito;



- (ii) caso seja deliberado em Assembléia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;
- (iii) não pagamento, em até 2 (dois) dias úteis contados das Datas de Amortização e/ou da Data de Resgate, do valor da amortização e/ou do valor de resgate das Quotas Seniores;
- (iv) existência de evidências de que a Cedente tenha (i) emitido ou, por comprovada negligência, tenha permitido a terceiros emitir Faturas Mensais sem lastro e/ou em duplicidade ou (ii) oferecido ao Fundo CCEAR Cedidos ou Contratos de Transmissão Cedidos sobre os quais recaiam quaisquer ônus, encargos ou gravames, que tenham sido constituídos prévia ou concomitantemente à oferta ao Fundo incluindo, sem limitação, obrigações relativas a vinculação de receita em garantia de qualquer empréstimo ou dívida;
- (v) ocorrência de qualquer das hipóteses de término da concessão para geração ou para a transmissão de energia elétrica previstas em lei ou nos Contratos de Concessão;
- (vi) decretação de falência da Cedente, requerimento de autofalência ou protocolização de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial pela Cedente;
- (vii) decretação de intervenção na concessão ou declaração judicial da dissolução e/ou liquidação da Cedente;
- (viii) caso não seja determinado pela Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, um novo parâmetro de apuração do valor das Quotas Seniores, na hipótese de indisponibilidade, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI;
- (ix) caso os Quotistas titulares de Quotas Seniores não disponibilizem ao Fundo os recursos aprovados em Assembléia Geral para a adoção dos procedimentos referidos no Capítulo Dezenove, na forma ali estabelecida;
- (x) rescisão do Contrato de Custódia ou renúncia do Custodiante, sem a assunção das funções do Custodiante por uma nova instituição, nos termos ali definidos;
- (xi) rescisão do Contrato de Prestação de Serviços de Recêbimento e Pagamento de Valores relativo ao Fundo, sem a assunção das funções da Cedente por outra entidade, nos termos ali definidos;
- (xii) início da liquidação antecipada do FIDC CEEE



- 
- (xiii) descumprimento pela Cedente de suas obrigações nos termos do Contrato de Cessão do FIDC CEEE;
 - (xiv) ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão, nos termos do Contrato de Cessão do FIDC CEEE;
 - (xv) ocorrência de qualquer alteração nos termos e condições do Contrato de Cessão do FIDC CEEE; e
 - (xvi) rescisão do Contrato de Prestação de Serviços relativo ao do FIDC CEEE.

18.02.01. - Na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, o Administrador imediatamente notificará tal fato aos Quotistas e convocará Assembleia Geral de Quotistas para aprovar a liquidação antecipada do Fundo e deliberar sobre os procedimentos descritos no item 18.03. abaixo e, se for o caso, iniciar os procedimentos de liquidação antecipada do Fundo.

18.02.02. - Na Assembleia Geral de Quotistas mencionada no subitem 18.02.01. acima, os titulares de Quotas Seniores poderão optar, de acordo com o quorum de deliberação previsto no Capítulo Onze acima, por não liquidar antecipadamente o Fundo.

18.02.03. - Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral de Quotistas mencionada no subitem 18.02.01. acima, por falta de quorum, ou (ii) de aprovação pelos Quotistas da liquidação antecipada do Fundo, o Administrador deverá iniciar os procedimentos referentes à liquidação do Fundo.

18.02.04. - Na hipótese de ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação e a Assembleia Geral de Quotistas deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, será concedido aos Quotistas titulares de Quotas Seniores do Fundo, que não concordarem com a decisão ("Quotistas Dissidentes"), o resgate antecipado de suas Quotas Seniores, conforme instruções a serem definidas pela própria Assembleia Geral de Quotistas que deliberar pela não liquidação antecipada, que não poderá estabelecer prazo superior a 90 (noventa) dias para efetuação de tal resgate, pelo valor da Quota Sênior do dia do pagamento, calculado na forma do item 10.17. deste Regulamento.

18.02.05. - Na hipótese descrita no subitem anterior, caso o Fundo não tenha recursos, em moeda corrente nacional, suficientes para efetuar o pagamento integral do resgate de Quotas Seniores aos Quotistas Dissidentes, no prazo mencionado acima, todos os recursos em moeda corrente nacional disponíveis no patrimônio líquido do Fundo serão prioritariamente alocados para o pagamento de resgate aos Quotistas Dissidentes, de forma *pro rateada* e mediante a observância de igualdade de condições entre os Quotistas Dissidentes. Caso seja necessário, os Quotistas Dissidentes reunir-se-ão em Assembleia Geral de Quotistas para aprovar o pagamento do resgate de suas Quotas Seniores



mediante a entrega de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, de acordo com os princípios estabelecidos no Capítulo Treze acima, no que couber.



18.02.06 - Na hipótese de ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação ou dos Eventos de Avaliação e a Assembléia Geral de Quotistas de que trata o subitem acima ou de que trata o subitem 18.01.03. do item 18.01. acima, conforme o caso, deliberar pela liquidação antecipada do Fundo, todas as Quotas do Fundo serão resgatadas, dentro de até 90 (noventa) dias contados da data de realização da referida Assembléia Geral de Quotistas ("Prazo para Resgate Antecipado"), pelo valor da Quota do dia do pagamento, calculado na forma dos itens 10.17. e 10.18. deste Regulamento e mediante a observância do seguinte procedimento e da seguinte ordem:

- (i) as Quotas Seniores terão prioridade no pagamento de resgate sobre as Quotas Subordinadas;
- (ii) as Quotas Subordinadas somente serão resgatadas após o pagamento integral de todas as Quotas Seniores;
- (iii) durante o Prazo para Resgate Antecipado, os pagamentos de resgate das Quotas somente serão realizados após o alcance, pelo Fundo de montantes de no mínimo R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para cada pagamento de amortização das Quotas;
- (iv) todos os recursos em moeda corrente nacional disponíveis no patrimônio do Fundo serão prioritariamente alocados para o pagamento do resgate das Quotas Seniores, de forma *pro rata* e mediante a observância de igualdade de condições entre todos os Quotistas,;
- (v) se no último dia útil do Prazo para Resgate Antecipado a totalidade das Quotas Seniores não tiver sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente nacional, os Quotistas receberão Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros em pagamento pelo resgate de suas Quotas Seniores, entrega essa que será realizada de acordo com o disposto no Capítulo Treze;
- (vi) assegurada a prioridade de pagamento de resgate das Quotas Seniores, nos termos indicados nos subitens acima, as Quotas Subordinadas serão resgatadas prioritariamente em moeda corrente nacional, e, na hipótese de insuficiência de recursos em moeda corrente nacional, em Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros, observado o disposto no Capítulo Treze.

18.02.07. Caso a Assembléia Geral de Quotistas, mesmo diante da rescisão do Contrato de Cessão, decida pela continuidade do Fundo através da aquisição de outros direitos de crédito, o termo "CEEE III-GT" deverá ser excluído da denominação do Fundo.



**CAPÍTULO DEZENOVE – DO PROCEDIMENTO DE COBRANÇA DOS DIREITOS DE CRÉDITO
NÃO PAGOS NO VENCIMENTO**



19.01. – Os Direitos de Crédito cedidos e entregues ao Fundo e não pagos no seu respectivo vencimento ("Direitos de Crédito Inadimplidos"), serão objeto de cobrança pelo Fundo, que contratou a Cedente para prestar tais serviços, tendo em vista a sua experiência na cobrança de direitos de crédito das Distribuidoras Cedidas e dos Usuários da Rede Básica.

19.01.01. - A contratação da Cedente como agente de cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos não resulta e não resultará, de qualquer forma, em qualquer ingerência ou controle, pela Cedente, sobre os Direitos de Crédito Inadimplidos.

19.02. - No segundo dia útil seguinte ao seu vencimento, a Cedente iniciará o processo de cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos.

19.02.01. - A Cedente deverá observar os procedimentos estabelecidos nos CCEAR Cedidos, nos Contratos de Transmissão Cedidos e nos respectivos Instrumentos de Garantia, conforme o caso, assim como as demais disposições da regulamentação aplicável para efetuar a cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos.

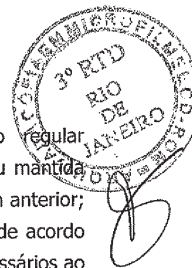
19.02.02. - A Cedente não poderá renegociar ou acordar qualquer alteração aos termos e condições dos Direitos de Crédito Inadimplidos sem a prévia anuência, por escrito, do Fundo.

19.03. - Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros serão de inteira responsabilidade do Fundo ou dos Quotistas, não estando a Cedente, o Administrador ou o Custodiante, de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros. A Cedente, o Administrador e o Custodiante não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos que o Fundo venha a iniciar em face de terceiros ou da Cedente, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo ou diretamente pelos Quotistas.

19.04. - As despesas relacionadas com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros serão suportadas diretamente pelo Fundo. O Administrador somente utilizará recursos em valores superiores a 1% (hum por cento) do valor atualizado das Quotas Seniores em circulação, à época de decisão sobre a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros, para tomar medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Fundo mediante autorização prévia da Assembléia Geral de Quotistas, de acordo com o disposto na Cláusula Onze deste Regulamento.



19.04.01. - Fica desde já estabelecido que, observada a manutenção do regular funcionamento do Fundo, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Fundo antes (i) do recebimento integral do adiantamento a que se refere o item anterior; e (ii) da assunção, pelos Quotistas, em Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, de acordo com o disposto no Capítulo Onze acima, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de eventual verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser condenado. O Administrador, a Cedente e o Custodiante não serão responsáveis por qualquer dano ou prejuízo sofrido pelo Fundo e/ou por qualquer dos Quotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento), pelo Fundo, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas, inclusive caso os Quotistas não aportem os recursos suficientes para tanto na forma deste Capítulo.



19.05. - Todos os valores aportados pelos Quotistas ao Fundo nos termos do item acima deverão ser feitos em moeda corrente nacional, sem qualquer dedução de impostos, taxas ou quaisquer outros valores.

CAPÍTULO VINTE – DOS ENCARGOS DO FUNDO

20.01 - Constituem encargos do Fundo, além da taxa de administração de que trata o Capítulo Vinte e Quatro deste Regulamento, as seguintes despesas:

- (i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais, ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos ou obrigações do Fundo;
- (ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (iv) honorários e despesas com auditores encarregados do exame das demonstrações financeiras e contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação do Administrador;
- (v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas realizadas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- (vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral de Quotistas;



- (viii) taxas de custódia de ativos integrantes da Carteira do Fundo;
- (ix) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha as suas Quotas admitidas à negociação;
- (x) despesas com a contratação de Agência de Classificação de Risco; e
- (xi) despesas com eventual profissional contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas.



20.02. - As despesas decorrentes de serviços de consultoria para seleção de Ativos Financeiros, aquelas decorrentes da delegação de poderes para a gestão da Carteira do Fundo, bem como quaisquer outras não previstas neste Regulamento como encargos do Fundo correrão por conta do Administrador.

20.03. - O pagamento das despesas de que trata o item acima pode ser efetuado diretamente pelo Fundo à pessoa contratada, desde que os correspondentes valores sejam computados para efeito da taxa de administração cobrada pelo Administrador.

20.04. - O Fundo não cobrará taxa de ingresso ou taxa de saída dos Quotistas.

CAPÍTULO VINTE E UM – DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

21.01. - O Fundo terá escrituração contábil própria, destacada da relativa ao Administrador.

21.02. - O exercício social do Fundo será do ano civil, com encerramento em 31 de dezembro de cada ano.

21.03. - O Fundo estará sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações financeiras determinadas pela CVM.

21.04. - As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

CAPÍTULO VINTE E DOIS – DOS FATORES DE RISCO

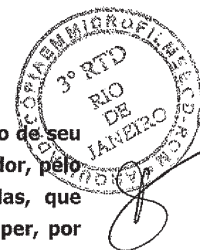
22.01. - Todo investidor interessado em adquirir Quotas do Fundo deve, antes de tomar qualquer decisão de investimento no Fundo, considerar os fatores de risco descritos neste Capítulo.

22.02. - Quanto aos riscos associados ao investimento no Fundo, destacam-se, de forma não taxativa, os seguintes:

- (a) **NÃO EXISTÊNCIA DE SEGURO DA PERFORMANCE DA CEDENTE. Nos termos do Contrato de Cessão, os Direitos de Crédito cedidos e entregues ao Fundo são**



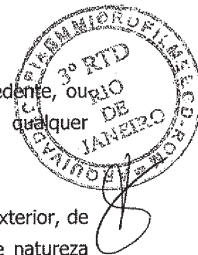
Direitos de Crédito futuros, a serem originados pela Cedente na consecução de seu objeto social. Não há contratação de seguro, pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, pela Cedente, ou por suas respectivas Partes Relacionadas, que garanta a entrega de Direitos de Crédito, no caso de a Cedente interromper, por qualquer motivo, a entrega de energia elétrica às Distribuidoras Cedidas e/ou a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica e, conseqüentemente, a geração de Direitos de Crédito. O Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos de Crédito sejam entregues pela Cedente e devidamente pagos pelas Distribuidoras Cedidas e/ou Usuários da Rede Básica, conforme o caso, não havendo garantia de que as amortizações e o resgate ocorrerão integralmente nas datas programadas. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante ou pela Cedente, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.



- (b) **Modalidade de investimento recente e sofisticada.** O Fundo se enquadra em modalidade de investimento recentemente instituída em nosso País. Os potenciais investidores devem avaliar minuciosamente suas peculiaridades, tais como riscos de liquidez dos Direitos de Crédito, eventos de amortização das Quotas e de liquidação do Fundo, dentre outros. Estas peculiaridades podem eventualmente trazer conseqüências negativas ao patrimônio do Fundo, ou podem tornar o investimento ilíquido. A necessidade de avaliação criteriosa por parte do investidor é decorrente igualmente da sofisticação e complexidade inerente a uma operação de securitização, tal como a concretizada por meio do Fundo.
- (c) **Limitação de ativos do Fundo.** A única fonte de recursos do Fundo para efetuar o pagamento das amortizações e/ou resgate das Quotas é a liquidação (i) dos Direitos de Crédito pelas Distribuidoras Cedidas e/ou pelos Usuários da Rede Básica; e (ii) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento desses recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Quotas.
- (d) **Amortização e resgate condicionado das Quotas.** O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos de Crédito e aos Ativos Financeiros que compõem o seu patrimônio líquido e aos mercados em que eles são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de o Administrador alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos de Crédito, devido à inexistência de mercado secundário ativo e organizado para a negociação deste tipo de ativo. Considerando-se que o Fundo somente procederá às amortizações e/ou ao resgate das Quotas na medida em que (i) os Direitos de Crédito sejam pagos pelas Distribuidoras Cedidas e/ou Usuários da Rede Básica, conforme o caso; e/ou (ii) os Ativos Financeiros sejam devidamente liquidados pelas respectivas contrapartes, tanto o Administrador, como o Custodiante, encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas ou mesmo antecipadamente na hipótese de um Evento de Liquidação, não sendo



devido, nesta hipótese, pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, pela Cedente, ou por quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.



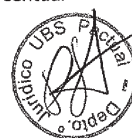
- (e) **Risco de mercado e fatores macroeconômicos.** A ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas, poderão causar oscilações nos valores dos Ativos Financeiros que compõem a carteira do Fundo e resultar em perda, pelos Quotistas, do valor de principal de suas aplicações. Não será devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza, caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante do risco aqui descrito.
- (f) **Inexistência de rendimento predeterminado.** O valor unitário das Quotas Seniores será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos neste Regulamento. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do patrimônio líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores na hipótese de amortização e/ou resgate de suas respectivas Quotas, e não representa nem deverá ser considerada, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Administrador, do Custodiante, ou da Cedente em assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do patrimônio líquido, os titulares das Quotas Seniores não farão jus, em qualquer circunstância, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor das mesmas na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para esta classe de Quotas.
- (g) **Risco de Descontinuidade e Possibilidade de resgate ou amortização antecipada das Quotas.** O Fundo poderá resgatar antecipadamente as Quotas nas hipóteses previstas no Capítulo Dezoito deste Regulamento. Deste modo, os Quotistas poderão não receber a rentabilidade esperada e, ainda que consigam recuperar o capital investido no Fundo, terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo o Administrador, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.
- (h) **Risco de liquidez do mercado secundário brasileiro de valores mobiliários.** O mercado secundário existente no Brasil para negociação de valores mobiliários em geral, e de quotas de fundos de investimento em Direitos de Crédito especificamente, apresenta atualmente baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Quotas que possibilite aos Quotistas sua alienação caso assim decidam. Adicionalmente, em razão da não existência de um mercado secundário ativo e organizado para negociação



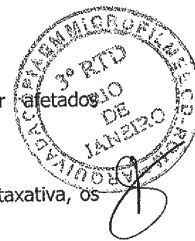
dos Direitos de Crédito, os Quotistas devem possuir condição financeira para manter, até o vencimento os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros na hipótese de liquidação antecipada do Fundo. Dessa forma, os Quotistas podem ter dificuldade em realizar a venda das Quotas no mercado secundário, sendo que o Fundo, o Administrador, a Cedente e o Custodiante não estão obrigados a adquirir qualquer quantidade de Quotas dos Quotistas que manifestarem intenção de resgatar os valores por eles investidos no Fundo.



- (i) **Risco decorrente da precificação dos ativos.** Os Ativos Financeiros estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços dos Ativos Financeiros poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Ativos Financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional. A precificação dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários, instrumentos derivativos e demais operações estabelecidos na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações nos valores dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução no valor das Quotas do Fundo.
- (j) **Risco de descasamento.** O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras preponderantemente em Direitos de Crédito e nos Ativos Financeiros. Considerando-se que o valor das Quotas Seniores será atualizado na forma estabelecida no item 10.17. deste Regulamento, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros e (ii) das Quotas Seniores. O Fundo poderá sofrer perdas em razão de tais descasamentos, não sendo a Cedente, o Administrador e o Custodiante responsáveis por quaisquer perdas que venham a ser impostas aos Quotistas, em razão dos descasamentos de que trata este subitem.
- (k) **Risco Proveniente do Uso de Derivativos.** A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu patrimônio líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas.
- (l) **Do Risco da Concentração da Carteira.** Tendo em vista que, de acordo com os Critérios de Elegibilidade, os recursos do Fundo poderão ser alocados para adquirir Direitos de Crédito contra poucas Distribuidoras Cedidas e/ou os Usuários da Rede Básica, o Fundo está sujeito ao risco de concentração nas referidas Distribuidoras Cedidas e/ou os Usuários da Rede Básica. Caso uma das Distribuidoras Cedidas e/ou os Usuários da Rede Básica deixe de cumprir com as suas obrigações referentes a Direitos de Crédito cedidos ao Fundo e os Direitos de Crédito contra tal Distribuidoras Cedidas e/ou os Usuários da Rede Básica representarem percentual



significativo da Carteira do Fundo, os resultados do Fundo poderão ser afetados negativamente.



22.03. Quanto aos riscos associados aos Direitos de Crédito destacam-se, de forma não taxativa, os seguintes:

- (a) **Subordinação aos Direitos Creditórios Cedidos ao FIDC CEEE.** Os Direitos de Crédito Cedidos ao Fundo são originados pelo pagamento das Faturas Mensais, realizado pelas Distribuidoras Cedidas, cedidos ao FIDC CEEE sob condição suspensiva em cada mês durante a vigência do FIDC CEEE, excetuados aqueles objeto de cessão incondicionada ao FIDC CEEE e aqueles objeto de cessão sob condição suspensiva em decorrência da verificação de qualquer condição suspensiva, nos termos da Cláusula Onze do Contrato de Cessão do FIDC CEEE, até que tal condição não mais se verifique ou até a liquidação integral de todos os valores devidos aos titulares das Quotas Seniores do FIDC CEEE, inclusive dos encargos deste, na hipótese da decretação, nos termos do Regulamento do FIDC CEEE, de liquidação antecipada do FIDC CEEE. Dessa forma, na hipótese de liquidação antecipada do FIDC CEEE, os Quotistas do Fundo estarão subordinados à liquidação dos valores devidos aos Quotistas Seniores do FIDC CEEE, o que poderá acarretar atraso na e/ou insuficiência de recursos para a liquidação dos valores devidos aos titulares de Quotas do Fundo.
- (b) **Risco de Liquidez e inexistência de mercado secundário para os Direitos de Crédito.** Em razão da não existência de um mercado secundário ativo e organizado para negociação dos Direitos de Crédito, e da conseqüente falta de liquidez dos Direitos de Crédito, os Quotistas Seniores devem possuir condição financeira para levar ao vencimento os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros na hipótese de liquidação antecipada do Fundo.
- (c) **Risco de Crédito das Distribuidoras Cedidas e Usuários da Rede Básica, em virtude da não existência de co-obrigação ou garantia da Cedente pela solvência das Distribuidoras Cedidas e dos Usuários da Rede Básica e/ou insuficiência dos mecanismos de garantia do Fundo.** A Cedente somente responde pela originação e formalização dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, não assumindo qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou pela solvência das Distribuidoras Cedidas e Usuários da Rede Básica. Ademais, os mecanismos de garantia de que dispõe o Fundo (tais como a Reserva de Amortização, a Razão de Garantia, o Índice de Cobertura e os Instrumentos de Garantia vinculados aos Direitos de Crédito cedidos) podem não ser suficientes para que o Fundo proceda às amortizações e/ou resgate das Quotas integral e/ou tempestivamente. Desta forma, o Fundo poderá sofrer o impacto do inadimplemento das Distribuidoras Cedidas e/ou dos Usuários da Rede Básica, cujos mercados de energia elétrica apresentam diferentes níveis de demanda. O Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos de Crédito sejam entregues pela Cedente e devidamente pagos pelas Distribuidoras Cedidas e pelos Usuários da Rede Básica, conforme o caso, não havendo garantia de que as amortizações e o resgate ocorrerão integralmente nas datas programadas.



Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador ou pelo Custodiante qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.



(d) **Redução e Cessão do Volume de Energia Elétrica contratada pelas Distribuidoras Cedidas.**

Os CCEAR Cedidos cujos Direitos de Crédito foram cedidos ao Fundo contêm dispositivo contratual que permite às Distribuidoras Cedidas reduzirem a energia elétrica contratada da Cedente nas hipóteses de (i) exercício da opção, por determinados consumidores, denominados consumidores potencialmente livres (aqueles cuja demanda é igual ou maior que 3 MW em níveis de tensão iguais ou superiores a 69 kV ou, no caso de novos consumidores que entraram no mercado a partir de julho de 1995, aqueles cuja demanda é igual ou superior a 3 MW em qualquer nível de tensão) de escolha de novo fornecedor de energia elétrica; (ii) variações de mercado da respectiva Distribuidora Cedida, limitado à redução de 4% (quatro por cento) da energia elétrica contratada por ano; ou (iii) em razão de acréscimos na aquisição de energia elétrica por parte das Distribuidoras Cedidas decorrentes de contratos celebrados até 16 de março de 2004, observado o disposto na Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico. A redução da energia contratada deve ser precedida de mecanismo de compensação de sobras e déficits de energia no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, por meio do qual as Distribuidoras Cedidas poderão ceder a parcela da energia contratada que sofreu redução. Adicionalmente, os CCEAR Cedidos têm um mecanismo contratual, chamado sazonalização, que permite às Distribuidoras Cedidas determinar os montantes mensais de energia a ser consumida durante o ano numa variação de 15% (quinze por cento). Assim, caso a energia elétrica contratada no âmbito dos CCEAR Cedidos seja reduzida por uma ou mais Distribuidoras Cedidas, poderá haver uma redução de Direitos de Crédito a serem entregues ao Fundo, o que poderá comprometer a capacidade de pagamento do Fundo. Nesses casos, o Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos de Crédito sejam devidamente pagos pelas Distribuidoras Cedidas em montante suficiente para tanto, não havendo garantia de que as amortizações e o resgate ocorrerão integralmente nas datas programadas. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

(e) **Necessidade de Aporte de recursos para proceder à cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros.**

O Fundo somente poderá adotar e/ou manter os procedimentos judiciais ou extrajudiciais de cobrança dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros, uma vez ultrapassado o limite de seu patrimônio líquido, caso os Quotistas Seniores adiantem os valores necessários para a sua adoção e/ou manutenção. Dessa forma, havendo necessidade de cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros, os Quotistas poderão ser solicitados a aportar recursos ao Fundo, na forma prevista no Capítulo Dezenove, para assegurar a adoção e manutenção das medidas cabíveis para a salvaguarda de seus interesses. Caso quaisquer dos Quotistas não aportem os recursos suficientes para tanto, o Administrador não será responsável por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e por seus Quotistas em decorrência da não propositura ou manutenção de medidas judiciais e/ou



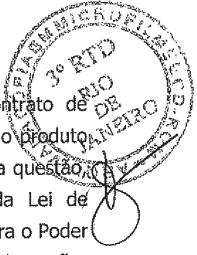
extrajudiciais necessárias à cobrança dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros ou à de salvaguarda de seus direitos e prerrogativas.



- (f) **Regularidade dos Direitos de Crédito.** O Custodiante realizará verificação periódica dos Direitos de Crédito com base em análise por amostragem. Mesmo após a realização dessa auditoria, a carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito.
- (g) **Riscos Operacionais** O envio das Faturas Mensais pela Cedente, o recebimento, pelo Agente de Recebimento, do pagamento dos Direitos de Crédito, a transferência dos Direitos de Crédito objeto da Cessão Incondicionada para o Fundo, a troca de informações a respeito da caracterização da inadimplência das Distribuidoras Cedidas e/ou dos Usuários da Rede Básica, dentre outras rotinas e procedimentos estabelecidos no Contrato de Cessão e no Regulamento, estão sujeitos a falhas operacionais nos mecanismos de comunicação entre a Cedente, o Custodiante, o Agente de Recebimento e o Administrador.
- (h) **Manutenção dos Documentos Comprobatórios pela Cedente.** A Cedente será a responsável pela guarda dos Documentos Comprobatórios, na qualidade de fiel depositária, nos termos do Contrato de Cessão. A guarda desses documentos pela Cedente pode representar uma limitação em uma eventual necessidade do Fundo ter que realizar a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito, caso estes não sejam pagos pontualmente pelas Distribuidoras Cedidas e/ou pelos Usuários da Rede Básica.
- (i) **Inexistência de jurisprudência consolidada acerca da validade da Cessão sob Condição Suspensiva dos Direitos Creditórios em caso de insolvência da Cedente.** A Cedente é uma sociedade de economia mista e não está sujeita à Lei nº. 11.101/05 ("Nova Lei de Falências"), nos termos de seu artigo 2º, inciso II. Não obstante esse fato, caso a Nova Lei de Falências venha, no futuro, a ser aplicada às sociedades de economia mista, o §1º do artigo 136 da Nova Lei de Falências estabelece que, na hipótese de securitização de créditos do devedor, não será declarada a ineficácia ou revogado o ato de cessão em prejuízo dos direitos dos titulares de valores mobiliários neles lastreados. Segundo a opinião dos assessores legais da Cedente e das Instituições Intermediárias, manifestada em pareceres escritos, tal regra se aplicaria aos Direitos Creditórios a serem cedidos ao Fundo. Contudo, como a cessão dos créditos ao Fundo tem por objeto recebíveis não performados, relativos à contraprestação por fornecimento de energia ainda não efetuado, e considerando, ademais, que não há jurisprudência sobre a aplicação da referida norma legal, os Quotistas devem analisar o risco de eventual contencioso judicial sobre a aplicação da referida norma aos recebíveis objeto de Cessão sob Condição Suspensiva ao Fundo.

22.04. Quanto aos riscos associados à Cedente e ao setor em que atua, que podem afetar a origem e a entrega dos Direitos de Crédito ao Fundo, destacam-se, de forma não taxativa:



- 
- (a) **Término Antecipado da Concessão.** No caso do término antecipado do Contrato de Concessão, foi considerado que o Fundo poderá manter o direito ao recebimento do produto da cobrança dos Direitos de Crédito. No entanto, a ANEEL, ao se manifestar sobre a questão, apresentou comentários nos quais reproduz o parágrafo 6º, do Artigo 38, da Lei de Concessões, que dispõe que, declarada a caducidade da concessão, não resultará para o Poder Concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou empregados da respectiva concessionária. Portanto, não há como garantir que, ocorrido o término antecipado da concessão da Cedente, o Fundo receberá o pagamento dos Direitos de Crédito.

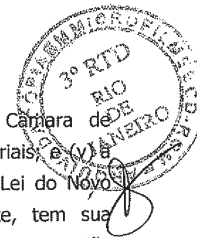
- (b) **Vinculação de direitos de crédito como garantia de obrigações assumidas pela Cedente.** Alguns dos contratos financeiros celebrados pela Cedente são garantidos por mecanismo de vinculação de receitas, que consiste na vinculação das receitas auferidas pela Cedente ao pagamento da dívida objeto do contrato. Tal mecanismo é operacionalizado por meio da outorga de procuração a uma instituição financeira por meio da qual a Cedente confere poderes à referida instituição para, em caso de não pagamento pela Cedente dos valores devidos nos termos dos referidos contratos, acessar as contas da Cedente, transferindo os recursos nelas disponíveis para o credor respectivo, até o cumprimento total da obrigação devida. Dessa forma, caso a Cedente venha a atrasar ou deixar de pagar qualquer valor devidos aos credores nos termos dos contratos ora referidos, as instituições financeiras que possuem procuração da Cedente, dentre as quais está o Administrador, poderão direcionar o pagamento proveniente de direitos de crédito oriundos da venda de energia elétrica ou da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica para o pagamento de credores, o que poderá afetar a entrega de Direitos de Crédito ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão.

- (c) **A Cedente atua no mercado brasileiro, estando sujeita, portanto, aos efeitos da política econômica do Governo Federal.** Ocasionalmente, o Governo Federal intervém na economia realizando mudanças drásticas e repentinas em suas políticas. Medidas do Governo Brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária têm envolvido, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, controle de tarifas, controles no consumo de eletricidade, alteração na política fiscal e tributária, dentre outras. Tais medidas podem impactar os negócios da Cedente e/ou das Distribuidoras Cedidas, bem como sua condição financeira, seus resultados operacionais e a originação e entrega dos Direitos de Crédito ao Fundo.

- (d) **A Cedente atua no setor elétrico brasileiro, o qual vem sendo reestruturado pelo Governo Federal. Os efeitos do novo modelo do setor elétrico para as empresas sujeitas às suas regras, como a Cedente, ainda são incertos.** Em 15 de março de 2004, foi promulgada a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico que promoveu profundas modificações na atual estrutura do setor elétrico, dentre as quais (i) a alteração das regras sobre a compra e venda de energia elétrica entre as empresas geradoras de energia e as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica; (ii) novas



regras para licitação de empreendimentos de geração; (iii) a criação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; (iv) a criação de novos órgãos setoriais; e (v) a alteração nas competências do Ministério de Minas e Energia e da ANEEL. A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico continua sujeita a regulamentação, e, atualmente, tem sua constitucionalidade contestada perante o Supremo Tribunal Federal, por meio das ADINs. Não existe ainda uma decisão sobre este mérito. Na data deste Prospecto, não é possível se prever os eventuais possíveis efeitos adversos da regulamentação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico e do resultado do julgamento das ADINs no setor em que a Cedente atua e no cumprimento das obrigações da Cedente para com as Distribuidoras Cedidas, bem como na originação e entrega dos Direitos de Crédito ao Fundo.



- (e) **A geração de energia elétrica pela Cedente depende de condições hidrológicas favoráveis.** O setor elétrico brasileiro, muito concentrado em geração hidráulica de energia, enfrenta uma restrição natural à sua capacidade de geração. As usinas hidrelétricas não podem gerar energia além da capacidade possibilitada pelos recursos hídricos do País. Chuvas escassas, enchentes ou qualquer outro fator natural podem causar impacto na capacidade geradora da Cedente e das demais empresas geradoras de energia elétrica, aumentando ou reduzindo o nível de seus reservatórios. A limitação à capacidade de geração de energia elétrica pela Cedente poderá ter impacto negativo sobre os seus resultados e condição financeira e no cumprimento das obrigações da Cedente para com as Distribuidoras Cedidas, o que pode comprometer a originação e entrega dos Direitos de Crédito ao Fundo.
- (f) **O impacto de uma escassez e/ou racionamento de energia elétrica, como ocorrido em 2001 e 2002, poderá afetar de maneira adversa a geração de energia elétrica pela Cedente.** Em junho de 2001, devido à escassez de energia elétrica no mercado brasileiro, que poderia se agravar durante o período de inverno por falta de chuvas, o Governo Federal implementou um programa de racionamento. As medidas adotadas incluíam a suspensão do fornecimento de energia para fins ornamentais e de propaganda e para realização de eventos esportivos noturnos, regimes especiais de tarifação, o estabelecimento de metas de consumo e multas, além da possibilidade de corte no fornecimento caso os limites estabelecidos não fossem atendidos. Em fevereiro de 2002, o Governo Federal decidiu pelo fim do racionamento de energia elétrica. Com o fim do racionamento, os níveis de consumo de energia elétrica aumentaram, mas não voltaram aos patamares observados antes do racionamento. Adicionalmente, o nível de água dos reservatórios pode abaixar novamente, obrigando o Governo Federal a tomar novas medidas para redução do consumo de energia, que poderiam ter um impacto negativo na economia brasileira. Alguns analistas do setor acreditam que o nível dos investimentos direcionados para o setor de energia elétrica não seja o suficiente para acompanhar o crescimento econômico do Brasil e prevêm a possibilidade de nova crise do setor para o ano de 2007. Caso as projeções de consumo de energia elétrica feitas pelas Distribuidoras Cedidas quando da contratação dos CCEAR Cedidos não se verifiquem corretas ou caso novas medidas de redução de consumo de energia elétrica venham a ser impostas ao setor elétrico, a geração de receita operacional e a capacidade de originação dos Direitos de Crédito da Cedente poderão ser negativamente afetados.



- (g) **A Cedente, na qualidade de concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, está sujeita à regulação e à fiscalização da ANEEL, a qual pode impor sanções em caso de descumprimento dos contratos de concessão ou da Lei de Concessões, e, dependendo da gravidade do descumprimento, a caducidade da respectiva concessão.**

A ANEEL pode impor penalidades à Cedente caso esta deixe de cumprir com qualquer disposição da Lei de Concessões. Dependendo da gravidade do descumprimento, as penalidades aplicáveis incluem: (i) advertências; (ii) multas, sendo que cada multa está limitada a, no máximo, 2,0% da receita da Cedente no exercício encerrado imediatamente antes da data da respectiva infração; (iii) embargo à construção de novas instalações e equipamentos; (iv) restrições à operação das instalações e equipamentos existentes; (v) suspensão temporária de participação em processos licitatórios de novas concessões; (vi) intervenção da ANEEL; e (vii) extinção da concessão por caducidade. Ademais, o Poder Concedente detém poderes para extinguir qualquer das concessões da Cedente antes do final de seu prazo, no caso de falência ou liquidação da Cedente, ou por meio de encampação. A Cedente, o Administrador, ou qualquer de suas Partes Relacionadas, não podem garantir que a Cedente não será penalizada pela ANEEL por descumprimentos dos contratos de concessão ou que as concessões de que a Cedente é titular não serão extintas no futuro. A indenização a que a Cedente tem direito na ocorrência de eventual extinção da concessão pode não ser suficiente para recuperar o valor integral de certos ativos. Caso qualquer das concessões da Cedente seja rescindida em virtude de descumprimento das obrigações da Cedente, o valor efetivo de compensação pelo Poder Concedente pode ser reduzido de maneira significativa por meio da imposição de multas ou outras penalidades. Por conseguinte, a imposição de multas ou penalidades à Cedente, ou a extinção de qualquer de suas concessões, pode afetar negativamente a originação e entrega dos Direitos de Crédito ao Fundo.

- (h) **Os equipamentos, instalações e operações da Cedente estão sujeitos à regulamentação ambiental, no âmbito federal, estadual e municipal, que poderá se tornar mais rigorosa no futuro, podendo acarretar aumento de responsabilidade e aumento de despesa de capital.** As atividades e instalações da Cedente estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como a diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. Leis ou regulamentos adicionais mais rigorosos poderão ser aprovados e a aplicação, assim como a interpretação da legislação vigente, poderá tornar-se mais severa. Além disso, os órgãos ambientais poderão fazer exigências adicionais com relação às operações da Cedente, obrigando-a a despendar recursos em investimentos relacionados a questões ambientais, aumentando, assim, as despesas e, conseqüentemente, reduzindo o resultado da Cedente. As penalidades que poderiam ser impostas à Cedente, no âmbito ambiental, podem ser tanto de cunho reparatório quanto indenizatório, não sendo possível mensurar qual seria o exato custo, para a Cedente, no caso de atuação de caráter ambiental. Adicionalmente, eventual impossibilidade de a Cedente operar suas usinas em virtude de atuações ambientais poderá comprometer a originação e a entrega de Direitos de Crédito ao Fundo.





- (i) **Impenhorabilidade de Ativos da Cedente.** Os bens da Cedente essenciais à prestação de serviços de geração e distribuição de energia elétrica não podem ser objeto de penhora ou execução extrajudicial. Assim, em caso de inadimplemento da Cedente com relação às obrigações previstas neste Regulamento e no Contrato de Cessão, esses bens da Cedente não poderão ser utilizados para pagamento ao Fundo e aos quotistas das penalidades pecuniárias e da indenização advindas do inadimplemento.

22.05. Devem ser considerados os seguintes riscos:

- (a) **Propriedade das Quotas e não dos Direitos de Crédito.** Apesar de a Carteira do Fundo ser constituída, predominantemente, pelos Direitos de Crédito, a propriedade das Quotas não confere aos Quotistas propriedade direta sobre os Direitos de Crédito. Os direitos dos Quotistas são exercidos sobre todos os ativos da Carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Quotas possuídas.
- (b) **Emissão de Novas Quotas Subordinadas e diluição.** Em determinadas situações previstas neste Regulamento, o Administrador poderá realizar diversas emissões de Novas Quotas Subordinadas sem a emissão de Novas Quotas Seniores, para fins de enquadramento da Razão de Garantia ou os critérios de composição e diversificação da Carteira do Fundo. Por conta desse fato, o patrimônio líquido do Fundo poderá vir a ser representado por uma quantidade maior de Quotas Subordinadas do que Quotas Seniores. Nesta hipótese, poderá haver uma diluição dos quotistas titulares de Quotas Seniores no patrimônio do Fundo.
- (c) **Ausência de Garantia.** As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia da Cedente, do Administrador, do Custodiante ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer perda total do capital investido pelos Quotistas.

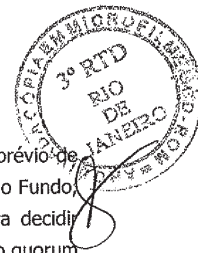
CAPÍTULO VINTE E TRÊS – DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO

Da Administração do Fundo

23.01. - O Fundo será administrado pela UBS PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, 501, 5º Andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 59.281.253/0001-23 ("Administrador"), neste ato representado na forma do seu Estatuto Social, devidamente autorizada a administrar fundos de investimento pela CVM.

23.02. - Observadas a regulamentação em vigor e as limitações deste Regulamento, o Administrador tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos direitos de crédito, demais ativos financeiros e modalidades operacionais que integrem a Carteira do Fundo.





23.03. - O Administrador, por meio de carta com aviso de recebimento, sempre com aviso prévio de 30 (trinta) dias endereçado a cada Quotista, pode renunciar à administração e/ou à gestão do Fundo, desde que o Administrador convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral de Quotistas para decidir sobre a sua substituição ou sobre a liquidação antecipada do Fundo, devendo ser observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Onze acima.

23.03.01 - Na hipótese de o Administrador renunciar às suas funções e a Assembléia Geral de Quotistas de que trata o item acima (i) não nomear instituição administradora habilitada para substituir o Administrador ou (ii) não obtiver quorum suficiente, observado o disposto no Capítulo Onze acima, para deliberar sobre a substituição do Administrador ou a liquidação do Fundo, o Administrador procederá à liquidação automática do Fundo, no prazo máximo de 40 (quarenta) dias, observado, se for o caso, o disposto no Capítulo Treze acima.

23.03.02. - Na hipótese de renúncia do Administrador e nomeação de nova instituição administradora em Assembléia Geral de Quotistas, o Administrador continuará obrigado a prestar os serviços de administração e gestão do Fundo até que a nova instituição administradora venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de realização da respectiva Assembléia Geral de Quotistas.

23.03.03. - Caso a nova instituição administradora nomeada nos termos do subitem 23.03.02. acima não substitua o Administrador dentro do prazo de 30 (trinta) dias corridos mencionado acima, o Administrador procederá à liquidação automática do Fundo até o 40º (quadragésimo) dia corrido contado da data de realização da Assembléia Geral de Quotistas que nomear a nova instituição administradora, devendo ser observado, se for o caso, o disposto no Capítulo Treze acima.

Da Custódia e Controladoria do Fundo

23.04. - Para a prestação dos serviços (i) de escrituração das Quotas do Fundo e (ii) de custódia e controle dos ativos integrantes da Carteira do Fundo, de forma a cumprir com o artigo 38 da Instrução CVM nº. 356/2001, o Fundo contratou o DEUTSCHE BANK S.A. - BANCO ALEMÃO, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Alexandre Dumas, nº. 2.200, 1º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 62.331.228/0001-11], (o "Custodiante").

23.05. O Custodiante prestará os serviços (i) de escrituração das Quotas do Fundo e (ii) de custódia e controle dos ativos integrantes da Carteira do Fundo, de forma a cumprir com o artigo 38 da Instrução CVM nº. 356/2001 nos termos do Contrato de Custódia.



Do Agente de Recebimento



23.06. Para a prestação de serviços de agente de recebimento, o Fundo e a Cedente contrataram o agente de recebimento do FIDC CEEE, o BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Capitão Montanha, nº. 177, inscrita no CNPJ/MF sob nº 92.702.067/0001-96, que ficará responsável pelo recebimento dos Direitos de Crédito e repasse do produto destes ao Fundo ("Agente de Recebimento").

CAPÍTULO VINTE E QUATRO – DA REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR

24.01. - Pela administração e gestão do Fundo, o Administrador receberá taxa de administração mensal, que deverá ser paga até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao dos serviços prestados.

24.01.01. A taxa de administração devida mensalmente ao Administrador será apurada conforme a seguinte fórmula:

$$TA = \left(X \times \frac{1}{252} \times PL_{(D-1)} \right), \text{ onde,}$$

TA = Taxa de Administração, calculada todo dia útil;

X = percentual anual fixo, correspondente a 0,30% (trinta centésimos por cento); e

$PL_{(D-1)}$ = PL do Fundo no dia útil anterior à data do cálculo.

24.01.02. O Administrador não receberá taxa de desempenho, taxa de ingresso e/ou saída.

24.01.03 - A remuneração acima não inclui as despesas previstas no Capítulo XIX abaixo, a serem debitadas do Fundo pelo Administrador.

24.01.04 – O Administrador pode estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração acima fixada.

CAPÍTULO VINTE E CINCO – DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

25.01. - O Administrador divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir aos Quotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influenciar as decisões dos Quotistas quanto à permanência no mesmo ou, no caso de potenciais investidores, quanto à aquisição de Quotas do Fundo.



25.02. - Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao Fundo, considera-se fato relevante a alteração da classificação de risco das Quotas Seniores do Fundo.



25.03. - A divulgação de informações de que trata o item 25.01. acima será feita no jornal utilizado para veicular as informações relativas ao Fundo, devendo todos os documentos e informações correspondentes ser remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação. Tal divulgação será feita sempre no mesmo periódico e qualquer alteração deverá ser precedida de aviso aos Quotistas.

25.04. - O Administrador colocará à disposição dos Quotistas, em sua sede e nas instituições que coloquem Quotas do Fundo, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, as seguintes informações, além de outras exigidas nos termos deste Regulamento e da regulamentação aplicável: (i) o número de Quotas de propriedade de cada Quotista e o respectivo valor; (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referirem; e (iii) dados acerca do comportamento da Carteira, abrangendo discussão quanto ao desempenho obtido e o esperado.

25.05. - O Administrador deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de quaisquer interessados que as solicitarem em sua sede social, observados os seguintes prazos máximos:

- (i) 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- (ii) 60 (sessenta) dias após o encerramento do exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

CAPÍTULO VINTE E SEIS – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.01. A utilização da denominação “CEEE III-GT” na denominação do Fundo é baseada exclusivamente na origem dos Direitos de Crédito que poderão compor a Carteira, conforme estabelecido nas Cláusulas Três e Quatro acima, e não na participação e/ou na assunção de responsabilidade pela Cedente e/ou por seus controladores pelas operações do Fundo. A aquisição, pela Cedente, de Quotas Subordinadas do Fundo, nos termos e condições descritos no Compromisso de Subscrição e/ou as obrigações assumidas pela Cedente nos termos do Contrato de Cessão, Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores, Contrato de Depósito e Contrato de Custódia (conforme definidos neste Regulamento) não representam responsabilidade da Cedente e/ou de seus controladores pelas operações do Fundo e/ou, ainda, garantia de rentabilidade para os titulares de Quotas do Fundo.

26.02. - Para fins do disposto neste Regulamento, considera-se o correio eletrônico como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre o Administrador, o Custodiante, a Cedente e os Quotistas.



26.02.01. A divulgação de informações do Fundo será feita no Jornal do Comércio do Estado do Rio Grande do Sul].

26.03. - Para efeitos do disposto neste Regulamento, entende-se por dia útil qualquer dia que não seja sábado, domingo ou dia declarado como feriados de âmbito nacional ou ainda dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Caso as datas em que venham a ocorrer eventos nos termos deste Regulamento não forem dia útil, conforme definição deste item, considerar-se-á como a data do referido evento o dia útil imediatamente seguinte.

26.04. - Para maiores informações sobre a Cedente e os Direitos de Crédito, Prospecto do Fundo ("Prospecto"), que descreve as atividades da Cedente, bem como os principais procedimentos envolvendo a origem, formalização e cobrança dos Direitos de Crédito que podem ser integrantes da Carteira do Fundo.

26.05. - Fica eleito o Foro da Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, para dirimir e resolver todas as questões e dúvidas oriundas do presente Regulamento e que envolvam o Fundo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Rio de Janeiro, 22 de outubro de 2007.


UBS PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM
Instituição Administradora

RECEBIMOS DE VULOS E DOCUMENTOS
30/10/07
22 OUT 2007
883040
ARQUIVADO EM PROTOCOLO
R0 DE JANEIRO - CAPITAL - RJ



Anexo I ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE III-GT

Listagem das Distribuidoras Cedidas e Respetivos CCEAR Cedidos (acompanhados dos respectivos instrumentos de garantia)


I. CCEAR Cedidos – Produto 2006/2013

1. Distribuidora:	Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina – Cataguazes	
Dados do CCEAR:	Nº. 359/2004 8613S	
Assinatura:	17/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%	Carta de fiança emitida pelo Banco BVA S.A. ("Banco BVA") em 20 de dezembro de 2005.
	<u>Conta Centralizadora</u>	Valor da fiança: R\$ 3.870,64.
	Cooperativa de Crédito de Muriaé - CRIDMUR Agência 0314-6 C/C 105-4	Vigência: 20 de dezembro de 2005 a 20 de dezembro de 2006.
	<u>Conta Especial</u> Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") Agência 0895-8 C/C 76.202-4 Despacho ANEEL nº 1.096 de 30 de Agosto de 2005.	

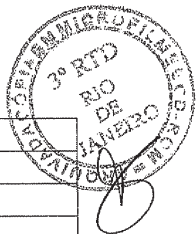
2. Distribuidora:	S.A. de Eletrificação da Paraíba – SAELPA	
Dados do CCEAR:	Nº. 374/2004 8628S	
Assinatura:	15/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DE OFÍCIO
22 OUT 2004
883040



	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%	 <p>Carta de fiança emitida pelo Banco BVA em 20 de dezembro de 2005. Valor da fiança: R\$ 24.446,18. Vigência: 20 de dezembro de 2005 a 20 de dezembro de 2006.</p>
	<u>Contas Centralizadoras</u>	
	Caixa Econômica Federal Agência 0037-3, C/C 2.011-3	
	Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil") Agência 4362-1 C/C 2.447-3	
	<u>Conta Especial</u>	
	Banco Bradesco Agência 0895-8 C/C 76.168-0	
	[Pendente Ofício ou Despacho Aneel]	

3. Distribuidora:	Companhia Piratininga de Força e Luz S/A – CPFL Piratininga	
Dados do CCEAR:	Nº. 373/2004 8627S	
Assinatura:	20/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%	Carta de fiança emitida pelo Banco Alfa de Investimento S.A. ("Banco Alfa") em 29 de agosto de 2005.
	<u>Conta Centralizadora</u>	Valor da fiança: R\$ 12.834,24.
	Banco Bradesco Agência 0895-8, C/C 76.189-3	Vigência: 01 de janeiro de 2006 a 31 de outubro de 2006.
	<u>Conta Especial</u>	
	Banco Bradesco Agência 0895-8 C/C 76.191-5	
	Despacho ANEEL nº 1.225 de 16 de setembro de 2005.	

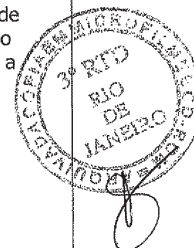


4. Distribuidora:	Companhia Paulista de Força e Luz S/A – CPFL Paulista	
Dados do CCEAR:	Nº. 364/2004 8618S	
Assinatura:	20/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%	Carta de fiança emitida pelo Banco Alfa em 29 de agosto de 2005.
	<u>Conta Centralizadora</u>	Valor da fiança: R\$ 40.743,63.
	Banco Bradesco Agência 0895-8 C/C 76.186-9	Vigência: 01 de janeiro de 2006 a 30 de abril de 2007.
	<u>Conta Especial</u> Banco Bradesco Agência 0895-8 C/C 76.188-5 Despacho ANEEL nº 1.184 de 9 de setembro de 2005.	

5. Distribuidora:	Companhia Energética do Ceará – COELCE	
Dados do CCEAR:	Nº. 361/2004 8615S	
Assinatura:	17/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

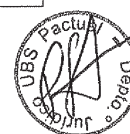


	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%	CDB emitido pelo BEC no valor de R\$ 2.981.962,17 em favor de diversas empresas, cabendo especificamente a Cedente a quantia de R\$69.974,14.
	<u>Contas Centralizadoras</u>	
	Banco do Estado do Ceará - BEC Agência 084, C/C 730.100-6	
	<u>Conta Especial</u>	
	Banco do Estado do Ceará - BEC Agência 084, C/C 730.126-0	
	Despacho ANEEL nº 1.093 de 29 de agosto de 2005.	



6. Distribuidora:	COPEL Distribuição S.A. – COPEL	
Dados do CCEAR:	Nº. 362/2004 8616S	
Assinatura:	22/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%	CDB emitido pelo Banco do Brasil em 26 de agosto de 2005, no valor de R\$87.000,00 em favor da Cedente, com vencimento estipulado para 08 de agosto de 2008.
	<u>Conta Centralizadora</u>	
	Banco do Brasil Agência Corporate 3306-5 C/C 11.500-2	
	<u>Conta Especial</u>	
	Banco do Brasil Agência 3306-5 C/C 11.500-2	
	Despacho ANEEL nº 1.617 de 20 de outubro de 2005.	

7. Distribuidora:	Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN
Dados do CCEAR:	Nº. 363/2004 8617S
Assinatura:	23/12/2004




Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
		Carta de fiança emitida pelo Banco do Brasil S.A. em 17 de outubro de 2005. Valor da fiança: R\$ 36.145,49. Vigência: 01 de janeiro de 2006 a 31 de dezembro de 2006.



8. Distribuidora:	Companhia Luz e Força Santa Cruz – CLFSC	
Dados do CCEAR:	Nº. 375/2004 8629S	
Assinatura:	21/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
		Carta de fiança emitida pelo Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. em 18 de agosto de 2005. Valor da fiança: R\$ 29.946,56. Vigência: 01 de janeiro de 2006 a 01 de janeiro de 2007.

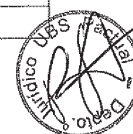
9. Distribuidora:	Companhia Nacional de Energia Elétrica – CNEE	
Dados do CCEAR:	Nº. 372/2004 8626S	
Assinatura:	22/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar



	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%	
	<u>Conta Centralizadora</u>	
	Banco Bradesco Agência 0895-8 C/C 76.159-1	
	<u>Conta Especial</u>	
	Banco Bradesco Agência 0895-8 C/C 76.161-3	
	Despacho ANEEL nº 1.133 de 05 de setembro de 2005.	

10. Distribuidora:	Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG	
Dados do CCEAR:	Nº. 357/2004 8611S	
Assinatura:	23/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%	
	<u>Conta Centralizadora</u>	
	Banco Bradesco Agência 0895-8 C/C 76.229-6	
	<u>Conta Especial</u>	
	Banco Bradesco Agência 0895-8 C/C 76.232-6	
	Despacho ANEEL nº 1.415 de 4 de outubro de 2005.	

11. Distribuidora:	Bandeirante Energia S.A. – Bandeirante
Dados do CCEAR:	Nº. 343/2004 8597S



Assinatura:	16/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%	Carta de fiança emitida pelo Banco do Brasil em 02 de setembro de 2005.
	<u>Conta Centralizadora</u>	Valor da fiança: R\$ 68.408,55.
	Banco do Brasil Agência 1893-7 C/C 2600-X	Vigência: 01 de janeiro de 2006 a 31 de dezembro de 2006.
	<u>Conta Especial</u>	
	Banco do Brasil Agência 1893-7 C/C 2601-8	
	Despacho ANEEL nº 1.183 de 9 de setembro de 2005.	



12. Distribuidora:	Companhia Energética de Pernambuco – CELPE	
Dados do CCEAR:	Nº. 353/2004 8607S	
Assinatura:	17/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
		Carta de fiança emitida pelo Banco do Brasil em 17 de outubro de 2005. Valor da fiança: R\$ 77.087,36. Vigência: 01 de janeiro de 2006 a 31 de dezembro de 2006.

13. Distribuidora:	Companhia Energética do Piauí – CEPISA	
Dados do CCEAR:	Nº. 358/2004 8612S	
Assinatura:	15/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar



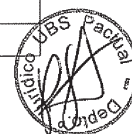
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%	
	Conta Centralizadora	
	Banco do Brasil S.A. Agência 3791-5 C/C 15.665-5	
	Ofício nº 2362/2004-SFF/ANEEL	



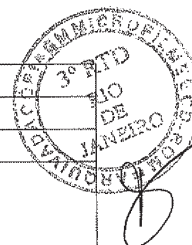
14. Distribuidora:	Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL	
Dados do CCEAR:	Nº. 369/2004 8623S	
Assinatura:	16/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%	
	Conta Centralizadora Banco Bradesco Agência 0895-8 C/C 76.121-4 Despacho ANEEL nº 1.623 de 20 de outubro de 2005.	

15. Distribuidora:	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA	
Dados do CCEAR:	Nº. 360/2004 8614S	
Assinatura:	17/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
		Carta de fiança emitida pelo Banco do Brasil em 17 de outubro de 2005. Valor da fiança: R\$ 89.278,77. Vigência: 01 de janeiro de 2006 a 31 de dezembro de 2006.

16. Distribuidora:	Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. – ESCELSA	
Dados do CCEAR:	Nº. 370/2004 8624S	



Assinatura:	16/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%	
	<u>Conta Centralizadora</u>	
	Banco Bradesco Agência 0895-8 C/C 76.118-4	
	<u>Conta Especial</u> Banco Bradesco Agência 0895-8 C/C 76.120-6 Despacho ANEEL nº 1.181 de 9 de setembro de 2005.	



17. Distribuidora:	Empresa Energética de Sergipe S.A. – ENERGIZE	
Dados do CCEAR:	Nº. 368/2004 8622S	
Assinatura:	14/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%	
	<u>Conta Centralizadora</u>	
	Caixa Econômica Federal Agência 0059 C/C 049-0	
	<u>Conta Especial</u> Banco Bradesco Agência 0895-8 C/C 76.205-9 Despacho ANEEL nº 1.116 de 31 de agosto de 2005.	



18. Distribuidora:	Elektro Eletricidade e Serviços S.A. – Elektro	
Dados do CCEAR:	Nº. 366/2004 8620S	
Assinatura:	10/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%	
	<u>Conta Centralizadora</u>	
	Banco do Estado de São Paulo S.A. – BANESPA ("Banespa") Agência 0154 C/C 1300750	
	<u>Conta Especial</u>	
	Banespa Agência 0154 C/C 1300750	
	Anuência da ANEEL encontra-se pendente.	



19. Distribuidora:	Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. – EEVP	
Dados do CCEAR:	Nº. 365/2004 8619S	
Assinatura:	22/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar



	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%	
	<u>Conta Centralizadora</u>	
	Banco Bradesco Agência 0895-8 C/C 76.153-2	
	<u>Conta Especial</u>	
	Banco Bradesco Agência 0895-8 C/C 76.155-9	
	Despacho ANEEL nº 1.137 de 5 de setembro de 2005.	

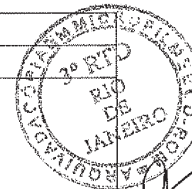


20. Distribuidora:	Empresa Elétrica Bragantina S.A. – EBB	
Dados do CCEAR:	Nº. 344/2004 8598S	
Assinatura:	22/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%	
	<u>Conta Centralizadora</u>	
	Banco Bradesco Agência 0895-8 C/C 76.156-7	
	<u>Conta Especial</u>	
	Banco Bradesco Agência 0895-8 C/C 76.158-3	
	Despacho ANEEL nº 1.136 de 5 de setembro de 2005.	

21. Distribuidora:	Companhia Energética do Maranhão – CEMAR
Dados do CCEAR:	Nº. 355/2004 8609S
Assinatura:	20/12/2004

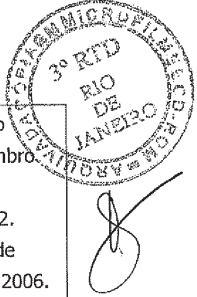


Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%	
	<u>Contas Centralizadoras</u>	
	Banco Bradesco Agência 0895-8 C/C 76.192-3	
	Caixa Econômica Federal Agência 1577 C/C 888-0	
	<u>Conta Especial</u>	
	Banco Bradesco Agência 0895-8 C/C 76.195-8	
	Despacho ANEEL nº 1.671 de 25 de outubro de 2005.	



22. Distribuidora:	Companhia Energética da Borborema – CELB	
Dados do CCEAR:	Nº. 349/2004 8603S	
Assinatura:	15/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar



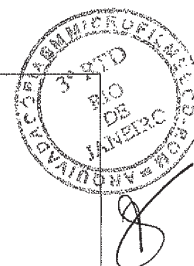
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%	
	<u>Conta Centralizadora</u>	
	Banco Bradesco Agência 0895-8 C/C 76.225-3	
	<u>Conta Especial</u>	
	Banco Bradesco Agência 0895-8 C/C 76.228-8	
	Despacho ANEEL nº 1.135 de 5 de setembro de 2005.	
		Carta de fiança emitida pelo Banco BVA em 20 de dezembro de 2005. Valor da fiança: R\$ 4.685,52. Vigência: 20 de dezembro de 2005 a 20 de dezembro de 2006.

23. Distribuidora:	Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro – CERJ	
Dados do CCEAR:	Nº. 342/2004 8596S	
Assinatura:	17/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
		Carta de fiança emitida pelo Banco Safra S.A. em 26 de agosto de 2005.
		Valor da fiança: R\$ 360.523,23. Vigência: 15 de fevereiro de 2006 a 15 de fevereiro de 2007.

24. Distribuidora:	Companhia Energética de Alagoas – CEAL	
Dados do CCEAR:	Nº. 346/2004 8600S	
Assinatura:	30/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar



	<p>CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%</p> <p><u>Conta Centralizadora</u></p> <p>Não consta do CCG.</p> <p><u>Conta Especial</u></p> <p>Banco do Brasil Agência 4363-X C/C 5.013-X</p> <p>Anuência da ANEEL encontra-se pendente.</p>	
--	--	--



Anexo II ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE III-GT

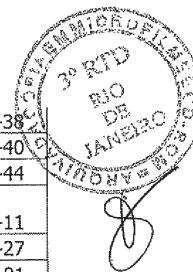
Listagem dos Usuários Cedidos e Contratos de Transmissão Cedidos

I. Usuários da Rede Básica

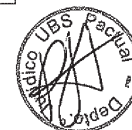
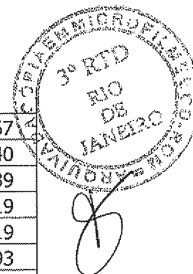
ONS	Nome do Usuário	CNPJ
2001	AES-SUL DISTRIBUIDORA GAÚCHA DE ENERGIA S.A .	02.016.440/0001-62
2002	BANDEIRANTE ENERGIA S.A .	02.302.100/0001-06
2003	EMPRESA ELÉTRICA BRAGANTINA S/A	60.942.281/0001-23
2004	CAIUÁ DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S/A	07.282.377/0001-20
2005	COMPANHIA FORÇA E LUZ CATAGUAZES-LEOPOLDINA	19.527.639/0001-58
2006	CBA - COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO	61.409.892/0001-73
2007	CEAL - COMPANHIA ENERGÉTICA DE ALAGOAS	12.272.084/0001-00
2008	CEB - COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRÁSILIA	00.070.698/0001-11
2009	COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D	92.715.812/0001-31
2010	CELB - COMPANHIA ENERGÉTICA DE BORBOREMA	08.826.596/0001-95
2011	CELESC - CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A .	83.878.892/0001-55
2012	CELG - COMPANHIA ENERGÉTICA DE GOIÁS	01.543.032/0001-04
2013	CELPA - CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ	04.895.728/0001-80
2014	CELPE - COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO	10.835.932/0001-08
2015	CELTINS CO - COMPANHIA DE ENERGIA ELÉTRICA DO ESTADO DO TOCANTINS	25.086.034/0001-71
2016	CELTINS NN - COMPANHIA DE ENERGIA ELÉTRICA DO ESTADO DO TOCANTINS	25.086.034/0001-71
2017	COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR	06.272.793/0001-84
2018	CEMAT- CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSE S.A .	03.467.321/0001-99
2019	CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A .	06.981.180/0001-16
2020	CEPISA - COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ	06.840.748/0001-89
2021	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.	33.050.071/0001-58
2022	CESP - COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO	60.933.603/0001-78
2023	COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF	33.541.368/0001-16
2025	COELBA - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA	15.139.629/0001-94
2026	COELCE - COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ	07.047.251/0001-70
2027	COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.	04.368.898/0001-06
2028	COSERN - COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81
2030	COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ	33.050.196/0001-88
2032	DME-DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ELETRICIDADE DE POÇOS DE CALDAS	23.664.303/0001-04
2033	ELEKTRO - ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A .	02.328.280/0001-97
2035	ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A .	61.695.227/0001-93
2036	ENERGIPE - EMPRESA ENERGÉTICA DE SERGIPE	13.017.462/0001-63
2037	ENERSUL-EMPRESA ENERGÉTICA DO MATO GROSSO DO SUL S.A	15.413.826/0001-50
2038	ESCELSA - ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S.A .	28.152.650/0001-71
2039	FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A .	23.274.194/0001-19
2040	LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A .	60.444.437/0001-46
2041	COMPANHIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA	61.416.244/0001-44
2042	COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ	04.172.213/0001-51



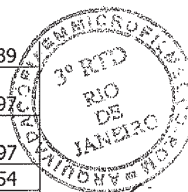
2043	RGE - RIO GRANDE ENERGIA S.A .	02.016.439/0001-38
2044	SAELPA - SOC. ANÔNIMA DE ELETRIFICAÇÃO DA PARAÍBA	09.095.183/0001-40
2045	COMPANHIA LUZ E FORÇA SANTA CRUZ	61.116.265/0001-44
2046	EMPRESA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA VALE PARANAPANEMA S/A	07.297.359/0001-11
3001	AES TIETÊ S.A .	02.998.609/0001-27
3003	ALCOA ALUMÍNIO S. A . (CONS. MACH)	23.637.697/0001-01
3004	CIA. SIDERÚRGICA BELGO MINEIRA (CONS. GUILMAN AMORIM)	24.315.012/0005-05
3005	CAMARGO CORRÊA CIMENTOS S. A . (CONS.MACH)	62.258.884/0001-36
3006	CBA - COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - CANOAS	61.409.892/0001-73
3007	COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - CBA (CONS.MACH)	61.409.892/0001-73
3008	COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - CBA - UHE PIRAJÚ	61.409.892/0001-73
3009	CEB LAJEADO S.A . - CEBLAJEADO	03.677.638/0001-50
3010	COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-G	92.715.812/0003-01
3011	COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-DONA FRANCISCA	92.715.812/0003-01
3012	COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE(CONS. MACH)	92.715.812/0003-01
3013	CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA - CELESC (CONS.MACH)	83.878.892/0001-55
3014	COMPANHIA ENERGÉTICA MERIDIONAL - CEM	02.201.268/0001-17
3015	CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A .	06.981.176/0001-58
3016	CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A . - (CONS. FUNIL)	06.981.176/0001-58
3017	CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A . - (CONS. IGARAPAVA)	06.981.176/0001-58
3018	CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A . - (PORTO ESTRELA)	06.981.176/0001-58
3019	COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO - CESP-G	60.933.603/0001-78
3020	COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO - CESP-(UHE PORTO PRIMAVERA)	60.933.603/0001-78
3021	COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA	02.016.507/0001-69
3022	COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF - G	33.541.368/0001-16
3023	CINCO ESTRELAS AGROPECUÁRIA E PARTICIPAÇÃO LTDA	01.360.601/0001-78
3024	COMPANHIA MINEIRA DE METAIS - (CONS.IGARAPAVA)	17.177.999/0004-94
3025	COPEL GERAÇÃO S.A.	04.370.282/0001-70
3026	COPEL GERAÇÃO S.A.	04.370.282/0001-70
3027	CIA. TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS	22.677.520/0001-76
3028	CPFL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A .	03.435.172/0001-86
3029	CSN - COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL (CONS. IGARAPAVA)	33.042.730/0001-04
3030	CVRD - COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - AHE FUNIL	33.592.510/0001-54
3031	CVRD - COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - (CONS. IGARAPAVA)	33.592.510/0001-54
3032	CVRD - COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - PORTO ESTRELA	33.592.510/0001-54
3033	DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S/A - DFESA	02.832.860/0003-89
3034	DME - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ELETRICIDADE DE POÇOS DE CALDAS - (CONS.MACH)	23.664.303/0001-04
3035	DUKE ENERGY INTERNATIONAL GERAÇÃO PARANAPANEMA S.A .	02.998.301/0001-81
3036	DUKE ENERGY INTERNATIONAL GERAÇÃO PARANAPANEMA S.A .- CANOAS	02.998.301/0001-81
3037	EDP LAJEADO ENERGIA S.A .	03.491.591/0001-35
3038	EL PASO RIO CLARO LTDA	02.290.787/0002-80
3039	ELETRONORTE-G - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO	00.357.038/0001-16



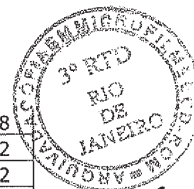
	BRASIL S.A .	
3040	ELETRÓBRAS TERMONUCLEAR S.A . - ELETRONUCLEAR	42.540.211/0001-67
3041	ENERGEST S/A	04.029.601/0003-40
3042	FAFEN ENERGIA S. A .	04.298.015/0001-39
3043	FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A . - (G)	23.274.194/0001-19
3044	FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A . - (APM MANSO)	23.274.194/0001-19
3045	INVESTCO S.A .	00.644.907/0001-93
3046	ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A .	02.397.080/0001-96
3047	ITÁ ENERGÉTICA S. A - ITASA	01.355.994/0002-02
3048	ITIQUEIRA ENERGÉTICA S/A - UHE ITIQUEIRA	00.185.041/0001-08
3049	USINA TERMELÉTRICA DE JUIZ DE FORA S.A .	04.166.097/0001-68
3050	LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A . - LIGHT-G	60.444.437/0001-46
3051	MINERAÇÃO MORRO VELHO (CONS. IGARAPAVA)	22.931.299/0001-30
3052	MPX TERMOCEARÁ LTDA	04.605.162/0001-04
3053	SIDERÚRGICA BARRA MANSA S/A	60.892.403/0004-67
3054	PAULISTA LAJEADO ENERGIA S.A .	03.491.603/0001-21
3055	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A . - PETROBRÁS	33.000.167/0001-01
3056	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A . - PETROBRÁS	33.000.167/0001-01
3057	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A . - PETROBRÁS	33.000.167/0001-01
3058	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A . - PETROBRÁS	33.000.167/0001-01
3059	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A . - PETROBRÁS	33.000.167/0001-01
3060	QUEIROZ GALVÃO ENERGÉTICA S.A .	03.299.819/0002-70
3061	REDE LAJEADO ENERGIA S.A .	03.460.864/0001-84
3062	CIMENTO RIO BRANCO S.A . (CONS.MACH)	64.132.236/0001-64
3063	ROSAL ENERGIA S/A	03.475.839/0001-74
3064	SAMARCO MINERAÇÃO S.A . (CONS. GUILMAN AMORIM)	16.628.281/0003-23
3065	COMPANHIA ENERGÉTICA SANTA CLARA-UHE SANTA CLARA	02.881.800/0003-56
3066	ELETROBOLT - SOCIEDADE FLUMINENSE DE ENERGIA LTDA.	02.754.200/0002-46
3067	TANGARÁ ENERGIA S.A .	03.573.381/0001-96
3068	TERMOPERNAMBUCO S/A - (UTE TERMOPERNAMBUCO)	03.795.050/0001-09
3069	TRACTEBEL ENERGIA S.A .	02.474.103/0001-19
3070	TRACTEBEL ENERGIA S.A . - (CONS. ITÁ)	02.474.103/0001-19
3071	TRACTEBEL ENERGIA S.A . - (CONS.MACH)	02.474.103/0001-19
3072	VALESUL ALUMÍNIO S.A . (CONS.MACH)	42.590.364/0001-19
3073	EMAE - EMPRESA METROPOLITANA DE AGUAS E ENERGIA S.A.	02.302.101/0001-42
3074	CGTF - CENTRAL GERADORA TERMOELÉTRICA FORTALEZA	04.659.917/0001-53
3075	CEB - COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA (UHE QUEIMADO)	00.070.698/0001-11
3076	CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A . (UHE QUEIMADO)	06.981.176/0001-58
3077	COMPANHIA ENERGÉTICA CHAPECÓ - CEC	04.041.804/0002-70
3078	USINA TERMOELÉTRICA NORTE FLUMINENSE S.A	03.258.983/0002-30
3079	CENTRAIS ELÉTRICAS CACHOEIRA DOURADA S/A - CDSA	01.672.223/0001-68
3080	TERMORIO S.A .	03.526.800/0002-10
3081	CVRD-COMPANHIA VALE DO RIO DOCE (CONS.CANDONGA)	33.592.510/0001-54
3082	NOVELIS DO BRASIL LTDA - (CONS. CANDONGA)	60.561.800/0030-48
3083	VOTORANTIM CIMENTOS LTDA	01.637.895/0001-32
3084	CERAN - COMPANHIA ENERGÉTICA RIO DAS ANTAS	04.237.975/0001-99
3085	COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - CBA(UHE OURINHOS)	61.409.892/0097-15
3086	CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A.	04.557.307/0001-49
3087	PONTE DE PEDRA ENERGÉTICA S/A	02.877.212/0001-87
3088	COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - (CONS. AIMORÉS)	33.592.510/0005-88
3089	CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A . (CONS. AIMORÉS)	06.981.176/0001-58



3090	ENERGÉTICA BARRA GRANDE S/A	04.781.143/0001-39
4001	CIEN-COMPANHIA DE INTERCONEXÃO ENERGÉTICA-(GARABI I)	01.983.856/0001-97
4002	CIEN-COMPANHIA DE INTERCONEXÃO ENERGÉTICA-(GARABI II)	01.983.856/0001-97
5004	ALUNORTE - ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S/A	05.848.387/0001-54
5005	BRASKEM S.A. - (COPENE)-T	42.150.391/0001-70
5006	CBA - COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - SE CABREÚVA	61.409.892/0001-73
5007	CSN - COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL - FILIAL ARAUCÁRIA	33.042.730/0134-35
5008	CVRD-COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - ITABIRA	33.592.510/0001-54
5010	CIA. DE FERRO LIGAS DA BAHIA - FERBASA	15.141.799/0001-03
5011	FIBRAPLAC CHAPAS DE MDF LTDA	04.176.791/0002-47
5012	IPIRANGA PETROQUÍMICA S.A.	88.939.236/0001-39
5013	BRASKEM S.A. - (OPP)-P	42.150.391/0010-61
5017	INNOVA S/A	01.999.166/0001-26
5019	ANGLO AMERICAN BRASIL LTDA	42.184.226/0017-05
5022	CONSÓRCIO DE ALUMÍNIO DO MARANHÃO - CONSÓRCIO ALUMAR - (REFINARIA)	00.655.209/0001-93
5023	CONSÓRCIO DE ALUMÍNIO DO MARANHÃO - CONSÓRCIO ALUMAR - (REDUÇÃO)	00.655.209/0001-93
5024	OXITENO NORDESTE S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	14.109.664/0008-74
5025	DSM ELASTOMEROS BRASIL LTDA	00.989.799/0001-90
5026	ALBRÁS ALUMÍNIO BRASILEIRO S.A.	05.053.020/0003-06
5027	VERACEL CELULOSE S.A	40.551.996/0001-48
5028	NOVA ERA SILICON S.A.	19.795.665/0001-67
5029	CARBOCLORO S/A INDÚSTRIAS QUÍMICAS	31.659.584/0001-35
5030	GERDAU AÇOS LONGOS S/A - (AÇONORTE-T)	07.358.761/0051-28
5031	NOVELIS DO BRASIL LTDA (CANDEIAS)	60.561.800/0086-00
5032	PETROQUÍMICA TRIUNFO S.A.	90.751.025/0003-81
5033	COPEL - COMPANHIA PETROQUÍMICA DO SUL	88.948.492/0001-92
5034	CARAMURU ALIMENTOS LTDA	00.080.671/0001-00
5035	EKA BAHIA	05.869.996/0001-90
5036	GERDAU AÇOS LONGOS S/A - (SP-P)	07.358.761/0041-56
5037	BRASKEM S.A. - (COPENE)-P	42.150.391/0001-70
5038	BRASKEM S.A. - (UCS-BA)-P	42.150.391/0018-19
5039	BRASKEM S.A. - (UCS-AL)-P	42.150.391/0022-03
5040	WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA - (IPATINGA)-P	35.820.448/0155-91
5041	USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S/A - USIMINAS-P	60.894.730/0025-82
5042	WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA - (TRIUNFO)-P	35.820.448/0064-10
5044	USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S/A - USIMINAS-T	60.894.730/0025-82
6003	ENERTRADE COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A.	04.149.295/0001-13
7003	BRASYMPE ENERGIA S.A.	04.831.696/0001-59
7009	ENGEBA - EMPRESA DE ENERGIA ELÉTRICA DO BRASIL LTDA	02.623557/0001-04
8001	NOVELIS DO BRASIL LTDA (PL)	60.561.800/0086-00
8002	BRASKEM S.A. - (COPENE-PL)	42.150.391/0001-70
8003	BRASKEM S.A. - (UCS-AL)-PL	42.150.391/0022-03
8004	BRASKEM S.A. - (UCS-BA)-PL	42.150.391/0018-19
8005	CARAÍBA METAIS S/A	15.224.488/0001-08
8006	DOW BRASIL NORDESTE LTDA	13.565.502/0013-45
8007	PETROBRÁS - FAFEN -FÁBRICAS DE FERTILIZANTES NITROGENADOS - PLANTA DE LARANJEIRAS	33.000.167/1123-33
8008	CIA. DE FERRO LIGAS DA BAHIA - FERBASA	15.141.799/0001-03



8009	GERDAU AÇOS LONGOS S/A - (AÇONORTE-PL)	07.358.761/0051-28
8010	GERDAU AÇOS LONGOS S/A - (USIBA-PL)	07.358.761/0005-92
8011	LIBRA LIGAS DO BRASIL S/A	10.500.221/0001-82
8012	MINERAÇÃO CARAIBA S/A	42.509.257/0001-13
8013	RIO DOCE MANGANÊS S/A	15.144.306/0001-99
8014	PRIMO SCHINCARIOL INDS.DE CERVEJAS E REFRIGERANTES DO NORDESTE S/A	01.278.018/0001-12
8015	ALUNORTE - ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S/A	05.848.387/0003-16
8016	CVRD-COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - (CVRD-MINA-PL)	33.592.510/0370-74
8017	CVRD-COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - (CVRD-SOSSEGO-PL)	33.592.510/0009-01
8018	CVRD-COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - (CVRD-PELOTIZAÇÃO-PL)	33.592.510/0434-73
8019	CVRD-COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - (CVRD-PORTO-PL)	33.592.510/0424-00
9001	AES URUGUAIANA EMPREENDIMENTOS LTDA	01.600.202/0001-37



Anexo III ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEF III-GT

Suplemento ao Regulamento

Características da 1ª Emissão e Série do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEF III-GT	
Número da Emissão e Série	1ª (primeira)
Valor da Emissão e Série	R\$ [•] ([•]) reais
Quantidade Total de Quotas Emitidas	[•] ([•])
Quantidade de Quotas Seniores	[•] ([•])
Quantidade de Quotas Subordinadas	[•] ([•])
Classe das Quotas Seniores	[•]
Benchmark das Quotas Seniores	A ser definido em procedimento de <i>bookbuilding</i> . [Taxa DI acrescido de <i>spread</i> , conforme definida no Regulamento]
Data de Início da Entrega	[•]
Periodicidade das Parcelas de Amortização das Quotas Seniores	[] Mensal [] Trimestral [] Semestral
Periodicidade de Amortização das Quotas Subordinadas	[•], além do disposto no item 12.7 do Regulamento do Fundo
Número de Parcelas de Amortização das Quotas Seniores	[•]
Datas de Amortização das Quotas Seniores	[•]
Data Programada de Pagamento de Amortização das Quotas Subordinadas	Última Data de Amortização das Quotas Seniores
Data de Resgate das Quotas	[•]
Valor do Patrimônio do Fundo antes da 1ª Emissão e Série	R\$ 0,00 (zero reais)
Valor do Patrimônio do Fundo atualizado (imediatamente após a 1ª Emissão e Série)	R\$ 159.574.468,00 (cento e cinquenta e nove milhões, setecentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e oito reais)
Quantidade Total de Quotas Seniores do Fundo após a 1ª Emissão e Série	[•] ([•])
Quantidade Total de Quotas Subordinadas do Fundo após a 1ª Emissão e Série	[•] ([•])



Anexo IV ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE III-GT

Modelo de Termo de Ciência de Risco e Adesão



**TERMO DE CIÊNCIA DE RISCO E DE ADESÃO E DE RECEBIMENTO DE
REGULAMENTO E PROSPECTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
CEEE III-GT
CNPJ Nº. [•]**

Na qualidade de subscritor de quotas de emissão do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE III-GT (o "FUNDO"), inscrito no CNPJ/MF sob nº [•], administrado pelo UBS Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM (o "ADMINISTRADOR"), declaro que:

- (i) Recebi, no ato da minha primeira subscrição de quotas do FUNDO, o Regulamento e o Prospecto do FUNDO, tendo lido e entendido o inteiro teor dos referidos documentos, sendo que concordo e manifesto, expressamente, minha adesão, irrevogável e irretroatável, sem quaisquer restrições, a todos os seus termos, cláusulas e condições;
- (ii) Sou investidor qualificado para os fins de que trata a Instrução CVM nº 409/2004, sendo elegível, portanto, para investir no FUNDO, e tenho ciência da necessidade da manutenção da minha condição de investidor qualificado para permanência no FUNDO. Nesse sentido, comprometo-me a comunicar ao ADMINISTRADOR, imediatamente, qualquer alteração na minha condição de investidor qualificado, durante o período em que permanecer como quotista do FUNDO;
- (iii) Como investidor qualificado declaro possuir conhecimento sobre o mercado financeiro e de capitais suficiente para que não me sejam aplicáveis um conjunto de proteções legais e regulamentares conferidas aos investidores não-qualificados; bem como atesto ser capaz de entender, ponderar e assumir os riscos financeiros relacionados à aplicação de meus recursos em um fundo de investimento destinado a investidores qualificados;
- (iv) Tenho ciência e bom entendimento dos objetivos do FUNDO, de sua política de investimento, da composição da carteira de investimento do FUNDO, da taxa de administração devida ao ADMINISTRADOR, dos riscos aos quais o FUNDO e conseqüentemente os meus investimentos estão sujeitos, bem como da possibilidade de ocorrência de variações no patrimônio líquido do FUNDO e da perda total do capital por mim investido;
- (v) A política de investimento do FUNDO e os riscos aos quais o FUNDO está sujeito estão de acordo com a minha situação financeira, o meu perfil de risco e a minha estratégia de investimento;
- (vi) Tenho ciência de que o ADMINISTRADOR, em hipótese alguma, excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé de sua parte, será responsável por qualquer depreciação dos ativos do FUNDO, ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do FUNDO e/ou resgate de quotas;
- (vii) Tenho ciência de que as aplicações realizadas no FUNDO não contam com garantia do ADMINISTRADOR, de qualquer mecanismo de seguro e/ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC;
- (viii) Tenho ciência de que terei que integralizar as quotas do FUNDO subscritas por mim de acordo com os termos e condições do Regulamento do FUNDO, bem como do Boletim de Subscrição firmado por mim nesta data;



- (ix) Os recursos que serão utilizados na integralização das quotas do FUNDO por mim subscritas não serão oriundos de quaisquer práticas que possam ser consideradas como crimes previstos na legislação relativa à "lavagem", ocultação de bens, direitos e valores;
- (x) Tenho ciência de que a existência de rentabilidade/performance do FUNDO e/ou de outros fundos de investimento em direitos creditórios não representam garantia de resultados futuros;
- (xi) Responsabilizo-me pela veracidade das minhas declarações aqui prestadas, bem como por ressarcir o ADMINISTRADOR de quaisquer prejuízos (incluindo perdas e danos) decorrentes de falsidade, inexistência ou imprecisão das mesmas.

[Cidade], ____ de ____ de 2005.

NOME DO INVESTIDOR: _____

CNPJ/CPF DO INVESTIDOR: _____

ASSINATURA DO INVESTIDOR

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
3º OFÍCIO
22 OUT 2005 08:30:40
ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
2º OFÍCIO

22 OUT 2007 883040

Anexo V ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE III-GT
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

Modelo de Aviso de Desenquadramento

O UBS PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM, na qualidade de administrador do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE III-GT ("Administrador" e "Fundo"), vem, por meio deste, notificar à Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT ("Cedente"), na qualidade de cedente dos Direitos de Crédito (conforme definido no regulamento do Fundo), nos termos do "Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças" ("Contrato de Cessão"), celebrado em [•] de [•] de 2007 entre o Fundo e a Cedente, a ocorrência do desenquadramento da Razão de Garantia do Fundo em [•].

Solicitamos indicar em até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento deste Aviso de Desenquadramento, com cópia ao Custodiante, qual dos procedimentos abaixo deverá ser adotado pelo Administrador:

Procedimentos:

- (i) integralizar Novas Quotas Subordinadas, de acordo com os termos e condições do Compromisso de Subscrição, com pagamento em moeda corrente nacional, dentro de um dos prazos previstos abaixo, conforme o caso:
 - (a) caso a integralização de Novas Quotas Subordinadas seja necessária em decorrência da inadimplência de Direitos de Crédito integrantes da Carteira, a integralização referida no item (i) acima deverá ser realizada no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento do Aviso de Desenquadramento;
 - (b) caso a integralização de Novas Quotas Subordinadas seja necessária em decorrência de outro motivo que não a inadimplência de Direitos de Crédito Integrantes da Carteira, a integralização referida no item (i) acima deverá ser realizada no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento do Aviso de Desenquadramento; ou
- (ii) resilir o Contrato de Cessão, dentro de no máximo 5 (cinco) dias úteis, quando será aplicado o disposto no Capítulo Dezoito do Regulamento.

Para o reenquadramento da Razão de Garantia por meio do procedimento (i) acima, será necessária a integralização de um número inteiro de Quotas Subordinadas, no valor estimado de [•]. Ressaltamos que este valor estimado refere-se ao valor da Quota Subordinada de abertura do dia [•], e o valor exato a ser integralizado será comunicado a V.Sas. na data da respectiva integralização.

Atenciosamente,

UBS PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM



ANEXO II

- Súmula da Agência de Classificação de Risco das Quotas Seniores

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Data de Publicação: 5 de outubro de 2007

Relatório de Rating Preliminar**Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE III - GT**

Analistas de Crédito: Jean-Pierre Cote Gil, São Paulo 55 (11) 3039-9743, jp_gil@standardandpoors.com; Leandro Albuquerque, São Paulo 55 (11) 3039-9729, leandro_albuquerque@standardandpoors.com

Este relatório preliminar baseia-se em informações obtidas até 5 de outubro de 2007 e não constitui uma recomendação de compra, manutenção ou venda de títulos. O rating atribuído é preliminar, uma vez que a documentação final, com seus respectivos suplementos, ainda não está disponível. A atribuição de um rating final está condicionada ao recebimento da documentação apropriada pela Standard & Poor's. Quaisquer informações subsequentes poderão resultar na atribuição de um rating diferente do preliminar.

Ratings preliminares em 5 de outubro de 2007

Instrumento	Rating preliminar*	Montante preliminar (em milhões de R\$)	Vencimento final legal**
Cotas Seniores	brAA-f	150 (94%)	6 anos (72 meses) após a emissão
Cotas Subordinadas	Não Classificadas	9,6 (6%)	Não Aplicável

* Os ratings atribuídos são preliminares e estão sujeitos a mudanças a qualquer momento.

**Como o veículo é um fundo, não há promessa de resgate de cotas no período de tempo especificado.

Perfil

Fundo: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE-GT III (FIDC CEEE III-GT)

Data prevista para o fechamento: Outubro de 2007

Garantia Subjacente: Direitos creditórios cedidos pela CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica ("CEEE") formados: (i) pela totalidade dos direitos de crédito oriundos da venda futura de energia elétrica pela CEEE a determinadas concessionárias de distribuição de energia elétrica, nos termos dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEARs) – as "Distribuidoras Cedidas" e os "CCEAR Cedidos", respectivamente –, e (ii) pela parcela equivalente a 25% dos direitos de crédito oriundos da prestação futura de serviços de transmissão de energia elétrica pela CEEE aos usuários da rede básica de transmissão de energia elétrica ("Usuários da Rede Básica"), nos termos do Contrato de Prestação de Serviço de Transmissão ("CPST") e dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão ("CUST" e, em conjunto com o CPST, os "Contratos de Transmissão") existentes ou que venham a ser celebrados pelo ONS com os Usuários da Rede Básica (os "Contratos de Transmissão Cedidos").

Originador dos Direitos Creditórios: CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica

Administrador do Fundo: UBS Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM

Custodiante: Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão

Agente de Recebimento: Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. – Banrisul

Fundamentos

A Standard & Poor's atribuiu o rating preliminar 'brAA-f', em sua Escala Nacional Brasil, ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE-GT III (FIDC CEEE III-GT). Os ativos subjacentes (lastro) do FIDC CEEE III-GT são compostos: (i) pela totalidade dos direitos de crédito oriundos da venda futura de energia elétrica pela CEEE a determinadas concessionárias de distribuição de energia elétrica, nos termos dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEARs), indicados na Tabela I abaixo (as "Distribuidoras Cedidas" e os "CCEAR Cedidos", respectivamente), e (ii) pela parcela equivalente a 25% dos direitos de crédito oriundos da prestação futura de serviços de transmissão de energia elétrica pela CEEE aos usuários da rede básica de transmissão de energia elétrica ("Usuários da Rede Básica"), nos termos do

Contrato de Prestação de Serviço de Transmissão ("CPST") e dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão ("CUST" e, em conjunto com o CPST, os "Contratos de Transmissão") existentes ou que venham a ser celebrados, por caixa e por outros investimentos específicos.

O rating preliminar baseia-se em informações obtidas até 5 de outubro de 2007. Quaisquer informações posteriores poderão resultar em um rating final diferente do preliminar.

Tabela I – Fluxo Cedido Estimado por Distribuidora*

Nome	% do fluxo cedido
CEMIG	20,7%
COPEL	9,0%
COELBA	8,9%
ELEKTRO	7,5%
CELPE	7,3%
BANDEIRANTE	6,9%
COELCE	5,7%
AMPLA	5,7%
CPFL PAULISTA	4,1%
ESCELSA	3,7%
COSEEN	3,2%
ENERSUL	3,1%
CEMAR	2,9%
SAELPA	2,5%
CEPISA	1,7%
ENERGIPE	1,7%
CEAL	1,6%
PIRATININGA	1,3%
BRAGANTINA	0,5%
CELB	0,5%
SANTA CRUZ	0,4%
EEVP	0,4%
CFLCL	0,4%
NACIONAL	0,3%

* Fluxo de receitas estimado durante a vida do fundo (até 2013)

O rating preliminar 'brAA-f' atribuído às cotas seniores do FIDC CEEE III-GT expressa a qualidade geral de crédito dos ativos subjacentes do Fundo e baseia-se na abordagem de matriz de crédito derivada do histórico de inadimplência e de transição de ratings da Standard & Poor's. O rating preliminar 'brAA-f' atribuído às cotas seniores do Fundo indica que os títulos em sua carteira fornecem proteção muito forte contra perdas advindas de inadimplência.

O rating também reflete a qualidade dos recebíveis subjacentes, a proteção de crédito proporcionada pela sobrecolateralização (*overcollateralization*), subordinação das cotas e a adequação dos mecanismos de reforço de crédito (*credit enhancement*) em diferentes cenários de estresse.

O FIDC CEEE III-GT será um condomínio fechado, com vencimento final de 6 anos após a emissão da primeira série de cotas seniores. O administrador do Fundo permitirá a aquisição de direitos creditórios com base em critérios de elegibilidade, conforme definido no regulamento do Fundo. O rendimento-alvo e o valor de face das cotas seniores serão pagos com o fluxo de caixa gerado pelos direitos creditórios, e por outros investimentos permitidos. As cotas subordinadas do Fundo, não classificadas pela Standard & Poor's, somente poderão ser amortizadas ou resgatadas após a amortização total das cotas seniores.

Além disso, as amortizações das cotas seniores do FIDC CEEE III-GT permanecerão subordinadas à amortização final das cotas seniores do FIDC CEEE I (rating 'brAA+f' atribuído pela S&P às cotas seniores do fundo), que está prevista para meados de 2010. Uma possível liquidação antecipada do FIDC CEEE I resultaria na retenção de todo o fluxo cedido até a amortização total do FIDC CEEE I. O fluxo de amortização do FIDC CEEE III-GT é propositadamente mais brando durante sua coexistência com o FIDC CEEE I, de forma a permitir a manutenção de índices de

sobrecolateralização adequados a sua categoria de rating.

Pelo fato de a CEEE operar sob regime de uma concessionária do serviço público de geração de energia elétrica, serviço este de titularidade do Governo Federal Brasileiro (o qual é concedido à exploração de acordo com as regras sobre concessão), nas hipóteses de término antecipado da concessão, observados os procedimentos definidos na legislação específica, o Poder Concedente (o Governo Federal), ou uma nova concessionária, assumiria a prestação do serviço público que era prestado pela CEEE, o que, de forma geral, garante a continuidade do fornecimento de energia elétrica aos clientes da CEEE. A Standard & Poor's acredita que, no caso de insolvência da CEEE, a lei garantiria a continuidade do serviço público de energia prestado sob regime de concessão, seja por meio de uma outra concessionária ou diretamente pelo Poder Concedente.

Em face da anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) com relação à cessão dos direitos creditórios subjacentes, aperfeiçoada por uma venda perfeita e acabada (*"true sale"*), e de que os recursos obtidos mediante essa cessão deverão ser utilizados em benefício da concessão, sem comprometer a prestação dos serviços, a Standard & Poor's considera que o Poder Concedente, nas hipóteses de término antecipado da concessão da CEEE, deverá provavelmente transferir as obrigações especificadas pela documentação da transação para qualquer concessionária futura que assuma as operações de geração e transmissão de energia elétrica desempenhadas hoje pela CEEE, sob o regime da lei de concessões (inclusive na hipótese do Poder Concedente assumir a responsabilidade direta pela prestação dos referidos serviços). No entanto, embora a ANEEL, por meio de seu Despacho Nº 1.539, tenha concedido autorização prévia para o aproveitamento de recebíveis, por parte do FIDC CEEE III-GT, no percentual total de até 24,89% das receitas líquidas mensais provenientes dos direitos creditórios das atividades de geração e transmissão da CEEE, há a possibilidade de o valor de comprometimento dos direitos creditórios futuros excederem o limite estabelecido nesta autorização. Tal evento não invalida o contrato de cessão vinculado ao Fundo, mas pode permitir questionamentos por parte do órgão regulador que poderiam resultar, potencialmente, em uma redução dos fluxos cedidos ao Fundo, ou até mesmo em sua liquidação antecipada. Por este motivo, o rating atribuído ao FIDC CEEE III-GT apresenta maior risco de volatilidade se comparado aos ratings atribuídos a outros FIDCs lastreados por ativos semelhantes.

É importante ressaltar que (i) não há norma legal expressa sobre a transferência dessas obrigações e (ii) não há manifestação da ANEEL a respeito da transferência dessas obrigações, havendo apenas uma anuência da ANEEL com relação à cessão dos direitos creditórios subjacentes. Assim, em razão do exposto acima, a Standard & Poor's considera que a transação não dependerá da análise de performance da CEEE, como normalmente acontece em transações similares de fluxo futuro, mas da força do fluxo de caixa (qualidade de crédito das Distribuidoras Ceditas e dos Usuários da Rede Básica) e da garantia legal de continuidade do fornecimento de energia elétrica.

Comparados aos títulos de renda fixa, os fundos de investimento não prometem pagamentos específicos de juros ou de principal aos investidores (cotistas do fundo). Portanto, cada cotista espera receber apenas um retorno previsto sobre o investimento. As cotas seniores do FIDC CEEE III-GT terão uma rentabilidade-alvo equivalente a Taxa DI Over acrescida de um *spread* de 1,7%. As cotas seniores emitidas pelo FIDC CEEE III-GT poderão ser vendidas para investidores qualificados, incluindo empresas, clientes de *private banking*, fundos de pensão, seguradoras, fundos de investimentos e instituições financeiras.

A CEEE (cedente) é uma empresa de economia mista que opera há 60 anos nos setores de geração, transmissão e distribuição de energia no estado do Rio Grande do Sul (RS). Os principais acionistas da empresa são: o governo do RS (65,92%) e a Eletrobrás (32,59%). A CEEE é responsável por 75% de toda geração de energia hidroelétrica, e por um terço da distribuição de energia no RS, por meio de uma rede de distribuição urbana e rural que atravessa 72 cidades para abastecer cerca de 3,5 milhões de pessoas. A CEEE também possui a concessão de pública de 5.781 km de linhas de transmissão no RS.

A Escala Nacional Brasil da Standard & Poor's é aplicada a emissores, seguradoras, contrapartes, intermediários e investidores que operam nos mercados financeiros brasileiros. Seus ratings de crédito e de emissão podem ser atribuídos a um emissor ou a um instrumento de crédito específico, respectivamente. Os ratings de crédito da Escala Nacional Brasil utilizam os símbolos globais de rating da Standard & Poor's que, no entanto, são precedidos pelo prefixo 'br', indicando 'Brasil'. A Escala Nacional Brasil da Standard & Poor's apresenta uma estrutura exclusiva, desenvolvida para atender as necessidades dos mercados financeiros brasileiros e, portanto, não pode ser diretamente comparada com a escala global da Standard & Poor's ou com qualquer outra de suas escalas nacionais ou com aquelas de suas coligadas. Além disso, a Standard & Poor's

atribui ratings de qualidade de crédito e de volatilidade a fundos de renda fixa e a outros tipos de carteiras de ativos de renda fixa.

O rating de qualidade de crédito atribuído a um fundo avalia o nível de proteção contra perdas decorrentes de inadimplência dos títulos em sua carteira. Os ratings de qualidade de crédito, que variam de 'brAAA' (nível mais elevado de proteção) a 'brCCC' (nível mais baixo de proteção), baseiam-se na análise de fatores como a qualidade geral de crédito da carteira; os riscos relacionados às taxas de juros, à qualidade de crédito, à liquidez e à concentração, bem como ao risco cambial apresentados pelo fundo.

Os serviços analíticos prestados pela Standard & Poor's Ratings Services são o resultado de atividades separadas, desenvolvidas de forma a preservar a independência e a objetividade das opiniões de rating. Os ratings representam uma opinião e não são declarações de fatos ou recomendações para comprar, vender ou manter qualquer título ou valor mobiliário. A Standard & Poor's estabeleceu políticas e procedimentos para manter a confidencialidade de informações não públicas recebidas durante o processo de atribuição de rating. Os ratings da Standard & Poor's baseiam-se em informações recebidas dos emissores ou obtidas de outras fontes de informações confiáveis. A Standard & Poor's não realiza processos de *due diligence* nem de auditoria e pode, eventualmente, utilizar informações financeiras não auditadas.

Principais Pontos Fortes, Fragilidades e Fatores Atenuantes

Pontos Fortes

Os principais pontos fortes observados na análise de crédito da estrutura são:

- A forte estrutura do fluxo de caixa e o forte nível de sobrecolateralização (*overcollateralization*), calculados como a razão entre recebíveis futuros originados por meio da venda de energia elétrica para as Distribuidoras Cedidas e as amortizações das cotas seniores. De acordo com a análise da Standard & Poor's, a média esperada dessa razão durante a vida do Fundo é de 2,7x (vezes) – 2,0x durante a co-existência com o FIDC CEEE I. A Standard & Poor's considera esses níveis suficientes para suportar uma crise severa do setor de energia elétrica. Em um cenário de estresse, seria necessário uma queda de 46% do fluxo de receitas de geração e de 23% do fluxo de receitas transmissão para o FIDC CEEE III-GT tivesse que utilizar sua reserva de amortização;
- O fato de que aproximadamente 65% dos recebíveis cedidos ao Fundo são originados da prestação de serviços de transmissão de energia, cujas características de preço, volume e desempenho de pagamento estão menos sujeitas à volatilidade do que recebíveis de serviços como geração e distribuição;
- A legislação brasileira que rege as concessões possui disposições adequadas para resguardar legalmente as distribuidoras nos casos de término antecipado da concessão. A Standard & Poor's acredita que a lei garante a continuidade da prestação do serviço público de energia elétrica por meio de outra concessionária ou mesmo pela prestação direta do serviço pelo Poder Concedente, no caso de insolvência da CEEE;
- A opinião da Standard & Poor's de que a cessão dos direitos creditórios subjacentes aos CCEAR's, aperfeiçoada por um *"true sale"*, e as obrigações especificadas pela documentação da transação deverão ser válidas não somente para a CEEE, mas também para qualquer concessionária futura que assuma a operação das usinas ou linhas de transmissão que a CEEE opera hoje sob o regime da lei de concessões (inclusive na hipótese do Poder Concedente assumir a responsabilidade direta pela prestação dos referidos serviços), dado que a ANEEL anuiu essa cessão e que os recursos obtidos por meio delas serão aplicados em benefício da concessão;
- A disponibilidade de uma conta reserva cobrindo o pagamento de três amortizações consecutivas de cotas seniores somadas aos custos previstos para os próximos três meses de vida do Fundo (Reserva de Amortização e Resgate – RAR);
- O mecanismo de reforço de crédito (*credit enhancement*) adicional por meio da subordinação de cotas no nível mínimo de 6,0%;
- A qualidade de crédito do conjunto de Distribuidoras Cedidas e dos Usuários da Rede Básica que dão suporte ao pagamento das cotas seniores;
- Outros pontos fortes da estrutura, como a existência de contas separadas e a venda perfeita e acabada dos direitos creditórios ao Fundo;
- A possibilidade de o administrador determinar ao agente de recebimento a retenção de 100% dos fluxos provenientes dos direitos creditórios em determinados eventos de avaliação ou liquidação;
- A capacidade do administrador, do custodiante e do agente recebimento como provedores

desses serviços ao Fundo;

Fragilidades e Fatores Atenuantes

As principais fragilidades e os fatores atenuantes observados na análise de crédito da estrutura são:

- As amortizações das cotas seniores do FIDC CEEE III-GT permanecerão subordinadas à amortização final das cotas seniores do FIDC CEEE I (prevista para meados de 2010). Uma possível liquidação antecipada do FIDC CEEE I resultaria na retenção de todo o fluxo devido a ambos os fundos até a amortização total do FIDC CEEE I. O fluxo de amortização do FIDC CEEE III-GT é propositalmente mais brando durante sua coexistência com o FIDC CEEE I, de forma a permitir a manutenção de índices de sobrecolateralização adequados à categoria de rating do Fundo. Além disso, a posição de subordinação dos cotistas do FIDC CEEE III-GT em relação aos cotistas do FIDC CEEE I estará claramente descrita na documentação da operação, destacando a possibilidade de atrasos nos pagamentos de juros e principal das cotas seniores do FIDC CEEE III-GT;
- A possibilidade de as Distribuidoras Cedidas terminarem antecipadamente seus acordos com a CEEE. Esse risco de rescisão antecipada dos contratos é atenuado pelo fato de que há cláusulas e condições específicas de rescisão dos CCEAR's que regem a aplicação de penalidades contra a parte que rescindir o contrato. Além disso, os recursos provenientes dessas penalidades seriam revertidos para o Fundo;
- A possibilidade de um novo racionamento generalizado de energia no Brasil e um ambiente regulatório ainda em evolução. De acordo com as previsões hidrológicas e de demanda preparadas pelo ONS ("Operador Nacional do Sistema Elétrico"), o Brasil necessita atrair investimentos médios da ordem de R\$ 10 bilhões por ano para adicionar 3,000 MW/ano de capacidade de geração de energia para evitar problemas na oferta de energia elétrica entre 2010 e 2012. As mudanças na estrutura regulatória efetuadas em 2004 surgiram para garantir um ambiente mais estável, que propiciasse investimentos e melhorasse a posição financeira de geradoras e de distribuidoras. A percepção da Standard & Poor's sobre o novo modelo é positiva. Acreditamos que as distribuidoras são mais reguladas, porém menos arriscadas, bem como que o ambiente comercial para as geradoras permanece justo, já que elas podem optar por vender sua energia no mercado regulado ou mercado competitivo para Consumidores Livres (em acordos bilaterais). Ainda, o principal risco, na visão da Standard & Poor's, seria haver uma diminuição no volume de energia gerada e consumida imposta pelo ONS a todos os agentes, como consequência da previsão de um balanço energético – oferta versus demanda – muito apertado em um determinado ano. Acreditamos que os níveis de cobertura proporcionados pela sobrecolateralização seriam suficientes para suportar uma possível redução de volume em um cenário de racionamento.

Descrição do FIDC CEEE III -GT

Características Gerais

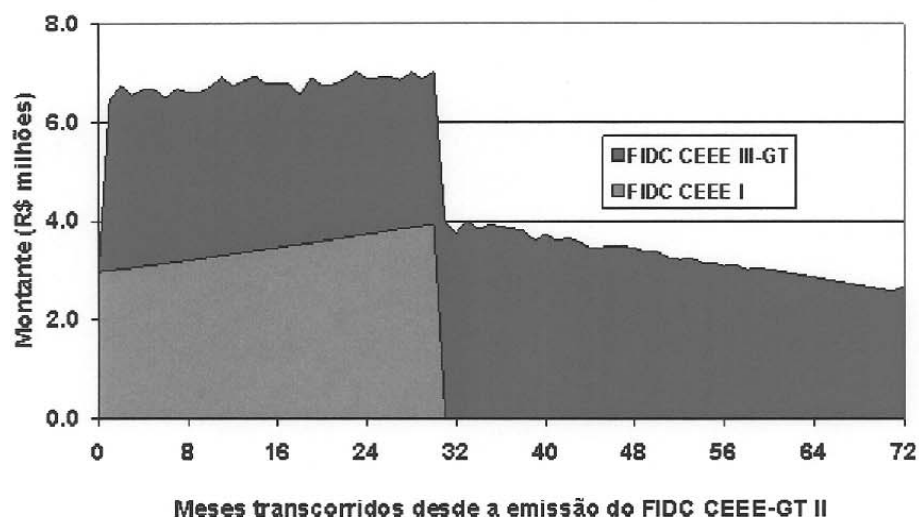
O FIDC CEEE III-GT será um condomínio fechado, com vencimento final de 72 meses (seis anos) após a data de emissão das cotas. A emissão pode ser vendida no Brasil para investidores qualificados, incluindo empresas e clientes de *private banking*, fundos de pensão, seguradoras e outros fundos de investimento.

O Fundo comprará recebíveis originados pela CEEE por meio dos CCEARs e dos Contratos de Transmissão cedidos.

O Fundo emitirá cotas em reais que receberão o suporte de: (a) direitos creditórios originados pelo fornecimento de energia elétrica de acordo com os CCEARs e os Contratos de Transmissão cedidos, e/ou; (b) outros instrumentos de renda fixa e caixa. O rendimento e o valor de face das cotas serão pagos pelo fluxo de caixa proveniente dos ativos subjacentes.

As cotas seniores serão amortizadas em 72 prestações mensais, com amortizações mensais do principal equivalentes a R\$ 1,5 milhão durante 30 meses, e de R\$ 2,5 milhões após este período (que deverá coincidir com o resgate final do FIDC CEEE I). As cotas subordinadas somente serão resgatadas após a amortização da totalidade das cotas seniores. O gráfico abaixo demonstra o formato proposto de amortização do principal.

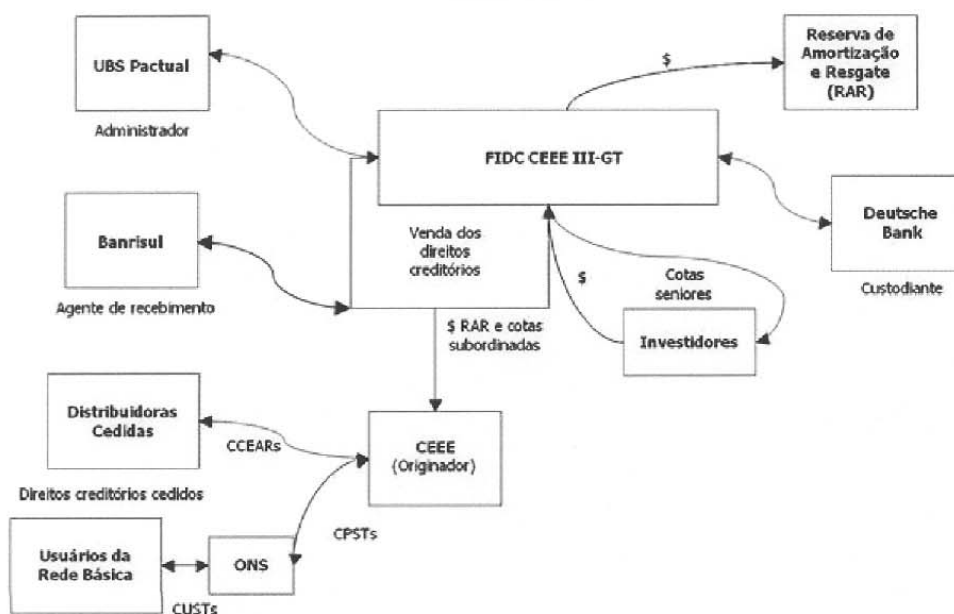
Formato Estimado de Amortização das Cotas Seniores do FIDC CEEE-GT II



O Fundo também terá, desde sua data de emissão, uma Reserva de Amortização e Resgate (RAR), igual à amortização do período corrente, somada aos custos mensais estimados dos encargos do fundo referentes à taxa de administração, despesas com a prestação de serviços do custodiante, empresa de auditoria contratada pelo Fundo e agência de classificação de risco, mais o montante referente aos dois próximos períodos (um total de três períodos de amortização e custos, ou o equivalente ao montante a três períodos de amortização mais juros em um título de dívida).

A figura abaixo ilustra de forma resumida a estrutura proposta do FIDC CEEE III-GT :

Diagrama da Estrutura



Fluxo de Eventos do FIDC CEEE III-GT

1. Emissão das quotas seniores, aquisição dos direitos creditórios e formação da Reserva de Amortização e Resgate;
2. A CEEE fornece energia às Distribuidoras Cedidas e os Usuários da Rede Básica se utilizam das linhas de transmissão da CEEE;
3. As Distribuidoras Cedidas e os Usuários da Rede Básica pagam pela energia na conta centralizadora de recebíveis mantida pelo Agente de Recebimento;
4. O administrador informa a destinação dos recursos recebidos na conta centralizadora de recebíveis ao agente de recebimento;
5. O agente de recebimento processa a destinação dos recursos e o Fundo realiza os pagamentos nas datas de amortização ou resgate das quotas seniores.

Ordem de Alocação de Recursos do Fundo

1. Custos, despesas, alocação de reservas e amortização de cotas seniores do FIDC CEEE I;
2. Custos e despesas do Fundo;
3. Reserva para o pagamento de custos e despesas do Fundo no período seguinte;
4. Amortização de cotas seniores;
5. Reserva para despesas relacionadas à liquidação do Fundo.

Crítérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios do FIDC CEEE III-GT

Os direitos creditórios elegíveis são somente aqueles (i) oriundos da venda futura de energia elétrica às Distribuidoras Cedidas, nos termos dos CCEAR Cedidos e (ii) oriundos da prestação futura de serviços de transmissão de energia elétrica aos Usuários da Rede Básica.

Análise de Fluxo de Caixa do FIDC CEEE III-GT

Revisão Creditícia

O fluxo proveniente das Distribuidoras Cedidas e dos Contratos de Transmissão Cedidos deverá seguir uma distribuição de 35% provenientes das Distribuidoras Cedidas e 65% para os Contratos de Transmissão Cedidos na composição da Quantidade Mínima Mensal (QMM). A QMM será calculada pelo administrador do FIDC CEEE III-GT, e deverá ser igual à soma da amortização do período, das despesas e encargos do Fundo e dos montantes necessários para se recompor a RAR. Essa distribuição de recursos segue o uso e a destinação dos recursos da emissão das cotas seniores.

A Standard & Poor's realizou uma análise de fluxo de caixa baseada em um montante total de emissão de R\$ 150 milhões de cotas seniores. Como o Fundo terá uma remuneração alvo baseada na taxa DI over (taxa máxima do processo de *bookbuilding* de CDI +1,70% a.a.), esse índice foi apropriadamente submetido a testes de estresse. Dentro dos cenários de estresse foram consideradas também despesas adicionais.

A análise de fluxo de caixa foi baseada nos seguintes fatores: (a) estresse de volume da energia elétrica vendida para as Distribuidoras Cedidas, (b) congelamento de preços, (c) falência de Distribuidoras Cedidas (por meio da redução do fluxo de caixa esperado) e (d) racionamento de energia durante a vida do Fundo.

Para a simulação de falência das Distribuidoras Cedidas, a Standard & Poor's utilizou um de seus modelos proprietários que, com base na qualidade de crédito de cada uma das Distribuidoras Cedidas, criou uma distribuição conjunta de probabilidade de inadimplência para o conjunto de empresas. O resultado dessa distribuição foi aplicado, sob a forma de redução do fluxo de caixa esperado, na análise de fluxo de caixa para o nível da classificação atribuída.

Com relação ao fluxo proveniente dos Usuários da Rede Básica e dos Contratos de Transmissão Cedidos foram utilizadas premissas de estresse para o conjunto do fluxo previsto, dado que o pagamento dessas obrigações é assumido de forma solidária pelos sacados.

A Standard & Poor's considerou diversos cenários de estresse para cada um dos fluxos (receitas de geração e transmissão), entre eles:

Análise de Cenários – Fluxo de receitas de transmissão

Cenário	Preço	Volume	Outras Premissas/ Comentários
Base	Preços (sem correção pelo IPCA)	Volume Médio	3% de redução de volume (máximo nível de indisponibilidade de linhas de transmissão aceitável pela ANEEL).
Estresse 1	Igual ao Cenário Base	Volume Ligeiramente Menor	5% de redução (estresse em relação ao nível mínimo aceitável pela ANEEL).
Estresse 2	Igual ao Cenário Base	Volume Menor	5% de redução (estresse em relação ao nível mínimo aceitável pela ANEEL) e 15% de redução adicional de volume em função do racionamento do sistema.
Cenário de Descontinuidade	Igual ao Cenário Base	Volume Mínimo	Fluxo mínimo necessário para o pagamento de todas as despesas do fundo, com utilização das reservas. Redução total de 30,5%.

Análise de Cenários – Fluxo de receitas de geração

Cenário	Preço	Volume	Outras Premissas/ Comentários
Base	Preços (sem correção pelo IPCA)	Volume médio	5% de redução de volume por sazonalidade, 5% de redução de volume por perda de participação de mercado. Redução total de 10%.
Estresse 1	Igual ao cenário base	Volume ligeiramente menor	5% de redução de volume por sazonalidade, 10% de redução de volume por perda de participação de mercado. Redução total de 15%.
Estresse 2	Igual ao cenário base	Volume menor	5% de redução de volume por sazonalidade, 10% de redução de volume por perda de participação de mercado, 15% de redução de volume em função do racionamento do sistema, e 17,8% por inadimplência. Redução total de 47,8%.
Cenário de Descontinuidade	Igual ao cenário base	Volume mínimo	Fluxo mínimo necessário para o pagamento de todas as despesas do Fundo, com utilização das reservas. Redução total de 54,4%.

Risco de Descasamento de Taxas

Como há um descasamento entre o índice de reajuste dos CCEARs (corrigidos anualmente pelo IPCA) e a taxa de remuneração-alvo do FIDC CEEE III-GT (CDI + 1,7% a.a. a ser confirmada em procedimento de *bookbuilding*), o fluxo de caixa dos ativos do Fundo precisa cobrir esse risco. A análise de fluxo de caixa da Standard & Poor's conservadoramente não incorpora a correção dos fluxos pelo IPCA, portanto acreditamos que a proteção creditícia fornecida pela sobrecolateralização (*overcollateralization*), subordinação e a RAR são suficientes para atenuar esse risco.

É importante destacar que, ao contrário do que acontece em instrumentos de dívida, um fundo não promete aos seus investidores (cotistas) o pagamento de principal ou juros em qualquer data específica. Assim, cada cotista espera apenas receber uma remuneração alvo, que é somente uma meta e não uma promessa. Consequentemente, o rating atribuído pela Standard & Poor's ao FIDC CEEE III-GT avalia o nível de proteção contra perdas decorrentes de inadimplência dos títulos em sua carteira, e baseia-se na abordagem de matriz de crédito derivada do histórico de inadimplência e de transição de ratings da Standard & Poor's, mas não avalia a capacidade do Fundo de pagar juros ou principal a seus cotistas nem riscos de mercado, como o risco de amortização antecipada de cotas aos investidores.

Fungibilidade (Commingling)

O risco de fungibilidade refere-se à possibilidade de os recebimentos serem fungíveis aos de outros recebíveis da CEEE. Como todos os pagamentos das Distribuidoras Cedidas serão recebidos diretamente pelo agente de recebimento e pagador (Banrisul) e, então, transferidos para o Fundo ou para a CEEE (originador), o risco de fungibilidade será efetivamente mitigado nessa transação.

Risco Cambial

Não há risco cambial para os cotistas, uma vez que as cotas são emitidas em reais e garantidas por recebíveis de crédito denominados em reais.

Eventos de Avaliação do FIDC CEEE III-GT

Qualquer um dos seguintes eventos será considerado um evento de avaliação, que, por sua vez, obrigará o FIDC CEEE III-GT a realizar uma Assembleia Geral de Cotistas para deliberar se o evento deve se transformar em um Evento de Liquidação e, portanto, se os procedimentos de liquidação do Fundo devem ou não ser iniciados. Ambos os Eventos de Avaliação e Liquidação permitem ao fundo reter 100% dos fluxos dos CCEARs das Distribuidoras Cedidas na Conta de Recebimento.

Os Eventos de Avaliação mais relevantes são:

- Caso o Índice de Cobertura, definido no regulamento do FIDC CEEE III-GT (fluxo mensal cedido sobre obrigações mensais do Fundo), seja inferior a 2,5x por dois meses consecutivos ou três alternados num período de doze meses;
- Utilização da RAR por dois períodos consecutivos ou três alternados num período de seis meses;
- Falência ou recuperação judicial ou extra-judicial de qualquer Distribuidora Cedida que represente mais de 2% do total recebido na conta de recebimento nos três meses anteriores ao cálculo;
- Descumprimento por parte da CEEE de quaisquer de suas obrigações sob os documentos da transação;
- Mudança de controle acionário da CEEE;
- Rescisão de CCEARs com Distribuidoras Cedidas que representem mais de 4% da Quantidade Mínima Mensal (QMM) nos três meses anteriores à rescisão;
- Rescisão do Contrato de Cessão;
- Amortização antecipada ou inadimplência de qualquer dívida da CEEE cujo valor seja superior a R\$ 14 milhões;
- Rebaixamento das cotas seniores do FIDC CEEE III-GT em relação ao rating inicial (brAA-f);

Eventos de Liquidação do FIDC CEEE III-GT

Qualquer um dos seguintes eventos será considerado um evento de liquidação, que, por sua vez, obrigará o Fundo a: (1) informar os cotistas; (2) iniciar os procedimentos de liquidação do Fundo; e (3) convocar uma Assembleia Geral de Cotistas para que eles possam decidir se os procedimentos para liquidação antecipada devem ou não continuar.

Os Eventos de Liquidação mais relevantes são:

- Caso o Fundo atrase o pagamento de amortizações ou resgates programados por mais de dois dias;
- Término ou perda da concessão da CEEE;
- Falência ou reorganização da CEEE;
- Quebra ou rescisão dos documentos do Fundo;
- Decisão dos cotistas em Assembleia Geral de que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação.

Publicado pela Standard & Poor's, uma Divisão da The McGraw-Hill Companies, Inc. Escritórios Executivos: 1221 Avenue of the Americas, Nova York, NY 10020. Escritório Editorial: 55 Water Street, Nova York, NY 10041. Atendimento ao Assinante: (1) 212-438-7280. Copyright 2007 pela The McGraw-Hill Companies, Inc.

A reprodução total ou parcial deste documento é expressamente proibida exceto mediante autorização prévia. Todos os direitos reservados. Todas as informações foram obtidas pela Standard & Poor's de fontes que ela considera confiáveis. Entretanto, em função da possibilidade de erro humano ou mecânico por parte da Standard & Poor's ou de suas fontes ou de outros, a Standard & Poor's não garante a precisão, a adequação ou a completude de quaisquer informações e não se responsabiliza por quaisquer erros ou omissões ou por quaisquer resultados obtidos ao se utilizar tais informações. Os ratings representam uma opinião, não a declaração de fatos ou uma recomendação para comprar, vender ou manter qualquer título ou valor mobiliário.

Os serviços analíticos oferecidos pela Standard & Poor's Ratings Services ("Divisão de Ratings") resultam de atividades separadas destinadas a preservar a independência e objetividade das opiniões nas quais se baseiam os ratings. Os ratings são opiniões, não sendo, portanto, declarações de fatos, nem recomendações de compra, manutenção ou venda de nenhum título. Os ratings baseiam-se em informações recebidas pela Divisão de Ratings Services. Outras divisões da Standard & Poor's podem possuir informações não disponíveis à Divisão de Ratings Services. A Standard & Poor's estabeleceu políticas e procedimentos cujo objetivo é manter a confidencialidade de informações não públicas recebidas ao longo do processo de atribuição de ratings. A Divisão de Ratings Services é remunerada pela atribuição de ratings. Tal compensação é normalmente paga ou pelo emissor dos títulos avaliados ou por terceiros que participem da negociação de tais títulos. Embora a Standard & Poor's se reserve o direito de disseminar os ratings por ela atribuídos, esta não recebe remuneração por fazê-lo, exceto pelas assinaturas de suas publicações. Quaisquer informações adicionais sobre as tarifas cobradas pela atribuição de ratings por parte da Divisão de Ratings Services estão disponíveis em www.standardandpoors.com/usratingsfees.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO III

- Compromisso de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

COMPROMISSO DE SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DE QUOTAS SUBORDINADAS E OUTRAS AVENÇAS

Pelo presente instrumento, as partes:

(a) **COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE-GT**, sociedade anônima com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Joaquim Porto Villanova, 201, Prédio A1, 7º andar, sala 722, Jardim Carvalho, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 92.715.812/0001-31, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Cedente"); e

(b) **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CEEE III-GT**, fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob o n. 09.151.203/0001-53 ("Cessionário" ou "Fundo"), neste ato representado por seu administrador, **UBS PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM** instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, 501, 5º andar – parte, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 59.281.253/0001-23 ("Administrador"), neste ato representado na forma de seu Estatuto Social,

sendo a Cedente e o Fundo, em conjunto, referidos como "Partes" ou, individual e indistintamente, como "Parte".

CONSIDERANDO QUE,

I. O Administrador, em 22 de outubro de 2007, deliberou a constituição do Fundo, aprovando o inteiro teor do seu regulamento ("Regulamento") e a emissão, para distribuição pública, de 150.000 (cento e cinquenta mil) quotas seniores (as "Quotas Seniores" e a "Oferta"), além da emissão, para subscrição privada, de 9.575 (nove mil quinhentos e setenta e cinco) quotas subordinadas ("Quotas Subordinadas" e, quando consideradas em conjunto com as Quotas Seniores, as "Quotas") de emissão do Fundo;

II. Nos termos do Regulamento, o Administrador poderá realizar, a seu exclusivo critério, a emissão de novas quotas subordinadas do Fundo, sem necessidade de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas ("Novas Quotas Subordinadas");

III. O Fundo será registrado perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), na forma da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada (a "Instrução CVM nº 356/2001");

IV. As Quotas Subordinadas e as Novas Quotas Subordinadas serão totalmente subscritas e integralizadas pela Cedente; e

V. As Quotas Subordinadas e as Novas Quotas Subordinadas serão integralizadas pela Cedente em moeda corrente nacional.

RESOLVEM as Partes celebrar este Compromisso de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas e Outras Avenças ("Compromisso"), de acordo com as cláusulas e condições a seguir especificadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO COMPROMISSO DE SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DAS QUOTAS SUBORDINADAS E DAS NOVAS QUOTAS SUBORDINADAS

1.1. A Cedente, neste ato, compromete-se a subscrever e integralizar, de forma privada, a totalidade das Quotas Subordinadas e das Novas Quotas Subordinadas que vierem a ser emitidas pelo Fundo nos termos do Regulamento.

1.1.1. As Quotas Subordinadas serão subscritas pela Cedente na Primeira Data de Emissão e serão integralizadas pela Cedente no ato da subscrição.

1.1.2. As Novas Quotas Subordinadas serão subscritas e integralizadas pela Cedente de acordo com (i) o instrumento particular do Administrador para deliberação de Novas Quotas Subordinadas ou a assembléia geral de quotistas do Fundo que venha a deliberar pela emissão de Novas Quotas Subordinadas ou (ii) o item 15.01 "i" do Regulamento, caso a Cedente venha a optar pela decisão de subscrição e integralização de Novas Quotas Subordinadas na hipótese de desenquadramento da Razão de Garantia.

1.2. O preço de integralização das Quotas na Primeira Data de Emissão será correspondente a R\$ 1.000,00 (hum mil reais) cada. A partir do primeiro dia útil seguinte à Primeira Data de Emissão, o preço de integralização de cada uma das Quotas Subordinadas e das Novas Quotas Subordinadas corresponderá ao valor atualizado das Quotas Subordinadas, calculado nos termos do item 10.18. do Regulamento (cada preço de integralização, o "Preço de Integralização").

CLÁUSULA SEGUNDA

DA INTEGRALIZAÇÃO DAS QUOTAS SUBORDINADAS E DAS NOVAS QUOTAS SUBORDINADAS E DO PAGAMENTO DO PREÇO DE INTEGRALIZAÇÃO

2.1. A integralização das Quotas Subordinadas e das Novas Quotas Subordinadas será realizada no ato da subscrição, mediante o pagamento, pela Cedente, do Preço de Integralização.

2.2. As Quotas Subordinadas e as Novas Quotas Subordinadas serão integralizadas, exclusivamente, em moeda corrente nacional, mediante a transferência do montante correspondente ao Preço de Integralização em fundos imediatamente disponíveis da Conta Autorizada da Cedente para a Conta Autorizada do Fundo.

2.3. A Cedente, desde já, autoriza o Agente de Recebimento, em caráter irrevogável e irretratável, a proceder à transferência dos valores correspondentes ao Preço de Integralização das Quotas Subordinadas e das Novas Quotas Subordinadas, da Conta Autorizada da Cedente para a Conta Autorizada do Fundo.

CLÁUSULA TERCEIRA

DAS PENALIDADES

3.1. Caso a Cedente descumpra a obrigação de subscrição e integralização prevista nas Cláusulas Primeira e Segunda deste Compromisso, ficará sujeita ao pagamento de multa convencional, não compensatória, de 10% (dez por cento) sobre o Preço de Integralização definido no item 1.2 acima, sem prejuízo da adoção das medidas judiciais ou extrajudiciais cabíveis e do pagamento das verbas de sucumbência.

CLÁUSULA QUARTA

DA TUTELA ESPECÍFICA

4.1. As Partes reconhecem, desde já, que este Compromisso constitui título executivo extrajudicial para todos os fins e efeitos dos artigos 585, inciso II, e 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

4.2. A obrigação da Cedente de subscrever as Quotas Subordinadas e as Novas Quotas Subordinadas e de efetuar o pagamento do Preço de Integralização será exigível na data de subscrição e integralização das Quotas Subordinadas e das Novas Quotas Subordinadas, ficando facultado ao Administrador, no melhor interesse do Fundo e como seu representante legal, adotar as medidas judiciais necessárias (i) à tutela específica ou (ii) à obtenção do resultado prático equivalente, por meio das medidas a que se refere o § 5º do artigo 461, do Código de Processo Civil.

4.3. Caso a Cedente descumpra a obrigação de subscrever as Quotas Subordinadas e as Novas Quotas Subordinadas e de efetuar o pagamento do Preço de Integralização, o Administrador, no melhor interesse do Fundo e como seu representante legal, independentemente de qualquer aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo da faculdade de rescindir este Compromisso, poderá requerer, com fundamento no artigo 273 combinado com o artigo 461 e seus parágrafos, ambos do Código de Processo Civil, a tutela específica da obrigação inadimplida ou, a seu juízo, promover execução da obrigação de fazer, com fundamento no artigo 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

4.4. Para todos os fins e efeitos de direito, tendo em vista a natureza patrimonial das obrigações assumidas pelo Fundo perante terceiros, a Cedente reconhece, desde já, a relevância de qualquer pedido judicial de tutela antecipada feito com base nas disposições desta Cláusula, assim como a caracterização do dano potencial para o Fundo na hipótese do descumprimento das obrigações da Cedente decorrentes deste Compromisso.

CLÁUSULA QUINTA

DAS DECLARAÇÕES DA CEDENTE

5.1. A Cedente, devidamente autorizada na forma de seus atos constitutivos, declara e assegura ao Fundo, na data de assinatura deste Compromisso, que:

- a) é uma sociedade anônima validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação e regulamentação em vigor, estando devidamente autorizada a explorar potenciais hidrelétricos e a comercializar a energia por estes gerada, bem como a prestar serviços de transmissão de energia elétrica, nos termos dos Contratos de Concessão;
- b) está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações societárias necessárias à celebração deste Compromisso, à assunção e cumprimento das obrigações dele decorrentes, em especial as relativas à promessa de subscrição e integralização das Quotas Subordinadas e das Quotas Seniores, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- c) obteve todas as autorizações necessárias, perante os órgãos estaduais e federais competentes, em especial da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, outorgada por meio do Despacho n.º 1.539 de 17 de maio de 2007 à celebração deste Compromisso, à assunção e ao cumprimento das obrigações dele decorrentes, em especial as relativas à cessão e

transferência dos Direitos de Crédito e à outorga de mandatos, tendo sido satisfeitos, dessa forma, todos os requisitos legais para tanto;

- d) os seus representantes legais que assinam este Compromisso têm poderes estatutários para assumir, em seu nome, as obrigações nele estabelecidas, bem como para outorgar mandatos a terceiros nos termos aqui definidos e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados para assumir, em seu nome, as obrigações nele estabelecidas, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- e) a celebração deste Compromisso e a assunção e o cumprimento das obrigações dele decorrentes não acarretam, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, de (i) quaisquer contratos, de qualquer natureza, firmados anteriormente à data da assinatura deste Compromisso, dos quais a Cedente seja parte ou aos quais estejam vinculados, a qualquer título, quaisquer dos bens corpóreos, incorpóreos, tangíveis, intangíveis, móveis ou imóveis de sua propriedade, em especial os Direitos de Crédito; (ii) qualquer norma legal ou regulamentar a que a Cedente ou seus controladores ou quaisquer dos bens corpóreos, incorpóreos, tangíveis, intangíveis, móveis ou imóveis de sua propriedade estejam sujeitos; e (iii) qualquer ordem, decisão, ainda que liminar, judicial ou administrativa que afete a Cedente, ou seus controladores, ou quaisquer dos bens corpóreos, incorpóreos, tangíveis, intangíveis, móveis ou imóveis de sua propriedade;
- f) a sua situação econômica, financeira e patrimonial, refletida nas demonstrações financeiras exigidos pela legislação societária e/ou pelas normas regulamentares da CVM e/ou da ANEEL, até a data em que esta declaração é feita, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira negativa a assunção e o cumprimento das suas obrigações decorrentes deste Compromisso;
- g) não há quaisquer títulos de sua emissão ou sacados contra si que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados, cujo valor unitário e/ou agregado seja igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), que será atualizado, na menor periodicidade admitida em lei, a partir da data de assinatura deste Compromisso, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M"), excetuados os que, apresentados para protesto, tenham sido objeto de pedido judicial de sustação cautelar de protesto com razoáveis fundamentos de direito, seguido, conforme o caso, da respectiva ação principal;

- h) está cumprindo rigorosamente as obrigações dos Contratos de Concessão, bem como as normas administrativas e determinações da ANEEL aplicáveis à condução de seus negócios;
- i) está cumprindo rigorosamente as obrigações dos CCEAR, do CPST e dos CUST; e
- j) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, em valor equivalente ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), que possa vir a causar impacto adverso relevante em suas condições financeiras ou suas atividades, nos termos dos Contratos de Concessão.

CLÁUSULA SEXTA

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. Além das demais obrigações assumidas nos termos deste Compromisso, o Administrador obriga-se a fazer com que seja mantido, pelo Custodiante, o registro da titularidade das Quotas Subordinadas e das Novas Quotas Subordinadas em nome da Cedente, competindo-lhe o controle e a guarda dos respectivos livros, em meio físico ou eletrônico, tudo de acordo com a legislação aplicável.

6.2. Exceto no caso de mudança de denominação social da Cedente ou no caso de fusão, de incorporação ou de alienação de controle, direto ou indireto, da Cedente (ou de evento de reorganização societária de efeito semelhante) devidamente autorizado por lei ou em conformidade com o Regulamento, fica vedada (i) a averbação, no livro de registro das Quotas, da transferência de Quotas Subordinadas e/ou das Novas Quotas Subordinadas, a qualquer título; e/ou (ii) a emissão de quaisquer valores mobiliários lastreados nas Quotas Subordinadas e/ou nas Novas Quotas Subordinadas, seja de forma privada ou por meio de negociação em bolsa de valores ou em mercado de balcão, organizado ou não.

6.3. Sem prejuízo das demais obrigações assumidas nos termos deste Compromisso, a Cedente se obriga, em caráter irrevogável e irretratável, a:

- a) não mutuar, onerar, gravar ou alienar as Quotas Subordinadas e/ou as Novas Quotas Subordinadas de sua titularidade;
- b) não proceder à negociação, pública ou privada, das Quotas Subordinadas e/ou das Novas Quotas Subordinadas; e

- c) não revogar quaisquer dos mandatos outorgados ao Administrador, na qualidade de Agente de Recebimento, nos termos deste Compromisso.

CLÁUSULA SÉTIMA

DA OUTORGA DE PODERES

7.1. A fim de possibilitar o cumprimento das obrigações estabelecidas neste Compromisso, em especial as decorrentes da subscrição e integralização de Quotas Subordinadas e das Novas Quotas Subordinadas a que irrevogavelmente se obrigou a Cedente, essa constitui o Administrador seu bastante procurador por todo o prazo de vigência deste Compromisso, investido de poderes especiais para praticar todos os atos necessários à efetivação da subscrição e integralização de Quotas Subordinadas e das Novas Quotas Subordinadas, em especial para efetuar lançamentos, a crédito e a débito na Conta Autorizada da Cedente. O presente mandato é outorgado em caráter irrevogável e irretratável, sendo sua outorga condição do negócio, nos termos do artigo 684 do Código Civil Brasileiro, não podendo ser substabelecido, total ou parcialmente.

CLÁUSULA OITAVA

DO PRAZO DE VIGÊNCIA

8.1. O presente Compromisso começa a vigorar na data de sua assinatura e permanecerá em vigor até a liquidação do Fundo.

CLÁUSULA NONA

DA RESOLUÇÃO DO COMPROMISSO

9.1. O presente Compromisso resolver-se-á de pleno direito, sem qualquer ônus para a Cedente, na hipótese do Fundo não iniciar suas atividades.

CLÁUSULA DEZ

DAS COMUNICAÇÕES

10.1. Todos os documentos e as comunicações, sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem

enviados por qualquer das Partes nos termos deste Compromisso deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

a) para a Cedente:

**Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica –
CEEE-GT**

Avenida Joaquim Porto Villanova, nº. 201, Prédio A2, 7º andar
Jardim Carvalho
91410-400, Porto Alegre – RS
At.: Sr. Gisele Weisheimer
Telefone: (51) 3382.4883
Fac-símile: (51) 3382.4875
E-mail: giseles@ceee.com.br

b) para o Administrador, em nome do Fundo:

UBS Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM

Praia e Botafogo, 501, 5º andar – parte
Rio de Janeiro – RJ
At.: Sra. Mariana Ramalho
Telefone: (21) 3262-9624
Fac-símile: (21) 3262-8600
E-mail: mariana.cardoso@ubs.com

10.2. Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados entregues quando recebidas sob protocolo ou com “Aviso de Recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços acima ou quando da confirmação do recebimento da transmissão via fac-símile (*answer back*) ou via e-mail. Para os fins aqui previstos, será considerada válida a confirmação do recebimento via fac-símile ou e-mail ainda que emitida pela parte que tenha transmitido a mensagem, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação, bem como da data do envio.

10.3. Os originais dos documentos enviados por fac-símile, por e-mail ou por qualquer outro meio de transmissão eletrônica deverão ser encaminhados para os endereços acima em 48 (quarenta e oito) horas após o envio da mensagem.

CLÁUSULA ONZE

DA INDENIZAÇÃO

11.1. A Cedente responsabiliza-se por todo e qualquer dano moral ou patrimonial devidamente comprovado que venha a causar ao Fundo e/ou quaisquer terceiros, decorrentes de dolo, culpa ou má-fé, em função da prática de qualquer ato em desacordo com o disposto neste Compromisso.

11.2. A Cedente compromete-se a indenizar o Fundo e/ou quaisquer terceiros pelas perdas e danos por estes incorridos, inclusive aqueles relativos a qualquer custo ou despesa para a defesa de seus direitos e interesses, inclusive honorários advocatícios.

CLÁUSULA DOZE

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Todos os termos e expressões utilizados neste instrumento, em sua forma singular ou plural, e neles não definidos, têm o mesmo significado que lhes é atribuído no Regulamento ou no Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças ("Contrato de Cessão"), a ser firmado entre a Cedente e o Fundo;

12.2. Toda e qualquer modificação, alteração ou aditamento ao presente Compromisso somente será válido se feito por instrumento escrito, assinado pelas Partes.

12.3. As Partes celebram este Compromisso em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se ao seu fiel, pontual e integral cumprimento por si e por seus sucessores, a qualquer título.

12.4. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes deste Compromisso. Dessa forma, a tolerância e as concessões recíprocas terão caráter eventual e transitório e não configurarão, em qualquer hipótese, renúncia, transigência, remição, perda, modificação, redução ou ampliação de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos a qualquer das Partes nos termos deste Compromisso, assim como, quando havidas, o serão, expressamente, sem o intuito de novar as obrigações previstas neste Compromisso.

12.5. O presente Compromisso constitui o único e integral acordo entre as Partes com relação aos assuntos aqui tratados, substituindo todos os outros documentos,

cartas, memorandos ou propostas entre as Partes, bem como os entendimentos orais mantidos entre as mesmas, anteriores à presente data.

12.6. Salvo acordo expresso entre as Partes, é expressamente vedada a cessão a terceiros, por qualquer das Partes, dos direitos e obrigações nele previstos.

12.7. O presente Compromisso e seus aditamentos, se houver, serão registrados em Ofício de Títulos e Documentos da Capital do Estado do Rio Grande do Sul.

12.8. Para todos os fins e efeitos de direito, as Partes atribuem a este Compromisso a qualidade de título executivo extrajudicial nos termos e para os fins do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil, reconhecendo, desde já, a liquidez e certeza de quaisquer obrigações pecuniárias previstas neste Compromisso que venham a ser cobradas por meio de processo de execução por quantia certa contra devedor solvente.

12.9. Todas as disposições contidas neste Compromisso que se caracterizem como obrigação de fazer ou não fazer a ser cumprida pelo Fundo deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva do Administrador.

12.10. Para efeitos do disposto neste Compromisso, entende-se por “dia útil” segunda a sexta-feira, exceto feriados nacionais.

12.11. As Partes declaram, conjunta e expressamente, que o presente Compromisso foi celebrado respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes, e em perfeita relação de equidade.

12.12. Se, em decorrência de qualquer decisão judicial irrecorrível, qualquer disposição ou termo deste Compromisso for declarada nula ou for anulada, tal nulidade ou anulação não prejudicará a vigência das demais cláusulas deste Compromisso não atingidas pela declaração de nulidade ou pela anulação.

12.13. Aplicam-se a este Compromisso, no que se refere à confidencialidade, as disposições da Cláusula Dezesseis do Contrato de Cessão.

CLÁUSULA TREZE DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Compromisso, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

cartas, memorandos ou propostas entre as Partes, bem como os entendimentos orais mantidos entre as mesmas, anteriores à presente data.

12.6. Salvo acordo expresso entre as Partes, é expressamente vedada a cessão a terceiros, por qualquer das Partes, dos direitos e obrigações nele previstos.

12.7. O presente Compromisso e seus aditamentos, se houver, serão registrados em Ofício de Títulos e Documentos da Capital do Estado do Rio Grande do Sul.

12.8. Para todos os fins e efeitos de direito, as Partes atribuem a este Compromisso a qualidade de título executivo extrajudicial nos termos e para os fins do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil, reconhecendo, desde já, a liquidez e certeza de quaisquer obrigações pecuniárias previstas neste Compromisso que venham a ser cobradas por meio de processo de execução por quantia certa contra devedor solvente.

12.9. Todas as disposições contidas neste Compromisso que se caracterizem como obrigação de fazer ou não fazer a ser cumprida pelo Fundo deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva do Administrador.

12.10. Para efeitos do disposto neste Compromisso, entende-se por “dia útil” segunda a sexta-feira, exceto feriados nacionais.

12.11. As Partes declaram, conjunta e expressamente, que o presente Compromisso foi celebrado respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes, e em perfeita relação de equidade.

12.12. Se, em decorrência de qualquer decisão judicial irrecorrível, qualquer disposição ou termo deste Compromisso for declarada nula ou for anulada, tal nulidade ou anulação não prejudicará a vigência das demais cláusulas deste Compromisso não atingidas pela declaração de nulidade ou pela anulação.

12.13. Aplicam-se a este Compromisso, no que se refere à confidencialidade, as disposições da Cláusula Dezesseis do Contrato de Cessão.

CLÁUSULA TREZE DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Compromisso, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente Compromisso em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, obrigando-se por si, por seus sucessores a qualquer título, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Porto Alegre, 9 de novembro de 2007.

COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE-GT

1. _____

Por:

Cargo:

2. _____

Por:

Cargo:

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CEEE III-GT
Por: UBS Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM

1. _____

Por:

Cargo:

2. _____

Por:

Cargo: Márcia do Prado Figueiras
Procuradora



ANEXO IV

- Relatório da KPMG Structured Finance S.A.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



MINUTA

RISK ADVISORY SERVICES

CEEE Companhia Estadual de Energia Elétrica

Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
31 de julho de 2007

ADVISORY

AUDIT ■ TAX ■ ADVISORY

- Este relatório é fornecido à CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica ("CEEE" ou "Originadora"), em conformidade com a nossa proposta para prestação de serviços, datada de 11 de janeiro de 2007, e está sujeito, em todos os seus aspectos, aos termos e às condições estabelecidos no referido documento.
- Este relatório foi elaborado a partir da base de dados e das demais informações fornecidas pela CEEE. É importante ressaltar que o comportamento passado da carteira de direitos creditórios não constitui garantia de que este venha, no futuro, a se repetir ou sofrer alterações.
- Este relatório não constitui nenhuma garantia por parte da KPMG Risk Advisory Services ("KPMG") quanto à solvência, ao adimplemento, à pontualidade ou à qualidade da carteira de direitos creditórios.
- Nenhuma decisão de adquirir as quotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios deverá ser tomada somente com base nas informações contidas neste relatório.
- Nossos trabalhos foram executados em conformidade com as normas profissionais relativas à execução de trabalhos de revisão emanadas do Conselho Federal de Contabilidade e do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.



KPMG Risk Advisory Services Ltda.
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel
Fax Nacional
Internacional
Internet

55 (11) 2183-3000
55 (11) 2183-3001
55 (11) 2183-3034
www.kpmg.com.br

MINUTA

Aos
Diretores da

CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica
Porto Alegre - RS

24 de setembro de 2007

Prezados senhores:

Em conformidade com os termos de nossa proposta para a prestação de serviços, datada de 11 de janeiro de 2007, apresentamos nosso trabalho de revisão especial da CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica ("Originadora"), com o objetivo de revisar o histórico de performance dos recebíveis de geração e transmissão de energia e a operacionalização desses recebíveis, em conexão com o processo de constituição de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, aos cuidados do Banco Itaú BBA S.A. e do Banco UBS Factual S.A., denominados em conjunto ("Grupo Estruturador").

Objetivo

Segundo informações fornecidas pelo Grupo Estruturador, a execução dos procedimentos pré-acordados, objeto de nossa contratação, atenderá os seguintes principais objetivos:

- Confirmar, por meio de recálculo e verificação, os dados relativos às características demográficas e à performance da carteira de recebíveis, para um período histórico compreendido entre 1º de fevereiro de 2006 e 31 de julho de 2007;
- Levantar e obter entendimento dos fluxos de originação e cobrança desses recebíveis e verificar sua aderência às políticas estabelecidas internamente por meio de testes por amostragem;
- Levantar e obter entendimento quanto à estrutura dos sistemas operacionais, executando testes em relação aos aspectos de segurança de acesso e integridade de informações;
- Revisar a projeção de fluxo futuro de receita de geração e transmissão sujeito à cessão desenvolvida e preparado pela Originadora e fornecido a KPMG, buscando prover elementos para a identificação de potenciais impactos sobre o fluxo de caixa futuro, para definição dos parâmetros básicos de preço de cessão, níveis de subordinação ou sobre colateralização necessários para uma justa classificação por agência de classificação de risco, e determinação de modelo adequado de avaliação da carteira de recebíveis dentro do FIDC.

Fontes de Informação

Nossa carta-proposta descreve os procedimentos realizados por nós. Tais procedimentos foram definidos com representantes do Grupo Estruturador e foram limitados em natureza e extensão aos procedimentos por V.Sas. considerados mais adequados às suas necessidades.

As informações apresentadas neste relatório foram elaboradas a partir da leitura de uma base de dados gerada pela Originadora, para o período acima definido. Essa base de dados comporta operações originadas até 31 de julho de 2007. Algumas informações apresentadas neste relatório contemplam a leitura de informações até essa data.

Indicamos neste relatório as fontes das informações apresentadas. Não empreendemos nenhum trabalho adicional para estabelecer a confiabilidade nos dados disponibilizados, além dos procedimentos indicados neste relatório, quais sejam reconciliação da base de dados com os registros oficiais da Originadora e confronto da documentação física representativa dos direitos creditórios com os registros eletrônicos, estabelecida com base em testes por amostragem.

Nossos trabalhos basearam-se na situação da carteira de recebíveis em 31 de julho de 2007 e no faturamento da Originadora no período de 18 meses. Conforme acordado com V.Sas., não foi julgada necessária a atualização da base de dados utilizada entre essa data e a data de nosso relatório, bem como não faz parte do escopo de nossos trabalhos a atualização do presente relatório.

Outras Informações

Enfatizamos que este trabalho não representa uma auditoria, executada conforme as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, e, portanto, não deve ser interpretado como tal. Adicionalmente, de forma consistente com as orientações normativas relativas à execução de trabalhos de revisão, este relatório é de uso exclusivo da CEEE e do grupo encarregado do processo de securitização que está em andamento, não podendo ser distribuído a terceiros sem o nosso consentimento prévio.

Atenciosamente,

Ricardo Anhesini Souza
Sócio

Pedro Vitor Zago
Diretor

KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da rede KPMG de firma-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça.

KPMG Risk Advisory Services Ltda. is a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International, a Swiss cooperative.

Conteúdo

Os contatos na KPMG em relação a este relatório são:

Ricardo Anhesini Souza
Sócio
Tel.: 55 (11) 2183-3141
Fax: 55 (11) 2183-3001
rsouza@kpmg.com.br

Pedro Vinor Zago
Diretor
Tel.: 55 (11) 2183-3290
Fax: 55 (11) 2183-3001
pzago@kpmg.com.br

Fernando Omori
Gerente Sênior
Tel.: 55 (11) 2183-3381
Fax: 55 (11) 2183-3001
fjomori@kpmg.com.br

Página

Base para Preparação	4
Objetivos do Trabalho	6
Apresentação da Carteira de Recebíveis	8
Descrição do Processo de Originação e Cobrança	46



- Os procedimentos pré-acordados que formaram o escopo de nossos trabalhos foram estabelecidos com representantes do Banco Itaú BBA S.A. ("Coordenador-líder"), do Banco UBS Pactual S.A. ("Coordenador") e do BANRISUL - Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., grupo encarregado da estruturação da operação, e foram limitados em natureza e extensão aos procedimentos por V.Sas. considerados adequados às necessidades da operação.
- As informações contidas neste relatório, relativas às características demográficas dos recebíveis e à performance de pagamentos por parte dos usuários dos serviços de geração e transmissão de energia, foram executadas por meio da leitura e da compilação de uma base de dados fornecida pela área de Tecnologia da CEEE, compreendendo as atividades de Geração e Transmissão de energia elétrica, prestadas nos últimos 18 meses disponíveis, compreendidos entre 1º de fevereiro de 2006 e 31 de julho de 2007.
- Dessa forma, executamos nosso trabalho por meio da leitura do banco de dados da CEEE, processando as compilações de dados apresentadas neste relatório, em linha com esses procedimentos.
- As informações contidas neste relatório, relativas às políticas e aos procedimentos de faturamento e arrecadação dos serviços de geração e transmissão de energia a usuários, foram obtidas por meio de procedimentos de investigação e observação com a Divisão de Arrecadação da CEEE, vigentes durante a execução de nossos trabalhos.
- Conforme acordado com representantes do Grupo Estruturador, não foi julgada necessária a atualização da base de dados e das informações relativas às políticas de faturamento e arrecadação apresentadas neste relatório entre a data-base de nossos trabalhos e a data de emissão de nosso relatório, bem como não faz parte de nossos trabalhos a atualização deste relatório.
- Os procedimentos por nós realizados não constituem auditoria, exame ou análise em conformidade com quaisquer padrões e não verificamos de nenhuma outra forma as informações que obtivemos ou apresentamos neste relatório.

Conteúdo

Os contatos na KPMG em relação a este relatório são:

Ricardo Anhesini Souza
Sócio
Tel.: 55 (11) 2183-3141
Fax: 55 (11) 2183-3001
rsouza@kpmg.com.br

Pedro Vinor Zago
Diretor
Tel.: 55 (11) 2183-3290
Fax: 55 (11) 2183-3001
pzago@kpmg.com.br

Fernando Omori
Gerente Sênior
Tel.: 55 (11) 2183-3381
Fax: 55 (11) 2183-3001
fjomori@kpmg.com.br

Página

4

Base para Preparação

6

Objetivos do Trabalho

8

Apresentação da Carteira de Recebíveis

46

Descrição do Processo de Originação e Cobrança



© 2007 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça. KPMG 25185

Objetivos do Trabalho

- Confirmar, por meio de recálculo e verificação, os dados relativos às características demográficas e à performance da carteira de recebíveis, para um período histórico compreendido entre 1º de fevereiro de 2006 e 31 de julho de 2007.
- Levantar e obter entendimento dos fluxos de originação e cobrança desses recebíveis e verificar sua aderência às políticas estabelecidas internamente por meio de testes por amostragem.
- Levantar e obter entendimento quanto à estrutura dos sistemas operacionais, executando testes em relação aos aspectos de segurança de acesso e integridade de informações.
- Revisar a projeção de fluxo futuro de receita de geração e transmissão sujeito à cessão desenvolvido e preparado pela Originadora e fornecido a KPMG, buscando prover elementos para a identificação de potenciais impactos sobre o fluxo de caixa futuro, para definição dos parâmetros básicos de preço de cessão, níveis de subordinação ou sobre colateralização necessários para uma justa classificação por agência de classificação de risco, e determinação de modelo adequado de avaliação da carteira de recebíveis dentro do FIDC.



Conteúdo

Os contatos na KPMG em relação a este relatório são:

Ricardo Anhesini Souza
Sócio
Tel.: 55 (11) 2183-3337
Fax: 55 (11) 2183-3001
rsouza@kpmg.com.br

Pedro Vitor Zago
Diretor
Tel.: 55 (11) 2183-3290
Fax: 55 (11) 2183-3001
pzago@kpmg.com.br

Fernando Omori
Gerente Sênior
Tel.: 55 (11) 2183-3381
Fax: 55 (11) 2183-3001
fjomori@kpmg.com.br

Página

Base para Preparação 4

Objetivos do Trabalho 6

Apresentação da Carteira de Recabíveis 8

Descrição do Processo de Originação e Cobrança 46



- **Análises Demográficas**
 - Identificação do faturamento líquido sujeito à securitização
 - Compilação dos volumes mensais sujeitos à cessão
 - Distribuição do volume financeiro e da quantidade por dia de recebimento
 - Distribuição dos recebíveis por faixas de valor a serem definidas para fins de apuração da concentração das operações
 - Distribuição dos recebíveis por filial/região demográfica
- **Análises de Pontualidade e Performance de Pagamentos**
 - Cálculo do prazo médio de atraso e respectivos desvios-padrão.
 - Matriz triangular apresentando o percentual de inadimplência da carteira em ciclos quinzenais, considerando-se as parcelas vencidas em cada ciclo e o seu efetivo pagamento.
- **Fluxo Futuro de Receita de Geração e Transmissão Sujeito à Cessão**

Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)
Identificação do Faturamento Líquido Sujeito à Securitização (FLS) **MINUTA**

Apresenta os ajustes considerados para a determinação do Faturamento Líquido sujeito à Securitização (FLS), de acordo com as premissas adotadas pelo Grupo Estruturador.

Descrição	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	%
Transmissão	547.859	
Geração	334.023	
Total Base Dados	881.882	100,0%
Eliminações		
(-) Intercompany Transmissão	(7.560)	-0,9%
(-) Intercompany Geração	(8.845)	-1,0%
Total FLS	865.477	98,1%



© 2007 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)
Distribuição do Volume e da Quantidade de Faturas no Período **MINUTA**

Apresenta a evolução do montante de operações realizadas em bases mensais no período de 18 meses, compreendido entre 1 de fevereiro de 2006 e 31 de julho de 2007.

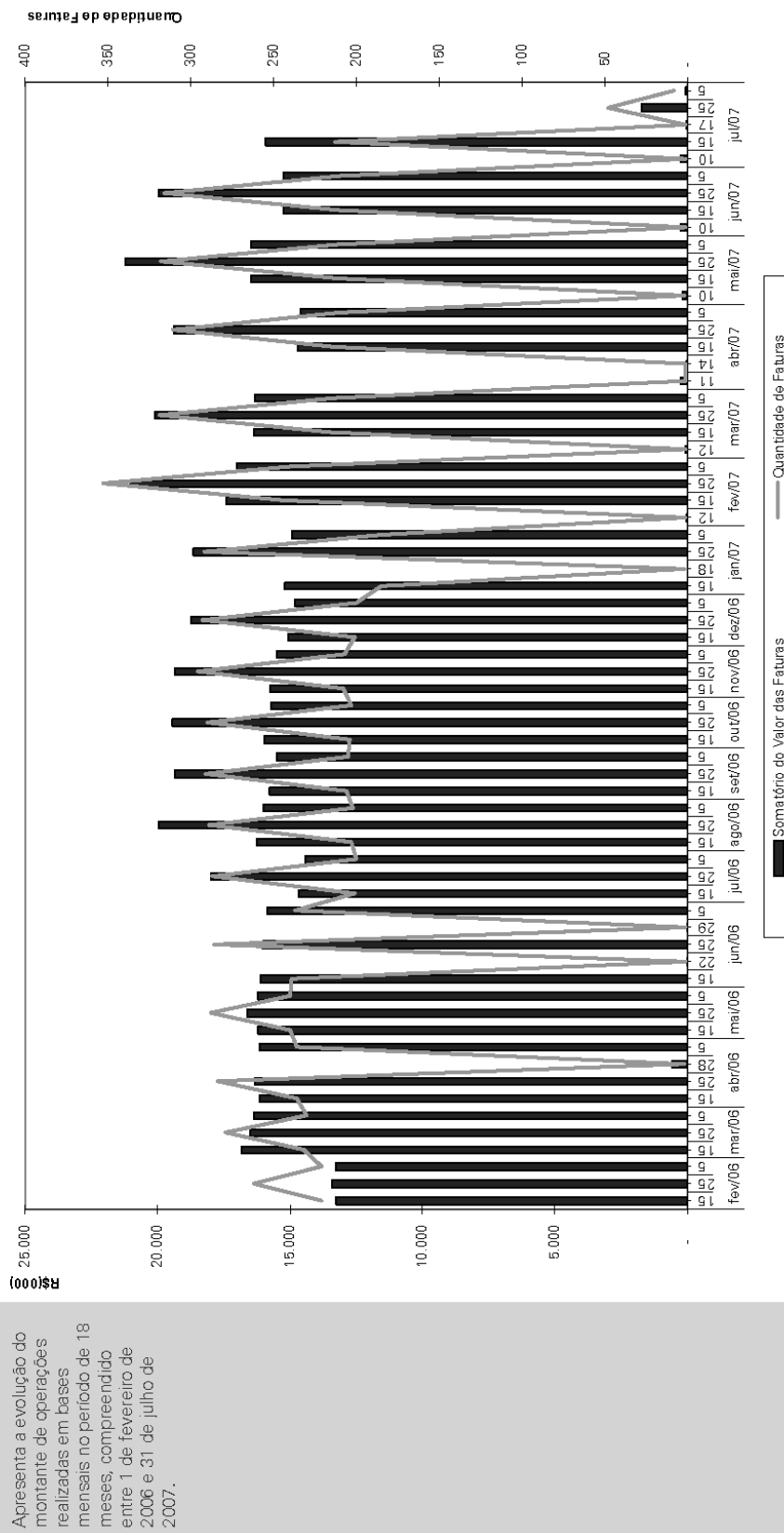
Competência	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)					Quantidade de faturas				
	15	25	5	Outros	Total	15	25	5	Outros	Total
fev/06	13.261	13.423	13.261	-	39.946	221	262	221		704
mar/06	16.827	16.525	16.350	-	49.702	232	279	230		741
abr/06	16.139	16.311	16.139	596	49.184	236	284	236	2	758
mai/06	16.217	16.622	16.217	-	49.057	240	288	240		768
jun/06	16.112	16.031	15.855	27	48.026	239	286	237	2	764
jul/06	14.676	17.999	14.429	-	47.103	201	287	200		688
ago/06	16.269	19.974	16.018	-	52.261	203	289	202		694
set/06	15.770	19.349	15.516	-	50.636	206	291	205		702
out/06	15.967	19.444	15.710	-	51.121	204	290	203		697
nov/06	15.766	19.361	15.505	-	50.632	208	296	207		711
dez/06	15.066	18.748	14.802	-	48.615	201	293	200		694
jan/07	15.195	18.655	14.927	1	48.779	185	292	184	2	663
fev/07	17.389	21.021	17.020	36	55.465	243	353	239	1	836
mar/07	16.371	20.098	16.327	79	52.875	216	319	213	1	749
abr/07	14.702	19.380	14.605	297	48.984	213	311	210	2	736
mai/07	16.457	21.223	16.457	194	54.331	211	318	211	2	742
jun/07	15.248	19.959	15.248	259	50.713	210	316	210	1	737
jul/07	15.928	1.744	72	305	18.049	213	48	8	2	271
Total	283.359	315.867	264.457	1.794	865.477	3.882	5.102	3.656	15	12.655

Apresenta a evolução do montante de operações realizadas em bases mensais no período de 18 meses, compreendido entre 1 de fevereiro de 2006 e 31 de julho de 2007.



© 2007 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.) **Distribuição do Volume e da Quantidade de Faturas no Período (cont.)** **MINUTA**



© 2007 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 25185
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.) **MINUTA**

Distribuição do Volume e da Quantidade de Faturas por Tipo de Faturamento - Transmissão

Apresenta a evolução do montante de operações por tipo de faturamento (Geração e Transmissão) realizadas em bases mensais no período de 18 meses, compreendido entre 1 de fevereiro de 2006 e 31 de julho de 2007.

Competência	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)					Quantidade de faturas				
	15	25	5	Outros	Total	15	25	5	Outros	Total
fev/06	7.852	8.014	7.852	-	23.719	152	193	152	-	497
mar/06	10.612	10.307	10.134	-	31.053	163	208	161	-	532
abr/06	10.335	10.505	10.335	596	31.771	167	213	167	2	549
mai/06	10.317	10.720	10.317	-	31.354	171	217	171	-	559
jun/06	10.487	10.418	10.244	-	31.150	170	216	169	-	555
jul/06	9.424	12.745	9.177	-	31.347	133	217	132	-	482
ago/06	9.594	13.297	9.343	-	32.234	132	216	131	-	479
set/06	9.606	13.183	9.353	-	32.141	135	218	134	-	487
out/06	9.589	13.064	9.332	-	31.985	136	220	135	-	491
nov/06	9.400	12.992	9.140	-	31.532	136	219	135	-	490
dez/06	8.484	12.162	8.219	-	28.865	131	218	130	-	479
jan/07	10.317	13.721	10.049	-	34.087	136	229	135	-	500
fev/07	9.506	13.091	9.136	-	31.733	136	228	132	-	496
mar/07	9.463	13.148	9.428	-	32.038	136	224	134	-	494
abr/07	8.458	12.290	8.361	-	29.109	135	220	132	-	487
mai/07	10.251	14.131	10.251	-	34.633	132	225	132	-	489
jun/07	9.227	13.180	9.227	-	31.633	131	225	131	-	487
jul/07	9.678	165	72	-	9.914	134	24	8	-	166
Total	172.600	207.134	159.969	596	540.299	2.566	3.730	2.421	2	8.719

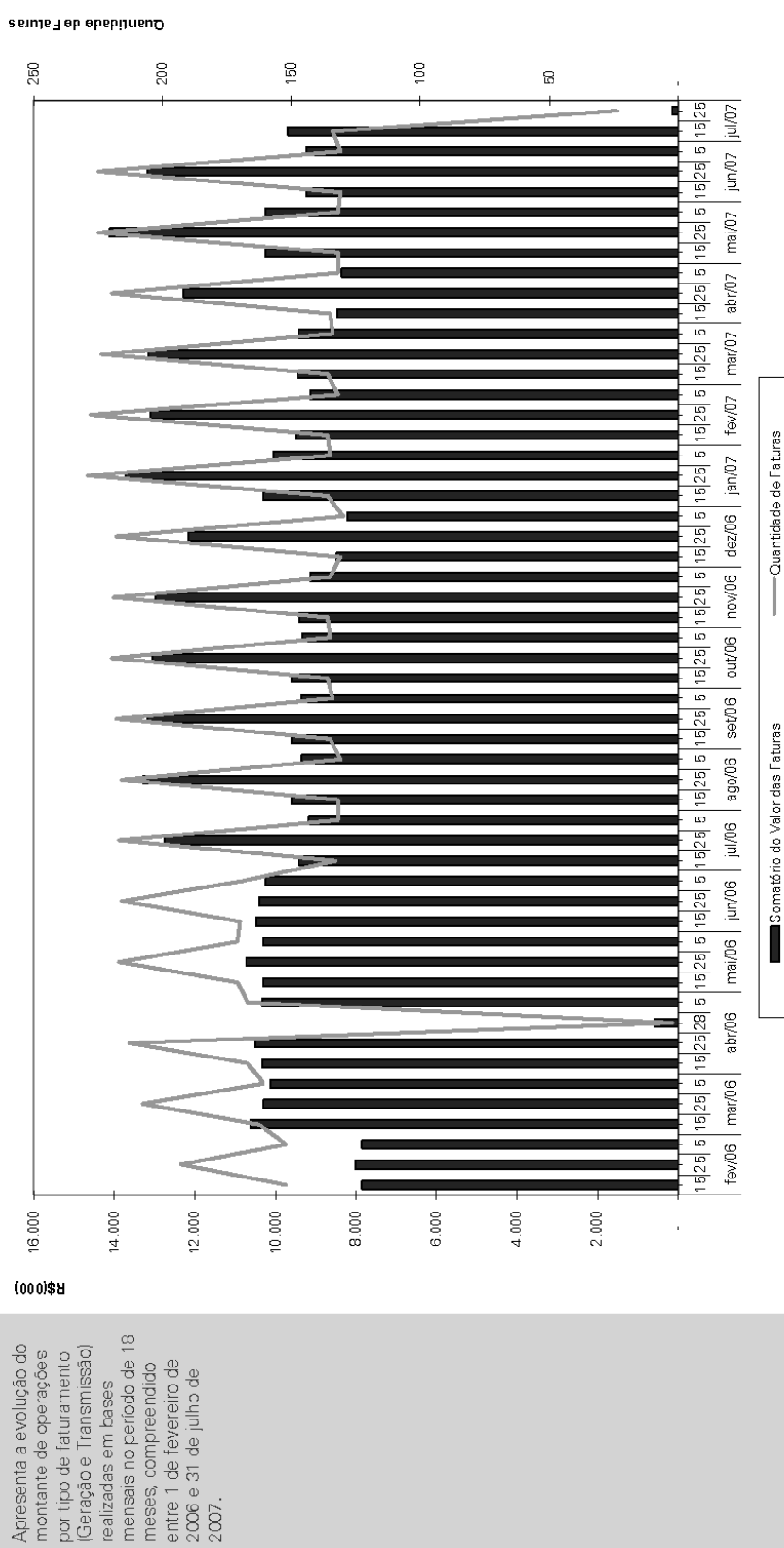
Apresenta a evolução do montante de operações por tipo de faturamento (Geração e Transmissão) realizadas em bases mensais no período de 18 meses, compreendido entre 1 de fevereiro de 2006 e 31 de julho de 2007.



© 2007 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 25185
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Distribuição do Volume e da Quantidade de Faturas por Tipo de Faturamento - Transmissão (cont.)



© 2007 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 25185
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)
Distribuição do Volume e da Quantidade de Faturas por Tipo de Faturamento - Geração **MINUTA**

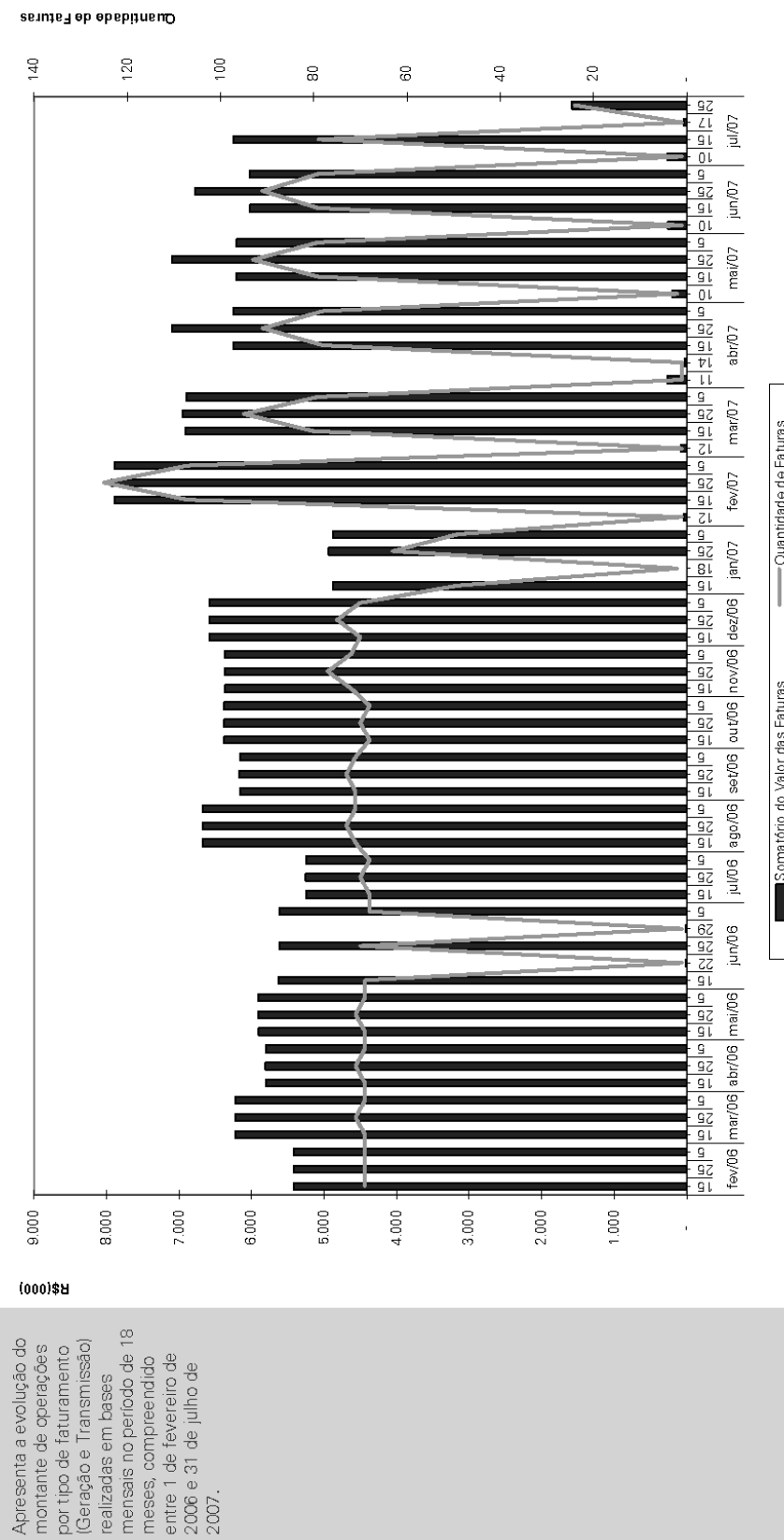
Competência	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)				Quantidade de faturas			
	15	25	5	Outros	15	25	5	Outros
	Total				Total			
fev/06	5.409	5.409	5.409	-	69	69	69	-
mar/06	6.216	6.218	6.216	-	69	71	69	-
abr/06	5.804	5.806	5.804	-	69	71	69	-
mai/06	5.900	5.902	5.900	-	69	71	69	-
jun/06	5.625	5.613	5.611	27	69	70	68	2
jul/06	5.251	5.253	5.251	-	68	70	68	-
ago/06	6.675	6.677	6.675	-	71	73	71	-
set/06	6.164	6.166	6.164	-	71	73	71	-
out/06	6.378	6.380	6.378	-	68	70	68	-
nov/06	6.366	6.368	6.366	-	72	77	72	-
dez/06	6.582	6.585	6.582	-	70	75	70	-
jan/07	4.878	4.934	4.878	1	49	63	49	2
fev/07	7.883	7.930	7.883	36	107	125	107	1
mar/07	6.908	6.950	6.899	79	80	95	79	1
abr/07	6.244	7.090	6.244	297	78	91	78	2
mai/07	6.206	7.092	6.206	194	79	93	79	2
jun/07	6.021	6.779	6.021	259	79	91	79	1
jul/07	6.250	1.579	-	305	79	24	-	2
Total	110.759	108.733	104.488	1.198	1.316	1.372	1.235	13
								3.936

Apresenta a evolução do montante de operações por tipo de faturamento (Geração e Transmissão) realizadas em bases mensais no período de 18 meses, compreendido entre 1 de fevereiro de 2006 e 31 de julho de 2007.



Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Distribuição do Volume e da Quantidade de Faturas por Tipo de Faturamento - Geração (cont.)



© 2007 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)
Ticket Médio - Consolidado

MINUTA

Apresenta a evolução do ticket médio das faturas consolidado, e por tipo de faturamento, em cada um dos meses sob análise, apresentada de acordo com a competência.

Competência	Ticket Médio das Faturas - R\$			
	15	25	5	Outros
fev/06	60.007	51.233	60.007	-
mar/06	72.531	59.231	71.085	-
abr/06	68.384	57.434	68.384	297.842
mai/06	67.572	57.717	67.572	-
jun/06	67.415	56.054	66.899	13.409
jul/06	73.014	62.713	72.143	-
ago/06	80.142	69.115	79.298	-
set/06	76.555	66.491	75.690	-
out/06	78.269	67.049	77.388	-
nov/06	75.797	65.408	74.904	-
dez/06	74.956	63.985	74.008	-
jan/07	82.137	63.887	81.124	639
fev/07	71.559	59.549	71.212	35.521
mar/07	75.791	63.003	76.654	78.537
abr/07	69.025	62.315	69.547	148.622
mai/07	77.994	66.739	77.994	97.100
jun/07	72.607	63.161	72.607	259.200
jul/07	74.777	36.334	8.984	152.539
Total	72.993	61.911	72.335	119.571



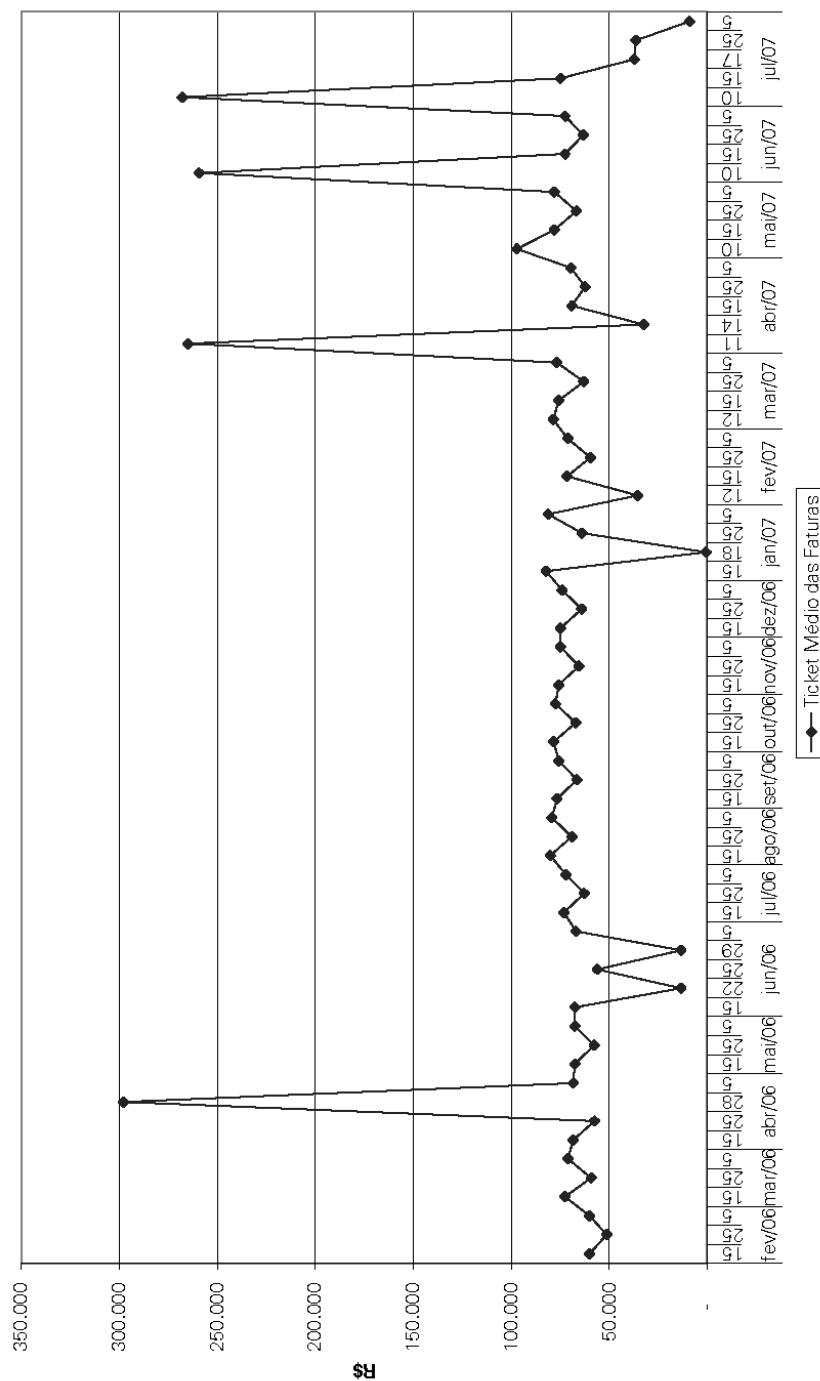
© 2007 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Ticket Médio - Consolidado (cont.)

MINUTA

Apresenta a evolução do ticket médio das faturas em cada um dos meses sob análise apresentada de acordo com a competência.



© 2007 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG 25185
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Ticket Médio - Transmissão

MINUTA

Apresenta a evolução do ticket médio das faturas consolidado, e por tipo de faturamento, em cada um dos meses sob análise, apresentada de acordo com a competência.

Competência	Ticket Médio das Faturas - R\$			
	15	25	5	Outros
fev/06	51.661	41.524	51.661	-
mar/06	65.101	49.554	62.944	-
abr/06	61.886	49.319	61.886	297.842
mai/06	60.333	49.403	60.333	-
jun/06	61.691	48.233	60.615	-
jul/06	70.861	58.735	69.525	-
ago/06	72.681	61.561	71.322	-
set/06	71.158	60.470	69.795	-
out/06	70.507	59.381	69.126	-
nov/06	69.118	59.326	67.700	-
dez/06	64.761	55.791	63.224	-
jan/07	75.862	59.916	74.435	-
fev/07	69.894	57.416	69.215	-
mar/07	69.579	58.695	70.358	-
abr/07	62.653	55.864	63.338	-
mai/07	77.659	62.805	77.659	-
jun/07	70.432	58.578	70.432	-
jul/07	72.224	6.859	8.984	-
Total	67.264	55.532	66.076	297.842



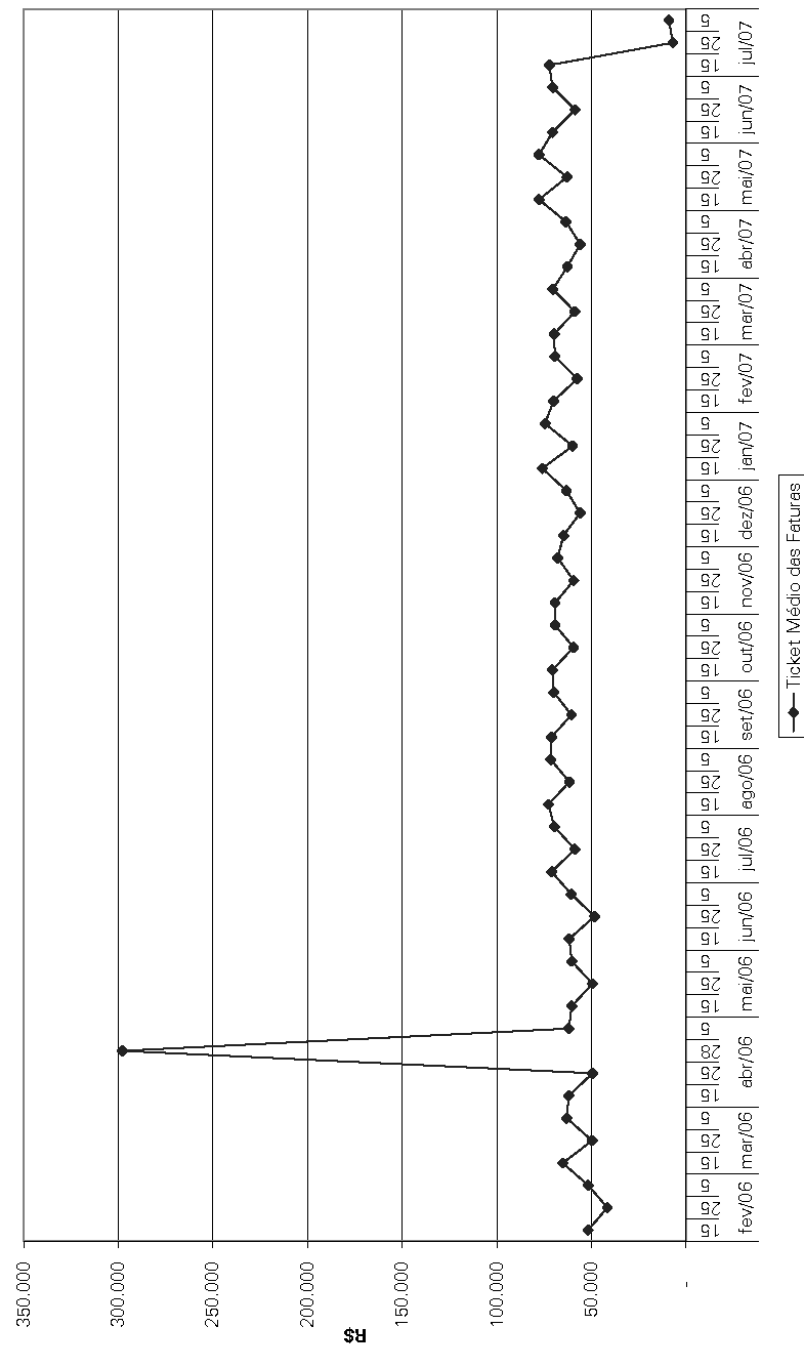
© 2007 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Ticket Médio - Transmissão (cont.)

MINUTA

Apresenta a evolução do ticket médio das faturas em cada um dos meses sob análise apresentada de acordo com a competência.



© 2007 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)
Ticket Médio - Geração

MINUTA

Apresenta a evolução do ticket médio das faturas consolidado, e por tipo de faturamento, em cada um dos meses sob análise apresentada de acordo com a competência.

Competência	Ticket Médio das Faturas - R\$			
	15	25	5	Outros
fev/06	78.392	78.392	78.392	-
mar/06	90.081	87.579	90.081	-
abr/06	84.112	81.777	84.112	-
mai/06	85.511	83.128	85.511	-
jun/06	81.517	80.187	82.519	13.409
jul/06	77.224	75.045	77.224	-
ago/06	94.013	91.464	94.013	-
set/06	86.816	84.471	86.816	-
out/06	93.791	91.147	93.791	-
nov/06	88.411	82.706	88.411	-
dez/06	94.034	87.803	94.034	-
jan/07	99.555	78.322	99.555	639
fev/07	73.675	63.441	73.675	35.521
mar/07	86.351	73.159	87.334	78.537
abr/07	80.054	77.911	80.054	148.622
mai/07	78.556	76.255	78.556	97.100
jun/07	76.215	74.492	76.215	259.200
jul/07	79.109	65.810	-	152.539
Total	84.164	79.252	84.605	92.144



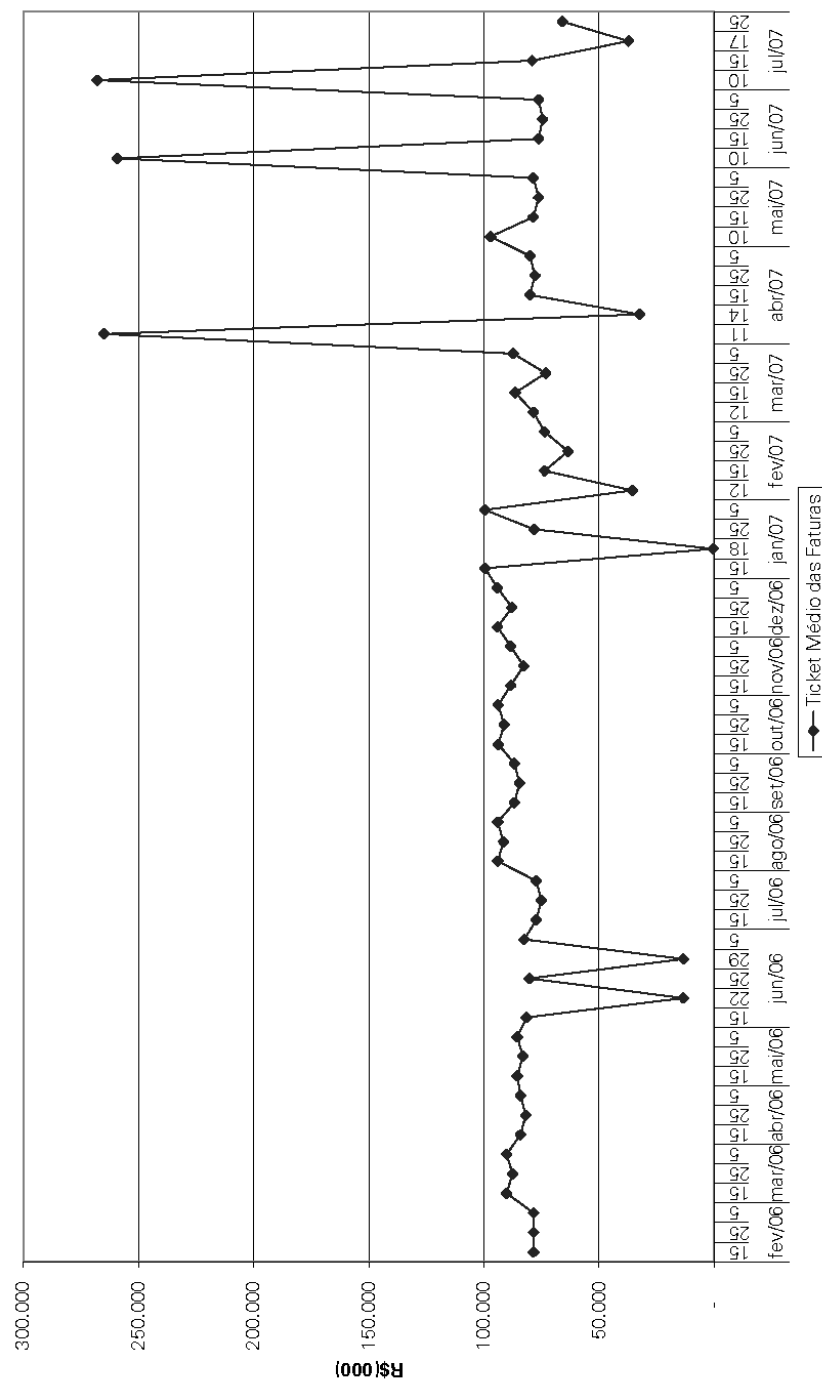
© 2007 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Ticket Médio - Geração (cont.)

MINUTA

Apresenta a evolução do ticket médio das faturas em cada um dos meses sob análise apresentada de acordo com a competência.



© 2007 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDM5 25185
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.) Representatividade dos 30 Maiores Clientes no Período

MINUTA

Com o objetivo de verificar a concentração da carteira de clientes, estão apresentados na tabela os 30 maiores clientes no período sob análise.

Nome do Cliente	1o. trim (fev/06 a abr/06)	2o. trim (mai/06 a jul/06)	3o. trim (ago/06 a out/06)	4o. trim (nov/06 a jan/07)	5o. trim (fev/06 a abr/06)	6o. trim (mai/06 a jul/06)	Total	
	R\$(000)	R\$(000)	R\$(000)	R\$(000)	R\$(000)	R\$(000)	R\$(000)	%
AES SUL DISTRIBUIDORA GAUCHA DE ENERGIA	10.075	11.961	12.367	12.709	11.373	11.343	69.828	8,1%
RGE RIO GRANDE ENERGIA	9.609	11.122	10.454	10.419	8.881	9.681	59.766	6,9%
ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE D	9.805	8.089	12.572	10.335	10.394	8.135	59.330	6,9%
CIA ESTADUAL DISTRIBUIÇÃO ENERGIA ELETRI	6.306	8.828	7.661	7.395	9.075	7.236	46.401	5,4%
COPEL DISTRIBUIÇÃO S. A.	7.122	6.804	7.043	6.198	11.575	7.269	46.011	5,3%
CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.	7.357	7.315	8.394	7.803	7.892	6.896	45.357	5,2%
LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S.A.	7.321	6.385	6.438	7.808	7.516	4.787	40.053	4,6%
COMPANHIA HIDRO ELETRICA DO SAO FRANCISC	5.488	5.576	5.899	5.638	5.677	4.392	32.667	3,8%
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA B	5.199	5.466	5.539	5.508	5.413	4.287	31.412	3,6%
ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S A	4.434	4.388	4.727	3.709	6.055	3.724	27.037	3,1%
CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL	3.723	3.896	4.100	3.919	3.946	3.053	22.637	2,6%
BRASKEM S.A	2.794	2.925	3.649	3.896	3.510	2.447	18.821	2,2%
COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL	3.001	2.930	3.271	3.059	3.828	2.446	18.636	2,1%
AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.	3.026	2.774	2.873	3.148	3.128	2.302	17.251	2,0%
FURNAS CENTRAIS ELETRICAS SA	2.821	2.868	3.035	2.901	2.921	2.256	16.802	1,9%
BANDEIRANTE ENERGIA S/A	2.794	2.949	2.893	2.791	2.897	2.042	16.166	1,9%
CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARA CELPA	2.453	2.748	3.326	2.356	3.185	1.969	16.038	1,9%
CESP COMPANHIA ENERGETICA DE SAO PAULO	2.577	2.877	3.054	2.985	2.479	1.706	15.678	1,8%
COMPANHIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO CELPE	2.633	2.510	2.544	2.775	2.718	2.018	15.193	1,8%
COMPANHIA ENERGETICA DE GOIAS CELG	2.491	2.532	2.757	2.854	2.409	2.118	14.891	1,7%
COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA COELCE	2.158	2.382	2.682	2.516	2.229	1.924	13.790	1,6%
ESPIRITO SANTO CENTRAIS ELETRICAS S A ES	2.163	2.191	2.340	2.304	2.182	1.566	12.735	1,5%
IPIRANGA PETROQUIMICA S.A	1.957	1.970	2.296	2.441	2.412	1.573	12.649	1,5%
COMPANHIA ENERGETICA DO MARANHÃO CEMAR	1.696	1.965	2.163	2.103	1.919	1.660	11.505	1,3%
COMPANHIA ENERGETICA DO RIO GRANDE DO NO	1.802	1.655	1.863	1.938	1.782	1.386	10.225	1,2%
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A	1.666	1.738	1.850	1.765	1.778	1.373	10.168	1,2%
COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ CPF	1.430	1.413	1.486	1.360	1.600	1.180	8.368	1,0%
COPEL GERAÇÃO SA	1.370	1.392	1.473	1.408	1.418	1.096	8.157	0,9%
CELESC DISTRIBUICAO SA	-	-	519	2.744	2.486	1.902	7.660	0,9%
SOCIEDADE ANÔNIMA DE ELETRIFICAÇÃO DA PA	1.208	1.183	1.313	1.412	1.326	1.025	7.467	0,9%
Total 30 maiores							732.596	84,6%
Demais (131 clientes)	22.658	23.354	23.735	20.601	23.923	18.610	132.881	15,4%
Total							865.477	100,0%



© 2007 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Representatividade dos 30 Maiores Clientes no Período (por Tipo de Faturamento)

MINUTA

Com o objetivo de verificar a concentração da carteira de clientes, estão apresentados na tabela os 30 maiores clientes segregados por tipo de faturamento no período sob análise.											
Nome do Cliente	Geração						Total				
	1o. trim (fev/06 a abr/06)	2o. trim (mai/06 a jul/06)	3o. trim (ago/06 a out/06)	4o. trim (nov/06 a jan/07)	5o. trim (fev/06 a abr/06)	6o. trim (mai/06 a jul/06)					
	R\$(000)	R\$(000)	R\$(000)	R\$(000)	R\$(000)	R\$(000)					
ELETPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE D	5.438	3.726	8.106	5.986	5.887	4.667	33.822	10,4%			
COPEL DISTRIBUIÇÃO S. A.	4.876	4.666	4.818	4.032	9.316	5.624	33.151	10,2%			
CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.	4.562	4.912	5.634	5.165	4.924	4.363	29.634	9,1%			
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA B	4.280	4.525	4.499	4.518	4.364	3.499	25.705	7,9%			
LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S.A	4.729	3.633	3.864	5.127	5.003	2.865	25.401	7,8%			
ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S A	3.022	2.973	3.269	2.282	4.549	2.666	18.661	5,7%			
CENTRAIS ELETRICAS DO PARA CELPA	2.176	2.460	3.008	2.044	2.863	1.711	14.262	4,4%			
AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.	2.200	1.933	2.025	2.322	2.264	1.638	12.363	3,8%			
COMPANHIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO CELPE	2.072	1.909	1.846	2.066	2.022	1.479	11.427	3,5%			
COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA COELCE	1.763	1.962	2.102	2.061	1.768	1.569	11.225	3,5%			
COMPANHIA ENERGETICA DE GOIAS CELG	1.697	1.728	1.932	1.790	1.672	1.482	10.302	3,2%			
COMPANHIA ENERGETICA DO MARANHAO CEMAR	1.443	1.711	1.900	1.844	1.641	1.444	9.964	3,1%			
COMPANHIA ENERGETICA DO RIO GRANDE DO NO	1.340	1.367	1.514	1.563	1.415	1.105	8.334	2,6%			
AES SUL DISTRIBUIDORA GAUCHA DE ENERGIA	1.392	1.365	1.171	1.464	1.454	1.039	7.965	2,4%			
BANDEIRANTE ENERGIA S/A	1.364	1.515	1.416	1.352	1.196	887	7.727	2,4%			
ESPIRITO SANTO CENTRAIS ELETRICAS S A ES	1.263	1.310	1.470	1.457	1.298	894	7.693	2,4%			
COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL	964	863	1.150	1.009	1.719	825	6.561	2,0%			
SOCIEDADE ANÔNIMA DE ELETRIFICAÇÃO DA PA	1.011	973	1.072	1.178	1.066	838	6.130	1,9%			
COMPANHIA ENERGETICA DE ALAGOAS CEAL	911	911	971	718	1.344	806	5.662	1,7%			
CEB DISTRIBUIÇÃO SA	878	923	1.024	981	887	622	5.315	1,6%			
COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI CEPISA	774	866	1.010	975	832	739	5.185	1,6%			
EMPRESA ENERGETICA DO MATO GROSSO DO SUL	862	706	746	602	927	523	4.255	1,3%			
EMPRESA ENERGETICA DE SERGIPE S A ENERGI	601	628	651	469	828	522	3.700	1,1%			
CELESC DISTRIBUICAO SA	-	-	-	1.236	941	716	2.895	0,9%			
CELESC CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATAR	926	901	612	-	-	-	2.438	0,7%			
CIA EST GERAÇÃO TRANSMISSÃO ENERGIA ELET	-	-	-	-	792	1.448	2.240	0,7%			
CIA ESTADUAL DISTRIBUIÇÃO ENERGIA ELETRI	-	-	-	-	1.108	1.121	2.230	0,7%			
CENTRAIS ELETRICAS MATOGROSSENSES S A CE	379	326	296	170	290	109	1.572	0,5%			
COMPANHIA LUZ E FORÇA SANTA CRUZ	235	230	234	236	230	184	1.349	0,4%			
COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ CPF	200	183	222	154	291	249	1.269	0,4%			
Total 30 maiores							318.367	97,9%			
Demais (11 clientes)	951	1.010	1.101	772	1.523	1.435	6.791	2,1%			
Total							325.178	100,0%			



© 2007 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Representatividade dos 30 Maiores Clientes no Período (por Tipo de Faturamento) (cont.)

MINUTA

Com o objetivo de verificar a concentração da carteira de clientes, estão apresentados na tabela os 30 maiores clientes segregados por tipo de faturamento no período sob análise.

Nome do Cliente	Transmissão												Total	
	1o. trim (fev/06 a abr/06)	2o. trim (mai/06 a jul/06)	3o. trim (ago/06 a out/06)	4o. trim (nov/06 a jan/07)	5o. trim (fev/06 a abr/06)	6o. trim (mai/06 a jul/06)								
	R\$(000)	R\$(000)	R\$(000)	R\$(000)	R\$(000)	R\$(000)	R\$(000)	R\$(000)						
	%						%							
AES SUL DISTRIBUIDORA GAUCHA DE ENERGIA	8.653	10.606	11.195	11.245	9.559	10.244	61.583	11,4%						
RGE RIO GRANDE ENERGIA	9.509	11.122	10.454	10.417	8.578	9.681	59.762	11,1%						
CIA ESTADUAL DISTRIBUIÇÃO ENERGIA ELETRI	6.306	8.928	7.561	7.395	7.957	6.114	44.171	8,2%						
COMPANHIA HIDRO ELETRICA DO SAO FRANCISC	5.486	5.576	5.599	5.638	5.677	4.332	32.657	6,0%						
ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE D	4.367	4.363	4.466	4.337	4.507	3.468	25.608	4,7%						
CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL	3.723	3.696	4.100	3.919	3.946	3.053	22.637	4,2%						
BRASKEM S.A	2.794	2.925	3.649	3.596	3.510	2.447	18.821	3,5%						
FURNAS CENTRAIS ELETRICAS SA	2.821	2.958	3.035	2.901	2.921	2.256	16.802	3,1%						
CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.	2.805	2.403	2.759	2.645	2.968	2.243	15.823	2,9%						
CESP COMPANHIA ENERGETICA DE SAO PAULO	2.577	2.877	3.054	2.955	2.479	1.706	15.678	2,9%						
LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S.A	2.592	2.552	2.584	2.478	2.514	1.932	14.652	2,7%						
COPEL DISTRIBUIÇÃO S. A.	2.246	2.218	2.225	2.166	2.259	1.744	12.859	2,4%						
IPIRANGA PETROQUIMICA S.A	1.957	1.970	2.296	2.441	2.412	1.573	12.849	2,3%						
COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL	2.037	2.047	2.121	2.049	2.109	1.620	11.985	2,2%						
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSAO S.A	1.655	1.738	1.850	1.765	1.778	1.373	10.168	1,9%						
BANDEIRANTE ENERGIA S/A	1.431	1.434	1.478	1.439	1.502	1.156	8.439	1,6%						
ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S A	1.412	1.415	1.458	1.427	1.506	1.157	8.375	1,6%						
COPEL GERAÇÃO SA	1.370	1.392	1.473	1.408	1.418	1.096	8.157	1,5%						
TRACTEBEL ENERGIA S.A.	1.234	1.255	1.327	1.269	1.277	968	7.350	1,4%						
COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ CPF	1.230	1.230	1.264	1.206	1.209	931	7.069	1,3%						
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA B	918	941	1.040	990	1.029	758	5.707	1,1%						
PETROQUIMICA TRIUNFO S/A	855	818	1.039	1.057	1.048	671	5.528	1,0%						
ESPIRITO SANTO CENTRAIS ELETRICAS S.A ES	839	882	989	846	853	663	5.042	0,9%						
CIA EST GERAÇÃO TRANSMISSÃO ENERGIA ELET	614	907	885	875	974	888	4.942	0,9%						
AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.	526	841	848	826	864	664	4.868	0,9%						
CELESC DISTRIBUICAO SA	-	-	519	1.506	1.545	1.186	4.755	0,9%						
COMPANHIA ENERGETICA DE GOIAS CELG	794	504	525	794	737	636	4.590	0,8%						
CELESC CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATAR	1.615	1.599	1.055	41	28	-	4.368	0,8%						
IAES TIETÊ S.A.	649	650	698	667	672	520	3.985	0,7%						
COMPANHIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO CELPE	561	601	695	677	696	538	3.771	0,7%						
Total 30 maiores							462.872	85,7%						
Demais (128 clientes)	12.557	13.084	13.706	13.448	13.950	10.653	77.427	14,3%						
Total							540.299	100,0%						



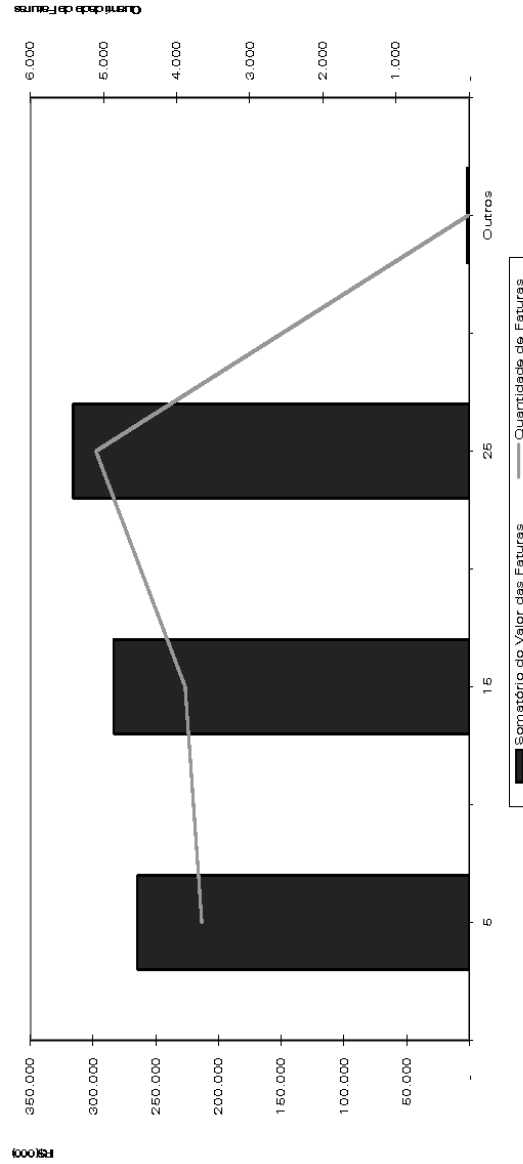
© 2007 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.) Distribuição das Operações por Dia de Vencimento

MINUTA

Apresenta a distribuição das faturas originadas no período de 18 meses por dia de vencimento, consolidado e segregado por tipo de faturamento.

Dia de vencimento no mês	Somatório do		% Acum.	Quantidade de Faturas	% Acum.
	Valor das Faturas - R\$(000)				
5	264.457	30,6%	30,6%	3.656	28,9%
15	283.359	32,7%	63,3%	3.882	30,7%
25	315.867	36,5%	99,8%	5.102	40,3%
Outros	1.794	0,2%	100,0%	15	0,1%
Total	865.477	100,0%		12.655	100,0%



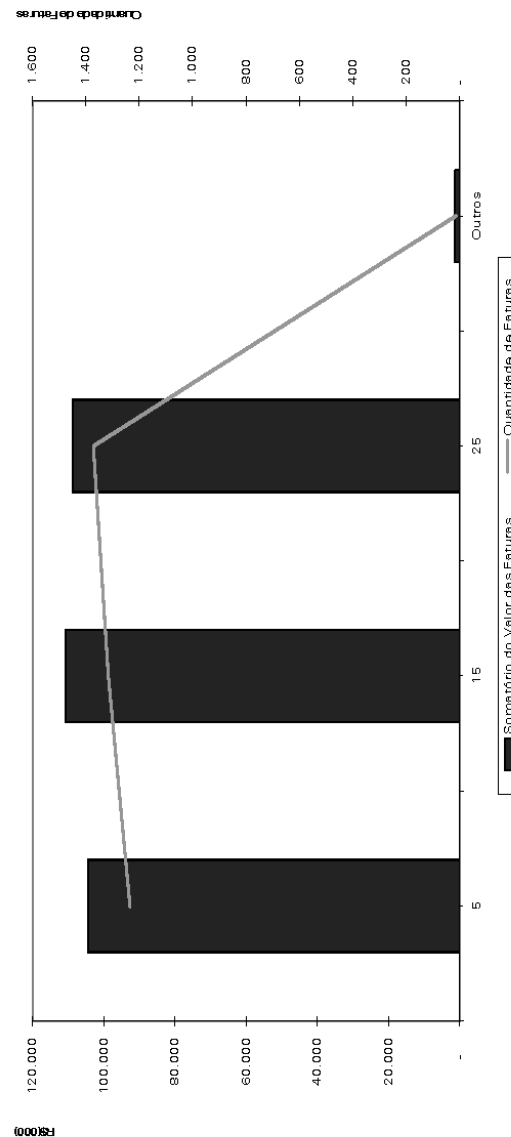
© 2007 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)
Evolução das Operações por Dia de Vencimento (cont.)

MINUTA

Apresenta a evolução das faturas originadas no período de 18 meses por dia de vencimento, consolidado e segregado por tipo de faturamento.

Dia de vencimento no mês	Geração			
	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	% Acum.	Quantidade de Faturas	% Acum.
5	104.488	32,1%	1.235	31,4%
15	110.759	34,1%	1.316	33,4%
25	108.733	33,4%	1.372	34,9%
Outros	1.198	0,4%	13	0,3%
Total	325.178	100,0%	3.936	100,0%



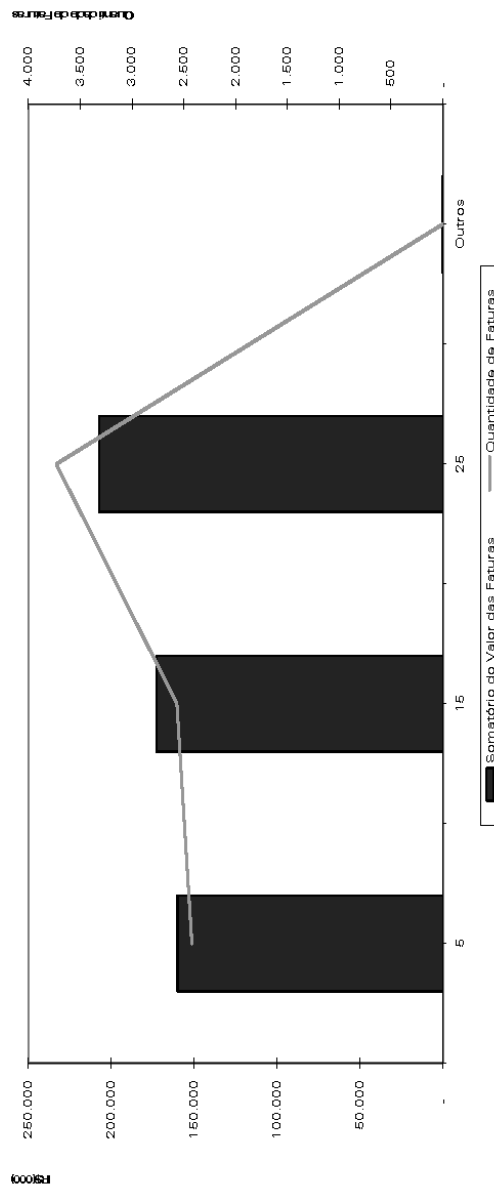
© 2007 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)
Evolução das Operações por Dia de Vencimento (cont.)

MINUTA

Apresenta a evolução das faturas originadas no período de 18 meses por dia de vencimento, consolidado e segregado por tipo de faturamento.

Dia de vencimento no mês	Transmissão			
	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	% Acum.	Quantidade de Faturas	% Acum.
5	159.969	29,6%	2.421	27,8%
15	172.600	31,9%	2.566	29,4%
25	207.134	38,3%	3.730	42,8%
Outros	596	0,1%	2	0,0%
Total	540.299	100,0%	8.719	100,0%



© 2007 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)
Distribuição das Operações por Faixa de Valor

MINUTA

Demonstra a distribuição das faturas por faixas de valores.

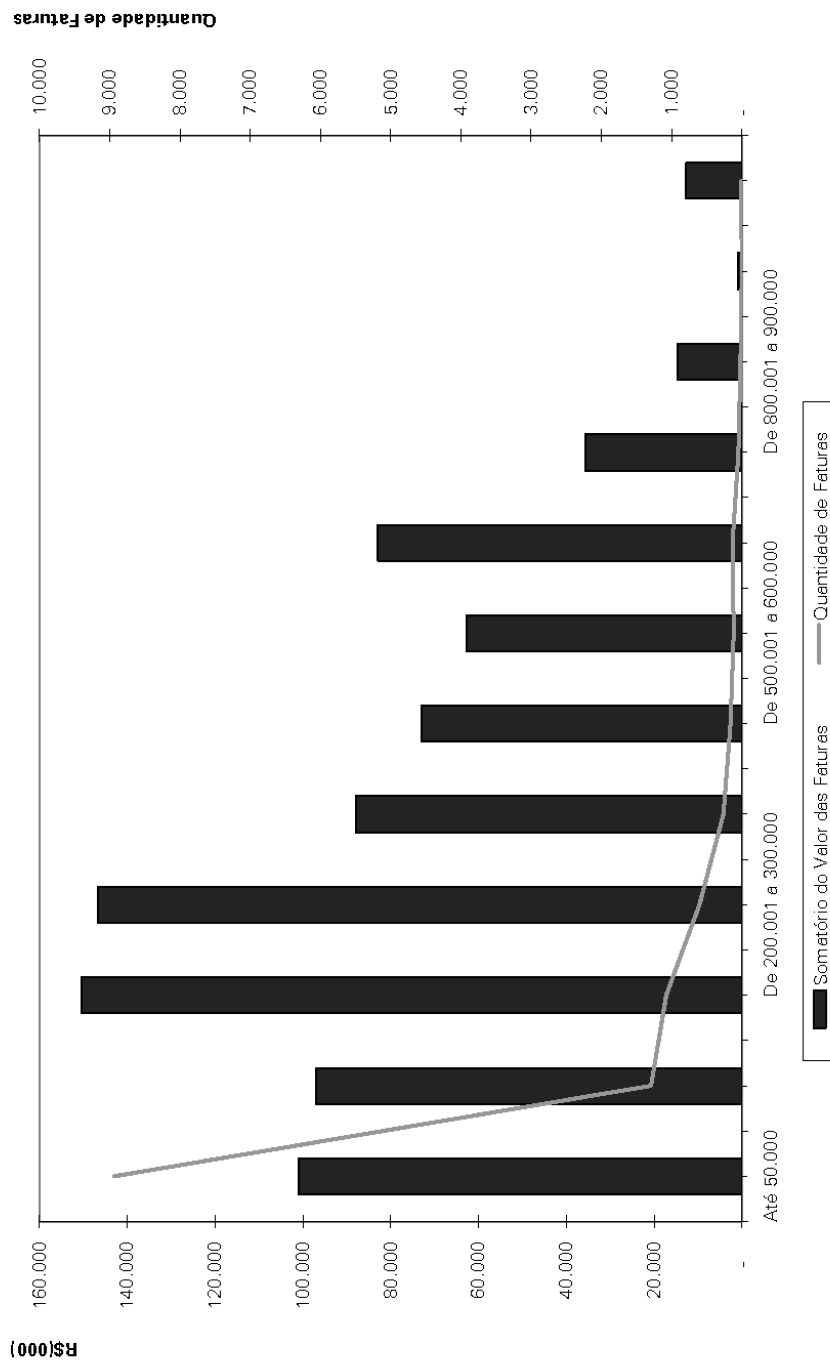
Faixa de Valor (Em R\$)	Somatório do		Quantidade de Faturas	% Acum.	% Acum.
	Valor das Faturas - R\$(000)				
Até 50.000	100.831	11,7%	8.936	70,6%	70,6%
De 50.001 a 100.000	97.053	11,2%	1.292	10,2%	80,8%
De 100.001 a 200.000	150.458	17,4%	1.076	8,5%	89,3%
De 200.001 a 300.000	146.698	16,9%	603	4,8%	94,1%
De 300.001 a 400.000	87.955	10,2%	261	2,1%	96,2%
De 400.001 a 500.000	72.983	8,4%	162	1,3%	97,4%
De 500.001 a 600.000	62.655	7,2%	115	0,9%	98,3%
De 600.001 a 700.000	82.885	9,6%	132	1,0%	99,4%
De 700.001 a 800.000	35.745	4,1%	48	0,4%	99,8%
De 800.001 a 900.000	14.634	1,7%	18	0,1%	99,9%
De 900.001 a 1.000.000	909	0,1%	1	0,0%	99,9%
Acima de 1.000.000	12.671	1,5%	11	0,1%	100,0%
Total	865.477	100,0%	12.655	100,0%	



© 2007 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.) Distribuição das Operações por Faixa de Valor (cont.)

MINUTA



© 2007 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)
Distribuição das Operações por Faixa de Valor por Tipo de Faturamento

MINUTA

Demonstra a distribuição das faturas por faixas de valores, segregadas pelo tipo de faturamento.

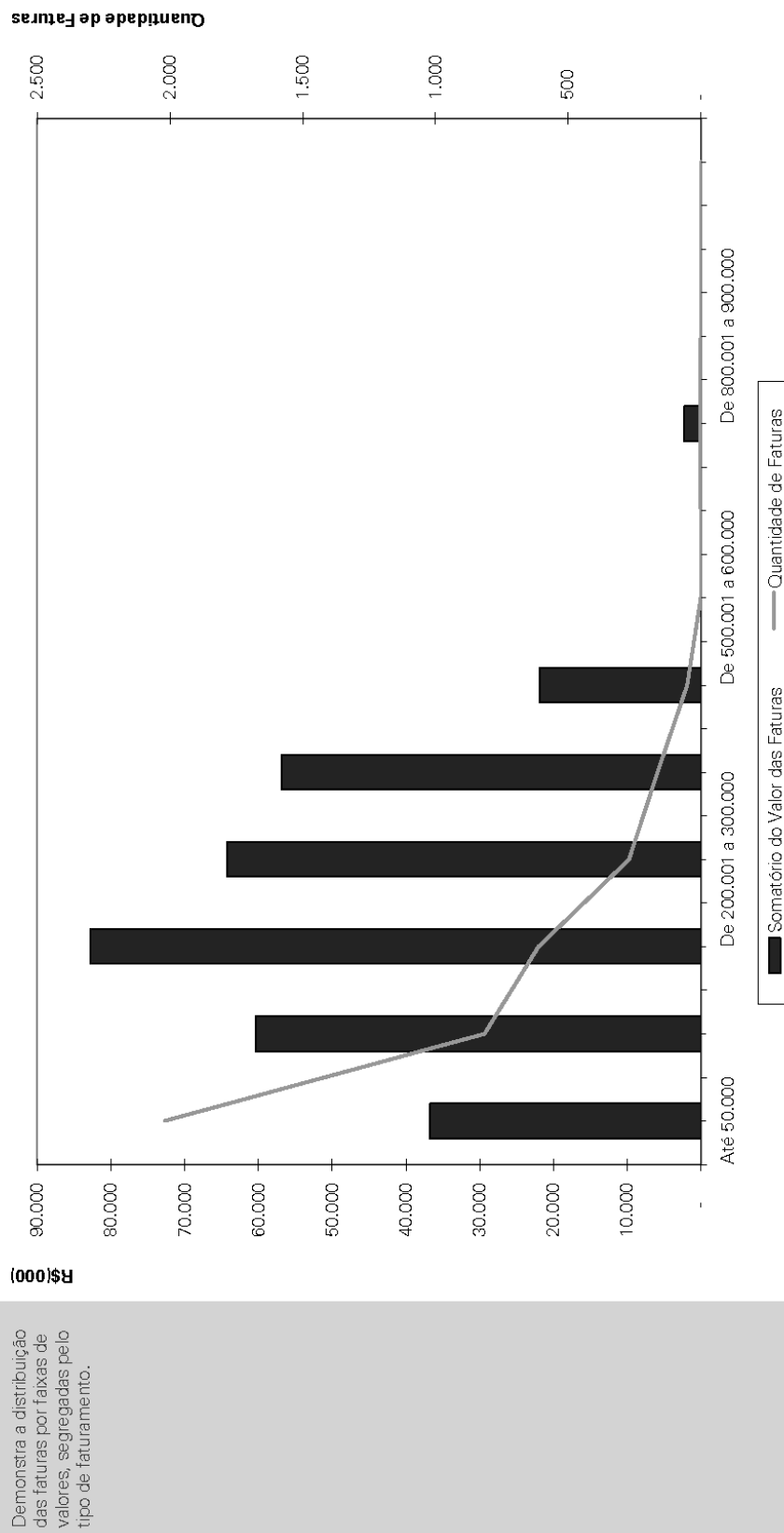
Faixa de Valor (Em R\$)	Geração			
	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	% Acum.	Quantidade de Faturas	% Acum.
Até 50.000	36.744	11,3%	2.020	51,3%
De 50.001 a 100.000	60.351	18,6%	815	20,7%
De 100.001 a 200.000	82.856	25,5%	612	15,5%
De 200.001 a 300.000	64.282	19,8%	271	6,9%
De 300.001 a 400.000	56.803	17,5%	163	4,1%
De 400.001 a 500.000	21.903	6,7%	52	1,3%
De 500.001 a 600.000	-	0,0%	-	0,0%
De 600.001 a 700.000	-	0,0%	-	0,0%
De 700.001 a 800.000	2.240	0,7%	3	0,1%
De 800.001 a 900.000	-	0,0%	-	0,0%
De 900.001 a 1.000.000	-	0,0%	-	0,0%
Acima de 1.000.000	-	0,0%	-	0,0%
Total	325.178	100,0%	3.936	100,0%



© 2007 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)
Distribuição das Operações por Faixa de Valor por Tipo de Faturamento (cont.)

MINUTA



© 2007 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.) **MINUTA**

Distribuição das Operações por Faixa de Valor por tipo de faturamento (cont.)

Demonstra a distribuição das faturas por faixas de valores, segregadas pelo tipo de faturamento.

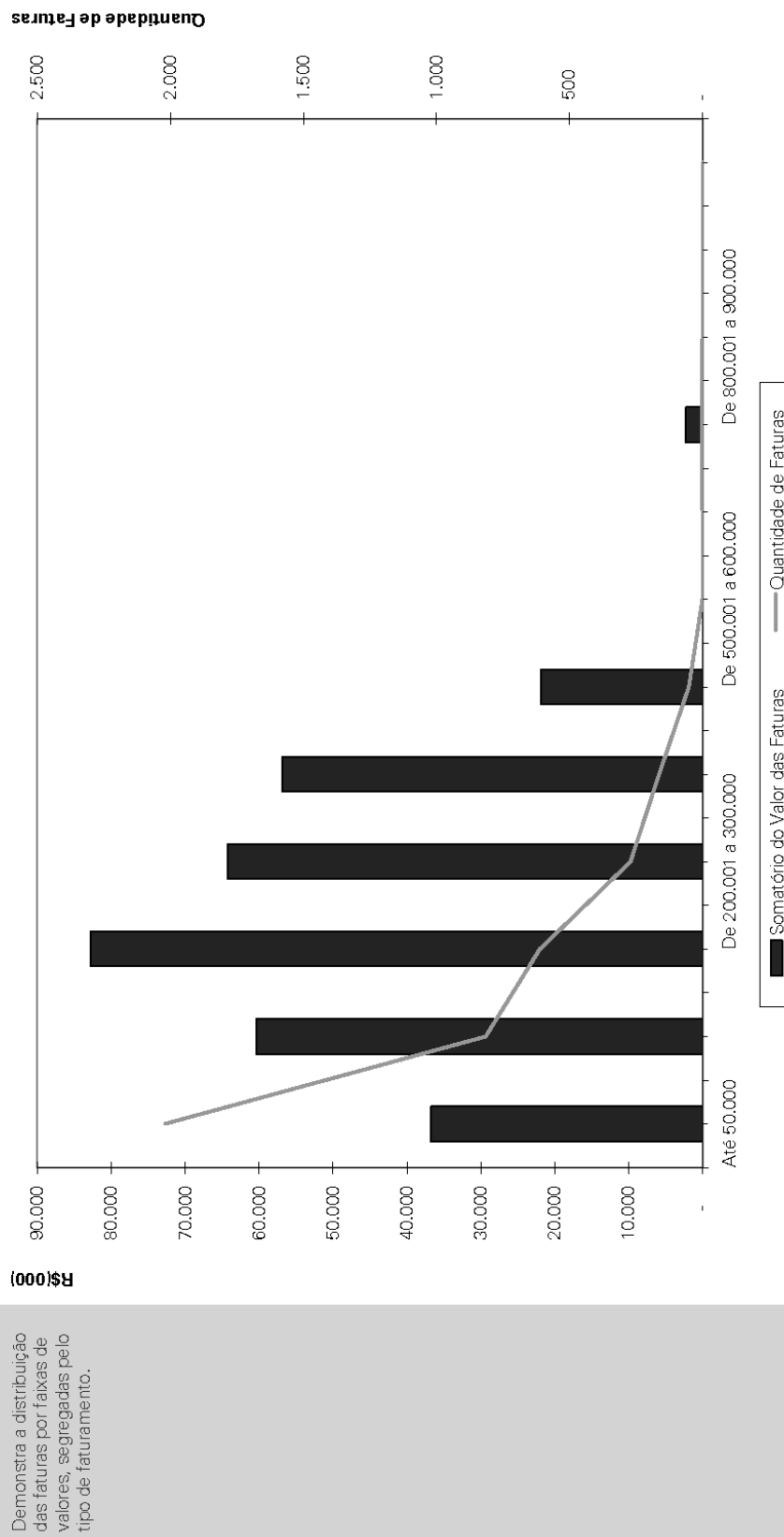
Faixa de Valor (Em R\$)	Transmissão			
	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	% Acum.	Quantidade de Faturas	% Acum.
Até 50.000	64.087	11,9%	6.916	79,3%
De 50.001 a 100.000	36.702	6,8%	477	5,5%
De 100.001 a 200.000	67.602	12,5%	464	5,3%
De 200.001 a 300.000	82.416	15,3%	332	3,8%
De 300.001 a 400.000	31.152	5,8%	98	1,1%
De 400.001 a 500.000	51.080	9,5%	110	1,3%
De 500.001 a 600.000	62.655	11,6%	115	1,3%
De 600.001 a 700.000	82.885	15,3%	132	1,5%
De 700.001 a 800.000	33.506	6,2%	45	0,5%
De 800.001 a 900.000	14.634	2,7%	18	0,2%
De 900.001 a 1.000.000	909	0,2%	1	0,0%
Acima de 1.000.000	12.671	2,3%	11	0,1%
Total	540.299	100,0%	8.719	100,0%



© 2007 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)
Distribuição das Operações por Faixa de Valor por Tipo de Faturamento (cont.)

MINUTA



© 2007 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Indicadores de Desempenho - Aging List - Consolidado

MINUTA

	Total sob análise			
	R\$(000)	%	% Acum.	
A tabela demonstra o comportamento de pagamentos dos clientes da CEEE nos 18 meses sob análise. Estão apresentados os volumes de faturas liquidadas antecipadamente, em dia e em atraso, bem como aquelas vencidas e não liquidadas, por faixas de prazo.				
Total sob análise	865.477			
Faturas a vencer em 5 de setembro de 2007	72			
Total das faturas vencidas e/ou liquidadas em 31 de agosto de 2007	865.405			
Faturas antecipadas acima de 5 dias	6.808	0,8%	0,8%	
Faturas antecipadas de 1 a 5 dias	8.712	1,0%	1,8%	
Faturas liquidadas no vencimento	552.272	63,8%	65,6%	
Faturas liquidadas até 1 dia de atraso*	187.340	21,6%	87,3%	
Faturas liquidadas de 2 a 3 dias de atraso*	99.987	11,6%	98,8%	
Faturas liquidadas de 3 a 5 dias dias de atraso	2.312	0,3%	99,1%	
Faturas liquidadas de 6 a 10 dias dias de atraso	4.417	0,5%	99,6%	
Faturas liquidadas de 11 a 15 dias dias de atraso	1.915	0,2%	99,8%	
Faturas liquidadas de 16 a 30 dias dias de atraso	822	0,1%	99,9%	
Faturas liquidadas de 31 a 60 dias dias de atraso	730	0,1%	100,0%	
Faturas liquidadas de 61 a 90 dias dias de atraso	91	0,0%	100,0%	

* A grande concentração de faturas liquidadas entre 1 e 2 dias de atraso ocorre, pois no vencimento da fatura pode não haver expediente bancário (sábado, domingo ou feriados) ocorrendo o pagamento no primeiro dia útil subsequente



Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)
Indicadores de Desempenho - Aging List - Segregado por Faturamento **MINUTA**

A tabela demonstra o comportamento de pagamentos dos clientes da CEEE nos 18 meses sob análise. Estão apresentados os volumes de faturas liquidadas antecipadamente, em dia e em atraso, bem como aquelas vencidas e não liquidadas, por faixas de prazo, segregado por tipo de faturamento.	Total sob análise	Geração		
		R\$(000)	%	% Acum.
	Total sob análise	325.178		
	Faturas a vencer em 5 de setembro de 2007	-		
	Total das faturas vencidas e/ou liquidadas em 31 de agosto de 2007	325.178		
	Faturas antecipadas acima de 5 dias	1.416	0,4%	0,4%
	Faturas antecipadas de 1 a 5 dias	4.658	1,4%	1,9%
	Faturas liquidadas no vencimento	205.502	63,2%	65,1%
	Faturas liquidadas até 1 dia de atraso*	70.031	21,5%	86,6%
	Faturas liquidadas de 2 a 3 dias de atraso*	37.176	11,4%	98,0%
	Faturas liquidadas de 3 a 5 dias de atraso	1.992	0,6%	98,6%
	Faturas liquidadas de 6 a 10 dias de atraso	3.089	1,0%	99,6%
	Faturas liquidadas de 11 a 15 dias de atraso	1.314	0,4%	100,0%

* A grande concentração de faturas liquidadas entre 1 e 2 dias de atraso ocorre, pois no vencimento da fatura pode não haver expediente bancário (sábado, domingo ou feriados) ocorrendo o pagamento no primeiro dia útil subsequente

A tabela demonstra o comportamento de pagamentos dos clientes da CEEE nos 18 meses sob análise. Estão apresentados os volumes de faturas liquidadas antecipadamente, em dia e em atraso, bem como aquelas vencidas e não liquidadas, por faixas de prazo, segregado por tipo de faturamento.



Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)
Indicadores de Desempenho - Aging List - Segregado por Faturamento **MINUTA**

	Total sob análise	Transmissão		
		R\$(000)	%	% Acum.
A tabela demonstra o comportamento de pagamentos dos clientes da CEEE nos 18 meses sob análise. Estão apresentados os volumes de faturas liquidadas antecipadamente, em dia e em atraso, bem como aquelas vencidas e não liquidadas, por faixas de prazo, segregado por tipo de faturamento.	Total sob análise	540.299		
	Faturas a vencer em 5 de setembro de 2007	72		
	Total das faturas vencidas e/ou liquidadas em 31 de agosto de 2007	540.227		
	Faturas antecipadas acima de 5 dias	5.392	1,0%	1,0%
	Faturas antecipadas de 1 a 5 dias	4.054	0,8%	1,7%
	Faturas liquidadas no vencimento	346.770	64,2%	65,9%
	Faturas liquidadas até 1 dia de atraso *	117.309	21,7%	87,7%
	Faturas liquidadas de 2 a 3 dias de atraso *	62.811	11,6%	99,3%
	Faturas liquidadas de 3 a 5 dias de atraso	319	0,1%	99,3%
	Faturas liquidadas de 6 a 10 dias dias de atraso	1.328	0,2%	99,6%
	Faturas liquidadas de 11 a 15 dias dias de atraso	601	0,1%	99,7%
	Faturas liquidadas de 16 a 30 dias dias de atraso	822	0,2%	99,8%
	Faturas liquidadas de 31 a 60 dias dias de atraso	730	0,1%	100,0%
	Faturas liquidadas de 61 a 90 dias dias de atraso	91	0,0%	100,0%

* A grande concentração de faturas liquidadas entre 1 e 2 dias de atraso ocorre, pois no vencimento da fatura pode não haver expediente bancário (sábado, domingo ou feriados) ocorrendo o pagamento no primeiro dia útil subsequente



Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.) Indicadores de Desempenho - Matriz Triangular

MINUTA

Com o objetivo de observar o desempenho de pagamentos dos clientes, foi elaborada uma matriz triangular, consolidada e segregada por tipo de faturamento. A matriz triangular apresenta o percentual de adimplência em ciclos quinzenais, considerando-se as faturas vencidas em cada ciclo e o seu efetivo pagamento dentro do respectivo ciclo, bem como os desvios-padrão apurados para os meses subsequentes ao respectivo ciclo de vencimento.

Consolidada				Geração				Transmissão			
Quinzena de Vencimento	Recebimentos - %	Média de %	Desvio Padrão- %	Quinzena de Vencimento	Recebimentos - %	Média de %	Desvio Padrão- %	Quinzena de Vencimento	Recebimentos - %	Média de %	Desvio Padrão- %
1a Quinzena	88,7%	20,1%		1a Quinzena	88,5%	19,8%		1a Quinzena	88,9%	20,4%	
2a Quinzena	99,9%	0,2%		2a Quinzena	100,0%	0,0%		2a Quinzena	99,8%	0,4%	
3a Quinzena	99,9%	0,2%		3a Quinzena	100,0%	0,0%		3a Quinzena	99,9%	0,3%	
4a Quinzena	100,0%	0,1%		4a Quinzena	100,0%	0,0%		4a Quinzena	100,0%	0,2%	
5a Quinzena	100,0%	0,0%		5a Quinzena	100,0%	0,0%		5a Quinzena	100,0%	0,0%	
6a Quinzena	100,0%	0,0%		6a Quinzena	100,0%	0,0%		6a Quinzena	100,0%	0,0%	
7a Quinzena	100,0%	0,0%		7a Quinzena	100,0%	0,0%		7a Quinzena	100,0%	0,0%	
8a Quinzena	100,0%	0,0%		8a Quinzena	100,0%	0,0%		8a Quinzena	100,0%	0,0%	
9a Quinzena	100,0%	0,0%		9a Quinzena	100,0%	0,0%		9a Quinzena	100,0%	0,0%	
10a Quinzena	100,0%	0,0%		10a Quinzena	100,0%	0,0%		10a Quinzena	100,0%	0,0%	

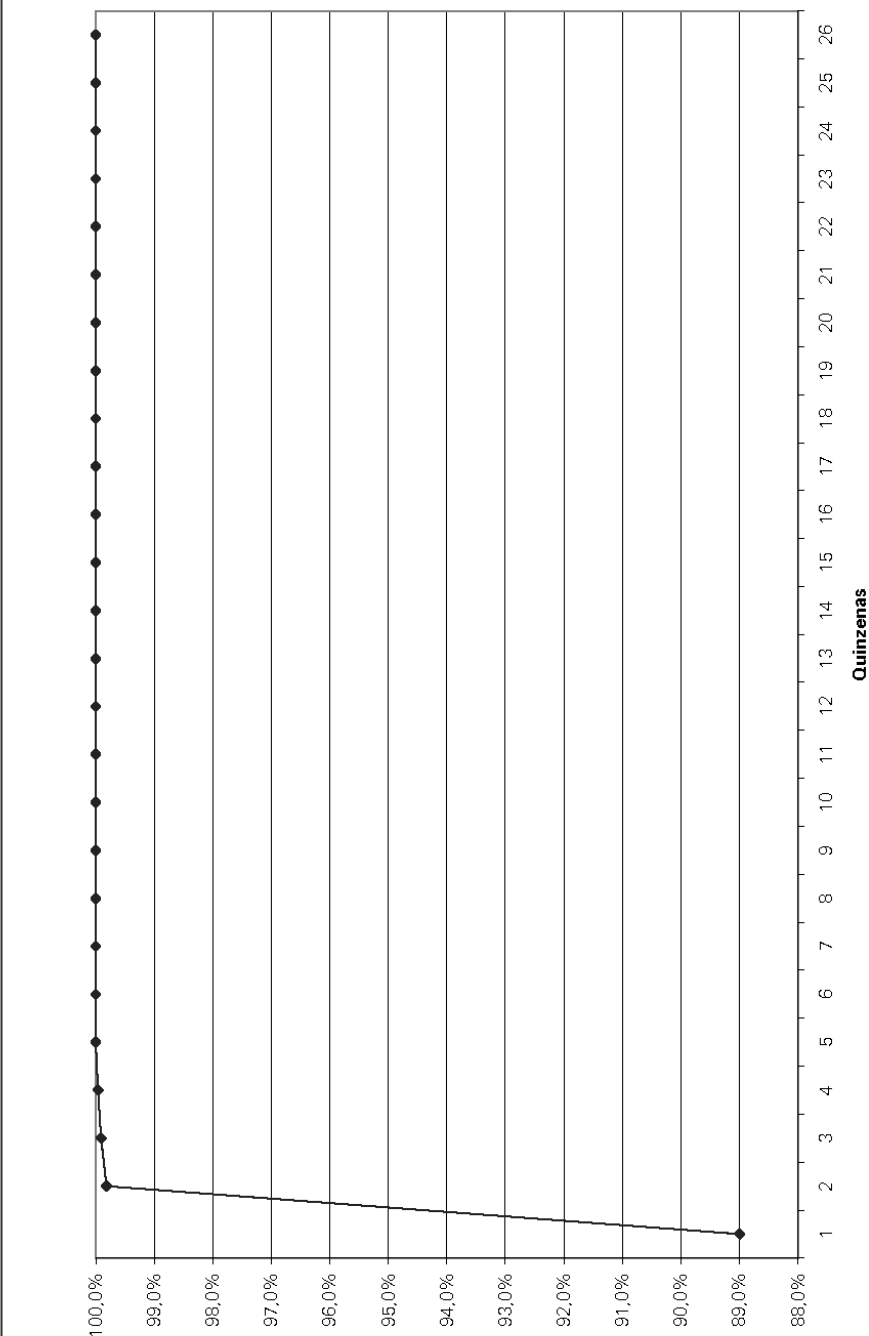


© 2007 KPMG Risk Advisor Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)
Indicadores de Desempenho - Matriz Triangular - Representação Gráfica - Consolidada

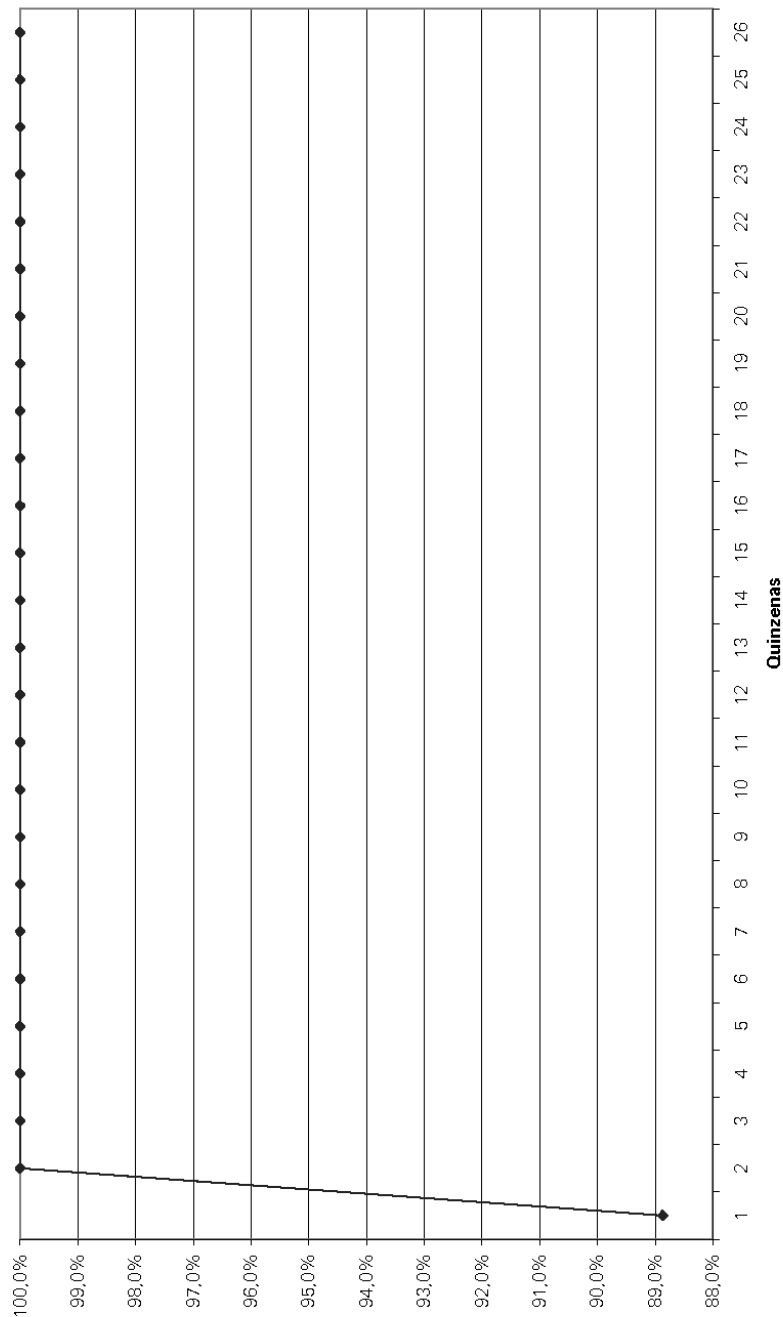
MINUTA

Indicadores de Desempenho - Matriz Triangular - Representação Gráfica - Consolidada



Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)
Indicadores de Desempenho - Matriz Triangular - Representação Gráfica - Geração **MINUTA**

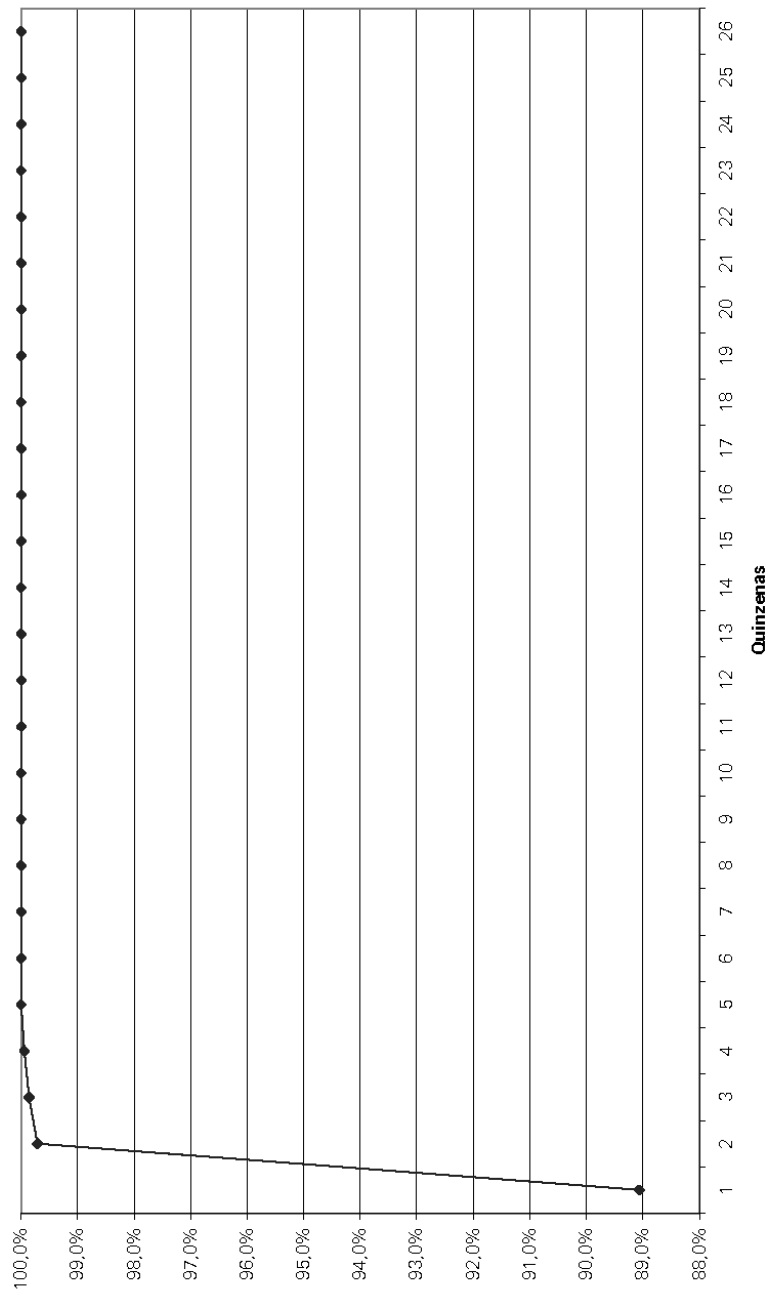
Com o objetivo de observar o desempenho de pagamentos dos clientes, foi elaborada uma matriz triangular, consolidada e segregada por tipo de faturamento. A matriz triangular apresenta o percentual de adimplência em ciclos quinzenais, considerando-se as faturas vencidas em cada ciclo e o seu efetivo pagamento dentro do respectivo ciclo, bem como os desvios-padrão apurados para os meses subsequentes ao respectivo ciclo de vencimento.



© 2007 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)
Indicadores de Desempenho - Matriz Triangular - Representação Gráfica - Transmissão MINUTA

Com o objetivo de observar o desempenho de pagamentos dos clientes, foi elaborada uma matriz triangular, consolidada e segregada por tipo de faturamento. A matriz triangular apresenta o percentual de adimplência em ciclos quinzenais, considerando-se as faturas vencidas em cada ciclo e o seu efetivo pagamento dentro do respectivo ciclo, bem como os desvios-padrão apurados para os meses subsequentes ao respectivo ciclo de vencimento.



Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)
Fluxo Futuro de Receita de Geração e Transmissão Sujeito à Cessão **MINUTA**

Data de vencimento	Dia	Mês de referência do faturamento	Faturamento		Recebimento		Cessão *		Recursos livres	
			Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)
25/03/2006	25	03/2006	13.427	13.370			2.976	10.394		
05/04/2006	5	03/2006	13.265	12.898			3.288	9.611		
15/04/2006	15	04/2006	16.586	15.962			3.550	12.412		
25/04/2006	25	04/2006	16.521	15.622			3.766	11.856		
05/05/2006	5	04/2006	16.348	15.692			8.038	7.656		
15/05/2006	15	05/2006	16.139	15.431			3.786	11.646		
25/05/2006	25	06/2006	16.562	15.609			3.673	12.036		
05/06/2006	5	05/2006	16.139	15.727			8.378	7.349		
15/06/2006	15	06/2006	16.461	15.675			3.616	12.159		
25/06/2006	25	06/2006	16.381	16.137			3.121	13.016		
05/07/2006	5	06/2006	16.217	15.795			3.572	12.223		
15/07/2006	15	07/2006	16.116	15.643			3.680	12.063		
25/07/2006	25	07/2006	16.031	15.585			3.683	12.003		
05/08/2006	5	07/2006	15.866	15.422			3.698	11.824		
15/08/2006	15	08/2006	15.361	13.421			3.299	10.122		
25/08/2006	25	08/2006	18.670	18.219			3.762	14.457		
05/09/2006	5	08/2006	16.100	14.683			3.844	10.839		
15/09/2006	15	09/2006	15.634	15.237			3.775	11.461		
25/09/2006	25	09/2006	19.336	18.808			3.674	15.134		
05/10/2006	5	09/2006	15.380	15.148			3.789	11.359		
15/10/2006	15	10/2006	15.740	15.164			3.831	11.333		
25/10/2006	25	10/2006	19.315	17.499			3.796	13.704		
05/11/2006	5	10/2006	15.483	15.008			3.924	11.084		
15/11/2006	15	11/2006	16.082	15.936			3.674	12.261		
25/11/2006	25	11/2006	19.566	19.014			3.968	15.055		
05/12/2006	5	11/2006	15.822	15.493			3.915	11.578		
15/12/2006	15	12/2006	15.668	15.265			3.888	11.378		
25/12/2006	25	12/2006	19.249	19.020			3.832	15.189		
05/01/2007	5	12/2006	15.393	13.812			3.822	9.990		
15/01/2007	15	01/2007	16.089	13.931			3.937	9.994		
25/01/2007	25	01/2007	19.766	15.418			3.783	11.635		
05/02/2007	5	01/2007	15.820	15.335			3.946	11.389		
15/02/2007	15	02/2007	16.303	15.966			3.783	12.172		
25/02/2007	25	02/2007	19.760	19.338			3.779	15.559		
05/03/2007	5	02/2007	16.031	15.612			3.772	11.840		

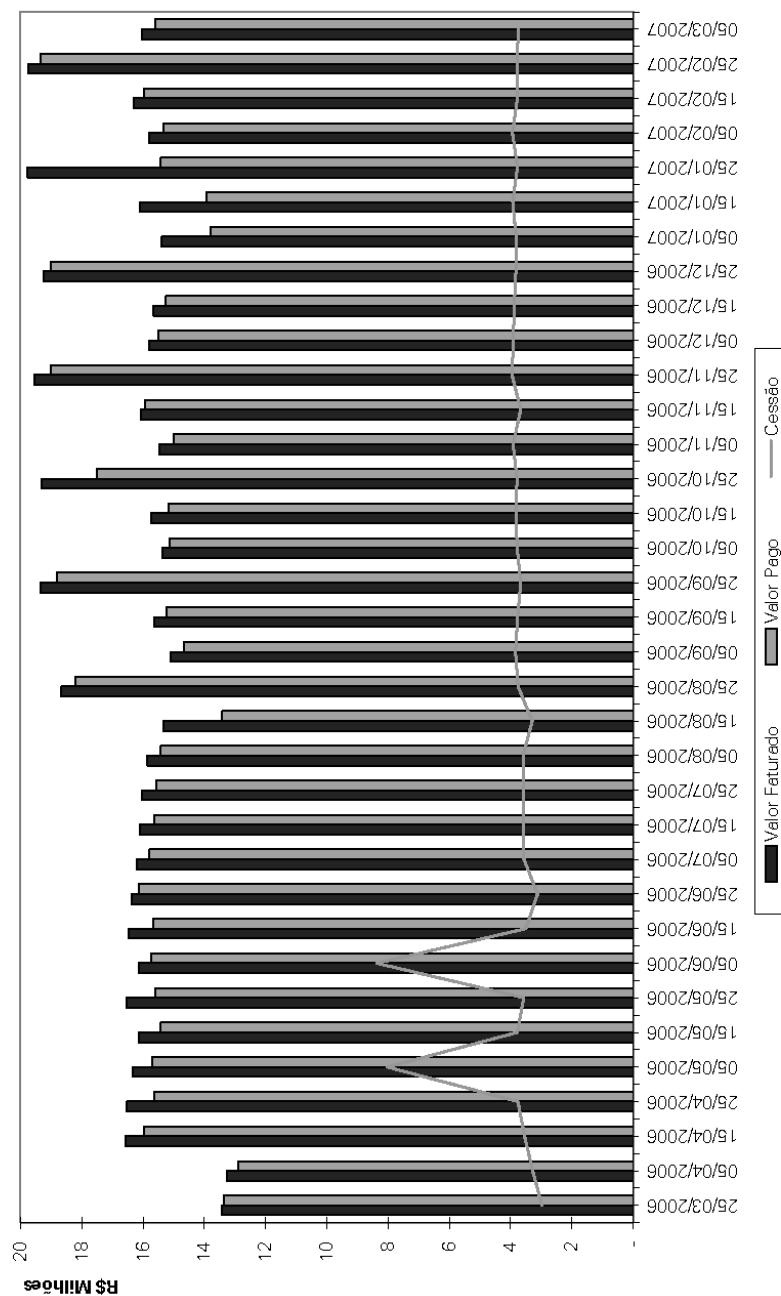
* Os valores referentes a cessão foram informados pela CEEE.



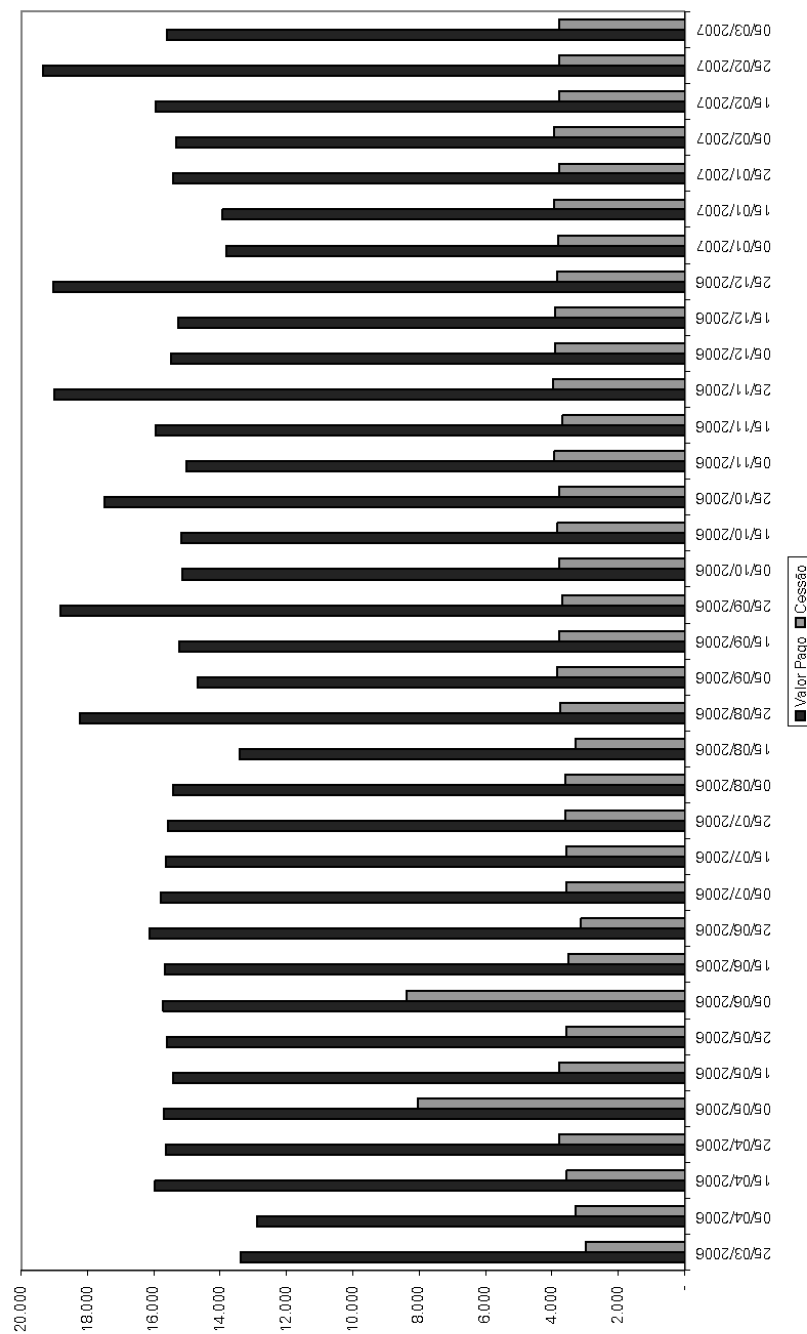
© 2007 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Com o objetivo de observar a parte do faturamento que é destinada à amortização das cotas seniores do primeiro FIDC da CEEE, efetuamos a qual é o percentual de representatividade da cessão em relação ao faturamento e ao valor efetivamente recebido para geração e transmissão.



Com o objetivo de observar a parte do faturamento que é destinada a amortização das cotas seniores do primeiro FIDC da CEEE, efetuamos a qual é o percentual de representatividade da cessão em relação ao faturamento e ao valor efetivamente recebido para geração e transmissão.



Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Fluxo Futuro de Receita de Geração e Transmissão Sujeito à Cessão

MINUTA

Ainda com de analisar o fluxo futuro e verificarmos qual o percentual de representatividade de cessão sobre o faturamento, calculamos com base no mês de referência do faturamento o prazo médio de faturamento, prazo médio de recebimento e o percentual de cessão sob esses prazos médios.

Mês de referência do faturamento	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)		Análises		
	Valor Faturado	Valor Cedido	% Cessão sob Faturado	Prazo médio faturamento	Prazo médio recebimento
03/2006	26.692	6.263	23,5%	15,06	14,94
04/2006	49.453	15.353	31,0%	15,04	14,33
05/2006	48.830	15.737	32,2%	15,08	14,34
06/2006	49.059	10.208	20,8%	15,03	14,63
07/2006	48.002	10.761	22,4%	15,04	14,61
08/2006	49.121	10.905	22,2%	15,73	14,87
09/2006	50.351	11.238	22,3%	15,79	15,38
10/2006	50.538	11.551	22,9%	15,76	14,64
11/2006	51.460	11.548	22,4%	15,73	15,39
12/2006	50.300	11.541	22,9%	15,77	15,38
01/2007	51.675	11.667	22,6%	15,76	12,99
02/2007	52.094	11.334	21,8%	15,72	15,37



© 2007 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Conteúdo

Os contatos na KPMG em relação a este relatório são:

Ricardo Anhesini Souza
Sócio
Tel.: 55 (11) 2183-3337
Fax: 55 (11) 2183-3001
rsouza@kpmg.com.br

Pedro Vitor Zago
Diretor
Tel.: 55 (11) 2183-3290
Fax: 55 (11) 2183-3001
pzago@kpmg.com.br

Fernando Omori
Gerente Sênior
Tel.: 55 (11) 2183-3381
Fax: 55 (11) 2183-3001
fjomori@kpmg.com.br

Página

Base para Preparação 4

Objetivos do Trabalho 6

Apresentação da Carteira de Recebíveis 8

Descrição do Processo de Originação e Cobrança 46



Descrição do Processo de Revisão Sumário Executivo - Fluxo de Originação e Cobrança

MINUTA

Assunto	Comentários	Referência
Faturamento Geração	<p>O ciclo comercial de venda de energia "Geração" é baseado principalmente em contratos de venda de energia:</p> <ul style="list-style-type: none"> Contratos de Leilão <p>Os Contratos de Leilão foram negociados e assinados no primeiro leilão de energia velha, promovido pela CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, realizado em 7 de dezembro de 2004.</p> <p>Tais contratos são padronizados e definem a quantidade de energia a ser fornecida anualmente, bem como o preço da energia e o índice de atualização (IPCA). O período de atualização dos valores respeita os reajustes das distribuidoras.</p> <p>Dessa forma, as distribuidoras compradoras de energia, no início de cada ano, informam a CCEE a sazonalidade mensal de utilização de energia do total negociado.</p> <p>Ao final de cada mês de leitura são ingressadas as informações relativas a cada faturamento, em software específico que emite nota fiscal fatura juntamente com três boletos de pagamento. Os vencimentos já estão predeterminados contratualmente e ocorrem nos dias 15 e 25 do mês subsequente ao de leitura e no dia 5 do mês seguinte. Essa definição está estabelecida em cada Contrato de Leilão.</p> <p>Cada conjunto de documentos fiscais (Uma fatura e três boletos de cobrança), são enviados por meio eletrônico aos clientes compradores, em um prazo máximo de 5 dias antes do primeiro vencimento.</p>	Página 50
Faturamento Transmissão	<p>O setor elétrico considera a rede de transmissão de energia de alta tensão um condomínio em que cada empresa transmissora detém a propriedade de seus ativos. Para gestão desse processo, foi nomeado o Operador Nacional do Sistema (ONS) como responsável. Sua responsabilidade é apurar os custos incorridos e divulgar o rateio entre os participantes de forma que sejam faturados os devidos valores.</p> <p>O processo de faturamento inicia-se com o recebimento do relatório de aviso de Originação, denominado AVC, o qual é encaminhado pelo ONS. De posse desse relatório, a CCEE procede à conferência dos valores e insere manualmente em software específico do Banco do Brasil as informações-base para a emissão dos boletos de pagamento. Os vencimentos, assim como no caso de geração de energia, ocorrem nos dias 15 e 25 do mês subsequente e dia 5 do mês seguinte.</p> <p>Os boletos de cobrança e as faturas são enviados por fax, e-mail ou correio (sedex).</p>	Páginas 51 e 52
Cobrança	<p>Os contratos de venda de energia são garantidos por determinados instrumentos, sendo opção do comprador essa definição. Podem ser CDBs, seguros, carta-flanção bancária ou contratos específicos, denominados Contrato de Constituição de Garantias (CCG), o qual é celebrado entre o vendedor, o comprador e um banco interveniente.</p> <p>Regra de Cobrança</p> <p>Quando identificado o não-pagamento dos boletos, são realizadas as seguintes ações de cobrança:</p> <ul style="list-style-type: none"> Carta de aviso - O cliente possui três dias para pagamento após o recebimento da carta. Os valores informados já incluem multa de 2% e juros de 1% a.m. pro rata die. Persistindo o não-pagamento, é Enviada carta ao Banco Interviente solicitando execução da garantia, com prazo máximo de cinco dias, para liquidação do débito, acrescido de multa de 2% e juros de 1% a.m. pro rata die, calculados até a data do efetivo pagamento. 	Páginas 52



Descrição do Processo de Originação e Cobrança

Relaciona os procedimentos aplicados pela CEEE no processo de Originação.

Faturamento - Geração

Os contratos de venda de energia, são formalizados através do seguinte instrumento:

- **Contratos Compra de Energia no Ambiente Regulado** - A partir de dezembro de 2004, toda a energia disponível na área de Geração foi negociada através da nova sistemática do setor Elétrico, ou seja, através do primeiro leilão de energia velha, promovido pela CCEE – Câmara de Comércio de Energia Elétrica. Entende-se por energia Velha, toda aquela energia produzida por unidades geradoras que estivessem em plena operação até o ano de 2002.

Nesse primeiro leilão, foram negociados três períodos de entrega de energia, 2005 a 2012, 2006 a 2013 e 2007 a 2014. A CCEE - Geração colocou toda a sua produção disponível através dos dois primeiros contratos (2005 a 2012, 2006 a 2013).

No total, 34 empresas distribuidoras de energia elétrica firmaram Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR), sendo 33 para o primeiro período e 34 para o segundo.

Tais contratos são padronizados e definem a quantidade de energia elétrica a ser fornecida anualmente, o preço por MWh da energia, a periodicidade de reajustamento, bem como o índice a ser aplicado, que nesses casos ficou definido com sendo o IPCA.

Está definida também a forma de pagamento, que é parcelado em três datas, com a primeira parcela com vencimento para o dia 15 do mês seguinte ao da leitura, a segunda para o dia 25 do mesmo mês e a terceira para o dia 5 do segundo mês ao de leitura, e em caso de valores inferiores a R\$ 10.000,00, fica determinada uma data única para o pagamento, sendo o dia 25 do mês seguinte ao de leitura da fatura, além das garantias de pagamento.

O faturamento dos contratos é efetuado a cada final de mês de leitura, com emissão de fatura e de boleto bancário para cada vencimento, cuja utilização para quitação permite a identificação imediata com o banco, da entrada dos recursos, bem como a contabilização desses valores, com o Departamento Contábil da CEEE.

Área Financeira

É utilizado o sistema do Banco Banrisul para emissão dos boletos bancários que alimentam o sistema corporativo da CEEE, gerando eletronicamente os registros de faturamento, a captura dos movimentos diários da arrecadação, a baixa dos pagamentos e os registros contábeis.

MINUTA

Garantias

Todo processo de venda de energia é garantido por instrumentos garantidores, sendo opção do comprador a escolha entre: CDBs, Seguros, carta-fiança bancária ou contratos específicos, denominados Contrato de Constituição de Garantias (CCG). Esse último é celebrado entre o vendedor, o comprador e um banco interveniente e gestor das contas do comprador, sendo disponibilizadas três contas-correntes de titularidade do comprador, devendo existir recursos suficientes para atender a seus compromissos, sendo elas: uma centralizadora, uma de garantias suplementares e uma especial, nessa ordem de prioridade.

As contas-correntes constituem a "garantia suplementar", correspondendo a depósitos bancários relativos a 120% de uma média mensal de compra de energia.

Em caso de inadimplemento, é cobrada uma multa de 2% e juros de 1% a.m. pro rata die, além de acréscimos moratórios pela variação do IGPM (não é IPCA - modificado pelo Pedro).

Em caso de inadimplemento, verificado o não-pagamento de algum boleto bancário no dia seguinte ao vencimento, imediatamente é encaminhado um e-mail e/ou efetuado um telefonema ao comprador questionando o não pagamento, dando prazo de até três dias para ser efetuada a quitação da parcela, acrescida da multa contratual.

emitida uma carta de notificação ao comprador, dando prazo de até três dias para ser efetuada a quitação da parcela, acrescida da multa contratual.)

Permanecendo inadimplente, o Banco Gestor/Interveniente é acionado, tendo como prazo até cinco dias para efetuar a quitação da parcela indicada, acrescida de multa calculada até a data da efetiva quitação.

Descontratação de Energia

Ao longo da vigência dos CCEAR, por força de energia não colocada ou por perda de mercado, as empresas distribuidoras podem efetuar descontratações de energia com as empresas geradoras, com as quais mantêm CCEAR.

Essa energia descontratada é novamente disponibilizada para novos leilões ou negociada em contratos bilaterais com consumidores livres.



Descrição do Processo de Originação e Cobrança (cont.)

Originação e Cobrança

Relaciona os procedimentos aplicados pela CEEE no processo de faturamento e cobrança

Faturamento - Transmissão

Descrição do Negócio

A CEEE é proprietária de grande parte das estações e subestações na tensão de 230 kv disponibilizadas para a Rede Básica no Estado e das instalações de conexão, em tensão menor ou igual a 138kv, que são de uso exclusivo de distribuidores de energia.

Essas instalações da Rede Básica e conexões viabilizam o suprimento de energia às concessionárias de distribuição que atuam no Estado do Rio Grande do Sul, CEEE D, AES Sul e RGE, além de escoar a energia das empresas de geração UTE Uruguaiana, UHE Dona Francisca, UTE Canoas, CGTEE e Tractebel.

A CEEE obteve a recertificação da ISO 9001/2000, referente ao processo de Coordenação, Supervisão e Controle da Operação de Sistemas Elétricos de Potência, abrangendo os processos de Pré-Operação, Operação em Tempo Real, Pós-Operação e Normatização. A recomendação para recertificação foi realizada pela empresa DNV - Det Norske Veritas Certificações Ltda. no dia 8 de dezembro de 2004.

Faturamento

O atual regulamento do setor elétrico considera a rede de transmissão de energia (em alta tensão) como "grande condomínio", e cada empresa transmissora detém a propriedade de seus ativos. Isto posto, esse condomínio nomeou o Operador Nacional do Sistema (ONS), como síndico desses bens.

Como síndico/gestor, o ONS é responsável pela apuração dos custos (faturamentos) e pela divulgação dos rateios entre os principais participantes.

Os valores faturados são baseados no rateio do ativo (rede básica) da transmissora pelas empresas acessantes.

Os relacionamentos são suportados por contratos:

- CEEE e ONS: Contrato de Prestação de Serviço (CPST)
- ONS e acessantes: Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)
- ONS e acessantes: Contrato de Constituição das Garantias (CCG)

Área Financeira

O faturamento da transmissão tem como base o princípio da "Receita Anual Permitida" (RAP), definida conforme resultado de leilão da concessão realizado pela ANEEL, cuja variação ocorrerá conforme regra contratual, ou de resolução da ANEEL autorizando a ampliação do sistema de transmissão em operação.

O processo de faturamento começa com a emissão anual da resolução que define os valores de receita para as transmissoras. Mensalmente o processo começa com o recebimento do relatório de Aviso de Crédito (AVC) que é enviado pelo ONS para conferência da CEEE GT e emissão das notas (faturas) para todos os clientes informados. Normalmente, é uma fatura com três vencimentos para os dias 15, 25 e 5 de cada mês, respectivamente.

Atualmente, são em torno de 218 empresas para as quais a CEEE - Transmissão emite notas fiscais. Desse universo, estão incluídas 17 dessas empresas de caráter público federal e, por isso, possuem procedimento especial referente à retenção dos tributos federais, quando dos pagamentos mensais, com percentuais diferentes (totais entre 5,85% e 9,45%); PIS, COFINS e CSLL.

Após recebimento, conferência e atualização dos dados do Aviso de Crédito (AVC) recebido pelo ONS, é feita a geração das faturas, com as informações do cliente, contrato, dados bancários, encargos, valores, vencimentos, e são assinadas pelos responsáveis da área (departamento e divisão). Os boletos de cobrança atualmente são gerados por sistema eletrônico próprio da empresa inter-relacionado com Banco do Estado do Rio Grande do Sul ("BANRISUL") e as faturas são enviadas por fax, e-mail e correio (sedex).

Cada faturamento gera emissão de três boletos bancários, e para impressão do boleto é utilizado o sistema SMKGT, software próprio da CEEE-GT, sendo necessário realizar o cadastro e a atualização das informações dos clientes e a digitação de cada vencimento. Em função de o tipo de cobrança ser "registrada", é gerado um arquivo de remessa para o Banco contendo todos os dados financeiros, incluindo vencimentos a serem pagos. O BANRISUL envia diariamente um arquivo de retorno contendo todos os pagamentos. Esse arquivo é carregado no software próprio da CEEE-GT e vai para o controle interno.



Descrição do Processo de Originação e Cobrança (cont.)

Originação e Cobrança

MINUTA

Relaciona os procedimentos aplicados pela CEEE no processo de faturamento e cobrança

Área Financeira (cont.)

A contabilização dos pagamentos ocorre automaticamente, via sistema SMKGT.

A Tesouraria recebe as informações da área, por entrada de dados digitada pela área responsável, contemplando as seguintes informações: empresa, valor da fatura, data do pagamento, banco do pagamento, CGC, auxiliar analítico, número da fatura, número do folio na Tesouraria e data da criação. Existem códigos individualizados (analítico) para registro na área Contábil, de forma específica (planilha), permitindo a identificação de cada empresa.)

O tempo disponível para todo o processo é curto, sendo o limitador o aviso de crédito do ONS que é enviado próximo ao vencimento das faturas - normalmente nos últimos dias do mês ou no máximo no início do próximo mês. As faturas de cobrança devem ser entregues no mínimo sete dias antes do vencimento para os clientes.

Garantias

Todo o processo de prestação de serviço de uso e conexão ao sistema de Transmissão é garantido por instrumentos garantidores, específicos, denominados Contrato de Constituição de Garantias (CCG). Opcionalmente, os acessantes poderão oferecer carta fiança

Processo de Cobrança

Os contratos de venda de energia são garantidos por determinados instrumentos, sendo opção do comprador essa definição. Podem ser CDBs, seguros, carta-fiança bancária ou contratos específicos, denominados Contrato de Constituição de Garantias (CCG), o qual é celebrado entre o vendedor, o comprador e um banco interveniente.

Regra de cobrança

Quando identificado o não-pagamento dos boletos, são realizadas as seguintes ações de cobrança:

- Carta de aviso - O cliente possui três dias para pagamento após recebimento da carta. Os valores informados já incluem multa de 2% e juros de 1% a.m. pro rata die.
- Persistindo o não-pagamento, é Enviada carta ao Banco Interviente solicitando execução da garantia, com prazo máximo de cinco dias, para liquidação do débito, acrescido de multa de 2% e juros de 1% a.m. pro rata die, além de acréscimos moratórios pela variação do IGPM, calculados até a data do efetivo pagamento.



ANEXO V

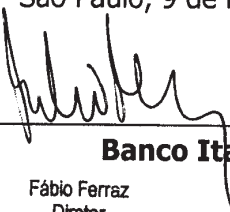
- Declaração do Administrador e do Coordenador Líder nos termos da Instrução CVM nº 400


(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO

Banco Itaú BBA S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 4º andar, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 17.298.092/0001-30, neste ato representado nos termos de seu Estatuto Social, na qualidade de coordenador líder da distribuição pública das quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE III-GT (respectivamente, "Oferta" e "Fundo"), inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 09.151.203/0001-53, vem, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº. 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme posteriormente alterada, declarar que: (1) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que (a) as informações prestadas pelo Administrador sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o período de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e que integram o Prospecto, sejam suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta e (2) o prospecto de distribuição pública de quotas sênior da primeira emissão do Fundo contém as informações necessárias ao conhecimento, pelos investidores, das quotas seniores ofertadas, do Fundo e da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, suas atividades, situação econômico-financeira e dos riscos inerentes às suas atividades e ao investimento no Fundo, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes.

São Paulo, 9 de novembro de 2007.


Banco Itaú BBA S.A.
Fábio Ferraz
Diretor
Investment Banking


Fernando Fontes Lemes
Diretor
Investment Banking



DECLARAÇÃO

UBS Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, 501, 5º Andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 59.281.253/0001-23, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social, na qualidade de administrador do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE III-GT ("Fundo"), inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 09.151.203/0001-53, vem, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme posteriormente alterada, declarar que: (i) os documentos referentes ao registro do Fundo estão regulares e atualizados perante a CVM; (ii) o prospecto de distribuição pública de quotas sênior da primeira emissão do Fundo (respectivamente, "Prospecto" e "Oferta") contém as informações necessárias ao conhecimento, pelos investidores, das quotas seniores ofertadas, do Fundo e dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes; e (iii) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro do Fundo perante a CVM e fornecidas ao mercado durante o período de distribuição das quotas seniores.

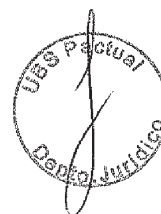
Rio de Janeiro, 9 de novembro de 2007.

UBS Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM

Marcelo Kalim

Diretor da Instituição Administradora

Renata Gomes Santiago Brito
Procuradora



ANEXO VI

- Primeiro Aditamento ao Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças (com consolidação do contrato de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças)

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRO ADITAMENTO AO
CONTRATO DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO E
OUTRAS AVENÇAS**

Pelo presente instrumento, as partes:

(a) **COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE-GT**, sociedade anônima com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Joaquim Porto Villanova, 201, Prédio A1, 7º andar, sala 722, Jardim Carvalho, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 92.715.812/0001-31, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Cedente");

(b) **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CEEE III-GT**, fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, com sede na Praia do Botafogo, 501, 5º andar – parte, Botafogo, Rio de Janeiro – RJ, inscrito no CNPJ/MF sob o n. 09.151.203/0001-53 ("Cessionário" ou "Fundo"), neste ato representado por seu administrador, **UBS PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, 501, 5º andar – parte, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 59.281.253/0001-23 ("Administrador"), neste ato representado na forma de seu Estatuto Social;

e, como interveniente anuente,

(c) **BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Capitão Montanha, 177, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 92.702.067/0001-96, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Barrisul" ou "Agente de Recebimento");

sendo a Cedente e o Fundo, em conjunto, referidos como "Partes" ou, individual e indistintamente, como "Parte".

CONSIDERANDO:

- I. Que as Partes e o Barrisul firmaram, em 9 de novembro de 2007, o Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças ("Contrato de Cessão"), por meio do qual foram formalizadas as regras



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



para a transferência de titularidade, da Cedente para o Fundo, dos direitos de crédito ("Direitos de Crédito") decorrentes (i) da venda de energia elétrica a distribuidoras de energia elétrica realizada por meio dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR ("CCEAR") e (ii) da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica realizada nos termos do Contrato de Prestação de Serviço de Transmissão ("CPST") com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS ("ONS") e dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão ("CUST"), excetuados aqueles (i) objeto de cessão incondicionada ao FIDC CEEE e (ii) objeto de cessão sob condição suspensiva ao FIDC CEEE e a ele transferidos em decorrência da verificação de qualquer condição suspensiva, até a verificação da condição resolutiva de que trata o item 11.7 da Cláusula Onze do Contrato de Cessão do FIDC CEEE ("Direitos de Crédito"); e

- II. Que, as Partes pretendem esclarecer que os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo não poderão ser transferidos ao FIDC CEEE, a fim de que não existam dúvidas sobre os procedimentos a serem adotados com a parcela cedida ao Fundo em caso de eventual processo de recuperação judicial da Cedente.

Resolvem as Partes celebrar o presente "Instrumento Particular de Primeiro Aditamento ao Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças" (o "Aditamento"), que será regido pelas cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Aditamento tem por objetivo alterar algumas das disposições do Contrato de Cessão, conforme descritas na Cláusula Quarta deste Aditamento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA AUTORIZAÇÃO

O presente Aditamento é celebrado com aprovação do Administrador, sendo desnecessária a aprovação da Assembleia Geral de Quotistas em razão da inexistência de quotas emitidas na data deste Aditamento.



Handwritten signature and initials.



CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGISTRO DO ADITAMENTO

3.1. O presente Aditamento será registrado em Ofício de Títulos e Documentos da Capital do Estado do Rio de Janeiro, nos termos do Contrato de Cessão.

CLÁUSULA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO DE CESSÃO

4.1. Fica alterado o Item 3.7.2 e 7.1. do Contrato de Cessão, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"3.7.2. Caso seja verificada, a qualquer tempo, uma condição suspensiva nos termos do Contrato de Cessão do FIDC CEEE (ainda que, por qualquer razão, tal evento somente ocorra após a verificação de uma Condição Suspensiva nos termos deste Contrato) o Fundo somente terá direito de receber Direitos de Crédito após o implemento da Condição Resolutiva do FIDC CEEE. Sem prejuízo do ora disposto, fica estabelecido que em nenhuma hipótese os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo nos termos deste Contrato (e/ou os recursos decorrentes de seu pagamento) serão transferidos ou realocados para o FIDC CEEE."

"7.1. A Cedente será a depositária dos Documentos Comprobatórios para os efeitos do artigo 627 e seguintes do Código Civil Brasileiro, nos termos do "Contrato de Custódia de Documentos Comprobatórios e Outras Avenças" ("Contrato de Custódia de Documentos Comprobatórios"), responsabilizando-se por sua guarda e manutenção. Até a liquidação integral das obrigações do FIDC CEEE com os titulares das quotas seniores de sua emissão e dos encargos por este devidos, a Cedente atuará como depositária dos Documentos Comprobatórios em nome do FIDC CEEE e do Fundo. A partir da data de liquidação do FIDC CEEE, a Cedente passará a atuar como depositária dos Documentos Comprobatórios exclusivamente em nome do Fundo."

7.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, a Cedente compromete-se a entregar ao Fundo os Documentos Comprobatórios que venham a ser por este solicitados para a defesa de seus direitos na qualidade de credor dos Direitos de Crédito."



7.1.2. A contratação da Cedente como fiel depositária dos Documentos Comprobatórios não resulta e não resultará, de qualquer forma, em qualquer ingerência ou controle, pela Cedente, sobre os Direitos de Crédito de titularidade do Fundo."

4.2. Fica excluído o item 7.2. da Cláusula Sétima do Contrato de Cessão.

4.3. Fica inserido o item 5.1.1. na Cláusula Quinta do Contrato de Cessão, com a seguinte redação:

"5.1.1. A cessão de Direitos de Créditos ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão é definitiva e em nenhuma hipótese os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo (e/ou os recursos decorrentes de seu pagamento) serão transferidos ou realocados para o FIDC-CEEE."

CLÁUSULA QUINTA – DAS RATIFICAÇÕES E DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO DE CESSÃO

5.1. Ficam ratificadas todas as demais disposições constantes do Contrato de Cessão que não foram expressamente alteradas pelo presente Aditamento, sendo que segue anexa ao presente a versão consolidada do Contrato de Cessão, após implementadas as alterações referidas na Cláusula Quarta acima.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. Todos os termos e expressões iniciados em maiúsculas utilizados neste Aditamento e nele não definidos, têm o significado que lhes é atribuído no Contrato de Cessão e no Regulamento do Fundo.

6.2. Se qualquer disposição ou termo deste Aditamento for declarado nulo ou for anulável, tal nulidade ou anulabilidade não prejudicará a vigência das demais cláusulas deste Aditamento não atingidas pela declaração de nulidade ou pela anulabilidade.

6.3. Salvo disposição em contrário prevista neste Aditamento, é expressamente vedada a cessão a terceiros, por qualquer das Partes, dos direitos e obrigações nele previstos;



2

3



4

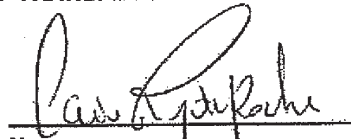
6.4. Fica eleito o foro da Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou que possa vir a ser, para dirimir as questões porventura resultantes deste Aditamento.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente Instrumento em 4 vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Porto Alegre, 7 de dezembro de 2007.

COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-GT


Nome: **Nelson Luiz Martini**
Cargo: **Diretor-Presidente**
CPF: 397.513.330-81


Nome: **Celso Tibério da Rocha**
Cargo: **Diretor-Presidente, em Exercício**
CPF: 228.546.570-04

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CEEE III-GT


Nome: **MICHEL CUKIERMAN**
Cargo: **Procurador**


Nome: **BRUNO DOBLE HORTA NOGUEIRA**
Cargo: **PROCURADOR**

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.


Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

TESTEMUNHAS:


Nome: **Carolina Ribeiro de O. Machado Cary**
CPF: 002.848.017-41
OAB/RJ 126.809


Nome: **Thais Alheyde de Moraes**
CPF: 067.167.727-71
RG: 12264404-0



**Anexo I ao Instrumento Particular de Aditamento de Contrato de Cessão e
Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças**

**CONTRATO DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO E
OUTRAS AVENÇAS**

(a) **COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE-GT**, sociedade anônima com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Joaquim Porto Villanova, 201, Prédio A1, 7º andar, sala 722, Jardim Carvalho, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 92.715.812/0001-31, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Cedente");

(b) **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CEEE III-GT**, fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, com sede na Praia do Botafogo, 501, 5º andar – parte, Botafogo, Rio de Janeiro – RJ, inscrito no CNPJ/MF sob o n. 09.151.203/0001-53 ("Cessionário" ou "Fundo"), neste ato representado por seu administrador, **UBS PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM** instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, 501, 5º andar – parte, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 59.281.253/0001-23 ("Administrador"), neste ato representado na forma de seu Estatuto Social;

e, como interveniente anuente,

(c) **BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Capitão Montanha, 177, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 92.702.067/0001-96, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Banrisul" ou "Agente de Recebimento");

sendo a Cedente, o Fundo e o Banrisul, em conjunto, referidos como "Partes" ou, individual e indistintamente, como "Parte".

CONSIDERANDO QUE:

I. a Cedente é concessionária de serviços públicos de geração e de transmissão de energia elétrica, nos termos, respectivamente, (i) do Contrato de Concessão nº. 025/2000, datado de 05 de abril de 2000, celebrado entre a Cedente e a União Federal, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL ("ANEEL"), conforme aditado, alterado e ratificado a qualquer tempo, e (ii) dos Contratos de Concessão nº. 055/2001, datado de 1º de outubro de 2001 e nº. 080/2002, datado de 18 de dezembro de 2002, também celebrados entre a Cedente e a União Federal, por meio da ANEEL, conforme aditados, alterados e ratificados a qualquer tempo, (em conjunto, os "Contratos de Concessão");

II. no âmbito de suas atividades de geração e de transmissão de energia elétrica, a Cedente firmou, respectivamente, (i) Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR (“CCEAR”) com concessionárias de distribuição de energia elétrica, por meio dos quais foram estabelecidos os termos e condições para venda de energia elétrica pela Cedente a sociedades distribuidoras de energia elétrica e (ii) Contrato de Prestação de Serviço de Transmissão (“CPST”) com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS (“ONS”), que tem por objetivo estabelecer as condições de administração e coordenação, por parte do ONS, da prestação de serviços de transmissão pela Cedente aos os usuários da rede básica de transmissão de energia elétrica (“Usuários da Rede Básica”) e a autorização ao ONS para representar a Cedente perante os usuários nos CUST (conforme abaixo definido) e para realizar, por conta e ordem da Cedente, a apuração, administração, cobrança e liquidação dos encargos de uso do sistema de transmissão. O ONS, por sua vez, celebra, em nome próprio e na qualidade de representante das concessionárias de serviços de transmissão de energia elétrica, entre as quais a Cedente, Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (“CUST” e, em conjunto com o CPST, os “Contratos de Transmissão”) com os usuários da rede básica de transmissão de energia elétrica (“Usuários da Rede Básica”);

III. em 15 de fevereiro de 2006, a Cedente firmou o “Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças”, conforme aditado pelo “Instrumento Particular de Primeiro Aditamento ao Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças”, datado de 5 de setembro de 2006, com o Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios CEEE (“FIDC CEEE”), fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 07.818.028/0001-80, administrado pelo Banrisul (o “Contrato de Cessão do FIDC CEEE”);

IV. por meio do Contrato de Cessão do FIDC CEEE, a Cedente cedeu ao FIDC CEEE (i) a totalidade dos direitos de crédito oriundos da venda futura de energia elétrica pela Cedente a determinadas concessionárias de distribuição de energia elétrica, nos termos dos CCEAR indicados no Anexo I ao presente Contrato (respectivamente, as “Distribuidoras Cedidas” e os “CCEAR Cedidos”) e (ii) a parcela equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) dos direitos de crédito oriundos da prestação futura de serviços de transmissão de energia elétrica pela Cedente aos Usuários da Rede Básica, nos termos do CPST e dos CUST existentes ou que venham a ser celebrados pelo ONS com os Usuários da Rede Básica (os “Contratos de Transmissão Cedidos”), sendo os direitos de crédito oriundos dos CCEAR Cedidos referidos como “Direitos de Crédito dos CCEAR” e os direitos de crédito oriundos dos Contratos de Transmissão Cedidos referidos como “Direitos de Crédito dos Contratos de Transmissão” e sendo os Direitos de Crédito dos CCEAR e os Direitos de Crédito dos Contratos de Transmissão objeto de cessão incondicionada ao FIDC CEEE nos

termos do Contrato de Cessão do FIDC CEEE (ainda que em virtude da verificação de condição suspensiva), referidos como "Direitos de Crédito FIDC CEEE";

V. a Cedente tem cumprido integralmente suas obrigações nos termos do Contrato de Cessão do FIDC CEEE;

VI. o Cessionário é um fundo de investimento em direitos creditórios constituído nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº. 2.907, de 29 de novembro de 2001, e da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº. 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme posteriormente alterada ("Instrução CVM nº. 356");

VII. o Regulamento do Fundo prevê a distribuição pública de 150.000 (cento e cinquenta mil) quotas seniores ("Quotas Seniores") e a subscrição privada pela Cedente de 9.575 (nove mil e quinhentos e setenta e cinco) quotas subordinadas ("Quotas Subordinadas" e, em conjunto com as Quotas Seniores, "Quotas");

VIII. os recursos a serem captados com a emissão e colocação das Quotas Seniores serão utilizados pelo Fundo para aquisição de direitos de crédito de titularidade da Cedente originados (i) da venda de energia elétrica a distribuidoras de energia elétrica realizada por meio dos CCEAR e (ii) da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica realizada nos termos do CPST e dos CUST, observados os termos e condições deste Contrato;

IX. o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Alexandre Dumas, 2.200, 1º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº.62.331.228/0001-11, foi contratado para prestar ao Fundo os serviços de custódia de que trata o artigo 38 da Instrução CVM nº. 356 ("Deutsche Bank" ou "Custodiante"); e

X. o Banrisul presta serviços de arrecadação à Cedente, atua como agente de recebimento do FIDC CEEE e prestará, ao Fundo, os serviços de agente de recebimento dos valores oriundos da venda de energia elétrica a distribuidoras de energia elétrica realizada por meio dos CCEAR e da transmissão de energia elétrica realizada nos termos do CPST e dos CUST.

Resolvem as Partes celebrar o presente "Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças" ("Contrato"), que será regido pelas cláusulas e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO

1.1. A Cedente neste ato, em caráter irrevogável e irretratável e observado o disposto no item 11.7. da Cláusula Onze abaixo, cede ao Fundo, que por sua vez adquire, a totalidade dos Direitos de Crédito dos CCEAR e dos Direitos de Crédito dos Contratos de Transmissão, excetuados aqueles (i) objeto de cessão incondicionada ao FIDC CEEE e (ii) objeto de cessão sob condição suspensiva ao FIDC CEEE e a ele transferidos em decorrência da verificação de qualquer condição suspensiva, até a verificação da condição resolutiva de que trata o item 11.7 da Cláusula Onze do Contrato de Cessão do FIDC CEEE ("Condição Resolutiva do FIDC CEEE"), transcrito na cláusula 1.1.4 abaixo, sendo os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo nos termos deste Contrato referidos como "Direitos de Crédito".

1.1.1. A parcela dos Contratos de Transmissão Cedidos cedida ao Fundo nos termos deste Contrato abrange, além da parcela de 25% (vinte e cinco por cento) dos direitos de crédito originados nos termos do CPST e dos CUST existentes, os direitos de crédito originados a partir dos CUST que venham a ser celebrados após a presente data pelo ONS, na qualidade de representante da Cedente, com Usuários da Rede Básica, que serão automaticamente incorporados ao presente Contrato e à definição de Contratos de Transmissão Cedidos, observados os termos e condições do Contrato de Cessão do FIDC CEEE. O Anexo II ao presente contém lista dos Usuários da Rede Básica na data de assinatura deste Contrato. A lista de que trata o Anexo II é meramente exemplificativa e será atualizada pela Cedente ao final de cada trimestre civil. A atualização da lista de que trata o Anexo II, acompanhada de cópia dos novos CUST celebrados, será entregue pela Cedente ao Administrador, com cópia para o Custodiante, e passará a ser parte integrante deste Regulamento, sem necessidade de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas, nos termos do item 11.01.(ii) abaixo.

1.1.1.1. Os Direitos de Crédito que compõem a parcela dos Contratos de Transmissão Cedidos cedida ao Fundo são selecionados pelo Agente de Recebimento, por meio de cinco filtros de seleção:

- (i) o primeiro filtro em ordem crescente, para separar 25% (vinte e cinco por cento) dos direitos de crédito originados nos termos do CPST em faturas inteiras;
- (ii) o segundo filtro, que seleciona os CCEAR da geração, em ordem crescente ou decrescente, até aquela que se aproximar mais do valor da QMM do FIDC CEEE; e

- (iii) o terceiro filtro, que seleciona, dentre o resultado do primeiro filtro, os direitos de crédito que serão objeto da cessão incondicionada, utilizando também classificação em crescente ou decrescente a que se aproximar mais da QMM do FIDC CEEE.

Os três primeiros filtros cumprem a seleção do FIDC CEEE.

- (iv) O quarto filtro utiliza os recursos marcados sob condição suspensiva do filtro dois para selecionar, entre crescente e decrescente, o valor que se aproximar mais da QMM do Fundo;
- (v) o filtro cinco, por sua vez, utiliza os recursos marcados sob condição suspensiva do filtro três para selecionar, entre crescente e decrescente, o valor em faturas inteiras a que se aproximar mais da QMM do Fundo.

1.1.1.2. Ao término do FIDC CEEE, o mecanismo explicitado no item 1.1.1.1 passa a vigorar somente com o primeiro, segundo e terceiro filtro.

1.1.2. A parcela equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) dos direitos de crédito oriundos dos Contratos de Transmissão foi calculada com base no valor da receita anual permitida, definida nos termos da Resolução Normativa da ANEEL nº. 230, de 12 de setembro de 2006 ("Receita Anual Permitida"), da Cedente em fevereiro de 2006, no valor mensal de R\$ 6.321.601,25 (seis milhões trezentos e vinte e um mil seiscentos e um reais e vinte e cinco centavos). Caso a Receita Anual Permitida da Cedente apresente crescimento real, desconsiderados os acréscimos decorrentes de recomposição inflacionária, o valor da parcela dos direitos de crédito oriundos dos Contratos de Transmissão cedida ao Fundo será ajustado proporcionalmente, de forma que o Fundo tenha, a qualquer tempo, direitos de crédito em valor equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) da Receita Anual Permitida da Cedente em vigor em fevereiro de 2006, acrescido da variação do Índice Geral de Preços ao Mercado – IGP-M, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M").

1.1.3. A cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo nos termos deste Contrato não abrange os Direitos de Crédito FIDC CEEE.

1.1.4. Dispõe a cláusula 11.7 do Contrato de Cessão do FIDC CEEE que, caso após (i) a ocorrência de qualquer condição suspensiva e a conseqüente transferência ao FIDC CEEE da totalidade dos Direitos de Crédito FIDC CEEE objeto da cessão sob condição suspensiva; (ii) o pagamento integral dos valores devidos aos titulares das quotas de emissão do FIDC CEEE e (iii) o pagamento ou a constituição de reserva para o pagamento integral de todas as demais despesas devidas pelo FIDC CEEE, inclusive aquelas relativas à sua

liquidação, ainda restem Direitos de Crédito FIDC CEEE em poder do FIDC CEEE, será considerada resolvida a cessão dos Direitos de Crédito FIDC CEEE que permanecerem no patrimônio do FIDC CEEE, os quais serão automaticamente transferidos à Cedente.

1.2. Conforme disposto no item 3.5. da Cláusula Terceira abaixo, uma parcela dos Direitos de Crédito é cedida ao Fundo de forma incondicionada ("Cessão Incondicionada"), sendo a parcela restante dos Direitos de Crédito cedida ao Fundo sob condição suspensiva ("Cessão sob Condição Suspensiva"), ficando a sua eficácia sujeita à verificação das condições suspensivas, nos termos e para os efeitos do artigo 125 do Código Civil Brasileiro, de que trata a Cláusula Onze abaixo ("Condições Suspensivas" ou, quando referidas individualmente, "Condição Suspensiva").

1.3. Os Direitos de Crédito ora cedidos e transferidos ao Cessionário serão originados e formalizados no futuro (após a assinatura deste Contrato e durante a sua vigência) e serão entregues ao Cessionário mensalmente, a partir da Data do Início da Entrega (conforme definido no item 3.1. abaixo) e até o pagamento da última parcela de amortização das Quotas Seniores emitidas pelo Cessionário, nos termos do Regulamento do Fundo ("Regulamento").

1.4. Os Direitos de Crédito cedidos nos termos deste Contrato são:

- (a) no caso dos Direitos de Crédito dos CCEAR: (i) aqueles representados por Notas Fiscais Fatura de Energia Elétrica emitidas na forma estabelecida na Cláusula 9ª dos CCEAR celebrados entre a Cedente e as Distribuidoras Cedidas ("Faturas Mensais de Energia Elétrica") e (ii) os instrumentos representativos das garantias outorgadas ou contratadas pelas Distribuidoras Cedidas em favor da Cedente para assegurar o cumprimento das obrigações assumidas nos CCEAR, descritos de forma resumida no Anexo I ao presente Contrato ("Instrumentos de Garantia dos CCEAR"); e
- (b) no caso dos Direitos de Crédito dos Contratos de Transmissão: (i) aqueles indicados nos avisos de crédito emitidos pelo ONS à Cedente, na forma estabelecida na Cláusula 13ª dos CUST ("Avisos de Crédito"), representados por Notas Fiscais Fatura de Transmissão emitidas pela Cedente com base nos Avisos de Crédito ("Faturas Mensais de Transmissão") e (ii) os instrumentos representativos das garantias outorgadas ou contratadas pelos Usuários da Rede Básica em favor do ONS para assegurar o cumprimento das obrigações assumidas nos CUST, descritos de forma resumida no Anexo II ao presente Contrato ("Instrumentos de Garantia dos Contratos de Transmissão").

1.4.1. As Faturas Mensais de Energia Elétrica e as Faturas Mensais de Transmissão serão referidas, em conjunto, como "Faturas Mensais" e os Instrumentos de Garantia dos CCEAR e os Instrumentos de Garantia dos Contratos de Transmissão serão referidos, em conjunto, como "Instrumentos de Garantia".

1.5. Tendo em vista que cada uma das Faturas Mensais de Energia Elétrica e parte das Faturas Mensais de Transmissão possuem três datas distintas de vencimento, quais sejam o dia 15 e o dia 25 do mês subsequente ao mês da venda de energia ou da prestação dos serviços de transmissão, conforme o caso, e o dia 05 do segundo mês subsequente ao mês da venda de energia ou da prestação dos serviços de transmissão, conforme o caso, qualquer parcela da Fatura Mensal equivalente a 1/3 (um terço) do valor da referida fatura ("Parcela da Fatura"), será considerada, para os fins deste Contrato, como um Direito de Crédito independente, no valor da respectiva parcela. As Faturas Mensais de Transmissão sacadas contra consumidores livres e potencialmente livres, nos termos da regulamentação aplicável, que tenham vencimento em uma única data (cada, uma "Fatura de Vencimento Único"), serão consideradas, para os fins deste Contrato, como um Direito de Crédito independente, no valor da respectiva Fatura Mensal de Transmissão.

1.6. Independentemente de uma parcela dos Direitos de Crédito ser cedida de forma incondicionada e de a parcela restante ser cedida sob condição suspensiva, para todos os fins e efeitos de direito, A cessão objeto deste Contrato abrange a totalidade dos Direitos de Crédito, os quais ficam, por esta razão, vinculados a este Contrato e indisponíveis, em caráter irrevogável e irretratável, até o término de sua vigência.

1.6.1. A cessão objeto deste Contrato abrange, além dos Direitos de Crédito, todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados, bem como todas e quaisquer multas compensatórias e/ou indenizatórias devidas à Cedente pelas Distribuidoras Cedidas e/ou pelos Usuários da Rede Básica e/ou pelo ONS inclusive, sem limitação, aquelas relacionadas a ou decorrentes de rescisão de qualquer dos CCEAR Cedidos ou dos Contratos de Transmissão Cedidos.

1.7. Fica desde já estabelecido que a Cedente não responde pela solvência das Distribuidoras Cedidas e/ou dos Usuários da Rede Básica, mas apenas pela correta constituição dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo nos termos deste Contrato e, quando constituídos, pela sua existência, liquidez e certeza.

1.8. Os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo nos termos deste Contrato serão considerados entregues pela Cedente ao Cessionário ou a quem for por este indicado para recebê-los em seu nome tão logo sejam constituídos em cada mês durante a

vigência deste Contrato, observados os procedimentos estabelecidos nas Cláusulas Terceira e Quarta deste Contrato.

1.9. As Faturas Mensais, cujos modelos integram este Contrato como Anexos III e IV ao presente Contrato, que serão emitidas pela Cedente de acordo com o procedimento estabelecido nos CCEAR Cedidos e nos Contratos de Transmissão Cedidos, em conjunto com os CCEAR Cedidos, os Contratos de Transmissão Cedidos e os Instrumentos de Garantia, constituem os documentos comprobatórios da correta constituição dos Direitos de Crédito (os "Documentos Comprobatórios").

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO DE AQUISIÇÃO E DO PAGAMENTO PELOS DIREITOS DE CRÉDITO

2.1. Pela cessão objeto deste Contrato, que abrange a Cessão Incondicionada e a Cessão sob Condição Suspensiva, o Cessionário pagará à Cedente o valor de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) ("Preço de Aquisição").

2.2. O Preço de Aquisição será pago pelo Fundo à Cedente até o dia útil imediatamente seguinte à integralização da totalidade das Quotas Seniores ("Data de Pagamento do Preço de Aquisição").

2.3. O valor correspondente ao Preço de Aquisição será depositado em conta corrente de titularidade da Cedente, da seguinte forma:

- (i) 35% (trinta e cinco por cento) do valor do Preço de Aquisição será depositado na conta corrente de titularidade da Cedente de nº. 09.255118.0-8, agência 0100, mantida no Banrisul; e
- (ii) 65% (sessenta e cinco por cento) do valor do Preço de Aquisição será depositado na conta corrente de titularidade da Cedente de nº. 09.255117.0-0, agência 0100, mantida no Banrisul (sendo as contas ora indicadas referidas, em conjunto, como "Contas Autorizadas da Cedente").

2.3.1. A Cedente fornecerá ao Fundo recibo do valor pago pela aquisição dos Direitos de Crédito, declarando nada mais ter a reclamar com relação ao pagamento pela cessão de direitos de crédito objeto deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PROCEDIMENTOS PARA ENTREGA DOS DIREITOS DE CRÉDITO

3.1. A partir da data de início de entrega indicada no Suplemento ("Data de Início da Entrega"), a Cedente entregará ao Custodiante (que os receberá em nome do Fundo), tão logo sejam constituídos, os Direitos de Crédito objeto da Cessão Incondicionada e, na hipótese de verificação de uma Condição Suspensiva, os Direitos de Crédito objeto da Cessão sob Condição Suspensiva, observado o disposto nesta Cláusula Terceira e na Cláusula Quarta deste Contrato.

3.1.1. As entregas de Direitos de Crédito de que trata o item 3.1. acima serão realizadas mensalmente durante 72 (setenta e dois) meses consecutivos, contados a partir da Data de Início da Entrega ou até o pagamento da última parcela da amortização das Quotas Seniores, o que ocorrer por último.

3.1.2. Para os fins deste Contrato, o período de tempo compreendido entre o dia 20 de cada mês, inclusive, e o dia 20 do mês imediatamente seguinte, exclusive, será considerado um "Período de Disponibilidade".

3.2. Até o 6º (sexto) dia útil anterior ao dia 15 do mês subsequente ao respectivo fornecimento de energia às Distribuidoras Cedidas e/ou à prestação de serviços de transmissão aos Usuários da Rede Básica, conforme o caso ("Data de Disponibilização"), a Cedente deverá disponibilizar, por meio eletrônico, ao Custodiante e ao Agente de Recebimento lista contendo, separadamente, os dados das Faturas Mensais de Energia Elétrica e das Faturas Mensais de Transmissão, na forma do Anexo V a este Contrato ("Lista de Direitos de Crédito Disponíveis").

3.3. A quantidade de Direitos de Crédito objeto da Cessão Incondicionada a ser entregue em cada Período de Disponibilidade ("Quantidade Mínima Mensal") deverá ser equivalente ao resultado do produto do valor nominal de cada uma das Parcelas da Fatura/Faturas de Vencimento Único pelo respectivo Fator de Cessão (conforme definido abaixo), representado pelo símbolo ϕ abaixo ("Fator de Cessão"). O Administrador será responsável pelo cálculo da Quantidade Mínima Mensal, em cada Data de Apuração (conforme definido abaixo).

3.3.1. Com relação aos Direitos de Crédito dos Contratos de Transmissão, fica estabelecido que serão entregues ao Fundo, observado o procedimento estabelecido nesta Cláusula Terceira, Parcelas da Fatura/Faturas de Vencimento Único inteiras (e não 25% (vinte e cinco por cento) de cada Parcela da Fatura/Fatura de Vencimento Único) até que totalizem o valor total dos Direitos de Crédito dos Contratos de Transmissão Cedidos ao Fundo nos termos deste Contrato. A Cedente obriga-se a assegurar que o Fundo receba as Parcelas da Fatura/Faturas de Vencimento Único relativas aos Contratos de Transmissão Cedidos com prioridade sobre qualquer terceiro, com exceção do FIDC CEEE.

3.3.2. A Quantidade Mínima Mensal será calculada separadamente para os Direitos de Crédito dos CCEAR e para os Direitos de Crédito dos Contratos de Transmissão, mediante aplicação dos procedimentos de que trata o item 3.4. abaixo.

3.4. O Fator de Cessão a ser utilizado em cada uma das Parcelas da Fatura/Faturas de Vencimento Único será apurado em cada data de apuração ("Data de Apuração"), conforme indicado abaixo:

3.4.1. No dia útil anterior à data de vencimento de cada Parcela da Fatura/Fatura de Vencimento Único com vencimento no dia 25 de cada mês ("Primeira Data de Apuração"), correspondente ao Período de Disponibilidade i , o Administrador calculará o primeiro Fator de Cessão dos Direitos de Crédito a ser aplicado sobre a referida parcela/fatura (φ_{i1}), de acordo com a seguinte fórmula:

$$\varphi_{i1} = \frac{QMM_i}{FT_{i1}}$$

3.4.2. No dia útil anterior à data de vencimento de cada Parcela da Fatura/Fatura de Vencimento Único com vencimento no dia 05 de cada mês ("Segunda Data de Apuração"), correspondente ao Período de Disponibilidade i , o Administrador calculará o segundo Fator de Cessão dos Direitos de Crédito a ser aplicado sobre a referida parcela/fatura (φ_{i2}), de acordo com a seguinte fórmula:

$$\varphi_{i2} = \frac{(QMM_i + \Delta RA_p - RT_i)}{FT_{i2}}$$

3.4.3. No dia útil anterior à data de vencimento de cada Parcela da Fatura/Fatura de Vencimento Único com vencimento no dia 15 de cada mês ("Terceira Data de Apuração"), correspondente ao Período de Disponibilidade i , o Administrador calculará o terceiro Fator de Cessão dos Direitos de Crédito a ser aplicado sobre a referida parcela/fatura (φ_{i3}), de acordo com a seguinte fórmula:

$$\varphi_{i3} = \frac{\Delta RA_i}{FT_{i3}}$$

sendo que, para as fórmulas contidas nos itens 3.4.1., 3.4.2. e 3.4.3. acima:

i = cada Período de Disponibilidade;

ϕ_{i1} = Fator de Cessão a ser aplicado sobre cada primeira Parcela da Fatura/Fatura de Vencimento Único com vencimento no Período de Disponibilidade i. Se o Fator de Cessão apurado for maior que 1 ou menor que 0, o Administrador deverá considerar o Fator de Cessão como sendo 1 ou 0, respectivamente;

ϕ_{i2} = Fator de Cessão a ser aplicado sobre cada segunda Parcela da Fatura/Fatura de Vencimento Único com vencimento no Período de Disponibilidade i. Se o Fator de Cessão apurado for maior que 1 ou menor que 0, o Administrador deverá considerar o Fator de Cessão como sendo 1 ou 0, respectivamente;

ϕ_{i3} = Fator de Cessão a ser aplicado sobre cada terceira Parcela da Fatura/Fatura de Vencimento Único com vencimento no Período de Disponibilidade i. Se o Fator de Cessão apurado for maior que 1 ou menor que 0, o Administrador deverá considerar o Fator de Cessão como sendo 1 ou 0, respectivamente;

$QMM_i = A_i + C_i + \Delta RA_i$ = Quantidade Mínima Mensal prevista no Período de Disponibilidade i, que deverá ser calculada e apurada pelo Administrador nas Datas de Apuração aplicáveis;

FT_{i1} = Somatório dos valores dos Direitos de Crédito correspondentes à primeira Parcela das Faturas com vencimento no Período de Disponibilidade i, conforme o caso;

FT_{i2} = Somatório dos valores dos Direitos de Crédito correspondentes à segunda Parcela da Fatura/Fatura de Vencimento Único com vencimento no Período de Disponibilidade i;

FT_{i3} = Somatório dos valores dos Direitos de Crédito correspondentes à terceira Parcela da Fatura/Fatura de Vencimento Único com vencimento no Período de Disponibilidade i;

RT_i = Somatório dos valores pagos pelas Distribuidoras Cedidas/Usuários da Rede Básica e efetivamente recebidos pelo Fundo referentes aos Direitos de Crédito correspondentes à primeira Parcela das Faturas com vencimento no Período de Disponibilidade i;

RA_i = Reserva de Amortização (conforme definida no Regulamento) no Período de Disponibilidade i, calculado em cada Data de Apuração;

D_i = Recursos Livres (conforme definido no Regulamento) no Período de Disponibilidade i , calculado em cada Data de Apuração;

$\Delta RA_i = RA_i - D_i$ = Diferença entre a Reserva de Amortização para o Período de Disponibilidade i e os Recursos Livres no Período de Disponibilidade i , calculada em cada Data de Apuração;

$\Delta RA_p = A_{i+3} - A_i$ = Diferença entre a Reserva de Amortização projetada para o Período de Disponibilidade $i+3$ e a Reserva de Amortização para o Período de Disponibilidade i , o Administrador deverá considerar o ΔRA_p como sendo 0 caso A_i seja maior do que A_{i+3} ;

A_i = Montante calculado conforme disposto no item 12.09 para o Período de Disponibilidade i , calculado em cada Data de Apuração; e

C_i = Custos mensais estimados dos Encargos do Fundo referentes à taxa de administração, despesas com a prestação de serviços do Custodiante, Empresa de Auditoria e Agência de Classificação de Risco e outros encargos do Fundo nos termos da regulamentação em vigor, para o Período de Disponibilidade i .

3.4.5. Para os fins de cálculo da QMM nos termos desta cláusula, os Direitos de Crédito serão considerados pelo seu valor de face.

3.4.6. O procedimento a que se refere este item 3.4. será realizado separadamente para os Direitos de Crédito dos CCEAR e para os Direitos de Crédito dos Contratos de Transmissão.

3.5. O Agente de Recebimento deverá enviar ao Custodiante, com cópia para o Administrador, até as 8h30m do dia útil imediatamente seguinte à Data de Disponibilização, lista indicando os direitos de crédito constantes da Lista de Direitos de Crédito Disponíveis que tenham sido objeto de cessão incondicionada ao FIDC CEEE ("Lista de Direitos de Crédito do FIDC CEEE").

3.5.1. Os direitos de crédito da Lista de Direitos de Crédito Disponíveis, excluídos aqueles constantes da Lista de Direitos de Crédito do FIDC CEEE, serão considerados objeto da Cessão Incondicionada até que totalizem a Quantidade Mínima Mensal.

3.5.2. A seleção dos Direitos de Crédito objeto da Cessão Incondicionada será realizada pelo Custodiante, que deverá enviar ao Fundo e ao Administrador, até o dia útil imediatamente seguinte a cada Data de Apuração, um relatório de entrega no formato indicado no Anexo VI ao presente Contrato ("Relatório

de Entrega”), indicando quais Direitos de Crédito foram efetivamente transferidos ao Fundo.

3.5.3. Fica desde já estabelecido que a transferência ao Fundo dos Direitos de Crédito objeto da Cessão Incondicionada e, quando for o caso, dos Direitos de Crédito objeto da Cessão sob Condição Suspensiva, independe do Relatório de Entrega, que vale como comprovação da transferência de tais Direitos de Crédito ao Fundo, mas não é condição para a sua efetivação.

3.5.4. Uma vez atingida a Quantidade Mínima Mensal, todos os demais Direitos de Crédito entregues no referido Período de Disponibilidade serão considerados como objeto da Cessão sob Condição Suspensiva e não integrarão o patrimônio líquido do Fundo.

3.6. Os Direitos de Crédito objeto da Quantidade Mínima Mensal entregues ao Fundo durante cada Período de Disponibilidade, devem atender à seguinte alocação:

- (i) 35% (trinta e cinco por cento) do valor dos Direitos de Crédito efetivamente entregues ao Fundo em cada Período de Disponibilidade deverá corresponder a Direitos de Crédito dos CCEAR; e
- (ii) 65% (sessenta e cinco por cento) do valor dos Direitos de Crédito efetivamente entregues ao Fundo em cada Período de Disponibilidade deverá corresponder a Direitos de Crédito dos Contratos de Transmissão.

3.6.1. Os limites acima estarão sujeitos a uma tolerância de 10% (dez por cento), para mais ou para menos, em cada Período de Disponibilidade, sendo certo que, quando da entrega ao Fundo de todos os Direitos de Créditos por ele adquiridos nos termos deste Contrato, o resultado deverá atender à divisão estabelecida acima.

3.7. Na ocorrência de qualquer das Condições Suspensivas, o Administrador comunicará imediatamente o Custodiante, o Agente de Recebimento e a Cedente sobre a ocorrência da referida condição, determinando a adoção dos procedimentos para entrega ao Fundo dos Direitos de Crédito objeto da Cessão sob Condição Suspensiva, que observará o disposto nas Cláusulas Terceira e Quarta deste Contrato.

3.7.1. Fica desde já estabelecido que, na hipótese de verificação de uma Condição Suspensiva, os Direitos de Crédito objeto da Cessão sob Condição Suspensiva entregues ao Fundo serão considerados, para todos os fins deste

Contrato e observado o disposto no item 3.7.2. abaixo, como Direitos de Crédito objeto da Cessão Incondicionada.

3.7.2. Caso seja verificada, a qualquer tempo, uma condição suspensiva nos termos do Contrato de Cessão do FIDC CEEE (ainda que, por qualquer razão, tal evento somente ocorra após a verificação de uma Condição Suspensiva nos termos deste Contrato) o Fundo somente terá direito de receber Direitos de Crédito após o implemento da Condição Resolutiva do FIDC CEEE. Sem prejuízo do ora disposto, fica estabelecido que em nenhuma hipótese os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo nos termos deste Contrato (e/ou os recursos decorrentes de seu pagamento) serão transferidos ou realocados para o FIDC CEEE.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PROCEDIMENTOS DE PAGAMENTO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

4.1. A partir da Data de Início da Entrega e até o pagamento integral das Quotas Seniores, a Cedente deve assegurar que o recebimento da totalidade dos valores decorrentes do pagamento (i) dos Direitos de Crédito dos CCEAR seja direcionado para a conta centralizadora dos Direitos de Crédito dos CCEAR, mantida no Banrisul sob o n. 4980.92 1200.57 e (ii) dos Direitos de Crédito dos Contratos de Transmissão seja direcionado para a conta centralizadora dos Direitos de Crédito dos Contratos de Transmissão, mantida no Banrisul sob o n. 4980.92 1210.45, ambas movimentadas pelo Agente de Recebimento (sendo tais contas centralizadoras, em conjunto, referidas como "Contas Centralizadoras FIDC CEEE").

4.2. Recebidos os recursos provenientes do pagamento dos Direitos de Crédito dos CCEAR e dos Direitos de Crédito dos Contratos de Transmissão nas Contas Centralizadoras FIDC CEEE, o Agente de Recebimento transferirá para a conta mantida pelo FIDC CEEE no Deutsche Bank sob o n. 24097.4 na agência nº. 1.0 ("Conta Autorizada do FIDC CEEE"), no dia útil imediatamente seguinte ao seu recebimento nas Contas Centralizadoras FIDC CEEE, os recursos relativos aos Direitos de Crédito FIDC CEEE.

4.3. Na mesma data da transferência ao FIDC CEEE dos valores referentes ao pagamento de Direitos de Crédito FIDC CEEE e salvo se informado por escrito pelo administrador do FIDC CEEE sobre a ocorrência de uma condição suspensiva com relação ao FIDC CEEE, o Agente de Recebimento transferirá das Contas Centralizadoras FIDC CEEE, em fundos imediatamente disponíveis, a totalidade dos valores creditados nas referidas contas, conforme segue:

- (i) os valores depositados na Conta Centralizadora CCEAR FIDC CEEE serão direcionados para a conta "FIDC CEEE III-GT Geração", mantida pelo Banrisul sob o código 4980 92 1240.57 ("Conta Centralizadora do FIDC CEEE III-GT para CCEAR"), e
- (ii) os valores depositados na Conta Centralizadora dos Contratos de Transmissão FIDC CCEAR serão direcionados para a conta "FIDC CEEE III-GT Transmissão", mantida pelo Banrisul sob o código 4980 92 1250.45 ("Conta Centralizadora do FIDC CEEE III-GT para Contratos de Transmissão" e, em conjunto com a Conta Centralizadora do Fundo para CCEAR, as "Contas Centralizadoras do FIDC CEEE III-GT").

4.3.1. Caso venha a ser informado acerca do implemento de uma condição suspensiva nos termos do Contrato de Cessão do FIDC CEEE, o Agente de Recebimento deverá comunicar imediatamente o Administrador, o Custodiante e a Cedente acerca de tal fato e proceder conforme estabelecido no Contrato de Cessão do FIDC CEEE e no regulamento do FIDC CEEE. Uma vez verificada a Condição Resolutiva do FIDC CEEE, entretanto, deverá o Agente de Recebimento comunicar Administrador, o Custodiante e a Cedente, votando imediatamente a observar o disposto nesta Cláusula.

4.4. A partir da Data de Início da Entrega, a totalidade dos valores transferidos pelo Agente de Recebimento para as Contas Centralizadoras do FIDC CEEE III-GT será movimentada pelo Agente de Recebimento de acordo com os termos, condições e procedimentos estabelecidos neste Contrato e no e no Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores ("Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores").

4.5. Tendo em vista que, até o advento de uma Condição Suspensiva, o produto do recebimento dos Direitos de Crédito objeto da Cessão Incondicionada pertencerá ao Cessionário e o produto do recebimento dos Direitos de Crédito objeto da Cessão sob Condição Suspensiva pertencerá à Cedente, observado o disposto neste Contrato, os recursos recebidos nas Contas Centralizadoras do FIDC CEEE III-GT, serão creditados pelo Agente de Recebimento, respectivamente, na Conta Autorizada do FIDC CEEE III-GT (conforme abaixo definido) e nas Contas Autorizadas da Cedente, estritamente de acordo com o disposto nesta Cláusula e no Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores.

4.6. O Agente de Recebimento transferirá das Contas Centralizadoras do Fundo para a conta nº. 24097.4, mantida pelo Fundo na agência nº. 1.0 do Deutsche Bank ("Conta Autorizada do FIDC CEEE III-GT") (cada data de transferência em cada Período de Disponibilidade, uma "Data de Transferência"), no dia útil imediatamente seguinte a seu recebimento, em fundos imediatamente disponíveis, os valores

creditados nas Contas Centralizadoras do FIDC CEEE III-GT referentes ao pagamento de Direitos de Crédito objeto da Cessão Incondicionada.

4.6.1. O Administrador será responsável pelo cálculo do montante a ser transferido para a Conta Autorizada do FIDC CEEE III-GT, que será realizado em cada Data de Apuração, nos termos do item 3.4. da Cláusula Terceira deste Contrato, devendo informá-lo à Cedente, ao Custodiante e ao Agente de Recebimento na mesma data do cálculo.

4.6.2. O Agente de Recebimento entregará ao Administrador, com cópia para o Custodiante e para a Cedente, por meio eletrônico, até o 3º (terceiro) dia útil seguinte a cada Data de Apuração, relatório de transferência de recursos, com indicação do montante financeiro dos Direitos de Crédito transferidos ao Fundo no período entre a Data de Apuração em questão e a Data de Apuração imediatamente anterior, na forma indicada no Anexo VII ao presente Contrato.

4.7. O saldo das Contas Centralizadoras do FIDC CEEE III-GT não transferido para a Conta Autorizada do FIDC CEEE III-GT em cada Data de Transferência corresponde aos Direitos de Crédito cedidos sob Condição Suspensiva e, não tendo sido verificada qualquer das Condições Suspensivas, será transferido pelo Agente de Recebimento, em fundos imediatamente disponíveis, para as Contas Autorizadas da Cedente, no dia útil imediatamente seguinte a seu recebimento, observado o disposto no Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores e respeitada a segregação entre os recursos provenientes dos Direitos de Crédito dos CCEAR e os provenientes dos Direitos de Crédito dos Contratos de Transmissão.

4.7.1. Somente após a transferência de recursos à Conta Autorizada do FIDC CEEE III-GT poderá o Agente de Recebimento transferir quaisquer valores às Contas Autorizadas da Cedente.

4.8. O Cessionário e a Cedente nomeiam o Banrisul, em caráter irrevogável e irretratável, durante todo o prazo de vigência e como condição essencial para a celebração deste Contrato, nos termos do artigo 684 do Código Civil Brasileiro, como agente de recebimento da totalidade dos recursos provenientes do pagamento dos Direitos de Crédito. Fica o Agente de Recebimento autorizado, ainda, com exclusividade, em caráter irrevogável e irretratável, a movimentar as Contas Centralizadoras do FIDC CEEE III-GT nos termos descritos nesta Cláusula Quarta e no Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores.

4.9. O Agente de Recebimento manterá sistema de controle que permita a identificação, a qualquer momento, dos pagamentos dos Direitos de Crédito recebidos (i) nas Contas Centralizadoras FIDC CEEE e (ii) nas Contas Centralizadoras

do FIDC CEEE III-GT identificando, nesse último caso, os recursos que forem transferidos para a Conta Autorizada do FIDC CEEE III-GT e para as Contas Autorizadas da Cedente.

4.10. O recebimento, pelo Agente de Recebimento, da totalidade dos valores representados pelos Direitos de Crédito objeto da Cessão Incondicionada e da Cessão sob Condição Suspensiva nas Contas Centralizadoras será suficiente e valerá como prova da quitação para as Distribuidoras Cedidas e os Usuários da Rede Básica com relação aos pagamentos devidos.

4.11. Fica desde já estabelecido que, após a liquidação integral de todos os valores devidos pelo FIDC CEEE aos titulares das quotas de sua emissão e aos seus prestadores de serviço, bem como após a quitação de todos os demais valores devidos pelo FIDC CEEE a título de custos, encargos ou tributos ("Liquidação do FIDC CEEE"), os valores recebidos nas Contas Centralizadoras FIDC CEEE passarão a ser movimentados, sem necessidade de qualquer autorização ou aprovação adicional, pelo Agente de Recebimento, nos termos deste Contrato e do Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores, passando as Contas Centralizadoras FIDC CEEE a ser consideradas, para todos os fins deste Contrato, como as Contas Centralizadoras do FIDC CEEE III-GT.

CLÁUSULA QUINTA - DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E SUA VERIFICAÇÃO

5.1. Somente poderão ser entregues pela Cedente e transferidos ao Fundo nos termos deste Contrato os Direitos de Crédito dos CCEAR e os Direitos de Crédito dos Contratos de Transmissão que não tenham sido entregues ao FIDC CEEE.

5.1.1. A cessão de Direitos de Créditos ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão é definitiva e em nenhuma hipótese os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo (e/ou os recursos decorrentes de seu pagamento) serão transferidos ou realocados para o FIDC CEEE.

5.2. A verificação do atendimento ao critério de elegibilidade pelos Direitos de Crédito entregues pela Cedente ao Fundo será realizada pelo Custodiante.

CLÁUSULA SEXTA - DA COBRANÇA DOS DIREITOS DE CRÉDITO

6.1. O Fundo, por meio deste Contrato, contrata a Cedente para que esta atue como seu agente de cobrança relativamente a Direitos de Crédito transferidos ao Fundo e não pagos quando de seu vencimento.

6.1.1. A contratação da Cedente como agente de cobrança dos Direitos de Crédito não resulta e não resultará, de qualquer forma, em qualquer ingerência ou controle, pela Cedente, sobre os Direitos de Crédito de titularidade do Fundo.

6.2. A Cedente não receberá qualquer remuneração pela prestação dos serviços de cobrança objeto desta Cláusula Sexta.

6.3. No segundo dia útil seguinte ao vencimento e não pagamento de qualquer Direito de Crédito integrante da carteira de investimentos do Fundo, este acionará a Cedente para iniciar o processo de cobrança dos Direitos de Crédito inadimplidos.

6.3.1. A Cedente deverá observar os procedimentos estabelecidos nos CCEAR Cedidos, nos Contratos de Transmissão Cedidos e nos respectivos Instrumentos de Garantia, conforme o caso, assim como as demais disposições da regulamentação aplicável para efetuar a cobrança dos Direitos de Crédito.

6.3.2. A Cedente não poderá renegociar ou acordar qualquer alteração aos termos e condições dos Direitos de Crédito sem a prévia anuência, por escrito, do Fundo.

6.4. A Cedente não será responsável por quaisquer despesas que porventura venham a ser incorridas pelo Fundo com vistas à adoção de medidas extrajudiciais e/ou judiciais para a salvaguarda e cobrança de seus direitos e prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito, incluindo todos os custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos a que se refere este item. Todos os custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos serão de inteira responsabilidade do Fundo, nos termos do Regulamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO DEPÓSITO DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS

7.1. A Cedente será a depositária dos Documentos Comprobatórios para os efeitos do artigo 627 e seguintes do Código Civil Brasileiro, nos termos do "Contrato de Custódia de Documentos Comprobatórios e Outras Avenças" ("Contrato de Custódia de Documentos Comprobatórios"), responsabilizando-se por sua guarda e manutenção. Até a liquidação integral das obrigações do FIDC CEEE com os titulares das quotas seniores de sua emissão e dos encargos por este devidos, a Cedente atuará como depositária dos Documentos Comprobatórios em nome do FIDC CEEE e

do Fundo. A partir da data de liquidação do FIDC CEEE, a Cedente passará a atuar como depositária dos Documentos Comprobatórios exclusivamente em nome do Fundo.

7.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, a Cedente compromete-se a entregar ao Fundo os Documentos Comprobatórios que venham a ser por este solicitados para a defesa de seus direitos na qualidade de credor dos Direitos de Crédito.

7.1.2. A contratação da Cedente como fiel depositária dos Documentos Comprobatórios não resulta e não resultará, de qualquer forma, em qualquer ingerência ou controle, pela Cedente, sobre os Direitos de Crédito de titularidade do Fundo.

7.2. A Cedente garantirá, nos seus horários normais de funcionamento, o acesso irrestrito do Fundo, do Custodiante e/ou de terceiros por estes indicados aos Documentos Comprobatórios. Em caso de descumprimento do Contrato de Custódia de Documentos Comprobatórios, a Cedente compromete-se, sem prejuízo de outras penalidades previstas no Contrato de Custódia de Documentos Comprobatórios, a proceder à entrega, mediante solicitação por escrito e de acordo com as instruções do Fundo, de todos os Documentos Comprobatórios sob sua guarda no prazo de até 5 (cinco) dias úteis (ou prazo menor, se assim exigido pelas autoridades competentes), sendo que, depois de referido prazo, será facultada ao Cessionário a apreensão de tais Documentos Comprobatórios.

7.3. Independentemente do disposto no item anterior, o Custodiante poderá realizar, a qualquer momento e desde que nos horários normais de funcionamento da Cedente, auditoria na Cedente e nos estabelecimentos em que os Documentos Comprobatórios sejam mantidos, de forma a verificar a existência dos Documentos Comprobatórios e o cumprimento das obrigações da Cedente com relação à guarda e organização dos Documentos Comprobatórios, nos termos do Contrato de Custódia de Documentos Comprobatórios.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DECLARAÇÕES DAS PARTES

8.1. A Cedente neste ato declara e assegura ao Fundo, na data de assinatura deste Contrato e em cada Data de Entrega, que:

- a) é uma sociedade anônima validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação e regulamentação em vigor, estando devidamente autorizada a explorar potenciais hidrelétricos e a comercializar a energia

por estes gerada, bem como a prestar serviços de transmissão de energia elétrica, nos termos dos Contratos de Concessão;

- b) está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações societárias necessárias à celebração deste Contrato, à assunção e cumprimento das obrigações dele decorrentes, em especial as relativas à cessão dos Direitos de Crédito, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- c) obteve todas as autorizações necessárias, perante os órgãos estaduais e federais competentes, em especial da ANEEL, outorgada por meio do Despacho nº. 1.539, de 17 de maio de 2007 à celebração deste Contrato, à assunção e ao cumprimento das obrigações dele decorrentes, em especial as relativas à cessão e transferência dos Direitos de Crédito e à outorga de mandatos, tendo sido satisfeitos, dessa forma, todos os requisitos legais para tanto;
- d) os seus representantes legais que assinam este Contrato têm poderes estatutários para assumir, em seu nome, as obrigações nele estabelecidas, bem como para outorgar mandatos a terceiros nos termos aqui definidos e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados para assumir, em seu nome, as obrigações nele estabelecidas, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- e) a celebração deste Contrato e a assunção e o cumprimento das obrigações dele decorrentes não acarretam, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, de (i) quaisquer contratos, de qualquer natureza, firmados anteriormente à data da assinatura deste Contrato, dos quais a Cedente ou seus controladores sejam parte ou aos quais estejam vinculados, a qualquer título, quaisquer dos bens corpóreos, incorpóreos, tangíveis, intangíveis, móveis ou imóveis de sua propriedade, em especial os Direitos de Crédito; (ii) qualquer norma legal ou regulamentar a que a Cedente ou seus controladores ou quaisquer dos bens corpóreos, incorpóreos, tangíveis, intangíveis, móveis ou imóveis de sua propriedade estejam sujeitos; e (iii) qualquer ordem, decisão, ainda que liminar, judicial ou administrativa que afete a Cedente, seus controladores ou quaisquer dos bens corpóreos, incorpóreos, tangíveis, intangíveis, móveis ou imóveis de sua propriedade;
- f) a sua situação econômica, financeira e patrimonial, refletida nas demonstrações financeiras exigidas pela legislação societária e/ou pelas normas regulamentares da CVM e/ou da ANEEL, até a data em que esta declaração é feita, não sofreu qualquer alteração significativa que possa

afetar de maneira negativa a assunção e o cumprimento das suas obrigações decorrentes deste Contrato;

- g) não há quaisquer títulos de sua emissão ou sacados contra si que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados, cujo valor unitário e/ou agregado seja igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), que será atualizado, na menor periodicidade admitida em lei, a partir da data de assinatura deste Contrato, pela variação acumulada do IGP-M, excetuados os que, apresentados para protesto, tenham sido objeto de pedido judicial de sustação cautelar de protesto com razoáveis fundamentos de direito, seguido, conforme o caso, da respectiva ação principal;
- h) os Direitos de Crédito que, por força deste Contrato, são cedidos ao Fundo, têm e terão origem (i) na legítima e efetiva compra e venda de energia elétrica, realizada com estrita observância dos CCEAR Cedidos e (ii) na prestação de serviços de transmissão de energia elétrica, nos termos dos Contratos de Transmissão Cedidos, são de sua legítima e exclusiva titularidade e estão livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, que, de qualquer modo, possam obstar a cessão e o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito adquiridos nos termos deste Contrato;
- i) está cumprindo rigorosamente as obrigações dos Contratos de Concessão, bem como as normas administrativas e determinações da ANEEL aplicáveis à condução de seus negócios;
- j) está cumprindo rigorosamente as obrigações dos CCEAR e dos Contratos de Transmissão;
- k) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante em suas condições financeiras ou suas atividades, nos termos dos Contratos de Concessão; e
- l) não está em situação de conflito de interesses no cumprimento de suas obrigações e/ou no exercício de seus direitos como Cedente dos Direitos de Créditos ao Fundo, declarando a sua independência em relação ao Administrador e ao seu controlador comum.

8.2. O Administrador declara e assegura, na data de assinatura deste Contrato e em cada Data de Entrega, em nome do Fundo, que:

- a) o Fundo é uma comunhão de recursos validamente constituída sob a forma de condomínio fechado, na forma da Instrução CVM nº. 356, e está apto a cumprir as normas da CVM aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios;
- b) a celebração deste Contrato e a assunção e o cumprimento das obrigações dele decorrentes, assim como dos demais instrumentos legais relacionados com a cessão e aquisição de Direitos de Crédito ora avençada, estão devidamente autorizados pelo Regulamento; e
- c) os representantes legais que assinam este Contrato têm poderes regulamentares e estatutários para tanto, assim como para assumir, por conta e ordem do Fundo, as obrigações deste decorrentes.

8.3. O Agente de Recebimento declara e assegura, na data de assinatura deste Contrato e em cada Data de Entrega, que:

- a) é uma instituição financeira validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável e devidamente habilitada e autorizada, nos termos das normas legais e regulamentares vigentes, a administrar fundos de investimento;
- b) possui todas as autorizações necessárias à celebração deste Contrato e do Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores e à assunção e cumprimento das obrigações deles decorrentes, assim como dos demais instrumentos legais relacionados com a cessão e aquisição de Direitos de Crédito ora avençada;
- c) os representantes legais que assinam este Contrato e o Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores têm poderes regulamentares e estatutários para tanto, assim como para assumir as obrigações deles decorrentes;
- d) todos os alvarás, licenças, autorizações ou aprovações necessários ao seu funcionamento foram regularmente obtidos e encontram-se atualizados, e seus livros contábeis estão regularmente abertos e registrados no Registro do Comércio competente, estando, também, devidamente atualizados; e
- e) encontra-se técnica e operacionalmente habilitado a prestar os serviços de administração do Fundo e de agente de recebimento dos valores decorrentes do pagamento dos Direitos de Crédito, contando com todos os sistemas necessários ao pleno e satisfatório exercício de suas funções, nos termos deste Contrato, do Regulamento e da regulamentação aplicável.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CEDENTE

9.1. Sem prejuízo das demais obrigações assumidas nos termos deste Contrato e daquelas que lhe são atribuídas nos termos das leis e normas em vigor, a Cedente expressamente obriga-se a:

- a) adotar todas as providências para manter válidas e eficazes as declarações contidas na Cláusula Oitava acima, e a manter o Cessionário informado de qualquer ato ou fato que possa afetar a validade de qualquer das referidas declarações e adotando as medidas cabíveis para sanar ou evitar a invalidade da declaração;
- b) entregar, na Data de Pagamento do Preço de Aquisição, as Notificações, firmadas pelas Distribuidoras Cedidas, pelos Usuários da Rede Básica e pelo ONS;
- c) comunicar ao Cessionário a ocorrência de qualquer Evento de Revisão (conforme abaixo definido), no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas da respectiva ocorrência;
- d) emitir as Faturas Mensais conforme os prazos e termos estabelecidos nos CCEAR Cedidos e nos Contratos de Transmissão Cedidos, conforme o caso, e indicar a respectiva Conta Centralizadora no campo apropriado para o recebimento do pagamento dos Direitos de Crédito;
- e) proceder à cobrança dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos e praticar todos os atos necessários para tanto, nos termos da Cláusula Sexta acima e da regulamentação aplicável;
- f) transferir ao Agente de Recebimento e comunicar ao Custodiante, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas da verificação do seu recebimento, quaisquer valores que venha a receber das Distribuidoras Cedidas e/ou dos Usuários da Rede Básica com relação aos Direitos de Crédito ora cedidos ao Fundo, sem qualquer dedução ou desconto, a qualquer título, sendo certo que a Cedente aceita sua nomeação como fiel depositária dos referidos valores até a sua efetiva transferência ao Agente de Recebimento, sob as penas da lei;
- g) permitir ao Fundo, ou a quem for por este indicado, acesso a todos os dados e informações relacionados aos Direitos de Crédito, bem como fornecer, sem qualquer custo adicional, todos os meios e documentos a

estes relacionados e adotar todas as medidas, para que os prestadores de serviços por este contratado verifiquem o cumprimento, pela Cedente, das suas obrigações nos termos deste Contrato;

- h) praticar todos os atos que estiverem a seu alcance, para que as Distribuidoras Cedidas e os Usuários da Rede Básica honrem as obrigações relacionadas com os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo;
- i) entregar ao Fundo, na data da assinatura deste Contrato, cópia (i) do seu estatuto social; (ii) das respectivas deliberações societárias; e, conforme o caso, (iii) dos mandatos outorgados a seus representantes para assinatura deste Contrato;
- j) entregar ao Fundo, na data da assinatura deste Contrato, parecer legal emitido por seu advogado interno, e, a cada período de 12 (doze) meses, uma ratificação dos termos do referido parecer legal, substancialmente na forma do Anexo VIII;
- k) encaminhar ao Fundo, no prazo de 03 (três) dias de sua aprovação, cópias das deliberações relativas a (i) qualquer alteração no seu objeto social; e (ii) qualquer alteração nos mandatos outorgados aos seus mandatários nos termos deste Contrato, do Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores, do Contrato de Custódia ou do Compromisso de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas ("Compromisso de Subscrição");
- l) encaminhar ao Fundo, no prazo de 03 (três) dias contado da data em que estiverem disponíveis ao público, quaisquer deliberações societárias que possam, em qualquer medida, afetar o cumprimento de qualquer de suas obrigações assumidas neste Contrato;
- m) encaminhar ao Fundo, no dia útil imediatamente seguinte à data do recebimento da citação, cópia de pedido de falência contra si apresentado por terceiros;
- n) encaminhar ao Fundo, no dia útil imediatamente seguinte à respectiva deliberação, cópia de qualquer proposta de pedido de autofalência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução e/ou liquidação aprovada por seus órgãos societários;
- o) comunicar ao Cessionário, no dia útil imediatamente seguinte à data do recebimento de cópia de notificação ou comunicação ou da ciência, por qualquer meio, do início de procedimento judicial e/ou administrativo

contra a Cedente que envolva valor igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou que seja, de qualquer forma, relacionado ao Contrato de Concessão;

- p) exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados de boa fé pela Cedente na esfera judicial ou administrativa, realizar o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal no mês de vencimento dos respectivos pagamentos;
- q) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- r) manter todos os seus ativos operacionais relevantes adequadamente segurados, nos termos da regulamentação da ANEEL aplicável;
- s) manter válidas e regulares as licenças ambientais relevantes pertinentes às suas atividades, bem como cumprir todas as exigências técnicas nelas estabelecidas;
- t) efetuar, de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade do Brasil, os respectivos lançamentos contábeis correspondentes à cessão irrevogável e irretratável dos Direitos de Crédito ao Fundo;
- u) fornecer, a qualquer tempo, todas as informações solicitadas pela agência de classificação de risco das Quotas do Fundo, em especial aquelas relacionadas aos Direitos de Crédito, às Distribuidoras Cedidas e/ou Usuários da Rede Básica e às condições econômico-financeiras da Cedente;
- v) não renunciar ao exercício de direito, tácita ou expressamente, e não alterar, por meio de aditamento ou por qualquer outro meio, as cláusulas dos CCEAR Cedidos e/ou dos Contratos de Transmissão Cedidos sem a prévia e expressa anuência, por escrito, do Fundo;
- w) exceto pelo FIDC CEEE, assegurar que o Fundo tenha prioridade sobre qualquer terceiro no recebimento das Parcelas da Fatura/Faturas de Vencimento Único relativas aos Contratos de Transmissão, bem como no recebimento dos recursos provenientes das mesmas, fazendo constar expressamente dos documentos relativos à cessão, transferência, alienação ou constituição de qualquer ônus sobre os direitos de créditos decorrentes da parcela dos Contratos de Transmissão não cedida ao Fundo que venham a ser celebrados a partir da presente data, menção à cessão objeto deste Contrato e à prioridade ora referida;

- x) atualizar, trimestralmente, a lista de Usuários da Rede Básica que constitui o Anexo II ao presente Contrato;
- y) enviar ao Fundo, com cópia para o Custodiante, no prazo de 10 (dez) dias corridos do seu recebimento, cópia (i) de qualquer comunicação recebida pela Cedente das Distribuidoras Cedidas, com relação à intenção de reduzir e/ou ceder o volume de energia contratada dos CCEAR Cedidos, seja por meio do exercício do direito à sazonalização da energia contratada, cessão da energia contratada ou outro meio permitido pelo respectivo CCEAR Cedido; (ii) de qualquer comunicação recebida pela Cedente do ONS, com relação à intenção de alterar qualquer das condições dos Contratos de Transmissão Cedidos e (iii) cópia de qualquer "Termo de Cessão de Direitos e Obrigações" firmado pelas Distribuidoras Cedidas com concessionárias de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no inciso II da Cláusula 7.7 dos CCEAR Cedidos ("Termo de Cessão");
- z) notificar a(s) concessionária(s) de distribuição de energia elétrica que vier(em) a firmar o "Termo de Cessão de Direitos e Obrigações" com as Distribuidoras Cedidas, conforme previsto no inciso II da Cláusula 7.7 dos CCEAR Cedidos ("Termo de Cessão"), de que os Direitos de Crédito subjacentes aos montantes de energia contratada objeto de cessão pelas Distribuidoras Cedidas foram integralmente cedidos ao Fundo e indicar, no referido Termo de Cessão, que os pagamentos a serem realizados no âmbito do(s) CCEAR que vier(em) a ser aditado(s) deverão ser efetuados na Conta Centralizadora CCEAR, bem como fazer todas as comunicações necessárias no âmbito do Ambiente de Contratação Regulada a respeito da referida cessão;
- aa) ceder ao Fundo, por meio da assinatura de termo de cessão na forma do Anexo IX ao presente, sem qualquer custo, qual(is)quer aditamento(s) aos CCEAR Cedidos que venha(m) a ser celebrado(s) entre a Cedente e qualquer Distribuidora Cedida para aumento do volume da energia contratada nos termos do respectivo CCEAR como resultado da descontração ou redução do volume de qualquer outro CCEAR Cedido;
- bb) informar ao Fundo, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a celebração de qualquer novo CUST; e
- cc) no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de Liquidação do FIDC CEEE, notificar as Distribuidoras Cedidas, os Usuários da Rede Básica e o ONS acerca da cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, ressalvado o direito do Cessionário de realizar tal notificação a qualquer tempo durante a vigência do presente Contrato.

9.2. As obrigações previstas nesta Cláusula para as quais não tenha sido estabelecido prazo específico, serão exigíveis no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado do recebimento, pela Cedente, de notificação enviada pelo Custodiante ou pelo Fundo, nos termos da Cláusula Dezesete abaixo, exigindo o cumprimento da obrigação respectiva.

CLÁUSULA DEZ – DO PRAZO PARA CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

10.1. Observados os prazos estabelecidos neste Contrato, as obrigações de fazer e não fazer aqui previstas serão exigíveis no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado do recebimento, pela Cedente ou pelo Fundo, da notificação que constituir a respectiva Parte em mora, ficando facultada à Parte credora a adoção das medidas judiciais necessárias (i) à tutela específica; ou (ii) à obtenção do resultado prático equivalente, por meio das medidas a que se refere o § 5º do artigo 461 do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA ONZE - DOS EVENTOS DE REVISÃO E DA VERIFICAÇÃO DE CONDIÇÃO SUSPENSIVA

11.1. São considerados eventos de revisão (os "Eventos de Revisão") cada uma das seguintes ocorrências:

- a) utilização, por 2 (dois) Períodos de Disponibilidade consecutivos ou 3 (três) Períodos de Disponibilidade alternados num período de 6 (seis) meses, da Reserva de Amortização que não vier a ser recomposta no Período de Disponibilidade imediatamente subsequente (i) ao segundo Período de Disponibilidade consecutivo em que a Reserva de Amortização tenha sido utilizada ou (ii) ao Período de Disponibilidade imediatamente subsequente àquele em que a Reserva de Amortização tenha sido utilizada pela terceira vez no período de 6 (seis) meses;
- b) ajuizamento de pedido de falência em face de qualquer das Distribuidoras Cedidas, cuja Fatura Mensal de Energia Elétrica represente individualmente valor igual ou superior a 2% (dois por cento) do valor médio da totalidade das Faturas Mensais de Energia Elétrica nos 3 (três) Períodos de Disponibilidade imediatamente anteriores ou o ajuizamento por qualquer destas de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial;
- c) caso o Índice de Cobertura (conforme definido no Regulamento) seja por 2 (dois) meses consecutivos ou 3 (três) meses alternados em um período

de 12 (doze) meses inferior a 250% no respectivo Período de Disponibilidade;

- d) descumprimento, pela Cedente, de qualquer das obrigações de fazer e/ou não fazer decorrentes deste Contrato que não seja um Evento de Revisão e que, a critério do Administrador, possa comprometer a capacidade do Fundo de cumprir com seus compromissos perante os Quotistas, desde que a Cedente tenha sido notificada pelo Administrador para regularizar tal descumprimento e não o faça no prazo de 5 (cinco) dias úteis, excetuado o disposto nos itens (e), (f) e (g) abaixo;
- e) descumprimento, pela Cedente, das obrigações assumidas nos termos da Cláusula Terceira deste Contrato, desde que, notificada pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contado do recebimento da referida notificação;
- f) não observância pela Cedente dos deveres e das obrigações previstas na Cláusula Sexta deste Contrato, desde que, notificada pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado do recebimento da referida notificação;
- g) descumprimento, pela Cedente, da obrigação assumida nos termos do subitem (w) do item 9.1. da Cláusula Nona deste Contrato;
- h) modificações estatutárias que alterem o objeto social da Cedente;
- i) alteração do controle acionário, direto ou indireto, da Cedente;
- j) desconstrução, por qualquer das Distribuidoras Cedidas, de CCEAR Cedido(s) em valor que represente mais do que 4% (quatro por cento) da Quantidade Mínima Mensal média dos últimos 3 (três) Períodos de Disponibilidade anteriores à referida rescisão;
- k) vencimento antecipado e/ou inadimplemento de quaisquer operações de natureza financeira em que a Cedente seja mutuária ou garantidora, cujo valor presente das obrigações de pagamento seja superior a R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), que será atualizado, na menor periodicidade admitida em lei, a partir da data de assinatura deste Contrato, pela variação acumulada do IGP-M, ou o equivalente em outras moedas; para os fins desta alínea, são consideradas operações de natureza financeira, (i) quaisquer operações de empréstimo em moeda; (ii) financiamentos a projetos de investimento, ainda que não reconhecidos em seus balanços (*off-balance*); (iii) repasses de

empréstimos em moeda nacional ou estrangeira, registrados ou não no Banco Central do Brasil ("Bacen"); (iv) operações de abertura de crédito em conta-corrente; (v) adiantamento a depositantes, na forma definida nas normas do Bacen; (vi) operações de arrendamento mercantil; (vii) emissão pública ou privada de debêntures ou de quaisquer outros títulos ou valores mobiliários, no Brasil ou no exterior; (viii) concessão de garantias, pessoais ou reais, em operações de qualquer natureza, em especial as de natureza financeira; (ix) operações de adiantamento de receitas futuras, realizadas por meio de permuta, cessão, transferência parcial, venda à vista com compromisso de recompra em prazo determinado, venda a termo, emissão de opções de qualquer natureza ou desconto de títulos; (x) desconto bancário, com ou sem cláusula de corresponsabilidade; e (xi) qualquer outra espécie de negócio jurídico cujo efeito financeiro seja captação de recursos financeiros e/ou a antecipação de receitas decorrentes da consecução do objeto social da Cedente;

- l) adoção, por qualquer das Distribuidoras Cedidas, de quaisquer medidas judiciais, inclusive aquelas que tenham por objeto a discussão do preço de compra dos CCEAR Cedidos que possam, a critério do Cessionário, comprometer o fluxo de receita dos CCEAR Cedidos;
- m) descumprimento pela Cedente de suas obrigações nos termos do Contrato de Custódia de Documentos Comprobatórios;
- n) início da liquidação antecipada do FIDC CEEE;
- o) descumprimento pela Cedente de suas obrigações nos termos do Contrato de Cessão do FIDC CEEE;
- p) ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão, nos termos do Contrato de Cessão do FIDC CEEE;
- q) ocorrência de qualquer alteração nos termos e condições do Contrato de Cessão do FIDC CEEE;
- r) rescisão do Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores realizados no âmbito do FIDC CEEE e/ou do Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores;
- s) caso ocorra qualquer dos Eventos de Liquidação, nos termos do Regulamento;

t) deliberação, pelos titulares das Quotas Seniores, da liquidação antecipada do Fundo; e

u) rescisão ou resilição deste Contrato de Cessão.

11.2. A Cedente deverá notificar o Administrador e o Custodiante da ocorrência de quaisquer dos Eventos de Revisão indicados acima de que tenha conhecimento dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis contados de sua ocorrência.

11.2.1. Sem prejuízo do disposto no item 11.3. abaixo, dentro do prazo máximo de 7 (sete) dias úteis contados da data em que o Administrador tomar conhecimento da ocorrência de quaisquer dos Eventos de Revisão, as Partes deverão reunir-se na sede do Administrador e deliberar sobre os impactos do Evento de Revisão em questão, devendo discutir uma solução para sanar eventuais impactos negativos do referido Evento de Revisão.

11.2.2. Na Assembléia Geral de Quotistas do Fundo que deverá ser convocada pelo Administrador, de acordo com o disposto no Regulamento, quando da ocorrência de qualquer Evento de Revisão (i) deverão ser apresentados aos Quotistas do Fundo os fatos discutidos na referida reunião e (ii) deverá ser decidido se o Evento de Revisão em questão será considerado um evento de liquidação do Fundo, nos termos do Capítulo Dezoito do Regulamento.

11.2.3. Caso (i) as Partes não cheguem a um acordo para sanar os impactos adversos do Evento de Revisão e/ou (ii) a Assembléia Geral de Quotistas do Fundo decida que o Evento de Revisão constitui evento de liquidação do Fundo, este Contrato será automaticamente rescindido, sem nenhum ônus para qualquer das Partes. Na hipótese de rescisão deste Contrato, em decorrência do disposto neste item, a Parte que estiver rescindindo este Contrato deverá notificar a outra Parte, imediatamente e por escrito.

11.2.4. A resilição deste Contrato nos termos do item acima não eximirá as Partes do integral e pontual cumprimento das obrigações que até então as Partes tiverem assumido nos termos deste Contrato, assim como não prejudicará o direito das Partes de exigir o cumprimento de tais obrigações.

11.3. Cada um dos Eventos de Revisão referidos nos subitens (a), (c), (d), (e), (f), (g), (i), (k), (l), (n), (r) e (s) do item 11.1. acima é considerado, para todos os fins e efeitos de direito, uma Condição Suspensiva. Na verificação de qualquer Condição Suspensiva, o Administrador deverá adotar, além das providências referidas no Capítulo Dezoito do Regulamento, as providências descritas no item 11.4. abaixo.

11.4. Na hipótese de ocorrência de qualquer Condição Suspensiva, os Direitos de Crédito objeto da Cessão sob Condição Suspensiva serão imediatamente transferidos da Cedente para o Fundo, independentemente de qualquer aviso ou notificação à Cedente, observado o disposto nos itens a seguir. Serão aplicadas à transferência e entrega dos Direitos de Crédito objeto da cessão sob Condição Suspensiva, no que couber, as disposições das Cláusulas Terceira e Quarta deste Contrato.

11.4.1. Nessa hipótese, o Agente de Recebimento, mediante comunicação recebida do Administrador, entregará ao Cessionário a totalidade dos valores creditados nas Contas Centralizadoras em virtude do pagamento dos Direitos de Crédito para a Conta Autorizada do FIDC CEEE III-GT, em cada Período de Disponibilidade. O Administrador deverá aplicar os pagamentos referentes aos Direitos de Crédito cujo valor exceda à Quantidade Mínima Mensal no investimento em ativos financeiros disponíveis no mercado, de acordo com a política de investimento descrita no Regulamento até que haja deliberação pelos titulares das Quotas do Fundo. Caso os titulares das Quotas do Fundo, reunidos em Assembléia Geral realizada nos termos do Regulamento, deliberem pela liquidação do Fundo, os recursos deverão ser aplicados no resgate das Quotas Seniores e, caso os titulares das Quotas do Fundo deliberem pela não liquidação do Fundo, os recursos serão aplicados na amortização de Quotas Subordinadas.

11.4.2. Os Direitos de Crédito que venham a ser entregues ao Fundo nos termos deste item serão considerados como entregas antecipadas de Direitos de Crédito cedidos pela Cedente ao Fundo, nos termos deste Contrato.

11.4.3. Independentemente do disposto neste item, a Cedente permanecerá obrigada a entregar Direitos de Crédito ao Fundo nos termos deste Contrato até a amortização integral das Quotas Seniores emitidas pelo Fundo.

11.4.4. Caso os titulares das Quotas do Fundo deliberem, em Assembléia Geral de Quotistas realizada nos termos do Regulamento, pela continuidade do Fundo, a Quantidade Mínima Mensal voltará a ser calculada nos termos do item 3.2. da Cláusula Terceira deste Contrato, a partir do mês subsequente à regularização do Evento de Revisão que constituiu a Condição Suspensiva e desde que o presente Contrato não tenha sido rescindido.

11.5. O exercício da faculdade referida nos itens 11.3. e 11.4. acima não acarretará qualquer ônus ou penalidade de qualquer natureza ao Fundo e não obstará a aplicação, nos termos deste Contrato, das penalidades previstas na Cláusula Quatorze abaixo.

11.6. A alteração do disposto nesta Cláusula Onze depende de prévia e expressa aprovação das Partes, bem como da prévia ciência e aprovação dos titulares das Quotas Seniores do Fundo, nos termos do Regulamento do Fundo. Para tanto, o Administrador compromete-se a comunicar previamente ao representante dos titulares das Quotas Seniores do Fundo, se houver, assim como convocar uma Assembléia Geral de Quotistas do Fundo para deliberar acerca deste tema.

11.7. Caso após (i) a ocorrência de qualquer Condição Suspensiva e a conseqüente transferência ao Fundo da totalidade dos Direitos de Crédito objeto da Cessão sob Condição Suspensiva; (ii) o pagamento integral dos valores devidos aos titulares das Quotas de emissão do Fundo e (iii) o pagamento ou a constituição de reserva para o pagamento integral de todas as demais despesas devidas pelo Fundo, inclusive aquelas relativas à sua liquidação, ainda restem Direitos de Crédito em poder do Fundo, será considerada resolvida a cessão dos Direitos de Crédito que permanecerem no patrimônio do Fundo, os quais serão automaticamente transferidos à Cedente.

11.7.1. Observado o disposto neste Contrato, na hipótese de que trata este item 11.7., os recursos oriundos dos Direitos de Crédito cuja cessão tenha sido resolvida que estiverem depositados nas Contas Centralizadoras (excluídos os valores da reserva para pagamento das despesas acima referidas) deverão ser imediatamente transferidos para as Contas Autorizadas da Cedente.

CLÁUSULA DOZE – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

12.1. O presente Contrato começa a vigorar na data da concessão, pela Comissão de Valores Mobiliários, do registro de distribuição pública das Quotas Seniores do Fundo e permanecerá em vigor até o pagamento integral dos valores devidos pelo Cessionário aos titulares das Quotas Seniores.

CLÁUSULA TREZE - DA RESILIÇÃO PELA CEDENTE

13.1. A Cedente poderá resilir este Contrato, mediante comunicação enviada ao Fundo, com cópia para o Custodiante, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data de resilição, somente na hipótese de (i) criação de novos impostos, taxas, contribuições, elevação das alíquotas dos já existentes ou modificação da base de cálculo de impostos, taxas e contribuições, presentes ou futuros; (ii) modificações do Regulamento aprovadas pelos titulares das Quotas Seniores reunidos em Assembléia Geral, que comprovadamente alterem o equilíbrio econômico-financeiro inicial deste Contrato; ou (iii) aprovação pelos Quotistas de

novo Parâmetro de Rentabilidade que torne o negócio jurídico pactuado excessivamente oneroso para a Cedente.

13.2. O exercício do direito de rescisão de que trata esta Cláusula não eximirá a Cedente do integral e pontual cumprimento das obrigações assumidas nos termos deste Contrato, inclusive o disposto no item 13.3. abaixo, e do Compromisso de Subscrição e que já sejam exigíveis, ou se tornem exigíveis em razão da rescisão deste Contrato, na data do recebimento da comunicação referida no item 13.1. acima, assim como não prejudicará o direito do Fundo de exigir, por todos os meios estabelecidos nos referidos instrumentos, o cumprimento de tais obrigações.

13.3. O exercício do direito a rescisão do Contrato nos termos do item 13.1. acima é condicionado à restituição, pela Cedente, ao Fundo, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas da comunicação de rescisão a ser encaminhada pela Cedente ao Administrador, do valor total das Quotas Seniores em circulação, acrescidos dos custos e encargos decorrentes da liquidação do Fundo, após o que o Administrador adotará as providências estabelecidas no Capítulo Dezessete do Regulamento para proceder à liquidação antecipada do Fundo.

CLÁUSULA QUATORZE - DAS PENALIDADES

14.1. O inadimplemento, por qualquer das Partes, de quaisquer das obrigações de pagamento previstas neste Contrato caracterizará, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação, a mora da Parte inadimplente, sujeitando-a ao pagamento dos seguintes encargos pelo atraso: (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data em que o pagamento era devido até o seu integral recebimento pela Parte credora; e (ii) multa convencional, não compensatória, de 3% (três por cento), calculada sobre o respectivo valor devido. Na hipótese de inadimplemento atribuído ao Fundo, a Cedente deverá cobrar os encargos da inadimplência do Administrador, a menos que este comprove não ter concorrido omissiva ou comissivamente para a ocorrência do inadimplemento.

14.2. O inadimplemento, pelo Fundo das obrigações, de qualquer natureza, previstas neste Contrato, apenas ensejará a penalidade na forma do item 14.1. desta Cláusula se a Cedente comprovar a ocorrência de culpa, dolo ou má-fé do Administrador e/ou do Custodiante no tocante ao descumprimento de tais obrigações. Não serão penalizáveis quaisquer atrasos que decorram de falhas de sistema e/ou de comunicação do Custodiante, do Agente de Recebimento e/ou do Administrador, os quais, não obstante, deverão diligenciar para a imediata correção de tais falhas.

14.3. O inadimplemento, pela Cedente, de qualquer das obrigações de dar, fazer ou não fazer assumidas nos termos deste Contrato, do qual tenham sido notificadas para regularizar e não o façam no prazo estabelecido neste Contrato ou assinado na respectiva notificação e/ou aviso, prazo este que, em nenhuma hipótese, será inferior a 5 (cinco) dias úteis, obrigará a Cedente ao pagamento ao Fundo de uma multa convencional, não compensatória, de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), valor que será atualizado, na menor periodicidade admitida em lei, a partir da data de assinatura deste Contrato, pela variação acumulada do IGP-M, por dia de atraso no cumprimento de tais obrigações, sem prejuízo do disposto acima, e da cobrança de perdas e danos incorridos pelo Fundo em decorrência de tal inadimplemento.

CLÁUSULA QUINZE – DA TUTELA ESPECÍFICA

15.1. As Partes reconhecem, desde já, que este Contrato constitui título executivo extrajudicial para todos os fins e efeitos do artigo 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

15.2. Sem prejuízo do disposto nas demais cláusulas deste Contrato, as obrigações de fazer e não fazer previstas neste Contrato serão exigíveis no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contado do recebimento, pela Cedente ou pelo Fundo, da notificação que constituir a respectiva Parte em mora, ficando facultada à Parte credora a adoção das medidas judiciais necessárias (i) à tutela específica ou (ii) à obtenção do resultado prático equivalente, por meio das medidas a que se refere o § 5º do art. 461, do Código de Processo Civil, sem prejuízo do disposto na Cláusula Quatorze acima.

15.3. Caso a Cedente descumpra qualquer das obrigações de dar, fazer ou não fazer previstas neste Contrato e, notificada para sanar tal inadimplemento, deixe de fazê-lo no prazo assinalado na referida notificação, o Fundo, independentemente de qualquer outro aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo da faculdade de resilir o Contrato, poderá requerer, com fundamento no art. 273 combinado com o art. 461 e seus parágrafos, ambos do Código de Processo Civil, a tutela específica da obrigação inadimplida ou, a seu juízo, promover execução da obrigação de fazer, com fundamento no artigo 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

15.4. Para os fins desta Cláusula, as Partes desde já expressamente reconhecem que o comprovante de recebimento da notificação mencionada no item 15.2. desta Cláusula, acompanhado dos documentos que a tenham fundamentado, será bastante para instruir o pedido de tutela específica da obrigação.

15.5. Para todos os fins e efeitos de direito, tendo em vista a natureza única e exclusivamente patrimonial das obrigações assumidas perante terceiros pelo Fundo com vistas à aquisição dos Direitos de Crédito, a Cedente reconhece, desde já, a relevância de qualquer pedido judicial de tutela antecipada feito com base nas disposições desta Cláusula, assim como a caracterização do dano iminente para o Fundo na hipótese do descumprimento de qualquer das obrigações da Cedente decorrentes deste Contrato.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DA CONFIDENCIALIDADE

16.1. Cada uma das Partes e o Interveniente (em conjunto, "Partes Obrigadas" e, individualmente, "Parte Obrigada") obrigam-se a manter em sigilo e respeitar a confidencialidade dos dados e informações, verbais ou escritas, relativos às operações e negócios das outras Partes Obrigadas (incluindo, sem limitação, todos os segredos e/ou informações financeiras, operacionais, econômicas, técnicas e jurídicas), dos contratos, pareceres e outros documentos, bem como, de quaisquer cópias ou registros dos mesmos, contidos em qualquer meio físico a que a referida Parte Obrigada tiver acesso em virtude deste Contrato ("Informações Confidenciais"), ficando desde já estabelecido que (i) as Informações Confidenciais somente poderão ser divulgadas a seus sócios, administradores, procuradores, consultores, prepostos e empregados, presentes ou futuros, que precisem ter acesso às Informações Confidenciais em virtude do cumprimento das obrigações estabelecidas neste Contrato (os "Representantes") e (ii) que a divulgação a terceiros, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, isolada ou conjuntamente, no Brasil ou no exterior, por qualquer meio, de quaisquer Informações Confidenciais dependerá de prévia e expressa autorização, por escrito, das demais Partes Obrigadas.

16.2. As Partes Obrigadas comprometem-se a não utilizar qualquer das Informações Confidenciais em proveito próprio ou de quaisquer terceiros e responsabilizam-se pela violação das obrigações previstas nesta Cláusula por parte de quaisquer dos Representantes.

16.3. Caso qualquer das Partes Obrigadas ou qualquer de seus Representantes seja obrigado, em virtude de lei, de decisão judicial ou por determinação de qualquer autoridade governamental, a divulgar quaisquer das Informações Confidenciais, tal Parte Obrigada deverá comunicar imediatamente as outras Partes Obrigadas a respeito dessa obrigação, de modo que as Partes Obrigadas, se possível e em mútua cooperação, possam intentar as medidas cabíveis, inclusive judiciais, para preservar as Informações Confidenciais. Caso as medidas tomadas para preservar as Informações Confidenciais não tenham êxito, deverá ser divulgada somente a parcela das Informações Confidenciais necessária à satisfação do dever legal de divulgação das informações.

16.4. Excluem-se do compromisso de confidencialidade aqui previsto as informações: (i) disponíveis para o público de outra forma que não pela divulgação das mesmas por qualquer das Partes Obrigadas ou por qualquer de seus Representantes; e (ii) que comprovadamente já eram do conhecimento de uma ou de todas as Partes Obrigadas ou de qualquer de seus Representantes antes da referida Parte Obrigada ou seus Representantes terem acesso em função deste Contrato.

16.5. O dever de confidencialidade previsto nesta Cláusula sobreviverá ao término deste Contrato pelo prazo de 2 (dois) anos estando seu descumprimento sujeito ao disposto neste Contrato a qualquer tempo durante a vigência do prazo ora referido, inclusive após a extinção ou a resolução deste Contrato.

CLÁUSULA DEZESSETE - DAS COMUNICAÇÕES

17.1. Todos os documentos e as comunicações, sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das Partes nos termos deste Contrato deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Se para a Cedente:

Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica CEEE-GT

Avenida Joaquim Porto Villanova, nº. 201, Prédio A2, 3º andar, Sala 359.

91410-400, Porto Alegre – RS

At.: Sra. Gisele Weisheimer

Telefone: (51) 3382.4883

Fac-símile: (51) 3382.4875

E-mail: giseles@ceee.com.br

Se para o Fundo/Administrador:

UBS Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM

Praia e Botafogo, 501, 5º andar – parte. Rio de Janeiro – RJ

At.: Sra. Mariana Ramalho

Telefone: (21) 3262-9624

Fac-símile: (21) 3262-8600

E-mail: mariana.cardoso@ubs.com

Se para o Custodiante:

Deutsche Bank S.A. Banco Alemão

Rua Alexandre Dumas, nº 2.200, 1º andar. 04717-910 São Paulo - SP

At.: Sr. Ricardo Nascimento
Telefone: (11) 5189.5840
Fac-símile: (11) 5189.5688E-mail: ricardo.nascimento@db.com

Se para o Agente de Recebimento
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.
Rua Caldas Júnior, nº. 108. Porto Alegre – RS
At.: Sr. Maria Lucia Rutta Ferreira
Tel.: (51) 3215.3726
Fax.: (51) 3215.1729
Correio Eletrônico: financeiro_dg@banrisul.com.br

Se para a Agência de Classificação de Risco:
Standard & Poor's
Av. Brigadeiro Faria Lima, 201 - 18º andar 05426-100, São Paulo – SP
At.: Sr. João Carlos Scuracchio
Telefone: (11) 3039 9704
Fac-símile: (11) 3039 9705
E-mail: joao_scuracchio@standardandpoors.com

17.2. Todas as comunicações, cartas ou notificações enviadas ao Fundo nos termos deste Contrato devem ser emitidas com cópia para o Administrador e o Custodiante com aviso de recebimento, sob pena de não serem consideradas recebidas pelo Fundo.

17.3. Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados recebidos quando entregues, sob protocolo ou mediante "Aviso de Recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços acima, ou quando da confirmação do recebimento da transmissão via fac-símile (*answer back*), via e-mail ou outro meio de transmissão eletrônica. Para os fins deste item, será considerada válida a confirmação do recebimento via fac-símile ou via e-mail ainda que emitida pela Parte que tenha transmitido a mensagem, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação, bem como da data do envio.

CLÁUSULA DEZOITO - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. Todos os termos e expressões iniciados em maiúsculas utilizados neste Contrato e em seus Anexos, e neles não definidos, têm o significado que lhes é atribuído no Regulamento, no Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores ou no Compromisso de Subscrição.

18.2. O presente Contrato não constitui contrato aleatório referido nos artigos 458 e 459 do Código Civil Brasileiro.

18.3. O Cessionário reconhece que não tem qualquer direito de agir contra a ANEEL em caso de inadimplemento dos compromissos financeiros assumidos pela Cedente nos termos deste Contrato.

18.4. A Cedente e o Fundo reconhecem que este Contrato constitui título executivo extrajudicial para todos os fins e efeitos do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil, reconhecendo, desde já, a liquidez e certeza de quaisquer obrigações pecuniárias previstas neste Contrato que venham a ser cobradas por meio de processo de execução por quantia certa contra devedor insolvente.

18.5. Todas as disposições contidas neste Contrato que se caracterizem como obrigação de fazer ou não fazer a ser cumprida pelo Fundo, deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva do Administrador.

18.6. A Cedente declara ter recebido, na data de assinatura deste Contrato, uma via (i) do Regulamento; e (ii) do Prospecto, conhecendo seu inteiro teor e estando de pleno acordo com os termos e condições neles estabelecidos, especialmente com relação aos dispositivos dos mencionados documentos referidos neste Contrato, reconhecendo como válidos todos os deveres e obrigações previstos nos instrumentos ora referidos, cujo cumprimento dependa do adimplemento das obrigações assumidas pela Cedente nos termos deste Contrato.

18.7. Toda e qualquer modificação deste Contrato somente será válida e eficaz se feita por escrito, por meio de aditamento assinado pelas Partes.

18.8. Exceto pelas relações comerciais e obrigacionais ora estabelecidas, este Contrato não cria nem estabelece qualquer relação comercial e/ou de exclusividade entre a Cedente, o Fundo e o Administrador.

18.9. As Partes celebram este Contrato em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se ao seu fiel, pontual e integral cumprimento por si e por seus sucessores e cessionários, a qualquer título.

18.10. Os anexos a este Contrato (os "Anexos") são dele parte integrante e inseparável. Em caso de divergência entre o teor e/ou sua interpretação do Contrato e de seus Anexos prevalecerão as disposições do Contrato, dado o caráter complementar dos Anexos. Não obstante, reconhecem as Partes a unicidade e indissociabilidade das disposições do Contrato e dos Anexos, que deverão ser

interpretados de forma harmônica e sistemática, tendo como parâmetro a natureza do negócio celebrado entre as Partes.

18.11. Se qualquer disposição ou termo deste Contrato for declarado nulo ou for anulável, tal nulidade ou anulabilidade não prejudicará a vigência das demais cláusulas deste Contrato não atingidas pela declaração de nulidade ou pela anulabilidade.

18.12. A tolerância e as concessões recíprocas entre as Partes terão caráter eventual e transitório e não configurarão, em qualquer hipótese, renúncia, transigência, remissão, perda, modificação, redução ou ampliação de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos a qualquer das Partes nos termos deste Contrato, assim como, quando havidas, o serão, expressamente, sem o intuito de novar as obrigações previstas neste Contrato.

18.13. O presente Contrato constitui o único e integral acordo entre as Partes acerca dos direitos e obrigações nele estabelecidos, substituindo todos os outros documentos, cartas, memorandos ou propostas entre as Partes, bem como os entendimentos orais mantidos entre as mesmas, anteriores à presente data.

18.14. Salvo disposição em contrário prevista neste Contrato, é expressamente vedada a cessão a terceiros, por qualquer das Partes, dos direitos e obrigações nele previstos.

18.15. O presente Contrato e seus aditamentos, se houver, serão registrados em Ofício de Títulos e Documentos da Capital do Estado do Rio Grande do Sul.

18.16. Para efeitos do disposto neste Contrato, entende-se por "dia útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou dia declarado como feriados de âmbito nacional ou ainda dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Caso as datas em que venham a ocorrer eventos nos termos deste Contrato não forem dia útil, conforme definição deste item, considerar-se-á como a data do referido evento o dia útil imediatamente seguinte.

18.17. As Partes declaram, conjunta e expressamente, que o presente Contrato foi celebrado com observância dos princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

CLÁUSULA DEZENOVE - DO FORO

19.1. Fica eleito o foro da Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou que possa vir a ser, para dirimir as questões porventura resultantes deste Contrato.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente instrumento de Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, obrigando-se por si, por seus sucessores ou cessionários a qualquer título, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Porto Alegre, 9 de novembro de 2007.

COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE-GT

1. _____

Por: _____
Cargo: _____

2. _____

Por: _____
Cargo: _____

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS DE CRÉDITO CEEE III-GT

Por seu administrador: UBS Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM

1. _____

Por: _____
Cargo: _____

2. _____

Por: Márcia do Prado Figueiras
Cargo: Procuradora

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

1. _____

Por: _____
Cargo: _____
Rubens Salvador Bordini
Vice-Presidente

2. _____

Por: _____
Cargo: _____

Testemunhas:

Nome: DANIEL PEREIRA DE A. ARAUJO
RG: 32.408.508-3
CPF: 257.338.158-32

Nome: MARCO ANTONIO ALONSO DAVID
RG: 24.392.761-5
CPF: 227.592.878-23



**Anexo I ao Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras
Avenças datado de 9 de novembro de 2007**

**Listagem das Distribuidoras Cedidas e Respective CCEAR Cedidos
(acompanhados dos respectivos instrumentos de garantia)**

I. CCEAR Cedidos – Produto 2006/2013

1. Distribuidora:	Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina – Cataguazes	
Dados do CCEAR:	Nº. 359/2004 8613S	
Assinatura:	17/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%	Carta de fiança emitida pelo BA BANCO MODAL
	<u>Conta Centralizadora</u>	Valor da fiança: R\$ 4.435,28.
	Cooperativa de Crédito de Muriaé - CRIDMUR Agência 0314-6 C/C 105-4	Vigência: 22/04/2008.
	<u>Conta Especial</u> Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") Agência 0895-8 C/C 76.202-4 Despacho ANEEL nº. 1.096 de 30 de Agosto de 2005.	

2. Distribuidora:	S.A. de Eletrificação da Paraíba – SAELPA	
Dados do CCEAR:	Nº. 374/2004 8628S	
Assinatura:	15/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

	<p>CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%</p> <p><u>Contas Centralizadoras</u></p> <p>Caixa Econômica Federal Agência 0037-3, C/C 2.011-3</p> <p>Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil") Agência 4362-1 C/C 2.447-3</p> <p><u>Conta Especial</u></p> <p>Banco Bradesco Agência 0895-8 C/C 76.168-0</p> <p>[Pendente Ofício ou Despacho Aneel]</p>	<p>Carta de fiança emitida pelo Banco MODAL Valor da fiança: R\$ 24.785,10. Vigência: 22/04/2008.</p>
--	--	---

3. Distribuidora:	Companhia Piratininga de Força e Luz S/A – CPFL Piratininga	
Dados do CCEAR:	Nº. 373/2004 8627S	
Assinatura:	20/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%	Carta de fiança emitida pelo Banco hsbk Valor da fiança: R\$ 9.887,25. Vigência: 01/11/2008.
	<u>Conta Centralizadora</u>	
	Banco Bradesco Agência 0895-8, C/C 76.189-3	
	<u>Conta Especial</u> Banco Bradesco Agência 0895-8 C/C 76.191-5 Despacho ANEEL nº. 1.225 de 16 de setembro de 2005.	

4. Distribuidora:	Companhia Paulista de Força e Luz S/A – CPFL Paulista	
Dados do CCEAR:	Nº. 364/2004 8618S	
Assinatura:	20/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

	<p>CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%</p> <p><u>Conta Centralizadora</u></p> <p>Banco Bradesco Agência 0895-8 C/C 76.186-9</p> <p><u>Conta Especial</u></p> <p>Banco Bradesco Agência 0895-8 C/C 76.188-5</p> <p>Despacho ANEEL nº. 1.184 de 9 de setembro de 2005.</p>	<p>Carta de fiança emitida pelo Banco HSBC</p> <p>Valor da fiança: R\$ 43.979,38.</p> <p>Vigência: 30/08/2008.</p>
--	---	--

5. Distribuidora:	Companhia Energética do Ceará – COELCE	
Dados do CCEAR:	Nº. 361/2004 8615S	
Assinatura:	17/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%	CDB emitido pelo BEC no valor de R\$ 2.981.962,17 em favor de diversas empresas, cabendo especificamente a CEEE a quantia de R\$69.974,14.
	<u>Contas Centralizadoras</u>	
	Banco do Estado do Ceará - BEC Agência 084, C/C 730.100-6	
	<u>Conta Especial</u> Banco do Estado do Ceará - BEC Agência 084, C/C 730.126-0	
	Despacho ANEEL nº. 1.093 de 29 de agosto de 2005.	

6. Distribuidora:	COPEL Distribuição S.A. – COPEL	
Dados do CCEAR:	Nº. 362/2004 8616S	
Assinatura:	22/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

	<p>CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%</p> <p><u>Conta Centralizadora</u></p> <p>Banco do Brasil Agência Corporate 3306-5 C/C 11.500-2</p> <p><u>Conta Especial</u></p> <p>Banco do Brasil Agência 3306-5 C/C 11.500-2</p> <p>Despacho ANEEL nº. 1.617 de 20 de outubro de 2005.</p>	<p>CDB emitido pelo Banco do Brasil em 26 de agosto de 2005, no valor de R\$87.000,00 em favor da CEEE, com vencimento estipulado para 08 de agosto de 2008.</p>
--	---	--

7. Distribuidora:	Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN	
Dados do CCEAR:	Nº. 363/2004 8617S	
Assinatura:	23/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
		Carta de fiança emitida pelo Banco do Brasil S.A Valor da fiança: R\$ 36.145,49. Vigência: 31/12/2007.

8. Distribuidora:	Companhia Luz e Força Santa Cruz – CLFSC	
Dados do CCEAR:	Nº. 375/2004 8629S	
Assinatura:	21/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
		Carta de fiança emitida pelo Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. Valor da fiança: R\$ 29.946,56. Vigência: 31/12/2007.

9. Distribuidora:	Companhia Nacional de Energia Elétrica – CNEE	
Dados do CCEAR:	Nº. 372/2004 8626S	
Assinatura:	22/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

	<p>CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%</p> <p><u>Conta Centralizadora</u></p> <p>Banco Bradesco Agência 0895-8 C/C 76.159-1</p> <p><u>Conta Especial</u></p> <p>Banco Bradesco Agência 0895-8 C/C 76.161-3</p> <p>Despacho ANEEL nº. 1.133 de 05 de setembro de 2005.</p>	
--	--	--

10. Distribuidora:	Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG	
Dados do CCEAR:	Nº. 357/2004 8611S	
Assinatura:	23/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%	
	<u>Conta Centralizadora</u>	
	Banco Bradesco Agência 0895-8 C/C 76.229-6	
	<u>Conta Especial</u> Banco Bradesco Agência 0895-8 C/C 76.232-6 Despacho ANEEL nº. 1.415 de 4 de outubro de 2005.	

11. Distribuidora:	Bandeirante Energia S.A. – Bandeirante	
Dados do CCEAR:	Nº. 343/2004 8597S	
Assinatura:	16/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

	<p>CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%</p> <p><u>Conta Centralizadora</u></p> <p>Banco do Brasil Agência 1893-7 C/C 2600-X</p> <p><u>Conta Especial</u></p> <p>Banco do Brasil Agência 1893-7 C/C 2601-8</p> <p>Despacho ANEEL nº. 1.183 de 9 de setembro de 2005.</p>	<p>Carta de fiança emitida pelo Banco do Brasil Valor da fiança: R\$ 97.271,23. Vigência: 31/12/2007.</p>
--	---	---

12. Distribuidora:	Companhia Energética de Pernambuco – CELPE	
Dados do CCEAR:	Nº. 353/2004 8607S	
Assinatura:	17/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
		Carta de fiança emitida pelo Banco do Brasil Valor da fiança: R\$ 68.152,69. Vigência: 30/12/2007.

13. Distribuidora:	Companhia Energética do Piauí – CEPISA	
Dados do CCEAR:	Nº. 358/2004 8612S	
Assinatura:	15/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	<p>CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%</p> <p>Conta Centralizadora</p> <p>Banco do Brasil S.A. Agência 3791-5 C/C 15.665-5</p> <p>Ofício nº 2362/2004-SFF/ANEEL</p>	

14. Distribuidora:	Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL	
Dados do CCEAR:	Nº. 369/2004 8623S	
Assinatura:	16/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%	
	<u>Conta Centralizadora</u>	
	Banco Bradesco Agência 0895-8 C/C 76.121-4 Despacho ANEEL nº. 1.623 de 20 de outubro de 2005.	

15. Distribuidora:	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA	
Dados do CCEAR:	Nº. 360/2004 8614S	
Assinatura:	17/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
		Moeda corrente nacional na forma de aplicação financeira mantida no Banco do Brasil no valor de R\$ 100.932,13 c/ vencimento em 02/01/2008.

16. Distribuidora:	Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. – ESCELSA	
Dados do CCEAR:	Nº. 370/2004 8624S	
Assinatura:	16/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%	BB R\$ 94.172,19 ATÉ 31/12/2007 VALIDO P/ O CCEAR PRODUTO 2005-12 TAMBÉM
	<u>Conta Centralizadora</u> Banco Bradesco Agência 0895-8 C/C 76.118-4 <u>Conta Especial</u> Banco Bradesco Agência 0895-8 C/C 76.120-6 Despacho ANEEL nº. 1.181 de 9 de setembro de 2005.	

17 - Distribuidora:	Empresa Energética de Sergipe S.A. – ENERGEIPE	
Dados do CCEAR:	Nº. 368/2004 8622S	
Assinatura:	14/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%	Carta de fiança emitida pelo Banco Modal Valor da fiança: R\$ 16.297,45. Vigência: 22/04/2008.
	<u>Conta Centralizadora</u> Caixa Econômica Federal Agência 0059 C/C 049-0	
	<u>Conta Especial</u> Banco Bradesco Agência 0895-8 C/C 76.205-9	
	Despacho ANEEL nº. 1.116 de 31 de agosto de 2005.	

18 - Distribuidora:	Elektro Eletricidade e Serviços S.A. – Elektro	
Dados do CCEAR:	Nº. 366/2004 8620S	
Assinatura:	10/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

	<p>CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%</p> <p><u>Conta Centralizadora</u></p> <p>Banco do Estado de São Paulo S.A. – BANESPA (“Banespa”) Agência 0154 C/C 1300750</p> <p><u>Conta Especial</u></p> <p>Banespa Agência 0154 C/C 1300750</p> <p>Anuência da ANEEL encontra-se pendente.</p>	
--	--	--

19. Distribuidora:	Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. – EEVP	
Dados do CCEAR:	Nº. 365/2004 8619S	
Assinatura:	22/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%	
	<u>Conta Centralizadora</u>	
	Banco Bradesco Agência 0895-8 C/C 76.153-2	
	<u>Conta Especial</u> Banco Bradesco Agência 0895-8 C/C 76.155-9	
	Despacho ANEEL nº. 1.137 de 5 de setembro de 2005.	

20. Distribuidora:	Empresa Elétrica Bragantina S.A. – EBB	
Dados do CCEAR:	Nº. 344/2004 8598S	
Assinatura:	22/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

	<p>CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%</p> <p><u>Conta Centralizadora</u></p> <p>Banco Bradesco Agência 0895-8 C/C 76.156-7</p> <p><u>Conta Especial</u></p> <p>Banco Bradesco Agência 0895-8 C/C 76.158-3</p> <p>Despacho ANEEL nº. 1.136 de 5 de setembro de 2005.</p>	
--	---	--

21. Distribuidora:	Companhia Energética do Maranhão – CEMAR	
Dados do CCEAR:	Nº. 355/2004 8609S	
Assinatura:	20/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%	
	<u>Contas Centralizadoras</u>	
	Banco Bradesco Agência 0895-8 C/C 76.192-3	
	Caixa Econômica Federal Agência 1577 C/C 888-0	
	<u>Conta Especial</u>	
	Banco Bradesco Agência 0895-8 C/C 76.195-8	
	Despacho ANEEL nº. 1.671 de 25 de outubro de 2005.	

22. Distribuidora:	Companhia Energética da Borborema – CELB	
Dados do CCEAR:	Nº. 349/2004 8603S	
Assinatura:	15/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

	<p>CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%</p> <p><u>Conta Centralizadora</u></p> <p>Banco Bradesco Agência 0895-8 C/C 76.225-3</p> <p><u>Conta Especial</u></p> <p>Banco Bradesco Agência 0895-8 C/C 76.228-8</p> <p>Despacho ANEEL nº. 1.135 de 5 de setembro de 2005.</p>	<p>Carta de fiança emitida pelo Banco Modal</p> <p>Valor da fiança: R\$ 5.276,58.</p> <p>Vigência: 22/04/2008.</p>
--	---	--

23. Distribuidora:	Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro – CERJ	
Dados do CCEAR:	Nº. 342/2004 8596S	
Assinatura:	17/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
		Carta de fiança emitida pelo Banco Safra S.A. Valor da fiança: R\$ 360.523,23. Vigência: 15/02/2008

24. Distribuidora:	Companhia Energética de Alagoas – CEAL	
Dados do CCEAR:	Nº. 346/2004 8600S	
Assinatura:	30/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	<p>CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%</p> <p><u>Conta Centralizadora</u></p> <p>Não consta do CCG.</p> <p><u>Conta Especial</u></p> <p>Banco do Brasil Agência 4363-X C/C 5.013-X</p> <p>Anuência da ANEEL encontra-se pendente.</p>	

**Anexo II ao Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras
Avenças datado de 9 de novembro de 2007**

Listagem dos Usuários Cedidos e Contratos de Transmissão Cedidos

I. Usuários da Rede Básica

ONS	Nome do Usuário	CNPJ
2001	AES-SUL DISTRIBUIDORA GAÚCHA DE ENERGIA S.A .	02.016.440/0001-62
2002	BANDEIRANTE ENERGIA S.A .	02.302.100/0001-06
2003	EMPRESA ELÉTRICA BRAGANTINA S/A	60.942.281/0001-23
2004	CAJUÁ DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S/A	07.282.377/0001-20
2005	COMPANHIA FORÇA E LUZ CATAGUAZES-LEOPOLDINA	19.527.639/0001-58
2006	CBA - COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO	61.409.892/0001-73
2007	CEAL - COMPANHIA ENERGÉTICA DE ALAGOAS	12.272.084/0001-00
2008	CEB - COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRÁSILIA	07.522.669/0001-92
2009	COMPANHIA ESTADUAL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D	08.467.115/0001-00
2010	CELB - COMPANHIA ENERGÉTICA DE BORBOREMA	08.826.596/0001-95
2011	CELESC - CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A .	08.336.783/0001-90
2012	CELG - COMPANHIA ENERGÉTICA DE GOIÁS	01.543.032/0001-04
2013	CELPA - CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ	04.895.728/0001-80
2014	CELPE - COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO	10.835.932/0001-08
2015	CELTINS CO - COMPANHIA DE ENERGIA ELÉTRICA DO ESTADO DO TOCANTINS	25.086.034/0001-71
2016	CELTINS NN - COMPANHIA DE ENERGIA ELÉTRICA DO ESTADO DO TOCANTINS	25.086.034/0001-71
2017	COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR	06.272.793/0001-84
2018	CEMAT- CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSE S.A .	03.467.321/0001-99
2019	CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A .	06.981.180/0001-16
2020	CEPISA - COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ	06.840.748/0001-89
2021	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.	33.050.071/0001-58
2022	CESP - COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO	60.933.603/0001-78
2023	COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF	33.541.368/0001-16
2024	COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA	53.859.112/0001-69
2025	COELBA - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA	15.139.629/0001-94
2026	COELCE - COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ	07.047.251/0001-70
2027	COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.	04.368.898/0001-06
2028	COSERN - COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81
2029	COMPANHIA PAULISTA DE ENERGIA ELÉTRICA	61.015.582/0001-74
2030	COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ	33.050.196/0001-88
2031	COMPANHIA SUL PAULISTA DE ENERGIA	60.855.608/0001-20
2032	DME-DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ELETRICIDADE DE POÇOS DE CALDAS	23.664.303/0001-04
2033	ELEKTRO - ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A .	02.328.280/0001-97
2035	ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A .	61.695.227/0001-93
2036	ENERGIPE - EMPRESA ENERGÉTICA DE SERGIPE	13.017.462/0001-63

2037	ENERSUL-EMPRESA ENERGÉTICA DO MATO GROSSO DO SUL S.A	15.413.826/0001-50
2038	ESCELSA - ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S.A .	28.152.650/0001-71
2039	FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A .	23.274.194/0001-19
2040	LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A .	60.444.437/0001-46
2041	COMPANHIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA	61.416.244/0001-44
2042	COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ	04.172.213/0001-51
2043	RGE - RIO GRANDE ENERGIA S.A .	02.016.439/0001-38
2044	SAELPA - SOC. ANÔNIMA DE ELETRIFICAÇÃO DA PARAÍBA	09.095.183/0001-40
2045	COMPANHIA LUZ E FORÇA SANTA CRUZ	61.116.265/0001-44
2046	EMPRESA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA VALE PARANAPANEMA S/A	07.297.359/0001-11
2047	COMPANHIA LUZ E FORÇA DE MOCOCA	52.503.802/0001-18
2048	COMPANHIA SUL SERGIPANA DE ELETRICIDADE	13.255.658/0001-96
3001	AES TIETÊ S.A .	02.998.609/0001-27
3002	AES-URUGUAIANA EMPREENDIMENTOS LTDA.	01.600.202/0001-37
3003	ALCOA ALUMÍNIO S. A . (CONS. MACH)	23.637.697/0001-01
3004	CIA. SIDERÚRGICA BELGO MINEIRA (CONS. GUILMAN AMORIM)	17.469.701/0066-12
3005	CAMARGO CORRÊA CIMENTOS S. A . (CONS.MACH)	62.258.884/0001-36
3006	CBA - COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - CANOAS	61.409.892/0001-73
3007	COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - CBA (CONS.MACH)	61.409.892/0001-73
3008	COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - CBA - UHE PIRAJÚ	61.409.892/0001-73
3009	CEB LAJEADO S.A .-CEBLAJEADO	03.677.638/0001-50
3010	COMPANHIA ESTADUAL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-G	92.715.812/0003-01
3011	COMPANHIA ESTADUAL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-DONA FRANCISCA	92.715.812/0003-01
3012	COMPANHIA ESTADUAL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE(CONS. MACH)	92.715.812/0003-01
3013	CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA - CELESC (CONS.MACH)	83.878.892/0001-55
3014	COMPANHIA ENERGÉTICA MERIDIONAL - CEM	02.201.268/0001-17
3015	CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A .	06.981.176/0001-58
3016	CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A . - (CONS. FUNIL)	06.981.176/0001-58
3017	CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A . - (CONS. IGARAPAVA)	06.981.176/0001-58
3018	CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A . - (PORTO ESTRELA)	06.981.176/0001-58
3019	COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO - CESP-G	60.933.603/0001-78
3020	COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO - CESP-(UHE PORTO PRIMAVERA)	60.933.603/0001-78
3021	COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA	02.016.507/0001-69
3022	COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF - G	33.541.368/0001-16
3023	CINCO ESTRELAS AGROPECUÁRIA E PARTICIPAÇÃO LTDA	01.360.601/0001-78
3024	COMPANHIA MINEIRA DE METAIS - (CONS.IGARAPAVA)	42.416.651/0001-07
3025	COPEL GERAÇÃO S.A.	04.370.282/0001-70
3026	COPEL GERAÇÃO S.A.	04.370.282/0001-70
3027	CIA. TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS	22.677.520/0001-76
3028	CPFL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A .	03.953.509/0001-47
3029	CSN - COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL (CONS. IGARAPAVA)	33.042.730/0001-04
3030	CVRD - COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - AHE FUNIL	33.592.510/0005-88
3031	CVRD - COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - (CONS. IGARAPAVA)	33.592.510/0005-88

3032	CVRD - COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - PORTO ESTRELA	33.592.510/0005-88
3033	DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S/A - DFESA	02.832.860/0003-89
3034	DME - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ELETRICIDADE DE POÇOS DE CALDAS - (CONS.MACH)	23.664.303/0001-04
3035	DUKE ENERGY INTERNATIONAL GERAÇÃO PARANAPANEMA S.A .	02.998.301/0001-81
3036	DUKE ENERGY INTERNATIONAL GERAÇÃO PARANAPANEMA S.A . - CANOAS	02.998.301/0001-81
3037	EDP LAJEADO ENERGIA S.A .	03.491.591/0001-35
3038	EL PASO RIO CLARO LTDA	02.290.787/0002-80
3039	ELETRONORTE-G - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A .	00.357.038/0001-16
3040	ELETRONORTE-G - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A .	00.357.038/0001-16
3041	ELETRONORTE-G - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A .	00.357.038/0001-16
3042	ELETRONORTE-G - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A .	00.357.038/0001-16
3043	ELETRONORTE-G - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A .	00.357.038/0001-16
3044	ELETRONORTE-G - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A .	00.357.038/0001-16
3045	ELETRONORTE-G - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A .	00.357.038/0001-16
3046	ELETRONORTE-G - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A .	00.357.038/0001-16
3047	ELETRONORTE-G - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A .	00.357.038/0001-16
3048	ELETRONORTE-G - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A .	00.357.038/0001-16
3049	ELETRONORTE-G - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A .	00.357.038/0001-16
3050	ELETRONORTE-G - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A .	00.357.038/0001-16
3051	ELETRONORTE-G - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A .	00.357.038/0001-16
3052	ELETRONORTE-G - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A .	00.357.038/0001-16
3053	ELETRONORTE-G - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A .	00.357.038/0001-16
3054	ELETRONORTE-G - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A .	00.357.038/0001-16
3055	ELETRONORTE-G - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A .	00.357.038/0001-16
3056	ELETRONORTE-G - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A .	00.357.038/0001-16
3057	ELETRONORTE-G - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A .	00.357.038/0001-16
3058	ELETRONORTE-G - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A .	00.357.038/0001-16
3059	ELETRONORTE-G - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A .	00.357.038/0001-16
3060	ELETRONORTE-G - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A .	00.357.038/0001-16
3061	ELETRONORTE-G - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A .	00.357.038/0001-16
3062	ELETRONORTE-G - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A .	00.357.038/0001-16
3063	ELETRONORTE-G - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A .	00.357.038/0001-16
3064	ELETRONORTE-G - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A .	00.357.038/0001-16
3065	ELETRONORTE-G - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A .	00.357.038/0001-16
3066	ELETRONORTE-G - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A .	00.357.038/0001-16
3067	ELETRONORTE-G - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A .	00.357.038/0001-16
3068	ELETRONORTE-G - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A .	00.357.038/0001-16
3069	ELETRONORTE-G - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A .	00.357.038/0001-16
3070	ELETRONORTE-G - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A .	00.357.038/0001-16
3071	ELETRONORTE-G - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A .	00.357.038/0001-16
3072	ELETRONORTE-G - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A .	00.357.038/0001-16
3073	ELETRONORTE-G - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A .	00.357.038/0001-16
3074	ELETRONORTE-G - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A .	00.357.038/0001-16
3075	ELETRONORTE-G - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A .	00.357.038/0001-16
3076	ELETRONORTE-G - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A .	00.357.038/0001-16
3077	ELETRONORTE-G - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A .	00.357.038/0001-16
3078	ELETRONORTE-G - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A .	00.357.038/0001-16
3079	ELETRONORTE-G - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A .	00.357.038/0001-16

3080	TERMORIO S.A .	03.526.800/0002-10
3081	CVRD-COMPANHIA VALE DO RIO DOCE (CONS.CANDONGA)	33.592.510/0001-54
3082	NOVELIS DO BRASIL LTDA - (CONS. CANDONGA)	60.561.800/0030-48
3083	VOTORANTIM CIMENTOS LTDA	10.656.452/0001-80
3084	CERAN - COMPANHIA ENERGÉTICA RIO DAS ANTAS	04.237.975/0001-99
3085	COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - CBA(UHE OURINHOS)	61.409.892/0097-15
3086	CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A.	04.557.307/0001-49
3087	PONTE DE PEDRA ENERGÉTICA S/A	02.877.212/0001-87
3088	COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - (CONS. AIMORÉS)	42.590.364/0001-19
3089	CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A . (CONS. AIMORÉS)	06.981.176/0001-58
3090	ENERGÉTICA BARRA GRANDE S/A	04.781.143/0001-39
3091	CEMIG CAPIM BRANCO ENERGIA SA	04.432.851/0001-64
3092	COMERCIAL E AGRICOLA PAINEIRAS	50.692.219/0001-77
3093	COMPANHIA VALE DO RIO DOCE	33.592.510/0005-88
3094	VOTORANTIM METAIS ZINCO SA	42.416.651/0001-07
3095	TERMOAÇU AS	03.783.964/0001-41
3097	CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO SA	06.981.176/0001-58
3098	VERACEL CELULOSE AS	40.551.996/0001-48
3101	ENERBRASIL ENERGIAS RENOVAVEIS DO BRASIL	04.569.050/0001-45
3102	ENERPEIXE AS	04.426.411/0001-02
3103	CAMPOS NOVOS ENERGIA AS	03.356.967/0001-07
3105	VOTORANTIM METAIS ZINCO SA	42.416.651/0001-07
3108	VENTOS DO SUL ENERGIA SA	06.016.348/0001-53
3109	CEMIG CAPIM BRANCO ENERGIA SA	04.432.851/0001-64
3110	COMERCIAL E AGRICOLA PAINEIRAS	50.692.219/0001-77
3111	COMPANHIA VALE DO RIO DOCE	33.592.510/0005-88
3112	VOTORANTIM METAIS ZINCO SA	42.416.651/0001-07
3113	COMPANHIA SIDERURGICA DE TUBARÃO	27.251.974/0001-02
4001	CIEN-COMPANHIA DE INTERCONEXÃO ENERGÉTICA-(GARABI I)	01.983.856/0001-97
4002	CIEN-COMPANHIA DE INTERCONEXÃO ENERGÉTICA-(GARABI II)	01.983.856/0001-97
5002	ALCOA ALUMINIO SA	23.637.697/0001-01
5004	ALUNORTE - ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S/A	05.848.387/0001-54
5005	BRASKEM S.A . - (COPENE)-T	42.150.391/0001-70
5006	CBA - COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - SE CABREÚVA	61.409.892/0001-73
5007	CSN - COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL - FILIAL ARAUCÁRIA	33.042.730/0134-35
5008	CVRD-COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - ITABIRA	33.592.510/0001-54
5009	DOW BRASIL NORESTE LTDA	13.565.502/0013-45
5010	CIA. DE FERRO LIGAS DA BAHIA - FERBASA	15.141.799/0001-03
5011	FIBRAPLAC CHAPAS DE MDF LTDA	04.176.791/0002-47
5012	IPIRANGA PETROQUÍMICA S.A .	88.939.236/0001-39
5013	BRASKEM S.A. - (OPP)-P	42.150.391/0010-61
5017	INNOVA S/A	01.999.166/0001-26
5019	ANGLO AMERICAN BRASIL LTDA	42.184.226/0017-05
5022	CONSÓRCIO DE ALUMÍNIO DO MARANHÃO - CONSÓRCIO ALUMAR - (REFINARIA)	00.655.209/0001-93
5023	CONSÓRCIO DE ALUMÍNIO DO MARANHÃO - CONSÓRCIO ALUMAR - (REDUÇÃO)	00.655.209/0001-93
5024	OXITENO NORDESTE S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	14.109.664/0008-74
5025	DSM ELASTOMEROS BRASIL LTDA	00.989.799/0001-90

5026	ALBRÁS ALUMÍNIO BRASILEIRO S.A .	05.053.020/0003-06
5027	VERACEL CELULOSE S.A	40.551.996/0001-48
5028	NOVA ERA SILICON S.A .	19.795.665.0001-67
5029	CARBOCLORO S/A INDÚSTRIAS QUÍMICAS	31.659.584/0001-35
5030	GERDAU AÇOS LONGOS S/A - (AÇONORTE-T)	07.358.761/0051-28
5031	NOVELIS DO BRASIL LTDA (CANDEIAS)	60.561.800/0086-00
5032	PETROQUIMICA TRIUNFO S.A .	90.751.025/0003-81
5033	COPEL - COMPANHIA PETROQUÍMICA DO SUL	88.948.492/0001-92
5034	CARAMURU ALIMENTOS LTDA	00.080.671/0001-00
5035	EKA BAHIA	05.869.996/0001-90
5036	GERDAU AÇOS LONGOS S/A - (SP-P)	07.358.761/0041-56
5037	BRASKEM S.A . - (COPENE)-P	42.150.391/0001-70
5038	BRASKEM S.A . - (UCS-BA)-P	42.150.391/0018-19
5039	BRASKEM S.A . - (UCS-AL)-P	42.150.391/0022-03
5040	WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA - (IPATINGA)-P	35.820.448/0155-91
5041	USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S/A - USIMINAS-P	60.894.730/0025-82
5042	WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA - (TRIUNFO)-P	35.820.448/0064-10
5044	USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S/A - USIMINAS-T	60.894.730/0025-82
5045	GERDAU AÇOS LONGOS SA	07.358.761/0005-92
5046	COMPANHIA VALE DO RIO DOCE	33.592.510/0447-98
5047	LINDE GASES LTDA	60.619.202/0072-31
5048	PETROFLEX INDUSTRIA E COMERCIO SA	29.667.227/0006-81
5049	ACESITA SA	33.390.170/0013-12
5050	ACESITA SA	33.390.170/0013-12
5054	ALUNORTE-ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S/A	05.848.387/0003-16
5056	BRASKEM S.A	42.150.391/0018-19
5059	RIO DOCE MANGANES S.A	15.144.306/0001-99
5060	COMPANHIA VALE DO RIO DOCE	33.592.510/0413-49
5061	BELGO SIDERURGIA S/A	17.469.701/0066-12
5062	WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA	35.820.448/0135-48
5063	CARAÍBA METAIS S.A	15.224.488/0001-08
5064	MINERAÇÃO CARAÍBA S.A	42.509.257/0001-13
5065	ANGLOGOLD ASHANTI BRASIL MINERAÇÃO LTDA	40.164.964/0001-90
5066	COMPANHIA VALE DO RIO DOCE	33.592.510/0443-64
5067	MINERAÇÃO MARACÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO SA	86.902.053/0001-13
5068	COMPANHIA VALE DO RIO DOCE	33.592.510/0015-50
5069	ALUNORTE-ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S/A	05.848.387/0003-16
5070	VOTORANTIM METAIS NÍQUEL S/A	18.499.616/0005-48
5071	LINDE GASES LTDA	60.619.202/0072-31
6001	COMPANHIA DE INTERCONEXAO ENERGÉTICA	01.983.856/0001-97
6003	ENERTRADE COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A.	04.149.295/0001-13
6008	COMPANHIA DE INTERCONEXAO ENERGÉTICA	01.983.856/0001-97
7003	BRASYMPE ENERGIA S.A.	04.831.696/0001-59
7009	ENGEBRA - EMPRESA DE ENERGIA ELÉTRICA DO BRASIL LTDA	02.623557/0001-04
8001	NOVELIS DO BRASIL LTDA (PL)	60.561.800/0086-00
8002	BRASKEM S.A . - (COPENE-PL)	42.150.391/0001-70
8003	BRASKEM S.A . - (UCS-AL)-PL	42.150.391/0022-03
8004	BRASKEM S.A . - (UCS-BA)-PL	42.150.391/0018-19
8005	CARAÍBA METAIS S/A	15.224.488/0001-08
8006	DOW BRASIL NORDESTE LTDA	13.565.502/0013-45
8007	PETROBRÁS - FAFEN -FÁBRICAS DE FERTILIZANTES NITROGENADOS - PLANTA DE LARANJEIRAS	33.000.167/1123-33

8008	CIA. DE FERRO LIGAS DA BAHIA - FERBASA	15.141.799/0001-03
8009	GERDAU AÇOS LONGOS S/A - (AÇONORTE-PL)	07.358.761/0051-28
8010	GERDAU AÇOS LONGOS S/A - (USIBA-PL)	07.358.761/0005-92
8011	LIBRA LIGAS DO BRASIL S/A	10.500.221/0001-82
8012	MINERAÇÃO CARAIBA S/A	42.509.257/0001-13
8013	RIO DOCE MANGANÊS S/A	15.144.306/0001-99
8014	PRIMO SCHINCARIOL INDS.DE CERVEJAS E REFRIGERANTES DO NORDESTE S/A	01.278.018/0001-12
8015	ALUNORTE - ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S/A	05.848.387/0003-16
8016	CVRD-COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - (CVRD-MINA-PL)	33.592.510/0370-74
8017	CVRD-COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - (CVRD-SOSSEGO-PL)	33.592.510/0009-01
8018	CVRD-COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - (CVRD-PELOTIZAÇÃO-PL)	33.592.510/0434-73
8019	CVRD-COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - (CVRD-PORTO-PL)	33.592.510/0424-00
8020	GLOBE METAIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.	04.872.297/0001-36
9001	AES URUGUAIANA EMPREENDIMENTOS LTDA	01.600.202/0001-37

Modelo de Fatura Mensal Emitida pela Cedente de Acordo com os CCEAR Cedidos

58

Modelo de Fatura Mensal Emitida pela Cedente de Acordo com os CUST Cedidos

59

**Anexo V ao Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras
Avenças datado de 9 de novembro de 2007**

Modelo de Lista de Direitos de Crédito Disponíveis

Número da Fatura	CNPJ (Distribuidora Cedida)	Vencimento 1ª Parcela (Data)	Valor (R\$)	Vencimento 2ª Parcela (Data)	Valor (R\$)	Vencimento 3ª Parcela (Data)	Valor (R\$)

**Anexo VI ao Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e
Outras Avenças datado de 9 de novembro de 2007**

Modelo de Relatório de Entrega de Direitos de Crédito ao Fundo

Número da Fatura	Número da Parcela da Fatura	CNPJ (Distribuidora Cedida)	Valor (R\$)	Data de Emissão	Data de Vencimento

**Anexo VII ao Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e
Outras Avenças datado de 9 de novembro de 2007**

Modelo de Relatório de Transferência de Recursos

Número da Fatura e das Parcelas da Fatura	CNPJ da Fatura	Vencimento da Fatura	Valor	Pagamento efetuado	Fator de cessão	Valor devido ao Fundo	Valor devido a Cedente	Pgto. Efetuado ao Fundo	Pgto. Efetuado a Cedente

ANEXO VIII AO CONTRATO DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO E OUTRAS AVENÇAS DATADO DE 9 DE NOVEMBRO DE 2007

Modelo de Minuta de Parecer Legal da CEEE-GT

[PAPEL TIMBRADO DA CEEE-GT]

Porto Alegre, [•] de [•] de 2007.

Ao

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CEEE III-GT

Praia de Botafogo, 501. 5º andar - parte. Botafogo. Rio de Janeiro – RJ
22250-040

At.: Sr. Marcelo Kalim

Ref.: Parecer Legal – Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas

Prezado Senhor,

1. Na qualidade de advogado(s) interno(s) da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica ("Cedente") e tendo em vista o disposto na alínea (j) da Cláusula 9.1 do "Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos de Créditos e Outras Avenças" ("Contrato de Cessão"), celebrado em 09 de novembro de 2007, entre a Cedente e o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE III-GT ("Fundo"), representado pelo seu administrador, UBS Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM ("Administrador"), com a interveniência do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul"), apresentamos a V. Sas. nossa opinião sobre a validade, eficácia e exigibilidade das obrigações assumidas pela Cedente nos Instrumentos Contratuais (conforme definidos no item 2 abaixo).

2. Esta opinião abrange as obrigações assumidas pela Cedente nos documentos abaixo enumerados ("Instrumentos Contratuais"), que foram analisados, para fins de emissão desta opinião:

(i) o Contrato de Cessão;

(ii) o "Compromisso de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas e Outras Avenças", celebrado em 09 de novembro de 2007, entre a Cedente e o Fundo (o "Compromisso de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas");

(iii) o "Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores", celebrado em 09 de novembro de 2007, entre a Cedente, o Fundo e o Agente de Recebimento, com interveniência do Custodiante ("Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento"); e

(iv) o "Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia de Direitos de Crédito, Valores Mobiliários e Ativos Financeiros para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios", celebrado entre o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão ("Deutsche Bank") e o Fundo ("Contrato de Custódia").

3. Exceto se disposto de modo diverso nesta opinião, os termos definidos aqui utilizados têm o mesmo significado que lhes é atribuído nos Instrumentos Contratuais.

4. Baseados na análise acima referida, somos de opinião que:

(i) são verdadeiras e exatas as declarações prestadas pela Cedente nos Instrumentos Contratuais;

(ii) a celebração dos Instrumentos Contratuais, a assunção e o cumprimento das obrigações nesses estabelecidas, em especial (i) a cessão dos Direitos de Crédito; (ii) a outorga de mandatos ao Administrador e ao Agente de Recebimento; e (iii) a subscrição e integralização de Quotas Subordinadas, mediante pagamento em moeda corrente nacional ou em Direitos de Crédito, foram devidamente autorizadas pelos órgãos deliberativos e/ou executivos da Cedente, nos termos dos seus atos constitutivos e que não é exigível qualquer outra deliberação societária para que a Cedente pudesse ter celebrado os Instrumentos Contratuais e assumir e cumprir com suas obrigações nos termos pactuados;

(iii) os representantes legais da Cedente na assinatura dos Instrumentos Contratuais têm poderes estatutários para obrigar a Cedente, bem como para outorgar ao Administrador e ao Agente de Recebimento os mandatos outorgados nos Instrumentos Contratuais;

(iv) a celebração dos Instrumentos Contratuais, a assunção e o cumprimento das obrigações nesses estabelecidas, em especial (i) a cessão dos Direitos de Crédito; (ii) a outorga de mandatos ao Administrador e ao Agente de Recebimento; e (iii) a subscrição e integralização de Quotas Subordinadas, mediante pagamento em moeda corrente nacional ou em Direitos de Crédito, não representam o descumprimento, total ou parcial, ou a constituição em mora ou acarretam o vencimento antecipado de quaisquer obrigações assumidas pela Cedente em contratos de natureza comercial ou financeira firmados anteriormente à data de

assinatura dos Instrumentos Contratuais dos quais a Cedente seja parte ou aos quais estejam vinculados bens de qualquer natureza de propriedade desta;

(v) a celebração dos Instrumentos Contratuais, a assunção e o cumprimento das obrigações nesses estabelecidas, em especial (i) a cessão dos Direitos de Crédito; (ii) a outorga de mandatos ao Administrador e ao Agente de Recebimento; e (iii) a subscrição e integralização de Quotas Subordinadas, mediante pagamento em moeda corrente nacional ou em Direitos de Crédito, não representam o descumprimento ou a violação, pela Cedente, de normas legais ou regulamentares a que estejam sujeitas, assim como de qualquer decisão judicial, ainda que liminar, ou administrativa, vigentes na data da celebração dos Instrumentos Contratuais e na presente data; e

(vi) exceto pelas Notificações previstas no item 2.2. do Contrato de Cessão, pelo registro dos Instrumentos Contratuais nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos e pela aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, outorgada por meio do Despacho nº. 1.539 de 17 de maio de 2007, a Cedente não está sujeita a qualquer norma legal, regulamentar ou disposição contratual que a obrigue a notificar, arquivar, registrar ou obter qualquer tipo de aprovação ou autorização de qualquer autoridade, credor ou contraparte em contratos celebrados pela Cedente, para assegurar a validade, eficácia e exigibilidade em face da Cedente das obrigações por estas assumidas nos termos dos Instrumentos Contratuais.

5. Esta opinião é endereçada ao Fundo, ao Administrador, ao Deutsche Bank, na qualidade de instituição custodiante e ao Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados, na qualidade de assessor legal do Fundo.

6. Esta opinião é regida e será interpretada de acordo com a legislação brasileira aplicável e vigente nesta data.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE-GT

Nome:

Cargo:

ANEXO IX AO CONTRATO DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO E OUTRAS AVENÇAS DATADO DE 09 DE NOVEMBRO DE 2007

Modelo de Termo de Cessão

TERMO DE CESSÃO

Pelo presente Termo de Cessão, as partes:

(a) **COMPANHIA ESTADUAL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE-GT**, sociedade anônima com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, à Avenida Joaquim Porto Villanova, nº. 201, Prédio C, Jardim Carvalho, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 92.715.812/0001-31 (“Cedente” ou “CEEE-GT”); e

(b) **Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE III-GT** (“Fundo”) fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 09.151.203/0001-53 (“Cessionário” ou “Fundo”), neste ato representado por seu administrador, UBS PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, 501, 5º andar – parte, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.281.253/0001-23 (“Administrador”), neste ato representado na forma de seu Estatuto Social;

Considerando que, em [•] de [•] de [•], a Cedente e [*nome da Distribuidora Cedida*] celebraram o Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR nº. [•] (“CCEAR”), por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para a venda de energia elétrica pela Cedente à Distribuidora.

Considerando que, o Fundo adquiriu, por meio do Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças datado de 09 de novembro de 2007 (“Contrato de Cessão”), os direitos de créditos de titularidade da Cedente oriundos da venda de energia elétrica pela Cedente à Distribuidora nos termos do CCEAR (“Direitos de Crédito”).

Considerando que, em [•] de [•] de [•], a Cedente e a Distribuidora celebraram aditamento ao CCEAR (“Aditamento”), visando o aumento do volume da energia elétrica contratada;

1. A Cedente cede ao Fundo, nos termos do subitem (aa) do item 9.1. da Cláusula Nona do Contrato de Cessão, sem qualquer custo, a totalidade dos direitos de crédito

oriundos da venda de energia elétrica pela Cedente à Distribuidora, nos termos do Aditamento.

2. Os direitos de crédito cedidos nos termos deste Termo de Cessão passarão a integrar, para todos os fins de direito, o Contrato de Cessão e a definição de Direitos de Crédito dos CCEAR.

Porto Alegre, [•] de [•] de [•].

**COMPANHIA ESTADUAL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
– CEEE-GT**

1. _____	2. _____
Por:	Por:
Cargo:	Cargo:

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CEEE III-GT

1. _____	2. _____
Por:	Por:
Cargo:	Cargo:

ANEXO VII

- Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE III-GT
(versão atualizada e registrada)

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

887504

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

2º Ofício

18 DEZ 2007 887504

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO FUNDO DE
INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CEEE III-GT
CNPJ/MF n.º 09.151.203/0001-53**

Pelo presente instrumento particular, o **UBS PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DITAM**, instituição financeira devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, 501, 5º Andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 59.281.253/0001-23, neste ato representada de acordo com seu Estatuto Social ("Administrador"), na qualidade de administrador do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE III-GT ("Fundo"), inscrito no CNPJ/MF sob n.º 09.151.203/0001-53,

Considerando que:

(i) O Fundo encontra-se devidamente constituído por instrumento particular celebrado em 22 de outubro de 2007 e registrado no 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sob n.º 883.040, com sua primeira alteração, datada de 13 de novembro de 2007, registrada no 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sob n.º 885212 e segunda alteração em 10 de dezembro de 2007, registrada no 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sob n.º 886767.

(ii) O Fundo não apresenta, nesta data, qualquer investidor registrado, não havendo, portanto, quotas do Fundo em circulação.

1. Resolve o Administrador:

(i) aprovar a emissão de 150.000 (cento e cinquenta mil) quotas seniores, com preço de emissão de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada uma, totalizando, na data de emissão respectiva, o valor de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), com as características descritas no Suplemento anexo ao presente;

(ii) aprovar a emissão de 9.575 (nove mil e quinhentos e setenta e cinco mil) quotas subordinadas, com preço de emissão de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada uma, totalizando, na data de emissão respectiva, o valor de R\$ 9.575.000,00 (nove milhões e quinhentos e setenta e cinco mil reais), com as características descritas no Suplemento anexo ao presente; e

3º RTD-RJ-Reg. n.º 887504
 Encargos R\$ 231,82
 Distribuidor R\$ 11,32
 Multa/Apostol R\$ 7,32
 Feli/Fundpen/Funpen R\$ 71,60
 Total R\$ 322,06



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
2ª OFÍCIO

18 DEZ 887504

ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

(iii) determinar que a data de emissão das quotas seniores e das quotas subordinadas será, para todos os fins do Regulamento, a data de publicação do anúncio de início da distribuição pública das quotas seniores.

Estando assim deliberada a alteração do Regulamento do Fundo, vai a presente assinada em 4 (quatro) vias de igual teor e forma.

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 2007.


Marcia do Prado Figueiras
Presidenta
UBS PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM

3º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Rua de Quitanda, 62 / 3º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ.
Registrado, digitalizado e microfilmado sob o número de protocolo e data apostos mecanicamente. - O QUE CERTIFICO

<input type="checkbox"/> Bel. RAULITO ALVES DA SILVA	- Oficial Titular
<input type="checkbox"/> Miriam Sant'Ana Castilho	- Escrevente Substituto
<input type="checkbox"/> Cristina M. I. Marques da Silva	- Escrevente Substituto
<input type="checkbox"/> Ricardo V. Moutinho Antunes	- Escrevente Substituto
<input checked="" type="checkbox"/> Rosane Tavares Santos	- Escrevente Substituto



CERTIFICO MAIS que o presente documento
acha-se averbado à margem do registro sob
o nº 886.767 do Livro B-46
Dou fé _____



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

2º OFÍCIO

18 DEZ 2007 887504

ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME

RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

Anexo I ao Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE III-GT datado de 17 de dezembro de 2007.

REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CEEE III-GT
CNPJ Nº. 09.151.203/0001-53

CAPÍTULO UM - DA DENOMINAÇÃO, FORMA,
PRAZO DE DURAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO FUNDO

1.01. - O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE III-GT (o "Fundo"), constituído sob a forma de condomínio fechado, é regido pelo presente Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

1.02. - O Fundo terá prazo de duração determinado de 6 (seis) anos, contados da Primeira Data de Emissão, conforme definida abaixo (o "Prazo de Duração"). O Prazo de Duração do Fundo poderá ser prorrogado por decisão da Assembleia Geral de Quotistas do Fundo, observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Onze abaixo.

1.03. - O patrimônio do Fundo será formado por quotas da classe sênior (as "Quotas Seniores" e, individualmente, Quota Sênior) e por quotas da classe subordinada (respectivamente, as "Quotas Subordinadas" e, individualmente, "Quota Subordinada", sendo as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas em conjunto denominadas simplesmente como as "Quotas").

1.03.01. - As características e os direitos, bem como as condições de emissão, subscrição, integralização, remuneração, amortização e resgate das Quotas estão descritos nos Capítulos Dez a Quinze deste Regulamento.

CAPÍTULO DOIS - DO PÚBLICO ALVO DO FUNDO
E DO INVESTIMENTO INICIAL MÍNIMO NO FUNDO

2.01. - O Fundo é destinado a investidores qualificados, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº. 409/04 quotas (sendo os investidores que adquiriram Quotas de emissão do Fundo denominados simplesmente como "Quotistas").

2.01.01. - A primeira aplicação de cada Quotista no Fundo deverá ser equivalente ao montante de, no mínimo, R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).





CAPÍTULO TRÊS – DO OBJETIVO DE INVESTIMENTO DO FUNDO E DO PARÂMETRO DE RENTABILIDADE

3.01. - O objetivo do Fundo é proporcionar rendimento aos Quotistas, por meio do investimento preponderante dos recursos do Fundo na aquisição, pelo Fundo, de Direitos de Crédito (conforme abaixo definido) originados pela Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT, sociedade por ações, com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Joaquim Porto Villanova, nº. 201, Prédio A1, 7º andar, sala 722, Jardim Carvalho, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 92.715.812/0001-31 ("Cedente").

3.01.01. - Somente poderão compor a carteira de investimentos do Fundo ("Carteira") Direitos de Crédito que atendam às características descritas no Capítulo Cinco abaixo.

3.02. - Sem prejuízo do disposto no item 3.01. acima, o Fundo também aplicará parcela de seus recursos em determinados ativos financeiros e modalidades operacionais disponíveis no mercado, em estrita observância aos critérios de seleção, composição e diversificação admitidos no Capítulo Sete abaixo.

3.03. - Respeitando o disposto no item 9.02. abaixo, o Fundo buscará atingir, para todas as Quotas Seniores, parâmetro de rentabilidade ("Benchmark") definido em processo de *Bookbuilding* conduzido pelo Administrador e correspondente a variação acumulada das Taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, over Extra-Grupo, calculadas e divulgadas pela CETIP, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, (a "Taxa DI"), acrescida de uma sobre taxa de juros fixos ("Spread"). Para as Quotas Seniores da Primeira Emissão, o Spread foi fixado em 0,95% ao ano.

3.03.01. - O Benchmark não representa nem deve ser considerado como uma promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade aos Quotistas por parte do Administrador, do Custodiante (conforme abaixo definido) e/ou da Cedente e seus controladores.

3.03.02. - Independentemente do valor do patrimônio líquido do Fundo, os Quotistas titulares das Quotas Seniores não farão jus a uma rentabilidade superior ao Benchmark, que representa o limite máximo de remuneração possível para as Quotas Seniores.

3.04. - As Quotas Subordinadas não têm parâmetro de remuneração definido, sendo que o pagamento de amortização e/ou resgate das Quotas Subordinadas será subordinado ao pagamento de amortização e/ou resgate das Quotas Seniores do FIDC CEEE, das Quotas Seniores do Fundo e das Quotas Subordinadas do FIDC CEEE, em conformidade com o disposto no Capítulo Doze abaixo.





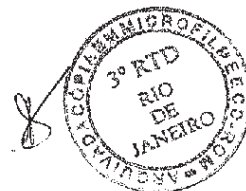
CAPÍTULO QUATRO – DA NATUREZA E DA ORIGEM DOS DIREITOS DE CRÉDITO

4.01. - A Cedente é concessionária de serviços públicos de geração e de transmissão de energia elétrica, nos termos, respectivamente, do (i) Contrato de Concessão nº. 025/2000, datado de 05 de abril de 2000, celebrado entre a Cedente e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (“ANEEL”), conforme aditado, alterado e ratificado a qualquer tempo, e dos (ii) Contratos de Concessão nº. 055/2001, datado de 1º de outubro de 2001 e nº. 080/2002, datado de 18 de dezembro de 2002, celebrados entre a Cedente e a União Federal, por meio da ANEEL, conforme aditados, alterados e ratificados a qualquer tempo, (em conjunto, os “Contratos de Concessão”).

4.01.01. - No âmbito de suas atividades de geração e de transmissão de energia elétrica, a Cedente firmou, respectivamente, (i) Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR (“CCEAR”) com concessionárias de distribuição de energia elétrica, por meio dos quais foram estabelecidos os termos e condições para venda de energia elétrica pela Cedente a sociedades distribuidoras de energia elétrica e (ii) Contrato de Prestação de Serviço de Transmissão (“CPST”) com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS (“ONS”), que tem por objetivo estabelecer as condições de administração e coordenação, por parte do ONS, da prestação de serviços de transmissão pela Cedente aos os usuários da rede básica de transmissão de energia elétrica (“Usuários da Rede Básica”) e a autorização ao ONS para representar a Cedente perante os usuários nos CUST (conforme abaixo definido) e para realizar, por conta e ordem da Cedente, a apuração, administração, cobrança e liquidação dos encargos de uso do sistema de transmissão. O ONS, por sua vez, celebra, em nome próprio e na qualidade de representante das concessionárias de serviços de transmissão de energia elétrica, entre as quais a Cedente, Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (“CUST” e, em conjunto com o CPST, os “Contratos de Transmissão”) com os usuários da rede básica de transmissão de energia elétrica (“Usuários da Rede Básica”).

4.02. – Em 15 de fevereiro de 2006, a Cedente firmou o Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças, conforme aditado pelo “Instrumento Particular de Primeiro Aditamento ao Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças”, datado de 5 de setembro de 2006, com o Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios CEEE, fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 07.818.028/0001-80 (respectivamente, “Contrato de Cessão do FIDC CEEE” e “FIDC CEEE”), administrado pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Capitão Montanha, 177, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 92.702.067/0001-96, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social (“Barrisul” ou “Agente de Recebimento”);



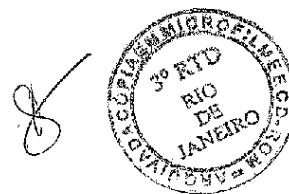


4.03. – Por meio do Contrato de Cessão do FIDC CEEE, a Cedente cedeu ao FIDC CEEE (i) a totalidade dos direitos de crédito oriundos da venda futura de energia elétrica pela Cedente a determinadas concessionárias de distribuição de energia elétrica, nos termos dos CCEAR indicados no Anexo I ao presente (respectivamente, as “Distribuidoras Cedidas” e os “CCEAR Cedidos”) e (ii) a parcela equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) dos direitos de crédito oriundos da prestação futura de serviços de transmissão de energia elétrica pela Cedente aos Usuários da Rede Básica, nos termos do CPST e dos CUST existentes ou que venham a ser celebrados pelo ONS com os Usuários da Rede Básica (os “Contratos de Transmissão Cedidos”), sendo os direitos de crédito oriundos dos CCEAR Cedidos referidos como “Direitos de Crédito dos CCEAR” e os direitos de crédito oriundos dos Contratos de Transmissão Cedidos referidos como “Direitos de Crédito dos Contratos de Transmissão” e sendo os Direitos de Crédito dos CCEAR e os Direitos de Crédito dos Contratos de Transmissão objeto de cessão incondicionada ao FIDC CEEE nos termos do Contrato de Cessão do FIDC CEEE (ainda que em virtude da verificação de condição suspensiva), referidos como “Direitos de Crédito FIDC CEEE”;

4.04. – Nos termos do Contrato de Cessão (conforme abaixo definido), a Cedente cederá ao Fundo, em caráter irrevogável e irretratável, a totalidade dos Direitos de Crédito dos CCEAR e dos Direitos de Crédito dos Contratos de Transmissão, excetuados aqueles (i) objeto de cessão incondicionada ao FIDC CEEE e (ii) objeto de cessão sob condição suspensiva ao FIDC CEEE e a ele transferidos em decorrência da verificação de qualquer condição suspensiva, até a verificação da condição resolutive de que trata o item 11.7. da Cláusula Onze do Contrato de Cessão do FIDC CEEE (“Condição Resolutiva do FIDC CEEE”), sendo os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão referidos como “Direitos de Crédito”.

4.04.01. – A parcela dos Contratos de Transmissão Cedidos cedida ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão abrange, além da parcela de 25% (vinte e cinco por cento) dos direitos de crédito originados nos termos do CPST e dos CUST existentes, os direitos de crédito originados a partir dos CUST que venham a ser celebrados após a presente data pelo ONS, na qualidade de representante da Cedente, com Usuários da Rede Básica, que serão automaticamente incorporados ao Contrato de Cessão e à definição de Contratos de Transmissão Cedidos, observados os termos e condições do Contrato de Cessão do FIDC CEEE. O Anexo II ao presente Regulamento contém lista dos Usuários da Rede Básica com os quais foram celebrados os CUST existentes na data da assinatura do Contrato de Cessão. A lista de que trata o Anexo II é meramente exemplificativa e será atualizada pela Cedente trimestralmente, ao final de cada trimestre civil. A atualização da lista de que trata o Anexo II, acompanhada de cópia dos novos CUST celebrados, será entregue pela Cedente ao Administrador, com cópia para o Custodiante, e passará a ser parte integrante deste Regulamento, sem necessidade de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas, nos termos do item 11.01.(ii) abaixo.





4.04.02. - A parcela equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) dos direitos de crédito oriundos dos Contratos de Transmissão foi calculada com base no valor da receita anual permitida, definida nos termos da Resolução Normativa da ANEEL nº. 230, de 12 de setembro de 2006 ("Receita Anual Permitida") da Cedente em fevereiro de 2006, no valor mensal de R\$ 6.321.601,25 (seis milhões trezentos e vinte e um mil seiscentos e um reais e vinte e cinco centavos). Caso a Receita Anual Permitida da Cedente apresente crescimento real, desconsiderados os acréscimos decorrentes de recomposição inflacionária, o valor da parcela dos direitos de crédito oriundos dos Contratos de Transmissão cedida ao Fundo será ajustado proporcionalmente, de forma que o Fundo tenha, a qualquer tempo, direitos de crédito em valor equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) da Receita Anual Permitida da Cedente em vigor em fevereiro de 2006, acrescida da variação do Índice Geral de Preços ao Mercado -- IGP-M, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M").

4.05. - Os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo serão:

- (a) no caso dos Direitos de Crédito dos CCEAR (i) aqueles representados por Notas Fiscais Fatura de Energia Elétrica emitidas na forma estabelecida na Cláusula 9ª dos CCEAR celebrados entre a Cedente e as Distribuidoras Cedidas (as "Faturas Mensais de Energia Elétrica") e (ii) os instrumentos representativos das garantias outorgadas ou contratadas pelas Distribuidoras Cedidas em favor da Cedente para assegurar o cumprimento das obrigações assumidas nos CCEAR, descritos de forma resumida no Anexo I ao presente Regulamento ("Instrumentos de Garantia dos CCEAR");
- (b) no caso dos Direitos de Crédito dos Contratos de Transmissão (i) aqueles indicados nos avisos de crédito emitidos pelo ONS à Cedente, na forma estabelecida na Cláusula 13ª dos CUST ("Avisos de Crédito"), representados por Notas Fiscais Fatura de Transmissão emitidas pela Cedente com base nos Avisos de Crédito (as "Faturas Mensais de Transmissão") e (ii) os instrumentos representativos das garantias outorgadas ou contratadas pelos Usuários da Rede Básica em favor do ONS para assegurar o cumprimento das obrigações assumidas nos CUST, descritos de forma resumida no Anexo II ao presente Regulamento ("Instrumentos de Garantia dos Contratos de Transmissão").

4.05.01. - As Faturas Mensais de Energia Elétrica e as Faturas Mensais de Transmissão serão referidas, em conjunto, como "Faturas Mensais" e os Instrumentos de Garantia dos CCEAR e os Instrumentos de Garantia dos Contratos de Transmissão serão referidos, em conjunto, como "Instrumentos de Garantia".





4.05.02. - Tendo em vista que cada uma das Faturas Mensais de Energia Elétrica e parte das Faturas Mensais de Transmissão possuem três datas distintas de vencimento, quais sejam o dia 15 e o dia 25 do mês subsequente ao mês da venda de energia ou da prestação dos serviços de transmissão, conforme o caso, e o dia 05 do segundo mês subsequente ao mês da venda de energia ou da prestação dos serviços de transmissão, conforme o caso, qualquer parcela da Fatura Mensal equivalente a 1/3 (um terço) do valor da referida fatura ("Parcela da Fatura"), será considerada, para os fins do Contrato de Cessão, como um Direito de Crédito independente, no valor da respectiva parcela. As Faturas Mensais de Transmissão sacadas contra consumidores livres e potencialmente livres, nos termos da regulamentação aplicável, que tenham vencimento em uma única data (cada, uma "Fatura de Vencimento Único"), serão consideradas, para os fins do Contrato de Cessão, como um Direito de Crédito independente, no valor da respectiva Fatura Mensal de Transmissão.

4.06. - A aquisição e entrega dos Direitos de Crédito ao Fundo e o recebimento dos valores deles decorrentes serão realizados com base nos termos e condições estabelecidos no (a) Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças, celebrado entre o Fundo e a Cedente, cuja cópia faz parte integrante do Prospecto do Fundo (o "Contrato de Cessão"), (b) Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores, a ser devidamente celebrado ("Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores") e (c) Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia de Direitos de Crédito, Valores Mobiliários e Ativos Financeiros para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, celebrado entre o Fundo e o Custodiante ("Contrato de Custódia").

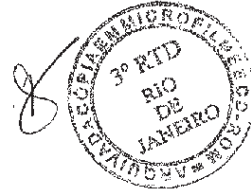
CAPÍTULO CINCO - DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DOS DIREITOS DE CRÉDITO E DAS DEMAIS CONDIÇÕES DA CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

5.01. - O Fundo adquirirá Direitos de Crédito da Cedente, que serão entregues ao Fundo de tempos em tempos, durante o Prazo de Duração do Fundo e de acordo com os termos e condições do Contrato de Cessão. Somente poderão ser entregues ao Fundo os Direitos de Crédito dos CEEAR e os Direitos de Crédito dos Contratos de Transmissão que não tenham sido entregues ao FIDC CEEE nos termos do Contrato de Cessão do FIDC CEEE.

5.01.01. - O Fundo não poderá adquirir, em nenhuma hipótese, direitos creditórios vencidos e não pagos nas respectivas datas de vencimento.

5.01.02. - A cessão de Direitos de Créditos ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão é definitiva e em nenhuma hipótese os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo (e/ou os recursos decorrentes de seu pagamento) serão transferidos ou realocados para o FIDC CEEE.





5.02. - A parcela dos Direitos de Crédito equivalente à Quantidade Mínima Mensal (conforme definida abaixo) será cedida e entregue ao Fundo de forma incondicionada ("Cessão Incondicionada") e a parcela restante dos Direitos de Crédito será cedida ao Fundo sob condição suspensiva e entregue na hipótese de verificação de qualquer Condição Suspensiva (conforme abaixo definido) ("Cessão sob Condição Suspensiva"). A eficácia da Cessão sob Condição Suspensiva ficará sujeita à verificação de qualquer das condições suspensivas, nos termos e para os efeitos do artigo 125 do Código Civil Brasileiro, de que trata a Cláusula Onze do Contrato de Cessão ("Condições Suspensivas" ou, quando referidas individualmente, "Condição Suspensiva").

5.03. - Nos termos do Contrato de Cessão, na hipótese (i) da ocorrência de qualquer Condição Suspensiva e a consequente transferência ao Fundo da totalidade dos Direitos de Crédito objeto da Cessão sob Condição Suspensiva; (ii) do pagamento integral dos valores devidos aos titulares das Quotas de emissão do Fundo e (iii) do pagamento ou da constituição de reserva para o pagamento integral de todas as demais despesas devidas pelo Fundo, inclusive aquelas relativas à sua liquidação, e caso ainda restem Direitos de Crédito em poder do Fundo em decorrência da entrega de Direitos de Crédito objeto da Cessão sob Condição Suspensiva, será considerada resolvida a cessão de tais Direitos de Crédito, os quais (ou cujos pagamentos) serão automaticamente transferidos à Cedente, observado o disposto no Contrato de Cessão.

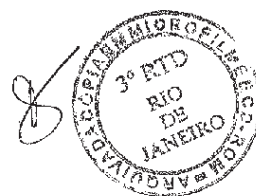
CAPÍTULO SEIS – DOS PROCEDIMENTOS E DA FORMALIZAÇÃO DE ENTREGA DOS DIREITOS DE CRÉDITO CEDIDOS

6.01. - A partir da data de início de entrega indicada no Suplemento ("Data de Início da Entrega"), a Cedente entregará ao Custodiante (que os receberá em nome do Fundo), tão logo sejam constituídos, de acordo com o disposto abaixo e com os procedimentos descritos no Contrato de Cessão, os Direitos de Crédito objeto da Cessão Incondicionada e, eventualmente, na hipótese de verificação de uma Condição Suspensiva, Direitos de Crédito objeto da Cessão sob Condição Suspensiva.

6.01.01. - As entregas de Direitos de Crédito serão realizadas mensalmente (no período referido abaixo), durante 72 (setenta e dois) meses consecutivos, contados a partir da Data de Início da Entrega, ou até o pagamento da última parcela da amortização das Quotas Seniores, o que ocorrer por último.

6.01.02. - A quantidade de Direitos de Crédito a ser entregue mensalmente ao Fundo será calculada de acordo com o disposto no Contrato de Cessão e os procedimentos abaixo.





6.01.03. – Para os fins de que trata este Regulamento, o período de tempo compreendido entre o dia 20 de cada mês, inclusive, e o dia 20 do mês imediatamente seguinte, exclusive, será considerado como um “Período de Disponibilidade”.

6.02. - Até o 6º (sexto) dia útil anterior ao dia 15 do mês subsequente ao respectivo fornecimento de energia às Distribuidoras Cedidas e/ou à prestação de serviços de transmissão aos Usuários da Rede Básica, conforme o caso (“Data de Disponibilização”), a Cedente deverá disponibilizar, por meio eletrônico, ao Custodiante e ao Agente de Recebimento (conforme abaixo definido) lista contendo, separadamente, os dados das Faturas Mensais de Energia Elétrica e das Faturas Mensais de Transmissão (“Lista de Direitos de Crédito Disponíveis”).

6.03. - A quantidade de Direitos de Crédito objeto da Cessão Incondicionada a ser entregue em cada Período de Disponibilidade (“Quantidade Mínima Mensal”) deverá ser equivalente ao resultado do produto do valor nominal de cada uma das Parcelas da Fatura/Faturas de Vencimento Único pelo respectivo Fator de Cessão (conforme definido abaixo), representado pelo símbolo φ abaixo (“Fator de Cessão”). O Administrador será responsável pelo cálculo da Quantidade Mínima Mensal, em cada Data de Apuração (conforme definido abaixo).

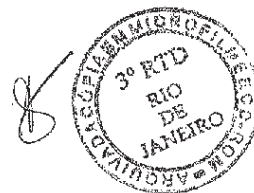
6.03.01. - Com relação aos Direitos de Crédito dos Contratos de Transmissão, fica estabelecido que serão entregues ao Fundo, observado o procedimento estabelecido neste Capítulo Seis, Parcelas da Fatura/Faturas de Vencimento Único inteiras (e não 25% (vinte e cinco por cento) de cada Parcela da Fatura/Faturas de Vencimento Único), até que totalizem o valor total dos Direitos de Crédito dos Contratos de Transmissão Cedidos ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão. A Cedente obriga-se a assegurar que o Fundo receba as Parcelas da Fatura/Faturas de Vencimento Único relativas aos Contratos de Transmissão Cedidos com prioridade sobre qualquer terceiro, com exceção do FIDC CEEE.

6.03.2. - A Quantidade Mínima Mensal será calculada separadamente para os Direitos de Crédito dos CCEAR e para os Direitos de Crédito dos Contratos de Transmissão, mediante aplicação dos procedimentos de que trata o item 6.04. abaixo.

6.04. - O Fator de Cessão a ser utilizado em cada uma das Parcelas da Fatura/Faturas de Vencimento Único será apurado em cada data de apuração (“Data de Apuração”), conforme indicado abaixo:

6.04.01. - No dia útil anterior à data de vencimento de cada Parcela da Fatura/Faturas de Vencimento Único com vencimento no dia 25 de cada mês (“Primeira Data de Apuração”), correspondente ao Período de Disponibilidade i, o Administrador calculará, com base nas informações fornecidas pelo Agente de Recebimento, o primeiro Fator de Cessão dos





Direitos de Crédito a ser aplicado sobre a referida parcela/fatura (φ_{11}), de acordo com a seguinte fórmula:

$$\varphi_{11} = \frac{QMM}{FT_{11}}$$

6.04.02. - No dia útil anterior à data de vencimento de cada Parcela da Fatura/Faturas de Vencimento Único com vencimento no dia 05 de cada mês ("Segunda Data de Apuração"), correspondente ao Período de Disponibilidade i, o Administrador calculará, com base nas informações fornecidas pelo Agente de Recebimento, o segundo Fator de Cessão dos Direitos de Crédito a ser aplicado sobre a referida parcela/fatura (φ_{12}), de acordo com a seguinte fórmula:

$$\varphi_{12} = \frac{(QMM + \Delta RA_i - RT_i)}{FT_{12}}$$

6.04.03. - No dia útil anterior à data de vencimento de cada Parcela da Fatura/Faturas de Vencimento Único com vencimento no dia 15 de cada mês ("Terceira Data de Apuração"), correspondente ao Período de Disponibilidade i, o Administrador calculará, com base nas informações fornecidas pelo Agente de Recebimento, o terceiro Fator de Cessão dos Direitos de Crédito a ser aplicado sobre a referida parcela/fatura (φ_{13}), de acordo com a seguinte fórmula:

$$\varphi_{13} = \frac{\Delta RA_i}{FT_{13}}$$

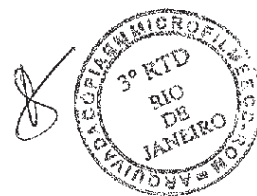
sendo que, para as fórmulas contidas nos itens 6.04.01, 6.04.02 e 6.04.03 acima:

i = cada Período de Disponibilidade;

φ_{11} = Fator de Cessão a ser aplicado sobre cada primeira Parcela da Fatura/Faturas de Vencimento Único com vencimento no Período de Disponibilidade i. Se o Fator de Cessão apurado for maior que 1 ou menor que 0, o Administrador deverá considerar o Fator de Cessão como sendo 1 ou 0, respectivamente;

φ_{12} = Fator de Cessão a ser aplicado sobre cada segunda Parcela da Fatura/Faturas de Vencimento Único com vencimento no Período de Disponibilidade i. Se o Fator de Cessão apurado for maior que 1 ou menor que 0, o Administrador deverá considerar o Fator de Cessão como sendo 1 ou 0, respectivamente;





ϕ_{3i} = Fator de Cessão a ser aplicado sobre cada terceira Parcela da Fatura/Faturas de Vencimento Único com vencimento no Período de Disponibilidade i . Se o Fator de Cessão apurado for maior que 1 ou menor que 0, o Administrador deverá considerar o Fator de Cessão como sendo 1 ou 0, respectivamente;

$QMM_i = A_i + C_i + \Delta RA_i$ = Quantidade Mínima Mensal prevista no Período de Disponibilidade i , que deverá ser calculada e apurada pelo Administrador nas Datas de Apuração aplicáveis;

FT_{1i} = Somatório dos valores dos Direitos de Crédito correspondentes à primeira Parcela da Fatura/Faturas de Vencimento Único com vencimento no Período de Disponibilidade i ;

FT_{2i} = Somatório dos valores dos Direitos de Crédito correspondentes à segunda Parcela da Fatura/Faturas de Vencimento Único com vencimento no Período de Disponibilidade i ;

FT_{3i} = Somatório dos valores dos Direitos de Crédito correspondentes à terceira Parcela da Fatura/Faturas de Vencimento Único com vencimento no Período de Disponibilidade i ;

RT_i = Somatório dos valores pagos pelas Distribuidoras Cedidas/Usuário da Rede Básica e efetivamente recebidos pelo Fundo referentes aos Direitos de Crédito correspondentes à primeira Parcela da Fatura/Faturas de Vencimento Único com vencimento no Período de Disponibilidade i ;

RA_i = Reserva de Amortização no Período de Disponibilidade i , calculado em cada Data de Apuração, conforme definida no Capítulo Dezesseis;

D_i = Recursos Livres (conforme definido no Capítulo Sétimo) no Período de Disponibilidade i , calculado em cada Data de Apuração;

$\Delta RA_i = RA_i - D_i$ = Diferença entre a Reserva de Amortização e Resgate para o Período de Disponibilidade i e os Recursos Livres no Período de Disponibilidade i , calculada em cada Data de Apuração;

$\Delta RA_p = A_{i+3} - A_i$ = Diferença entre a Reserva de Amortização projetada para o Período de Disponibilidade $i+3$ e a Reserva de Amortização para o Período de Disponibilidade i , o Administrador deverá considerar o ΔRA_p como sendo 0 caso A_i seja maior do que A_{i+3} ;

A_i = Montante calculado conforme disposto no item 12.09 para o Período de Disponibilidade i , calculado em cada Data de Apuração; e





C_1 = Custos mensais estimados dos Encargos do Fundo referentes à taxa de administração, despesas com a prestação de serviços do Custodiante, Empresa de Auditoria e Agência de Classificação de Risco e outros encargos do Fundo nos termos da regulamentação em vigor, para o Período de Disponibilidade i.

6.04.04. - Para os fins de cálculo da QMM nos termos desta cláusula, os Direitos de Crédito serão considerados pelo seu valor de face.

6.04.05. - A negociação de Direitos de Crédito pelo Fundo observará taxas de mercado vigentes à época de sua realização, nos termos do artigo 8º, parágrafo 3º, inciso II da Instrução CVM nº 356/01.

6.04.06. - O procedimento a que se refere este item 6.04. será realizado separadamente para os Direitos de Crédito dos CCEAR e para os Direitos de Crédito dos CUST.

6.05. - Os Direitos de Crédito da Lista de Direitos de Crédito Disponíveis serão considerados objeto da Cessão Incondicionada e, conseqüentemente, de propriedade do Fundo, por ordem cronológica de vencimento, até que totalizem a Quantidade Mínima Mensal. Uma vez atingida a Quantidade Mínima Mensal, todos os demais Direitos de Crédito entregues no mesmo Período de Disponibilidade serão considerados como objeto da Cessão sob Condição Suspensiva e não integrarão o patrimônio líquido do Fundo.

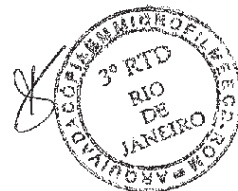
6.05.1 A entrega de Direitos de Crédito ao Fundo nos termos do item 6.05. acima somente será realizada após a entrega de Direitos de Crédito ao FIDC CEEE, porém na mesma data, observados os termos do Contrato de Cessão do FIDC CEEE.

6.06. - Os Direitos de Crédito objeto da Quantidade Mínima Mensal entregues ao Fundo durante cada Período de Disponibilidade, devem atender à seguinte alocação:

- (i) 35% (trinta e cinco por cento) do valor dos Direitos de Crédito efetivamente entregues ao Fundo em cada Período de Disponibilidade deverá corresponder a Direitos de Crédito dos CCEAR; e
- (ii) 65% (sessenta e cinco por cento) do valor dos Direitos de Crédito efetivamente entregues ao Fundo em cada Período de Disponibilidade deverá corresponder a Direitos de Crédito dos Contratos de Transmissão.

6.06.1. Os limites acima estarão sujeitos a uma tolerância de 10% (dez por cento), para mais ou para menos, em cada Período de Disponibilidade, sendo certo que, quando da





entrega ao Fundo de todos os Direitos de Créditos por ele adquiridos nos termos do Contrato de Cessão, o resultado deverá atender à divisão estabelecida acima.

6.07. - Na ocorrência de qualquer das Condições Suspensivas, o Administrador comunicará imediatamente ao Custodiante, ao Agente de Recebimento e à Cedente sobre a ocorrência da referida condição, determinando a adoção dos procedimentos para entrega ao Fundo dos Direitos de Crédito objeto da Cessão sob Condição Suspensiva, que observará o disposto nas Cláusulas Terceira e Quarta do Contrato de Cessão.

6.07.1. - Fica desde já estabelecido que, na hipótese de verificação de uma Condição Suspensiva, os Direitos de Crédito objeto da Cessão sob Condição Suspensiva entregues ao Fundo serão considerados, para todos os fins do Contrato de Cessão, observado o disposto no item 6.07.2 abaixo, como Direitos de Crédito objeto da Cessão Incondicionada.

6.07.2. - Caso seja verificada, a qualquer tempo, uma condição suspensiva nos termos do Contrato de Cessão do FIDC CEEE (ainda que, por qualquer razão, tal evento somente ocorra após a verificação de uma Condição Suspensiva nos termos do Contrato de Cessão) o Fundo somente terá direito de receber Direitos de Crédito após o implemento da Condição Resolutiva do FIDC CEEE.

6.09. - Nos termos do Contrato de Cessão, o Preço de Aquisição (conforme definido no Contrato de Cessão) dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo será pago pelo Fundo à Cedente até o dia útil imediatamente seguinte à integralização da totalidade das Quotas Seniores.

6.10. - A Cedente será a depositária dos Documentos Comprobatórios, nos termos do "Contrato de Custódia de Documentos Comprobatórios e Outras Avenças" ("Contrato de Custódia de Documentos Comprobatórios"), responsabilizando-se por sua guarda e manutenção. Até a liquidação integral das obrigações do FIDC CEEE com os titulares das quotas seniores de sua emissão e dos encargos por este devidos, a Cedente atuará como depositária dos Documentos Comprobatórios em nome do FIDC CEEE e do Fundo. A partir da data de liquidação do FIDC CEEE, a Cedente passará a atuar como depositária dos Documentos Comprobatórios exclusivamente em nome do Fundo.

6.10.1. A Cedente compromete-se a entregar ao Fundo os Documentos Comprobatórios que venham a ser por este solicitados para a defesa de seus direitos na qualidade de credor dos Direitos de Crédito.





6.11. - A Cedente garantirá, nos seus horários normais de funcionamento, o acesso irrestrito do Fundo e/ou do Custodiante, e/ou de terceiros por eles indicados, aos Documentos Comprobatórios. Em caso de descumprimento do Contrato de Custódia de Documentos Comprobatórios, a Cedente compromete-se, sem prejuízo de outras penalidades previstas no referido contrato, a proceder à entrega, mediante solicitação por escrito e de acordo com as instruções do Fundo, de todos os Documentos Comprobatórios sob sua guarda no prazo de até 5 (cinco) dias úteis (ou prazo menor, se assim exigido pelas autoridades competentes), sendo que, após referido prazo, será facultada ao Fundo a apreensão de tais Documentos Comprobatórios.

6.12. - Independentemente do disposto no item anterior, o Custodiante poderá realizar, a qualquer momento e desde que nos horários normais de funcionamento da Cedente, auditoria na Cedente e nos estabelecimentos em que os Documentos Comprobatórios sejam mantidos, de forma a verificar a existência dos Documentos Comprobatórios e o cumprimento das obrigações da Cedente com relação à guarda e organização dos Documentos Comprobatórios, nos termos do Contrato de Depósito.

CAPÍTULO SETE – DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA DO FUNDO

7.01. – Tendo em vista que o objetivo do Fundo é proporcionar aos Quotistas a valorização de suas Quotas mediante a aquisição de Direitos de Créditos, os recursos do Fundo serão utilizados para a aplicação, observado o disposto neste Capítulo, de no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo em Direitos de Crédito.

7.02. - A parcela do patrimônio líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos de Crédito ("Recursos Livres"), a qual não poderá ser superior a 50% (cinquenta por cento), exceto nas hipóteses previstas neste Capítulo, será necessariamente alocada pelo Administrador nos ativos financeiros a seguir descritos, de acordo com a ordem de prioridade e critérios de diversificação estabelecidos abaixo ("Ativos Financeiros"):

- (i) títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional;
- (ii) títulos públicos de emissão do Banco Central do Brasil ("Bacen");
- (iii) créditos securitizados pelo Tesouro Nacional; e
- (iv) operações compromissadas tendo como lastro os ativos indicados acima.

7.02.01. O Administrador envidará seus melhores esforços para adquirir Ativos Financeiros cujos vencimentos propiciem à Carteira classificação de investimento de "longo prazo", para fins de tributação dos Quotistas.





7.03. - Observado o disposto no item 7.02. acima, até 100% (cem por cento) da parcela do patrimônio líquido do Fundo alocada em Ativos Financeiros poderá ser representada por Ativos Financeiros de emissão e/ou coobrigação de um mesmo emissor.

7.04. - O Fundo não realizará aplicações em direitos creditórios de responsabilidade do Administrador e/ou de sua coobrigação, bem como de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas, ou outras sociedades sob controle comum.

7.05. - O Administrador envidará seus melhores esforços para adquirir Ativos Financeiros cujos vencimentos propiciem à Carteira classificação de investimento de "longo prazo", para fins de tributação dos Quotistas.

7.06. - Durante o prazo de até 90 (noventa) dias contados da Primeira Data de Emissão (conforme abaixo definida), até 100% (cem por cento) dos recursos do Fundo poderão ser aplicados nos Ativos Financeiros. Após o prazo de 90 (noventa) dias contados da Primeira Data de Emissão, no mínimo 50% (cinquenta por cento) da Carteira do Fundo deverá ser representada por Direitos de Crédito.

7.07. - Considerando a composição da Carteira e o fato de que o valor das Quotas Seniores será atualizado na forma estabelecida no item 10.17. deste Regulamento, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros e (ii) das Quotas Seniores. Para proteger as posições da Carteira detidas à vista, a fim de adequar a remuneração proporcionada pelos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo ao Benchmark, e exclusivamente para este fim, o Administrador poderá utilizar instrumentos derivativos de renda fixa, em bolsa de valores e/ou em bolsa de mercadorias e de futuros, exclusivamente na modalidade "com garantia". O Fundo não realizará operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo Ativo Financeiro.

7.08. - Os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo serão mantidos em custódia pelo Custodiante, bem como registrados e/ou mantidos (i) em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, ou (ii) em contas específicas abertas no SELIC, ou (iii) em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Bacen ou (iv) em outras entidades autorizadas à prestação de serviços de custódia pelo Bacen e/ou pela CVM.

7.09. - O Fundo poderá contratar operações de sua Carteira com empresas controladoras, controladas, coligadas e/ou subsidiárias do Administrador e do Administrador do Fundo (conforme definido abaixo) ou ainda com carteiras e/ou fundos de investimento administrados pelo Administrador, pelo Administrador ou pelas pessoas a ele ligadas acima mencionadas. As



16



operações descritas neste item serão objeto de registro segregado das demais operações da Carteira do Fundo, de modo a serem facilmente identificáveis.

7.10. - Os percentuais de composição, concentração e diversificação da Carteira do Fundo referidos neste Capítulo serão cumpridos diariamente, com base no patrimônio líquido do Fundo do dia útil imediatamente anterior de cada cálculo dos percentuais de composição, concentração e diversificação da Carteira do Fundo.

7.11.01. - Serão considerados, para efeito de cálculo do patrimônio líquido do Fundo, os dispêndios efetivamente incorridos com operações no mercado de derivativos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

7.12. - Os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo serão mantidos em custódia pelo Custodiante, bem como registrados e/ou mantidos (i) em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, ou (ii) em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic, ou (iii) em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Bacen ou (iv) em outras entidades autorizadas à prestação de serviços de custódia pelo Bacen e/ou pela CVM.

7.13. - O Fundo não contará com garantia do Administrador, da Cedente, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

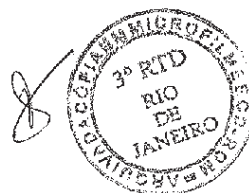
7.14. O Administrador declara não estar em situação de conflito de interesses no exercício das funções de Administrador do Fundo, declarando a sua independência em relação à Cedente e ao seu controlador comum na condução das atividades relativas à administração do Fundo, inclusive com relação à cessão dos Direitos de Crédito.

CAPÍTULO OITO – DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO E DOS ATIVOS FINANCEIROS INTEGRANTES DA CARTEIRA

8.01. - Entende-se por patrimônio líquido do Fundo a soma algébrica dos valores correspondentes aos Direitos de Crédito e aos Ativos Financeiros disponíveis na Carteira, menos as exigibilidades do Fundo.

8.02. - Os Ativos Financeiros e os Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, observando o disposto no Contrato de Custódia. O valor dos Direitos de Crédito apurado nos termos desta Cláusula será definido como o "Valor de Mercado dos Direitos de Crédito".





8.03. Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito, inclusive o ágio ou o deságio apurado na sua aquisição, serão reconhecidos em razão da fluência de seus prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

8.04. - Caso qualquer Direito de Crédito não seja pago em até 10 (dez) dias corridos da data de seu vencimento ("Direitos de Crédito Inadimplidos"), o Custodiante deverá constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor equivalente ao valor contábil do referido Direito de Crédito, conforme previsto no item 8.04.01. abaixo. A provisão será constituída individualmente para cada Direito de Crédito vencido e não pago, não sendo considerados os valores relativos a outros Direitos de Crédito contra a mesma Distribuidora Cedida e/ou Usuário da Rede Básica, que não tenham vencido há um prazo igual ou superior a 10 (dez) dias corridos.

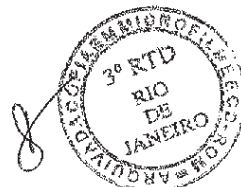
8.04.01. - Os Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo, vencidos e não pagos, permanecerão contabilizados sem qualquer desconto ou dedução, por seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até sua respectiva data de vencimento, até o 180º (centésimo octogésimo) dia contado a partir do respectivo vencimento ("Data de Baixa"). Rendimentos adicionais relativos a tais Direitos de Crédito, que venham a ser auferidos pelo Fundo após a data de vencimento, somente serão reconhecidos contabilmente por ocasião da efetiva realização financeira.

8.04.02. - O Custodiante deverá baixar contabilmente o valor dos Direitos de Crédito que não tiverem sido pagos até a respectiva Data de Baixa contra a correspondente provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída na forma deste item 8.04., devendo os valores relativos a tais Direitos de Crédito vencidos e não pagos ser transferidos contabilmente para a conta de compensação do Fundo, na qual passarão a ser controlados. Quaisquer valores relativos aos Direitos de Crédito vencidos e não pagos transferidos para as contas de compensação do Fundo somente serão reconhecidos contabilmente como receita do Fundo por ocasião da sua efetiva realização financeira.

8.05. - Em qualquer hipótese de liquidação antecipada do Fundo e amortização de Quotas mediante a entrega de Direitos de Crédito (na forma descrita no Capítulo Treze), todos os Direitos de Crédito Inadimplidos (independentemente do número de dias corridos a partir do respectivo vencimento) serão considerados, para fins contábeis e de cálculo do patrimônio líquido do Fundo, como sem valor para fins de dação em pagamento aos Quotistas.

8.06. O Custodiante realizou a análise da documentação que evidencie o lastro da totalidade dos Direitos Creditórios pela totalidade dos Direitos Creditórios. Adicionalmente, o Custodiante realizará, trimestralmente, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de encerramento de





cada trimestre civil, diretamente ou por meio de terceiro que venha a ser por ele contratado, a análise da documentação que evidencie o lastro dos novos Usuários da Rede Básica que venham a ser inseridos na lista de que trata o Anexo II ao presente Contrato.

CAPÍTULO NOVE – DO PATRIMÔNIO INICIAL E DAS EMISSÕES DE NOVAS QUOTAS DO FUNDO

9.01. - O patrimônio inicial do Fundo ("Patrimônio Inicial") após a primeira emissão de Quotas ("Primeira Emissão") será de R\$ 159.575.000,00 (cento e cinquenta e nove milhões, quinhentos e setenta e cinco mil reais) e será formado por 150.000 (cento e cinquenta mil) Quotas Seniores e 9.575 (nove mil, quinhentos e cinquenta e cinco) Quotas Subordinadas, com preço de emissão, na Primeira Data de Emissão (conforme abaixo definida), de R\$1.000,00 (um mil reais) para cada Quota, totalizando R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) em Quotas Seniores e R\$ 9.575.000,00 (nove milhões, quinhentos e setenta e cinco mil reais) em Quotas Subordinadas.

9.01.01. - As Quotas do Fundo serão emitidas, distribuídas, subscritas, integralizadas, amortizadas e resgatadas de acordo com o disposto nos Capítulos Dez a Quinze abaixo, sendo que cada série de Quotas do Fundo será descrita em Suplemento a este Regulamento, preparado de acordo com o modelo constante do Anexo III. O Primeiro Suplemento indicará os termos e condições das Quotas representativas do Patrimônio Inicial.

9.02. - Emissões de novas Quotas Subordinadas do Fundo poderão ser realizadas a exclusivo critério do Administrador, sem necessidade de aprovação em Assembleia Geral de Quotistas. Emissões de novas Quotas Seniores somente poderão ser realizadas mediante prévia aprovação da Assembleia Geral de Quotistas. Para os fins deste Regulamento as novas Quotas Subordinadas e as novas Quotas Seniores do Fundo serão referidas, indistintamente, como "Novas Quotas".

9.02.01. - Nas emissões de Novas Quotas do Fundo o valor das Novas Quotas Subordinadas deverá sempre representar, no mínimo, 6% (seis por cento) do valor total das Novas Quotas que estiverem sendo emitidas pelo Fundo.

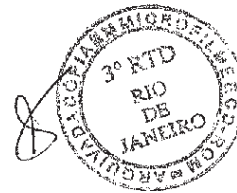
9.02.02. - Na hipótese de emissão de Novas Quotas, o valor das Novas Quotas, para fins de emissão, subscrição, integralização, amortização e resgate será calculado de acordo com o disposto nos Capítulos Dez a Quinze abaixo.

9.02.03. - Na hipótese de emissão de Novas Quotas do Fundo os atuais Quotistas não terão qualquer direito de preferência na aquisição de tais Novas Quotas.

9.02.04. - Cada emissão de Novas Quotas do Fundo será previamente registrada na CVM, nos termos da Instrução CVM nº 356/01, conforme alterada.

19





CAPÍTULO DEZ - DAS CARACTERÍSTICAS, DIREITOS, CONDIÇÕES DE EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DAS QUOTAS

Características das Quotas

10.01. - As Quotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio e são divididas em duas únicas classes, sendo uma classe de Quotas Seniores e uma classe de Quotas Subordinadas.

10.02. - Todas as Quotas do Fundo terão forma escritural e serão mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, mantida pelo Custodiante.

Direitos Patrimoniais

10.03. - As Quotas Seniores terão prioridade nos pagamentos de amortização e/ou resgate sobre as Quotas Subordinadas, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os Quotistas titulares de Quotas Seniores. Sem prejuízo do disposto no item 12.7. abaixo, como regra geral, as Quotas Subordinadas somente serão amortizadas e/ou resgatadas após o último pagamento de amortização ou resgate das Quotas Seniores e após o pagamento de despesas e encargos do Fundo.

Direitos de Voto das Quotas

10.04. - As Quotas Seniores terão direito de voto, correspondendo cada Quota Sênior a um voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo.

10.05. - Até a amortização ou resgate total das Quotas Seniores, as Quotas Subordinadas somente terão direito a voto de acordo com o disposto no Capítulo Quinze.

10.05.01. - Após o resgate integral das Quotas Seniores do Fundo, as Quotas Subordinadas terão direito de voto em todas as deliberações das Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo. Quando e se os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas tiverem direito a voto nos termos deste item, cada Quota Subordinada terá direito a um voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo.

Razão de Garantia das Quotas Subordinadas



20



10.06. - Até o resgate integral de todas as Quotas Seniores, o valor das Quotas Seniores representativas do patrimônio do Fundo deverá corresponder a, no máximo, 94% (noventa e quatro por cento) do valor total do patrimônio líquido do Fundo ("Razão de Garantia").

10.07. - A Razão de Garantia será apurada diariamente pelo Custodiante, enquanto o Fundo estiver em funcionamento (qualquer data de apuração e controle da Razão de Garantia, uma "Data de Verificação") e informada ao Administrador. Na hipótese de desenquadramento da Razão de Garantia em qualquer Data de Verificação, aplicar-se-á o disposto nos Capítulos Quatorze e/ou Quinze e/ou Dezoito deste Regulamento, conforme o caso. O Custodiante calculará a razão de garantia em sistema próprio, demonstrando-a no relatório de carteira diária.

Distribuição das Quotas Seniores do Fundo

10.08. - As Quotas Seniores do Fundo serão objeto de distribuição pública, a ser conduzida pelo Administrador e/ou por terceiros devidamente habilitados, contratados pelo Administrador para tanto, nos termos da Instrução da CVM nº. 356/01, conforme alterada. As Quotas Seniores do Fundo deverão ser subscritas e integralizadas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da data de publicação do respectivo Anúncio de Início de Distribuição.

10.09. - O anúncio de início de distribuição pública de cada série e emissão de Quotas Seniores do Fundo apresentará os termos e condições da distribuição de tais quotas, bem como informará as condições e os prazos para subscrição e integralização das Quotas Seniores, observado o disposto neste Regulamento.

10.10. - Na hipótese de emissão de novas Quotas Seniores do Fundo, o Administrador determinará as condições específicas de colocação das Novas Quotas Seniores, que serão especificadas em Suplemento a ser elaborado pelo Administrador de acordo com o modelo estabelecido no Anexo III a este Regulamento, e que será levado a registro, às expensas do Fundo, no Cartório de Títulos e Documentos em que estiver registrado este Regulamento.

Colocação das Quotas Subordinadas do Fundo e Compromisso de Subscrição pela Cedente

10.11. - As Quotas Subordinadas representativas do Patrimônio Inicial do Fundo e eventuais Novas Quotas Subordinadas que venham a ser emitidas de acordo com o disposto no Capítulo Quinze abaixo serão subscritas de forma privada, pela Cedente, nos termos de "Compromisso de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas e Outras Avenças" celebrado entre o Fundo e a Cedente, na data de constituição do Fundo ("Compromisso de Subscrição").

Subscrição e Integralização das Quotas do Fundo



21



10.12. - No ato da primeira subscrição de Quotas do Fundo, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição e recibo de integralização, que será autenticado pelo terceiro devidamente habilitado que venha a ser contratado pelo Administrador para distribuir Quotas do Fundo e (ii) receberá exemplar deste Regulamento e do Prospecto do Fundo, declarando, por meio da assinatura de termo de ciência de risco e adesão a este Regulamento, na forma do Anexo IV deste Regulamento, estar ciente (a) das disposições contidas neste Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da Carteira do Fundo e à taxa de administração referida no Capítulo Vinte e Quatro abaixo e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos neste Regulamento e no Prospecto.

10.13. - As Quotas do Fundo representativas do Patrimônio Inicial serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, pelo Preço de Emissão indicado no item 9.01 acima, atualizado desde a Primeira Data de Emissão (conforme definido abaixo) até a data de integralização, na forma dos itens 10.17. e 10.18. abaixo.

10.13.01. - A primeira aplicação de cada Quotista no Fundo deverá observar o valor estabelecido no item 2.01.01. do Capítulo Dois acima.

10.14. - Para os fins de que trata este Regulamento, a Primeira Data de Emissão será a data em que ocorrer a publicação do anúncio de início de distribuição pública das Quotas representativas do Patrimônio Inicial ("Primeira Data de Emissão").

10.15. - Na hipótese de emissão de quaisquer Novas Quotas do Fundo (inclusive emissões de que trata o Capítulo Quinze abaixo), tais Novas Quotas serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, pelo valor da Nova Quota na data da integralização, calculado de acordo com o disposto nos itens 10.17. e 10.18. abaixo.

10.16. - A integralização das Quotas Seniores será efetuada por meio do Módulo de Distribuição de Quotas - MDC da Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP e/ou depósito em conta corrente de titularidade do Fundo, mediante a realização de transferência eletrônica disponível (TED) ou transferência de recursos imediatamente disponíveis de conta corrente de titularidade do Quotista para conta corrente de titularidade do Fundo.

Crítérios para Apuração do Valor das Quotas Seniores

10.17. - A partir do primeiro dia útil seguinte à Primeira Data de Emissão, cada Quota Sênior do Fundo terá seu valor unitário calculado diariamente, para fins de pagamento de integralização, amortização ou resgate (conforme o caso), sendo que tal valor será correspondente ao menor dos seguintes valores: (i) o patrimônio líquido do Fundo dividido pelo número de Quotas Seniores existentes na ocasião; e (ii) a variação acumulada das Taxas médias diárias dos Depósitos





Interfinanceiros – DI de um dia, over Extra-Grupo, calculadas e divulgadas pela CETIP– Câmara de Custódia e Liquidação (“CETIP”), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, (a “Taxa DI”), acrescida de uma sobretaxa de juros fixos (“Spread”), incidentes sobre o valor da Quota Sênior de cada Série, ou seu saldo não amortizado, contados a partir da respectiva Primeira Data de Emissão e de integralização das Quotas do Fundo, e incorporados simultânea e proporcionalmente ao valor de cada Quota Sênior de cada Período de Capitalização, de acordo com a fórmula abaixo.

10.17.01. - Define-se:

Período de Capitalização - intervalo de tempo que se inicia (i) para o primeiro Período de Capitalização, na data de subscrição e integralização das Quotas Sênior do Fundo, inclusive e (ii) para os demais Períodos de Capitalização, em cada data prevista para distribuição de resultados pelo Fundo, inclusive, e termina na data prevista para distribuição de resultados pelo Fundo imediatamente subsequente, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os rendimentos correspondentes aos Períodos de Capitalização serão incorporados ao valor da Quota no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data.

10.17.02. O cálculo do valor a ser distribuído a cada Quota Sênior, e desde que os resultados da carteira do Fundo permitam, obedecerá à seguinte fórmula:

$$Re = VNe \cdot \left[\left(\frac{\text{Fator Spread}}{\text{Fator DI}} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right]$$

onde:

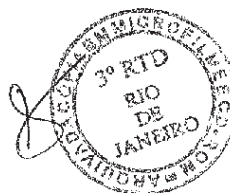
Re = valor apurado a ser distribuído a cada Quota Sênior no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe = valor da Quota Sênior, ou seu saldo não amortizado, no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

Fator Spread = sobretaxa de juros fixos, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Fator Spread} = (1 + \text{Spread})^{\frac{1}{252}}$$





Fator DI = fator correspondente à taxa DI Over, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte expressão:

$$\text{Fator DI} = (1 + \text{Taxa DI})^{\frac{1}{252}}$$

10.17.03. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

10.17.04. O valor do *Spread* das Quotas Seniores da Primeira Emissão encontra-se definido no item 3.03 deste Regulamento. O *Spread* das Novas Quotas, tal como definidas neste Regulamento, será determinado pelo Administrador mediante processo de *Bookbuilding* e disposto em Suplemento, que será aprovado pela Assembleia Geral de Quotistas, nos termos do Capítulo Onze abaixo e protocolado na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, conforme o modelo constante no Anexo III deste Regulamento.

10.17.05. No caso de indisponibilidade da Taxa DI, o Administrador deverá convocar Assembleia Geral de Quotistas para definir o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer distribuições de rendimentos previstas no Regulamento, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida na data de encerramento do último Período de Capitalização, até a data da deliberação da assembleia geral de Quotistas.

Critérios para Apuração do Valor das Quotas Subordinadas

10.18. – A partir do primeiro dia útil seguinte à Primeira Data de Emissão, cada Quota Subordinada do Fundo terá seu valor unitário calculado diariamente, para fins de integralização, amortização ou resgate (conforme o caso), sendo que tal valor será equivalente ao resultado da divisão do valor do patrimônio líquido do Fundo, apurado para o respectivo dia, deduzido do valor atualizado de todas as Quotas Seniores existentes na ocasião, apurado conforme o disposto no item 10.17. acima, pelo número total de Quotas Subordinadas existentes na respectiva data de apuração.

Negociação das Quotas do Fundo

10.19. - As Quotas Seniores do Fundo serão admitidas à negociação no Sistema de Fundo Fechado – SFF da CETIP.

10.19.01. - Na hipótese de negociação das Quotas Seniores em operações no mercado secundário, o agente intermediário da respectiva negociação será responsável por





comprovar a qualificação do novo Quotista que estiver adquirindo tais Quotas Seniores, de forma a cumprir com o disposto no Capítulo Dois deste Regulamento.

Classificação de Risco das Quotas Seniores

10.20. - As Quotas Seniores do Fundo serão trimestralmente avaliadas pela Agência de Classificação de risco especializada contratada pelo Fundo, qual seja, Standard & Poor's ("Agência de Classificação de Risco").

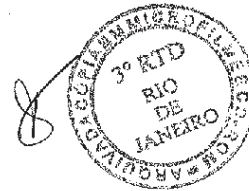
10.21. A Agência de Classificação de Risco não realizará avaliação das Quotas Subordinadas.

CAPÍTULO ONZE – DA ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS

11.01. - É da competência da Assembleia Geral de Quotistas do Fundo:

- (i) examinar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelo Administrador, em até 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social do Fundo;
- (ii) alterar este Regulamento, além das hipóteses de alteração deste Regulamento mencionadas nos demais subitens deste item 11.01., com exceção da atualização da lista de Usuários Cedidos a que se refere o item 4.08.01 acima, que será realizada independentemente de alteração ao presente Regulamento;
- (iii) deliberar sobre a substituição do Administrador;
- (iv) eleger e destituir o(s) representante(s) dos Quotistas, nomeado(s) conforme o item 11.03. abaixo;
- (v) deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pelo Administrador, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (vi) deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão e prorrogação do prazo de duração do Fundo;
- (vii) deliberar sobre a liquidação do Fundo, sem prejuízo do disposto nos itens (x) e (xi) abaixo;
- (viii) deliberar sobre a emissão de Novas Quotas Seniores do Fundo;
- (ix) deliberar sobre proposta de alteração dos termos e condições das Cláusulas Terceira, Quarta, Sexta e Onze do Contrato de Cessão;
- (x) resolver, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação (conforme definidos no Capítulo Dezoito abaixo), se tais Eventos de Avaliação devem ser considerados como um Evento de Liquidação (conforme definido no Capítulo Dezoito abaixo);
- (xi) resolver, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação (conforme definidos no Capítulo Dezoito abaixo), se tais Eventos de Liquidação devem acarretar na liquidação antecipada do Fundo;
- (xii) elevar o Benchmark das Quotas Seniores;





- (xiii) substituir o Benchmark na hipótese de indisponibilidade, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI como parâmetro de rentabilidade das Quotas Seniores;
- (xiv) alterar os critérios para apuração do valor das Quotas Seniores de que trata o item 10.17. deste Regulamento;
- (xv) aprovar o aporte adicional de recursos no Fundo para a adoção dos procedimentos referidos no Capítulo Dezenove, na forma ali estabelecida;
- (xvi) aprovar os procedimentos a serem adotados no resgate das Quotas do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros, de acordo com o disposto no Capítulo Treze abaixo;
- (xvii) alterar os quoruns de deliberação das Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo, conforme previsto neste Capítulo; e
- (xviii) caso o Contrato de Cessão seja resiliado e/ou terminado, deliberar sobre a eventual continuidade do Fundo, mediante alteração deste Regulamento e, se for o caso, da denominação do Fundo, de modo que o Fundo passe a ter como objetivo de investimento a aquisição de outros direitos de crédito originados pela Cedente.

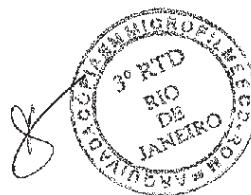
11.02. - Os Quotistas titulares de Quotas Seniores terão direito a voto em todas as matérias indicadas no item 11.01. acima. Enquanto houver quaisquer Quotas Seniores em circulação, os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas somente terão direito a voto para deliberar sobre as matérias indicadas nos subitens (i), (iii), (v), (vi), (viii), (xi) e (xvii) acima. Quando não mais houver Quotas Seniores em circulação, os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas terão direito a voto para deliberar sobre todas as matérias indicadas no item 11.01. acima. Os quoruns de deliberação das matérias indicadas no item 11.01. acima seguem descritos nos subitens a seguir.

11.02.01. - Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (ii), (iv) (x), (xi), (xiii), (xv) e (xvi) do item 11.01. acima e sobre quaisquer outras matérias que venham a ser objeto de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas, que não expressamente indicadas neste Capítulo, dependerão de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas que representem a maioria das Quotas presentes com direito a voto nos termos do item 11.02. acima.

11.02.02. - Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (iii), (v), (vi) e (vii) do item 11.01. acima dependerão de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas que representem a maioria das Quotas emitidas, em primeira convocação, e a maioria das Quotas presentes, em segunda convocação.

11.02.03. - Deliberações sobre as matérias indicadas no subitem (xii) do item 11.01. acima dependerão de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas que representem 90% (noventa por cento) das Quotas Seniores em circulação e 100% (cem por cento) das Quotas Subordinadas em circulação.





11.02.04. – Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (viii) e (xvii) do item 11.01. acima dependerão de aprovação em Assembleia Geral de Quotistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Quotas Seniores em circulação e 100% (cem por cento) das Quotas Subordinadas em circulação.

11.02.05. – Deliberações sobre as matérias indicadas no subitem (xviii) do item 11.01. acima dependerão de aprovação em Assembleia Geral de Quotistas que representem 90% (noventa por cento) das Quotas Seniores em circulação.

11.02.06. – Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (ii), (ix) e (xiv) do item 11.01. acima dependerão de aprovação em Assembleia Geral de Quotistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) dos titulares de Quotas Seniores presentes.

11.02.07. - Para fins deste Regulamento, define-se "Quotas Seniores em circulação" ou "Quotas em circulação" a totalidade das Quotas Seniores emitidas ou a totalidade das Quotas emitidas, respectivamente, excetuadas as Quotas Seniores que sejam de propriedade da Cedente, ou que pertençam a qualquer de suas controladas, subsidiárias, bem como respectivos diretores, conselheiros ou acionistas.

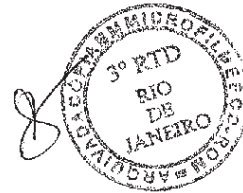
11.03. - A Assembleia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes dos Quotistas para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Quotistas ("Representante dos Quotistas").

11.03.01. - Somente pode exercer as funções de Representante dos Quotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- (i) ser Quotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas;
- (ii) não ser titular de Quotas Subordinadas;
- (iii) não exercer cargo ou função no Administrador, em seus controladores, em sociedades por eles direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum;
- (iv) não exercer cargo da administração ou ser funcionário da Cedente; e
- (v) não exercer cargo de administração ou ser funcionário dos controladores, diretos ou indiretos, da Cedente.

11.04. - Este Regulamento será alterado independentemente de deliberação da Assembleia Geral de Quotistas em casos de alterações nas normas legais e regulamentares vigentes, mediante ciência aos Quotistas da referida alteração no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da alteração deste Regulamento perante a CVM.





11.05. - A convocação da Assembléia Geral de Quotistas será feita pelo Administrador, por meio eletrônico, por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista ou por meio de publicação no periódico utilizado pelo Fundo para realizar divulgação de suas informações, com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo. A convocação indicará dia, hora e local em que será realizada a Assembléia Geral de Quotistas e os assuntos a serem tratados.

11.05.01. - Não se realizando a Assembléia Geral de Quotistas na data estipulada na convocação acima referida, será novamente providenciada convocação para a Assembléia Geral, com antecedência de 5 (cinco) dias, de acordo com o procedimento de convocação acima referido, conforme o caso. Para efeito do disposto neste item, a segunda convocação da Assembléia Geral de Quotistas poderá ser providenciada juntamente com a primeira convocação.

11.05.02. - Independentemente das formalidades previstas neste Regulamento, será considerada regular a Assembléia Geral de Quotistas a que comparecerem todos os Quotistas com direito a voto para deliberar sobre todos os assuntos constantes da ordem do dia.

11.06. - Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral de Quotistas será realizada na sede do Administrador. Quando a Assembléia Geral de Quotistas não for realizada na sede do Administrador, as comunicações enviadas aos Quotistas deverão indicar, com clareza, o local da reunião, que, em hipótese alguma, poderá ser realizada fora do Estado do Rio de Janeiro.

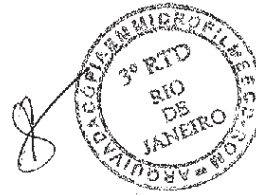
11.07. - Os titulares de Quotas Subordinadas terão direito de comparecer em toda e qualquer Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, independentemente de terem ou não direito a voto com relação à matéria objeto de deliberação.

11.08. - Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembléia Geral de Quotistas poderá reunir-se por convocação do Administrador, a seu exclusivo critério, ou mediante solicitação ao Administrador, de Quotistas titulares de Quotas com direito a voto que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas com direito a voto, sendo que, na última hipótese, o Administrador será responsável por convocar a Assembléia Geral solicitada pelos Quotistas do Fundo.

11.09. - As Assembléias Gerais de Quotistas serão instaladas com a presença de pelo menos um Quotista com direito a voto.

11.10. - Poderão votar nas Assembléias Gerais de Quotistas os procuradores dos Quotistas legalmente constituídos há menos de um ano.





11.11. - Não terão direito a voto na Assembléia Geral de Quotistas o Administrador e seus empregados.

11.12. - Quaisquer decisões tomadas em Assembléia Geral de Quotistas serão divulgadas aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

CAPÍTULO DOZE - DA AMORTIZAÇÃO E DO RESGATE DAS QUOTAS

Condições Gerais e Forma de Pagamento das Amortizações

12.01. - Cada Suplemento a este Regulamento, referente a cada nova série e emissão de Quotas do Fundo, inclusive o Primeiro Suplemento, indicará o cronograma de amortização de cada série e emissão de Quotas do Fundo, bem como a data de resgate das Quotas.

12.01.01. - As Quotas do Fundo somente serão resgatadas (i) após o pagamento integral das parcelas de amortização das Quotas Seniores emitidas e das Quotas Subordinadas ou (ii) na data de liquidação (antecipada ou não) do Fundo.

12.02. - Para os fins de que trata este Regulamento, cada data em que houver pagamento de parcelas de amortização das Quotas Seniores será designada uma "Data de Amortização" e a data em que houver o último pagamento de parcela de amortização das Quotas Seniores de cada série e emissão do Fundo será designada a "Data de Resgate" de tais Quotas Seniores.

12.02.01. A distribuição de quaisquer ganhos e rendimentos do Fundo aos Quotistas será feita exclusivamente mediante a amortização de suas Quotas, observado o disposto neste Capítulo e nos Capítulos Treze e Quatorze abaixo.

12.03. - Quaisquer pagamentos aos Quotistas, a título de amortização de Quotas do Fundo deverão abranger, proporcionalmente e sem direito de preferência ou prioridade, todas as Quotas de uma mesma classe de Quotas do Fundo, em benefício de todos os Quotistas titulares de cada classe de Quotas do Fundo.

12.04. - Exceção feita à hipótese prevista no item 12.7 abaixo, as Quotas Subordinadas do Fundo serão resgatadas na Data de Resgate da última Quota Sênior do Fundo em circulação, sendo que o pagamento do resgate das Quotas Subordinadas está condicionado ao pagamento integral de todas as parcelas de amortização, do resgate das Quotas Seniores de todas as séries e emissões do Fundo e do pagamento de todas as despesas e encargos do Fundo.





12.05. - Os pagamentos das parcelas de amortização e/ou resgate das Quotas do Fundo serão efetuados por meio de depósito em conta corrente de titularidade dos Quotistas, mediante qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen.

12.05.01. - Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização e/ou resgate aos Quotistas não cair em dia útil, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor originalmente devido, sendo que nenhum acréscimo será devido aos Quotistas. Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização e/ou resgate aos Quotistas cair em dia que seja feriado na sede da instituição financeira em que for mantida, pelo Quotista, conta corrente na qual serão depositados os pagamentos referentes às Quotas, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor originalmente devido, sendo que nenhum acréscimo será devido aos Quotistas.

12.06. - Na data de liquidação antecipada do Fundo, os titulares de Quotas do Fundo poderão receber Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros no resgate de suas Quotas, conforme o disposto no Capítulo Treze abaixo.

12.06.01. - Durante a vigência da Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, pagamentos de amortizações e resgate de Quotas do Fundo que sejam realizados mediante a entrega de Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros compreenderão o pagamento aos Quotistas de recursos, por qualquer meio de transferência de recursos autorizado pelo Bacen, concomitantemente à compra, pelos respectivos Quotistas, de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros em valor correspondente ao valor líquido amortizado ou resgatado.

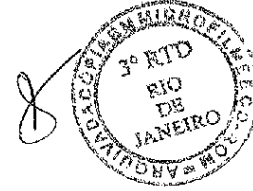
Condições Especiais Aplicáveis à Amortizações das Quotas

12.07. - Quando do pagamento das amortizações e do resgate das Quotas Seniores deverão ser observadas as seguintes disposições, sem prejuízo do disposto nos itens 12.01 a 12.06 acima:

- (i) Na hipótese de liquidação antecipada do FIDC CEEE, os pagamentos devidos aos titulares das Quotas do Fundo podem ser afetados até a liquidação dos valores devidos aos Quotistas do FIDC CEEE, tendo em vista que haverá retenção de volume maior de Direitos de Crédito do FIDC CEEE pelo FIDC CEEE;
- (ii) na hipótese de a Razão de Garantia do Fundo ser inferior a 94% (noventa e quatro por cento), poderá ser realizada amortização extraordinária das Quotas Subordinadas, mediante solicitação por escrito da Cedente, exclusivamente em relação às Quotas Subordinadas, sem prejuízo do disposto no item 12.04. acima e desde que (i) nos últimos 90 (noventa) dias consecutivos anteriores à Data de Amortização acima



30



referida, a Razão de Garantia não tenha sido desenquadrada em qualquer momento, sendo que, após o pagamento extraordinário de amortização, a Razão de Garantia permanecerá mantida e (ii) a Reserva de Amortização atenda ao disposto no Capítulo Dezesesseis abaixo.

- (iii) na hipótese do patrimônio líquido do Fundo sofrer perdas em decorrência de não pagamento dos Direitos de Crédito ou dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, tais perdas serão arcadas prioritariamente pelas Quotas Subordinadas até o limite do valor correspondente aos Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros não pagos, tal como se as Quotas Subordinadas tivessem sido amortizadas no valor correspondente a tais perdas, até o montante correspondente ao valor total das Quotas Subordinadas. Uma vez excedido o valor total das Quotas Subordinadas, o efeito da inadimplência dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros repercutirá na capacidade do Fundo de efetuar o pagamento das parcelas de amortização das Quotas Seniores.

Valor das Quotas Seniores para Fins de Pagamento de Amortização

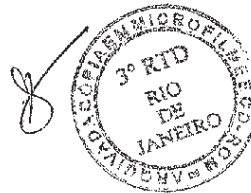
12.08. – Para os fins de pagamento das parcelas de amortização e do resgate das Quotas Seniores será sempre utilizado o valor da Quota do dia do pagamento, sendo que, nos casos de pagamento de amortização, o valor da Quota será reduzido proporcionalmente ao valor amortizado.

12.08.01 - O valor a ser pago em cada Data de Amortização, para cada Quota Sênior será apurado da seguinte forma:

- (i) O valor das 30 primeiras parcelas de amortização para cada uma das Quotas Seniores será equivalente aos juros apurados no período, conforme 10.17.02, acrescido de 1% do valor da Quota Sênior na Data de Subscrição e Integralização das Quotas do Fundo;
- (ii) O valor das 41 parcelas de amortização remanescentes será equivalente aos juros apurados no período, conforme 10.17.02, acrescido de 1,667% do valor da Quota Sênior na Data de Subscrição e Integralização das Quotas do Fundo;
- (iii) O valor da última parcela (parcela de resgate) será equivalente aos juros apurados no período, conforme 10.17.02, acrescido de 1,653% do valor da Quota Sênior na Data de Subscrição e Integralização das Quotas do Fundo.

Valor das Quotas Subordinadas para Fins de Pagamento de Amortização





12.09. - Para os fins de pagamento das parcelas de amortização e do resgate das Quotas Subordinadas será sempre utilizado o valor da Quota do dia do pagamento, calculado nos termos do item 10.18 do Capítulo Dez acima, sendo que, nos casos de pagamento de amortização, o valor da Quota será reduzido proporcionalmente ao valor amortizado.

**CAPÍTULO TREZE – DAS HIPÓTESES E PROCEDIMENTOS DE RESGATE DE QUOTAS
MEDIANTE DAÇÃO EM PAGAMENTO DE DIREITOS DE CRÉDITO
E DE ATIVOS FINANCEIROS**

13.01. - Observado o disposto no item 13.02. abaixo, caso no último dia útil anterior à Data de Resgate o Fundo não detenha recursos em moeda corrente nacional para efetuar o pagamento do resgate da totalidade das Quotas, as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas existentes poderão ser resgatadas mediante a dação em pagamento da totalidade dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo.

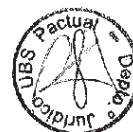
13.01.01. - Qualquer entrega de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate aos titulares de Quotas do Fundo será realizada mediante a utilização de procedimento de rateio, considerando o número de Quotas detido por cada Quotista na ocasião e observados os procedimentos definidos neste Capítulo.

13.01.02. - De acordo com o disposto neste Regulamento, as Quotas Seniores terão prioridade no pagamento de resgate sobre todas as Quotas Subordinadas, sendo que as Quotas Subordinadas somente serão resgatadas após o pagamento integral de todas as Quotas Seniores, observado o disposto neste Capítulo.

13.02. - Antes da realização de qualquer procedimento referente à entrega de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros aos Quotistas do Fundo, de acordo com o disposto neste Capítulo, a Cedente terá o direito, mas nunca a obrigação, de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, a totalidade dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, na Data de Resgate, pelo preço indicado no item abaixo.

13.02.01. - Na hipótese de a Cedente decidir exercer a faculdade de que trata este item, a totalidade dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo serão adquiridos por preço equivalente ao valor atualizado de todas as Quotas Seniores ainda em circulação, calculado de acordo com o disposto no item 10.17. deste Regulamento.

13.03. - Na hipótese de a Cedente decidir não exercer a faculdade de que trata o item anterior, a Assembleia Geral de Quotistas deverá deliberar sobre os procedimentos de dação em pagamento dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate das Quotas do



32



Fundo ainda em circulação, observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Onze acima.

13.03.01. – Na hipótese da Assembléia Geral de Quotistas referida neste item não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate das Quotas, os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros serão dados em pagamento aos Quotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção de Quotas detida por cada titular sobre o valor total das Quotas em circulação à época. Após a constituição do condomínio acima referido, o Administrador estará desobrigado em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

13.03.02. - O Administrador deverá notificar os Quotistas, (i) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos de Crédito, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, (ii) informando a proporção de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros a que cada Quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Quotistas após a constituição do referido condomínio.

13.03.03. - Caso os titulares das Quotas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido nos subitens acima, essa função será exercida pelo titular de Quotas Seniores que detenha a maioria das Quotas Seniores em circulação.

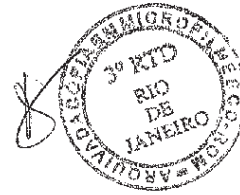
13.03.04. - O Custodiante e/ou empresa por ele contratada fará a guarda dos Direitos de Crédito e dos respectivos Documentos Comprobatórios pelo prazo improrrogável de 30 (trinta) dias (contado da notificação referida no subitem 13.03.02. acima), dentro do qual o administrador do condomínio, eleito pelos Quotistas ou ao qual essa função tenha sido atribuída nos termos do subitem 13.03.03. acima, indicará ao Administrador e ao Custodiante, hora e local para que seja feita a entrega dos Direitos de Crédito e Documentos Comprobatórios respectivos. Expirado este prazo, o Administrador poderá promover a consignação dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros, na forma do Artigo 334 do Código Civil Brasileiro.

CAPÍTULO QUATORZE - DA AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA PARA FINS DE REENQUADRAMENTO DA RAZÃO DE GARANTIA, DA ALOCAÇÃO MÍNIMA EM DIREITOS DE CRÉDITO E DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO

14.01. - O Administrador poderá realizar, mediante autorização da Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Onze acima, a amortização extraordinária das Quotas Seniores em circulação (a "Amortização Extraordinária"), pelo valor atualizado das Quotas Seniores em circulação, calculado de acordo com o disposto no item 10.17.



33



acima, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo (i) à Razão de Garantia caso a Cedente não o tenha feito nos termos do Capítulo Quinze abaixo e/ou (ii) à alocação mínima em Direitos de Crédito estabelecida no Capítulo Sete deste Regulamento.

14.01.01. A Assembléia Geral de Quotistas referida acima será convocada pelo Administrador dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data prevista para a devolução do Aviso de Desenquadramento estabelecida no Capítulo Quinze deste Regulamento, quando se tratar de desenquadramento da Razão de Garantia ou, no caso de desenquadramento da alocação mínima em Direitos de Crédito, contados da data em que for verificado o desenquadramento.

14.02. - Na hipótese de realização de Amortização Extraordinária das Quotas Seniores nos termos deste Capítulo, todos os Quotistas serão informados, inclusive sobre o valor total envolvendo cada Amortização Extraordinária.

14.03. - Qualquer Amortização Extraordinária afetará todos os Quotistas titulares de Quotas Seniores, de forma proporcional e em igualdade de condições.

CAPÍTULO QUINZE – DO ENQUADRAMENTO DA RAZÃO DE GARANTIA

15.01. - Na hipótese de desenquadramento da Razão de Garantia em qualquer das Datas de Verificação, o Administrador deverá informá-lo à Cedente, na forma do Anexo V deste Regulamento ("Aviso de Desenquadramento"), no mesmo dia em que receber a informação do Custodiante. A Cedente deverá devolver o Aviso de Desenquadramento ao Administrador, com cópia para o Custodiante, impreterivelmente até o 2º (segundo) dia útil subsequente à data do seu recebimento, informando sua decisão com relação a uma das seguintes providências:

- (i) a Cedente poderá, a seu exclusivo critério, integralizar Novas Quotas Subordinadas, de acordo com os termos e condições do Compromisso de Subscrição, com pagamento em moeda corrente nacional, dentro de um dos prazos previstos abaixo, conforme o caso:
 - a. caso a integralização de Novas Quotas Subordinadas seja necessária em decorrência da inadimplência de Direitos de Crédito Integrantes da Carteira, a integralização referida no item (i) acima deverá ser realizada no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento do Aviso de Desenquadramento;
 - b. caso a integralização de Novas Quotas Subordinadas seja necessária em decorrência de outro motivo que não a inadimplência de Direitos de Crédito Integrantes da Carteira, a integralização referida no item (i) acima deverá ser





realizada no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento do Aviso de Desenquadramento; ou

- (ii) a Cedente poderá resilir o Contrato de Cessão, dentro de no máximo 5 (cinco) dias úteis, quando será aplicado o disposto no Capítulo Dezoito abaixo.

15.02. - Na hipótese descrita no subitem (i) do item 15.01. acima, o Administrador poderá deliberar pela emissão de Novas Quotas Subordinadas, sem necessidade de autorização da Assembleia Geral de Quotistas do Fundo, hipótese em que esse Regulamento será complementado por Suplemento na forma do Anexo III.

15.03. - Na hipótese de a Cedente não informar o Administrador sobre qual medida pretende tomar nos termos e prazo descritos no item 15.01 acima, o Administrador aplicará, automaticamente, o disposto no Capítulo Quatorze ou Dezoito, conforme o caso.

CAPÍTULO DEZESSEIS – DA CONSTITUIÇÃO DE RESERVA DE AMORTIZAÇÃO, DOS PROCEDIMENTOS PARA PAGAMENTO DAS PARCELAS DE AMORTIZAÇÃO E DO RESGATE DAS QUOTAS E DA ORDEM DOS PAGAMENTOS DO FUNDO

16.01. – A partir da Primeira Data de Emissão e até o final do prazo de duração do Fundo, o Administrador deverá constituir e manter uma reserva de amortização (a "Reserva de Amortização") de forma que, em cada Data de Apuração, esta corresponda à soma dos valores estimados para a amortização das Quotas Seniores dos três próximos Períodos de Disponibilidade, de acordo com a fórmula abaixo:

$$RA_i = A_i + C_i + A_{i+1} + C_{i+1} + A_{i+2} + C_{i+2},$$

onde:

RA_i = é a Reserva de Amortização para cada período de capitalização.

A_i = Valor estimado da amortização das Quotas Seniores do Fundo na Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso, subsequente à Data de Apuração i .

C_i = Custos mensais estimados dos Encargos do Fundo referentes à taxa de administração, despesas com a prestação de serviços do Custodiante, empresa de auditoria contratada pelo Fundo e Agência de Classificação de Risco, para o Período de Disponibilidade i .

16.01.01. - Para os fins deste item 16.01., entende-se por período de capitalização o intervalo de tempo medido em dias úteis, compreendido entre o 1º dia útil imediatamente subsequente a uma dada Data de Amortização (inclusive) e a Data de Amortização



35



imediatamente subsequente (inclusive). Para o primeiro Período de Capitalização considerar-se-á como data de início o dia útil subsequente à Data da Primeira Emissão.

16.01.02. - A Reserva de Amortização será constituída com os recursos provenientes da subscrição e integralização das Quotas Subordinadas e com o produto do pagamento dos Direitos Creditórios.

16.01.03. - O valor da Reserva de Amortização será calculado pelo Administrador em cada Data de Apuração e informado ao Administrador até o dia útil imediatamente subsequente.

16.02. - Diariamente, a partir da Primeira Data de Emissão e até a liquidação do Fundo, o Administrador obriga-se a utilizar as disponibilidades do Fundo para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (i) pagamento dos encargos do Fundo, conforme descritos no Capítulo Vinte abaixo;
- (ii) formação de reserva equivalente ao montante estimado dos encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente àquele em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- (iii) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Seniores;
- (iv) constituição da Reserva de Amortização, observado o disposto no item 16.01. acima;
- (v) formação de reserva para pagamento das despesas relacionadas à liquidação do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- (vi) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas.

16.03. - Os recursos da Reserva de Amortização serão aplicados em Ativos Financeiros, observado o disposto no Capítulo Sete acima.

CAPÍTULO DEZESSETE – DO ÍNDICE DE COBERTURA

17.01 - Até o 6º (sexto) dia útil após o encerramento de cada Período de Disponibilidade, enquanto o Fundo estiver em funcionamento, o Administrador deverá calcular a divisão do (i) somatório dos valores das Faturas Mensais subtraído das Parcelas da Fatura/Faturas de Vencimento Único inadimplidas do FIDC CEEE, referentes ao mesmo Período de Disponibilidade, subtraídos os valores (i) objeto de cessão incondicionada ao FIDC CEEE e (ii) objeto de cessão sob condição suspensiva ao FIDC CEEE e a ele transferidos em decorrência da verificação de qualquer condição suspensiva, até a verificação da condição resolutive de que trata o item 11.7. da Cláusula Onze do Contrato de Cessão do FIDC CEEE, pelo (ii) valor da Amortização acrescido dos Encargos do Fundo, ambos referentes ao respectivo Período de Disponibilidade ("Índice de Cobertura").



36



17.02 - Caso o Índice de Cobertura seja por 2 (dois) meses consecutivos ou 3 (três) meses alternados em um período de 12 (doze) meses inferior a 250% no respectivo Período de Disponibilidade, aplicar-se-á o disposto no Capítulo Dezoito deste Regulamento.

CAPÍTULO DEZOITO – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO E DE LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

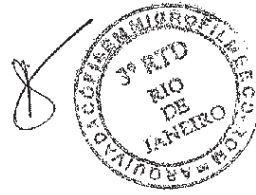
Dos Eventos de Avaliação

18.01. - São considerados eventos de avaliação do Fundo (os "Eventos de Avaliação") quaisquer das seguintes ocorrências:

- (i) utilização, por 2 (dois) Períodos de Disponibilidade consecutivos ou 3 (três) Períodos de Disponibilidade alternados num período de 6 (seis) meses, da Reserva de Amortização sem que seja recomposta no Período de Disponibilidade imediatamente subsequente (i) ao segundo Período de Disponibilidade consecutivo em que a Reserva de Amortização tenha sido utilizada ou (ii) ao Período de Disponibilidade imediatamente subsequente àquele em que a Reserva de Amortização tenha sido utilizada pela terceira vez no período de 6 (seis) meses;
- (ii) caso o Índice de Cobertura (conforme definido no Regulamento) seja por 2 (dois) meses consecutivos ou 3 (três) meses alternados em um período de 12 (doze) meses inferior a 250% no respectivo Período de Disponibilidade;
- (iii) descumprimento, pela Cedente, de qualquer das obrigações de fazer e/ou não fazer decorrentes do Contrato de Cessão que não seja um Evento de Revisão e que, a critério do Administrador, possa comprometer a capacidade do Fundo de cumprir com seus compromissos perante os Quotistas, desde que a Cedente tenha sido notificada pelo Administrador para regularizar tal descumprimento e não o faça no prazo de 5 (cinco) dias úteis, excetuado o disposto nos itens (v), (vi) e (vii) abaixo;
- (iv) descumprimento, pela Cedente, das obrigações assumidas nos termos da Cláusula Terceira do Contrato de Cessão, desde que, notificada pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contado do recebimento da referida notificação;
- (v) não observância pela Cedente dos deveres e das obrigações previstas na Cláusula Sexta do Contrato de Cessão, desde que, notificada pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado do recebimento da referida notificação;

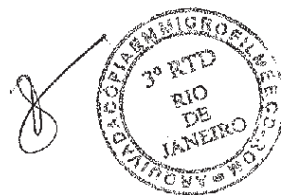


37



- (vi) descumprimento, pela Cedente, da obrigação assumida nos termos do subitem (w) do item 9.1. da Cláusula Nona do Contrato de Cessão;
- (vii) não observância pela Cedente dos deveres e das obrigações previstos no Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores ("Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores") desde que, notificada pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado do recebimento da referida notificação;
- (viii) modificações estatutárias que alterem o objeto social da Cedente;
- (ix) alteração do controle acionário, direto ou indireto, da Cedente;
- (x) desconstrução, por qualquer das Distribuidoras Cedidas, de CCEAR Cedidos em valor que represente mais do que 4% (quatro por cento) da Quantidade Mínima Mensal média dos últimos 3 (três) Períodos de Disponibilidade anteriores à referida rescisão;
- (xi) vencimento antecipado e/ou inadimplemento de quaisquer operações de natureza financeira em que a Cedente seja mutuária ou garantidora, cujo valor presente das obrigações de pagamento seja superior a R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), que será atualizado, na menor periodicidade admitida em lei, a partir da data de assinatura do Contrato de Cessão, pela variação acumulada do IGP-M, ou o equivalente em outras moedas; para os fins desta alínea, são consideradas operações de natureza financeira, (i) quaisquer operações de empréstimo em moeda; (ii) financiamentos a projetos de investimento, ainda que não reconhecidos em seus balanços (*off-balance*); (iii) repasses de empréstimos em moeda nacional ou estrangeira, registrados ou não no Bacen; (iv) operações de abertura de crédito em conta-corrente; (v) adiantamento a depositantes, na forma definida nas normas do Bacen; (vi) operações de arrendamento mercantil; (vii) emissão pública ou privada de debêntures ou de quaisquer outros valores mobiliários, no Brasil ou no exterior; (viii) concessão de garantias, pessoais ou reais, em operações de qualquer natureza, em especial as de natureza financeira; (ix) operações de adiantamento de receitas futuras, realizadas por meio de permuta, cessão, transferência parcial, venda à vista com compromisso de recompra em prazo determinado, venda a termo, emissão de opções de qualquer natureza ou desconto de títulos; (x) desconto bancário, com ou sem cláusula de co-responsabilidade; e (xi) qualquer outra espécie de negócio jurídico cujo efeito financeiro seja captação de recursos financeiros e/ou a antecipação de receitas decorrentes da consecução do objeto social da Cedente;





- (xii) caso a classificação de risco das Quotas do Fundo seja rebaixada pela Agência de Classificação de Risco para uma nota inferior à nota obtida na Data de Emissão, ou equivalente, emitida por agência de classificação de risco de atuação internacional que eventualmente substituir a Agência de Classificação de Risco;
- (xiii) adoção, por qualquer das Distribuidoras Cedidas, de quaisquer medidas judiciais, inclusive aquelas que tenham por objeto a discussão do preço de compra dos CCEAR Cedidos que possam, a critério do Administrador, comprometer o fluxo de receita dos CCEAR Cedidos;
- (xiv) revogação, pela Cedente, dos mandatos outorgados ao Custodiante, ao Agente de Recebimento e/ou ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão e do Compromisso de Subscrição;
- (xv) não observância pelo Custodiante dos deveres e das obrigações previstos neste Regulamento, no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia, desde que, notificado pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado do recebimento da referida notificação;
- (xvi) não observância pelo Agente de Recebimento dos deveres e das obrigações previstos neste Regulamento, no Contrato de Cessão e no Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores, desde que, notificado pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado do recebimento da referida notificação;
- (xvii) caso o Fundo deixe de atender à Razão de Garantia, nas respectivas Datas de Verificação, e (i) tal evento não seja sanado ou (ii) não tenham sido iniciados os procedimentos de reenquadramento definidos nos Capítulos Quatorze e/ou Quinze deste Regulamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da Data de Verificação em que se verificar o desenquadramento;
- (xviii) caso a Carteira do Fundo deixe de estar enquadrada ao percentual mínimo de alocação em Direitos de Crédito, conforme determinado no Capítulo Sete deste Regulamento, por período superior a 20 (vinte) dias consecutivos;
- (xix) na ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão, conforme definidos no Contrato de Cessão, que não estejam definidos como Eventos de Liquidação nos termos deste Regulamento;





- (xx) inobservância, pelo Administrador, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento, que não seja um Evento de Liquidação, verificado pelo Custodiante, desde que, se notificado por este para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado do recebimento da referida notificação;
- (xxi) amortização de Quotas Subordinadas em desacordo com o disposto neste Regulamento; e
- (xxii) rescisão do Contrato de Contrato de Custódia de Documentos Comprobatórios.

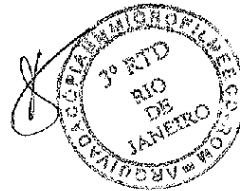
18.01.01. - Sem prejuízo do disposto no subitem 18.01.02. abaixo, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação descritos acima, o Administrador, independentemente de qualquer procedimento adicional, convocará imediatamente Assembleia Geral de Quotistas, a qual decidirá se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um evento de liquidação antecipada do Fundo, bem como se haverá liquidação antecipada do Fundo e quais os procedimentos a serem adotados.

18.01.02. - No caso da Assembleia Geral de Quotistas deliberar que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um evento de liquidação antecipada do Fundo, o Administrador observará os procedimentos de que trata o item 18.02. abaixo, sem que, para tanto, seja necessária a convocação de uma nova Assembleia Geral de Quotistas, podendo a referida Assembleia Geral de Quotistas deliberar sobre os procedimentos envolvendo a liquidação do Fundo, independentemente da notificação dos Quotistas ausentes.

18.01.03. - Caso a Assembleia Geral de Quotistas delibere que o Evento de Avaliação não constitui um evento de liquidação antecipada do Fundo, o Administrador deverá adotar as medidas tomadas pelos Quotistas na referida Assembleia Geral para manutenção das atividades regulares do Fundo e eventual cura do Evento de Avaliação.

18.01.04. - O direito da Cedente ao recebimento de qualquer pagamento de amortização das Quotas Subordinadas ficará suspenso durante o período compreendido entre a data de ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação até data da deliberação, pela Assembleia Geral de Quotistas referida no subitem 18.01.01. acima, de que (i) o referido Evento de Avaliação constitui um evento de liquidação antecipada do Fundo, sem prejuízo da prioridade dos titulares de Quotas Seniores no recebimento de pagamento de resgate de suas Quotas Seniores na hipótese de liquidação antecipada do Fundo; ou (ii) o referido Evento de Avaliação não dá causa à liquidação antecipada do Fundo, independentemente da implementação de eventuais ajustes aprovados pelos Quotistas na Assembleia Geral de Quotistas.





18.01.05 – Sem prejuízo do disposto acima, na ocorrência de um Evento de Avaliação, a Cedente terá a faculdade, no prazo de 2 dias contados do recebimento da notificação enviada pelo Fundo acerca da referida ocorrência, apresentar ao Fundo novos Direitos de Crédito, para consideração dos titulares das Quotas Seniores na Assembléia Geral que será realizada para a deliberação sobre o Evento de Avaliação, conforme acima referido.

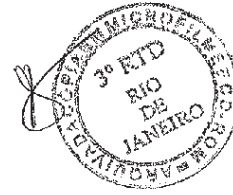
18.01.06. - Caso a Cedente apresente novos Direitos de Crédito para sanar o Evento de Avaliação, a Assembléia Geral de Quotistas, acima referida, a ser realizada para deliberar sobre o Evento de Avaliação, deverá deliberar sobre os critérios de elegibilidade e eventuais condições precedentes para aceitação dos referidos Direitos de Crédito, assegurando-se, no caso de decisão pela aceitação de novos Direitos de Crédito, o resgate das Quotas Seniores detidas pelos Quotistas dissidentes, nos termos do item 18.02.04. abaixo.

Dos Eventos de Liquidação Antecipada

18.02. - Além das hipóteses previstas na regulamentação, são considerados eventos de liquidação antecipada do Fundo (os "Eventos de Liquidação"), quaisquer das seguintes ocorrências:

- (i) caso o Contrato de Cessão seja resiliado e/ou terminado e dentro de até 30 (trinta) dias úteis contados da data da referida resilição a Assembléia Geral de Quotistas do Fundo não delibere pela continuidade do Fundo, mediante alteração deste Regulamento, de modo que o Fundo passe a ter como objetivo de investimento a aquisição de outros direitos de crédito que não os Direitos de Crédito;
- (ii) caso seja deliberado em Assembléia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;
- (iii) não pagamento, em até 2 (dois) dias úteis contados das Datas de Amortização e/ou da Data de Resgate, do valor da amortização e/ou do valor de resgate das Quotas Seniores;
- (iv) existência de evidências de que a Cedente tenha (i) emitido ou, por comprovada negligência, tenha permitido a terceiros emitir Faturas Mensais sem lastro e/ou em duplicidade ou (ii) oferecido ao Fundo CCEAR Cedidos ou Contratos de Transmissão Cedidos sobre os quais recaiam quaisquer ônus, encargos ou gravames, que tenham sido constituídos prévia ou concomitantemente à oferta ao Fundo incluindo, sem limitação, obrigações relativas a vinculação de receita em garantia de qualquer empréstimo ou dívida;

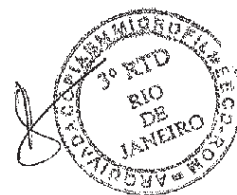




- (v) ocorrência de qualquer das hipóteses de término da concessão para geração ou para a transmissão de energia elétrica previstas em lei ou nos Contratos de Concessão;
- (vi) decretação de falência da Cedente, requerimento de autofalência ou protocolização de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial pela Cedente;
- (vii) decretação de intervenção na concessão ou declaração judicial da dissolução e/ou liquidação da Cedente;
- (viii) caso não seja determinado pela Assembleia Geral de Quotistas do Fundo, um novo parâmetro de apuração do valor das Quotas Seniores, na hipótese de indisponibilidade, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI;
- (ix) caso os Quotistas titulares de Quotas Seniores não disponibilizem ao Fundo os recursos aprovados em Assembleia Geral para a adoção dos procedimentos referidos no Capítulo Dezenove, na forma ali estabelecida;
- (x) rescisão do Contrato de Custódia ou renúncia do Custodiante, sem a assunção das funções do Custodiante por uma nova instituição, nos termos ali definidos;
- (xi) rescisão do Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores relativo ao Fundo, sem a assunção das funções da Cedente por outra entidade, nos termos ali definidos;
- (xii) início da liquidação antecipada do FIDC CEEE
- (xiii) descumprimento pela Cedente de suas obrigações nos termos do Contrato de Cessão do FIDC CEEE;
- (xiv) ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão, nos termos do Contrato de Cessão do FIDC CEEE;
- (xv) ocorrência de qualquer alteração nos termos e condições do Contrato de Cessão do FIDC CEEE; e
- (xvi) rescisão do Contrato de Prestação de Serviços relativo ao do FIDC CEEE.

18.02.01. - Na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, o Administrador imediatamente notificará tal fato aos Quotistas e convocará Assembleia Geral de Quotistas para aprovar a liquidação antecipada do Fundo e deliberar sobre os procedimentos





descritos no item 18.03. abaixo e, se for o caso, iniciar os procedimentos de liquidação antecipada do Fundo.

18.02.02. - Na Assembléia Geral de Quotistas mencionada no subitem 18.02.01. acima, os titulares de Quotas Seniores poderão optar, de acordo com o quorum de deliberação previsto no Capítulo Onze acima, por não liquidar antecipadamente o Fundo.

18.02.03. - Na hipótese (i) de não instalação da Assembléia Geral de Quotistas mencionada no subitem 18.02.01. acima, por falta de quorum, ou (ii) de aprovação pelos Quotistas da liquidação antecipada do Fundo, o Administrador deverá iniciar os procedimentos referentes à liquidação do Fundo.

18.02.04. - Na hipótese de ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação e a Assembléia Geral de Quotistas deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, será concedido aos Quotistas titulares de Quotas Seniores do Fundo, que não concordarem com a decisão ("Quotistas Dissidentes"), o resgate antecipado de suas Quotas Seniores, conforme instruções a serem definidas pela própria Assembléia Geral de Quotistas que deliberar pela não liquidação antecipada, que não poderá estabelecer prazo superior a 90 (noventa) dias para efetuação de tal resgate, pelo valor da Quota Sênior do dia do pagamento, calculado na forma do item 10.17. deste Regulamento.

18.02.05. - Na hipótese descrita no subitem anterior, caso o Fundo não tenha recursos, em moeda corrente nacional, suficientes para efetuar o pagamento integral do resgate de Quotas Seniores aos Quotistas Dissidentes, no prazo mencionado acima, todos os recursos em moeda corrente nacional disponíveis no patrimônio líquido do Fundo serão prioritariamente alocados para o pagamento de resgate aos Quotistas Dissidentes, de forma *pro rateada* e mediante a observância de igualdade de condições entre os Quotistas Dissidentes. Caso seja necessário, os Quotistas Dissidentes reunir-se-ão em Assembléia Geral de Quotistas para aprovar o pagamento do resgate de suas Quotas Seniores mediante a entrega de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, de acordo com os princípios estabelecidos no Capítulo Treze acima, no que couber.

18.02.06 - Na hipótese de ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação ou dos Eventos de Avaliação e a Assembléia Geral de Quotistas de que trata o subitem acima ou de que trata o subitem 18.01.03. do item 18.01. acima, conforme o caso, deliberar pela liquidação antecipada do Fundo, todas as Quotas do Fundo serão resgatadas, dentro de até 90 (noventa) dias contados da data de encerramento do Fundo nos termos do item 1.02. acima ("Prazo para Resgate Antecipado"), pelo valor da Quota do dia do pagamento, calculado na forma dos itens 10.17. e 10.18. deste Regulamento e mediante a observância do seguinte procedimento e da seguinte ordem:





- (i) as Quotas Seniores terão prioridade no pagamento de resgate sobre as Quotas Subordinadas;
- (ii) as Quotas Subordinadas somente serão resgatadas após o pagamento integral de todas as Quotas Seniores;
- (iii) durante o Prazo para Resgate Antecipado, os pagamentos de resgate das Quotas somente serão realizados após o alcance, pelo Fundo de montantes de no mínimo R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para cada pagamento de amortização das Quotas;
- (iv) todos os recursos em moeda corrente nacional disponíveis no patrimônio do Fundo serão prioritariamente alocados para o pagamento do resgate das Quotas Seniores, de forma *pro rata* e mediante a observância de igualdade de condições entre todos os Quotistas,;
- (v) se no último dia útil do Prazo para Resgate Antecipado a totalidade das Quotas Seniores não tiver sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente nacional, os Quotistas receberão Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros em pagamento pelo resgate de suas Quotas Seniores, entrega essa que será realizada de acordo com o disposto no Capítulo Treze;
- (vi) assegurada a prioridade de pagamento de resgate das Quotas Seniores, nos termos indicados nos subitens acima, as Quotas Subordinadas serão resgatadas prioritariamente em moeda corrente nacional, e, na hipótese de insuficiência de recursos em moeda corrente nacional, em Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros, observado o disposto no Capítulo Treze.

18.02.07. Caso a Assembléia Geral de Quotistas, mesmo diante da rescisão do Contrato de Cessão, decida pela continuidade do Fundo através da aquisição de outros direitos de crédito, o termo "CEEE III-GT" deverá ser excluído da denominação do Fundo.

CAPÍTULO DEZENOVE – DO PROCEDIMENTO DE COBRANÇA DOS DIREITOS DE CRÉDITO NÃO PAGOS NO VENCIMENTO

19.01. – Os Direitos de Crédito cedidos e entregues ao Fundo e não pagos no seu respectivo vencimento ("Direitos de Crédito Inadimplidos"), serão objeto de cobrança pelo Fundo, que contratou a Cedente para prestar tais serviços, tendo em vista a sua experiência na cobrança de direitos de crédito das Distribuidoras Cedidas e dos Usuários da Rede Básica.





19.01.01. - A contratação da Cedente como agente de cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos não resulta e não resultará, de qualquer forma, em qualquer ingerência ou controle, pela Cedente, sobre os Direitos de Crédito Inadimplidos.

19.02. - No segundo dia útil seguinte ao seu vencimento, a Cedente iniciará o processo de cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos.

19.02.01. - A Cedente deverá observar os procedimentos estabelecidos nos CCEAR Cedidos, nos Contratos de Transmissão Cedidos e nos respectivos Instrumentos de Garantia, conforme o caso, assim como as demais disposições da regulamentação aplicável para efetuar a cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos.

19.02.02. - A Cedente não poderá renegociar ou acordar qualquer alteração aos termos e condições dos Direitos de Crédito Inadimplidos sem a prévia anuência, por escrito, do Fundo.

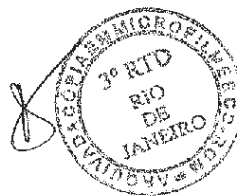
19.03. - Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros serão de inteira responsabilidade do Fundo ou dos Quotistas, não estando a Cedente, o Administrador ou o Custodiante, de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros. A Cedente, o Administrador e o Custodiante não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos que o Fundo venha a iniciar em face de terceiros ou da Cedente, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo ou diretamente pelos Quotistas.

19.04. - As despesas relacionadas com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros serão suportadas diretamente pelo Fundo. O Administrador somente utilizará recursos em valores superiores a 1% (hum por cento) do valor atualizado das Quotas Seniores em circulação, à época de decisão sobre a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros, para tomar medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Fundo mediante autorização prévia da Assembléia Geral de Quotistas, de acordo com o disposto na Cláusula Onze deste Regulamento.

19.04.01. - Fica desde já estabelecido que, observada a manutenção do regular funcionamento do Fundo, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Fundo antes (i) do recebimento integral do adiantamento a que se refere o item anterior; e (ii) da assunção, pelos Quotistas, em Assembléia Geral de Quotistas do Fundo,



45



de acordo com o disposto no Capítulo Onze acima, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de eventual verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser condenado. O Administrador, a Cedente e o Custodiante não serão responsáveis por qualquer dano ou prejuízo sofrido pelo Fundo e/ou por qualquer dos Quotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento), pelo Fundo, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas, inclusive caso os Quotistas não aportem os recursos suficientes para tanto na forma deste Capítulo.

19.05. - Todos os valores aportados pelos Quotistas ao Fundo nos termos do item acima deverão ser feitos em moeda corrente nacional, sem qualquer dedução de impostos, taxas ou quaisquer outros valores.

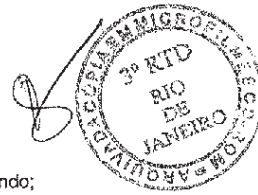
CAPÍTULO VINTE – DOS ENCARGOS DO FUNDO

20.01 - Constituem encargos do Fundo, além da taxa de administração de que trata o Capítulo Vinte e Quatro deste Regulamento, as seguintes despesas:

- (i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais, ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos ou obrigações do Fundo;
- (ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (iv) honorários e despesas com auditores encarregados do exame das demonstrações financeiras e contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação do Administrador;
- (v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas realizadas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- (vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral de Quotistas;



46



- (viii) taxas de custódia de ativos integrantes da Carteira do Fundo;
- (ix) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha as suas Quotas admitidas à negociação;
- (x) despesas com a contratação de Agência de Classificação de Risco; e
- (xi) despesas com eventual profissional contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas.

20.02. - As despesas decorrentes de serviços de consultoria para seleção de Ativos Financeiros, aquelas decorrentes da delegação de poderes para a gestão da Carteira do Fundo, bem como quaisquer outras não previstas neste Regulamento como encargos do Fundo correrão por conta do Administrador.

20.03. - O pagamento das despesas de que trata o item acima pode ser efetuado diretamente pelo Fundo à pessoa contratada, desde que os correspondentes valores sejam computados para efeito da taxa de administração cobrada pelo Administrador.

20.04. - O Fundo não cobrará taxa de ingresso ou taxa de saída dos Quotistas.

CAPÍTULO VINTE E UM – DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

21.01. - O Fundo terá escrituração contábil própria, destacada da relativa ao Administrador.

21.02. - O exercício social do Fundo será do ano civil, com encerramento em 31 de dezembro de cada ano.

21.03. - O Fundo estará sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações financeiras determinadas pela CVM.

21.04. - As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

CAPÍTULO VINTE E DOIS – DOS FATORES DE RISCO

22.01. - Todo investidor interessado em adquirir Quotas do Fundo deve, antes de tomar qualquer decisão de investimento no Fundo, considerar os fatores de risco descritos neste Capítulo.

22.02. - Quanto aos riscos associados ao investimento no Fundo, destacam-se os seguintes:





- (a) **NÃO EXISTÊNCIA DE SEGURO DA PERFORMANCE DA CEDENTE.** Nos termos do Contrato de Cessão, os Direitos de Crédito cedidos e entregues ao Fundo são Direitos de Crédito futuros, a serem originados pela Cedente na consecução de seu objeto social. Não há contratação de seguro, pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, pela Cedente, ou por suas respectivas Partes Relacionadas, que garanta a entrega de Direitos de Crédito, no caso de a Cedente interromper, por qualquer motivo, a entrega de energia elétrica às Distribuidoras Cedidas e/ou a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica e, conseqüentemente, a geração de Direitos de Crédito. O Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos de Crédito sejam entregues pela Cedente e devidamente pagos pelas Distribuidoras Cedidas e/ou Usuários da Rede Básica, conforme o caso, não havendo garantia de que as amortizações e o resgate ocorrerão integralmente nas datas programadas. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante ou pela Cedente, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.
- (b) **Modalidade de investimento recente e sofisticada.** O Fundo se enquadra em modalidade de investimento recentemente instituída em nosso País. Os potenciais investidores devem avaliar minuciosamente suas peculiaridades, tais como riscos de liquidez dos Direitos de Crédito, eventos de amortização das Quotas e de liquidação do Fundo, dentre outros. Estas peculiaridades podem eventualmente trazer conseqüências negativas ao patrimônio do Fundo, ou podem tornar o investimento ilíquido. A necessidade de avaliação criteriosa por parte do investidor é decorrente igualmente da sofisticação e complexidade inerente a uma operação de securitização, tal como a concretizada por meio do Fundo.
- (c) **Limitação de ativos do Fundo.** A única fonte de recursos do Fundo para efetuar o pagamento das amortizações e/ou resgate das Quotas é a liquidação (i) dos Direitos de Crédito pelas Distribuidoras Cedidas e/ou pelos Usuários da Rede Básica; e (ii) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento desses recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Quotas.
- (d) **Amortização e resgate condicionado das Quotas.** O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos de Crédito e aos Ativos Financeiros que compõem o seu patrimônio líquido e aos mercados em que eles são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de o Administrador alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos de Crédito, devido à inexistência de mercado secundário ativo e

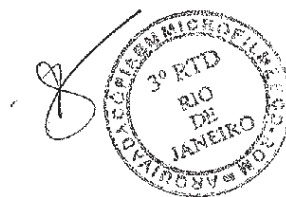




organizado para a negociação deste tipo de ativo. Considerando-se que o Fundo somente procederá às amortizações e/ou ao resgate das Quotas na medida em que (i) os Direitos de Crédito sejam pagos pelas Distribuidoras Cedidas e/ou Usuários da Rede Básica, conforme o caso; e/ou (ii) os Ativos Financeiros sejam devidamente liquidados pelas respectivas contrapartes, tanto o Administrador, como o Custodiante, encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas ou mesmo antecipadamente na hipótese de um Evento de Liquidação, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, pela Cedente, ou por quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

- (e) **Risco de mercado e fatores macroeconômicos.** A ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas, poderão causar oscilações nos valores dos Ativos Financeiros que compõem a carteira do Fundo e resultar em perda, pelos Quotistas, do valor de principal de suas aplicações. Não será devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza, caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante do risco aqui descrito.
- (f) **Inexistência de rendimento predeterminado.** O valor unitário das Quotas Seniores será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos neste Regulamento. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do patrimônio líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores na hipótese de amortização e/ou resgate de suas respectivas Quotas, e não representa nem deverá ser considerada, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Administrador, do Custodiante, ou da Cedente em assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do patrimônio líquido, os titulares das Quotas Seniores não farão jus, em qualquer circunstância, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor das mesmas na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para esta classe de Quotas.
- (g) **Risco de descontinuidade e possibilidade de resgate ou amortização antecipada das Quotas.** O Fundo poderá resgatar antecipadamente as Quotas nas hipóteses previstas no Capítulo Dezoito deste Regulamento. Deste modo, os Quotistas poderão não receber a rentabilidade esperada e, ainda que consigam recuperar o capital investido no Fundo, terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os

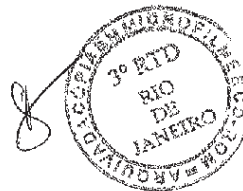




recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo o Administrador, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

- (h) **Risco de liquidez do mercado secundário brasileiro de valores mobiliários.** O mercado secundário existente no Brasil para negociação de valores mobiliários em geral, e de quotas de fundos de investimento em Direitos de Crédito especificamente, apresenta atualmente baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Quotas que possibilite aos Quotistas sua alienação caso assim decidam. Adicionalmente, em razão da não existência de um mercado secundário ativo e organizado para negociação dos Direitos de Crédito, os Quotistas devem possuir condição financeira para manter até o vencimento os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros na hipótese de liquidação antecipada do Fundo. Dessa forma, os Quotistas podem ter dificuldade em realizar a venda das Quotas no mercado secundário, sendo que o Fundo, o Administrador, a Cedente e o Custodiante não estão obrigados a adquirir qualquer quantidade de Quotas dos Quotistas que manifestarem intenção de resgatar os valores por eles investidos no Fundo.
- (i) **Risco decorrente da precificação dos ativos.** Os Ativos Financeiros estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços dos Ativos Financeiros poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Ativos Financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional. A precificação dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários, instrumentos derivativos e demais operações estabelecidos na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações nos valores dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução no valor das Quotas do Fundo.
- (j) **Risco de descasamento.** O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras preponderantemente em Direitos de Crédito e nos Ativos Financeiros. Considerando-se que o valor das Quotas Seniores será atualizado na forma estabelecida no item 10.17. deste Regulamento, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros e (ii) das Quotas Seniores. O Fundo poderá sofrer perdas em razão de tais descasamentos, não sendo a Cedente, o Administrador e o





Custodiante responsáveis por quaisquer perdas que venham a ser impostas aos Quotistas, em razão dos descasamentos de que trata este subitem.

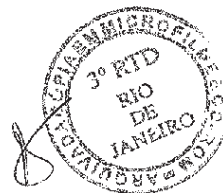
- (k) **Risco Proveniente do Uso de Derivativos.** A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu patrimônio líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas.
- (l) **Do Risco da Originação dos Direitos de Crédito por um Único Cedente.** A totalidade dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão é originada pela Cedente. Além do Fundo, a Cedente está obrigada a ceder direitos de crédito ao FIDC CEEE. Caso a Cedente não seja capaz de gerar direitos de crédito em volume suficiente para suprir o FIDC CEEE e o Fundo, o Fundo e, consequentemente seus Quotistas poderão sofrer perdas significativas.
- (m) **Do Risco da Concentração da Carteira.** Tendo em vista que, de acordo com os Critérios de Elegibilidade, os recursos do Fundo poderão ser alocados para adquirir Direitos de Crédito contra poucas Distribuidoras Cedidas e/ou os Usuários da Rede Básica, o Fundo está sujeito ao risco de concentração nas referidas Distribuidoras Cedidas e/ou os Usuários da Rede Básica. Caso uma das Distribuidoras Cedidas e/ou os Usuários da Rede Básica deixe de cumprir com as suas obrigações referentes a Direitos de Crédito cedidos ao Fundo e os Direitos de Crédito contra tal Distribuidoras Cedidas e/ou os Usuários da Rede Básica representarem percentual significativo da Carteira do Fundo, os resultados do Fundo poderão ser afetados negativamente.
- (n) **Do Risco de Concentração dos Ativos Financeiros.** Nos termos da política de investimentos descrita neste Regulamento, até 100% (cem por cento) da parcela do patrimônio líquido do Fundo alocada em Ativos Financeiros poderá ser representada por Ativos Financeiros de emissão e/ou coobrigação de um mesmo emissor, sujeitando o Fundo a riscos relacionados ao referido emissor e a eventos que o Fundo e o Administrador não controlam.

22.03. Quanto aos riscos associados aos Direitos de Crédito destacam-se os seguintes:

- (a) **Subordinação do Fundo ao FIDC CEEE.** Conforme descrito acima, o Fundo adquire Direitos de Crédito dos CCEAR e Direitos de Crédito dos Contratos de Transmissão, excetuados os créditos objeto de (i) cessão incondicionada ao FIDC CEEE e (ii) cessão sob condição suspensiva que venham a ser entregues ao FIDC CEEE em decorrência da verificação de qualquer condição suspensiva, nos termos da Cláusula Onze do Contrato de Cessão do FIDC CEEE. Dessa forma, ainda que já tenha



51



efetuado o pagamento do preço de aquisição à Cedente, o Fundo somente receberá Direitos de Crédito após o recebimento pelo FIDC CEEE dos Direitos de Crédito FIDC CEEE. Dessa forma, na hipótese de verificação de uma condição suspensiva, com a consequente liquidação, do FIDC CEEE, antecipada, a entrega de Direitos de Crédito ao Fundo poderá ser reduzida, atrasada ou suspensa, até o pagamento integral dos valores devidos aos Quotistas Seniores do FIDC CEEE.

- (b) **Cessão Parcial dos Direitos de Crédito dos Contratos de Transmissão.** O Contrato de Cessão prevê a cessão ao Fundo de parcela equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) dos direitos de crédito oriundos da prestação futura de serviços de transmissão de energia elétrica pela Cedente aos Usuários da Rede Básica, nos termos do CPST e dos CUST existentes ou que venham a ser celebrados pelo ONS com os Usuários da Rede Básica. Por tratar-se de cessão parcial de direitos de crédito, não há como assegurar que não haverá dificuldades operacionais no futuro com relação à identificação de quais 25% de Faturas Mensais são ou não de titularidade do Fundo.
- (c) **Risco de liquidez e inexistência de mercado secundário para os Direitos de Crédito.** Em razão da não existência de um mercado secundário ativo e organizado para negociação dos Direitos de Crédito, e da consequente falta de liquidez dos Direitos de Crédito, os Quotistas Seniores devem possuir condição financeira para levar ao vencimento os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros na hipótese de liquidação antecipada do Fundo.
- (d) **Risco de Crédito das Distribuidoras Cedidas e Usuários da Rede Básica, em virtude da não existência de co-obrigação ou garantia da Cedente pela solvência das Distribuidoras Cedidas e dos Usuários da Rede Básica e/ou insuficiência dos mecanismos de garantia do Fundo.** A Cedente somente responde pela originação e formalização dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, não assumindo qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou pela solvência das Distribuidoras Cedidas e Usuários da Rede Básica. Ademais, os mecanismos de garantia de que dispõe o Fundo (tais como a Reserva de Amortização, a Razão de Garantia, o Índice de Cobertura e os instrumentos de Garantia vinculados aos Direitos de Crédito cedidos) podem não ser suficientes para que o Fundo proceda às amortizações e/ou resgate das Quotas integral e/ou tempestivamente. Desta forma, o Fundo poderá sofrer o impacto do inadimplemento das Distribuidoras Cedidas e/ou dos Usuários da Rede Básica, cujos mercados de energia elétrica apresentam diferentes níveis de demanda. O Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos de Crédito sejam entregues pela Cedente e devidamente pagos pelas Distribuidoras Cedidas e pelos Usuários da Rede Básica, conforme o caso, não havendo garantia de que as amortizações e o resgate ocorrerão integralmente nas datas programadas. Nessas hipóteses, não será





devido pelo Fundo, pelo Administrador ou pelo Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

- (e) **Redução e Cessão do Volume de Energia Elétrica contratada pelas Distribuidoras Cedidas.** Os CCEAR Cedidos cujos Direitos de Crédito foram cedidos ao Fundo contêm dispositivo contratual que permite às Distribuidoras Cedidas reduzirem a energia elétrica contratada da Cedente nas hipóteses de (i) exercício da opção, por determinados consumidores, denominados consumidores potencialmente livres (aqueles cuja demanda é igual ou maior que 3 MW em níveis de tensão iguais ou superiores a 69 kV ou, no caso de novos consumidores que entraram no mercado a partir de julho de 1995, aqueles cuja demanda é igual ou superior a 3 MW em qualquer nível de tensão) de escolha de novo fornecedor de energia elétrica; (ii) variações de mercado da respectiva Distribuidora Cedida, limitado à redução de 4% (quatro por cento) da energia elétrica contratada por ano; ou (iii) em razão de acréscimos na aquisição de energia elétrica por parte das Distribuidoras Cedidas decorrentes de contratos celebrados até 16 de março de 2004, observado o disposto na Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico. A redução da energia contratada deve ser precedida de mecanismo de compensação de sobras e déficits de energia no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, por meio do qual as Distribuidoras Cedidas poderão ceder a parcela da energia contratada que sofreu redução. Adicionalmente, os CCEAR Cedidos têm um mecanismo contratual, chamado sazonalização, que permite às Distribuidoras Cedidas determinar os montantes mensais de energia a ser consumida durante o ano numa variação de 15% (quinze por cento). Assim, caso a energia elétrica contratada no âmbito dos CCEAR Cedidos seja reduzida por uma ou mais Distribuidoras Cedidas, poderá haver uma redução de Direitos de Crédito a serem entregues ao Fundo, o que poderá comprometer a capacidade de pagamento do Fundo. Nesses casos, o Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos de Crédito sejam devidamente pagos pelas Distribuidoras Cedidas em montante suficiente para tanto, não havendo garantia de que as amortizações e o resgate ocorrerão integralmente nas datas programadas. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.
- (f) **Necessidade de Aporte de recursos para proceder à cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros.** O Fundo somente poderá adotar e/ou manter os procedimentos judiciais ou extrajudiciais de cobrança dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros, uma vez ultrapassado o limite de seu patrimônio líquido, caso os Quotistas Seniores adiantem os valores necessários para a sua adoção e/ou manutenção. Dessa forma, havendo necessidade de cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros, os Quotistas poderão ser solicitados a aportar recursos ao Fundo, na forma prevista no Capítulo Dezenove, para assegurar a adoção e manutenção

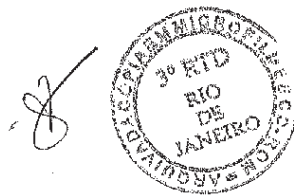




das medidas cabíveis para a salvaguarda de seus interesses. Caso quaisquer dos Quotistas não aportem os recursos suficientes para tanto, o Administrador não será responsável por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e por seus Quotistas em decorrência da não propositura ou manutenção de medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à cobrança dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros ou à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas.

- (g) **Regularidade dos Direitos de Crédito.** O Custodiante realizou a verificação periódica dos Direitos de Crédito com base em análise dos documentos que constituem o lastro dos Direitos de Crédito, e continuará a fazê-lo trimestralmente com relação aos novos Usuários da rede Básica que venham a ser inseridos na lista de que trata o Anexo II ao presente. Mesmo após a realização dessa auditoria, a carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito.
- (h) **Riscos Operacionais** O envio das Faturas Mensais pela Cedente, o recebimento, pelo Agente de Recebimento, do pagamento dos Direitos de Crédito, a transferência dos Direitos de Crédito objeto da Cessão Incondicionada para o Fundo, a troca de informações a respeito da caracterização da inadimplência das Distribuidoras Cedidas e/ou dos Usuários da Rede Básica, dentre outras rotinas e procedimentos estabelecidos no Contrato de Cessão e no Regulamento, estão sujeitos a falhas operacionais nos mecanismos de comunicação entre a Cedente, o Custodiante, o Agente de Recebimento e o Administrador.
- (i) **Manutenção dos Documentos Comprobatórios pela Cedente.** A Cedente será a responsável pela guarda dos Documentos Comprobatórios, na qualidade de fiel depositária, nos termos do Contrato de Cessão. A guarda desses documentos pela Cedente pode representar uma limitação em uma eventual necessidade do Fundo ter que realizar a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito, caso estes não sejam pagos pontualmente pelas Distribuidoras Cedidas e/ou pelos Usuários da Rede Básica.
- (j) **Inexistência de jurisprudência consolidada acerca da validade da Cessão sob Condição Suspensiva dos Direitos Creditórios em caso de insolvência da Cedente.** A Cedente é uma sociedade de economia mista e não está sujeita à Lei nº. 11.101/05 ("Nova Lei de Falências"), nos termos de seu artigo 2º, inciso II. Não obstante esse fato, caso a Nova Lei de Falências venha, no futuro, a ser aplicada às sociedades de economia mista, o §1º do artigo 136 da Nova Lei de Falências estabelece que, na hipótese de securitização de créditos do devedor, não será declarada a ineficácia ou revogado o ato de cessão em prejuízo dos direitos dos titulares de valores mobiliários neles lastreados. Segundo a opinião dos assessores legais da Cedente e das Instituições Intermediárias, manifestada em



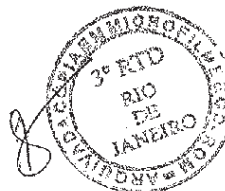


pareceres escritos, tal regra se aplicaria aos Direitos Creditórios a serem cedidos ao Fundo. Contudo, como a cessão dos créditos ao Fundo tem por objeto recebíveis não performados, relativos à contraprestação por fornecimento de energia ainda não efetuado, e considerando, ademais, que não há jurisprudência sobre a aplicação da referida norma legal, os Quotistas devem analisar o risco de eventual contencioso judicial sobre a aplicação da referida norma aos recebíveis objeto de Cessão sob Condição Suspensiva ao Fundo.

22.04. Quanto aos riscos associados à Cedente e ao setor em que atua, que podem afetar a originação e a entrega dos Direitos de Crédito ao Fundo, destacam-se, de forma não taxativa:

- (a) **Término Antecipado da Concessão.** No caso do término antecipado do Contrato de Concessão, foi considerado que o Fundo poderá manter o direito ao recebimento do produto da cobrança dos Direitos de Crédito. No entanto, a ANEEL, ao se manifestar sobre a questão, apresentou comentários nos quais reproduz o parágrafo 6º, do Artigo 38, da Lei de Concessões, que dispõe que, declarada a caducidade da concessão, não resultará para o Poder Concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou empregados da respectiva concessionária. Portanto, não há como garantir que, ocorrido o término antecipado da concessão da Cedente, o Fundo receberá o pagamento dos Direitos de Crédito.
- (b) **Vinculação de direitos de crédito como garantia de obrigações assumidas pela Cedente.** Alguns dos contratos financeiros celebrados pela Cedente são garantidos por mecanismo de vinculação de receitas, que consiste na vinculação das receitas auferidas pela Cedente ao pagamento da dívida objeto do contrato. Tal mecanismo é operacionalizado por meio da outorga de procuração a uma instituição financeira por meio da qual a Cedente confere poderes à referida instituição para, em caso de não pagamento pela Cedente dos valores devidos nos termos dos referidos contratos, acessar as contas da Cedente, transferindo os recursos nelas disponíveis para o credor respectivo, até o cumprimento total da obrigação devida. Dessa forma, caso a Cedente venha a atrasar ou deixar de pagar qualquer valor devidos aos credores nos termos dos contratos ora referidos, as instituições financeiras que possuem procuração da Cedente, dentre as quais está o Administrador, poderão direcionar o pagamento proveniente de direitos de crédito oriundos da venda de energia elétrica ou da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica para o pagamento de credores, o que poderá afetar a entrega de Direitos de Crédito ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão.
- (c) **A Cedente atua no mercado brasileiro, estando sujeita, portanto, aos efeitos da política econômica do Governo Federal.** Ocasionalmente, o Governo Federal intervém na economia realizando mudanças drásticas e repentinas em suas políticas. Medidas do





Governo Brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária têm envolvido, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, controle de tarifas, controles no consumo de eletricidade, alteração na política fiscal e tributária, dentre outras. Tais medidas podem impactar os negócios da Cedente e/ou das Distribuidoras Cedidas, bem como sua condição financeira, seus resultados operacionais e a originação e entrega dos Direitos de Crédito ao Fundo.

- (d) **A Cedente atua no setor elétrico brasileiro, o qual vem sendo reestruturado pelo Governo Federal. Os efeitos do novo modelo do setor elétrico para as empresas sujeitas às suas regras, como a Cedente, ainda são incertos.** Em 15 de março de 2004, foi promulgada a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico que promoveu profundas modificações na atual estrutura do setor elétrico, dentre as quais (i) a alteração das regras sobre a compra e venda de energia elétrica entre as empresas geradoras de energia e as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica; (ii) novas regras para licitação de empreendimentos de geração; (iii) a criação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; (iv) a criação de novos órgãos setoriais; e (v) a alteração nas competências do Ministério de Minas e Energia e da ANEEL. A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico continua sujeita a regulamentação, e, atualmente, tem sua constitucionalidade contestada perante o Supremo Tribunal Federal, por meio das Ações Diretas de Inconstitucionalidade. Não existe ainda uma decisão sobre este mérito. Na data deste Prospecto, não é possível se prever os eventuais possíveis efeitos adversos da regulamentação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico e do resultado do julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade no setor em que a Cedente atua e no cumprimento das obrigações da Cedente para com as Distribuidoras Cedidas, bem como na originação e entrega dos Direitos de Crédito ao Fundo.
- (e) **A geração de energia elétrica pela Cedente depende de condições hidrológicas favoráveis.** O setor elétrico brasileiro, muito concentrado em geração hidráulica de energia, enfrenta uma restrição natural à sua capacidade de geração. As usinas hidrelétricas não podem gerar energia além da capacidade possibilitada pelos recursos hídricos do País. Chuvas escassas, enchentes ou qualquer outro fator natural podem causar impacto na capacidade geradora da Cedente e das demais empresas geradoras de energia elétrica, aumentando ou reduzindo o nível de seus reservatórios. A limitação à capacidade de geração de energia elétrica pela Cedente poderá ter impacto negativo sobre os seus resultados e condição financeira e no cumprimento das obrigações da Cedente para com as Distribuidoras Cedidas, o que pode comprometer a originação e entrega dos Direitos de Crédito ao Fundo.



56



- (f) **O impacto de uma escassez e/ou racionamento de energia elétrica, como ocorrido em 2001 e 2002, poderá afetar de maneira adversa a geração de energia elétrica pela Cedente.** Em junho de 2001, devido à escassez de energia elétrica no mercado brasileiro, que poderia se agravar durante o período de inverno por falta de chuvas, o Governo Federal implementou um programa de racionamento. As medidas adotadas incluíam a suspensão do fornecimento de energia para fins ornamentais e de propaganda e para realização de eventos esportivos noturnos, regimes especiais de tarifação, o estabelecimento de metas de consumo e multas, além da possibilidade de corte no fornecimento caso os limites estabelecidos não fossem atendidos. Em fevereiro de 2002, o Governo Federal decidiu pelo fim do racionamento de energia elétrica. Com o fim do racionamento, os níveis de consumo de energia elétrica aumentaram, mas não voltaram aos patamares observados antes do racionamento. Adicionalmente, o nível de água dos reservatórios pode abaixar novamente, obrigando o Governo Federal a tomar novas medidas para redução do consumo de energia, que poderiam ter um impacto negativo na economia brasileira. Alguns analistas do setor acreditam que o nível dos investimentos direcionados para o setor de energia elétrica não seja o suficiente para acompanhar o crescimento econômico do Brasil e prevêem a possibilidade de nova crise do setor para o ano de 2007. Caso as projeções de consumo de energia elétrica feitas pelas Distribuidoras Ceditas quando da contratação dos CCEAR Ceditos não se verifiquem corretas ou caso novas medidas de redução de consumo de energia elétrica venham a ser impostas ao setor elétrico, a geração de receita operacional e a capacidade de originação dos Direitos de Crédito da Cedente poderão ser negativamente afetados.
- (g) **A Cedente, na qualidade de concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, está sujeita à regulação e à fiscalização da ANEEL, a qual pode impor sanções em caso de descumprimento dos contratos de concessão ou da Lei de Concessões, e, dependendo da gravidade do descumprimento, a caducidade da respectiva concessão.** A ANEEL pode impor penalidades à Cedente caso esta deixe de cumprir com qualquer disposição da Lei de Concessões. Dependendo da gravidade do descumprimento, as penalidades aplicáveis incluem: (i) advertências; (ii) multas, sendo que cada multa está limitada a, no máximo, 2,0% da receita da Cedente no exercício encerrado imediatamente antes da data da respectiva infração; (iii) embargo à construção de novas instalações e equipamentos; (iv) restrições à operação das instalações e equipamentos existentes; (v) suspensão temporária de participação em processos licitatórios de novas concessões; (vi) intervenção da ANEEL; e (vii) extinção da concessão por caducidade. Ademais, o Poder Concedente detém poderes para extinguir qualquer das concessões da Cedente antes do final de seu prazo, no caso de falência ou liquidação da Cedente, ou por meio de encampação. A Cedente, o Administrador, ou qualquer de suas Partes Relacionadas, não podem garantir que a Cedente não será penalizada pela ANEEL por descumprimentos dos contratos de concessão ou que as concessões de que a Cedente é



57



titular não serão extintas no futuro. A indenização a que a Cedente tem direito na ocorrência de eventual extinção da concessão pode não ser suficiente para recuperar o valor integral de certos ativos. Caso qualquer das concessões da Cedente seja rescindida em virtude de descumprimento das obrigações da Cedente, o valor efetivo de compensação pelo Poder Concedente pode ser reduzido de maneira significativa por meio da imposição de multas ou outras penalidades. Por conseguinte, a imposição de multas ou penalidades à Cedente, ou a extinção de qualquer de suas concessões, pode afetar negativamente a originação e entrega dos Direitos de Crédito ao Fundo.

- (h) **Os equipamentos, instalações e operações da Cedente estão sujeitos à regulamentação ambiental, no âmbito federal, estadual e municipal, que poderá se tornar mais rigorosa no futuro, podendo acarretar aumento de responsabilidade e aumento de despesa de capital.** As atividades e instalações da Cedente estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como a diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. Leis ou regulamentos adicionais mais rigorosos poderão ser aprovados e a aplicação, assim como a interpretação da legislação vigente, poderá tornar-se mais severa. Além disso, os órgãos ambientais poderão fazer exigências adicionais com relação às operações da Cedente, obrigando-a a despendar recursos em investimentos relacionados a questões ambientais, aumentando, assim, as despesas e, conseqüentemente, reduzindo o resultado da Cedente. As penalidades que poderiam ser impostas à Cedente, no âmbito ambiental, podem ser tanto de cunho reparatório quanto indenizatório, não sendo possível mensurar qual seria o exato custo, para a Cedente, no caso de atuação de caráter ambiental. Adicionalmente, eventual impossibilidade de a Cedente operar suas usinas em virtude de atuações ambientais poderá comprometer a originação e a entrega de Direitos de Crédito ao Fundo.
- (i) **Impenhorabilidade de Ativos da Cedente.** Os bens da Cedente essenciais à prestação de serviços de geração e distribuição de energia elétrica não podem ser objeto de penhora ou execução extrajudicial. Assim, em caso de inadimplemento da Cedente com relação às obrigações previstas neste Regulamento e no Contrato de Cessão, esses bens da Cedente não poderão ser utilizados para pagamento ao Fundo e aos quotistas das penalidades pecuniárias e da indenização advindas do inadimplemento.

22.05. Devem ser considerados os seguintes riscos:

- (a) **Propriedade das Quotas e não dos Direitos de Crédito.** Apesar de a Carteira do Fundo ser constituída, predominantemente, pelos Direitos de Crédito, a propriedade das Quotas não confere aos Quotistas propriedade direta sobre os Direitos de Crédito. Os direitos dos Quotistas são exercidos sobre todos os ativos da Carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Quotas possuídas.



58



- (b) **Emissão de Novas Quotas Subordinadas e diluição.** Em determinadas situações previstas neste Regulamento, o Administrador poderá realizar diversas emissões de Novas Quotas Subordinadas sem a emissão de Novas Quotas Seniores, para fins de enquadramento da Razão de Garantia ou os critérios de composição e diversificação da Carteira do Fundo. Por conta desse fato, o patrimônio líquido do Fundo poderá vir a ser representado por uma quantidade maior de Quotas Subordinadas do que Quotas Seniores. Nesta hipótese, poderá haver uma diluição dos quotistas titulares de Quotas Seniores no patrimônio do Fundo.
- (c) **Ausência de Garantia.** As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia da Cedente, do Administrador, do Custodiante ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer perda total do capital investido pelos Quotistas.

CAPÍTULO VINTE E TRÊS – DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO

Da Administração do Fundo

23.01. - O Fundo será administrado e terá sua carteira gerida pela UBS PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, 501, 5º Andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 59.281.253/0001-23 ("Administrador"), neste ato representado na forma do seu Estatuto Social, devidamente autorizada a administrar fundos de investimento pela CVM.

23.02. - Observadas a regulamentação em vigor e as limitações deste Regulamento, o Administrador tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos direitos de crédito, demais ativos financeiros e modalidades operacionais que integrem a Carteira do Fundo.

23.03. - O Administrador, por meio de carta com aviso de recebimento, sempre com aviso prévio de 30 (trinta) dias endereçado a cada Quotista, pode renunciar à administração e/ou à gestão do Fundo, desde que o Administrador convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral de Quotistas para decidir sobre a sua substituição ou sobre a liquidação antecipada do Fundo, devendo ser observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Onze acima.

23.03.01 - Na hipótese de o Administrador renunciar às suas funções e a Assembleia Geral de Quotistas de que trata o item acima (i) não nomear instituição administradora habilitada para substituir o Administrador ou (ii) não obtiver quorum suficiente, observado o disposto no Capítulo Onze acima, para deliberar sobre a substituição do Administrador ou a



59



liquidação do Fundo, o Administrador procederá à liquidação automática do Fundo, no prazo máximo de 40 (quarenta) dias, observado, se for o caso, o disposto no Capítulo Treze acima.

23.03.02. - Na hipótese de renúncia do Administrador e nomeação de nova instituição administradora em Assembleia Geral de Quotistas, o Administrador continuará obrigado a prestar os serviços de administração e gestão do Fundo até que a nova instituição administradora venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Quotistas.

23.03.03. - Caso a nova instituição administradora nomeada nos termos do subitem 23.03.02. acima não substitua o Administrador dentro do prazo de 30 (trinta) dias corridos mencionado acima, o Administrador procederá à liquidação automática do Fundo até o 40º (quadragésimo) dia corrido contado da data de realização da Assembleia Geral de Quotistas que nomear a nova instituição administradora, devendo ser observado, se for o caso, o disposto no Capítulo Treze acima.

Da Custódia e Controladoria do Fundo

23.04. - Para a prestação dos serviços (i) de escrituração das Quotas do Fundo e (ii) de custódia e controle dos ativos integrantes da Carteira do Fundo, de forma a cumprir com o artigo 38 da Instrução CVM nº. 356/2001, o Fundo contratou o DEUTSCHE BANK S.A. - BANCO ALEMÃO, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Alexandre Dumas, nº. 2.200, 1º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 62.331.228/0001-11, (o "Custodiante").

23.05. O Custodiante prestará os serviços (i) de escrituração das Quotas do Fundo e (ii) de custódia e controle dos ativos integrantes da Carteira do Fundo, de forma a cumprir com o artigo 38 da Instrução CVM nº. 356/2001 nos termos do Contrato de Custódia.

Do Agente de Recebimento

23.06. Para a prestação de serviços de agente de recebimento, o Fundo e a Cedente contrataram o agente de recebimento do FIDC CEEE, o BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Capitão Montanha, nº. 177, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 92.702.067/0001-98, que ficará responsável pelo recebimento dos Direitos de Crédito e repasse do produto destes ao Fundo ("Agente de Recebimento").



60



CAPÍTULO VINTE E QUATRO – DA REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR

24.01. – O Administrador é responsável pela administração e gestão da carteira do Fundo, atividades pelas quais receberá taxa de administração mensal, que deverá ser paga até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao dos serviços prestados.

24.01.01. A taxa de administração devida mensalmente ao Administrador será apurada conforme a seguinte fórmula:

$$TA = \left(X \times \frac{1}{252} \times PL_{(D-1)} \right), \text{ onde,}$$

TA = Taxa de Administração, calculada todo dia útil;

X = percentual anual fixo, correspondente a 0,30% (trinta centésimos por cento); e

$PL_{(D-1)}$ = PL do Fundo no dia útil anterior à data do cálculo.

24.01.02. O Administrador não receberá taxa de desempenho, taxa de ingresso e/ou saída.

24.01.03 - A remuneração acima não inclui as despesas previstas no Capítulo Dezenove acima, a serem debitadas do Fundo pelo Administrador.

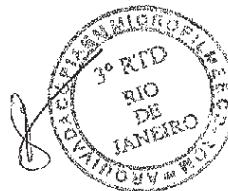
24.01.04 – O Administrador pode estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração acima fixada.

CAPÍTULO VINTE E CINCO – DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

25.01. - O Administrador divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir aos Quotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influenciar as decisões dos Quotistas quanto à permanência no mesmo ou, no caso de potenciais investidores, quanto à aquisição de Quotas do Fundo.

25.02. - Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao Fundo, considera-se fato relevante a alteração da classificação de risco das Quotas Seniores do Fundo.





25.03. - A divulgação de informações de que trata o item 25.01. acima será feita no jornal utilizado para veicular as informações relativas ao Fundo, devendo todos os documentos e informações correspondentes ser remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação. Tal divulgação será feita sempre no mesmo periódico e qualquer alteração deverá ser precedida de aviso aos Quotistas.

25.04. - O Administrador colocará à disposição dos Quotistas, em sua sede e nas instituições que coloquem Quotas do Fundo, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, as seguintes informações, além de outras exigidas nos termos deste Regulamento e da regulamentação aplicável: (i) o número de Quotas de propriedade de cada Quotista e o respectivo valor; (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referirem; e (iii) dados acerca do comportamento da Carteira, abrangendo discussão quanto ao desempenho obtido e o esperado.

25.05. - O Administrador deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de quaisquer interessados que as solicitarem em sua sede social, observados os seguintes prazos máximos:

- (i) 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- (ii) 60 (sessenta) dias após o encerramento do exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

CAPÍTULO VINTE E SEIS – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.01. A utilização da denominação “CEEE III-GT” na denominação do Fundo é baseada exclusivamente na origem dos Direitos de Crédito que poderão compor a Carteira, conforme estabelecido nas Cláusulas Três e Quatro acima, e não na participação e/ou na assunção de responsabilidade pela Cedente e/ou por seus controladores pelas operações do Fundo. A aquisição, pela Cedente, de Quotas Subordinadas do Fundo, nos termos e condições descritos no Compromisso de Subscrição e/ou as obrigações assumidas pela Cedente nos termos do Contrato de Cessão, Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores, Contrato de Depósito e Contrato de Custódia (conforme definidos neste Regulamento) não representam responsabilidade da Cedente e/ou de seus controladores pelas operações do Fundo e/ou, ainda, garantia de rentabilidade para os titulares de Quotas do Fundo.

26.02. - Para fins do disposto neste Regulamento, considera-se o correio eletrônico como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre o Administrador, o Custodiante, a Cedente e os Quotistas.



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
2º OFÍCIO

16 DEZ 88

887504

ARQUIVADA COPIA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

26.02.01. A divulgação de informações do Fundo será feita no jornal "Monitor Mercantil" da cidade do Rio de Janeiro.

26.03. - Para efeitos do disposto neste Regulamento, entende-se por dia útil qualquer dia que não seja sábado, domingo ou dia declarado como feriados de âmbito nacional ou ainda dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Caso as datas em que venham a ocorrer eventos nos termos deste Regulamento não forem dia útil, conforme definição deste item, considerar-se-á como a data do referido evento o dia útil imediatamente seguinte.

26.04. - Para maiores informações sobre a Cedente e os Direitos de Crédito, Prospecto do Fundo ("Prospecto"), que descreve as atividades da Cedente, bem como os principais procedimentos envolvendo a origem, formalização e cobrança dos Direitos de Crédito que podem ser integrantes da Carteira do Fundo.

26.05. - Fica eleito o Foro da Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, para dirimir e resolver todas as questões e dúvidas oriundas do presente Regulamento e que envolvam o Fundo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Márcia do Prado Figueiras
Procuradora

UBS PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM
- Instituição Administradora -



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
2º OFÍCIO

18 DEZ 2004 887504

ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

Anexo I ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE III-GT

Listagem das Distribuidoras Cedidas e Respetivos CCEAR Cedidos (acompanhados dos respectivos instrumentos de garantia)

I. CCEAR Cedidos – Produto 2006/2013

1. Distribuidora:	Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina – Cataguazes	
Dados do CCEAR:	Nº. 358/2004 8613S	
Assinatura:	17/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%	Carta de fiança emitida pelo Banco BVA S.A. ("Banco BVA") em 20 de dezembro de 2005.
	Conta Centralizadora	Valor da fiança: R\$ 3.870,64.
	Cooperativa de Crédito de Muriaé - CRIDMUR	Vigência: 20 de dezembro de 2005 a 20 de dezembro de 2006.
	Agência 0314-6	
	C/C 105-4	
	Conta Especial	
	Banco Bradesco S.A. ("Bradesco")	
	Agência 0895-8	
	C/C 76.202-4	
	Despacho ANEEL nº 1.096 de 30 de Agosto de 2005.	

2. Distribuidora:	S.A. de Eletrificação da Paraíba – SAELPA	
Dados do CCEAR:	Nº. 374/2004 8628S	
Assinatura:	15/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
3º OFÍCIO

18 DEZ 2004 887504

ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

	<p>CCG -- Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%</p> <p><u>Contas Centralizadoras</u></p> <p>Caixa Econômica Federal Agência 0037-3, C/C 2.011-3</p> <p>Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil") Agência 4362-1 C/C 2.447-3</p> <p><u>Conta Especial</u></p> <p>Banco Bradesco Agência 0895-8 C/C 76.168-0</p> <p>[Pendente Ofício ou Despacho Aneel]</p>	<p>Carta de fiança emitida pelo Banco BVA em 20 de dezembro de 2005.</p> <p>Valor da fiança: R\$ 24.446,18.</p> <p>Vigência: 20 de dezembro de 2005 a 20 de dezembro de 2006.</p>
--	---	---

3. Distribuidora:	Companhia Piratininga de Força e Luz S/A -- CPFL Piratininga	
Dados do CCEAR:	Nº. 373/2004 8627S	
Assinatura:	20/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
2º OFÍCIO

18 DEZ 2004 887504

ARQUIVADA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

	<p>CCG -- Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%</p> <p><u>Conta Centralizadora</u></p> <p>Banco Bradesco Agência 0895-8, C/C 76.189-3</p> <p><u>Conta Especial</u></p> <p>Banco Bradesco Agência 0895-8 C/C 76.191-5</p> <p>Despacho ANEEL nº 1.225 de 16 de setembro de 2005.</p>	<p>Carta de fiança emitida pelo Banco Alfa de Investimento S.A. ("Banco Alfa") em 29 de agosto de 2005.</p> <p>Valor da fiança: R\$ 12.834,24.</p> <p>Vigência: 01 de janeiro de 2006 a 31 de outubro de 2006.</p>
--	---	--

4. Distribuidora:	Companhia Paulista de Força e Luz S/A - CPFL Paulista	
Dados do CGEAR:	Nº. 364/2004 86185	
Assinatura:	20/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	<p>CCG -- Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%</p> <p><u>Conta Centralizadora</u></p> <p>Banco Bradesco Agência 0895-8 C/C 76.186-9</p> <p><u>Conta Especial</u></p> <p>Banco Bradesco Agência 0895-8 C/C 76.188-5</p> <p>Despacho ANEEL nº 1.184 de 9 de setembro de 2005.</p>	<p>Carta de fiança emitida pelo Banco Alfa em 29 de agosto de 2005.</p> <p>Valor da fiança: R\$ 40.743,63.</p> <p>Vigência: 01 de janeiro de 2006 a 30 de abril de 2007.</p>



68

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
3º OFÍCIO

16 DEZ 2004 867504

ARQUIVADA Cópia em microfilme
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

5. Distribuidora:	Companhia Energética do Ceará – COELCE	
Dados do CCEAR:	Nº. 361/2004 8615S	
Assinatura:	17/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%	CDB emitido pelo BEC no valor de R\$ 2.981.962,17 em favor de diversas empresas, cabendo especificamente a Cedente a quantia de R\$69.974,14.
	Contas Centralizadoras	
	Banco do Estado do Ceará - BEC Agência 084, C/C 730.100-6	
	Conta Especial	
	Banco do Estado do Ceará - BEC Agência 084, C/C 730.126-0	
	Despacho ANEEL nº 1.093 de 29 de agosto de 2005.	

6. Distribuidora:	COPEL Distribuição S.A. – COPEL	
Dados do CCEAR:	Nº. 362/2004 8616S	
Assinatura:	22/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar



67

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

2º OFÍCIO

18 DEZ 2005 887504

ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%	CDB emitido pelo Banco do Brasil em 26 de agosto de 2005, no valor de R\$87.000,00 em favor da Cedente, com vencimento estipulado para 08 de agosto de 2008.
	<u>Conta Centralizadora</u>	
	Banco do Brasil Agência Corporate 3306-5 C/C 11.500-2	
	<u>Conta Especial</u>	
	Banco do Brasil Agência 3306-5 C/C 11.500-2	
	Despacho ANEEL nº 1.617 de 20 de outubro de 2005	

7. Distribuidora:	Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN	
Dados do CCEAR:	Nº. 363/2004 8617S	
Assinatura:	23/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	Carta de fiança emitida pelo Banco do Brasil S.A. em 17 de outubro de 2005. Valor da fiança: R\$ 36.145,49. Vigência: 01 de janeiro de 2006 a 31 de dezembro de 2006.	

8. Distribuidora:	Companhia Luz e Força Santa Cruz – CLFSC	
Dados do CCEAR:	Nº. 375/2004 8629S	
Assinatura:	21/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
2º OFÍCIO

18 DEZ 2004 887504

ARQUIVADA COPIA EM MICROFILME

01 DE JANEIRO DE 2006

	Carta de fiança emitida pelo Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. em 18 de agosto de 2005. Valor da fiança: R\$ 29.946,56. Vigência: 01 de janeiro de 2006 a 01 de janeiro de 2007.
--	--

9. Distribuidora:	Companhia Nacional de Energia Elétrica – CNEE	
Dados do CCEAR:	Nº. 372/2004 8626S	
Assinatura:	22/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%	
	<u>Conta Centralizadora</u>	
	Banco Bradesco Agência 0895-8 C/C 76.159-1	
	<u>Conta Especial</u>	
	Banco Bradesco Agência 0895-8 C/C 76.161-3	
	Despacho ANEEL nº 1.133 de 05 de setembro de 2005.	

10. Distribuidora:	Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG	
Dados do CCEAR:	Nº. 357/2004 8611S	
Assinatura:	23/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
20 OF/CIO

18 DEZ 2004 887504

ARQUIVADA EM MICROFILME

	CCG - Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%	CAPITAL - RJ
	<u>Conta Centralizadora</u>	
	Banco Bradesco Agência 0895-8 C/C 76.229-6	
	<u>Conta Especial</u>	
	Banco Bradesco Agência 0895-8 C/C 76.232-6	
	Despacho ANEEL nº 1.415 de 4 de outubro de 2005.	

11. Distribuidora:	Bandeirante Energia S.A. - Bandeirante	
Dados do CCEAR:	Nº 343/2004 8597S	
Assinatura:	16/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG - Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%	Carta de fiança emitida pelo Banco do Brasil em 02 de setembro de 2005.
	<u>Conta Centralizadora</u>	Valor da fiança: R\$ 68.408,55.
	Banco do Brasil Agência 1893-7 C/C 2600-X	Vigência: 01 de janeiro de 2006 a 31 de dezembro de 2006.
	<u>Conta Especial</u>	
	Banco do Brasil Agência 1893-7 C/C 2601-8	
	Despacho ANEEL nº 1.183 de 9 de setembro de 2005.	



70

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
2º OFÍCIO

18 DEZ 2004 887504

ARQUIVADA COPIA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

12. Distribuidora:	Companhia Energética de Pernambuco – CELPE	
Dados do CCEAR:	Nº. 353/2004 8607S	
Assinatura:	17/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
		Carta de fiança emitida pelo Banco do Brasil em 17 de outubro de 2005. Valor da fiança: R\$ 77.087,36. Vigência: 01 de janeiro de 2006 a 31 de dezembro de 2006.

13. Distribuidora:	Companhia Energética do Piauí – CEPISA	
Dados do CCEAR:	Nº. 358/2004 8612S	
Assinatura:	15/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Conta Centralizadora Banco do Brasil S.A. Agência 3791-5 C/C 15.665-5 Ofício nº 2362/2004-SFF/ANEEL	

14. Distribuidora:	Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL	
Dados do CCEAR:	Nº. 369/2004 8623S	
Assinatura:	16/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar



71

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
2º OFÍCIO

18 DEZ 2004 887504

ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

	CCG - Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%	
	Conta Centralizadora	
	Banco Bradesco Agência 0895-8 C/C 76.121-4	
	Despacho ANEEL nº 1.623 de 20 de outubro de 2005.	

15. Distribuidora:	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA	
Dados do CCEAR:	Nº. 360/2004 8614S	
Assinatura:	17/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
		Carta de fiança emitida pelo Banco do Brasil em 17 de outubro de 2005. Valor da fiança: R\$ 89.278,77. Vigência: 01 de janeiro de 2006 a 31 de dezembro de 2006.

16. Distribuidora:	Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA	
Dados do CCEAR:	Nº. 370/2004 8624S	
Assinatura:	16/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

2º OFÍCIO

18 DEZ 2005 887504

ARQUIVADA COPIA EM MICROFILME

	<p>CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%</p> <p><u>Conta Centralizadora</u></p> <p>Banco Bradesco Agência 0895-8 C/C 76.118-4</p> <p><u>Conta Especial</u></p> <p>Banco Bradesco Agência 0895-8 C/C 76.120-6</p> <p>Despacho ANEEL nº 1.181 de 9 de setembro de 2005.</p>
--	--

17. Distribuidora:	Empresa Energética de Sergipe S.A. – ENERGIZE	
Dados do GGEAR:	Nº. 368/2004 8622S	
Assinatura:	14/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	<p>Permanente</p> <p>CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%</p> <p><u>Conta Centralizadora</u></p> <p>Caixa Econômica Federal Agência 0059 C/C 049-0</p> <p><u>Conta Especial</u></p> <p>Banco Bradesco Agência 0895-8 C/C 76.205-9</p> <p>Despacho ANEEL nº 1.116 de 31 de agosto de 2005.</p>	<p>Suplementar</p> <p>Carta de fiança emitida pelo Banco BVA em 20 de dezembro de 2005.</p> <p>Valor da fiança: R\$ 16.297,45.</p> <p>Vigência: 20 de dezembro de 2005 a 20 de dezembro de 2008.</p>



73

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

2º OFÍCIO

18 DEZ 2004 887504

ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

18. Distribuidora:	Elektro Eletricidade e Serviços S.A. - Elektro	
Dados do CCEAR:	Nº. 366/2004 8620S	
Assinatura:	10/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG - Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%	
	<u>Conta Centralizadora</u>	
	Banco do Estado de São Paulo S.A. - BANESPA ("Banespa") Agência 0154 C/C 1300750	
	<u>Conta Especial</u>	
	Banespa Agência 0154 C/C 1300750	
	Anuência da ANEEL encontra-se pendente.	

19. Distribuidora:	Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. - EEVP	
Dados do CCEAR:	Nº. 365/2004 8619S	
Assinatura:	22/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
3º OFÍCIO

18 DEZ 2004 897504

ARQUIVADA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

	<p>CCG - Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%</p> <p><u>Conta Centralizadora</u></p> <p>Banco Bradesco Agência 0895-8 C/C 76.153-2</p> <p><u>Conta Especial</u></p> <p>Banco Bradesco Agência 0895-8 C/C 76.155-9</p> <p>Despacho ANEEL nº 1.137 de 5 de setembro de 2005.</p>	
--	--	--

20. Distribuidora:	Empresa Elétrica Bragantina S.A. - EBB	
Dados do CCEAR:	Nº. 344/2004 8598S	
Assinatura:	22/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	<p>CCG - Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%</p> <p><u>Conta Centralizadora</u></p> <p>Banco Bradesco Agência 0895-8 C/C 76.156-7</p> <p><u>Conta Especial</u></p> <p>Banco Bradesco Agência 0895-8 C/C 76.158-3</p> <p>Despacho ANEEL nº 1.136 de 5 de setembro de 2005.</p>	



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
2º OFÍCIO

18 DEZ 2004 887504

ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

21. Distribuidora:	Companhia Energética do Maranhão – CEMAR	
Dados do CCEAR:	Nº 355/2004 8809S	
Assinatura:	20/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%	
	<u>Contas Centralizadoras</u>	
	Banco Bradesco Agência 0895-8 C/C 76.192-3	
	Caixa Econômica Federal Agência 1577 C/C 888-0	
	<u>Conta Especial</u> Banco Bradesco Agência 0895-8 C/C 76.195-8 Despacho ANEEL nº 1.671 de 25 de outubro de 2005.	

22. Distribuidora:	Companhia Energética da Borborema – CELB	
Dados do CCEAR:	Nº 349/2004 8803S	
Assinatura:	15/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

3º OFÍCIO

18 DEZ 2004 887504

ARQUIVADA Cópia em Microfilme

RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

	CCG - Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%	Carta de fiança emitida pelo Banco BVA em 20 de dezembro de 2005.
	Conta Centralizadora	Valor da fiança: R\$ 4.685,52.
	Banco Bradesco Agência 0895-8 C/C 76.225-3	Vigência: 20 de dezembro de 2005 a 20 de dezembro de 2005.
	Conta Especial	
	Banco Bradesco Agência 0895-8 C/C 76.228-8	
	Despacho ANEEL nº 1.135 de 5 de setembro de 2005.	

23. Distribuidora:	Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro - CERJ	
Dados do CCEAR:	Nº. 342/2004 8596S	
Assinatura:	17/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
		Carta de fiança emitida pelo Banco Safra S.A. em 26 de agosto de 2005. Valor da fiança: R\$ 360.523,23. Vigência: 15 de fevereiro de 2006 a 15 de fevereiro de 2007.

24. Distribuidora:	Companhia Energética de Alagoas - CEAL	
Dados do CCEAR:	Nº. 346/2004 8600S	
Assinatura:	30/12/2004	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
2º OFÍCIO

18 DEZ 88 887504

ASSISTÊNCIA GERAL DA MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

	<p>CCG - Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%</p> <p><u>Conta Centralizadora</u></p> <p>Não consta do CCG.</p> <p><u>Conta Especial</u></p> <p>Banco do Brasil Agência 4363-X C/C 5.013-X</p> <p>Anuência da ANEEL encontra-se pendente.</p>	
--	--	--



78

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

3º OFÍCIO

18 DEZ 2018 887504

ARQUIVADA COM A EM INSCRIÇÃO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

Anexo II ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE III-GT

Listagem dos Usuários Cedidos e Contratos de Transmissão Cedidos

I. Usuários da Rede Básica

ONS	Nome do Usuário	CNPJ
2001	AES-SUL DISTRIBUIDORA GAÚCHA DE ENERGIA S.A.	02.016.440/0001-62
2002	BANDEIRANTE ENERGIA S.A.	02.302.100/0001-06
2003	EMPRESA ELÉTRICA BRAGANTINA S/A	60.942.281/0001-23
2004	CAIUÁ DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S/A	07.282.377/0001-20
2005	COMPANHIA FORÇA E LUZ CATAGUAZES-LEOPOLDINA	19.527.639/0001-58
2006	CBA - COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO	61.409.892/0001-73
2007	CEAL - COMPANHIA ENERGÉTICA DE ALAGOAS	12.272.084/0001-00
2008	CEB - COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA	00.070.698/0001-11
2009	COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D	92.715.812/0001-31
2010	CELB - COMPANHIA ENERGÉTICA DE BORBOREMA	08.826.596/0001-95
2011	CELESC - CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A	83.878.892/0001-55
2012	CELG - COMPANHIA ENERGÉTICA DE GOIÁS	01.543.032/0001-04
2013	CELPA - CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ	04.895.728/0001-80
2014	CELPE - COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO	10.835.932/0001-08
2015	CELTINS CO - COMPANHIA DE ENERGIA ELÉTRICA DO ESTADO DO TOCANTINS	25.086.034/0001-71
2016	CELTINS NN - COMPANHIA DE ENERGIA ELÉTRICA DO ESTADO DO TOCANTINS	25.086.034/0001-71
2017	COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR	06.272.793/0001-84
2018	CEMAT- CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSE S.A.	03.467.321/0001-99
2019	CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.	06.981.180/0001-16
2020	CEPISA - COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ	06.840.748/0001-89
2021	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.	33.050.071/0001-58
2022	CESP - COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO	60.933.603/0001-78
2023	COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF	33.541.368/0001-16
2025	COELBA - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA	15.139.629/0001-94
2026	COELCE - COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ	07.047.251/0001-70
2027	COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.	04.368.898/0001-06
2028	COSERN - COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81
2030	COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ	33.050.196/0001-88
2032	DME-DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ELETRICIDADE DE POÇOS DE CALDAS	23.664.303/0001-04
2033	ELEKTRO - ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.	02.328.280/0001-97
2035	ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.	61.695.227/0001-93
2036	ENERGIPE - EMPRESA ENERGÉTICA DE SERGIPE	13.017.462/0001-63
2037	ENERSUL-EMPRESA ENERGÉTICA DO MATO GROSSO DO	15.413.826/0001-50



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
3º OFÍCIO

18 DEZ 88 887504

ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

	SUL S.A	
2038	ESCELSA - ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.	28.152.650/0001-71
2039	FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.	23.274.194/0001-19
2040	LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.	60.444.437/0001-46
2041	COMPANHIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA	61.416.244/0001-44
2042	COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ	04.172.213/0001-51
2043	RGE - RIO GRANDE ENERGIA S.A.	02.016.439/0001-38
2044	SAELPA - SOC. ANÔNIMA DE ELETRIFICAÇÃO DA PARAIBA	09.095.183/0001-40
2045	COMPANHIA LUZ E FORÇA SANTA CRUZ	61.116.265/0001-44
2046	EMPRESA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA VALE PARANAPANEMA S/A	07.297.359/0001-11
3001	AES TIETÊ S.A.	02.998.609/0001-27
3003	ALCOA ALUMÍNIO S. A. (CONS. MACH)	23.637.697/0001-01
3004	CIA. SIDERÚRGICA BELGO MINEIRA (CONS. GUILMAN AMORIM)	24.315.012/0005-05
3005	CAMARGO CORRÊA CIMENTOS S. A. (CONS.MACH)	62.258.884/0001-36
3006	CBA - COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - CANOAS	61.409.892/0001-73
3007	COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - CBA (CONS.MACH)	61.409.892/0001-73
3008	COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - CBA - UHE PIRAJÚ	61.409.892/0001-73
3009	CEB LAJEADO S.A. - CEBLAJEADO	03.677.638/0001-50
3010	COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-G	92.715.812/0003-01
3011	COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-DONA FRANCISCA	92.715.812/0003-01
3012	COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE(CONS. MACH)	92.715.812/0003-01
3013	CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA - CELESC (CONS.MACH)	83.878.892/0001-55
3014	COMPANHIA ENERGÉTICA MERIDIONAL - CEM	02.201.268/0001-17
3015	CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.	06.981.176/0001-58
3016	CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. - (CONS. FUNIL)	06.981.176/0001-58
3017	CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. - (CONS. IGARAPAVA)	06.981.176/0001-58
3018	CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. - (PORTO ESTRELA)	06.981.176/0001-58
3019	COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO - CESP-G	60.933.603/0001-78
3020	COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO - CESP-(UHE PORTO PRIMAVERA)	60.933.603/0001-78
3021	COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA	02.016.507/0001-69
3022	COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF - G	33.541.368/0001-16
3023	CINCO ESTRELAS AGROPECUÁRIA E PARTICIPAÇÃO LTDA	01.360.601/0001-78
3024	COMPANHIA MINEIRA DE METAIS - (CONS.IGARAPAVA)	17.177.999/0004-94
3025	COPEL GERAÇÃO S.A.	04.370.282/0001-70
3026	COPEL GERAÇÃO S.A.	04.370.282/0001-70
3027	CIA. TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS	22.677.520/0001-76
3028	CPFL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.	03.435.172/0001-86



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

3º OFÍCIO

18 DEZ 88 887504

ARQUIVADA COPIA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

3029	CSN - COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL (CONS. IGARAPAVA)	33.042.730/0001-04
3030	CVRD - COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - AHE FUNIL	33.592.510/0001-54
3031	CVRD - COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - (CONS. IGARAPAVA)	33.592.510/0001-54
3032	CVRD - COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - PORTO ESTRELA	33.592.510/0001-54
3033	DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S/A - DFESA	02.832.860/0003-89
3034	DME - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ELETRICIDADE DE POÇOS DE CALDAS - (CONS.MACH)	23.664.303/0001-04
3035	DUKE ENERGY INTERNATIONAL GERAÇÃO PARANAPANEMA S.A.	02.998.301/0001-81
3036	DUKE ENERGY INTERNATIONAL GERAÇÃO PARANAPANEMA S.A. - CANOAS	02.998.301/0001-81
3037	EDP LAJEADO ENERGIA S.A.	03.491.591/0001-35
3038	EL PASO RIO CLARO LTDA	02.290.787/0002-80
3039	ELETRONORTE-G - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.	00.357.038/0001-16
3040	ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR	42.540.211/0001-67
3041	ENERGEST S/A	04.029.601/0003-40
3042	FAFEN ENERGIA S. A.	04.298.015/0001-39
3043	FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. - (G)	23.274.194/0001-19
3044	FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. - (APM MANSO)	23.274.194/0001-19
3045	INVESTCO S.A.	00.644.907/0001-93
3046	ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	02.397.080/0001-96
3047	ITÁ ENERGÉTICA S. A - ITASA	01.355.994/0002-02
3048	ITIQUEIRA ENERGÉTICA S/A - UHE ITIQUEIRA	00.185.041/0001-08
3049	USINA TERMELÉTRICA DE JUIZ DE FORA S.A.	04.166.097/0001-88
3050	LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A. - LIGHT-G	60.444.437/0001-46
3051	MINERAÇÃO MORRO VELHO (CONS. IGARAPAVA)	22.931.299/0001-30
3052	MPX TERMOCEARÁ LTDA	04.605.162/0001-04
3053	SIDERÚRGICA BARRA MANSA S/A	60.892.403/0004-67
3054	PAULISTA LAJEADO ENERGIA S.A.	03.491.603/0001-21
3055	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRÁS	33.000.167/0001-01
3056	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRÁS	33.000.167/0001-01
3057	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRÁS	33.000.167/0001-01
3058	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRÁS	33.000.167/0001-01
3059	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRÁS	33.000.167/0001-01
3060	QUEIROZ GALVÃO ENERGÉTICA S.A.	03.299.819/0002-70
3061	REDE LAJEADO ENERGIA S.A.	03.460.864/0001-84
3062	CIMENTO RIO BRANCO S.A. (CONS.MACH)	64.132.236/0001-64
3063	ROSAL ENERGIA S/A	03.475.839/0001-74
3064	SAMARCO MINERAÇÃO S.A. (CONS. GUILMAN AMORIM)	16.628.281/0003-23
3065	COMPANHIA ENERGÉTICA SANTA CLARA-UHE SANTA CLARA	02.881.800/0003-56
3066	ELETOBOLT - SOCIEDADE FLUMINENSE DE ENERGIA LTDA	02.754.200/0002-46
3067	TANGARÁ ENERGIA S.A.	03.573.381/0001-96
3068	TERMOPERNAMBUCO S/A - (UTE TERMOPERNAMBUCO)	03.795.050/0001-09
3069	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	02.474.103/0001-19



81

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

2º OFÍCIO

18 DEZ 88 887504

ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME

RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

3070	TRACTEBEL ENERGIA S.A. - (CONS. ITA)	02.474.103/0001-19
3071	TRACTEBEL ENERGIA S.A. - (CONS. MACH)	02.474.103/0001-19
3072	VALESUL ALUMÍNIO S.A. (CONS. MACH)	42.590.364/0001-19
3073	EMAE - EMPRESA METROPOLITANA DE AGUAS E ENERGIA S.A.	02.302.101/0001-42
3074	CGTF - CENTRAL GERADORA TERMOELÉTRICA FORTALEZA	04.659.917/0001-53
3075	CEB - COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA (UHE QUEIMADO)	00.070.698/0001-11
3076	CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. (UHE QUEIMADO)	06.981.176/0001-58
3077	COMPANHIA ENERGÉTICA CHAPECÓ - CEC	04.041.804/0002-70
3078	USINA TERMOELÉTRICA NORTE FLUMINENSE S.A.	03.258.983/0002-30
3079	CENTRAIS ELÉTRICAS CACHOEIRA DOURADA S/A - CDSA	01.672.223/0001-68
3080	TERMORIO S.A.	03.526.800/0002-10
3081	CVRD-COMPANHIA VALE DO RIO DOCE (CONS. CANDONGA)	33.592.510/0001-54
3082	NOVELIS DO BRASIL LTDA - (CONS. CANDONGA)	60.561.800/0030-48
3083	VOTORANTIM CIMENTOS LTDA	01.637.895/0001-32
3084	CERAN - COMPANHIA ENERGÉTICA RIO DAS ANTAS	04.237.975/0001-99
3085	COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - CBA(UHE OURINHOS)	61.409.892/0097-15
3086	CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A.	04.557.307/0001-49
3087	PONTE DE PEDRA ENERGÉTICA S/A	02.877.212/0001-87
3088	COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - (CONS. AIMORÉS)	33.592.510/0005-88
3089	CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. (CONS. AIMORÉS)	06.981.176/0001-58
3090	ENERGÉTICA BARRA GRANDE S/A	04.781.143/0001-39
4001	CIEN-COMPANHIA DE INTERCONEXÃO ENERGÉTICA- (GARABI I)	01.983.856/0001-97
4002	CIEN-COMPANHIA DE INTERCONEXÃO ENERGÉTICA- (GARABI II)	01.983.856/0001-97
5004	ALUNORTE - ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S/A	05.848.387/0001-54
5005	BRASKEM S.A. - (COPENE)-T	42.150.391/0001-70
5006	CBA - COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - SE CABREÚVA	61.409.892/0001-73
5007	CSN - COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL - FILIAL ARAUCÁRIA	33.042.730/0134-35
5008	CVRD-COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - ITABIRA	33.592.510/0001-54
5010	CIA. DE FERRO LIGAS DA BAHIA - FERBASA	15.141.799/0001-03
5011	FIBRAPLAC CHAPAS DE MDF LTDA	04.176.791/0002-47
5012	IPIRANGA PETROQUÍMICA S.A.	88.939.236/0001-39
5013	BRASKEM S.A. - (OPP)-P	42.150.391/0010-61
5017	INNOVA S/A	01.999.166/0001-26
5019	ANGLO AMERICAN BRASIL LTDA	42.184.226/0017-05
5022	CONSÓRCIO DE ALUMÍNIO DO MARANHÃO - CONSÓRCIO ALUMAR - (REFINARIA)	00.655.209/0001-93
5023	CONSÓRCIO DE ALUMÍNIO DO MARANHÃO - CONSÓRCIO ALUMAR - (REDUÇÃO)	00.655.209/0001-93
5024	OXITENO NORDESTE S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	14.109.664/0008-74
5025	DSM ELASTOMEROS BRASIL LTDA	00.989.799/0001-90
5026	ALBRÁS ALUMÍNIO BRASILEIRO S.A.	05.053.020/0003-06
5027	VERACEL CELULOSE S.A.	40.551.996/0001-48



82

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

2º OFÍCIO

18 DEZ 88 887504

ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

5028	NOVA ERA SILICON S.A.	19.795.665/0001-87
5029	CARBOCOLOR S/A INDÚSTRIAS QUÍMICAS	31.659.584/0001-35
5030	GERDAU AÇOS LONGOS S/A - (AÇONORTE-T)	07.358.761/0051-28
5031	NOVELIS DO BRASIL LTDA (CANDEIAS)	60.561.800/0086-00
5032	PETROQUÍMICA TRIUNFO S.A.	90.751.025/0003-81
5033	COPEL - COMPANHIA PETROQUÍMICA DO SUL	88.948.492/0001-92
5034	CARAMURU ALIMENTOS LTDA	00.080.671/0001-00
5035	EKA BAHIA	05.869.996/0001-90
5036	GERDAU AÇOS LONGOS S/A - (SP-P)	07.358.761/0041-56
5037	BRASKEM S.A. - (COPENE)-P	42.150.391/0001-70
5038	BRASKEM S.A. - (UCS-BA)-P	42.150.391/0018-19
5039	BRASKEM S.A. - (UCS-AL)-P	42.150.391/0022-03
5040	WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA - (IPATINGA)-P	35.820.448/0155-91
5041	USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S/A - USIMINAS-P	60.894.730/0025-82
5042	WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA - (TRIUNFO)-P	35.820.448/0064-10
5044	USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S/A - USIMINAS-T	60.894.730/0025-82
6003	ENERTRADE COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A.	04.149.295/0001-13
7003	BRASYMPE ENERGIA S.A.	04.831.696/0001-59
7009	ENGEBRA - EMPRESA DE ENERGIA ELÉTRICA DO BRASIL LTDA	02.623.557/0001-04
8001	NOVELIS DO BRASIL LTDA (PL)	60.561.800/0086-00
8002	BRASKEM S.A. - (COPENE-PL)	42.150.391/0001-70
8003	BRASKEM S.A. - (UCS-AL)-PL	42.150.391/0022-03
8004	BRASKEM S.A. - (UCS-BA)-PL	42.150.391/0018-19
8005	CARAÍBA METAIS S/A	15.224.488/0001-08
8006	DOW BRASIL NORDESTE LTDA	13.565.502/0013-45
8007	PETROBRÁS - FAFEN - FÁBRICAS DE FERTILIZANTES NITROGENADOS - PLANTA DE LARANJEIRAS	33.000.167/1123-33
8008	CIA. DE FERRO LIGAS DA BAHIA - FERBASA	15.141.799/0001-03
8009	GERDAU AÇOS LONGOS S/A - (AÇONORTE-PL)	07.358.761/0051-28
8010	GERDAU AÇOS LONGOS S/A - (USIBA-PL)	07.358.761/0005-92
8011	LIBRA LIGAS DO BRASIL S/A	10.500.221/0001-82
8012	MINERAÇÃO CARAÍBA S/A	42.509.257/0001-13
8013	RIO DOCE MANGANÊS S/A	15.144.306/0001-99
8014	PRIMO SCHINCARIOL INDS. DE CERVEJAS E REFRIGERANTES DO NORDESTE S/A	01.278.018/0001-12
8015	ALUNORTE - ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S/A	05.848.387/0003-16
8016	CVRD-COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - (CVRD-MINA-PL)	33.592.510/0370-74
8017	CVRD-COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - (CVRD-SOSSEGO-PL)	33.592.510/0009-01
8018	CVRD-COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - (CVRD-PELOTIZAÇÃO-PL)	33.592.510/0434-73
8019	CVRD-COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - (CVRD-PORTO-PL)	33.592.510/0424-00
9001	AES URUGUAIANA EMPREENDIMENTOS LTDA	01.600.202/0001-37



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
2ª OFICINA

18 DEZ 88 887504

ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

Anexo III ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE III-GT

Modelo de Suplemento ao Regulamento

Características da 1ª Emissão e Série do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE III-GT	
Número da Emissão e Série	[•]
Valor da Emissão e Série	[•]
Quantidade Total de Quotas Emitidas	[•]
Quantidade de Quotas Seniores	[•]
Quantidade de Quotas Subordinadas	[•]
Classe das Quotas Seniores	Única
Benchmark das Quotas Seniores	A ser definido em procedimento de <i>bookbuilding</i> .
Data de Início da Entrega	[•]
Periodicidade das Parcelas de Amortização das Quotas Seniores	[X] Mensal [] Trimestral [] Semestral
Periodicidade de Amortização das Quotas Subordinadas	[•], além do disposto no item 12.7 do Regulamento do Fundo
Número de Parcelas de Amortização das Quotas Seniores	[•]
Datas de Amortização das Quotas Seniores	[•]
Data Programada de Pagamento de Amortização das Quotas Subordinadas	Última Data de Amortização das Quotas Seniores
Data de Resgate das Quotas	[•]
Valor do Patrimônio do Fundo antes da [•]ª Emissão e Série	R\$ 0,00 (zero reais)
Valor do Patrimônio do Fundo atualizado (imediatamente após a [•]ª Emissão e Série)	[•]
Quantidade Total de Quotas Seniores do Fundo após a [•]ª Emissão e Série	[•] ([•])
Quantidade Total de Quotas Subordinadas do Fundo após a [•]ª Emissão e Série	[•] ([•])



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
7º OFÍCIO

18 DEZ 2004 887504

ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME
RIS DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

Anexo IV ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE III-GT

Modelo de Termo de Ciência de Risco e Adesão



**TERMO DE CIÊNCIA DE RISCO E DE ADESÃO E DE RECEBIMENTO DE
REGULAMENTO E PROSPECTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS CEEE III-GT
CNPJ Nº. 09.151.203/0001-53**

Na qualidade de subscritor de quotas de emissão do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE III-GT (o "FUNDO"), inscrito no CNPJ/MF sob nº 09.151.203/0001-53, administrado pelo UBS Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM (o "ADMINISTRADOR"), declaro que:

- (i) Recebi, no ato da minha primeira subscrição de quotas do FUNDO, o Regulamento e o Prospecto do FUNDO, tendo lido e entendido o inteiro teor dos referidos documentos, sendo que concordo e manifesto, expressamente, minha adesão, irrevogável e irretroatável, sem quaisquer restrições, a todos os seus termos, cláusulas e condições;
- (ii) Sou investidor qualificado para os fins de que trata a Instrução CVM nº 409/2004, sendo elegível, portanto, para investir no FUNDO, e tenho ciência da necessidade da manutenção da minha condição de investidor qualificado para permanência no FUNDO. Nesse sentido, comprometo-me a comunicar ao ADMINISTRADOR, imediatamente, qualquer alteração na minha condição de investidor qualificado, durante o período em que permanecer como quotista do FUNDO;
- (iii) Como investidor qualificado declaro possuir conhecimento sobre o mercado financeiro e de capitais suficiente para que não me sejam aplicáveis um conjunto de proteções legais e regulamentares conferidas aos investidores não-qualificados; bem como atesto ser capaz de entender, ponderar e assumir os riscos financeiros relacionados à aplicação de meus recursos em um fundo de investimento destinado a investidores qualificados;
- (iv) Tenho ciência e bom entendimento dos objetivos do FUNDO, de sua política de investimento, da composição da carteira de investimento do FUNDO, da taxa de administração devida ao ADMINISTRADOR, dos riscos aos quais o FUNDO e conseqüentemente os meus investimentos estão sujeitos, bem como da possibilidade de ocorrência de variações no patrimônio líquido do FUNDO e da perda total do capital por mim investido;
- (v) A política de investimento do FUNDO e os riscos aos quais o FUNDO está sujeito estão de acordo com a minha situação financeira, o meu perfil de risco e a minha estratégia de investimento;
- (vi) Tenho ciência de que o ADMINISTRADOR, em hipótese alguma, excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé de sua parte, será responsável por qualquer depreciação dos ativos do FUNDO, ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do FUNDO e/ou resgate de quotas;
- (vii) Tenho ciência de que as aplicações realizadas no FUNDO não contam com garantia do ADMINISTRADOR, de qualquer mecanismo de seguro e/ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC;



85

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
2º OFÍCIO

18 DEZ 2005 887504

ASSEMBLEIA GERAL DA INTEROESTE
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

- (viii) Tenho ciência de que terei que integralizar as quotas do FUNDO subscritas por mim de acordo com os termos e condições do Regulamento do FUNDO, bem como do Boletim de Subscrição firmado por mim nesta data;
- (ix) Os recursos que serão utilizados na integralização das quotas do FUNDO por mim subscritas não serão oriundos de quaisquer práticas que possam ser consideradas como crimes previstos na legislação relativa à "lavagem", ocultação de bens, direitos e valores;
- (x) Tenho ciência de que a existência de rentabilidade/performance do FUNDO e/ou de outros fundos de investimento em direitos creditórios não representam garantia de resultados futuros;
- (xi) Responsabilizo-me pela veracidade das minhas declarações aqui prestadas, bem como por ressarcir o ADMINISTRADOR de quaisquer prejuízos (incluindo perdas e danos) decorrentes de falsidade, inexistência ou imprecisão das mesmas.

[Cidade], ____ de ____ de 2005.

NOME DO INVESTIDOR: _____

CNPJ/CPF DO INVESTIDOR: _____

ASSINATURA DO INVESTIDOR



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
2º OFÍCIO

18 DEZ 887504

ARQUIVADA SOB EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

Anexo V ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE III-GT

Modelo de Aviso de Desenquadramento

O UBS PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM, na qualidade de administrador do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE III-GT ("Administrador" e "Fundo"), vem, por meio deste, notificar à Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT ("Cedente"), na qualidade de cedente dos Direitos de Crédito (conforme definido no regulamento do Fundo), nos termos do "Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças" ("Contrato de Cessão"), celebrado em 09 de novembro de 2007 entre o Fundo e a Cedente, a ocorrência do desenquadramento da Razão de Garantia do Fundo em [•].

Solicitamos indicar em até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento deste Aviso de Desenquadramento, com cópia ao Custodiante, qual dos procedimentos abaixo deverá ser adotado pelo Administrador:

Procedimentos:

- (i) integralizar Novas Quotas Subordinadas, de acordo com os termos e condições do Compromisso de Subscrição, com pagamento em moeda corrente nacional, dentro de um dos prazos previstos abaixo, conforme o caso:
 - (a) caso a integralização de Novas Quotas Subordinadas seja necessária em decorrência da inadimplência de Direitos de Crédito integrantes da Carteira, a integralização referida no item (i) acima deverá ser realizada no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento do Aviso de Desenquadramento;
 - (b) caso a integralização de Novas Quotas Subordinadas seja necessária em decorrência de outro motivo que não a inadimplência de Direitos de Crédito integrantes da Carteira, a integralização referida no item (i) acima deverá ser realizada no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento do Aviso de Desenquadramento; ou
- (ii) resiliir o Contrato de Cessão, dentro de no máximo 5 (cinco) dias úteis, quando será aplicado o disposto no Capítulo Dezoito do Regulamento.

Para o reenquadramento da Razão de Garantia por meio do procedimento (i) acima, será necessária a integralização de um número inteiro de Quotas Subordinadas, no valor estimado de [•]. Ressaltamos que este valor estimado refere-se ao valor da Quota Subordinada de abertura do



87

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

2º OFÍCIO

18 DEZ 88

887504

ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

dia [*], e o valor exato a ser integralizado será comunicado a V.Sas. na data da respectiva integralização.

Atenciosamente,

UBS PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM



88

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

2º OFÍCIO

18 DEZ 2007 887504

ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

Anexo VI ao Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE III-GT datado de 12 de dezembro de 2007.

Suplemento ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE III - GT

Características da 1ª Emissão e Série do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE III - GT	
Número da Emissão e Série	1ª (primeira)
Valor da Emissão e Série	R\$ 159.575.000,00 (cento e cinquenta e nove milhões e quinhentos e setenta e cinco mil reais)
Quantidade Total de Quotas Emitidas	159.575 (cento e cinquenta e nove mil e quinhentos e setenta e cinco) quotas
Quantidade de Quotas Seniores	150.000 (cento e cinquenta mil)
Quantidade de Quotas Subordinadas	9.575 (nove mil e quinhentos e setenta e cinco)
Benchmark das Quotas Seniores	Taxa média dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na internet (http://www.cetip.com.br) e no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional, ou, na falta deste, em outro jornal de grande circulação, acrescida exponencialmente de spread de 0,95% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias.
Data de Início da Entrega	02 de janeiro de 2008
Periodicidade das Parcelas de Amortização das Quotas Seniores	Mensal
Periodicidade de Amortização das Quotas Subordinadas	Conforme o disposto no item 12.07. do Regulamento do Fundo
Número de Parcelas de Amortização das Quotas Seniores	72 (setenta e duas) parcelas de amortização
Datas de Amortização das Quotas Seniores	Dia 8 (oito) de cada mês ou, caso este dia não seja dia útil, no dia útil imediatamente subsequente, sendo a primeira amortização prevista para 08 de fevereiro de 2008
Data Programada de Pagamento de Amortização das Quotas Subordinadas	Última Data de Amortização das Quotas Seniores



89

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
3º OFÍCIO

18 DEZ 887504

ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

Data de Resgate das Quotas	08 de janeiro de 2014
Valor do Patrimônio do Fundo antes da 1ª Emissão e Série	R\$ 0,00 (zero reais)
Valor do Patrimônio do Fundo atualizado (imediatamente após 1ª Emissão e Série)	R\$ 159.575.000,00 (cento e cinquenta e nove milhões e quinhentos e setenta e cinco mil reais)
Quantidade Total de Quotas Seniores do Fundo após a 1ª Emissão e Série	150.000 (cento e cinquenta mil)
Quantidade Total de Quotas Subordinadas do Fundo após a 1ª Emissão e Série	9.575 (nove mil e quinhentos e setenta e cinco)



ANEXO VIII

- ANEXO VIII - Despacho ANEEL nº 1.539 de 17 de maio de 2007

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL

DESPACHO Nº 1.539, DE 17 DE MAIO DE 2007

O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Resolução nº 151, de 19 de maio de 2000, considerando o disposto no art 1º da Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002, arts. 28 e 31 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, nas cláusulas quinta e sexta do Contrato de Concessão nº 081/99, o pedido de anuência prévia da Companhia Estadual Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE GT, e o que consta do Processo nº 48500.000786/05-57, resolve: I – aprovar o aproveitamento de recebíveis no percentual total de até 24,89% das receitas líquidas mensais, provenientes dos direitos creditórios das atividades de Geração e Transmissão, objeto do Despacho nº 669, de 3 de junho de 2005, para constituição do novo Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC, no valor de R\$ 150 milhões de reais, com antecipação de crédito no valor de R\$ 50 milhões de reais; II – estabelecer que a destinação dos recursos deverá estar estritamente vinculada ao objeto das concessões, sendo de exclusiva responsabilidade da concessionária a gestão quanto à necessidade, oportunidade, análise dos riscos e custo inerentes à captação dos recursos; III – ressaltar que a possibilidade da concessionária oferecer em garantia os direitos emergentes está limitada a montante que não comprometa a operacionalização e a continuidade da prestação dos serviços; IV – registrar que esta manifestação não dará aos agentes financiadores direito de qualquer ação contra a ANEEL, em decorrência de descumprimento, pela concessionária, dos seus compromissos financeiros; e V – este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO GANIM

Este texto não substitui o publicado no D.O. de 18.05.2007, seção 1, p. 49, v. 144, n. 95.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CEDENTE

COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

ESTRUTURADOR E AGENTE DE RECEBIMENTO

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

Rua Capitão Montanha, nº 177
Porto Alegre - RS

COORDENADOR, ADMINISTRADOR E GESTOR

BANCO UBS PACTUAL S.A.

Praia de Botafogo, nº 501, 5º e 6º andares
Rio de Janeiro - RJ

COORDENADOR LÍDER

BANCO ITAÚ BBA S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 4º andar
São Paulo - SP

Este Prospecto está disponível no Website:
www.mercadosdecapitais.com.br